

O CONFLITO ISRAELO-ÁRABE:

Elementos para uma genealogia crítica de um dilema político-internacional

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO



Relações Internacionais e Estudos Europeus

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria da Saudade Baltazar

Orientador: Prof. Dr. Silvério da Rocha-Cunha

Mestrando: André Manuel Nunes Ribeiro

Évora, Fevereiro de 2012

O CONFLITO ISRAELO-ÁRABE:

Elementos para uma genealogia crítica de um dilema político-internacional

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO



Relações Internacionais e Estudos Europeus

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria da Saudade Baltazar

Orientador: Prof. Dr. Silvério da Rocha-Cunha

Mestrando: André Manuel Nunes Ribeiro

Évora, Fevereiro de 2012

Agradecimentos

Agradeço, antes de mais, à minha família pelo apoio nos momentos difíceis e por todos neles permanecerem a meu lado, mesmo quando o cansaço e a fraqueza de pensamento nos diziam o contrário. Obrigado pelas lições de vida que me dão em cada dia que passa, e me mostram, quais os reais valores da vida.

À Ana pela compreensão, apoio e ânimo que sempre me deu, permitindo-me a concentração e o esforço necessário para a realização deste trabalho.

Aos Professores Saudade Baltazar e Silvério da Rocha-Cunha pela permanente disponibilidade na orientação do trabalho, garantindo o adequado rumo na sua execução, para que assim atingisse os objectivos propostos.

A todos aqueles que contribuíram com as suas ideias, os meus agradecimentos. Em especial, ao Tenente-Coronel Branquinho pela total disponibilidade, pelas ideias e indicações valiosas que me transmitiu, revelando-se essenciais para a desenvolvimento do tema.

*Aos meus Pais, Paulo e Nela, a
quem eu tudo devo e ao meu irmão,
Tiago, pelo amor que nos une.
Espero, na minha humildade, jamais
vos desapontar.*

Índice

1. INTRODUÇÃO	1
2. ISRAEL NO QUADRO POLÍTICO INTERNACIONAL.....	7
2.1. Retrospectiva Histórica	7
2.2. Valor Estratégico	16
2.2.1. Médio Oriente.....	16
2.2.2. Israel	17
2.3. A actual distribuição do poder	19
2.4. Enquadramento de Israel à luz das teorias geopolíticas.....	20
2.5. Síntese Conclusiva	24
3. ANÁLISE GEOESTRATÉGICA	25
3.1. O Factor Físico.....	26
3.2. O Factor Humano.....	34
3.3. O Factor Recursos	41
3.3.1. Agricultura e Pescas	41
3.3.2. Minerais	43
3.4. O Factor Circulação	49
3.5. O Factor Tecnológico	53
3.5.1. P&D nas Universidades.....	57
3.5.2. P&D na Indústria.....	58
3.5.3. P&D na Agricultura.....	59
3.5.4. P&D na Medicina	60
3.5.5. P&D em Energia.....	61
3.6. O Factor Estruturas	62
3.6.1. Estruturas político-administrativas	62
3.6.2. Estruturas Económicas	66
3.6.3. Estruturas militares	76
3.7. Síntese Conclusiva	85
3.7.1. O Factor Físico	85
3.7.2. O Factor Humano	86
3.7.3. O Factor Recursos	88
3.7.4. O Factor Circulação.....	88
3.7.5. O Factor Tecnológico	89
3.7.6. O Factor Estruturas.....	90
4. OS RECURSOS HÍDRICOS	92
4.1. A Conflitualidade em Torno da Água.....	92
4.1.1. A Disputa pela Água	93
4.1.2. As Bacias Hidrográficas e a sua Importância.....	95
4.1.3. A Água como Factor Preocupante na Criação do Estado de Israel	97
4.1.4. Posicionamentos Estratégicos.....	99
4.1.5. Foi a Guerra dos Seis Dias uma Guerra pelos Recursos Hídricos?....	100
4.2. Características do Rio Jordão e a sua Envolvente.....	103
4.2.1. Rentabilização do Rio Jordão	104
4.2.2. Ingerência de Terceiros	105
4.2.3. A discrepância entre israelitas e palestinianos	109
4.2.4. Os Factores que contribuem para o agravamento da situação.....	115
4.3. A Tecnologia como Solução	117
4.4. Direito Internacional	118
4.5. Síntese Conclusiva	120

5. A INTERFERÊNCIA RELIGIOSA.....	123
5.1. A Religião	123
5.1.1. O Holofote do conflito.....	123
5.1.2. Os povos da região e as suas religiões.....	128
5.2. Fundamentalismo Religioso.....	130
5.2.1. O que é o fundamentalismo religioso?	130
5.2.2. Fundamentalismo Judaico	131
5.2.3. Fundamentalismo Islâmico.....	134
5.2.4. Ramos do Islamismo	136
5.3. O Conflito Religioso	139
5.4. Guerras Civilizacionais	144
5.5. Síntese Conclusiva	150
6. TERRORISMO	152
6.1. Definição.....	152
6.2. Ligação do Terrorismo ao Conflito Israelo-Árabe.....	153
6.3. A Emigração e os Objectivos Sionistas	154
6.3.1. A Conquista que implica a Expropriação	157
6.3.2. Guerra Civil?	158
6.4. O Porquê do Terrorismo por parte dos Palestínianos	159
6.4.1. A Resistência	162
6.5. O Direito	164
6.6. O Recrutamento	166
6.7. As Influências Religiosas.....	167
6.7.1. O Ressurgimento do Islamismo Radical	169
6.8. Ligações Intra-Terroristas no Conflito Israelo-Árabe.....	170
6.8.1. O Terrorismo Nacionalista Palestíniano.....	170
6.8.2. A Ascensão do Terrorismo Islâmico	172
6.8.3. A Islamização do Conflito	173
6.9. Síntese Conclusiva	176
7. AMBIENTE EXTERNO DE ISRAEL.....	178
7.1. Breve descrição Geopolítica do Médio Oriente.....	178
7.1.1. O Médio Oriente Actual	186
7.1.2. A Palestina.....	188
7.2. Países Fronteiriços	189
7.2.1. Líbano	189
7.2.2. Síria.....	191
7.2.3. Jordânia.....	194
7.2.4. Egipto	194
7.3. Autoridade Nacional Palestíniana.....	195
7.4. Quarteto para a paz no médio Oriente	197
7.4.1. Organização das Nações Unidas.....	198
7.4.2. A União Europeia	200
7.4.3. Grã-Bretanha	204
7.4.4. Alemanha.....	206
7.5. EUA	207
7.6. Rússia.....	212
7.7. Turquia	215
7.8. Irão	217
7.9. China	220
7.10. Brasil	223

7.11. Organização do Tratado do Atlântico Norte	225
7.12. Síntese Conclusiva	228
8. A RESISTÊNCIA DA CULTURA	231
8.1. A Cultura dos povos como Obstáculo	232
8.1.1. O Islão	233
8.1.2. A preservação do povo de Israel.....	235
8.1.3. Ocidente Vs Islão	235
8.2. Esforços em que rumos?	239
8.3. Necessidades Comparativas.....	240
8.4. A Importância da Cultura.....	242
8.5. Síntese Conclusiva	245
9. CONCLUSÕES E ORIENTAÇÕES PROSPECTIVAS	247
9.1. Motivos do Conflito	247
9.2. Os acordos de Paz	250
9.3. Esforços com Resultados Aparentes	251
9.4. O que inviabilizou a Paz?.....	253
9.5. Medidas necessárias para obter a Paz	255
9.6. Principais Consequências.....	256
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	262
10.1. Livros e Publicações	262
10.2. Teses, Dissertações e outras Provas Acadêmicas	266
10.3. Studies/Working Papers/Research Papers/Monografias	266
10.4. Jornais	267
10.5. Sítios na Internet	267
10.6. Resoluções	269
10.7. Outros.....	269
11. Anexo A - Corpo de Conceitos	270
12. Anexo B - Mapas de Israel.....	273
13. Anexo C - Cronologia Histórica.....	279
14. Anexo D - Mapas Geopolíticos	282
15. Anexo E - A perseguição aos Judeus	285
16. Anexo F - Guião de Entrevista	290
17. Anexo G – Entrevistas.....	292
18. Anexo H – Figuras.....	324
19. Anexo I – Tabelas	345

Índice de Figuras

Figura 1 - Israel	26
Figura 2 - Israel e as suas fronteiras	27
Figura 3 - O Império Otomano em 1914	273
Figura 4 - A República Turca após o Tratado de Lausanne	273
Figura 5 - Partilha da Palestina proposta pela ONU em 1947.....	274
Figura 6 - Linhas do Armistício de 1949.....	275
Figura 7 - Campanha da Península do Sinai em 1956.....	276
Figura 8 - Conquistas Israelitas na Guerra dos Seis Dias 1967.....	277
Figura 9 - Fronteiras Israelitas após Camp David 1978.....	278
Figura 10 - O Mundo segundo Nicholas Spykman	282
Figura 11 - O Mundo segundo Saul B. Cohen	282
Figura 12 - O Mundo segundo Kissinger	283
Figura 13 - O Mundo segundo Brzezinski	283
Figura 14 - O Mundo segundo Huntington	284
Figura 15 - Tamanho relativo de Israel face a Itália e França	324
Figura 16 - Muro divisório entre Israel e Cisjordânia	325
Figura 17 - Planície costeira	326
Figura 18 - Cadeias Montanhosas	326
Figura 19 - Vale do Jordão e o Aravá.....	326
Figura 20 - Neguev	326
Figura 21 - Sistema Hidrográfico de Israel	326
Figura 22 - Mapa Topográfico de Israel.....	327
Figura 23 - Cidades de Israel e o nº de habitantes	328
Figura 24 - As principais rotas de comércio entre o Mar Mediterrâneo.....	328
Figura 25 - Canal do Suez	329
Figura 26 - Golfo de Ácaba	329
Figura 27 - ZEE de Israel	330
Figura 28 - Perfil Demográfico de Israel (1990-2050).....	331
Figura 29 - Densidade populacional.....	332
Figura 30 - Crescimento da população de Israel	333
Figura 31 - População árabe e a distribuição em Israel.....	333
Figura 32 - Produção de Pescas em Israel	334
Figura 33 - Captura em Israel	334
Figura 34 - Produção Aquícola.....	334
Figura 35 - Exportações de Israel.....	335
Figura 36 - Necessidade energética de Israel	336
Figura 37 - Evolução do Fornecimento de Energia Primária Total 1971-2004	336
Figura 38 - Israel consumo de electricidade em milhares de dólares.....	337
Figura 39 - Mapa da rede ferroviária em Israel	338
Figura 40 - Principais aeroportos em Israel.....	339
Figura 41 - Exportações e Importações de Israel	340
Figura 42 - Estrutura militar israelita	340
Figura 43 - Localizações suspeitas de instalações nucleares em Israel.....	341
Figura 44 - Armas Nucleares.....	342
Figura 45 - Bacia Internacional do Jordão.....	343
Figura 46 - Muro de Separação entre Israel e Cisjordânia	344

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Quotas de água atribuídas aos países costeiros (milhões de m ³ /ano).....	107
Tabela 2 - Temperaturas em Israel	345
Tabela 3 - Produção de Petróleo em Israel	345
Tabela 4 - Consumo de Petróleo em Israel.....	346
Tabela 5 - Reservas de Petróleo em Israel.....	346
Tabela 6 - Importação de Petróleo para Israel	346
Tabela 7 - Produção de Gás Natural em Israel	347
Tabela 8 - Consumo de Gás Natural.....	347
Tabela 9 - Reservas de Gás Natural em Israel	347
Tabela 10 - Produção de Electricidade em Israel	348
Tabela 11 - Consumo de Electricidade em Israel	348
Tabela 12 - Consumo Final de Produtos Energéticos em 2004 e 2005	348
Tabela 13 - Resumo de combustíveis utilizados na produção de electricidade de 1995 a 2005 (milhares de toneladas).....	349
Tabela 14 - Consumo Anual de Electricidade por Sector: 2001-2005	349
Tabela 15 - Rede rodoviária em Israel.....	349
Tabela 16 - Rede Ferroviária em Israel	350
Tabela 17 - Dados sobre transporte aéreo	350
Tabela 18 - Distritos administrativos de Israel	350
Tabela 19 - A estrutura Política.....	351
Tabela 20 - Os Presidentes de Israel.....	351
Tabela 21 - Primeiros-Ministros de Israel	352
Tabela 22 - Recursos hídricos na bacia do Jordão.....	353
Tabela 23 - Recursos hídricos em Israel (milhões de m ³ /ano)	353

Título

O Conflito Israelo-Árabe: Elementos para uma genealogia crítica de um dilema político-internacional

Resumo

Na Palestina, palco de numerosos conflitos há mais de quatro milénios, as tensões verificadas, desde o século XIX, entre árabes e os judeus recém-chegados resultariam numa disputa acérrima que se transformaria numa das mais fustigantes de toda a história.

O final da I Guerra Mundial e o inevitável colapso do Império Otomano dariam novos contornos ao conflito israelo-árabe projectando-o para a senda internacional, nomeadamente com a posterior criação do Estado de Israel e o relacionamento deste com os Estados Árabes. O processo iniciado pelo movimento sionista, a que muitos analistas identificam como um paralelo à colonização europeia, provocaria problemas verdadeiramente insolúveis.

O desenvolvimento de medidas intrínsecas ao Estado de Israel, muitas delas altamente discriminatórias, conduziu a graves situações paradoxais no seio das sociedades que alimentaram o ódio e desejo de vingança. Várias gerações vivem sistematicamente em guerra, transmitindo tais sentimentos que já terão, por sua vez, herdado. São sentimentos culturais, onde de um lado se encontra presente uma cultura de resistência e, do outro, uma cultura comandada por uma inflexibilidade total que remetem o conflito para uma complexidade imensa e hipotecam um desfecho associado a uma acalmia relativa que contribua para uma paz duradoura.

O presente estudo incide em analisar os principais factores que contribuem para o agudizar do conflito permitindo posteriormente delinear as medidas necessárias que corroboram para um acordo de paz sustentável entre as duas sociedades.

Palavras-chave

Israel; Palestina; Conflito israelo-árabe; Recursos Hídricos; Religião; Terrorismo; Dinâmicas Geopolíticas/Geoestratégicas; Cultura; Soluções para o conflito.

Title

The Arab-Israeli Conflict: Elements for a critical genealogy of an international-political dilemma

Abstract

Palestine, scenario of many conflicts for more than four millennia, has had confirmed hostilities since the nineteenth century, among Arabs and Jews who had recently arrived and which would dispute, one of the most lashing in the whole of history.

The end of World War I and the inevitable collapse of the Ottoman Empire gave a new shape to the Arab-Israeli conflict by projecting it to the path international panel, namely though the subsequent creation of the State of Israel and its relationship with the Arab states. The process initiated by the Zionist movement, which many analysts recognize has a parallel to the European colonization, truly caused insoluble problems.

The development of intrinsic measures in the State of Israel, many of them highly discriminatory, lead to severe paradoxical situations within societies that fed hatred and revenge. Several generations still live in war and systematically pass on what they have inherited. These cultural emotions present on the one hand a culture of resistance and on the other hand a culture driven by a total inflexibility. These two combinations induce the conflict to an immense complexity and set back mortgages an associated outcome that would contribute to a relative calmness and a long-lasting peace.

This study focuses on analyzing the main factors that contribute to further exacerbate the conflict thus allowing the outline of necessary measures that support a sustainable peace agreement between the two societies.

Keywords

Israel; Palestine; the Arab-Israeli Conflict; Water Resources; Religion; Terrorism; Geopolitical/geostrategic Dynamics; Culture; solutions for the conflict.

Lista de abreviaturas

IGM	Primeira Guerra Mundial
IIGM	Segunda Guerra Mundial
\$US	Dólares Americanos
ADM	Armas de Destruição Maciça
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
ANP	Autoridade Nacional Palestiniana
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
BPD	Barris por dia
C3	Comando, Controlo e Comunicações
CI	Configuração Internacional
CIA	Central Intelligence Agency
CDI	Comissão de Direito Internacional
CNA	Canal Nacional de Água (National Water Carrier)
CLP	Conselho Legislativo da Palestina
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DIH	Direito Internacional Humanitário
EUA	Estados Unidos da América
FAI	Força Aérea Israelita
FPLP	Frente Popular para a Libertação da Palestina
FDI	Forças de Defesa de Israel
FPDLP	Frente Popular Democrática pela Libertação da Palestina
GEN	General
KKL	Fundo Nacional Judaico
MTEP	Milhões de Toneladas de Equivalentes de Petróleo
NIS	Novo Shekel Israelita
NUG	Governo de União Nacional Palestiniana
OLP	Organização de Libertação da Palestina
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
P&D	Pesquisa e desenvolvimento
RFA	República Federal da Alemanha
SPI	Sistema Político Internacional
TCOR	Tenente-Coronel
TEP	Toneladas de Equivalentes de Petróleo
TGEN	Tenente-General
UE	União Europeia
UNEF	Força de Emergência das Nações Unidas
UNSCOP	United Nations Special Committee on Palestine

1. INTRODUÇÃO

A região do Médio Oriente, palco de conflitos há mais de quatro milénios, transformou-se num efectivo epicentro de guerras e disputas territoriais desde 1948, após a criação do Estado de Israel. A resolução 181, exarada pela Organização das Nações Unidas, dividia a Palestina em duas partes levando a Grã-Bretanha, que ocupava o território desde 1917, a retirar os seus exércitos da região.

Enquanto o povo israelita proclamava a independência do seu Estado, a 14 de Maio de 1948, a Liga Árabe preparava-se para atacar o novo país, rejeitando a divisão imposta pelas Nações Unidas. No final da guerra, Israel duplicava o seu território comparativamente ao que lhe havia sido atribuído inicialmente. Adensando a problemática, centenas de milhar de palestinianos refugiavam-se na Jordânia, no Líbano e na Síria, por outro lado, milhares de judeus eram expulsos dos países árabes acabando por se fixarem em Israel. O uso de técnicas terroristas por ambas as partes, as ligações religiosas e a ingerência de terceiros torneavam o conflito dando-lhe proporções demasiadamente gravosas e incontroláveis. A caixa de Pandora abrira-se e desde então, apesar dos vários esforços, nunca se alcançara um acordo de paz duradouro, o que acabaria por degenerar num problema que nas décadas seguintes alimentaria a violência na região.

O presente estudo tem como objectivo analisar o Estado de Israel e a sua envolvente de forma a identificar os principais factores associados ao conflito israelo-árabe para que posteriormente, e sob forma de contributo, se possam apurar as condições necessárias para que a segurança, a paz e a estabilidade se instalassem e se tornassem perenes nesta região do globo.

A decisão de centrar o conflito israelo-árabe advém da importância adquirida a nível internacional após a Primeira Guerra Mundial (IGM), com a queda do Império Otomano, tendo desde então captado, de forma permanente, as atenções da comunidade internacional, sobretudo após a criação do Estado de Israel. As sucessivas guerras, a par de conflitos armados de menores dimensões, transformaram a região do Médio Oriente num espectro de verdadeira volatilidade.

Esta problemática com acentuados contornos políticos, sociológicos, filósofos, mas essencialmente culturais, ultrapassa os modelos clássicos abrindo perspectivas para padrões conceptuais e estruturais de difícil remediação ameaçando qualquer acordo sustentável. Assim, é fundamental identificar quais os verdadeiros problemas para que

consequentemente as sociedades judaica e muçulmana se consciencializem e criem as condições suficientes e necessárias para alcançar a tão almejada conciliação. Deste modo a acção concertada dos vários actores terá de assentar em papéis que terão de ser activos, esclarecidos e transparentes construindo as pontes precedentes para o caminho de um acordo sustentável para ambos. Afigura-se um desafio, nesta teia demasiadamente complexa, no âmbito em que vários actores terão de moldar a sua acção em detrimento dos seus objectivos individuais ao ponto de contribuírem para um objectivo colectivo a bem da humanidade. Nesse sentido, procura-se analisar a coerência entre os diversos factores que contribuem para o agudizar do conflito com especial enfoque para a escassez hídrica, a cultura em traços gerais e a religião em particular, o terrorismo e as acções externas sobre o conflito. Pretende-se, assim, contribuir para uma análise sistémica compreensiva da evolução do conflito ao ponto de identificar como se traduzem as metas e indicadores do seu solucionamento e quais as formas de monitorização.

De forma desafiante, mas simultaneamente consciente, parte-se de uma posição algo desfavorável, uma vez que se abordam duas culturas de avultada opacidade, e até herméticas, sob o ponto de vista ocidental, e que sobre elas se tenta apontar medidas apropriadas, justas e capazes de vigorar em ambas as sociedades. Neste âmbito salienta-se que diversas gerações vivem praticamente em guerra e que o próprio Estado de Israel, desde a sua fundação, vive em conflito permanente, adensando a gravidade envolvente.

Considerando a temática demasiado vasta, com várias interdependências, a compreensão não poderia partir de uma visão segmentada pelo que se pretende construir um pensamento complexo que recorra de contribuições multidisciplinares, embora seja impossível, pelo menos neste âmbito, aprofundar todas as perspectivas. Assim sendo, procura-se contribuir com uma perspectiva conjunta que englobe medidas de conciliação entre ambas as sociedades contribuindo com possíveis soluções para a paz na região. Após a sua identificação efectuar-se-á uma interpretação das mesmas, recorrendo-se a bases comparativas, com o objectivo de se apontarem as que se afiguram com maiores reservas no sentido de comprometerem/inviabilizarem o processo de paz.

De acordo com as várias entrevistas exploratórias¹, assume-se que o conflito decorre de questões territoriais, ou seja políticas, tendo-se centrado o estudo sobre a análise geo-estratégica, os recursos hídricos, a religião, o terrorismo e as relações externas. Por sua vez a questão cultural assume importante relevo pelo que se adoptou como pressuposto do maior entrave ao processo de paz e que da mesma decorrem vários factores que agravam a problemática.

Pela dimensão que encerra esta investigação, importa em prol de uma melhor objectividade e rigor científico, efectuar-se uma delimitação do objecto de estudo, canalizando-se o estudo ao actual Estado de Israel e aos territórios ocupados desde a emergência do Movimento Sionista liderado por Theodor Herzl nos finais do séc. XIX². De forma evidente, seria impossível trabalhar toda a ingente bibliografia disponível sobre o conflito, tanto por razões de quantidade e de qualidade como de idioma, pelo que se centrou a investigação em documentos redigidos em inglês, francês, espanhol e português.

Para desenvolver este estudo foi elaborada a seguinte questão central:

“Quais as orientações que devem ser definidas como contributo para o dissipar do conflito israelo-árabe?”

Para se alcançar uma resposta cabal a esta questão foram desenvolvidas as seguintes acções: Avaliação geopolítica de Israel na região; Análise dos factores geopolíticos/geoestratégicos permitindo a identificação de factores que contribuem para o conflito; Descrição da escassez dos recursos hídricos e a sua influência sobre o conflito; identificação da influência religiosa sobre o conflito; Interpretação do terrorismo como instrumento de coação e distinção entre terrorista e resistente; Identificação dos actores do Sistema Político Internacional com maior e menor protagonismo na região, bem como as suas formas de actuação; Análise do factor cultural no conflito israelo-árabe; Identificação das medidas orientadoras para o dissipar do conflito e descrição de reservas quanto à implementação das mesmas.

¹ As entrevistas exploratórias têm “como função principal revelar determinados aspectos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pelas suas leituras” In Raymond Quivy & Luc Campenhoudt, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa, 2008, pag 69.

²Embora, a generalidade de autores interprete que o movimento nacionalista judaico, vulgarmente conhecido por Sionismo, foi responsável pela criação do Estado de Israel os mesmos divergem quanto à origem do mesmo, defendendo que este remonta aos inícios da diáspora judaica aquando da expulsão dos judeus pelos romanos no séc. I ou mesmo no séc. VI a.C. aquando da destruição do primeiro templo judaico construído por Salomão pelos babilónios.

A recolha de informação corresponde ao levantamento diversificado de dados cujas principais fontes assentaram em: livros, revistas, jornais, vídeos, internet e entrevistas, donde se salienta que as várias traduções são da responsabilidade do mestrando. Cabe acrescentar que pese embora valiosos trabalhos de autores nacionais, o Médio Oriente é uma região pouco estudada em Portugal, situação que se reflecte na reduzida disponibilidade de obras em bibliotecas lusas. As dificuldades fizeram-se também sentir pelos apoios extremamente reduzidos da Embaixada de Israel em Portugal e nulos da Embaixada Portuguesa em Telavive bem como da comunidade israelita de Lisboa.

As entrevistas assumiram particular interesse, uma vez que em conjunto com as leituras permitiram consolidar determinados pontos da problemática, contribuindo para a descoberta de novos aspectos, onde posteriormente se tornou possível confirmar/infirmar as informações recolhidas através das leituras. Numa primeira fase, realizadas em sentido exploratório, devido ao conhecimento que os entrevistados detêm sobre a temática, possibilitaram a sistematização e consolidação dos objectivos traçados. Neste tipo de entrevista destaca-se a informação colhida relativamente aos factores que contribuem para o conflito e negam os acordos de paz. Numa fase posterior, efectuaram-se entrevistas semi-estruturadas³, incidindo em determinados pontos específicos, conforme a área de experiência dos entrevistados, seleccionados a partir dos seus conhecimentos, fruto das vivências ou por se constituírem especialistas sobre a temática. Entre os entrevistados encontram-se ex-habitantes do território em disputa, familiares directos de habitantes, académicos, jornalistas, militares e investigadores sobre a temática. As entrevistas foram previamente agendadas, existindo contacto directo, na maioria das mesmas, e gravadas em áudio, após autorização concedida por parte do entrevistados. Salienta-se que o número de entrevistas adoptado teve por base a selecção de informantes com alto grau de credibilidade, onde o número foi bastante reduzido pelo facto de existirem dificuldades no idioma, deslocações, indisponibilidade dos entrevistados, ou mesmo a ausência de qualquer resposta apesar das várias diligências tomadas para esse fim. Ainda assim, os objectivos propostos foram alcançados se bem que exista a consciência que seria uma mais valia reunir testemunhos das restantes entidades previamente seleccionadas.

³ Requerem a existência de um guião previamente preparado que serve para orientar o desenrolar da entrevista procurando garantir que vários participantes respondam às mesmas questões.

O recurso à técnica da entrevista e a consequente análise da informação admitem constituir um carácter inovador ao presente estudo uma vez que se complementa o estudo com as mesmas reunindo matérias que são publicadas pela primeira vez. Todos os dados foram seleccionados de acordo com a pertinência relativa ao estudo ao que terão sofrido um reordenamento para que se sujeitassem a comparações, tratamento e análise de modo a alcançar os objectivos propostos. Deste modo, face ao objecto de estudo, a análise dos vários documentos, ordenados por assunto, permitiram uma maior clarividência e uma maior facilidade na consulta e tratamento. Contudo, é evidente que ao longo dos vários capítulos o presente texto se entrecruze com as informações recolhidas através da pesquisa provocada, ou seja das entrevistas, sem que as mesmas sejam apresentadas em separado das restantes informações.

Apresentando-se como um estudo qualitativo, onde as entrevistas se assumem como técnica privilegiada de recolha de informação, a análise de conteúdo – categorial temática – foi a técnica seleccionada⁴.

O trabalho organiza-se em oito capítulos, dos quais o primeiro aborda Israel no quadro político internacional, onde se apresenta um enquadramento geo-histórico analisando-se a actual distribuição do poder, no contexto mundial, de forma a obter-se uma compreensão do conflito actual. No segundo capítulo são identificadas as potencialidades e as vulnerabilidades que permitem entender as relações de poder, nomeadamente as de cooperação e de conflitualidade. Este capítulo teve ainda um importante papel no sentido de identificar e reforçar alguns daqueles que são apontados como os principais factores inerentes ao conflito. O terceiro capítulo aborda, devido à sua escassez natural, os recursos hídricos da região, o que faz desta questão uma problemática antiga. O quarto capítulo identifica a influência da questão religiosa no conflito. Por sua vez, no capítulo seguinte descrevem-se as ligações terroristas ao conflito, apurando-se como contribuíram para a edificação de Israel. O sexto capítulo retrata o ambiente externo de Israel, identificando e caracterizando as áreas e os principais actores, no Sistema Político Internacional (SPI), na região. No sétimo

⁴ Para tal, organizaram-se as seguintes fases: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A primeira fase consistiu na selecção do material para a análise, a sua organização, bem como o levantamento das hipóteses pertinentes que serviram de fundamento para a análise final. A segunda fase compreendeu a exploração do material, efectuando-se o tratamento e interpretação dos resultados. A terceira e última fase desta técnica consistiu na obtenção das conclusões apurando-se quais os mais significativos e expressivos. A partir dos resultados fidedignos conduziu-se à dedução, interpretação e análise dos mesmos no sentido de avançar e sistematizar a análise final tentando-se desta forma colaborar para a percepção do conflito mediante uma compreensão crítica da realidade.

capítulo analisa-se a questão cultural com o intuito de identificar a importância da mesma sobre o conflito. Finalmente, no capítulo conclusivo, realçam-se os motivos pelo qual os esforços, em tentativas anteriores, não resultaram, ao que se segue a apresentação dos principais factores que dificultam o processo de entendimento permitindo posteriormente apresentarem-se propostas/contributos que possam ser desenvolvidos neste retrato geopolítico com o objectivo de alcançar a paz.

2. ISRAEL NO QUADRO POLÍTICO INTERNACIONAL

Pretende-se neste capítulo identificar, através da análise histórica, os principais antecedentes Geo-históricos de Israel, desde a sua criação, com vista a uma melhor compreensão da sua actual situação. Para esse efeito será utilizado o “factor histórico”, abordando os factos mais importantes. Seguidamente, analisar-se-á a distribuição do poder na actualidade e a compreensão da realidade geopolítica⁵ de Israel no Mundo.

2.1. Retrospectiva Histórica

Com o fim da IGM um novo Mundo emergiu dos seus escombros, a velha estrutura liberal europeia que dominara todo o séc. XIX foi destruída. Ao Império Otomano⁶, um dos grandes derrotados desse conflito, foi-lhe imposto o Tratado de Sèvres⁷. O mesmo definia que a parte europeia do Império era integrada na Grécia⁸, a Arménia tornava-se uma república independente, o Líbano ficaria sob o domínio da França, a Palestina e a Síria seriam mais duas colónias do Império Britânico e a Anatólia tornava-se Italiana.

No entanto, quer os militares quer a classe média turca, não satisfeitos com o rumo dos acontecimentos no seu país, iniciam um movimento de insurreição, o qual irá culminar em 1922 com a criação da República Turca, liderada por Mustafá Kemal. Devido a estes acontecimentos, a República Turca exige a revisão dos antigos tratados, as potências aliadas recuam e assim em 1923, na Suíça, é assinado o Tratado de Lausanne⁹, no qual se determina a devolução da Anatólia, ficando no entanto as potências ocidentais com os territórios que até aí administravam.

Antes porém, em pleno séc. XIX, emerge em Viena o chamado “Movimento Sionista”. O mesmo é fundado por intelectuais judeus que reivindicavam a existência de uma pátria, sendo o líder desta corrente de pensamento Theodor Herzl. Decorrente da afirmação de nacionalidades, vivida na Europa dessa altura, o Sionismo rapidamente ganha apoiantes, entre a alta burguesia judaica e de instituições financeiras, que mais

⁵ Adoptou-se como referência a definição de Costa e Melo o “*estudo da distribuição à superfície do Globo dos fenómenos físicos, biológicos e humanos e interpretação das causas dessa distribuição e das relações locais desses fenómenos*” In Carlos Dias, *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*. Lisboa: Prefácio, 2010, pag 61.

⁶ Figura 1 do Anexo B.

⁷ Acordo de Paz assinado pela Tríplice Entente (Inglaterra, França e o Império Russo) e o Império Otomano.

⁸ Com a excepção de Constantinopla.

⁹ Figura 2 do Anexo B.

tarde o viriam a financiar¹⁰. O movimento possui as suas raízes na “diáspora” que remonta ao séc. I, provocada pelo imperador romano Tito. Pela Europa, passando pelo Médio Oriente até ao Norte de África, os judeus dispersaram-se por todo o império romano. Apesar da distância física permaneciam ligados pela cultura e mantinham a esperança de poderem regressar à terra dos seus antepassados. Para concretização do objectivo conservavam solidamente os seus usos e costumes. As comunidades judaicas tornaram-se assim autênticas “ilhas” culturais, destoando da realidade que as rodeava.

Nos séculos seguintes estas comunidades floresceram, sendo muitas delas autênticos centros de comércio e de actividades bancárias. No entanto nos países de acolhimento a religião predominante era o Cristianismo¹¹, o que por si só deu origem a perseguições, massacres de toda a ordem e até à conversão para cristãos-novos¹². Na idade moderna¹³ os judeus foram confinados a viver em guetos nas cidades da Europa Ocidental. Facto que despoletou o início de um êxodo dos mesmos para a Europa Central e de Leste. Com a onda de nacionalismos que varreu a Europa durante o séc. XIX, os judeus uma vez mais viram-se segredados e perseguidos. Cria-se, então, a crença no restabelecimento do antigo Estado Judaico, difundindo-se a ideia por todas as comunidades judaicas, a nível mundial, renascendo o “Sionismo”, como referido anteriormente.

Contrariando os interesses do império Otomano, em finais do séc. XIX, grupos de judeus russos regressam à Palestina¹⁴ para aí fundarem comunidades agrícolas. A política dúbia levada a cabo pelo Império Britânico ao permitir a constituição de novas colónias de imigrantes judeus mas que, simultaneamente, evitava o seu crescimento, levou a que em 1929 se iniciassem as hostilidades entre os árabes residentes¹⁵ e as comunidades judaicas entretanto instaladas.¹⁶

¹⁰ Martin Gilbert, *História de Israel*. Lisboa: Edições 70, 2009, pag 27 e 35.

¹¹ Para os cristãos dessa época, os judeus eram considerados como aqueles que mataram Jesus Cristo.

¹² Designação dada em Portugal, Espanha e Brasil aos judeus e muçulmanos convertidos ao cristianismo.

¹³ Tradicionalmente aceita-se o início estabelecido pelos historiadores franceses, em 1453 aquando da tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos e o término com a Revolução Francesa, em 1789.

¹⁴ A área correspondente à Palestina até 1948, encontra-se hoje dividida em três partes: o Estado de Israel, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia.

¹⁵ O actual território israelita foi alvo de inúmeras invasões desde os Assírios em 722 a.C., passando pelo império Romano que lhe deu o antigo nome de Palestina, até às invasões muçulmanas de expansão da fé islâmica.

¹⁶ Martin Gilbert, *História de Israel*. Lisboa: Edições 70, 2009, pag 78 e 79.

Anteriormente, em 1917, o secretário britânico dos Negócios Estrangeiros prometeu, quer a árabes quer a judeus, a constituição de dois Estados independentes, ficando essa decisão conhecida como a declaração de Balfour¹⁷.

Em 1933, na Alemanha, o partido Nacional Socialista¹⁸ chega ao poder e com ele os sentimentos anti-semitas adquiriram novamente proporções assustadoras, já que, segundo as convicções do seu líder¹⁹, os judeus constituíam-se nos inimigos naturais da “Raça Aariana”²⁰ e eram a principal causa do desastre alemão²¹ dos anos vinte e princípios dos anos trinta, sendo então proposta a “Solução Final”²². Consequentemente cerca de seis milhões de judeus, dos territórios ocupados pela Alemanha Nazi, foram mortos em campos de concentração, fuzilamentos arbitrários, perseguições, trabalho escravo, além de outros.

O final da IIGM, faria recrudescer a criação de um Estado Judeu, como solução para o problema dos sobreviventes do Holocausto da Europa, já que estes, não tinham como regressar aos seus países de origem, e muitos nem o desejavam, mas sobretudo para atender à reivindicação dos judeus sionistas.

A morosidade do Governo britânico em conceder autorização para a vinda de mais judeus para a Palestina, provocou uma violenta reacção dos colonos judeus entretanto fixados na região. A situação tornou-se de tal modo tensa, que em 1947 a ONU vota a Resolução 181 a favor da criação de dois Estados independentes na área correspondente à Palestina. Um Estado Israelita e um outro Árabe, ficando a cidade de Jerusalém como cidade internacional²³.

Os países árabes vizinhos²⁴ não aceitando a divisão em 1948, aquando da proclamação do Estado de Israel sob a chefia de David Ben-Gurion, invadem o novo Estado. Decorrente da guerra os judeus perdem a parte velha de Jerusalém mas conquistam novos territórios. Durante o conflito verifica-se o êxodo das populações

¹⁷ Idem, ibidem, pag 51.

¹⁸ Mais conhecido como Partido Nazi (contração da palavra alemã (NA)tionalso(ZI)alist (Nacional Socialista)).

¹⁹ Adolf Hitler.

²⁰ Os etnólogos do séc. XIX propuseram que todos os povos europeus de raça branca eram descendentes do antigo povo ariano. Estes correspondem ao subgrupo dos indo-europeus, que se estabeleceu no planalto iraniano desde o final do terceiro milénio a.C. e que povoou a Península da Índia por volta de 1500 a. C., vindo do norte, pelo Punjabe, disseminando-se pela Índia, Pérsia e regiões adjacentes.

²¹ Problemas económicos alemães.

²² Plano nazi de genocídio sistemático contra a população judaica durante a IIGM.

²³ O estatuto de cidade internacional está relacionado com questões religiosas, visto ser o centro religioso das 3 principais religiões monoteístas (Cristianismo, Islamismo e Judaísmo). Figura 3 do Anexo B.

²⁴ Egipto, Jordânia, Líbano, Síria e Iraque.

palestinianas para os países limítrofes do novo Estado. Fruto dos acontecimentos, emerge um sentimento nacional palestino contra a ocupação israelita²⁵.

Em 1949, após a guerra e sob observação da ONU, é assinado um armistício²⁶ entre as partes em conflito. O Estado de Israel amplia o seu espaço territorial ficando com a administração da parte ocidental da cidade de Jerusalém, cabendo à Jordânia o controlo da parte oriental²⁷. Desde então a região vive sob o espectro de várias guerras. A primeira em 1956, resultante da ameaça de uma nova invasão por parte dos seus vizinhos, o exército israelita invade a Faixa de Gaza e Península do Sinai, que se encontravam sob administração egípcia. Sob pressão internacional, particularmente dos EUA, Israel retirou-se dos territórios entretanto conquistados e que posteriormente foram ocupados por forças das Nações Unidas (UNEF), em troca de garantias de utilização e navegabilidade no canal do Suez, ficando este sob a égide do Egipto²⁸.

No início dos anos sessenta, os palestinos não conformados em ceder terras, que eram suas por direito próprio, aos imigrantes judeus que constantemente chegam a Israel, criam e desenvolvem, segundo a opinião israelita, uma organização de cariz terrorista. Esta organização, a Organização para Libertação da Palestina (OLP), foi suportada pelos países árabes vizinhos, contando ainda com o discreto apoio da União Soviética. O seu líder, Yasser Arafat, assumiu desde logo um dos seus principais objectivos: expulsar os judeus.²⁹

O presidente do Egipto, Nasser, entretanto chegado ao poder não conformado com os tratados mencionados, reivindica a Faixa de Gaza e dá início a uma série de provocações, as quais irão conduzir numa das mais espectaculares acções militares do pós-guerra³⁰. Na Guerra dos Seis Dias o exército israelita conquista os Montes Golan à Síria, a Cisjordânia e parte oriental de Jerusalém à Jordânia e a península do Sinai ao Egipto³¹.

²⁵ Martin Gilbert, *História de Israel*. Lisboa: Edições 70, 2009, pag 234.

²⁶ Armistício de Rodas.

²⁷ Figura 4 do Anexo B.

²⁸ Figura 5 do Anexo B.

²⁹ Martin Gilbert, *ibidem*, pag 460.

³⁰ A guerra será chamada de “Seis Dias”, na medida em que decorreu entre 5 e 10 de Junho de 1967, onde o exército israelita combateu contra os exércitos do Egipto, Jordânia e da Síria em simultâneo.

³¹ Figura 6 do Anexo B.

Após a Guerra dos Seis Dias, o desafio diplomático de Israel assentava em traduzir as suas vitórias militares em paz permanente de acordo com a Resolução 242³² do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Porém, a posição árabe decorrente da Conferência de Cartum³³, que ficara conhecida como a “conferência dos três não”, resumia-se a “*não à paz com Israel, não a negociações com Israel e não ao seu reconhecimento*”.³⁴

Posteriormente, as provocações não cessam, já que os derrotados reivindicam a posse dos territórios perdidos. Em Outubro de 1973, a Síria e o Egipto lançam um ataque contra posições israelitas com o propósito de recuperarem os territórios entretanto perdidos. Iniciava-se a guerra de “Yom Kippur”³⁵, que se traduziu, apesar dos avanços e recuos de ambas as partes, às fronteiras estabelecidas em 1967.

Em 1978, com a mediação dos EUA em Camp David, na presença dos Presidentes Carter³⁶ e Sadat³⁷ e do Primeiro-Ministro Begin³⁸, é assinado um acordo de paz definitivo, onde se estabelece que Israel retira da península do Sinai³⁹ e onde o Egipto reconhece o Estado de Israel como país soberano^{40,41}. Enquanto isso, nos territórios ocupados a contestação ao ocupante mantêm-se, com acções de carácter terrorista e posteriores retaliações. Durante este período e alegando questões de segurança, Israel invade o Líbano, assistindo-se à tentativa de destruição da OLP⁴² e do seu líder, de igual modo tenta-se acabar com os massacres nos campos de refugiados de Sabra e Chatila, onde sem razão aparente centenas de pessoas são massacradas⁴³. Esta invasão culminará em 1985 com a retirada do exército israelita exceptuando a fronteira

³² Que apelava ao “*reconhecimento da soberania, integridade territorial e independência política de todos os Estados da região e do seu direito a viver em paz dentro das fronteiras seguras e reconhecidas, livres de ameaças ou actos de força*”.

³³ Dando lugar à Resolução de Cartum aprovada em 01 de Setembro de 1967 por Oito Chefes de Estado Árabes.

³⁴ MFA, *Israel Ministry of Foreign Affairs*, [Consultado em 24JAN12], Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFAPR/Facts%20About%20Israel/HIST%D7%83RIA-%20O%20Estado%20de%20Israel>, 2002. “(...) *no peace with Israel, no recognition of Israel, no negotiations with it* (...)”

³⁵ Um dos dias mais importantes do judaísmo. Os judeus tradicionalmente observam esse feriado com um período de jejum de 25 horas e reza intensa. Considerado o dia de arrependimento, o retorno ao bem o Dia do Perdão.

³⁶ Presidente dos EUA.

³⁷ Presidente do Egipto.

³⁸ Primeiro-Ministro Israelita.

³⁹ Esta retirada irá desenrolou-se durante três anos.

⁴⁰ Até esta data nenhum país árabe tinha reconhecido Israel, como país soberano.

⁴¹ Figura 7 do Anexo B.

⁴² O quartel-general da organização situava-se em Beirute.

⁴³ Martin Gilbert, *História de Israel*. Lisboa: Edições 70, 2009, pag 556.

Sul, criando-se aí uma zona de segurança. Em 1987, primeiro em Gaza e posteriormente na Cisjordânia dá-se início à primeira intifada.⁴⁴

Durante o ano de 1991 tem início a guerra do Golfo, na qual o Estado Israelita é posto à margem do conflito, apesar de ter sido atacado por parte de um dos contendores. Como rescaldo da guerra e sob a égide da Monarquia Espanhola, ocorre uma conferência em Madrid onde são feitas as primeiras negociações bilaterais entre Israel e os vizinhos árabes.⁴⁵

No decorrer de 1993, o líder da OLP surpreende “o Mundo” ao reconhecer o direito de Israel à existência como nação soberana, levando o Primeiro-Ministro israelita⁴⁶ a declarar que a OLP era a “representante do povo palestino”. Estavam, desta forma, reunidas as condições para um entendimento de negociações de paz, o qual já se preparava desde Oslo. Este acordo foi assinado em 13 de Setembro em Washington na presença do Presidente Clinton e dos dois litigantes.⁴⁷ Após o acordo verificou-se um clima de desanuviamento de ambas as partes, com a celebração de um conjunto de acordos de boa vizinhança, os quais culminaram com a assinatura dos acordos de Taba ou Oslo II, acerca da autonomia palestina sobre os territórios ocupados incluindo a Cisjordânia.

No ano de 1996, uma coligação de direita e de extrema-direita chega ao poder em Israel⁴⁸, facto que por si só, teve como consequência a suspensão das negociações⁴⁹ que se vinham a desenvolver sobre o estatuto definitivo dos Territórios Autónomos.

Em 1998 dá-se o acordo de Wye Plantation, o qual prevê que Israel retire da Cisjordânia cerca de 13% do contingente militar, em troca a ANP terá de reprimir os movimentos terroristas.

Durante o decorrer de 2000, verifica-se um conjunto de acontecimentos, os quais conduzirão ao agudizar da situação. A retirada precipitada da zona de segurança no sul

⁴⁴ Intifada ou a Guerra das Pedras. Movimento da população civil palestina contra a presença israelita nos territórios ocupados da Faixa de Gaza e Cisjordânia. Martin Gilbert, *História de Israel*. Lisboa: Edições 70, 2009, pag 573-576.

⁴⁵ Nesta conferência a delegação Jordana inclui a delegação palestina num quadro de delegação comum. Idem, ibidem, pag 598

⁴⁶ Yitzhak Rabin.

⁴⁷ Este acordo teve grandes resistências por parte dos judeus ortodoxos e dos fundamentalistas muçulmanos. Em Israel era proibido manter qualquer tipo de contacto com a OLP. Diplomatas noruegueses, no entanto, haviam conseguido convencer Shimon Peres da necessidade de negociações, pois a paz somente seria alcançada com negociação. Idem, ibidem, pag 614.

⁴⁸ Governo liderado por Benjamim Netanyahu.

⁴⁹ Visavam clarificar o estatuto de Jerusalém, o retorno dos refugiados, questões de segurança, os colonatos, as fronteiras e as relações inter-estados.

do Líbano sob pressão do Hezbollah⁵⁰, a visita de Ariel Sharon à esplanada das Mesquitas em Jerusalém e a Cimeira de Charm el-Cheikh⁵¹, são exemplos de acontecimentos marcantes.

A eleição de Ariel Sharon, no ano de 2001, para líder do Governo marcou todo o cenário político da região. Facto conducente a uma escalada de violência, tendo-se registado o assassinato do ministro do turismo israelita. Apesar de não reivindicado, de imediato os israelitas suspeitaram da ANP. Simultaneamente, os movimentos radicais islâmicos presentes na região criam um pacto armado levando Yasser Arafat a declarar o estado de emergência nos territórios autónomos e Ariel Sharon a decretar a sua prisão domiciliária.

No ano de 2002 a violência não pára, sucedendo um conjunto de acções de retaliação de parte a parte, quer a invasão dos territórios autónomos por parte de Israel, quer as acções dos homens e mulheres bomba, tudo serve para o agudizar da situação, incluindo a destruição do quartel-general da ANP em Ramalah, onde a vida do líder palestino esteve por diversas ocasiões em perigo. No mesmo ano inicia-se a construção do muro em torno da Cisjordânia, medida que desagradou extremamente os palestinos.

Ainda em 2002, é publicado no The New York Times um plano de paz proposto pela Arábia Saudita. O mesmo assenta nas Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Basicamente propõe-se a retirada plena por parte de Israel; a criação de um Estado palestino com a sua capital em Jerusalém Oriental; e a solução para o problema dos refugiados palestinos em troca de relações totalmente normalizadas com todo o mundo árabe. Pela primeira vez e de forma unânime a proposta recebe o apoio da Liga Árabe. Como resposta, o Ministro das Relações Externas de Israel Shimon Peres refere: *"... os detalhes de cada plano de paz devem ser discutidos directamente entre Israel e os palestinos, e para tornar isto possível, a ANP tem de pôr um fim ao terror"*, referindo-se ao ataque suicida de Netania.⁵²

⁵⁰ Movimento radical islâmico.

⁵¹ Onde é elaborado um documento sob mediação do presidente Clinton, onde se estabelece a cessação da violência, criação de uma comissão de inquérito sobre as violências e estatuto final dos territórios palestinos.

⁵² Conflito Árabe-Israelense, [Consultado em 18OUT09], Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Conflito_%C3%A1rabe-israelense, (s/d).

Em 2003, líderes palestinos e israelitas concordaram em avaliar um plano de paz apoiado pela ONU e vários países, mas a violência e a retaliação continuaram. Apesar da oposição palestina, Israel continua a erguer o muro. No ano seguinte morre Yasser Arafat, sendo substituído por Mahmoud Abbas, também do Fatah, no comando da ANP.

Mediante proposta apresentada pelo Primeiro-Ministro israelita, Ariel Sharon, adotada pelo Governo e aprovada em Agosto de 2005, Israel retirou de forma unilateral da Faixa de Gaza e do norte da Cisjordânia. Os civis foram evacuados (muitos de forma forçada) e os edifícios residenciais foram demolidos após 15 de Agosto. A retirada da Faixa de Gaza foi concluída em 12 de Setembro de 2005, após o último soldado israelita abandonar a Faixa de Gaza. A retirada militar do norte da Cisjordânia foi concluída dez dias mais tarde. Em Novembro desse ano, o Governo Bush reconheceu o estímulo da Arábia Saudita no financiamento ao Hamas e a outros grupos de rebeldes palestinos.⁵³

Através de um ataque do Hezbollah, verificado a 12 de Julho de 2006, contra Israel dá-se início ao conflito israelo-libanês. Três soldados Israelitas foram mortos e dois capturados e feitos prisioneiros pelo Líbano. Numa operação de busca e salvamento cinco soldados da Força de Defesa de Israel foram mortos, o que conduziu a uma nova onda de confrontos entre Israel e o Hezbollah, assistindo-se a sucessivos ataques ao único aeroporto internacional libanês e a pontos estratégicos no sul do Líbano por parte de Israel. Simultaneamente, milícias libanesas, provavelmente do Hezbollah, bombardeavam o norte de Israel, estendendo os bombardeamentos até à cidade israelita de Haifa, no sul do país. Registam-se centenas de civis mortos, resultantes de ataques aéreos, dos quais 90% foram vítimas libanesas. A pressão aumenta, dilatando as preocupações em torno da situação temendo que a mesma atinja proporções ainda mais desastrosas, com a possibilidade da Síria ou do Irão se envolverem. Todavia um cessar-fogo⁵⁴ foi assinado, entrando em vigor em 14 de Agosto de 2006.

A 27 de Novembro de 2007, o então Primeiro-Ministro Israelita, Ehud Olmert, e o Presidente Palestino, Mahmoud Abbas, concordaram negociar sobre todas as questões e lutar por um acordo de Paz a vigorar até ao final de 2008. Em Abril de 2008 o

⁵³ Eodem loci.

⁵⁴ Através da Resolução 1701 da ONU, elaborada pelos EUA e França, aprovada no dia 11 de Agosto de 2006 por unanimidade no Conselho de Segurança da ONU. A resolução impunha a retirada do contingente militar israelita de território libanês, decretando ainda o envio de uma força de estabilização, com efectivo de 15 000 homens para o Sul do Líbano.

Presidente Sírio, Bashar Al-Assad, referiu, a um jornal do Qatar, que a Síria e Israel tinham vindo a discutir um tratado de paz por um ano, tendo como mediador a Turquia. As afirmações acabariam, posteriormente, por ser confirmadas por Israel.

Em 2008, mais precisamente no dia 27 de Dezembro⁵⁵, iniciou-se a operação chumbo fundido colocando fim a um cessar-fogo, que vigorava há mais de seis meses, firmado entre o Governo de Israel e representantes do Hamas, partido maioritário no Conselho Legislativo da Palestina (CLP) e que controla a Faixa de Gaza desde 2007. Esta operação revelou-se a acção militar mais intensa contra o território palestino desde a Guerra dos Seis Dias, em 1967. Oficialmente a operação que durou 22 dias e donde resultaram mais de 1300 mortos, na sua maioria civis, teria como objectivo responder aos ataques do Hamas. Os mortos foram mais de 1700 no decorrer de 2008, atingindo o dobro comparativamente a anos anteriores. Independentemente dos motivos alegados por Israel, vários membros do Governo israelita atestavam o objectivo de enfraquecer o Hamas que vencera as eleições legislativas palestinianas de 2006. A proximidade das eleições israelitas, marcadas para 10 de Fevereiro de 2009, também se constituiu como um dos factores que influenciaram a decisão de lançar o ataque devastador contra os palestinos. Pesou também, segundo os analistas, a necessidade de Israel procurar restabelecer o poder de dissuasão, depois do fracasso no conflito de 2006 com o grupo xiita libanês Hezbollah. Por último, segundo os observadores, é necessário considerar a eleição de Barack Obama, que vinha exercendo pressão sobre Israel no sentido de um acordo com o objectivo de criar um Estado Palestino em Gaza e na Cisjordânia.⁵⁶

Ao atacar o Hamas, Israel pretendia continuar a imposição do ritmo às negociações, que já se arrastam há 15 anos. Durante a ofensiva militar, o Governo e fontes militares israelitas acusaram o Hamas de usar civis como "escudos humanos", alegando que os militantes do grupo disparavam foguetes contra as suas cidades a partir de áreas densamente povoadas, encobrindo as armas em casas e mesquitas.

A 5 de Maio, o Secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, afirmou que mediante uma investigação confirmou-se a utilização de fósforo branco, por parte israelita, tendo o mesmo sido a causa da destruição inquestionável de alvos civis -

⁵⁵ Sexto dia da festa Judaica de Hanucá, ou Festa das Luzes. É celebrado em Dezembro, por um período de oito dias, comemorando-se a vitória de Israel na primeira batalha religiosa de que há memória.

⁵⁶ Eodem loci.

escolas, a clínica médica e a própria sede da ONU. Contudo, o Governo de Israel nega que tenha intencionalmente atingido as instalações. A ANP em jeito de protesto contra a ofensiva militar israelita retirou-se das negociações do processo de paz.

A 31 de Maio de 2010, uma frota da organização a favor dos direitos humanos, Free Gaza, transportava 750 pessoas e dez mil toneladas de ajuda humanitária para a Faixa de Gaza, quando foi interceptada, em águas internacionais do mar Mediterrâneo, pelas forças israelitas. Estas abordaram a frota, descendo de helicópteros por meio de rappel até uma das embarcações, o Mavi Marmara, de origem turca, e dispararam sobre os activistas, matando 19 deles. No dia seguinte o Egipto abriu a fronteira de Rafah, único local na Faixa de Gaza que não é controlado por Israel, permitindo os palestinianos circular numa altura em que se adensavam as críticas da comunidade internacional contra Israel após o ataque à “Flotilha da Liberdade”. Tal pressão acabaria por conduzir a um desbloqueio, ainda que parcial, da Faixa de Gaza por Israel. Contudo, Israel impôs um conjunto de limitações entre as quais definia o que poderia ou não transitar.

As negociações directas retomaram, em Setembro de 2010, onde Netanyahu, dirigindo-se a Abbas, afirmou “*Não queremos um breve interlúdio entre duas guerras. Não queremos uma trégua temporária entre períodos de terror. Queremos uma paz que acabe o conflito de uma vez por todas. Para isto acontecer serão necessárias concessões difíceis do meu lado e do seu lado*”⁵⁷. Porém, as negociações foram suspensas pouco depois quando Israel retomou as construções de colonatos, após uma interrupção de 10 meses, na Cisjordânia.

2.2. Valor Estratégico

2.2.1. Médio Oriente

O vocabulário naval britânico, baseado em heranças gregas relativas a orientações geográficas, persiste em moldar o discurso ocidental. Enquanto “Próximo Oriente” consistia num primeiro reabastecimento efectuado em Chipre, o “Médio Oriente” reportava-se ao porto de Adem, no Iémen, e por sua vez o “Extremo Oriente” remetia ao Oceano Índico e o posterior do mesmo. A linguagem característica inglesa é insuficiente para definir a ampla e heterogénea civilização árabe, onde a geografia, complementada pelo Irão e Israel, dois Estados não árabes, se estende desde o vale da

⁵⁷ Maria João Guimarães, Netanyahu e Abbas cumprem objectivos mínimos ao aceitar novas reuniões, In Público [Consultado em 03SET10], Disponível em: http://www.publico.pt/Mundo/netanyahu-e-abbas-cumprem-objectivos-minimos-ao-aceitar-novas-reunioes_1454117, 2010.

Mesopotâmia e península Arábica, através do Norte de África até ao Oceano Atlântico. Porém, e de forma inalterável o termo Médio Oriente reproduz uma região central do globo, comportando a área geográfica leste e sul envolvente ao Mar Mediterrâneo. A circunstância deste termo se perpetue, sem que outro se coadune melhor, para designar a região só por si salienta a conflitualidade existente no seu seio e a sua própria envolvimento.

Encruzilhada de três continentes, o Médio Oriente, também designado Sudoeste Asiático, merece observação muito atenta em virtude dos continentes em questão possuírem 81% da população mundial e constituir 57% da superfície terrestre. De extrema importância geoestratégica⁵⁸ permite à Europa o acesso directo para a Ásia Meridional, para a Rússia constitui-se no tão desejado acesso a mar aberto, enquanto para os Estados da Ásia Central é o corredor comercial mais favorável para o Mundo Ocidental. Acresce, ainda, o facto de o Médio Oriente ser possuidor da maior riqueza conhecida em reservas petrolíferas. Parag Khanna, conceituado especialista de geopolítica e governação global, refere que *“desde os tempos da Rota da Seda e passando pelas Cruzadas até ao advento da Segunda Guerra Mundial, o mundo árabe tem sido a passagem física entre a Europa, a África e a Ásia. Grande parte das reservas mundiais de petróleo e gás pertencem a países árabes, o que os torna irredutivelmente centrais para a economia global”*⁵⁹. Simultaneamente com a Rússia, o Médio Oriente, é, também, uma das regiões mais ricas em gás natural. Mas se o petróleo foi o principal causador de conflitos do séc. XX, a água de acordo com bastantes autores será nitidamente o tema de disputas no séc. XXI.

2.2.2. Israel

O grande valor estratégico de Israel advém da sua posição, na confluência de três continentes, permitindo-lhe efectuar a vigilância sobre uma grande via de comunicação internacional e sobre a zona de maior produção e de reservas petrolíferas do planeta. Após a queda do Xá⁶⁰ do Irão Reza Pahlevi, pode considerar-se o aliado privilegiado dos Estados Unidos no Médio Oriente, situação que é reforçada pela

⁵⁸ Adoptou-se como referência a definição do IAEM: *“o estudo das constantes e variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objectivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego, ou ameaça de emprego de formas de coacção, projecta o conhecimento geográfico na actividade estratégica”* in Carlos Dias, *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinaamentos*. Lisboa: Prefácio, 2010, pag 64.

⁵⁹ Parag Khanna, *O Segundo Mundo*, Editorial Presença, Lisboa, 2009, pag 185.

⁶⁰ Título dos monarcas da Pérsia e do Afeganistão e, muitas vezes, fazia parte dos nomes pelo qual eram conhecidos.

enorme superioridade militar qualitativa que possui no âmbito regional. Assistindo-se ao fim da guerra do Iraque, de modo positivo para os Estados Unidos⁶¹, poderá deixar de ser o único aliado americano na região, mas continuará a ser o mais sólido ainda por muito tempo.

Segundo a teoria de Saul Bernard Cohen⁶², baseada em regiões geopolíticas e geoestratégicas, Israel foi considerado um poder de 2.^a ordem situado numa das “cinturas fragmentadas”⁶³, que se caracterizavam por constituírem áreas tampão, impedindo o confronto entre as grandes potências, oferecendo opções para as várias formas de contenção e servindo de apoio a estas potências em épocas de conflito. Este teorizador propunha que o esforço dos EUA deveria ser executado, não sobre o Rimland⁶⁴, como tinha defendido Spykman⁶⁵, dada a impossibilidade material de o controlar e organizar por completo, mas apenas sobre a “cintura fragmentada”, não perdendo assim a capacidade do seu controlo, escolhendo criteriosamente, nessas regiões, os seus aliados preferenciais.

⁶¹ E de igual modo para Israel que verá desaparecer um potencial inimigo.

⁶² Teorizador geopolítico norte-americano pós IIGM.

⁶³ Shatterbelts, identificadas pelo Médio Oriente e o Sudeste Asiático de acordo com a sua teorização de 1963.

⁶⁴ Zona de amortecimento, entendida como uma vasta zona tampão.

⁶⁵ Teorizador geopolítico que faz a transição do pré IIGM para o período pós conflito. Anexo D.

2.3. A actual distribuição do poder

O término da Guerra Fria conduziu a alterações profundas ao SPI. O sistema bipolar e da disputa política, estratégica e ideológica conduziu a um cessar do período de concertação entre os EUA e a URSS. No imediato à Guerra Fria o mapa político colapsou-se e procurou-se evitar situações críticas de ruptura, inserindo-se as transformações que, então surgiram, no quadro das Instituições existentes. Da nova perspectiva do poder mundial, e sem um rival estratégico, os EUA afirmaram-se como a superpotência. Porém, algumas especificidades do sistema internacional têm-se mantido ao longo dos tempos (como a interdependência dos actores ou a abertura dos mercados à globalização, facilitando a circulação de pessoas, bens e outros) tem levado ao aparecimento de novos actores colectivos e singulares⁶⁶ na cena internacional. A elevada evolução das tecnologias da informação e das comunicações e a globalização das economias de mercado, apoiadas em Instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e outras. Para o professor Luís Moita esta nova realidade define-se por Configuração Internacional (CI).

De acordo com o professor Luís Tomé *“O novo recorte geopolítico mundial decorre dos efeitos provocados por dois acontecimentos “detonadores” – o final da Guerra Fria e o 11 de Setembro – e por um outro “revelador”- a crise iraquiana. Os “detonadores” provocam alterações substanciais na estrutura de poder mundial, na medida em que os Estados Unidos encaram o fim do confronto bipolar e, posteriormente, a “a guerra contra o terror”, como oportunidades para expandirem o seu alcance estratégico. A crise em torno da intervenção militar no Iraque, por seu lado, serviu, sobretudo, como “revelador” da realidade das relações de poder e de força, bem como das divergências transatlânticas e intereuropeias”*⁶⁷.

Os EUA, foram no período pós-Guerra Fria considerados a única superpotência do Sistema Internacional, detentora de uma indiscutível supremacia em relação às demais. Desde o poder económico, ao cultural, passando pelo tecnológico e pelo militar, os EUA detinham os domínios. Contudo, outras potências existem que ganham destaque no SPI: o Japão e a Alemanha, a terceira e quarta maior economia mundial; A Índia e a China, grandes potências demográficas, detentoras de economias emergentes que

⁶⁶ O Papa D. João Paulo II, constitui-se um destes novos actores, pela sua influência na alteração da situação política na URSS e pela luta do fim do Apartheid na África do Sul.

⁶⁷ Luís Tomé, *Uma nova configuração geopolítica*. Janus, 2005 Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, [Consultado em 02MAI09]. Disponível em: http://www.janusonline.pt/2005/2005_1_1_1.html.

ocupam grandes espaços continentais; de igual modo a Rússia, não só devido à grande extensão territorial mas também por se afirmar potência nuclear; na Europa, o Reino Unido e a França, são também importantes economias, a par de se constituírem potências nucleares e, conjuntamente, com a Rússia, a China e os EUA serem membros permanentes do CSNU. Por último, o Brasil não poderá ser esquecido como potência global, encontrando-se num processo de grande crescimento económico, com previsões de cerca de 7% ao ano. Apresenta-se como uma economia sólida e será a potência com menor risco no futuro⁶⁸.

Segundo Rodrigues Viana o sistema internacional é classificado como Unipolítico, ou seja, unipolar do ponto de vista militar, mas tripolar nos domínios económico, cultural, tecnológico e estratégico, evidenciando-se nestes aspectos os EUA, o Japão e a União Europeia⁶⁹; outros autores defendem a teoria de um sistema unimultipolar, onde existem grandes potências e uma delas se destaca denominando-se por superpotência⁷⁰. Já para Josef Nye, a actual distribuição do poder do sistema internacional é comparável a um jogo de xadrez de características tridimensionais, representando uma combinação de interdependências de três níveis⁷¹. Neste modelo o poder militar posicionar-se-á no tabuleiro superior, onde os EUA dominam, equivalendo a um sistema unipolar; No tabuleiro Intermédio o poder económico, e sob orientação de um sistema tripolar, os EUA, a União Europeia e o Japão repartem a liderança; Por sua vez, no tabuleiro inferior localiza-se o domínio da interdependência transnacional⁷², onde o mesmo se manifesta de forma dispersa.

2.4. Enquadramento de Israel à luz das teorias geopolíticas

Israel encontra-se situado numa encruzilhada de caminhos entre a Europa, a Ásia e a África, no chamado Crescente Fértil⁷³, pertencendo geograficamente ao continente asiático. Esta república situada no Médio Oriente ocupa uma área⁷⁴ de 20 770 km² fazendo fronteira com o Líbano a norte, com a Síria a nordeste, com a Jordânia a

⁶⁸ Referido pelo GEN Loureiro dos Santos, em 12 de Julho de 2010, aquando da nossa entrevista.

⁶⁹ Vítor Rodrigues Viana. *Segurança Colectiva. A ONU e as Operações de Apoio à Paz*. Edições Cosmos e Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 2002, pag 39.

⁷⁰ Luís Tomé, *Uma nova configuração geopolítica*. Janus, 2005 Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, [Consultado em 02MAI09]. Disponível em: http://www.janusonline.pt/2005/2005_1_1_1.html.

⁷¹ Joseph S. NYE Jr., *Compreender os Conflitos Internacionais, Uma Introdução à Teoria e à História*, 1ª ed., Gradiva, Lisboa, 2002, pag 276.

⁷² Contempla as relações transnacionais que transpõem fronteiras na ausência do controlo dos Governos.

⁷³ Inclui, além de, a Jordânia, o Iraque, o Líbano e a Síria.

⁷⁴ Excluem-se os 7 477 km² dos territórios ocupados por Israel: Montes Golan (1 150 Km²), parte leste de Jerusalém (70 Km²), Margem Ocidental (5 879 Km²) e Faixa de Gaza (378 Km²).

sudeste, com o Egipto a sudoeste e com o Mar Mediterrâneo a oeste.

Em Israel distinguem-se quatro regiões: a planície costeira do Mediterrâneo; a região montanhosa que percorre o país do norte ao centro; a região do vale do Grande Rift, que constitui a fronteira natural de Israel com a Jordânia e que inclui o Rio Jordão e aquele que é o lugar com menor altitude na superfície da Terra - o Mar Morto, situado 400 metros abaixo do nível do mar; e a região do Negev, a maior do país, que ocupa todo o sul de Israel.

Diversas teses, ao longo dos tempos, têm sido desenvolvidas com o propósito de caracterizar geopoliticamente os espaços em função dos diferentes factores de poder. Até ao fim da Guerra Fria, as teses tiveram diferentes objectos de estudo, desde a antiguidade clássica, passando pela dicotomia entre o poder continental e o marítimo, pelo estudo da ligação do sistema político do Estado com o território e até ao relacionamento do homem com o espaço. Actualmente, os grandes pensadores da geopolítica teorizam sob justificações de índole civilizacional, económica, religiosa, da natureza e na afirmação dos espaços regionais.

Graças a Friedrich Ratzel, determinista alemão, surge, na segunda parte do séc. XIX, o pensamento geopolítico fundamentado na geografia. Entendendo-se, a partir de então, o Estado como entidade política, desenvolvendo-se o conceito de “espaço é poder”⁷⁵. Na sua tese, Ratzel preconiza que o poder do Estado assenta no somatório de Posição (Lage) e Espaço (Raum). Ao analisar-se o Estado de Israel confirma-se que possui os requisitos necessários para competir através do seu espaço vital: a “posição” (Lage) pelo seu papel de charneira na Ásia; e o “espaço” (Raum) que se caracteriza pela sua área total e características físicas. Parag Khanna refere que os impérios precisam de se expandir para poderem sobreviver⁷⁶. O mesmo autor afirma “à semelhança de elásticos, os impérios vão-se esticando à medida que as pessoas se movem, alterando os factos no terreno e estabelecendo instituições que ampliam a lealdade através de territórios longínquos sem causar a rotura do elástico”⁷⁷.

Para Saul Cohen⁷⁸, o Mundo divide-se em regiões geoestratégicas e regiões geopolíticas⁷⁹. Para o autor existem, como regiões geoestratégicas: o Mundo

⁷⁵ Gérard Chaliand, *The art of War in World History*, University of California Press, Ltd, London, (1994), pag 782-784.

⁷⁶ Parag Khanna, *O Segundo Mundo*, Editorial Presença, Lisboa, 2009, pag 20.

⁷⁷ Eodem loci.

⁷⁸ Anexo D.

Continental Euro-Asiático, onde o núcleo se localiza no centro industrializado russo; e o Mundo Marítimo Dependente do Comércio, onde o núcleo se localiza nos EUA. Por sua vez o Mundo Continental Euro-Asiático divide-se em duas regiões geopolíticas: o heartland russo e a Europa Oriental, por um lado, e o Leste Asiático Continental, por outro. Por sua vez, o Mundo Marítimo Dependente do Comércio divide-se em quatro regiões geopolíticas: a Ásia marítima⁸⁰ e a Oceânia, a Europa marítima e o Magrebe, a América anglófona e as Caraíbas e, por último, a América do Sul. Entre as duas regiões políticas referidas, o mesmo teorizador, identifica duas regiões geopolíticas especiais e, simultaneamente, independentes: As cinturas fragmentadas do Médio Oriente e do Sudeste Asiático.

Zbigniew Brzezinski⁸¹, Conselheiro Nacional de Segurança do Presidente Jimmy Cárter, defende que a hegemonia americana⁸² é singular na medida em que pode ser classificada de global detendo a supremacia do poder^{83,84}. Para o politólogo o poder mundial é análogo a um “tabuleiro de xadrez” com players geoestratégicos e pivots geopolíticos. Defende ainda que o controlo da Euro-Ásia é importante, pelo facto de os dois continentes concentrarem: mais de três quartos da população e dos recursos energéticos mundiais; cerca de 60% do PNB do mundo; e neles ser onde mais se canaliza para matérias de defesa. É neste espaço onde se jogam os interesses mundiais, dividindo-o em quatro grandes áreas: nas extremidades, duas áreas densamente povoadas; centralmente, uma extensa zona politicamente fragmentada; e a Sul, um espaço rico em recursos energéticos mas politicamente anárquico. Para Brzezinski os players geoestratégicos são a China e a Índia – pelas suas, cada vez maiores, afirmações regionais que se projectam mundialmente. A par destes últimos existem os pivots geopolíticos⁸⁵: o Irão, a Ucrânia, o Azerbaijão, a Turquia e a Coreia do Sul. Na sua obra “The Choice” Brzezinski refere que na região dos Balcãs Globais⁸⁶ teriam de ser encontradas amarras na Turquia, Israel e na Índia passando por três tarefas

⁷⁹ Saul Bernard Cohen, *Geopolitics of the World System*, Rowman & Littlefield Publishers, New York 2003, pag 36-37.

⁸⁰ O autor refere-se apenas às Ilhas Asiáticas.

⁸¹ Anexo D.

⁸² Esta hegemonia envolve uma influência decisiva, mas não um controlo directo.

⁸³ Tanto Militarmente, como Economicamente, Tecnologicamente e, ainda, Culturalmente.

⁸⁴ Zbigniew Brzezinski, *The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives*, Basic Books (A Division of HarperCollins Publishers), New York, 1997, pag 37-56.

⁸⁵ A localização e as fragilidades destes são posteriormente aproveitadas pelos players geoestratégicos.

⁸⁶ Termo utilizado para englobar países como a Arábia Saudita, Irão, Iraque, Afeganistão, Qatar, Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão, Tajiquistão e Turqueministão. Zbigniew Brzezinski, *The Choice: Global Domination or Global Leadership*. New York: Basic Books, 2004, pag 49.

fundamentais a executar, entre as quais a resolução do conflito israelo-árabe, que é interpretado como prioritário uma vez que dessa medida resultarão o cumprimento de outras.⁸⁷

Henry Kissinger⁸⁸, conselheiro político de vários Presidentes Americanos, comprovou que a rápida mudança no SPI, se devia à fragmentação étnica dos impérios (URSS e Jugoslávia), às nações pós-coloniais⁸⁹ (africanas) e aos Estados tipo continental (Índia e China), atestando que o Mundo de hoje se subdivide em quatro subsistemas: a África⁹⁰ com um potencial explosivo de conflito étnico, num âmbito de um grave subdesenvolvimento económico e social; o Médio Oriente onde os fundamentos ideológicos e religiosos dos conflitos os tornam menos “racionalizáveis”; a Ásia onde as grandes potências se afrontam mutuamente como rivais estratégicos, e onde apesar de existirem guerras iminentes, as mesmas não são propriamente impensáveis; e finalmente o “mundo das democracias”, que abarca as Américas, a Austrália e a Europa Ocidental⁹¹.

Para Samuel Huntington, o território e a sua população são os elementos essenciais dos Estados. Com a queda do Muro de Berlim, e o consequente final da Guerra Fria, assistiu-se a uma acentuada clivagem ao nível cultural e civilizacional, levando a um aumento de hostilidade entre os povos. Clivagem esta que se apresenta como um factor potencial de degradação no futuro, principalmente entre o Ocidente e o Islão. De acordo com Almeida, “*O que para os países ocidentais são valores universais, para as sociedades islâmicas significa imperialismo ideológico*”⁹². Huntington defende, ainda, que o Mundo se encontra dividido em termos de cultura e civilização, sendo as civilizações dinâmicas e definidas por elementos objectivos comuns, dos quais se destaca: a história, a língua, os costumes, a religião e a auto-identificação como povo, considerando existir oito grandes civilizações: a Ocidental, a Ortodoxa (Rússia), a Africana, a Islâmica, a Hindu, a Sínica, a Japonesa e a Latino-Americana. O autor sustenta, também, que o choque entre civilizações é inevitável devido às diferenças religiosas, às mudanças sociais, às migrações e às assimetrias de

⁸⁷ Idem, ibidem, pag 69.

⁸⁸ Anexo D.

⁸⁹ Onde é possível um longo período de paz relativa, cuja preservação, porém, deverá exigir uma cuidadosa gestão da balança dos poderes.

⁹⁰ Onde existem recursos que são importantes e, nalguns casos, vitais para o mundo desenvolvido.

⁹¹ Henry Kissinger, *Precisar a América de uma política externa?*, Gradiva, Lisboa, 2002, pag 21-23.

⁹² João Marques de Almeida, *O Choque das Civilizações e o 11 de Setembro*, IPRI. Lisboa: [Consultado em 02MAI09]. Disponível em: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=5&ida=31>, 2004.

desenvolvimento, que irão provocar conflitos no futuro, nomeadamente, nas linhas de fractura civilizacionais. Entre as cinco linhas de fractura refere a de Israel/Palestina.

2.5. Síntese Conclusiva

Considera-se que Israel é um país charneira da Ásia, pelo seu processo de afirmação regional e por se constituir numa potência nuclear, sendo um actor geoestratégico, que se compara a Estados que possuem a capacidade e a vontade de exercer poder ou influência, para lá das suas fronteiras, e alterar o ambiente geopolítico existente.

Para além do “poder” que lhe é atribuído em função da “dimensão” do seu território, enquanto consequência das influências da comunidade judaica a nível mundial e das ligações privilegiadas com actores de peso do SPI, beneficia com o facto de ter costa marítima, que engrandece mais “poder”. O acesso aos oceanos é um imperativo económico e geoestratégico. Não admira que os portos, as zonas costeiras e também as “estradas marítimas” tenham sido questões fundamentais da luta entre potências. O acesso ao mar, tanto Mediterrâneo como Vermelho, permite a Israel, escoar os seus produtos e da mesma forma servir de entreposto logístico importante entre o Ocidente/Oriente.

Deste modo, poder-se-á considerar que o valor geopolítico de Israel advém, não só da dimensão do seu território⁹³, da sua capacidade nuclear, mas também da sua localização geográfica, que o transforma numa potência regional.

Realça-se a importância da resolução do conflito israelo-árabe como defendido por Brzezinski, porém Samuel Huntington afirma que o Mundo se encontra dividido em termos culturais e que o choque entre os povos é inevitável o que por si só permite antever extremas dificuldades para o seu solucionamento.

⁹³ Enquanto consequência das influências da comunidade judaica a nível mundial e das ligações privilegiadas com actores de peso do SPI.

3. ANÁLISE GEOESTRATÉGICA

Israel ao possuir uma história longínqua e uma história recente faz com que se torne numa verdadeira peculiaridade. A análise deste recente Estado orientar-se-á pelos factores geopolíticos/geoestratégicos⁹⁴, de natureza geográfica: o Factor Físico, o Factor Humano, o Factor Recursos Naturais, o Factor Circulação, o Factor Tecnológico e o Factor Estruturas. A presente análise releva-se de particular interesse uma vez que auxilia na identificação de determinados factores que contribuem para o agudizar do conflito.

Através do Factor Físico, onde será analisado o Território, definir-se-á a entidade política, jurídica e administrativa do país.

O Factor Humano assume-se como um elemento multiplicador do poder do Estado, na medida em que a população influencia nesse poder, por intermédio da disponibilidade de mão-de-obra para a indústria e mediante os recursos humanos integrantes das Forças Armadas. Contudo, poderá constituir-se também numa fonte de conflitos sociais, com reflexos negativos na coesão nacional. Pelo facto deste factor oscilar face à capacidade, vontade e espírito de defesa do povo israelita não poderá ser estudado à margem dos outros.

O Factor Recursos Naturais pretende avaliar o valor dos recursos do Estado. Não sendo a existência interpretada como disponibilidade, pelo facto de serem necessários meios de extracção e/ou transformação logo, o seu valor só depende da escassez, necessidade e distribuição. A análise deste factor processou-se de acordo com a seguinte classificação: alimentares, minerais e energéticos.

O Factor Circulação, como factor de integração e meio de acção política, representa em termos de desenvolvimento, a acessibilidade do território e da população a pessoas, bens e ideias.

O Factor Tecnológico representa a capacidade e o estado de desenvolvimento de um país, encontrando-se o seu desenvolvimento associado à disponibilidade de recursos humanos, financeiros e da capacidade de investimento contínuo nessa área.

O Factor Estruturas descreve as formas de organização da sociedade e relaciona o meio humano com o meio físico, contribuindo para o poder do Estado desde que, as relações sejam harmoniosas.

⁹⁴ Estes factores contribuem para a definição do poder dos Estados.

3.1. O Factor Físico

Israel, conforme descrito no capítulo anterior, localiza-se no chamado Crescente Fértil⁹⁵, e pertence geograficamente ao continente asiático.



Figura 1 - Israel⁹⁶

A sua configuração pontiaguda, comprida e estreita, apresenta 470 km de latitude e cerca de 135 km na sua máxima extensão longitudinal, o que perfaz uma área⁹⁷ de 20 770 km². Em termos comparativos a área da Itália é 14 vezes superior e a da França 32 vezes⁹⁸. Essa área corresponde aproximadamente à área conjunta do Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral.

⁹⁵ Inclui, além de, a Jordânia, o Iraque, o Líbano e a Síria.

⁹⁶ Fonte: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/is.html>

⁹⁷ Não incluindo os 7 477 km² dos territórios ocupados por Israel: Montes Golan (1 150 Km²), parte leste de Jerusalém (70 Km²), Faixa Ocidental (5 879 Km²) e Faixa de Gaza (378 Km²).

⁹⁸ Figura 15, Anexo H.

A sua fronteira terrestre forma 1017 quilómetros. Dos quais 79 com o Líbano, 76 com a Síria, 307 com a Cisjordânia, 238 com a Jordânia, 266 com o Egito e 51 com a Faixa de Gaza⁹⁹. Relativamente à faixa costeira dispõe de 273 quilómetros.

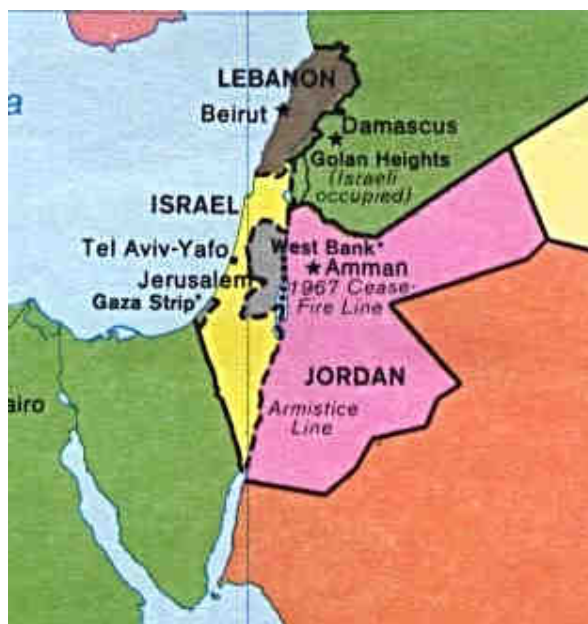


Figura 2 - Israel e as suas fronteiras¹⁰⁰

Na fronteira com a Cisjordânia, Israel adoptou uma política de separação através de um muro. Iniciado em 2002, durante o Governo do Primeiro-Ministro israelita Ariel Sharon, a justificação assentava em evitar ataques terroristas em Israel. A iniciativa originou grande desconforto na comunidade internacional, tendo o muro sido reconhecido como um símbolo de segregação. Posteriormente, em 2004, o Tribunal Internacional de Justiça de Haia declarou-o ilegal, face ao corte literal de terras palestinianas e consequentemente isolando cerca de 450.000 pessoas. O muro conduz a uma desarticulação da economia da região e simultaneamente anexa novos territórios por parte de Israel, uma vez que somente 20% da construção se encontra sobre a linha verde¹⁰¹. Os restantes 80% situam-se em território da Cisjordânia, chegando a penetrar até 22 km, em alguns pontos, de modo a incluir colonatos de Israel densamente povoados, tais como Ariel, Gush Etzion, Emmanuel, Karnei Shomron, Guiv'at Ze'ev, Oranit e Maale Adumim.¹⁰²

⁹⁹ CIA, *Central Intelligence Agency*. [Consultado em 16AGO10]. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/is.html>, 2010.

¹⁰⁰ Fonte: http://images.nationmaster.com/images/motw/middle_east_and_asia/israel_nbr90.jpg

¹⁰¹ Fronteira estabelecida por Israel e os países vizinhos, após o Armistício israelo-árabe de 1949.

¹⁰² Muro da Cisjordânia - [Consultado em 18OUT09], Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Conflito_%C3%A1rabe-israelense, (s/d).

Para o professor de questões israelo-árabes, Ney Vilela, é difícil estabelecer um consenso diplomático entre as partes envolvidas uma vez que em situações de confronto, ambas as partes procuram o máximo de território e as consequentes vantagens geopolíticas. O professor acrescenta que Israel tenta ocupar o máximo de território para posteriormente obter condições vantajosas de negociação. A construção do muro tem, para além do objectivo de ampliar o território sob domínio de Israel, a função de fragmentar as relações económicas internas da ANP, impedindo que a nação palestina tenha sustentação económica, organização administrativa e estruturas de comunicação e transporte funcionais¹⁰³. Esta separação aviva a questão da escassez hídrica, decorrente do significado isolamento social, o que conduz a uma escalada de ódio e terrorismo entre a população (no Capítulo dos Recursos Hídricos este ponto é alvo de análise).

Israel, do ponto de vista geomorfológico, apresenta quatro áreas distintas: a planície costeira, várias cadeias montanhosas, o conjunto formado pelo vale do Jordão e o Aravá e o Neguev¹⁰⁴.

A planície costeira contígua ao Mediterrâneo é formada por uma faixa arenosa, alternada com terrenos férteis que se estendem até 40 quilómetros para o interior. Esta região concentra a generalidade da população¹⁰⁵ e congrega os principais centros urbanos, portos marítimos, os principais pólos industriais, instalações turísticas e, ainda, onde se desenvolve a maior parte dos processos agrícolas.

As diversas cadeias montanhosas são uma presença em todo o território, das quais se destacam as montanhas da Galileia que atingem a altitude máxima de 1200 metros. Pequenos cursos de água conjuntamente com a taxa pluviométrica, relativamente elevada, são responsáveis pela cor verde da região durante todo o ano. As colinas da Samaria e Judeia, com formação arredondada, apresentam um mosaico de cumes rochosos e vales férteis, entrelaçados por pomares de velhas oliveiras.¹⁰⁶

O Vale do Jordão e o Arabah integram a fenda Sírio-Africana, que dividiu a crosta terrestre há milhões de anos, e estende-se de norte a sul na fronteira este do país.

¹⁰³ Flávia Alves, *Pedraço de muro da Cisjordânia é derrubado por ativistas*, In webjornal [Consultado em 02MAI09], Disponível em: <http://www.mundodigital.unesp.br/webjornal/materia.php?materia=651>, 2009.

¹⁰⁴ Figuras 17 a 20, Anexo H.

¹⁰⁵ 5,5 milhões.

¹⁰⁶ Embaixada de Israel - Brasil, [Consultado em 12AGO10], Disponível em: <http://brasil.mfa.gov.il/mfm/web/main/document.asp?SubjectID=5835&MissionID=8&LanguageID=211&StatusID=0&DocumentID=-1>, (s/d).

A zona norte é extremamente fértil, enquanto a zona sul é semi-árida. O Arabah limita-se entre o sul do Mar Morto e o Golfo de Eilat. Apesar das condições climáticas, com um índice pluviométrico inferior a 25 mm e temperaturas que superam os 40 graus no Verão, cultivam-se frutas e verduras durante todo o ano, sobretudo para exportação, devido a sofisticadas técnicas agrícolas. O Golfo subtropical de Eilat ostenta águas azuis profundas, recifes de coral e uma exótica fauna marítima, atraindo um considerável volume de turistas.¹⁰⁷

O Neguev constitui aproximadamente metade da superfície israelita, sendo habitado por apenas 8% da população, concentrada na região boreal. Nesta região a economia resume-se à agricultura e indústria. Esta região bastante árida é caracterizada pelas várias formações rochosas que se tornam mais salientes na direcção sul.

O sistema hidrográfico israelita é composto essencialmente pelo rio Jordão, pelo Lago Kineret, o maior lago de Israel e o seu principal reservatório de água potável, e por outros rios menores. As fontes naturais e os lençóis de água subterrâneos são também extremamente importantes para o Estado de Israel¹⁰⁸. Devido à escassez de água encontram-se em desenvolvimento processos alternativos nomeadamente a reciclagem de água dos esgotos ou dessalinização das águas. Para superar os desequilíbrios regionais Israel desenvolveu o Canal Nacional de Água. Esta conduta canaliza as águas do norte e centro do país até ao sul semi-árido. O Mar Morto é de igual forma muito importante para Israel, porém, o seu elevado grau de salinidade limita a utilização das suas águas nomeadamente para processos agrícolas.¹⁰⁹

Israel encontra-se dividido por uma cadeia montanhosa, de norte a sul, situando-se Jerusalém no topo da crista. No sector leste localiza-se a estrutura geológica mais interessante do país: a fossa tectónica¹¹⁰ do Mar Morto.

O país apresenta áreas bastante calcárias, onde se encontram diversas cavidades com a particularidade das suas temperaturas se manterem na ordem dos 20°C. Diversas grutas naturais de pequenas dimensões serviram, ao longo da história, como abrigo,

¹⁰⁷ Eodem loci.

¹⁰⁸ Figura 21, Anexo H.

¹⁰⁹ Embaixada de Israel - Brasil, [Consultado em 12AGO10], Disponível em: <http://brasil.mfa.gov.il/mfm/web/main/document.asp?SubjectID=5835&MissionID=8&LanguageID=211&StatusID=0&DocumentID=-1>, (s/d).

¹¹⁰ Designação dada em geologia estrutural a uma depressão de origem tectónica, geralmente com a forma de um vale alongado com fundo plano, formada quando um bloco de território fica afundado em relação ao território circundante em resultado dos movimentos combinados de falhas geológicas paralelas ou quase paralelas.

habitação, arrecadação, celeiro, ou locais onde realizavam reuniões públicas. Na região nordeste encontra-se o Planalto do Golan, com características basálticas, testemunhando as erupções vulcânicas, erguendo-se como uma parede íngreme a contemplar o Vale do Hula. As montanhas da Galileia, na sua maioria compostas de rocha calcária branda e dolomite, atingem altitudes entre 500 e 1.200 m acima do nível do mar. A sul, o Neguev torna-se uma zona árida, caracterizada por pequenas colinas e planícies de arenito, cortadas por várias gargantas e wadis, nos quais as chuvas hibernais causam frequentemente súbitas torrentes. Prosseguindo para sul, a paisagem dá lugar a uma área de cumes rochosos desnudos, crateras e altas montanhas. Três crateras erosivas, a maior das quais com 8 km de largura e 35 km de comprimento, cortam profundamente a crosta terrestre, apresentando uma rica variedade de cores e tipos de rochas. Na ponta sul do Neguev, próximo ao Mar Vermelho e de Eilat, agudas elevações de granito vermelho e cinza são cortadas por rochedos íngremes, cujas camadas de arenito resplandecem à luz do sol¹¹¹.

A agricultura de Israel é o resultado de uma longa luta contra condições difíceis e adversas e do aproveitamento máximo da água escassa e da pouca terra arável. Actualmente a agricultura representa cerca de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e 3% das exportações. Israel produz 93% de suas necessidades alimentares, suplementadas com a importação de cereais, sementes oleaginosas, carne, café, cacau e açúcar, que é mais compensado pela ampla gama de produtos agrícolas de exportação.

A vida animal e vegetal de Israel é rica e diversificada, em parte devido à localização geográfica do país, na junção de três continentes, contando com mais de 2.800 tipos de plantas identificados, desde espécies alpinas nas encostas das montanhas setentrionais a espécies do Sahara, na Aravá, ao sul. O Keren Kayemet (Fundo Nacional Judaico) (KKL) criado, em 1901, com o objectivo de aquisição de terras para as colónias agrícolas judaicas, assim como para executar projectos de desenvolvimento, saneamento e reflorestamento na Terra de Israel, alcançou no ano da independência 96.000 hectares de terras, tendo plantado cerca de 4,5 milhões de árvores nas colinas rochosas do país. Actualmente, mais de 200 milhões de árvores, plantadas em florestas e bosques que cobrem 120.000 hectares, proporcionam uma ampla gama de

¹¹¹ Figura 22, Anexo H. Embaixada de Israel - Brasil, [Consultado em 12AGO10], Disponível em: <http://brasilia.mfa.gov.il/mfm/web/main/document.asp?SubjectID=5835&MissionID=8&LanguageID=211&StatusID=0&DocumentID=-1>, (s/d).

oportunidades de recreação ao ar livre e apreciação da natureza¹¹². No esforço de conservar o meio ambiente natural, foram adoptadas severas leis de protecção da natureza e da fauna, tornando-se ilegal colher todo e qualquer tipo de flor. Encarregada de promover a preservação da natureza, a Autarquia de Reservas Naturais, conjuntamente com a Sociedade pela Protecção da Natureza em Israel, procura equilibrar as exigências de desenvolvimento da infra-estrutura com a protecção da paisagem e do ambiente natural. Em 2002, existiam 150 reservas naturais e 65 parques nacionais, em todo o país, totalizando uma área superior a 1.000 km². Entre elas, 20 foram adaptadas ao uso do público, com centros para visitantes, estradas e trilhas, atraindo mais de 2 milhões de pessoas anualmente¹¹³. A consciencialização do público, a respeito da preservação natural é promovida nas escolas e na população em geral, através de excursões guiadas, publicações e campanhas de esclarecimento.

O clima de Israel varia entre o temperado e o tropical, com sol muito abundante. Existem duas estações bem distintas: o Inverno chuvoso, de Novembro a Maio, e o Verão seco nos restantes meses. As chuvas são característica no norte e centro do país, bem como raras no norte do Neguev e quase inexistentes no extremo sul. As condições regionais são bastante variadas, com verões húmidos e invernos amenos na região costeira; verões secos e invernos moderadamente frios nas montanhas; verões quentes e secos e invernos agradáveis no Vale do Jordão; e condições de clima semi-desértico durante todo o ano no Neguev. A situação do clima varia desde a neve ocasional nas regiões elevadas, no Inverno, a dias de temperatura extremamente alta, devido a ventos secos e quentes, que sopram periodicamente no Outono e Primavera¹¹⁴.

As precipitações ocorridas não têm, em geral, mais que um efeito muito limitado, dada à sua concentração das precipitações na estação de Inverno.

Em relação aos Acidentes Culturais israelitas, analisar-se-ão as obras de arte e os espaços urbanos que contribuem para o ordenamento do território, e que são factor de desenvolvimento do país. Uma elevada percentagem de israelitas, que ultrapassa os 90%, vivem em centros urbanos. As cidades modernas, com a particularidade de conjugar o antigo e o novo, estão construídas em locais conhecidos desde a antiguidade,

¹¹² MFA, *Israel Ministry of Foreign Affairs*, [Consultado em 02MAI09], Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFAPR/Facts+About+Israel/A+TERRA+E+O+POVO-+Natureza.htm?WBCMODE=Presenhuman-rights-watch-bernstein-attacks-HRW-01112009?DisplayMode=print>, 2002.

¹¹³ Eodem loci.

¹¹⁴ Tabela 2, Anexo I.

como Jerusalém, Safed, Beer Sheva, Tiberades e Aco. Outras, tais como Rechovot, Hadera, Petach Tikva e Rishon Letzion eram aldeias agrícolas no período antecedente à independência, que se tornaram gradualmente importantes centros populacionais. Cidades em desenvolvimento, como Carmiel e Kiriat Gat, foram construídas nos primeiros anos após a criação do Estado para atender ao rápido crescimento populacional gerado pela imigração em massa, assim como para melhor distribuir a população por todo o país, e promover a integração económica rural e urbana, atraindo indústrias e serviços em regiões anteriormente despovoadas¹¹⁵.

O elevado valor estratégico de Israel decorrente da sua posição, na confluência de três continentes, permite-lhe efectuar a vigilância sobre uma grande via de comunicação internacional e sobre a zona de maior produção e de reservas petrolíferas do planeta. Goza de uma importante acessibilidade ao mar Mediterrâneo assim como ao mar Vermelho, através do Golfo de Ácaba.

O mar Mediterrâneo pertence ao Oceano Atlântico. Situa-se entre a Europa, a Ásia e a África. É o maior Mar do Mundo em extensão e quantidade de água. As águas do Mediterrâneo comunicam com o Mar Negro (através dos estreitos de Bósforo e Dardanelos), Oceano Atlântico (através do Estreito de Gilbratar) e com o Mar Vermelho (através do Canal de Suez). Existem 69 rios que desaguam no Mediterrâneo, entre eles, podem-se citar: Rio Nilo, Rio Pó, Rio Tibre, Rio Ebro e Rio Ródano. Durante toda a história foi um mar de extrema importância. Na Antiguidade foi usado como rota marítima de comércio pelos fenícios, gregos e romanos. Estes últimos dominaram as suas águas por séculos e passaram a chama-lo de “*Maré Nostrum*”, que em latim significa “Nosso Mar”. Com o domínio árabe na Península Ibérica e norte da África, entre os séculos VIII e XIV, o Mar Mediterrâneo foi pouco usado para fins comerciais. Nos séculos XV e XVI, genoveses e venezianos voltaram a dar-lhe destaque, utilizando-o como rota marítima de comércio, principalmente, de especiarias (cravo, canela, noz moscada, açafrão, pimenta, gengibre) vindas da Ásia¹¹⁶.

Constituído para servir de ligação entre o Mar Vermelho e o Mar Mediterrâneo, o Canal de Suez (“*Qanat as-Suways*“, em árabe) é uma enorme via de circulação de navios e possui grande importância económica e social, pois nele ocorre o fluxo de 14% do transporte mundial e registam-se cerca de 15.000 navios por ano. Construído entre

¹¹⁵ Figura 23, Anexo H.

¹¹⁶ Figura 24, Anexo H. Mar Mediterrâneo, [Consultado em 12JUL10], Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mar_Mediterr%C3%A2neo, (s/d).

1859 e 1869, para além de separar os continentes africano e asiático, o canal possui mais de 190 km de extensão, 170 metros de largura e 20 metros de profundidade. No término norte, situa-se o Port Said e a Sul localiza-se o Port Tawfik na cidade de Suez. O objetivo da obra foi principalmente o transporte marítimo, pois sem a sua existência, por exemplo, uma embarcação saindo de Itália com destino à Índia, teria que contornar todo o continente africano pelo Cabo da Boa Esperança¹¹⁷.

Relativamente ao golfo de Ácaba, o mesmo revela-se de grande importância estratégica para Israel. Nesta região situa-se a cidade de Elat, sendo um importante centro e porto comercial, permitindo a Israel aceder mais rapidamente ao Oceano Índico, através do Mar Vermelho, sem passar pelo Canal do Suez¹¹⁸.

A Zona Económica Exclusiva¹¹⁹ (ZEE) israelita corresponde a 27317 km², dos quais 29 são no Oceano Índico. A sua ZEE é contígua às ZEE do Líbano, Turquia, Egito, Jordânia, Gaza¹²⁰.

Em suma, Israel é um elemento de charneira, na confluência dos três continentes, devido ao seu posicionamento estratégico. Existem dois aspectos muito importantes que determinam as características deste país: a sua situação entre o mundo árabe e a enorme imigração judaica. O primeiro aspecto proporcionou a existência de contínuos conflitos bélicos com os seus vizinhos o que tem gerado uma conquista paulatina de novas fronteiras com reflexos positivos na dimensão do território. Quanto ao segundo aspecto, a imigração tem provocado um incrível aumento de população, num curto período de tempo, que tem ocasionado uma necessidade de “espaço vital” que dificulta a resolução de disputas territoriais e trava o desenvolvimento da sua economia, incapaz de absorver tal quantidade de pessoas. Decorrente deste aumento o problema da escassez da água agudiza-se, sendo uma das principais causas do conflito.

Sobre a cúpula da segurança, Israel desenvolveu um projecto, colocado em prática desde 2002, no sentido de construir um muro divisório com a Cisjordânia, alegando evitar ataques terroristas provenientes dessa região. Decorrente da construção muitas consequências derivaram, salientando-se a perda de territórios a favor de Israel, isolamento social na parte palestiniana com reflexos muito negativos ao nível da sua

¹¹⁷ Figura 25, Anexo H.

¹¹⁸ Figura 26, Anexo H.

¹¹⁹ Dos quais 29 km² são no Oceano Índico. Fonte: <http://www.seaaroundus.org/eez/376.aspx>

¹²⁰ Figura 27, Anexo H.

economia o que conduz a uma escalada de ódio e terrorismo entre a população, constituindo-se noutro dos principais factores do conflito.

3.2. O Factor Humano

Israel apresenta uma população muito diversificada, com os mais variados antecedentes étnicos, religiosos, culturais e sociais. É uma sociedade jovem com raízes antiquíssimas, que se encontra ainda em processo de adaptação e evolução. Após a expulsão pelos romanos de Israel, os judeus dispersaram-se por outros países. A diáspora motivou a criação de grandes comunidades onde, durante longos períodos, foi possível desenvolverem-se e atingirem a prosperidade. Contudo foram alvo de discriminação, progroms e expulsões totais e parciais¹²¹. Estas ondas de violência e perseguição fortaleceram a crença no retorno à pátria ancestral. O movimento sionista transformaria esse conceito em modo de vida, o qual seria formalizado pelo Estado de Israel, que garante a cidadania a todos os judeus que pretendam estabelecer-se no país.

Israel é o 96º país mais populoso do Mundo. Tem cerca de 7,353 milhões de habitantes. Da totalidade da população, 27.8% tem idades até aos 14 anos (1,044,814 homens e 997,066 mulheres), 62.3% entre os 15 e os 64 anos (2,321,455 homens e 2,257,301 mulheres) e cerca de 10% mais de 65 anos (320,484 homens e 412,865 mulheres) rondando a esperança média de vida os 78,7 anos para os Homens e os 83,12 anos para as Mulheres. O rácio etário é de 1,05 homens /mulher até aos 14 anos, de 1,03 homens /mulher entre os 15 e os 65 anos e de 0,78 homem /mulher após os 65 anos, o rácio global é de 1,05 homens /mulher. A média de idades israelitas é de 29,3 anos em que, a média de idades dos homens (28,6 anos) é ligeiramente inferior às das mulheres (30 anos). Com um crescimento anual de 1,628%, onde em média existem 19,51 nascimentos por 1000 habitantes¹²².

Da análise do perfil demográfico de Israel, entre 1990-2050, prevê-se que Israel não beneficiará do crescimento demográfico num futuro próximo. Desta forma, a população activa israelita sofre um aumento inicial até 2020 mas tende posteriormente a reduzir ficando com elevada percentagem de idosos em 2050. Estas previsões levam a perspectivar um excesso de população não activa em Israel e um défice de população activa¹²³.

¹²¹ Para maior detalhe consultar o Anexo E.

¹²² CIA, *Central Intelligence Agency*. [Consultado em 16AGO10]. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/is.html>, 2010.

¹²³ Figura 28, Anexo H.

Com a diminuição da natalidade, para 19,51 por mil habitantes, estimado para 2010, da mortalidade infantil de 4,17 por mil nascimentos, e com um índice de mortalidade geral de 5,45 por mil habitantes, conjugado com o aumento da expectativa de vida, as previsões de Sergio Della Pergola para 2050 oscilam entre 9,4 e 14,8 milhões de habitantes (média de 11,9 milhões), com uma população judaica variando de 7,3 a 10,4 milhões (média de 8,8 milhões). No caso dos palestinos da Cisjordânia, Gaza e Jerusalém, incluindo também os árabes de cidadania israelita, as previsões são bastante mais elásticas, variando entre os seis e os 21,7 milhões de habitantes, com uma média de 11,6 milhões¹²⁴. O ponto central dessa “bomba demográfica” encontra-se na diferença entre as taxas de fertilidade das populações judaica e palestina na região. Os palestinos vivem uma explosão demográfica sendo uma das maiores do Mundo. Em 2000, os israelitas de origem árabe constituíam cerca de 20% da população do Estado de Israel, sem contabilizar os palestinos dos territórios ocupados, que são bastantes mais. Seguindo esta tendência, em 2040 poderão atingir valores próximos dos 50% relativos à população de Israel. Os israelitas judeus encaram esta evolução demográfica como uma verdadeira ameaça, onde os mais extremistas defendem abertamente a expulsão massiva dos palestinos, tanto os que são cidadãos israelitas como os que vivem na Cisjordânia como na Faixa de Gaza. Esta limpeza étnica era proposta declarada, na década de 1980, pelo rabino Meir Kahana, o dirigente da ala mais extremista de direita israelita¹²⁵. Entre 1995 e 2000, o número médio de filhos dos casais judeus israelitas girava em torno da metade dos muçulmanos de Israel ou dos habitantes da Cisjordânia e de um terço daquele dos moradores da Faixa de Gaza. Segundo Benny Morris, os árabes têm de 4 a 5 filhos por família, ao passo que os judeus 2 a 3¹²⁶. O crescimento da população anual é em média de 120 mil pessoas e existe uma grande assimetria social, onde mais de 90% dos israelitas vivem em centros urbanos.

O estilo de construção urbana de Israel é enormemente variado, com estruturas dos séculos passados, edifícios inspirados por reconhecidos arquitectos europeus da

¹²⁴ Ricardo, *Demografia Explosiva*, [Consultado em 12MAI09], Disponível em: <http://blog.controversia.com.br/2007/07/27/demografia-explosiva/>, 2007.

¹²⁵ José Velasco, *El conflicto Árabe Israelí, Una visión no estatolátrica*. Madrid: Bósforo libros, 2009, pag 330.

¹²⁶ Wálter Fanganiello Maierovitch, *Gaza e os temores de Israel*, [Consultado em 25JUL10], Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3417988-EI6580-00-Gaza+e+os+temores+de+Israel.html>, 2008.

época anterior à IIGM e blocos de apartamentos construídos com a total urgência durante os primeiros anos do Estado, a fim de atender às necessidades dos novos imigrantes. Simultaneamente existem, bairros residenciais cuidadosamente planeados, arranha-céus e luxuosos hotéis, construídos nas duas últimas décadas.

Israel tem 14 cidades, das quais 4 na Cisjordânia, com população superior a 100.000 habitantes, incluindo Jerusalém, com mais de 500 mil e Tel Aviv com cerca de 380. No total, existem 78 municípios israelitas que possuem o estatuto de "cidade" pelo Ministério do Interior. Mais de 300 mil cidadãos israelitas vivem em colonatos na Cisjordânia, como Ma'ale Adumim e Ariel, e nas comunidades que antecederam a criação do Estado, mas foram restabelecidas após a Guerra dos Seis Dias, em cidades como Hebron e Gush Etzion. Cerca de 18 mil israelitas vivem nos montes Golan. Em 2006, 250 mil judeus viviam em Jerusalém Oriental. O número de colonos israelitas ascende aos 500 mil, o que corresponde a 6,6% da população israelita. Na Faixa de Gaza existiam, também, mais de 7,800 colonos que foram evacuados pelo Governo como parte integrante do plano de retirada de 2005.

A densidade populacional é de 333 hab/km², ainda que este dado não seja significativo, devido à distribuição não ser uniforme no território, estando condicionado a diversos factores, dos quais se destacam as características geográficas, a distribuição da água, a natureza dos solos e o desenvolvimento industrial. Sensivelmente 9% da população de Israel vive em áreas rurais, tanto em aldeias como nos dois tipos de colónia agrícolas, o kibutz¹²⁷ e o moshav¹²⁸, que se desenvolveram no início do séc. XX¹²⁹.

¹²⁷ Unidade sócio-económica autónoma, na qual as decisões são tomadas pela assembleia-geral dos seus membros, sendo os bens e os meios de produção de propriedade colectiva. Actualmente, aproximadamente 2,3% da população do país vive em cerca de 270 kibutzim. Os membros trabalham nos diferentes ramos da economia kibutziana e as crianças passam grande parte das horas do dia com os mais idosos. Tradicionalmente a espinha dorsal da agricultura de Israel, os kibutzim produzem actualmente 33% da produção agrícola do país, dedicando-se também à indústria, turismo e serviços. Kibutz, [Consultado em 12JUL10], Disponível em: <http://brasil.mfa.gov.il/mfm/web/main/document.asp?SubjectID=21467&MissionID=8&LanguageID=211&StatusID=0&DocumentID=-1>, (s/d).

¹²⁸ Colónia rural na qual cada família é proprietária de seu próprio campo e residência. No passado, a cooperação estendia-se às compras e comercialização conjunta. Presentemente os membros dos moshavim preferem ser mais independentes economicamente. Cerca de 450 moshavim, com uma média de 60 famílias cada (3,1% da população), fornecem uma boa parte da produção agrícola de Israel. MFA - *Israel Ministry of Foreign Affairs*, [Consultado em 02MAI09], Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFAPR/Facts%20About%20Israel/CINCIA%20E%20TECNOLOGIA>, 2002.

¹²⁹ Figura 29, Anexo H.

As aldeias são habitadas principalmente por árabes e drusos, onde as terras e as casas são propriedades privadas, e os agricultores cultivam e comercializam os seus produtos individualmente. Os árabes beduínos do Neguev, anteriormente nómadas, constituem uma minoria dentro do sector árabe (cerca de 70.000) e encontram-se em pleno processo de urbanização, transitando de uma sociedade tradicional para um estilo de vida moderno e sedentário.¹³⁰

A população israelita divide-se em dois principais grupos étnicos: os judeus com 76,4% (dos quais 67,1% nascidos em Israel, 22,6% nascidos na Europa/América, 5,9% nascidos em África, 4,2% nascidos na Ásia), e os não-judeus com 23,6% (na sua maioria árabes). Existem duas principais comunidades judaicas, os ashkenazis e os sefarditas¹³¹. Os primeiros são os judeus da Europa de Leste, Central e do Norte, enquanto a origem dos últimos provém essencialmente da Península Ibérica.

As relações, entre árabes e judeus, são dificultadas pelas diferenças profundamente enraizadas em termos religiosos, de valores e de crenças políticas. Ainda assim, embora coexistindo como duas comunidades auto-segregadas, paulatinamente conseguiram aceitar-se uns aos outros, reconhecendo as características especiais e as aspirações de cada comunidade e participando num número cada vez maior de empreendimentos conjuntos.

Registaram-se, entre 1990 a 2005, 230 mil israelitas que abandonaram o país, dos quais grande parte tinha, inicialmente, emigrado para Israel tendo posteriormente invertido o curso (48% de todos os abandonos pós-1990 e até 60% de 2003 e 2004 foram verificadas por antigos imigrantes de Israel). Segundo os Serviços de Estatística de Israel, desde 2005, 650 mil israelitas haviam deixado o país por um período superior a um ano e não tendo posteriormente regressado. Destes, 530 mil ainda se encontram vivos. Este número não inclui as crianças nascidas no estrangeiro, salientando-se o facto que a cidadania israelita é apenas concedida à primeira geração de crianças nascidas de emigrantes israelitas.

Após a guerra da independência, apenas 14-25% (dependendo das estimativas) da população árabe permaneceu em Israel. Posteriormente, com a recusa por parte de Israel relativa ao retorno dos palestinianos, os mesmos tornaram-se refugiados. Paralelamente, a imigração dos sobreviventes do Holocausto e dos refugiados judeus de

¹³⁰ Eodem loci.

¹³¹ CIA, *Central Intelligence Agency*. [Consultado em 16AGO10]. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/is.html>, 2010.

terras árabes duplicou a população de Israel no primeiro ano da sua independência. Nos anos seguintes, aproximadamente 850 mil judeus sefarditas e Mizrahi¹³² fugiram ou foram expulsos devido à perseguição, principalmente em países árabes. Destes, cerca de 680 mil viriam a estabelecer-se em Israel.¹³³ A população judaica de Israel continuou a crescer a uma elevada taxa anual, alimentada por ondas de imigração judaica proveniente de todo o Mundo, sendo a mais notável a imigração em massa dos judeus soviéticos, que chegou a Israel no início da década de 1990 após a dissolução da URSS, e que simultaneamente, contou com 80-100.000 judeus etíopes que imigraram para Israel desde o início de 1980. No período de 1990 a 1994, a imigração de judeus da antiga União Soviética fez com que a população israelita aumentasse doze por cento¹³⁴.

Estima-se que existiam cerca de 7 milhões de deslocados e refugiados palestinianos em 2003¹³⁵. Este valor representa, actualmente, o maior número da população de desalojados do Mundo, onde aproximadamente um em cada três refugiados no Mundo é palestiniano. A maioria dos mesmos tornou-se refugiado durante os conflitos armados, sendo a causa da sua fuga os ataques indiscriminados contra civis, massacres, destruição das suas aldeias e expulsões forçadas. Israel nega-se a permitir que os refugiados regressem aos seus lares, devido à “*etnia, nacionalidade e religião dos refugiados*”¹³⁶. Recorde-se que Israel se define como um Estado judeu e como tal condiciona o acesso de outros cidadãos que não judeus, enfatizando a necessidade de uma maioria judaica¹³⁷.

Apesar de se encontrarem elementos de todas as religiões em qualquer parte do país, existem determinadas zonas de maior predominância de determinados grupos. Por concentrar os locais sagrados das três grandes religiões monoteístas do Mundo, Israel conserva a liberdade religiosa, permitindo aos peregrinos o livre acesso aos seus locais

¹³² Os judeus Mizrahi ou judeus orientais são os judeus cuja origem provém das comunidades do Médio Oriente. Geralmente o termo aplica-se aos judeus que vivem ou viveram no mundo islâmico.

¹³³ BADIL, *Os refugiados palestinianos: fatos e dados*. [Consultado em 16AGO10]. Disponível em: <http://www.palestinalivre.org/node/42>, 2007.

¹³⁴ Figuras 30 e 31, Anexo H.

¹³⁵ Os dados disponíveis sobre a população de refugiados e deslocados palestinianos caracterizam-se pela falta de qualidade e, principalmente, pela ausência de um sistema de registo compreensível, pela migração frequente por razões económicas e políticas, e pela falta de uma definição uniforme dos refugiados palestinianos. Geralmente, a maioria deles é considerada como refugiados *prima facie* (ou seja, na ausência de evidência do contrário).

¹³⁶ Eodem loci.

¹³⁷ Existe, porém, apesar de muito redutor, permissões de regresso desde que consigam demonstrar que residiam no território israelita antes de 14 de Julho de 1952, ou que são descendentes de palestinianos que cumprem essa condição. Como a maioria dos refugiados ocorreu depois dessa data, os mesmos não conseguem provar a sua anterior morada. Eodem loci.

santos. O fenómeno religioso em Israel tem uma dimensão muito mais profunda do que sugerem as meras estatísticas. A religião constitui o marco principal em que se desenvolvem as relações sociais e culturais, trazendo terríveis implicações políticas e económicas, podendo constituir-se como uma fonte permanente de conflitos, reflectindo-se principalmente entre os judeus e muçulmanos. Segundo dados do Governo de Israel, 4,5% da população judaica de Israel são judeus haredim (designados como "ultra-ortodoxos") e 13% de ortodoxos. A restante população leva uma vida secular, observando algumas das tradições e festas do Judaísmo.

Israel tem duas línguas oficiais, o hebraico e o árabe. O hebraico é o idioma principal do Estado e é falado pela maioria da população. O árabe é por sua vez falado pela minoria árabe e por judeus que imigraram a partir de países árabes. A maioria dos israelitas comunica razoavelmente bem em inglês, como muitos programas de televisão são neste idioma e em muitas escolas desenvolvem o seu ensino. Devido ao facto de Israel ser um país de imigrantes, dezenas de línguas são comumente faladas.

O Estado de Israel possui a maior esperança de vida escolar do sudoeste da Ásia, ocupando conjuntamente com o Japão a segunda maior esperança de vida escolar do continente asiático. O país também tem a maior taxa de alfabetização do sudoeste asiático, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas. A Lei de Educação do Estado, promulgada em 1953, estabeleceu cinco tipos de escolas: o estado laico, o estado religioso, ultra-ortodoxo, escolas municipais e as escolas árabes. O público secular é o maior grupo escolar e é frequentado pela maioria dos alunos judeus e não-árabes em Israel. Os árabes frequentam o ensino em escolas onde o árabe é a língua de formação. O ensino é obrigatório em Israel, para crianças entre as idades dos cinco aos dezoito anos, e a escolarização é dividida em três níveis - a escola primária, ensino pré-secundário e ensino secundário - finalizando com uma série de exames abarcando diversas matérias. As notas nestes exames constam no diploma nacional padronizado - o diploma Bagrut.¹³⁸

As oito universidades públicas de Israel são subsidiadas pelo Estado, sendo a Universidade Hebraica de Jerusalém, a mais antiga de Israel, e a Biblioteca Nacional de Israel, as possuidoras do maior repositório de livros sobre temas judaicos. A Universidade de Jerusalém foi classificada entre as 100 melhores universidades do

¹³⁸ Israel, [Consultado em 12JUL10], Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Israel#Educa.C3.A7.C3.A3o>, (s/d).

Mundo pelo prestigioso *ranking* académico ARWU. De igual modo as universidades israelitas destacam-se entre as cem melhores no Mundo em diversos ramos, tais como física, matemática, química. Neste âmbito, um dos factores importantes para o desenvolvimento de Israel tem sido o apoio económico da sua diáspora. Em Nova York, onde se localiza a maior comunidade judaica fora de Israel, por exemplo várias sinagogas organizam jantares com o objectivo de angariar fundos que posteriormente são injectados em Israel.¹³⁹

Em resumo, sendo uma sociedade multi-étnica, pluricultural, multi-religiosa e multi-linguística, Israel apresenta um alto nível de padrões informais de segregação. Embora os grupos não sejam oficialmente separados, certos sectores da sociedade são de certa forma segregados, mantendo a sua forte identidade cultural, religiosa e/ou étnica.

Israel é um país que apresenta uma densidade populacional elevada, reforçada pelo facto de grande parte do território não oferecer as mínimas condições ao desenvolvimento. Tal situação, torna-se num dos maiores problemas à estabilidade do conflito, visto desencadear na criação de novos colonatos constituindo-se como alternativa à elevada densidade. Todos os anos, a sua população cresce a um ritmo de 120.000 novos habitantes, podendo, caso este ritmo se mantenha, agravar grandemente a situação referida. A imigração que foi fundamental para a construção, e posterior manutenção, do Estado de Israel é actualmente assumida como um dos maiores obstáculos aos processos de paz. A política israelita sobre os colonatos agrava a discórdia com os palestinianos, que de uma forma paulatina vêm-lhes retirados territórios, ao que os palestinianos encaram como uma tentativa de anexar de facto partes do território do seu futuro país. Por seu turno o presidente da ANP, Mahmud Abbas, referiu que abandonará as negociações de paz com Israel, caso o Governo israelita não interrompa as construções de colonatos na Cisjordânia¹⁴⁰. Por seu turno o elevado número de refugiados palestinianos e as imposições imprimidas pelos Governos israelitas ao condicionarem a aplicação da lei do retorno congregam para a intricação do problema israelo-árabe, uma vez que fortalece os sentimentos colectivos contra Israel e as suas políticas.

¹³⁹ Eodem loci.

¹⁴⁰ Agência Lusa, *Negociações acabam se Israel continuar a construir colonatos – Abbas*, [Consultado em 16AGO10]. Disponível em: <http://noticias.pt.msn.com/Internacional/article.aspx?cp-documentid=154601180>, 2010.

A percentagem de 62,3% relativa à população activa é elevada para as dimensões do país, o que coloca a liderança israelita perante um enorme desafio. Neste sentido a economia israelita terá de criar novos postos de trabalho por ano, para fazer face ao número de desempregados que subiu 1,5% em 2009 em relação ao ano anterior situando-se nos 7,6% da população. A população abaixo da linha de pobreza é de 23,6%, vivendo com menos de 7,3 dólares por dia. A própria discriminação religiosa do país é uma enorme fonte de conflitos, principalmente entre os judeus e árabes. Outra das suas vulnerabilidades socioculturais são as inúmeras disparidades urbanas e rurais.

A elevada taxa de alfabetização, a formação técnica e universitária constitui-se como uma fonte de desenvolvimento dos recursos humanos. Israel é uma sociedade relativamente jovem que se caracteriza pelo envolvimento social, religioso e político-ideológico, pela engenhosidade económica e pela criatividade cultural. Tudo isso contribui para o dinamismo que propulsiona o contínuo desenvolvimento do país.

3.3. O Factor Recursos

3.3.1. Agricultura e Pescas

A pesquisa agrícola iniciou-se, em 1870, com a criação da Escola Mikve Israel. A Estação Agrícola, estabelecida em 1921, em Tel-Aviv, tornou-se, posteriormente, o Instituto Volcani, que presentemente é a principal instituição de pesquisa e desenvolvimento agrícola em Israel¹⁴¹.

A agricultura em Israel é o resultado de uma longa e difícil luta contra as condições adversas, tendo-se retirado o máximo rendimento da pouca água e terra arável disponíveis. No séc. XIX, aquando do retorno dos judeus à sua pátria ancestral, os primeiros esforços concentraram-se numa das suas prioridades: a transformação da terra árida em campos férteis. Desde a independência, em 1948, a área total cultivada aumentou 2,6 vezes, atingindo actualmente 445 mil hectares, dos quais 240 mil são irrigados. A área irrigada avultou-se de igual modo, sendo actualmente 8 vezes superior comparativamente a 1948. Porém, o crescimento estabilizou na década de 1980 derivado à escassez de água e do processo de urbanização. Pese embora o número de colonatos agrícolas tivesse aumentado, a população que neles vive decresceu de 12 para menos de 6%. A produção interna de Israel é auto-suficiente para a generalidade dos seus alimentos, sendo complementada com a importação, principalmente de cereais,

¹⁴¹ MFA, *Israel Ministry of Foreign Affairs*, [Consultado em 02MAI09], Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFAPR/Facts%20About%20Israel/CI%D6%BANCIA%20E%20TECNOLOGIA,2002>.

carne, café, sementes oleaginosas, açúcar e cacau. Estas importações são compensadas pelas elevadas exportações agrícolas. A produção rural consiste sobretudo em derivados de leite e aves, assim como uma ampla variedade de flores, frutas, legumes e verduras. Durante o Inverno, Israel é a estufa da Europa, exportando rosas de hastes longas, cravos, melões, tomates, pepinos, pimentões, morangos, kiwis, mangas, abacates e uma grande variedade de cítricos.¹⁴²

O segredo do sucesso agrícola de Israel reside na estreita interacção entre os agricultores e pesquisadores (de organismos financiados pelo Governo), que cooperam para o desenvolvimento e aplicação de métodos sofisticados em todos os ramos da agricultura, assim como de avanços tecnológicos, novas técnicas de irrigação e implementos agro-mecânicos inovadores.

A participação da produção agrícola no PIB diminuiu de cerca de 11% em 1950 para 3% na década de 90, enquanto que a proporção das exportações agrícolas decresceu de 60 a 3% do total exportado - apesar de existir um crescimento em valor absoluto das exportações anuais: de 20 para 740 milhões de dólares (em 1995), devido, entre outros, à extensiva introdução de métodos agrícolas inovadores e ao cultivo orientado para a exportação¹⁴³.

O desenvolvimento agrícola, assente nos kibutzim e nos moshavim, e apesar de apenas 1/5 da terra ser arável, têm aumentado gradualmente a sua produção, destacando-se a laranja, a toranja, o ananás, a banana, o algodão, à custa de aplicação de modernas técnicas de irrigação. Nas propriedades colectivas, os trabalhadores partilham equitativamente as tarefas e os lucros. Por sua vez, nas cooperativas de produção os rendimentos são bastante mais elevados¹⁴⁴. Israel é auto-suficiente no leite consumido, sendo o mesmo proveniente de explorações leiteiras que apresentam uma alta produtividade.

Com o objectivo de exportar, Israel produz grandes quantidades de flores, estando entre os maiores países do Mundo a nível da floricultura. As exportações de

¹⁴² Eodem loci.

¹⁴³ MFA, *Israel Ministry of Foreign Affairs*, [Consultado em 02MAI09], Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFAPR/Facts%20About%20Israel/ECONOMIA-%20Os%20Setores%20da%20Economia>, 2002.

¹⁴⁴ Forças de Manutenção da Paz das Nações Unidas, In Infopédia, Porto Editora, Porto, [Consultado em 22JUL10]. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$forcas-de-manutencao-da-paz-das-nacoes-unidas](http://www.infopedia.pt/$forcas-de-manutencao-da-paz-das-nacoes-unidas), 2003-2005.

flores em 2000 ultrapassaram 50 milhões de dólares americanos. Destacam-se as plantações de rosas que compreendem cerca de 214 hectares.

O Estado de Israel é líder mundial na pesquisa e desenvolvimento agrícola, tendo conduzido a um aumento na quantidade e qualidade dos resultados agrícolas do país. O esforço em aumentar a produtividade e qualidade da cultura levou ao desenvolvimento de novas sementes e variedades de plantas, bem como de inovações como substâncias de reforço dos solos, que, misturado com o solo local, aumentam a produtividade das culturas e o sistema de rega gota-a-gota constituindo-se num autêntico sucesso.

Os excedentes agrícolas têm sido praticamente nulos no país através da aplicação de taxas de produção, bem como quotas de água para cada cultura com preços estabelecidos. As quotas de produção são aplicáveis ao leite, ovos, aves e batatas. O Governo pretende reduzir os custos agrícolas tentando incentivar a agricultura especializada, e suspender a produção de culturas para as quais não existem mercados suficientemente rentáveis. O Ministério da Agricultura fiscaliza o sector agrícola do país, incluindo a manutenção das normas de sanidade animal e vegetal, planeamento agrícola, pesquisa e marketing.

O sector das Pescas possui uma grande importância para a nação israelita. Desde os tempos mais antigos, sendo comprovado pelos imensos testemunhos arqueológicos, a pesca foi a subsistência para muitos dos habitantes da região. Presentemente, a pesca comercial no Mediterrâneo Oriental tem diminuído significativamente devido ao esgotamento das reservas de peixe, sendo colmatada pelo desenvolvimento da aquacultura. No Vale do Jordão uma das principais actividades económicas na região são as pescas assim como no lago Kineret¹⁴⁵.

3.3.2. Minerais

Os minerais industriais têm desempenhado um papel crescente em Israel. Na verdade, constituem-se nos recursos minerais principais do país, em particular, o bromo, o potássio, o magnésio, os fosfatos, vários tipos de argila, o calcário e cal, areia de sílica, o cloreto de sódio e materiais de construção. Além destes, existem depósitos de óleo de xisto e pequenas quantidades de gás natural e petróleo.

O interesse pelo Mar Morto remonta à antiguidade. A partir do séc. IV a.C., os nabateus recolhiam e vendiam betume flutuante aos egípcios com o objectivo de ser

¹⁴⁵ Figuras 32 a 34, Anexo H.

utilizado nas técnicas de embalsamamento. Comparativamente com a água salgada normal, o Mar Morto apresenta 20 vezes mais potássio, 32 vezes mais magnésio e 81 vezes mais de bromo. Este nível de concentração torna o Mar Morto um verdadeiro depósito de elementos, especialmente sódio, potássio, bromo, magnésio e cálcio. Por exemplo, estima-se que o Mar Morto contenha cerca de 21,400 milhões de toneladas de $MgCl_2$, 1,8 mil milhões de toneladas de KCl e 800 milhões de toneladas de $MgBr_2$ ¹⁴⁶.

A reputação de Israel como um país desprovido de recursos naturais não é inteiramente verdade. O Mar Morto contém ricas jazidas de minérios e existem importantes reservas de fosfatos no deserto do Neguev. Juntamente com o conhecimento tecnológico local e inovadores processos industriais, estes recursos são a base para uma indústria química sofisticada¹⁴⁷. Desde a década de 1980, esta indústria tem desenvolvido a sua capacidade para extrair minerais e criar produtos de alto valor do usuário final, tais como fertilizantes e pesticidas, produtos petroquímicos e plásticos. Com um mercado interno reduzido, a maioria dos produtos são exportados, onde na verdade, muitas das empresas de sectores de produtos químicos e petroquímicos são grandes associações, com um alcance cada vez mais global. Nos últimos cinco anos, cerca de 1,3 biliões de dólares foram gastos em empresas estrangeiras, principalmente na Europa e América Latina, com o objectivo do reforço da capacidade da indústria de marketing.¹⁴⁸

Em 1999, as exportações relacionadas com os recursos industriais atingiram cerca de 3 biliões de dólares. As vendas de produtos químicos triplicaram na última década, atingindo os 8 biliões de dólares, cerca de 14% do total da produção industrial do país.

Theodor Herzl tinha a intenção de desenvolver uma indústria assente nas riquezas minerais do Mar Morto. Esta visão, baseada principalmente em dados recolhidos por um oficial de Marinha, visava tirar partido dos minerais abundantes do Mar Morto (fosfatos, potássio e bromo). Os fosfatos são extraídos a partir de três locais, na região do Neguev, no sul e leste de Beer Sheva, pela empresa Rotem Amfert Neguev Ltd. A empresa extrai os minerais, transformando-os de seguida através da combinação

¹⁴⁶ Geological Survey of Israel, [Consultado em 22JUL10]. Disponível em: <http://www.gsi.gov.il/Eng/Index.asp?CategoryID=113&ArticleID=160>

¹⁴⁷ MFA, *Israel Ministry of Foreign Affairs*, [Consultado em 02MAI09], Disponível em: http://www.mfa.gov.il/MFA/MFAArchive/2000_2009/2002/1/Facets%20of%20the%20Israeli%20Economy-%20Resource-based%20Indu, 2002.

¹⁴⁸ Eodem loci.

de potássio, extraído do Mar Morto, e outros produtos químicos (principalmente azoto), resultando em fertilizantes de alta qualidade. Os produtos finais da Rotem Amfert Neguev são maioritariamente para exportação, chegando a atingir os 95%, o que equivale a 720 milhões de dólares por ano na balança comercial.¹⁴⁹

Embora Israel possua um considerável volume de vendas orientado para o exterior, a refinaria de petróleo e a indústria petroquímica não assume a exportação como uma possibilidade. As Refinarias de Petróleo Lda (ORL), um empreendimento conjunto governamental e privado, foram criadas para abastecer exclusivamente o mercado energético local. A ORL fabrica uma gama completa de produtos petrolíferos utilizados localmente, incluindo a gasolina, diesel, nafta, querosene, óleo combustível residual (para indústria), óleos, lubrificantes e betume¹⁵⁰.

Sem grande volume de petróleo, as empresas multinacionais de perfuração israelitas alimentam a possibilidade, sustentada em fortes indícios de reservas consideráveis de gás natural, nas águas do Mediterrâneo. Convenientemente, Israel descobriu as primeiras reservas substanciais quando se preparava para as primeiras importações em grande escala de gás. Desconhecendo as quantidades de gás existem, no entanto, fortes razões para equacionar fortes reservas. Os factores que permitem levantar essa possibilidade provém do Estado Egípcio, país vizinho, que apresenta grandes reservas de gás e às proximidades do rio Nilo. Este contém bastante matéria orgânica, a base do gás, que é transportada ao longo do rio e depositado no Mar Mediterrâneo, numa região designada por cone do Nilo. Parte da matéria orgânica deriva posteriormente para a costa de Israel, que fica retida pela areia e formações rochosas¹⁵¹.

A actual situação energética de Israel reflecte a sua combinação de níveis de vida europeus com o rápido crescimento na base da procura de energia fóssil, típico de países em desenvolvimento. O Estado de Israel passou por um desenvolvimento económico bastante rápido durante os últimos 10-15 anos, tendo atingido um padrão semelhante a muitos países da Europa Ocidental e do Sul. No entanto e ao contrário de muitos países europeus, Israel tornou-se mais dependente das importações de combustíveis fósseis ao longo do tempo, e a sua intensidade energética não diminuiu. Além disso, embora a necessidade de electricidade de Israel tenha vindo a aumentar,

¹⁴⁹ Eodem loci.

¹⁵⁰ Figura 35, Anexo H.

¹⁵¹ Eodem loci.

Israel não possui qualquer interconexão eléctrica com os países vizinhos, ao que depende unicamente da sua baixa reserva para atender às suas necessidades. Dada a esta combinação de energia e ao rápido crescimento de dependência energética, deve apostar nas energias renováveis e na utilização racional da energia de desenvolvimento.

Embora enfrentando taxas relativamente elevadas de crescimento económico, Israel não seguiu a tendência para diminuir a intensidade energética e a eficiência energética que caracterizam a maioria dos países da Europa. Por exemplo, o uso de energia per capita, em Israel aumentou em 44% desde 1990, enquanto a média da UE aumentou apenas 15%¹⁵². O consumo de energia final de Israel em 2005 foi de 13,2 milhões de toneladas de equivalentes de petróleo (Mtep), dos quais 8,6 corresponderam a produtos de petróleo e 3,8 a electricidade, o restante equivaleu a parte do gás natural e de calor e vapor. No entanto, três tendências recentes na procura de energia poderão ser encorajadoras: a estabilização do consumo de combustível para a formação de electricidade, que cresceu apenas 0,1 milhões de tep em 2005, atingindo os 11,6 milhões de tep; o declínio nas vendas de petróleo 3,6-3,26 Mtep, devido principalmente ao aumento do consumo de gás por geradores de electricidade; a queda consistente na taxa de energia desde 2002, atingindo 50,5 em 2005, o menor nível em 10 anos. O consumo final de energia global, aumentou em 2005, apenas 0,85%, de 13,04 para 13,15 Mtep¹⁵³.

Israel anunciou recentemente planos de construção para um novo reactor nuclear com o objectivo de reduzir a dependência do país em hidrocarbonetos. Israel possui ainda dois reactores nucleares, um no deserto do Neguev e outro em Nahal Soreq, perto de Tel Aviv. O país mantém uma política de "ambiguidade nuclear" não confirmando nem negando as suspeitas.

A construção do reactor nuclear destinado a gerar electricidade terá como objectivo assegurar a independência de Israel em termos de energia e simultaneamente de fornecedores estrangeiros de hidrocarbonetos. Israel não assinou o Tratado de Não Proliferação Nuclear destinado a limitar o número de países que desenvolvem armas nucleares¹⁵⁴.

¹⁵² Amit Mor & Shimon Seroussi, *Energy Efficiency and Renewable Energy*, [Consultado em 12AGO10], Disponível em: http://www.planbleu.org/publications/atelier_energie/IL_National_Study_Final.pdf, 2007, pag 6.

¹⁵³ Eodem loci. Tabelas 3 a 11, Anexo I.

¹⁵⁴ Tabela 12, Anexo I.

Actualmente, o custo anual de electricidade de Israel é de 4 biliões \$US, constituindo mais de 1% do PIB Israelita. O consumo de electricidade em Israel foi quase 3,8 milhões de tep em 2005, um aumento de 2,7% em relação a 2004¹⁵⁵.

Conforme a figura 36 do Anexo H, verifica-se que o consumo de electricidade israelita duplicou durante os últimos 10 anos, estimando-se que em 2023 o valor duplique novamente, mesmo no cenário de baixa procura. O rácio de energia em Israel (fornecimento de energia primária por dólar do PIB, incluindo os impostos) aumentou 24% de 1990 a 2004, enquanto a média da UE desceu de 10%.

O sector da energia de Israel é baseado em combustíveis importados, especialmente no petróleo. Israel compra actualmente cerca de 80% do seu petróleo à Rússia e repúblicas da antiga União Soviética, com o restante vindo de Roterdão e do Egipto. Israel, numa tentativa de diversificar as fontes de energia, assinou, em Fevereiro de 2000, um acordo com os Estados Unidos, mas depende ainda fortemente dos combustíveis fósseis ao invés de ramificação para outras fontes alternativas de energia. O petróleo representa actualmente cerca de 67% do saldo de energia em Israel, o carvão 30% e o gás natural menos de 1%. Israel importou 279 mil bpd de petróleo em 2003. Recordar-se que resultante da conquista da Península do Sinai, em 1967, e até que a mesma fosse devolvida Israel usufruiu dos campos de petróleo¹⁵⁶.

O consumo de energia primária de Israel, em 2005, foi de 21,0 Mtep, onde cerca de 93% dos quais foram fornecidos por combustíveis importados: 56% (11,8 Mtep) de produtos petrolíferos, e 37% (7,6 Mtep) de carvão utilizado principalmente para a produção de energia. Na verdade, a energia israelita depende das mais altas do Mundo, com uma produção de energia, totalizando apenas cerca de 1,7 Mtep por ano, enquanto as importações líquidas excedam 19 milhões de tep. Os 7% restantes (1,5 Mtep) representam o consumo de energia primária de gás natural sendo utilizado recentemente por Israel aquando da descoberta das reservas de gás natural ao largo da sua costa. Na produção de electricidade o principal recurso é o carvão, com aproximadamente uma produção de 4.800 MW, aproximadamente 35.000.000 MWh por ano, ou cerca de 75% da produção da electricidade Israel. Globalmente, 10,9 milhões de tep de energia

¹⁵⁵ Figura 36, Anexo H.

¹⁵⁶ Andrea R. Mihailescu, *Israel's ongoing foreign energy dependence*, [Consultado em 12AGO10], Disponível em: <http://www.gasandoil.com/goc/company/cnm43591.htm>, 2004.

primária foi utilizado na produção de 48.000 milhões de KWh electricidade em 2005¹⁵⁷.

Desde o seu esforço inicial para o desenvolvimento de aquecimento de água através do sistema solar, colocado nas instalações do telhado, Israel tem feito pouco para desenvolver uma indústria de energias renováveis que podem reduzir substancialmente a dependência energética. Como a maioria dos seus vizinhos do Mediterrâneo Oriental, Israel tem uma das mais altas taxas de radiação solar de todo o Mundo, mas a sua indústria de energia solar em grande parte consistiu na elaboração de tecnologias, em vez de bens manufacturados para exportação. Enquanto Israel tem mais de 1,3 milhões de aquecedores solares para água, totalizando cerca de 4% do consumo de electricidade em Israel, o que contrasta com os 886 kW de energia fotovoltaica. De facto, o Ministério das Infra-estruturas Nacionais estima que o envolvimento do Governo nos projectos solares irá continuar a registar um atraso bastante significativo em relação aos países europeus até 2025. No entanto, sem os incentivos iniciais do Governo, é improvável que a energia solar fotovoltaica e os sistemas térmicos, com instalações de custos superiores a 4.000 \$US e poucos fornecedores, alcançarão a escala necessária para competir com os combustíveis fósseis¹⁵⁸.

Para além da energia solar, as energias renováveis em Israel têm potencial limitado. O potencial da biomassa é de cerca de 8,6 milhões de tep, principalmente a partir de resíduos urbanos. O potencial eólico de Israel também é bastante reduzido, com a máxima capacidade de cerca de 600 MW (ou cerca de 1.750 milhões de kWh), e enfrenta as dificuldades adicionais da localização e interligação de rede¹⁵⁹.

Em síntese, Israel com o seu projecto “revolucionário” ao nível agrícola conseguiu alcançar a auto-suficiência alimentar. Presentemente, a pesca comercial no Mediterrâneo Oriental tem diminuído significativamente devido à redução das reservas de peixe, sendo colmatada pelo desenvolvimento da aquacultura.

Os recursos minerais principais do país são: o bromo, o potássio, o magnésio, os fosfatos, vários tipos de argila, o calcário e cal, areia de sílica, juntamente com o sal e materiais de construção.

¹⁵⁷ Figuras 37 e 38, Anexo H. Tabelas 13 e 14, Anexo I.

¹⁵⁸ Idem, ibidem, pag 15.

¹⁵⁹ Idem, ibidem, pag 16.

As descobertas de Gás Natural ao largo da costa israelita são reveladoras de fortes probabilidades de reservas consideráveis que elevam as probabilidades de conflito com os Estados vizinhos.

Israel depende fortemente dos combustíveis fósseis não tendo, ainda, encontrado outras fontes alternativas de energia como possíveis soluções para diminuir essa dependência.

Pese embora a necessidade em termos de electricidade tenha vindo a aumentar, Israel depende unicamente da sua baixa reserva para atender às suas necessidades. Neste sentido, como a maioria dos seus vizinhos do Mediterrâneo Oriental, ao ser detentor de uma das mais altas taxas de radiação solar de todo o Mundo, Israel deverá explorar este tipo de energia no sentido de reduzir a sua dependência eléctrica. Com esse potencial desenvolvido Israel encontrava outra alternativa para as suas necessidades e reduzia assim uma das suas maiores vulnerabilidades em termos energéticos.

3.4. O Factor Circulação

Num país de curtas distâncias, os veículos rodoviários são os principais meios de transporte. Nos últimos anos, a rede rodoviária foi ampliada e melhorada, para adaptar-se ao rápido aumento do número de veículos, assim como para tornar acessível a mais remota comunicação. Encontra-se em curso a construção de uma auto-estrada, que totaliza cerca de 300 km, e que liga Beer Sheva, no sul, ramificando-se até Rosh Hanikrá e Rosh Pina no norte. Esta via contornará as áreas densamente povoadas, aliviando os congestionamentos de trânsito e possibilitando um acesso facilitado à maioria das regiões do país. Em 2010, a rede rodoviária israelita previa 18.096 km pavimentados, dos quais 146 km correspondem a auto-estradas¹⁶⁰.

Nos últimos anos, tem-se incrementado uma política de desenvolvimento do transporte ferroviário, tanto de passageiros como de carga, alargando a rede ferroviária. A Companhia Ferroviária de Israel opera serviços de passageiros entre Jerusalém, Tel Aviv, Haifa e Naharia, e de transportes de carga na região sul, entre o porto de Ashkelon, a cidade e Beer Sheva e as minas próximas de Dimona. Para reduzir os problemas causados pela intensificação do tráfego rodoviário, funcionam nas áreas de Tel Aviv e Haifa serviços rápidos de transportes de passageiros, utilizando as linhas férreas existentes, operados em coordenação com linhas de transporte rodoviário. Encontra-se em curso uma política de modernização das carruagens onde se procura

¹⁶⁰ Tabela 15, Anexo I.

oferecer uma melhoria nas condições de comodidade aos passageiros, contando com ar condicionado e equipamento moderno de manutenção mecânica¹⁶¹.

Os antigos portos de Iafó, Cesaréia e Acre foram substituídos por três portos de águas profundas modernos de grande envergadura, em Haifa, Eilat e Ashdod, que servem à navegação internacional. Haifa é, actualmente, um dos maiores portos mediterrâneos para navios de carga, assim como um movimentado terminal de passageiros. O porto de Ashdod é usado sobretudo para mercadorias e Eilat, no Mar Vermelho, liga Israel ao hemisfério sul e ao Extremo Oriente. Além disso, existe um porto para navios-tanque em Ashkelon e em Hadera funciona um equipamento moderno de descarga directa para cargueiros que abastecem a central eléctrica próxima de carvão.

Em 2008, operavam em Israel 60 companhias registadas noutros países (3 nas Bermudas, 4 em Chipre, 2 na Geórgia, 1 nas Honduras, 23 na Libéria, 18 em Malta, 3 no Panamá, 4 Eslováquia e 2 em São Vicente e Granadinas). No sistema marítimo utilizaram-se 11 embarcações com capacidade superior a 1000 toneladas de volume/peso dos quais 9 de transporte e 2 cargueiros¹⁶².

Reconhecendo que a localização geográfica transforma Israel num potencial país de trânsito para passageiros e mercadorias em travessia da região, a Autarquia de Portos e Ferrovias delineou um plano-mestre de longo termo para fazer face às necessidades futuras. Entre outras prioridades, o plano prevê o desenvolvimento de um moderno sistema ferroviário, a instalação do equipamento mais moderno possível em cada fase das suas operações terrestres e marítimas e a criação de sistemas computadorizados para o controlo e supervisão de todos os seus serviços. Israel exporta anualmente 15,9 milhões de toneladas de carga em total de todos os portos e importa 21,4 milhões de toneladas¹⁶³.

O transporte aéreo é extremamente importante, sendo encarado como suporte ao desenvolvimento do país. Este sistema encontra-se apoiado em 3 heliportos e 47 aeroportos, dos quais 30 possuem pistas pavimentadas e 17 apresentam pistas em terra compactada. Em relação aos primeiros, existem 2 com pistas de dimensão superior a 3047m, 6 com comprimento compreendido entre 2438m e 3047m, 6 entre 1524 e 2437m, 10 entre 914m e 1523m e 6 abaixo de 914m. Quanto aos segundos, 1 com pista

¹⁶¹ Figura 39, Anexo H. Tabela 16, Anexo I.

¹⁶² Countries of the world, *Israel 2010*, [Consultado em 16AGO10], Disponível em: http://www.theodora.com/wfbcurrent/israel/israel_transportation.html, 2010.

¹⁶³ Ministério das Relações Exteriores, *Como Exportar Israel*, Departamento de Promoção Comercial, Divisão de Informação Comercial, Brasília, 2006, pag 12.

de dimensão compreendida entre 1524 e 2437m, 2 entre 914m e 1523m e 14 com medidas inferiores aos 914m¹⁶⁴. O Aeroporto Internacional Ben-Gurion é o maior e mais importante terminal aéreo do país. Em virtude do rápido aumento do número de chegadas e partidas de passageiros, o aeroporto foi recentemente ampliado. Outros aeroportos menores como em Eilat, no sul do país, e em Rosh Pina, no norte, e nas proximidades de Tel Aviv, são destino de voos charter, sobretudo oriundos da Europa¹⁶⁵.

Israel está ligado às principais redes mundiais de dados comerciais, financeiros e académicos, encontrando-se totalmente integrado aos sistemas de comunicação internacionais, por cabos submarinos e satélites¹⁶⁶. Serviços telefónicos, de correio electrónico e de fax podem ser obtidos em todo o país, proporcionando rápidos meios de comunicação dentro do país e com o resto do mundo. Os serviços postais operam em todo o país, ligando-o a quase todos os países do Mundo.

O transporte por conduta é feito ao longo de 879 km. Condutas para gás com 176 km, 442 km para crude e 261 km para derivados de petróleo¹⁶⁷.

Ao nível das comunicações, nos finais de 2008, Israel possuía 2.900.000 linhas telefónicas e 8.902.000 de telemóveis o que face à sua população, dá uma relação de 1 linha/2,53 habitantes e 1 telemóvel/0,82 habitantes. Com a liberalização do mercado das telecomunicações houve um grande crescimento dos serviços telefónicos. Israel possui o sistema mais desenvolvido no Médio Oriente, embora não o maior. A rede doméstica apresenta um bom sistema de cabo coaxial e rádio microondas, onde todos os sistemas são digitais. Nos serviços móveis existem quatro operadoras privadas que prestam a cobertura nacional. A rede internacional apresenta cabos submarinos que efectuem a ligação para a Europa, Chipre e partes do Médio Oriente, e através de satélite - 3 Intelsat (2 Oceano Atlântico e 1 no Oceano Índico).

Relativamente às comunicações por cabo a operadora de chamadas locais, a “Bezek”, foi recentemente privatizada, existindo 260 centrais (das quais 255 são digitais), cuja capacidade da totalidade das centrais é acima dos 2,9 milhões de linhas. Destes 15.050 são telefones públicos. A generalidade das empresas possui fax, enquanto

¹⁶⁴ Countries of the world, *Israel 2010*, [Consultado em 16AGO10], Disponível em: <http://www.theodora.com/wfbcurrent/israel/index.html>, 2010.

¹⁶⁵ Figura 40, Anexo H. Tabela 17, Anexo I.

¹⁶⁶ Countries of the world, *Israel 2010*, [Consultado em 16AGO10], Disponível em: <http://www.theodora.com/wfbcurrent/israel/index.html>, 2010.

¹⁶⁷ Eodem loci.

que uma elevada percentagem de lares dispõe de pelo menos um aparelho de fax. Quanto às comunicações móveis existem quatro operadoras: “Pelefon”, “Cellcom”, “Orange” e “MIRS”, onde existe uma intensa competição entre as operadoras variando os seus preços consoante o destino¹⁶⁸.

O número de internautas é de 2.106.000, e em 2000, o Ministério das Comunicações publicou propostas para os serviços de rede fixa no mercado interno, incluindo a entrada web via wireless e banda larga, cuja tecnologia se encontra na vanguarda¹⁶⁹. Da mesma forma que as ligações locais, as operadoras de Internet oferecem serviços competitivos usando tecnologia VOIP¹⁷⁰.

Quanto à rádio, em 1998, existiam 23 de AM, 15 de FM e 2 de pequena frequência. Neste meio de comunicação destaca-se a *kol Israel* (voz de Israel) e existe uma rádio destinada especificamente aos militares. Por sua vez, as transmissões de ondas curtas têm como objectivo chegar aos ouvintes de outras nações, e em vários idiomas, de modo a divulgar as informações de Israel, do Judaísmo e do Médio Oriente. A televisão que apareceu em 1967, mantém um canal estatal, apresentado em três idiomas com programação inteiramente informativa e educativa. Existe, também, um canal comercial que reserva parte da sua programação para a educação. Para além destes Israel goza de canais independentes e televisão por cabo, que chega a grande parte do território.

A parte cultural do povo israelita abrange o interesse pela actualização informativa, donde ressaltam as notícias pelo país seguidas pelas do Mundo. A liberdade de imprensa é respeitada pelo Governo, excepto nos assuntos de segurança nacional, que obedecem a censura. Existem pelo menos doze jornais em hebraico e inúmeros noutros idiomas. Entre os diários mais influentes em inglês está o *Jerusalém Post* e em hebraico está o *haaretz*.

Em síntese, a rede rodoviária israelita está significativamente desenvolvida. O desenvolvimento do transporte ferroviário, tanto de passageiros como de carga, encontra-se em curso o que permitirá o apoio ao desenvolvimento de Israel. De igual modo o transporte aéreo é extremamente importante, sendo encarado como suporte ao

¹⁶⁸ Ministério das Relações Exteriores, *Como Exportar Israel*, Departamento de Promoção Comercial, Divisão de Informação Comercial, Brasília, 2006, pag 11.

¹⁶⁹ Countries of the world, *Israel 2010*, [Consultado em 16AGO10], Disponível em: <http://www.theodora.com/wfbcurrent/israel/index.html>, 2010.

¹⁷⁰ (Voice Over Internet Protocol) é uma tecnologia que permite a transmissão de voz por IP, tornando possível a realização de chamadas telefónicas (com qualidade) pela Internet.

desenvolvimento do país. Este sistema encontra-se apoiado em 3 heliportos e 47 aeroportos, dos quais 30 possuem pistas pavimentadas e 17 apresentam pistas em terra batida.

Existem três portos modernos de grande envergadura, em Haifa, Eilat e Ashdod, que servem à navegação internacional, sendo que o porto de Haifa é, actualmente, um dos maiores portos mediterrâneos para navios de carga, assim como um movimentado terminal de passageiros.

Ao nível das comunicações, Israel possui o sistema de telecomunicações mais desenvolvido no Médio Oriente e o número de internautas é considerável. De uma forma intrínseca os cidadãos israelitas procuram a actualização informativa recorrendo, de uma forma geral, à imprensa escrita.

3.5. O Factor Tecnológico

A história da pesquisa científica em Israel é parte integrante da saga do retorno do povo judeu à sua pátria. Ao preconizar a criação de um lar nacional para os judeus, Theodor Herzl pensava não somente num lar físico, mas também num grande centro espiritual, cultural e científico. O desejo de transformar a Terra de Israel, então região estéril e infestada de doenças, num Estado moderno foi o factor determinante no desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica subsequente.¹⁷¹

A Universidade Hebraica de Jerusalém foi fundada em 1925, período em que se instituíram as bases para o Hospital Hadassah, uma das mais valorizadas instituições de pesquisa médica de Israel. Na mesma época, também foram criados o Instituto de Tecnologia Technion, em Haifa, em 1924, e o Centro de Pesquisa Daniel Sieff, fundado em 1934, em Rehovot, que, posteriormente, em 1949, tornar-se-ia no Instituto Weizmann de Ciências¹⁷².

Assim, quando o Estado de Israel foi criado, a sua infra-estrutura científica e tecnológica já se encontrava estabelecida, permitindo o progresso posterior. Actualmente, o coeficiente entre a população israelita que se dedica à pesquisa científica e tecnológica, assim como os recursos destinados ao sector de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), e o PIB, estão entre os mais elevados do Mundo. Israel

¹⁷¹ BETH-SHALOM, *Israel na vanguarda tecnológica*, [Consultado em 02MAI09], Disponível em: http://www.beth-shalom.com.br/artigos/israel_tecnologia.html, 2007.

¹⁷² MFA, *Israel Ministry of Foreign Affairs*, Ciência e Tecnologia, [Consultado em 02MAI09], Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFAPR/Facts%20About%20Israel/CINCIA%20E%20TECNOLOGIA>, 2002.

ostenta o maior número de autores publicados nos campos das ciências naturais, engenharia, agricultura e medicina.¹⁷³

Uma das principais características da inovação em Israel é a sua capacidade de integração no quotidiano da sociedade, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida do povo israelita. Sem grandes recursos naturais e rodeado por vizinhos hostis, o país foi obrigado, desde a sua fundação, a definir claramente as prioridades que garantiriam a sua sobrevivência e o seu desenvolvimento. Mediante essa directriz, de 1948 até à actualidade, os sucessivos Governos israelitas fizeram dos investimentos em ciência e tecnologia a principal ferramenta para o crescimento nacional, reforçando a sua capacidade competitiva e criando mecanismos para estimular a actuação da iniciativa privada. Presentemente, como resultado dessa conjugação de esforços, a indústria israelita caracteriza-se pela forte presença nos sectores da alta tecnologia, aviónica, telecomunicações, manufactura, equipamentos médicos electrónicos e de fibra óptica, o que perfaz com que a indústria de alta tecnologia de Israel corresponda a 12% do PIB e a mais de 80% das exportações¹⁷⁴.

Grande parte das inovações israelitas em tecnologia de ponta são divulgadas em exposições internacionais que o país organiza, ao longo do ano, como a Agritech (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola), a Biomed (Feira Internacional de Biotecnologia) e a Telecom (Feira Internacional de Telecomunicações). Expositores repletos do que há de mais avançado na indústria do país, as exposições recebem visitantes dos quatro cantos do Mundo, além de contar com a participação das principais transnacionais, das quais se destacam a Intel e a Microsoft, que mantêm centros de pesquisas, laboratórios e fábricas no país. O sector da tecnologia israelita, nos últimos anos, tem captado a atenção de investidores internacionais que, além de injectar recursos em projectos e companhias específicas, marcam presença nas aquisições e fusões com grupos locais.¹⁷⁵

Um dos grandes negócios realizados em 2006 foi a compra pela Warren Buffett, um dos maiores investidores norte-americanos, da empresa israelita Iscar Metalworking Companies-IMC. A Buffett adquiriu 80% das acções da companhia por 4 biliões \$US. Além de ser o maior investimento da Buffett exterior aos EUA e o terceiro maior feito da empresa, foi também o mais alto valor já pago pela compra de uma empresa de

¹⁷³ BETH-SHALOM, *Israel na vanguarda tecnológica*, [Consultado em 02MAI09], Disponível em: http://www.beth-shalom.com.br/artigos/israel_tecnologia.html, 2007.

¹⁷⁴ Eodem loci.

¹⁷⁵ Eodem loci

Israel. Pertencente à família Wertheimer, a IMC é líder na área de corte em metalurgia e opera em quase todos os países através das suas filiais Iscar. Mas essa transacção foi apenas uma entre as inúmeras aquisições que, em 2006, ocuparam espaço nos jornais internacionais. A Hewlett-Packard anunciou em Julho de 2007 o acordo para comprar a Mercury Interactive, especializada em soluções de optimização de Tecnologia e Inovação, por aproximadamente 4,5 biliões \$US. No mesmo mês, a SanDisk, transnacional fabricante de memória-flash para telemóveis e câmaras digitais, comprou a israelita Msystems, através de acções, por 1,55 bilião \$US. De igual modo o grupo Ex-Libris, pioneiro mundial na área de soluções de software para bibliotecas e centros de informação, foi comprado pelo Fundo Francisco Partners. Considerado um dos maiores fundos privados na área da tecnologia, o grupo terá pago 62 milhões \$US pela empresa israelita. No total, em 2006, cerca de 76 empresas israelitas foram adquiridas ou optaram pela fusão com outras empresas estrangeiras. Outro dado importante sobre o sector: Israel é o segundo país, depois dos Estados Unidos, com empresas negociadas na Nasdaq (Bolsa de Tecnologia de Nova York)¹⁷⁶.

Com vendas que somam milhões de dólares por ano, o sector de Tecnologia da Comunicação e Informação de Israel congrega nomes como Comverse (com forte actuação no sector de sistemas para comunicação multimédia); Check Point (líder mundial na área de firewalls para segurança na internet) e Alvarion (um dos principais nomes em acesso de banda larga, sem fio); e o Grupo Rad – com ampla actuação na área de comunicação de dados, entre outros. Todas estas empresas empregam milhares de pessoas, seja em Israel ou nas suas filiais e escritórios espalhados pelo Mundo. Conhecido como o “Vale do Silício do Médio Oriente”, numa alusão ao centro tecnológico dos Estados Unidos, Israel conta também com grandes empresas transnacionais, com unidades das quais saem inovações imediatamente integradas à carteira de produtos dessas companhias. O chip Centrino para notebooks, da Intel, é disso um exemplo, saído do laboratório de P&D da empresa, em Haifa. A história da Intel Israel começou em 1974, quando a transnacional escolheu o país para implantar o seu primeiro Centro de Design e Desenvolvimento fora dos Estados Unidos. Desde então, a empresa reúne esforços no sentido de ampliar a sua presença na indústria israelita, mantendo actualmente oito unidades no país, totalizando mais de 5.400

¹⁷⁶ Eodem loci.

funcionários, dos quais cerca de dois mil se encontram envolvidos em projectos de P&D¹⁷⁷.

A Intel é uma entre as inúmeras gigantes da área de tecnologia com forte presença em Israel. Uma das pioneiras na implantação de fábricas, no país, foi a General Electric (GE), que inaugurou a sua primeira unidade ainda em 1950. Actualmente, possui inúmeras companhias em diferentes segmentos. Outra pioneira foi a IBM Corporation, que se estabeleceu no país também em 1950, atraída pela excelência das suas instituições académicas e pela qualidade da sua mão-de-obra. Presentemente com um número de funcionários que ultrapassa os dois mil, a IBM Israel iniciou as suas actividades com a implantação de um Centro de Pesquisas para a realização de programas conjuntos com instituições governamentais e sem fins lucrativos, desenvolvendo aplicações computadorizadas para as áreas da medicina, agricultura, irrigação e elaboração de modelos para políticas em fertilização. Por seu turno a Motorola Israel Ltd., fundada em 1964, emprega cerca de quatro mil funcionários divididos por cinco centros de desenvolvimento, quinze escritórios de vendas e serviços e oito filiais. Entre o final da década de 1980 e o início da seguinte, registou-se a chegada de outras transnacionais. Em 1989 foi a vez da Microsoft Corporation, que também fez de Israel a sede da sua primeira subsidiária, exterior aos EUA. Em 1991 instalou-se a Applied Materials. A alemã SAP também desenvolve os seus investimentos no país, tendo inaugurado, em 2005, a mais recente software-house da empresa, em Raanana. A maioria das empresas internacionais está localizada na região de Haifa, em função dos incentivos governamentais e da proximidade com dois grandes centros académicos – a Universidade de Haifa e o Technion¹⁷⁸.

Além do alto valor atractivo para empresas Internacionais, Israel recebe núcleos ligados a instituições de pesquisas, que chegam ao país atraídos pela qualidade dos profissionais israelitas na área de P&D. Em Maio de 2006, a cidade de Cesaréia tornou-se a sede do primeiro centro regional do Instituto Europeu para Administração de Negócios¹⁷⁹ (o conceituado *Institut Européen d'Administration des Affaires (INSEAD)*). Segundo Doron Nahmias, director-geral da regional e ex-aluno do *INSEAD* em França, “O nosso objectivo é criar um centro de estudos compatível com a qualificação e o

¹⁷⁷ Eodem loci.

¹⁷⁸ Eodem loci.

¹⁷⁹ Famoso centro europeu instalado na cidade francesa de Fontainebleau. Patrocinada pela Fundação Césarée Edmond Benjamin de Rothschild, a instituição centra-se no estudo do empreendedorismo – área na qual Israel actua com destaque.

universo high-tech dos israelitas. Israel é um país no qual a criatividade começa a ser cultivada desde muito cedo e os resultados dessa prática são bem conhecidos: mais de uma centena de empresas locais negociam as suas acções na Nasdaq”, ressalta Nahmias. Outro tema de interesse do novo centro de estudos é a análise da experiência da transferência da tecnologia militar de Israel para aplicações civis, a evolução das *start-ups* (empresas embrionárias) e a sua capacidade de penetrar rapidamente no mercado internacional, atraindo investidores, entre outros.¹⁸⁰

O relacionamento entre a França e Israel possui raízes antigas, com a participação de inúmeros imigrantes franceses na área de tecnologia. Entre estes, destaca-se Charley Attali, considerado um dos pioneiros na indústria aeronáutica israelita; David Harari, director-geral da Indústria Aeronáutica de Israel (IAI) e Claude Samson, director da Divisão Elta, filial da IAI. Na área de energia, destaca-se Lucien Bronicki, formado pela École des Arts e Métiers, que fundou a Ormat Industries, a maior companhia israelita no segmento de energias renováveis e líder mundial em centrais geotérmicas.

A criatividade industrial e os pesquisadores de Israel são evidentes em inúmeros segmentos necessários ao quotidiano de muitos países¹⁸¹.

3.5.1. P&D nas Universidades

O progresso do conhecimento científico é considerado o principal objectivo dos pesquisadores nas universidades de Israel. As publicações de monografias, livros e artigos, assinados por israelitas, em todos os campos científicos, são a expressão básica da produção universitária. O seu número, em relação ao total mundial de publicações, tem aumentado, o que provoca um forte impacto profissional na comunidade científica mundial.

Com o propósito de integrar a ciência israelita na comunidade científica mundial, são permanentemente estimuladas pesquisas de pós-doutoramento e estágios

¹⁸⁰ Eodem loci.

¹⁸¹ Empresas israelitas desenvolveram a memória-flash DiskOnKey, a DiskOnChip e a compressão ZIP, transformando a gestão e armazenamento de informações. Os microprocessadores Centrino e Pentium-4 Dotan foram desenvolvidos pela Intel Israel. A telefonia pioneira através do protocolo IP foi lançada pela Vocaltec. A ferramenta ICQ do AOL Instant Messenger foi desenvolvida, em 1996, por jovens israelitas. A pílula endoscópica com micro-câmara foi lançada pela Given Imaging. Professores da Technion identificaram a proteína Ubiquitin, uma inovação nas pesquisas do cancro, doenças degenerativas do cérebro e muitas outras. A empresa israelita *Lumus Optical* concebeu os vídeo-óculos PD-20, para assistir a TV e vídeos em qualquer lugar. Na área militar, actualmente tropas norte-americanas utilizam, no Iraque e no Afeganistão, um sistema de raio-X digital que permite aos médicos obter imagens de radiografia nos campos de batalha. BETH-SHALOM, *Israel na vanguarda tecnológica*, [Consultado em 02MAI09], Disponível em: http://www.beth-shalom.com.br/artigos/israel_tecnologia.html, 2007.

de aperfeiçoamento no estrangeiro, assim como a participação em conferências científicas internacionais. Vários programas de inter-câmbio e projectos conjuntos são realizados a níveis institucionais, universitários e governamentais. Israel é, também, um relevante centro de congressos científicos internacionais, realizando-se mais de cem destes encontros anualmente.

3.5.2. P&D na Indústria

No sector industrial civil, o seu acelerado crescimento correspondeu a que os gastos com P&D aumentassem cerca de 13 vezes entre 1969 e 1985, e o número de cientistas e engenheiros que se dedicam à P&D quintuplicou. A P&D industrial de Israel caracteriza-se por uma forte concentração em electrónica (67%), assim como pelo facto de que a maior parte das actividades é realizada por um estrito número de grandes empresas. Estudos demonstraram que as empresas que se dedicam inteiramente à P&D são a maior fonte de crescimento de empregos e exportações industriais ao longo dos anos. A promoção do crescimento contínuo de tais empresas é o foco da estratégia de Israel no ramo industrial. A Lei do Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento, implementada pelo Ministério de Comércio e Indústria promove a P&D industrial. Estima-se que os produtos derivados de P&D ultrapassem os 50% das exportações industriais de Israel (excluindo os diamantes)¹⁸².

A electrónica, que se limitava até ao final dos anos 60 à produção de bens de consumo, aprofundou-se em ramos tecnológicos mais sofisticados, tanto militares como civis. Nas comunicações, os progressos em P&D aplicam-se à digitalização, processamento, transmissão e intensificação de imagens, sons e dados.

Os ramos industriais da óptica, eletro-óptica e dos lasers têm crescido rapidamente. Israel é líder mundial em fibras ópticas, em sistemas de inspecção baseados em eletro-óptica para placas de circuito impresso, em sistemas térmicos para visão nocturna e em sistemas de manufatura robótica com base eletro-óptica.¹⁸³

Os Equipamentos computadorizados, sobretudo nos campos do software e periféricos, têm-se desenvolvido e são amplamente utilizados. Actividades educacionais nas escolas são reforçadas através de uma variedade de sistemas didácticos computadorizados, muitos dos quais foram desenvolvidos para exportação. Embora

¹⁸² MFA, *Israel Ministry of Foreign Affairs*, Ciência e Tecnologia, [Consultado em 02MAI09], Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFAPR/Facts%20About%20Israel/CINCIA%20E%20TECNOLOGIA>, 2002.

¹⁸³ Eodem loci.

alguns dos produtos de software desenvolvidos em Israel sejam projectados para a utilização em computadores do tipo mainframe, a maioria foi desenvolvida para sistemas de pequeno e médio porte, tais como estações de trabalho computadorizadas. A robótica, cuja pesquisa se iniciou no final dos anos 70, é responsável pela produção para desempenhar uma imensa variedade de funções, como a lapidação de diamantes, soldagem, embalagem, construção e outras actividades industriais. A pesquisa focaliza a aplicação de inteligência artificial aos robots.

Os produtos aeronáuticos são orientados para as necessidades de auto-defesa tendo gerado um desenvolvimento tecnológico com reflexos na vida civil. O Aravá foi a primeira aeronave civil produzida em Israel, ao que se seguiu o jacto Westwind para directores de empresas. Recentemente, satélites projectados e construídos no país foram produzidos e lançados pelas Indústrias Aeronáuticas de Israel em cooperação com a Agência Espacial de Israel. Além disso, Israel desenvolve, fabrica e exporta vários artigos neste campo, como painéis, computadores aeronáuticos, sistemas instrumentais e simuladores de voo, sendo líder mundial na tecnologia e produção de planadores teleguiados.¹⁸⁴

3.5.3. P&D na Agricultura

O sector agrícola baseia-se quase por inteiro em P&D, graças à cooperação entre agricultores e pesquisadores. Os resultados das pesquisas são rapidamente transmitidos ao campo para experimentação, através de um sistema de extensão rural, sendo que os problemas são endereçados directamente aos cientistas com vista ao seu solucionamento. A P&D agrícola é executada sobretudo pela Organização de Pesquisa Agrícola, órgão do Ministério da Agricultura. A maioria dos institutos de pesquisa agrícola de Israel mantém estreitas relações com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), o que garante o intercâmbio contínuo de informações com outros países.¹⁸⁵

As vacas leiteiras de Israel são, em média, as campeãs mundiais de produção de leite. Através da produção de esperma e óvulos de gado de raça, Israel consegue elevar o nível dos seus exemplares animais, assim como compartilhar as suas conquistas neste campo com outros países.

¹⁸⁴ Eodem loci.

¹⁸⁵ MFA, *Israel Ministry of Foreign Affairs*, Ciência e Tecnologia, [Consultado em 02MAI09], Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFAPR/Facts%20About%20Israel/CINCIA%20E%20TECNOLOGIA-%20PD%20na%20Agricultura>, 2002.

Os agrónomos israelitas foram os pioneiros em biotecnologia agrícola, pela irrigação gota-a-gota, pela solarização (exposição ao sol) dos solos e reciclagem de águas residuais para uso agrícola. Tais progressos têm sido aplicados na manufatura de produtos comercializáveis, desde as sementes e biopesticidas, produzidos pela engenharia genética, a plásticos foto-degradáveis e sistemas computadorizados para irrigação e fertilização.

A necessidade de rentabilizar a pouca água existente, a terra árida e a mão-de-obra limitada conduziram a uma verdadeira revolução dos métodos agrícolas. A procura de técnicas de economia de água estimulou o desenvolvimento de sistemas de irrigação controlados por computador, como o sistema gota-a-gota, que concentra o fluxo de água directamente na raiz da planta. Outro resultado da intensa pesquisa é a utilização do enorme reservatório subterrâneo de água salobra do Neguev, para o cultivo de culturas, tais como tomates de primeira qualidade destinadas aos mercados europeus e americano, durante o Inverno. A pesquisa no campo do tratamento electromagnético da água, para melhoramento da saúde dos animais e a qualidade das colheitas também tem alcançado resultados promissores.¹⁸⁶

Computadores projectados e construídos em Israel são amplamente utilizados para a coordenação das actividades agrícolas diárias, como o controlo da aplicação de fertilizantes e ao mesmo tempo monitorização de factores ambientais relevantes; a distribuição de rações animais, cumprindo proporções de custo/produtividade; e garantir o controlo de temperatura e humidade do aviário. Para além destes projectos, Israel desenvolve, fabrica e implementa modernos equipamentos agrícolas.

A agricultura também beneficiou do desenvolvimento geral da pesquisa científica e da P&D, como no caso das culturas automatizadas de tecido vegetal, dos insecticidas biológicos, das sementes com alta resistência a doenças e dos fertilizantes biológicos.¹⁸⁷

3.5.4. P&D na Medicina

Israel tem contribuído muito significativamente na revolução biotecnológica, onde a pesquisa médica e paramédica é muitíssimo desenvolvida, tal como as instalações de bio-engenharia.

¹⁸⁶ Eodem loci.

¹⁸⁷ Eodem loci.

A pesquisa científica biomédica e a medicina clínica ultrapassam os 50% das publicações científicas do país. O sector industrial tem vindo a sofrer uma ampliação no sentido de se tirar partido dos vastos conhecimentos existentes.

Das descobertas recentes, destacam-se um grupo de proteínas eficaz contra infecções viróticas e uma hormona de crescimento humano. No campo da engenharia genética, na qual se inclui a clonagem, citam-se conjuntos de diagnóstico baseados em anti-corpos mono-clonais, assim como outros produtos microbiológicos. Os equipamentos médicos são altamente sofisticados, sendo desenvolvidos e comercializados em todo o Mundo. Encontram-se incluídos os scanners para tomografia computadorizada (CT), sistemas de imagens por ressonância magnética, scanners de ultra-som, câmaras médicas nucleares e lasers cirúrgicos¹⁸⁸.

3.5.5. P&D em Energia

O grande desenvolvimento em fontes alternativas de energia, tais como a solar, eólica e térmica, é uma alternativa muito positiva para fazer face à escassez de fontes convencionais de energia. Israel é o país que mais explora a energia solar, sendo o maior utilizador mundial per capita de aquecedores solares de água domésticos. Da mesma forma, mas para fins industriais, foi desenvolvido um receptor de alta eficiência que capta a luz solar e por sua vez a amplia.

No sector eólico encontram-se em desenvolvimento projectos de modo a alcançar resultados que permitam num futuro próximo constituírem-se como uma alternativa fiável. Também foi desenvolvida a tecnologia de utilização das águas das barragens, com um certo grau de salinidade e composição mineral, para absorver e rentabilizar a energia solar. Centrais de energia geotérmica, apropriadas para extracção das temperaturas do solo e posteriormente converte-la em vapor com o fim de accionar turbinas, encontram-se em fases de testes. Mais recentemente foi divulgado um projecto que utiliza ar seco e água, inclusive salgada, para produzir energia através de chaminés com 1.000 m de altura¹⁸⁹.

¹⁸⁸ MFA, *Israel Ministry of Foreign Affairs*, Ciência e Tecnologia, [Consultado em 02MAI09], Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFAPR/Facts%20About%20Israel/CINCIA%20E%20TECNOLOGIA-%20PD%20na%20Medicina>, 2002.

¹⁸⁹ MFA, *Israel Ministry of Foreign Affairs*, Ciência e Tecnologia, [Consultado em 02MAI09], Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFAPR/Facts%20About%20Israel/CINCIA%20E%20TECNOLOGIA-%20PD%20em%20Energia>, 2002.

Em resumo, a tecnologia foi determinante para a construção e desenvolvimento do Estado de Israel. Desde logo, as condições adversas do clima e a escassez de água foram umas das principais preocupações dos judeus que encontraram a solução em métodos altamente sofisticados. Os avanços tecnológicos permitiram a expansão dos terrenos para fins agrícolas, com as novas técnicas de irrigação e implementos agro-mecânicos inovadores.

Os “cérebros” israelitas distinguem-se a nível internacional no desenvolvimento tecnológico altamente sofisticado em áreas como a biotecnologia, medicina, a aviação, meios de lançamento espacial, satélites, armamento e também de software. Por sua vez, os grandes pólos de desenvolvimento tecnológicos israelitas arrastaram grandes investimentos estrangeiros para as áreas de investimento e desenvolvimento, desenvolvendo parcerias nesta área com os países mais desenvolvidos e a deslocação de postos de trabalhos de outros países para a Israel. A sua emergência como país exportador de tecnologia, nomeadamente militar, terá implicações estratégicas e comerciais com contornos globais.

No campo científico, Israel estimula o estabelecimento de centros de excelência, em torno de cientistas de projecção e em áreas vitais para o desenvolvimento do sector industrial, simultaneamente tenta manter um padrão mínimo de qualidade internacional em todos os campos científicos. A cooperação internacional continua a desempenhar um papel fundamental, ampliando os recursos científicos e conhecimentos técnicos especializados que o país tem à sua disposição. No campo tecnológico, Israel procura essencialmente a especialização.

3.6. O Factor Estruturas

Israel é um Estado muito peculiar face à sua história, especificamente com a sua criação artificial, e à forma como vive desde então: em Guerra. É o único Estado judeu do Mundo e encontra-se rodeado de países muçulmanos, com quem mantêm relações muito difusas.

3.6.1. Estruturas político-administrativas

Israel é uma democracia parlamentar republicana baseada no sufrágio universal e na representação proporcional. O sistema de Governo de Israel baseia-se em várias leis básicas decretadas pelo seu parlamento, o Knesset. Nesta democracia operaram os poderes legislativo, executivo e judiciário.

O Estado de Israel encontra-se dividido em seis principais distritos administrativos, conhecidos como mehozot (Centro, Haifa, Jerusalém, Norte, Sul e Tel Aviv). Os distritos dividem-se, por sua vez, em quinze sub-distritos, conhecidos como nafot, sendo os mesmos divididos em cinquenta regiões naturais¹⁹⁰.

As suas instituições são a Presidência, o Knesset (parlamento), o Governo (gabinete de ministros) e o sistema Judiciário. O sistema baseia-se no princípio da separação de poderes, com controlo recíproco, o poder executivo (o Governo), estando sujeito ao voto de confiança do poder legislativo (o Knesset), e a independência do sistema judiciário garantida por lei¹⁹¹.

3.6.1.1. A Presidência

O nassi (Presidente), como nos tempos antigos, ostenta o antigo título do chefe do Sanhedrin, o supremo órgão legislativo e judiciário do povo judeu na Terra de Israel. O Presidente é o chefe do Estado e a presidência simboliza a unidade da nação, acima de todos os partidos políticos. O Presidente pode desempenhar a sua função por dois períodos consecutivos de cinco anos, sendo eleito pelo Knesset pela maioria simples, entre candidatos escolhidos pelo seu prestígio pessoal e pela sua contribuição ao país¹⁹².

Os deveres presidenciais, na sua maioria cerimoniais e formais, são definidos por lei. Entre os mesmos, inclui-se a abertura da primeira sessão de um novo Knesset eleito¹⁹³.

3.6.1.2. O Legislativo: O Knesset

O Knesset, o parlamento de Israel, é o órgão legislativo do país. O seu nome e o número dos seus deputados - 120 - foram retirados da antiga Knesset Hagedolah (a Grande Assembleia), o órgão representativo judaico convocado em Jerusalém por Esdras e Nehemias no séc. V a.C. O Knesset é eleito por um período de quatro anos, mas pode-se dissolver ou ser dissolvido pelo Primeiro-Ministro em qualquer momento. Até que um novo Knesset seja formalmente constituído, através de eleições, o actual continua com toda a sua autoridade.¹⁹⁴

¹⁹⁰ Tabela 18, Anexo I.

¹⁹¹ Tabela 19, Anexo I.

¹⁹² MFA, *Israel Ministry of Foreign Affairs*, [Consultado em 02MAI09], Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFAPR/Facts%20About%20Israel/O%20ESTADO-%20A%20Presidncia>, 2002.

¹⁹³ Tabela 20, Anexo I.

¹⁹⁴ MFA, *Israel Ministry of Foreign Affairs*, [Consultado em 02MAI09], Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFAPR/Facts%20About%20Israel/O%20ESTADO-%20O%20Legislativo-%20O%20Knesset>, 2002.

O Knesset trabalha em sessões plenárias através das suas 12 comissões permanentes: a parlamentar; a das relações exteriores e de segurança nacional; a fazenda; a económica; a dos assuntos interiores e do meio ambiente; a da educação e cultura; a do trabalho e bem-estar social; a constituinte, de lei e justiça; a de imigração e absorção; a de controlo do Estado; a de luta contra as drogas; a comissão pelo progresso do papel da mulher¹⁹⁵.

3.6.1.3. O Executivo: O Governo

A autoridade executiva do Estado é exercida pelo Governo (gabinete de ministros), encarregue pela administração dos negócios internos e externos, inclusive os assuntos de segurança nacional. Os seus poderes políticos são muito amplos, sendo o Governo autorizado a agir em qualquer assunto que não seja delegado por lei a outro poder. Todos os Governos de Israel, foram constituídos por coligações de vários partidos, pois nenhum partido conseguiu o número suficiente de assentos no Knesset para poder constituir o Governo de forma isolada.¹⁹⁶

O Primeiro-Ministro recém-eleito deve apresentar, dentro de um prazo máximo de 45 dias, após a publicação do resultado das eleições, a lista de ministros por ele nomeado, a serem aprovados pelo Knesset, assim como as linhas orientadoras do seu Governo. Após terem sido aprovados, os ministros são responsáveis diante do Primeiro-Ministro pelo cumprimento dos seus deveres, devendo justificar as suas acções ao Knesset. A maioria dos ministros é responsável por uma pasta e pela chefia de um ministério. Contudo, há também ministros sem pasta, que podem ser nomeados como responsáveis por projectos especiais. Além disso, o Primeiro-Ministro pode acumular outras pastas. Semelhantemente ao Knesset, a cadência governamental é de quatro anos, mas esse período pode ser reduzido pela renúncia ou morte do Primeiro-Ministro ou por voto de desconfiança do parlamento. Até que um novo Primeiro-Ministro e os ministros de um novo Governo comecem a sua cadência, o Primeiro-Ministro e os ministros do Governo anterior permanecem nos seus postos. Se o Primeiro-Ministro estiver impossibilitado de exercer as suas funções por morte, renúncia, impugnação ou por ter recebido voto de desconfiança do Knesset, o Governo nomeará um dos seus membros (neste caso obrigatoriamente um deputado) para o cargo. Este goza de todas as

¹⁹⁵ Eodem loci.

¹⁹⁶ MFA, *Israel Ministry of Foreign Affairs*, [Consultado em 02MAI09], Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFAPR/Facts%20About%20Israel/O%20ESTADO-%20O%20Executivo-%20O%20Governo>, 2002.

prerrogativas concedidas aos Primeiros-Ministros, excepto o direito de dissolver o parlamento. Os outros ministros continuam a desempenhar as suas funções até que um novo Primeiro-Ministro seja eleito e inicie o seu mandato¹⁹⁷.

3.6.1.4. O Judiciário: Os Tribunais¹⁹⁸

Tribunal de magistrados (1 juiz)	Delitos civis e criminais menores.
Tribunal Distrital (1 ou 3 juízes)	Jurisdição de apelação sobre os tribunais de magistrados; jurisdição original em casos civis e criminais mais importantes.
Supremo Tribunal (1, 3, ou 5 juízes)	Jurisdição de apelação definitiva nacional; direito de interferir em assuntos quando necessário a bem de justiça; autoridade de libertar pessoas presas ou detidas ilegalmente; O seu papel de Suprema Corte de Justiça, atende a petições contra qualquer órgão ou agente governamental e é o tribunal de primeira e última instância.
Tribunais Especiais (1 juiz)	Tribunais de trânsito, de trabalho, juvenis, militares, municipais, com jurisdição claramente definida; tribunais administrativos.
Tribunais religiosos (1 ou 3 juízes)	Jurisdição em assuntos de carácter pessoal (casamento, divórcio, manutenção, guarda e adopção), investidos como instituição judiciária das respectivas comunidades religiosas: tribunais rabínicos judaicos, tribunais muçulmanos Sharia, tribunais religiosos drusos e tribunais eclesiásticos das dez comunidades cristãs reconhecidas de Israel.

3.6.1.5. Constituição

Por influência histórica do *Common Law*¹⁹⁹ britânico, Israel não possui Texto Constitucional escrito num documento único, estando as suas normas constitucionais dispersas em onze *Leis Básicas*. Estas protegem os direitos humanos e definem a estrutura essencial do Estado, assim como as suas atribuições principais. Também, decorrente do *Common Law*, herdado dos tempos em que o actual território israelita se encontrava sob o controlo britânico, a Suprema Corte exerce um importante papel no aperfeiçoamento de construções teóricas do Direito Constitucional.

¹⁹⁷ Tabela 21, Anexo I. Eodem loci.

¹⁹⁸ MFA, *Israel Ministry of Foreign Affairs*, [Consultado em 02MAI09], Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFAPR/Facts%20About%20Israel/O%20ESTADO-%20O%20Judicio-%20Os%20Tribunais>, 2002.

¹⁹⁹ Direito que se desenvolveu em certos países por meio das decisões dos tribunais, e não mediante actos legislativos ou executivos.

3.6.2. Estruturas Económicas

"O que lavra a sua terra se fartará de pão..."

(Provérbios 12:11)

Em 2010, Israel ocupava a 17^a posição nos países mais desenvolvidos do Mundo a nível económico, de acordo com o IMD World Competitiveness Yearbook de rankings²⁰⁰. A economia israelita foi classificada como a mais duradoura no contexto global diante da crise, tendo também obtido o primeiro lugar nas pesquisas, taxa de investimentos e centro de desenvolvimento. De igual modo, o Banco de Israel ficou em primeiro lugar entre os bancos centrais para o seu funcionamento eficiente, posição que alcançou após o 8.º lugar em 2009. Israel obteve de igual forma a primeira posição na sua oferta de mão-de-obra qualificada.

As empresas israelitas, particularmente na área de alta tecnologia, têm tido um sucesso considerável em Wall Street e noutros mercados financeiros do Mundo. Em 2010, Israel ocupou o segundo lugar entre os países estrangeiros com maior número de empresas listadas nas bolsas de valores dos EUA²⁰¹. Na década de 90, Israel obteve o maior índice de crescimento a nível de PIB de todo o mundo ocidental (OCDE)²⁰². Actualmente com um PIB per capita na ordem dos 28,400 dólares, Israel é o 48º entre 227 países do mundo. Embora seja um pequeno país, com uma população superior a 7,3 milhões de habitantes, Israel ocupa uma posição respeitável no cenário mundial pela sua capacidade de produção e exportação em vários sectores agrícolas e industriais²⁰³.

Israel tem uma economia de mercado avançada tecnologicamente, dependendo das importações de petróleo bruto, cereais, matérias-primas e equipamentos militares. Apesar de limitados recursos naturais, Israel desenvolveu intensamente os seus sectores agrícola e industrial ao longo das últimas duas décadas. A lapidação de diamantes, equipamentos de alta tecnologia e os produtos agrícolas (frutos e produtos hortícolas) são as exportações de referência. Israel geralmente apresenta déficits comerciais consideráveis, que são cobertos pelas grandes transferências do exterior e pelos empréstimos externos. Metade da sua dívida externa é com os EUA, o seu principal parceiro económico e militar. O PIB de Israel, após uma ligeira quebra em 2001 e 2002

²⁰⁰ Olga Viniar, *Israel's economy most durable in face of crises*, In ynetnews [Consultado em 12AGO10], Disponível em: <http://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-3891801,00.html>, 2010.

²⁰¹ Ishitech, *Israel high-tech & Investment report*, [Consultado em 15AGO10], Disponível em: http://www.ishitech.co.il/stock_page.htm

²⁰² Uma média de 5,6% entre 1990 e 1993, e 6,8% em 1994-95.

²⁰³ CIA, *Central Intelligence Agency*, [Consultado em 16AGO10]. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/is.html>, 2010.

devido ao conflito entre palestinianos e aos problemas no sector de alta tecnologia, cresceu cerca de 5% entre 2004-07. A crise financeira mundial de 2008-09 estimulou uma recessão em Israel, na qual o país entrou na crise com os fundamentos sólidos, depois de anos de política fiscal prudente e uma série de reformas de liberalização, e um sector bancário consistente, a economia tem mostrado sinais de recuperação. O crescimento do PIB em 2008 foi de 4%, em 2009 de 0.2% e em 2010 atingiu 3,4%.²⁰⁴ O abrandamento económico mundial afectou a economia israelita, principalmente através de redução da procura das exportações de Israel por parte dos Estados Unidos e da UE, os seus principais parceiros comerciais. As exportações correspondem a aproximadamente 45% do PIB nacional.²⁰⁵ O Governo israelita respondeu à recessão através da aplicação de um pacote de estímulo fiscal modesto e uma política agressiva de expansão monetária (incluindo compra de títulos do Governo), e intervir no mercado cambial. O Banco de Israel aumentou as taxas de juro no verão de 2009, quando a inflação subiu acima do limite superior da meta do Banco e a economia começou a mostrar sinais de recuperação²⁰⁶.

3.6.2.1. Os Quatro Desafios²⁰⁷

A conquista económica de maior destaque centra-se no facto de Israel ter atingido uma elevada taxa de desenvolvimento, embora enfrentando concomitantemente vários desafios, sumamente importantes mas de altíssimo preço:

3.6.2.1.1. A manutenção da segurança nacional:

Israel emprega actualmente em defesa cerca de 7% (nos anos 70 era mais de 25%) do seu PIB²⁰⁸. Mesmo numa era de paz, Israel deve manter uma forte capacidade de dissuasão.

3.6.2.1.2. A absorção de grandes números de imigrantes:

A "reunião dos exilados" é a razão de ser do Estado judeu. Desde os seus primórdios, Israel absorveu mais de 2,5 milhões de imigrantes, ou seja, quase quatro vezes o número de judeus de Israel quando este se tornou independente, em 1948.

²⁰⁴ CIA, *Central Intelligence Agency*, [Consultado em 16AGO10], Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/is.html>, 2010.

²⁰⁵ Eodem loci.

²⁰⁶ Eodem loci.

²⁰⁷ Embaixada de Israel - Brasil, [Consultado em 12AGO10], Disponível em: <http://brasil.mfa.gov.il/mfm/web/main/document.asp?SubjectID=5812&MissionID=8&LanguageID=211&StatusID=3&DocumentID=-1>

²⁰⁸ Em 2008 foi de 7,41%. THE MILITARY BALANCE, *The annual assessment of Global Military Capabilities and Defence Economics*. The International Institute for Strategic Studies, 2010, pag 463.

Somente nos primeiros quatro anos, a população de Israel duplicou, com a chegada de 700.000 imigrantes, a maioria dos quais refugiados, tanto da Europa do pós-guerra como de países árabes. Na década dos 90, uma nova onda de imigrantes (cerca de 600.000, sobretudo da antiga União Soviética) acelerou o crescimento do PIB, embora tenha aumentado temporariamente o desemprego que atingiu os 11,2% em 1992, mas desceu para 7,6% em 2009²⁰⁹.

3.6.2.1.3. O estabelecimento de uma infra-estrutura económica moderna:

Embora, em 1948, já existisse uma rede básica de estradas, transportes e instalações portuárias, além de sistemas de água, electricidade e comunicações, as mesmas não atendiam às necessidades de uma economia moderna, o que motivou enormes gastos no sentido do seu desenvolvimento e expansão.

3.6.2.1.4. O fornecimento de serviços públicos de alto nível:

Israel é responsável pelo bem-estar da sua população, preocupando-se especialmente com os sectores menos favorecidos da sociedade. Assim, uma grande percentagem dos seus recursos sempre foi usada para atender a este compromisso.

Durante os primeiros 25 anos, a economia alcançou a notável taxa de crescimento médio anual do Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 10%, ao mesmo tempo que o país absorvia várias levas de imigração em massa, construía uma economia moderna, lutava em quatro guerras, e cuidava da segurança nacional. Este "milagre económico" é largamente creditado à eficiente aplicação da ajuda económica recebida ao longo dos anos, o que permitiu um massivo investimento em meios de produção, ao sucesso do país na rápida absorção dos imigrantes e seu respectivo envolvimento nos sectores produtivos. Entre 1973 e 1979, a taxa de crescimento diminuiu (conforme aconteceu na maioria dos países industrializados, em parte devido às crises do petróleo de 1973/4 e 1979/80) para uma média anual de 3,8% e, na década de 80, reduziu para 3,1%. Desde 1990, a média tem sido de 6%. Para 2009 as estimativas para o PIB apontavam para 206.8 de biliões de dólares, (28.400 dólares per capita), um crescimento real de 41 vezes em relação a 1950.²¹⁰

O preço pago pelo “milagre económico”, um crescimento rápido e o atendimento simultâneo aos quatro desafios nacionais, é o perene deficit na balança de

²⁰⁹ CIA, *Central Intelligence Agency*. [Consultado em 16AGO10]. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/is.html>, 2010.

²¹⁰ Eodem loci.

pagamentos. Esta diferença anual entre um alto nível de importações e um volume muito menor de exportações é um indicativo da dependência económica de fontes estrangeiras. Assim, um importante objectivo da política económica de todos os Governos israelitas têm sido alcançar a independência económica, ou seja, uma situação em que as exportações financiem as importações.

Contudo, o deficit cresceu continuamente, de 280 milhões de dólares em 1950 a 161,34 biliões em 2009²¹¹. Apesar disso, o problema vem sendo gradualmente resolvido, pois o deficit está diminuindo em termos percentuais: em 1950 as exportações financiavam apenas 14% das importações; em 1960, este índice atingiu 51%; e em 1995, os 73%. Esta melhoria e a diminuição da dívida externa foram interrompidas recentemente pelo aceleramento das importações para facilitar a elevação do PIB e o declínio da taxa de desemprego. Além do que a economia do país conseguiu produzir, sendo necessário receber uma ajuda externa que ultrapassou os 111 biliões de dólares (em números correntes) durante o seu meio centenário, para cobrir o deficit comercial anual. Quase dois terços desta quantia provieram de transferências unilaterais, tais como fundos trazidos por imigrantes, pensões estrangeiras, doações de organizações judaicas de colecta de fundos do exterior em prol de instituições de serviço social, saúde e educação, e subvenções de Governos estrangeiros, especialmente dos Estados Unidos. O restante provém de empréstimos individuais, bancos e Governos estrangeiros, os quais Israel tem reembolsado desde os seus primeiros anos. A dívida externa cresceu anualmente até 1985. Nesse ano, pela primeira vez, e desde então, com excepção de 1991, contraíram-se menos empréstimos comparativamente ao que foi devolvido. A maior parte da dívida é devida ao Governo dos Estados Unidos, a longo prazo.

O Novo Shekel Israelita (NIS) é a unidade monetária de Israel desde 1985. 1 NIS = 100 agorot (centavos). Existem moedas de 10, 5, 1 e ½ NIS e também de 10 e 5 agorot. As notas são de 20, 50, 100 e 200 NIS. Todos os preços de bens e serviços ao consumidor são em NIS e incluem 16,5% de Imposto de Valor Acrescentado que, a partir do dia 1 de Julho de 2006, foi reduzido para 15,5%. As excepções são o mercado imobiliário, os serviços turísticos e alguns serviços entre negócios onde os preços são

²¹¹ CIA, *Central Intelligence Agency*, [Consultado em 16AGO10], Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/is.html>, 2010.

tradicionalmente em dólares, excluindo o IVA. Nos finais de 1998, o NIS tornou-se numa moeda completamente conversível²¹².

O shekel, a unidade monetária de Israel, (cujo valor corresponde a 0,20208 euros)²¹³, era conhecido como unidade de peso para pagamentos em ouro e prata já no segundo milénio a.C. a Bíblia relata que Abraão negociou a aquisição de um campo e "a caverna ... que tem no extremo do seu campo", em Machpelá (próximo a Hebron), dizendo: "dar-te-ei o preço do terreno, aceita-o e, então sepultarei a minha morta." Efrôn, o proprietário da terra, perguntou: "que representa para mim e para ti um terreno cujo valor é de quatrocentos siclos (shekels) de prata ... e Abraão pesou-lhe... a prata ... quatrocentos siclos de prata em moeda corrente". (Gênesis 23: 13, 15-16)²¹⁴.

3.6.2.2. O Comércio Exterior

Com um mercado interno relativamente limitado, Israel só pode impulsionar o seu crescimento através do desenvolvimento das exportações. Muitos dos recursos criativos do país têm sido dedicados ao desenvolvimento das exportações industriais, que se multiplicaram 3200 vezes (em preços correntes) durante 60 anos - de 13 milhões de dólares em 1950 a 52 milhões em 1955, 1,4 bilião em 1975, 5,6 biliões em 1985, 16,95 biliões em 1995 e finalmente 45.76 biliões em 2009. Nos últimos anos, cerca de 70% de todas as importações têm-se constituído por matérias-primas e combustível. Em 1995, 46% de todas as exportações endereçaram-se para a Europa, 32% para as Américas, 12% para a Ásia e 9% para outros países²¹⁵.

A capacidade competitiva das exportações israelitas aumentou com a adesão ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), pela instituição de uma zona de livre comércio para os produtos industriais com a Comunidade Europeia (1975) e para todos os produtos com os Estados Unidos (1985). Dessa maneira, os produtos israelitas podem entrar tanto na União Europeia como nos Estados Unidos, o que representa um total de 630 milhões de consumidores, isentos de tarifas aduaneiras, permitindo aos produtores do país o acesso a um mercado cem vezes maior do que o doméstico e atrai a

²¹² Ministério das Relações Exteriores, *Como Exportar Israel*, Departamento de Promoção Comercial, Divisão de Informação Comercial, Brasília, 2006, pag 19.

²¹³ OANDA (2011). *Conversor de moeda*. [Consultado em 31JUL11]. Disponível em: www.oanda.com/convert/classic.

²¹⁴ Bíblia Sagrada, 16ª Edição, Difusora Bíblica, Lisboa, 1992, pag 43

²¹⁵ Figura 41, Anexo H. Embaixada de Israel - Brasil, [Consultado em 12AGO10], Disponível em: <http://brasil.mfa.gov.il/mfm/web/main/document.asp?SubjectID=5812&MissionID=8&LanguageID=211&StatusID=3&DocumentID=-1>.

Israel investidores desejosos de exportar os seus produtos para a Europa sem impostos. Para ampliar mais ainda as possibilidades de sucesso, empresas locais têm tentado identificar segmentos do comércio internacional onde possam encaixar as suas especialidades. O estabelecimento de joint ventures com empresas industriais estrangeiras tem utilizado frequentemente as capacidades inovadoras das companhias israelitas e as possibilidades de produção em larga escala e de comercialização das empresas estrangeiras. Projectos conjuntos foram realizados em áreas tais como electrónica, software, equipamento médico, impressão e gráfica computadorizada. Muitos destes projectos são apoiados por organismos bi-nacionais tais como a Fundação de Pesquisa e Desenvolvimento Industrial Israel-EUA, que é apoiada por ambos os Governos, e financia empreendimentos conjuntos américo-israelitas.

3.6.2.3. O Quadro económico

3.6.2.3.1. O Controlo da Inflação²¹⁶

A economia sofreu com o problema do aumento de preços, mas um sistema articulado permite que praticamente não se sintam as suas consequências. Todas as obrigações financeiras, como salários, alugueis, poupanças, seguros de vida, tarifas do imposto sobre os rendimentos foram indexadas a um valor mais estável (como a taxa de câmbio exterior ou o índice de preços ao consumidor), diminuindo os efeitos da inflação. Assim, fosse a taxa anual de inflação de um dígito (em meados dos anos 50 até ao final dos anos 60), dois dígitos (década de 70) ou três dígitos (começo da década de 80), os israelitas ainda conseguiam aumentar o seu padrão de vida. Obviamente, a economia em geral sofria dos efeitos da inflação (por exemplo, com a diminuição dos investimentos), em grande parte porque a indexação a alimentava, até que a situação explodiu em meados da década de 80.²¹⁷

No Verão de 1985, após a inflação ter subido de 191% em 1983 a 445% em 1984, ameaçando alcançar quatro dígitos em 1985, o Governo implementou um programa radical de emergência visando a estabilização. A taxa de inflação caiu para 185% em 1985, oscilou entre 16 e 20% entre 1986 e 1991, tendo diminuído para 8% em 1995, 4,6% em 2008 e para 3,3% em 2009²¹⁸.

²¹⁶ Embaixada de Israel - Brasil, [Consultado em 12AGO10], Disponível em: <http://brasil.mfa.gov.il/mfm/web/main/document.asp?SubjectID=5812&MissionID=8&LanguageID=211&StatusID=0&DocumentID=-1>

²¹⁷ CIA, *Central Intelligence Agency*. [Consultado em 16AGO10]. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/is.html>, 2010.

²¹⁸ Eodem loci.

3.6.2.3.2. O Sector Público

O alto nível de gastos públicos, sobretudo motivado pelo deficit do orçamento governamental, tem sido a principal causa da alta taxa de inflação em Israel. Todos os recursos que o Governo pode congrega para financiar o orçamento (fontes internas e externas, empréstimos e pagamentos pelo público - impostos directos e indirectos) são insuficientes para cobrir as despesas, vendo-se repetidamente forçado a recorrer ao financiamento inflacionário.

O caminho para a recuperação económica através do corte da inflação, redução do deficit da balança de pagamentos e manutenção do rápido índice de crescimento económico requer a diminuição dos gastos públicos (que chegaram a 25,3 biliões de dólares em 1995). O alto coeficiente de gastos públicos em relação ao PIB, que já reduziu de 41 para 28% entre 1980 e 1995, é devido não só ao tremendo fardo da defesa e à necessidade de reembolsar dívidas internas e externas (dois itens que somente nos últimos anos foram reduzidos de dois terços à metade do orçamento governamental), mas também por causa do ainda excessivo envolvimento do Governo nas iniciativas económicas, para encorajá-las. A política económica empenha-se, desde meados da década de 80, em reduzir substancialmente este envolvimento sob todas as formas: eliminando quase completamente os subsídios aos produtos básicos de consumo; promovendo investimentos e exportações; e vendendo total ou parcialmente a participação governamental em centenas de empresas públicas. Ultimamente, o Governo deu início a uma campanha de privatização, para diminuir o número de tais empresas, assim como para criar uma fonte adicional de receita.²¹⁹

3.6.2.3.3. O Sistema Tributário

Como o financiamento dos massivos gastos públicos de Israel exige uma pesada tributação, houve anos em que o cidadão israelita teve de suportar os mais altos encargos tributários do Mundo, proporcionalmente à sua receita. Durante a primeira década do Estado, os impostos correspondiam a um oitavo do PIB. Nos anos 60, a proporção chegou a um quarto, variou entre 30 e 47% nas décadas de 70 e 80 e no período de 1990-95, a média foi de 40%. Em época alguma, no entanto, a tributação cobriu mais de dois terços do orçamento governamental.²²⁰

²¹⁹ Embaixada de Israel - Brasil, [Consultado em 12AGO10], Disponível em: <http://brasilia.mfa.gov.il/mfm/web/main/document.asp?SubjectID=5812&MissionID=8&LanguageID=211&StatusID=0&DocumentID=-1>

²²⁰ Eodem loci.

Os impostos directos (sobre os rendimentos e a propriedade) representavam menos de um quarto de toda a arrecadação até aos finais dos anos 50, subiram para cerca de um terço no início dos anos 70, para quase a metade no início da década de 80 e alcançaram o alto índice de 55% em 1983. Desde então, o peso dos impostos directos decresceu, tendo sido de 45% em 1992, voltando a atingir quase 50% em 1995. Nesse ano, o volume total de taxas e impostos chegou aos 35,7 biliões de dólares, aproximadamente.²²¹

3.6.2.3.4. Consumo Privado e Poupança

Embora o consumo privado tenha subido praticamente sem interrupção desde 1950, numa média de 3,2% de crescimento anual desde 1970 (4,5% em 1995), a poupança privada tem sido consistentemente substancial. Até ao final dos anos 50, a taxa média de poupança privada, como a percentagem da receita privada disponível, nunca ficou abaixo dos 29%, no começo dos anos 60, caiu para 21% e em 1972 subiu novamente, atingindo os 38%. Voltou a cair na década subsequente para 34%, mais ainda em 1985 (29%) e em 1995, foi de 22%.²²²

3.6.2.3.5. Investimentos

Muitos investimentos particulares, tanto de origem nacional como estrangeira, foram realizados em consequência de iniciativa e estímulo governamental, conforme se reflecte, através dos anos, nas várias versões da Lei de Estímulo aos Investimentos. Graças a essa lei, o Governo foi capaz de atrair investidores, concedendo-lhes empréstimos subsidiados a longo prazo (com taxas de juros reduzidas), doações directas tais como uma percentagem do investimento total ou o financiamento de P&D, assim como descontos ou indultos fiscais, proporcionais ao peso da contribuição daquele investimento específico à implementação de itens da política económica, como dispersão populacional ou promoção de exportações. Esta assistência provavelmente colaborou para a acumulação, durante a última década, de um stock de capital (capacidade produtiva) numa taxa maior que a do crescimento do PIB. Em alguns sectores, esse excedente de capacidade produtiva permitiu o rápido desenvolvimento na década de 90.²²³

²²¹ Eodem loci.

²²² Embaixada de Israel - Brasil, [Consultado em 12AGO10], Disponível em: <http://brasil.mfa.gov.il/mfm/web/main/document.asp?SubjectID=5812&MissionID=8&LanguageID=211&StatusID=0&DocumentID=-1>

²²³ Eodem loci.

3.6.2.3.6. Salários e Condições de Trabalho

Os salários são determinados através de negociações entre o Governo (o maior empregador do país, cuja escala de salários tem forte repercussão em todos os segmentos da economia), a Histadrut (a Nova Federação Geral dos Trabalhadores) e a organização dos empregadores das classes produtoras. Assim, a situação salarial é bastante inflexível, especialmente na faixa salarial mais baixa. Ondas de desemprego em Israel não reduzem significativamente os salários. Em tempos de escassez de mão-de-obra, porém, os salários aumentam com maior elasticidade nos sectores onde a necessidade a nível de trabalhadores é mais aguda. Em 2004, o salário médio mensal era de 1.660 dólares²²⁴.

As condições de trabalho nos vários sectores económicos do país são estabelecidas por acordos trabalhistas negociados entre empregadores e funcionários. Requisitos mínimos, no entanto, são estabelecidos por lei, e incluem um máximo de 47 horas de trabalho por semana, salário mínimo, remuneração de horas extraordinárias, indemnização por dispensa do trabalho, pagamento de férias e de licença por motivo de doença.²²⁵

3.6.2.4. Os Sectores da Economia

3.6.2.4.1. Agricultura

Consultar o Factor Recursos.

3.6.2.4.2. Indústria

O sector industrial, presentemente dinâmico e amplamente diversificado, desenvolveu-se a partir de oficinas de manufatura de implementos rurais e de processamento de produtos agrícolas, criadas há mais de um século. A indústria local foi incentivada durante a IIGM, quando as forças aliadas estacionadas na região necessitavam de abastecimento, especialmente roupas e enlatados. Na sequência da alta qualificação ao nível da mão-de-obra e da carência da maior parte das matérias-primas básicas, a indústria de Israel concentrou-se na manufatura de produtos de alto valor agregado, baseando-se, para o seu desenvolvimento, na sua própria criatividade científica e inovação tecnológica. Até aos anos 70, os ramos industriais tradicionais

²²⁴ Ministério das Relações Exteriores, Como Exportar Israel, Departamento de Promoção Comercial, Divisão de Informação Comercial, Brasília, 2006, pag 9.

²²⁵ Embaixada de Israel - Brasil, [Consultado em 12AGO10], Disponível em: <http://brasil.mfa.gov.il/mfm/web/main/document.asp?SubjectID=5812&MissionID=8&LanguageID=211&StatusID=0&DocumentID=-1>

(processamento alimentício, têxteis e moda, móveis, fertilizantes, pesticidas, assim como produtos farmacêuticos, químicos, de borracha, plástico e metal) constituíam a maioria da produção industrial do país. Nas duas últimas décadas, registaram-se avanços de nível internacional nos campos da electrónica médica, agro-tecnologia, telecomunicações, produtos químicos sofisticados, computação (hardware e software), assim como corte e lapidação de diamantes. Os mais altos índices de crescimento estão nos sectores de alta tecnologia, que exigem muito capital e requerem técnicas de produção sofisticada, além do considerável investimento em P&D.²²⁶

O índice de crescimento da produção industrial de Israel entre 1990 e 1994 (32,5%) foi o segundo mais alto das economias ocidentais (o da Coreia foi de 34,5%). Os investimentos na indústria somaram 4,3 bilhões de dólares em 1995, um aumento de 10% em relação a 1994 (no qual o índice de aumento atingira o recorde de 24%). O crescimento mais significativo no campo industrial ocorreu nos sectores de alta tecnologia, que concorreram com 37% da produção industrial em 1965, 58% em 1985 e 62% nos últimos anos. Cerca de metade desta produção é exportada (o que representa 66% do total de exportação industrial), ao passo que as empresas mais tradicionais, de baixa tecnologia, exportam apenas aproximadamente 39% da sua produção. Mais de 90% dos 650 milhões de dólares dedicados a pesquisa e desenvolvimento industrial em 1995 foram gastos por empresas de tecnologia sofisticada.²²⁷

A indústria de diamantes de Israel exportou mais de 4,6 bilhões de dólares em 1995, produzindo cerca de 80% do total mundial de pequenas pedras lapidadas, isto é, o que representa a maioria de gemas utilizadas em jóias. Esta indústria é também responsável por 40% da lapidação de diamantes de todos os tamanhos e formas, o que torna Israel no mais importante centro mundial de lapidação de diamantes, tanto em termos de produção como de comercialização.

3.6.2.4.3. Construção Civil

Nos primeiros anos do Estado, a construção de edifícios residenciais correspondia a 84% do total de obras executadas. Nos anos seguintes, esta percentagem oscilou entre 70 e 75%, até que em 1991 elevou-se a 86%, para atender às necessidades das novas vagas de imigração. Por conseguinte, a produção do sector da construção

²²⁶ Embaixada de Israel - Brasil, [Consultado em 12AGO10], Disponível em: <http://brasil.mfa.gov.il/mfm/web/main/document.asp?SubjectID=5812&MissionID=8&LanguageID=211&StatusID=0&DocumentID=-1>

²²⁷ Eodem loci.

subiu drasticamente em 1990-91. O número de unidades residenciais construídas anualmente tem flutuado desde então entre 33.000 e 83.000, tendo atingido os 62.600 em 1995. Considerada em outros tempos como uma das principais actividades económicas, e até mesmo o barómetro da economia, a construção civil, que contribuía com 30% do PIB em 1950, apresentou em 1995 apenas 6,5%.²²⁸

Embora inicialmente quase todas as construções fossem resultado de iniciativa e investimento governamentais, esta proporção foi diminuindo gradualmente, de 67 para 16%, entre 1958 e 1989. Contudo, esta proporção tornou a subir (atingindo 74% em 1991), pois o sector privado não conseguiu atender à necessidade criada pela repentina chegada de centenas de milhares de imigrantes. Em 1995, a contribuição do Governo foi de 44%.²²⁹

3.6.2.4.4. Transportes e Comunicações

Consultar o Factor Circulação.

3.6.2.4.5. Turismo

Mais de 2,5 milhões de turistas visitaram Israel em 1995, em contraste com 33.000 em 1950, 118.000 em 1960, 441.000 em 1970, 1.180.000 em 1980 e 1.340.000 em 1990. Os turistas vêm atraídos pela diversidade geográfica de Israel, pelos seus locais arqueológicos e religiosos, pelo sol que brilha durante a maior parte do ano e pelas modernas instalações de recreação no Mediterrâneo, no Lago Kineret (mar da Galileia), no Mar Vermelho e no Mar Morto. Quase 90% do afluxo anual de turistas provém da Europa e das Américas. O turismo é uma importante fonte de receita em moeda estrangeira (3,1 biliões de dólares em 1995), contribuindo com 3,5% do PIB e 10,6% do total de exportações, com um valor agregado de 85% (o que o torna o sector líder em valor agregado entre as indústrias de exportações do país). Cerca de 50.000 funcionários estão directamente envolvidos na infra-estrutura turística do país. O turismo, com o seu enorme potencial, constitui um importante factor do planeamento económico de Israel, com vistas à eliminação do deficit na balança de pagamentos.

3.6.3. Estruturas militares

3.6.3.1. As Forças de Defesa de Israel (FDI)

As FDI (ou IDF, na abreviatura inglesa) encontram-se entre as forças armadas com maior experiência do Mundo, consequência das cinco guerras que o país teve de

²²⁸ Eodem loci.

²²⁹ Eodem loci.

enfrentar. Foram fundadas em 1948, durante a Guerra da independência, por organizações paramilitares, dos quais se destaca a Haganah. Para assegurar o seu sucesso, a doutrina das FDI a nível estratégico assenta numa conduta defensiva, enquanto as suas táticas são de carácter ofensivo. Devido à ausência de profundidade territorial do país, as FDI devem tomar a iniciativa quando se considera necessário e, se atacadas, transferir rapidamente o campo de batalha para o território inimigo. Embora os seus inimigos tenham sido sempre mais numerosos, as FDI mantêm vantagem qualitativa desenvolvendo sistemas de armamento avançados, muitos dos quais criados e desenvolvidos em Israel. A maior riqueza das FDI, contudo, é a determinação e as capacidades dos seus soldados. As FDI compreendem um pequeno Exército permanente (constituído por militares no activo), encontrando-se em permanente estado de alerta, e forças aéreas e navais regulares. A maior parte das forças é constituída por reservistas, convocados regularmente para treino e prestação de serviço e que, em tempo de guerra ou crise, são mobilizados rapidamente nas suas unidades, disseminadas pelo país. As FDI também usam os recursos da Direcção de Informações Militares (Aman)²³⁰, que trabalha com a Mossad e Shabak. As três divisões das FDI (forças terrestres, aéreas e navais) funcionam sob o Comando unificado do Chefe do Estado-Maior, com a patente de comandante geral, responsável diante do Ministro da Defesa. O Chefe do Estado-Maior é nomeado pelo Governo, por recomendação do Primeiro-Ministro ou do ministro da defesa, por um período de três anos, que normalmente é prolongado por mais um ano. As FDI são responsáveis pelas necessidades culturais e sociais dos seus militares, proporcionando-lhe actividades educacionais e recreativas, assim como serviços de assistência pessoal. Os soldados-recrutas com reduzido nível de formação têm a oportunidade de elevar o seu nível formativo. Por sua vez, os Oficiais de carreira são estimulados a alargar os seus estudos durante o período de serviço. A integração dos novos imigrantes é facilitada através do ensino do hebraico e outros programas. Sempre activas nas missões de construção nacional, desde a sua criação, as FDI também proporcionam formação suplementar a populações civis e contribui à absorção dos recém-chegados no seio da população em geral. Em épocas de crise ou de emergência

²³⁰ A Direcção de Informações Militar encontra-se no centro de informações gerais militares das Forças de Defesa de Israel. A Aman foi criada em 1950, quando o Departamento de Informações foi desmembrado. O Departamento de Informações em si era composto em grande parte pelos antigos membros do Haganah. A Aman é um serviço independente e não faz parte das forças terrestres, da Marinha ou da Força Aérea Israelita. É composto por cerca de 7000 membros.

nacional, as FDI respondem imediatamente com acções apropriadas e designam pessoal especializado para exercer funções essenciais ou tarefas especiais.²³¹

3.6.3.2. Duração do tempo de Serviço nas FDI

3.6.3.2.1. O Serviço Obrigatório

Desempenhado por todos os homens e mulheres aptos que são recrutados aos 18 anos. Os homens servem durante três anos e as mulheres 21 meses. Aos estudantes qualificados em instituições de educação superior podem-lhe ser facultados adiamentos. Os novos imigrantes podem ser dispensados ou servir por períodos menores, dependendo da idade e do estado civil ao ingressar no país.

3.6.3.2.2. O Serviço de Reserva

Cumprido após completar o serviço obrigatório, onde cada soldado é designado para uma unidade de reserva. Os homens até 51 anos servem até 39 dias por ano, período que pode ser ampliado em épocas críticas. A recente política tem como objectivo reduzir o período de serviço de reserva sempre que possível. Neste sentido os reservistas que serviram em unidades combatentes poderão ser dispensados aos 45 anos. A maioria das mulheres encontram-se isentas do serviço de reserva.

3.6.3.2.3. O Serviço de Carreira

Refere-se aos veteranos do serviço obrigatório que atendam às necessidades correntes das FDI podendo prosseguir como Oficiais de carreira. O serviço de carreira constitui a espinha dorsal do Comando e administração das FDI. Os que se graduaram nas escolas de Oficiais, de pilotos ou em escolas técnicas militares especiais devem obrigatoriamente comprometer-se a servir durante a sua situação no activo.

Os árabes israelitas (com excepção dos drusos) e aqueles que praticam estudos religiosos em tempo integral estão isentos do serviço militar. Uma alternativa para todos os que não podem ou não pretendam cumprir o serviço militar é o *Sherut Leumi*²³².

²³¹ Embaixada de Israel - Brasil, [Consultado em 12AGO10], Disponível em: <http://brasil.mfa.gov.il/mfm/web/main/document.asp?SubjectID=9350&MissionID=8&LanguageID=211&StatusID=0&DocumentID=-1>

²³² Serviço nacional alternativo e voluntário em Israel, para aqueles que não podem ou não desejam servir nas FDI. A maioria são judeus do sexo feminino que recebem uma isenção do serviço militar obrigatório, declarando observância religiosa. Os voluntários têm idades entre os 18 e 21. *Sherut Leumi* dá às mulheres jovens (e, ocasionalmente, os jovens) a exposição a uma série de ambientes na sociedade israelita. Serviço normalmente exige trabalho 30-40 horas/semana de 12 a 24 meses. Os voluntários têm a opção de fazer um ou dois anos do Serviço Nacional. Nem todos os voluntários são cidadãos israelitas. Pode ser feito com um visto de turista, e, mais tarde, o voluntário recebe um visto especial de voluntariado, que dura enquanto a pessoa está fazendo o seu serviço. Figura 42, Anexo H.

O Governo israelita não divulga informações sobre a dimensão global das FDI, como a identidade, localização e os efectivos das suas unidades. Em 1988, o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres, estimou que os efectivos das forças terrestres em 104 mil soldados, incluindo 16 mil soldados de carreira e 88 mil recrutas. Adicionalmente 494 mil homens e mulheres são treinados regularmente como reservistas que podem ser mobilizados dentro de setenta e duas horas. De acordo com *The Military Balance*, em 1997-1998, existiam 175 mil soldados do exército regular israelita (recrutas e soldados de carreira) e 430.000 na reserva. Estas forças de reserva composta por 365 mil no exército, 10 mil na Marinha e 55 mil na Força Aérea. Em 1999 a *Jane's* estimou a força activa de 136.000 soldados. Também em 2004, o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, estimou o efectivo do Exército em 125 mil soldados, incluindo 40 mil soldados de carreira e 85 mil recrutas, com uma reserva composta por 600 mil homens e mulheres na reserva²³³.

As forças terrestres israelitas são altamente mecanizadas. O inventário de equipamentos inclui cerca de 4 mil Carros de Combate e cerca de 11 mil viaturas blindadas. O número de viaturas blindadas de transporte de pessoal das FDI atinge a soma das viaturas disponíveis dos exércitos do Egipto, Jordânia e Síria. O perfil da ofensiva do Exército foi reforçado de forma significativa por parte das forças de artilharia (principalmente auto-propulsados e equipados com sistemas avançados de controlo de fogo e munições de alto desempenho).²³⁴

3.6.3.3. Indústria Militar

Israel produz uma vasta gama de munições, armas e peças de artilharia, sofisticados sistemas electrónicos e os Carros de Combate mais avançados do Mundo. Tendo as cinco grandes guerras decorrido nas primeiras quatro décadas, Israel construiu um exército completo, as Forças de Defesa de Israel (FDI), apoiado com um arsenal de equipamento militar altamente avançado. O Governo, que possui três grandes empresas de armamento, também incentivou a formação de empresas privadas para equipar as FDI. O desenvolvimento de uma indústria de defesa sofisticada conduziu, inevitavelmente, às exportações, que correspondem actualmente a uma maioria das suas

²³³ Globalsecurity, *Army*, [Consultado em 12AGO10], Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/israel/army.htm>

²³⁴ Eodme loci.

receitas e permite que a indústria de defesa possa competir com as maiores empresas do Mundo, além de produzir muitas das armas necessárias para a própria defesa de Israel.

Diante de um mercado em retracção para os equipamentos militares na última década e meia, as preocupações de defesa de Israel têm feito um esforço concertado para empregar as suas equipas de pesquisa e desenvolvimento na concepção de produtos para mercados não-militares e, mais frequentemente, em tecnologia de defesa civil para diversas aplicações. Na verdade, muitos dos produtos mais inovadores desenvolvidos pela indústria de alta tecnologia de Israel civil, especialmente no campo das telecomunicações, possui as suas origens na tecnologia militar.²³⁵

A indústria de defesa moderna em Israel iniciou-se no início de 1920. Diante de uma população árabe cada vez mais hostil, a comunidade judaica iniciou o fabrico de granadas “caseiras” e explosivos. No início dos anos 1930, os membros da Haganah, criaram pequenas fábricas clandestinas de armas, que se tornaram posteriormente, em 1948, na Israel Military Industries (IMI).

O grande catalisador para a metamorfose de Israel, que evoluiu de um fabricante de armas ligeiras a um grande produtor de sistemas sofisticados militares, verificou-se após a Guerra dos Seis Dias²³⁶. Existem, actualmente, cerca de 150 empresas de defesa em Israel, com orçamento combinado em cerca de 3,5 biliões \$US. As três maiores entidades são a IAI estatal, a IMI e as armas Rafael Development Authority, as quais produzem uma grande variedade de armas convencionais e electrónicas de defesa avançada. As pequenas e médias empresas privadas incluem a Elbit Systems e o Grupo Tadiran, que se concentram principalmente em sistemas electrónicos de defesa. As empresas menores produzem uma gama mais restrita de produtos. Ao todo, a indústria reúne cerca de 50.000 postos de trabalho, onde todos os trabalhadores partilham entre si um compromisso de alto nível de investigação e desenvolvimento e a capacidade de fazer uso da experiência das FDI de combate²³⁷. Apesar de uma base de clientes considerável, as maiores empresas locais são meramente “players” de reduzidas dimensões no mercado de defesa global. Com a crescente concorrência de players líderes no sector aeroespacial mundial, as empresas israelitas tendem a especializar-se em sectores específicos de mercado, ou tem procurado combinar as forças através de fusões ou esforços de marketing conjunto. Além disso, os gastos com a defesa em

²³⁵ Eodem loci.

²³⁶ Globalsecurity, *Army*, [Consultado em 12AGO10], Disponível em: <http://www.globalsecurity.org>.

²³⁷ Eodem loci.

declínio global proporcionou-lhes novas oportunidades de Governos estrangeiros que procuram actualizar o seu arsenal ao invés de comprar novos equipamentos. Esta política é caracterizada pelo Phantom 2000, uma ampla modernização dos aviões F-4 que Israel adquiriu aos EUA no início de 1970. A IAI tem diversificado e ampliado com recursos provenientes dos EUA, o desenvolvimento do satélite Ofeq Amos e o sistema do primeiro míssil anti-míssil operacional do Mundo, o Arrow, Sistemas de veículos aéreos não tripulados (UAV, ou aeronaves sem piloto), incluindo o Hunter, que agora se tornou o modelo padrão para muitos exércitos a nível mundial.²³⁸

A Israel Military Industries (IMI) foi fundada em 1933, como uma fábrica secreta de armas ligeiras. Após a criação do Estado em 1948, foi operado pelo Ministério da Defesa, tendo desenvolvido e fabricado armas de assalto, a partir da clássica metralhadora UZI, munições pesadas, aviões e foguetes, veículos blindados, como os Carros de Combate Merkava e sistemas de segurança integrados. Em 1990, a IMI foi convertida numa empresa de propriedade do Governo.

A Elbit Systems, com sede em Haifa, desenvolve, fabrica e integra avançados sistemas electrónicos de defesa, incidindo a sua actividade sobre programas de actualização para aeronaves e veículos blindados. A empresa também fabrica sistemas de Comando, Controlo e Comunicações (C3), upgrades de armas e plataformas e sistemas electrónicos e produtos para os países ocidentais e do antigo bloco de Leste. Em 2000, a Elbit Systems fundiu-se com outra grande preocupação da defesa do sector privado, a El-Op Electro-Optics Industries Ltd, e as vendas combinadas atingiram os 591 milhões \$US, acima dos 436 mil dólares do ano anterior²³⁹.

Desde o final da Guerra Fria, a indústria de defesa global teve de lidar com o declínio dos gastos militares. Em resposta, muitas empresas privadas optaram pela fusão ou redução de efectivos, ou pela diversificação de mercados civis. Entre as poucas empresas do sector privado com as actividades de defesa civil, os projectos Elisra, desenvolveram e produzem electrónicos e aplicações de microondas para o mercado comercial.

3.6.3.4. Armas Nucleares

O programa de armas nucleares de Israel foi desenvolvido a partir da convicção de que o Holocausto justificava quaisquer medidas de Israel para garantir a sua

²³⁸ Eodem loci.

²³⁹ Eodem loci.

sobrevivência. Consequentemente, Israel foi investigando activamente a opção nuclear desde a sua fundação. Em 1949, a Hemed Gimmel, uma unidade especial da Ciência da FDI Corps, iniciou uma pesquisa geológica, durante dois anos, no deserto do Neguev com o objectivo de descobrir reservas de urânio pese embora nenhuma fonte significativa tenha sido encontrada. O programa deu um passo significativo com a criação da Comissão de Energia Atómica de Israel (AICE), em 1952. O seu Presidente, David Ernst Bergmann, durante bastante tempo defendeu uma bomba israelita como a melhor maneira de assegurar que não seriam novamente “*conduzidos como cordeiros para o abate*.” Em 1953, a Machon 4 aperfeiçoou um processo de extracção do urânio encontrado na região do Neguev e desenvolveu um novo método de produção de água, proporcionando a Israel uma capacidade rudimentar para produção de alguns dos mais importantes materiais nucleares. Para o projecto do reactor e a sua construção, Israel apoiou-se na França. No Outono de 1956, a França concordou fornecer a Israel um reactor de investigação de 18 MWt. Depois do encerramento do canal do Suez, em Julho, pelo Egipto, a França e a Grã-Bretanha acordaram com Israel que este deveria provocar uma guerra com o Egipto para proporcionar às nações europeias o pretexto do envio das suas tropas como forças de paz para ocupar e reabrir a zona do canal. Na esteira da crise do Suez, a União Soviética fez uma ameaça velada contra as três nações (Israel, França e Grã-Bretanha). Este episódio reforçou a visão de Israel no sentido de que seria necessária uma capacidade nuclear independente de modo a evitar a dependência dos seus aliados.²⁴⁰

Em 3 de Outubro de 1957, a França e Israel assinaram um novo acordo onde a França construiria um reactor de 24 MWt (embora os sistemas de refrigeração e instalações de resíduos fossem projectadas para suportar uma potência três vezes superior). Este complexo foi construído em segredo, e fora do regime de inspecção da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), por técnicos franceses e israelitas em Dimona, no deserto de Neguev, sob a liderança do Coronel Manes Pratt. Tanto a dimensão do projecto e do segredo envolvido fizeram da construção de Dimona um grande empreendimento. Uma nova agência de informações, o Office of Science liasons (LEKEM), foi criada para proporcionar segurança e informações ao projecto. Na fase de construção, cerca de 1.500 israelitas e alguns trabalhadores franceses já se encontravam

²⁴⁰ Eodem Loci.

a desenvolver trabalhos ocultos no edifício de Dimona²⁴¹. O problema surgiu em Maio de 1960, quando a França pressionou Israel no sentido de tornar público o projecto e de o submeter a inspecções internacionais.²⁴²

Num relatório publicado, a 04 de Agosto de 2005, a BBC revelou a evidência da British National Archives, onde provou que o Reino Unido vendeu 20 toneladas de água pesada a Israel por 1,5 milhões de libras em 1958²⁴³. Os Estados Unidos tiveram conhecimento da existência de Dimona pela primeira vez, em 1958, depois dos sobrevoos efectuados por um U-2, onde este terá interceptado a construção das instalações. Até Dezembro de 1960, o complexo foi por diversas vezes justificado como uma fábrica têxtil, uma estação agrícola e um centro de pesquisa metalúrgica, altura em que David Ben-Gurion declarou que o complexo de Dimona era um centro de pesquisa nuclear construído para "fins pacíficos".

Seguiram-se duas décadas em que os Estados Unidos, através de uma combinação de negligência favorecida, de uma análise errada, e do sucesso da decepção israelita, não conseguiram discernir os detalhes do programa nuclear de Israel. A 8 de Dezembro de 1960, a CIA publicou um relatório sobre as implicações de Dimona para a proliferação nuclear, tendo concluído que o projecto era um facto consumado e irreversível. Os Inspectores dos Estados Unidos revistaram o complexo sete vezes durante a década de 1960, mas foram incapazes de obter uma imagem fidedigna das actividades desenvolvidas, em grande parte devido ao apertado controlo israelita sobre o calendário e a agenda das visitas. Os israelitas, na sua ambição, chegaram ao ponto de instalar painéis falsos na sala de controlo, dissimulando elevadores e corredores, e deste modo negando o acesso a certas áreas das instalações. Os inspectores foram incapazes de concluir que existia pesquisa científica clara ou programa civil de energia nuclear que justificasse tal reactor. Apesar dos indícios do programa da bomba israelita, os inspectores não encontraram nenhuma evidência de "actividades relacionadas com armas", tal como a existência de enriquecimento de plutónio.

Embora o Governo dos Estados Unidos não incentivasse ou aprovasse o programa nuclear israelita, a verdade é que também nada fez para o impedir. No início de 1968, a CIA publicou um relatório onde concluía que Israel tinha iniciado com sucesso a produção de armas nucleares. Esta estimativa, no entanto, baseou-se no

²⁴¹ Eodem loci.

²⁴² Globalsecurity, *Army*, [Consultado em 12AGO10], Disponível em: <http://www.globalsecurity.org>.

²⁴³ Eodem loci.

diálogo informal entre Carl Duckett, chefe do escritório da CIA de Ciência e Tecnologia, e Edward Teller, pai da bomba de hidrogénio.

Relativamente ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear, Israel não o assinou, mantendo uma política de ambiguidade deliberada em direcção à sua capacidade nuclear, apesar de ser amplamente considerado possuidor de armas nucleares. Depois da Guerra do Golfo em 1991, quando Israel foi atacado por mísseis Scud iraquianos, foi aprovada uma lei que exigia uma mamad²⁴⁴ em todos os apartamentos e casas de Israel²⁴⁵.

3.6.3.5. O Sistema Ofek

A IAI Israel Aircraft Industries Ltd desenvolveu e produziu o satélite e o seu lançador, em cooperação com outras indústrias de alta tecnologia, incluindo as indústrias militares IMI-Israel, Rafael, Elbit Systems e o Grupo Elisra em resposta à solicitação feita pelo Ministério da Defesa de Israel.

Em 22 de Junho de 2010, Israel lançou com sucesso um satélite espião. O satélite Ofek 9 foi produzido em Israel e está programado para circundar o globo em órbita baixa 15 vezes por dia. Israel é a única nação que lança os seus satélites contrariamente à órbita da Terra, devido a não pretender nenhuma carga sobre um país árabe. A câmara a bordo, responsável pela recolha de informações é considerada mais avançada do que os outros quatro satélites de Israel actualmente no espaço. Israel é apenas um dos nove países que pode produzir e lançar os seus próprios satélites. A Força Aérea israelita estará em breve a operar o Ofek 9, o que irá aumentar os seus esforços para controlar outros Estados, um dos quais o Irão.²⁴⁶

Em resumo, poder-se-á dizer que Israel é uma democracia parlamentar republicana que distingue o poder executivo, legislativo e judicial. O poder executivo é garantido pelo Governo, o poder legislativo está assegurado pelo Parlamento “knesset” e o poder judicial é independente e exercido através dos tribunais nacionais. A sua política externa rege-se pela dependência em relação às grandes potências mundiais, através das suas alianças estratégicas.

As empresas israelitas, particularmente na área de alta tecnologia, têm tido um sucesso considerável em Wall Street e outros mercados financeiros do Mundo. Em

²⁴⁴ Sala de segurança reforçada e impermeável a substâncias químicas e biológicas.

²⁴⁵ Figuras 43 e 44, Anexo H.

²⁴⁶ Globalsecurity, Army, [Consultado em 12AGO10], Disponível em: <http://www.globalsecurity.org>.

2010, Israel atingiu o segundo lugar entre os países estrangeiros com maior número de empresas listadas nas bolsas de valores dos EUA²⁴⁷. Na década de 90, Israel obteve o maior índice de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de todo o mundo ocidental (OCDE)²⁴⁸. Actualmente com um PIB per capita na ordem dos 28,400 dólares, Israel é o 48º entre 227 países do mundo. Embora seja um país de pequenas dimensões, com uma população superior a 7,3 milhões de habitantes, Israel ocupa uma posição respeitável no cenário mundial pela sua capacidade de produção e exportação em vários sectores agrícolas e industriais. A indústria de diamantes, uma das referências de Israel, torna Israel o mais importante centro mundial de lapidação de diamantes.

As FDI encontram-se entre as forças armadas de maior experiência do Mundo, consequência das cinco guerras que o país teve de enfrentar. Fundadas em 1948, durante a Guerra da independência por organizações paramilitares, principalmente pela Haganah, converteram-se numas das mais robustas a nível mundial tirando partido da indústria de armamento existente no país. Os reflexos muito positivos para Israel das cinco guerras deve-se à destreza dos Comandantes militares que souberam tirar o máximo partido das suas FDI. Por tais razões afirma-se que as mesmas foram determinantes para a persistência do Estado de Israel.

Actualmente Israel é um detentor de armas nucleares, em parte devido ao apoio demonstrado pelos EUA. De acordo com o Tenente-General (TGEN) Silvestre dos Santos o apoio norte-americano na aquisição do arsenal nuclear de Israel é uma das quatro razões que conduz a que os EUA se deparem com uma forte resistência no Médio Oriente²⁴⁹.

3.7. Síntese Conclusiva

3.7.1. O Factor Físico

3.7.1.1. Potencialidades

As potencialidades deste factor são as seguintes: a sua localização é de extrema importância geoestratégica, permitindo à Europa o acesso directo para a Ásia Meridional, para a Rússia constitui-se no tão desejado acesso a mar aberto, enquanto para os Estados da Ásia Central é o corredor comercial mais favorável para o mundo

²⁴⁷ Fonte: http://www.ishitech.co.il/stock_page.htm

²⁴⁸ Uma média de 5,6% entre 1990 e 1993, e 6,8% em 1994-95.

²⁴⁹ Eduardo dos Santos, *A Geopolítica do Médio Oriente*, in Revista Militar [Consultado em 12DEZ09], Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=474>, 2009.

Ocidental, e Israel detém o acesso ao Oceano Índico através do golfo de Ácaba, sem ter de passar pelo Canal do Suez.

3.7.1.2. Vulnerabilidades

As vulnerabilidades deste factor são as seguintes: dimensões bastante reduzidas para a elevada imigração num curto período de tempo; não dispõe de profundidade, onde a extensão e a compartimentação do território não possibilitam o estabelecimento de zonas de refúgio numa estratégia de resistência, contra um invasor externo; aproximadamente metade da superfície de Israel, o Neguev, é bastante árida sendo caracterizada pelas várias formações rochosas que se vão tornando mais salientes na direcção sul; e enfrenta uma grave escassez de água.

3.7.1.3. Premissa de Investigação

Tendo presente que a região da Palestina era em 1909, altura em que começavam a chegar os primeiros sionistas oriundos da Europa, a região mais miserável do Império Otomano, um autêntico deserto, e que por conseguinte, resultado do árduo trabalho, Israel catapultou para a ribalta mundial, transformando-se em autênticas referências nos mais variados campos²⁵⁰. As ajudas externas, com principal destaque para a diáspora judaica e para os EUA, foram canalizadas para as muitas prioridades que Israel elencou e muito proveitosamente aplicou. Consequentemente, as FDI foram uma das prioridades, o que terá permitido defender o Estado e simultaneamente alargar o seu território. Neste sentido, a animosidade manifestada pelo mundo muçulmano face a Israel decorre do território deste, uma vez que colide com os interesses de ambos os povos. De acordo com a conflitualidade existente, da qual decorreram várias tentativas por parte árabe no sentido de conquistar, novamente, os seus territórios conclui-se que a região é altamente estratégica uma vez que é disputada quer judeus, quer por muçulmanos. Acresce o facto da região se localizar na confluência de três continentes o que representa um importante entreposto comercial e geopolítico (mediante o factor militar).

3.7.2. O Factor Humano

3.7.2.1. Potencialidades

As potencialidades deste factor são as seguintes: possui a maior esperança de vida escolar do sudoeste da Ásia, ocupando conjuntamente com o Japão a segunda

²⁵⁰ Mario Llosa, *Israel/Palestina: Paz ou Guerra Santa*, Quasi Edições, Vila Nova de Famalicão, 2007, pag 9.

maior esperança de vida escolar do continente asiático; apresenta uma elevada taxa de alfabetização e a formação técnica e universitária constitui-se como uma fonte de desenvolvimento de recursos humanos; e o seu envolvimento social, religioso e político-ideológico, a engenhosidade económica e a sua criatividade cultural contribuem para o contínuo desenvolvimento do país.

3.7.2.2. Vulnerabilidades

As vulnerabilidades deste factor são as seguintes: Israel é uma sociedade multi-étnica, pluricultural, multi-religiosa e multi-linguística que apresenta um alto nível de padrões informais de segregação; apresenta uma densidade populacional elevada; tem uma alta taxa de imigração que motiva a constituição de colonatos; e apresenta uma preocupante percentagem (23%) abaixo da linha da pobreza.

3.7.2.3. Premissa de Investigação

Após a proclamação do Estado de Israel verificou-se uma imigração maciça de judeus elevando a sua população para cerca do dobro em 1948. Sensivelmente um terço procedeu da Líbia, Iémen e Iraque, outra elevada percentagem provinha da Bulgária e da Polónia, mas a larga maioria de imigrantes foram sobreviventes do Holocausto. Anos antes, durante a IIGM, o papel da Agência Judaica fora fundamental, empenhando-se no apoio à imigração, tendo desenvolvido diligências que contornassem as limitações impostas pelo Livro Branco²⁵¹ e desencadeasse uma imigração “ilegal” de judeus provenientes da Europa. Com o fim da IIGM a Agência Judaica ampliou os esforços no estabelecimento do Estado. A mais recente onda imigratória registou-se após 1989, onde uma elevada percentagem da comunidade judaica da antiga União Soviética rumou a Israel. Destes salientam-se os muitos profissionais com formação elevada, cientistas e artistas e músicos aclamados, cujo talento e perícia contribuíram significativamente a nível económico, científico, académico e cultural do país.

Israel elevou a sua população através da imigração tendo concentrado uma forte massa humana com expressivo potencial tendo-o utilizado no sentido de reforçar e ampliar o Estado.

A imigração que fora essencial para a construção, e posterior manutenção, do Estado israelita, constitui-se num grande obstáculo aos processos de paz devido à escassez de território que se torna necessário para albergar os novos habitantes. Como

²⁵¹ Limitações impostas pelos britânicos em relação à imigração judaica para a Palestina.

alternativa os judeus constroem novos colonatos, mediante os incentivos das próprias autoridades, que consequentemente agravam a discórdia com os palestinianos.

3.7.3. O Factor Recursos

3.7.3.1. Potencialidades

As potencialidades deste factor são as seguintes: os desenvolvimentos em torno do sector agrícola permitem a auto-suficiência alimentar (ou, se não se quiser ser tão optimista, pelo menos um grau de auto-suficiência que permite afastar cenários “catastróficos”) e a grande capacidade de explorar a sua produção energética à custa de energias limpas (nuclear e energias renováveis). A necessidade de electricidade de Israel tem vindo a aumentar, no entanto Israel consegue ser auto-suficiente, dependendo unicamente da sua baixa reserva para atender às suas necessidades.

3.7.3.2. Vulnerabilidades

As vulnerabilidades deste factor são as seguintes: Israel é bastante dependente dos combustíveis fósseis, pese embora sejam necessários para o desenvolvimento da sua economia; dificuldade em sustentar o equilíbrio ambiental face ao ritmo do crescimento económico e à relativa ineficiência do modelo de desenvolvimento; o impacto negativo no ambiente decorrente da excessiva utilização de carvão para a produção de energia; e o isolamento a que está sujeito, sem qualquer interconexão energética, para fazer face a qualquer problema que surja.

3.7.3.3. Premissa de Investigação

Pese embora se constitua auto-suficiente em termos energéticos sem depender de qualquer ligação externa, o facto é que não deixa de ser uma vulnerabilidade como apresentado no ponto anterior. No entanto a construção de um novo reactor nuclear e os fortes indícios de grandes quantidades de gás natural atenuam essa vulnerabilidade. Porém, conforme exposto constitui-se uma vulnerabilidade no sentido de não usufruir de outras vias para tal.

3.7.4. O Factor Circulação

3.7.4.1. Potencialidades

As potencialidades deste factor são as seguintes: boas vias de comunicação internas que permitem a mobilidade do povo israelita; uma boa plataforma ferroviária que contribui para o desenvolvimento do país; um elevado número de ligações aéreas entre as maiores cidades israelitas e, entre estas, e as principais capitais mundiais; boas infra-estruturas marítimas para apoio do comércio internacional; uma boa rede

telefónica; uma taxa de internautas elevada; e resultante do interesse do povo israelita a actualização cultural é intrínseca fazendo-se através da imprensa escrita.

3.7.4.2. Vulnerabilidades

As vulnerabilidades deste factor são as seguintes: derivado às assimetrias de Israel, concretamente no ponto geomorfológico, a região do Neguev apresenta grandes dificuldades de comunicações em todos os campos. Os beduínos que habitam essa região apresentam grandes dificuldades, quer de acessibilidade, quer de adaptação, aos meios de circulação.

3.7.4.3. Premissa de Investigação

Israel, como membro representante do Ocidente, é por si só encarado como um Estado que pela qual é nutrido um elevado antagonismo por parte do Islão. Autoproclamando-se um Estado judeu a animosidade eleva-se, resultado do livro sagrado - o Alcorão - que expressa detalhadamente o conflito entre ambas as civilizações. Neste seguimento, e como descrito no Factor Circulação, os meios israelitas são bastante evoluídos, capazes de escoar os seus produtos e simultaneamente valer-se dos mesmos para a aquisição de matérias-primas necessárias o que contribui para alimentar a máquina produtiva israelita.

3.7.5. O Factor Tecnológico

3.7.5.1. Potencialidades

As potencialidades deste factor são as seguintes: criação de elevado número de postos de trabalho; aumento do investimento estrangeiro; grande capacidade de desenvolvimento das áreas militares e espacial; e esforços continuados no sentido de desenvolver a especialização.

3.7.5.2. Vulnerabilidades

As vulnerabilidades deste factor são as seguintes: assimetria no desenvolvimento do país e o desenvolvimento dos pólos tecnológicos podem conduzir ao agravamento do êxodo rural.

3.7.5.3. Premissa de Investigação

Face às condições adversas do clima e de escassez de água em Israel e com vista ao seu desenvolvimento foram imprimidas políticas necessárias à sua sobrevivência. Desde logo e de modo a rentabilizar a pouca água existente foram desenvolvidos métodos bastante eficazes que permitiram posteriormente vencer a aridez característica do deserto do Neguev. Os desafios lançados pelos líderes israelitas no campo agrícola

foram alcançados constituindo-se claramente numa referência mundial. Mas não só, áreas tão abrangentes como a biotecnologia, a medicina, a aviação, meios de lançamento espacial, satélites, armamento e software são também referência mundial. De igual modo o desenvolvimento nuclear transformou-se numa arma que Israel é detentor, sendo notoriamente uma peça que Israel utiliza no campo estratégico. Salienta-se que o desenvolvimento patente em Israel é considerado uma afronta ao mundo muçulmano na medida em que se forma um fosso abismal entre as duas sociedades, o que é claramente interpretado como uma ofensa de acordo com os seus princípios religiosos, uma vez que a religião apela à simplicidade.

3.7.6. O Factor Estruturas

3.7.6.1. Potencialidades

As potencialidades deste factor são as seguintes: o sistema político democrático permite que Israel se constitua num pilar de democracia e estabilidade; o grande potencial de desenvolvimento do seu mercado interno, possibilitando elevados ganhos de produtividade e consequente crescimento da economia e dos padrões de vida; a integração nas grandes organizações que regulam o sistema económico internacional; a capacidade de, através da interdependência com a economia mundial, aumentar a influência política de Israel nos países fornecedores de matérias-primas e, simultaneamente, cativar o investimento externo e o interesse, no crescimento económico israelita, dos actores das principais economias mundiais, designadamente dos Estados Unidos; e é um actor nuclear o que lhe permite potenciar e capacitar a projecção do poder militar além fronteiras.

3.7.6.2. Vulnerabilidades

As vulnerabilidades deste factor são as seguintes: influência muito significativa dos não-moderados nas decisões políticas o que provoca consequências bastante negativas à estabilidade; e assimetrias de desenvolvimento entre o litoral e o interior.

3.7.6.3. Premissa de Investigação

AS FDI fundadas na Guerra da Independência são actualmente uma das mais possantes a nível mundial gozando dum enorme prestígio face aos resultados obtidos nas guerras em que participou. Os líderes militares foram os responsáveis pelos sucessos alcançados, tendo explorado muito correctamente os meios à sua disposição. Israel, através das suas Forças Armadas, inviabilizou todas as iniciativas ofensivas por

parte muçulmana tendo conseguido anexar partes territoriais aumentando as suas dimensões.

4. OS RECURSOS HÍDRICOS

4.1. A Conflitualidade em Torno da Água

“ O século XX foi o do ouro negro e das crises por ele provocadas; o século XXI será provavelmente o do ouro azul”²⁵²

“É sabido que o século XXI poderá enfrentar guerras por causa de água resultantes de comunidades e países cada vez mais sedentos e desesperados por este recurso natural que é o mais precioso e o mais fundamental do mundo.”²⁵³

A alteração aos sistemas naturais de drenagem dos rios, com a introdução de represas e barragens, afectam o seu fluxo canalizando a distribuição da água. Estas mudanças fomentam, frequentemente, contendas entre Estados ou províncias que rapidamente degeneram em conflitos. Para além dos conflitos inter-Estados, que possuem águas transfronteiriças, os conflitos poderão verificar-se entre regiões do mesmo país. Situação que invariavelmente resulta numa maior deficiência de saneamento básico, saúde, condições de produção, em suma mais pobreza. Independente do seu destino, seja para o uso humano ou como factor de produção, a posse de água confere uma nítida vantagem estratégica a quem a possui ao que resultam algumas visões catastrofistas.

Em Junho de 1967, Israel ao invadir a Faixa de Gaza, a península do Sinai, no Egipto, a Cisjordânia e as colinas dos montes Golan, na Síria, marcava o início de um conflito relâmpago²⁵⁴ cujas consequências perduram na actualidade. Segundo alguns autores, a Guerra dos Seis Dias teve como origem a conquista ao acesso às bacias de água doce. Neste sentido, este capítulo pretende demonstrar a sucessiva importância da água no desenvolvimento do Estado de Israel, nas relações com os países fronteiriços, procurando analogamente, evidenciar a actual criticidade dos recursos hídricos e as suas potencialidades em gerar conflitos. É no dissecar destes novos desafios e na pesquisa da forma como a escassez da água pode influenciar o Sistema Político Internacional, que se torna importante, verificar como esta variável se comporta na equação dos fins últimos do Estado – Segurança, Prosperidade e Bem-Estar. Para tal, abordar esta problemática

²⁵² Pascal Boniface, *Guerras do Amanhã*, Editorial Inquérito, Mem Martins, 2003, pag 91.

²⁵³ Seminário das Nações Unidas, no Dia Mundial da Água, 2003

²⁵⁴ A *guerra-relâmpago* ou Blitzkrieg (termo alemão), cujo mentor foi o General Erich von Manstein, é a doutrina militar de nível operacional que consiste na utilização de forças móveis em ataques surpresa, com o intuito de evitar que as forças inimigas tivessem tempo de organizar a sua defesa.

implica realizar o “diagnóstico” da actual situação dos recursos hídricos na região, nomeadamente a quantidade disponível, a actual matriz de distribuição espacial por áreas geográficas e as ameaças potenciais decorrentes da escassez. Numa segunda fase, pretende-se confrontar os indicadores acedidos com factores de natureza política, directamente ligados à decisão política dos Estados.

4.1.1. A Disputa pela Água

De entre os diversos recursos causadores ou iniciadores de conflitos, a água continua a ser um dos mais significativos na actualidade. Durante boa parte da história da humanidade a água foi tratada como um bem abundante, sem causar grandes reflexões acerca da sua disponibilidade. Porém, em algumas regiões do globo como, e em particular, o Próximo Oriente, devido à sua escassez natural, essa questão é problemática há muito. Segundo Mendes, os principais motivos do conflito foram as tensões provocadas pela disputa de água e os frequentes incidentes nas linhas de fronteira²⁵⁵. O Presidente al-Sadat chegara a afirmar que somente a água poderia conduzir novamente o Egipto à guerra, por sua vez o rei Hussein da Jordânia, em 1990, declarou que a única questão que voltaria a levar a Jordânia à guerra seria a água²⁵⁶. Durante a 3ª Conferência Mundial sobre Água, realizada em Março de 2003 em Kyoto, o ex-presidente soviético Mikhail Gorbachev descreveu a história dos conflitos pela água no Mundo. Referiu terem existido 21 conflitos armados envolvendo água na história mundial recente, dos quais 18 terão ocorrido em Israel²⁵⁷.

Cada Estado, de acordo com as suas disponibilidades, examina os recursos hídricos por si controlados tendo como objectivo a satisfação de necessidades e fortalecer a sua posição no contexto do sistema internacional. Neste sentido, a escassez dos recursos converte-se numa disputa que poder-se-á integrar no quadro das questões de segurança global. A situação tende a agudizar-se mediante a posição geográfica que dois países ocupam, relativamente a um recurso hídrico com características transfronteiriças, influenciando as relações de poder entre os países em torno do acesso a esse recurso. Neste caso concreto, onde se encontram recursos hídricos comuns, a

²⁵⁵ Martha Mendes, *Início da Guerra dos Seis Dias Comemora 40 Anos*, In Jornal Universitário de Coimbra, em 5 de Junho de 2007, [Consultado em 02MAI09], Disponível em: http://www.acabra.net/artigo.php?id_artigo=2285

²⁵⁶ Ferran Brichs, *Tesis Doctoral - Guerra y Agua: Objetivos y actitudes de los actores en el conflicto por Palestina*, Universitat Autònoma de Barcelona, 2002, pag 9.

²⁵⁷ BBC, *Palestinos e Israelenses Travam Guerra Silenciosa por Água*, In BBC Brasil.com. [Consultado em 12MAI09], Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/030616_palestinabg.shtml, 2003.

conflitualidade torna-se mais notória. A necessidade de partilhar os recursos conduz a uma “interdependência” entre os Estados que os partilham, originando eventuais tensões ou crises, quando estão verificados indicadores de escassez. Quando as tensões envolvem Estados vizinhos, as situações tendem a progredir para cenários de instabilidade regional, com potencial para se propagarem e converterem em instabilidade geral, no quadro do sistema internacional.

Quanto à “interdependência”, ou dependência mútua, que se pode criar entre Estados ao partilharem recursos naturais, Joseph Nye Jr. atesta que *“quatro qualidades ilustram as dimensões da interdependência: as suas origens, benefícios, custos relativos e simetria. A interdependência pode ter origem em fenómenos físicos (ou seja, na natureza) ou sociais (económicos, políticos e perceptivos). Estão ambos geralmente presentes simultaneamente”*²⁵⁸. Sobre as interdependências económica e ecológica entre Estados foi publicado no New York Times, a 17 de Março de 1992, um artigo noticiando que *“pela primeira vez em mais de uma década, há uma questão em que os países em desenvolvimento têm alguma real influência”*, afirmou um político de uma nação das Caraíbas. *“Eles não possuíam nenhuma durante a negociação da dívida. Mas eles são parte do ambiente, por isso agora têm influência. E estão a usá-la. É essa a sua estratégia negocial”*²⁵⁹. A notícia do New York Times é reveladora da importância que os recursos naturais, e necessariamente os recursos hídricos, pesam actualmente nas negociações entre Estados. Neste sentido existe uma proporcionalidade directa entre o grau de escassez de recursos detectado e a medida de poder conferido aos Estados que detêm ou controlam esses recursos naturais.

A água doce, enquanto um dos recursos essenciais à vida humana, passará intrinsecamente a ser examinada estrategicamente, no contexto de assuntos a serem tratados pelos Governos dos Estados. Consequentemente e de forma lógica a localização geográfica de fontes hídricas passa também a influir directamente na acção entre os Estados. Estes, por sua vez, tendem a acautelar-se e a concentrar esforços, canalizando outros recursos²⁶⁰, para prevenir ou controlar as acessibilidades aos recursos hídricos. Pascal Lorot e François Thual, no seu livro *“La Géopolitique”*, afirmam que *“na geopolítica (...) a questão fundamental é saber quem detém o poder e como ele se*

²⁵⁸ Joseph NYE Jr., *Compreender os Conflitos Internacionais*, Uma Introdução à Teoria e à História, Gradiva, Lisboa, 2002, pag 225.

²⁵⁹ Eodem loci.

²⁶⁰ Recursos humanos, materiais e financeiros.

materializa”²⁶¹. Num futuro próximo os Estados que detiverem o controlo das principais fontes de recursos hídricos verão certamente aumentado o seu poder. Citando novamente Pascal Lorot e François Thual, estes afirmam que a “*água será considerada um dos factores geopolíticos mais importantes do próximo século (XXI) devido à crescente importância dos rios*”²⁶².

Ao viver-se actualmente, numa sociedade internacional repleta de actores estatais, organizações não-governamentais e personalidades com poder de influência política, a problemática da escassez de recursos naturais, poderá ser eventualmente ampliada, distorcida ou utilizada como meio para atingir um ou vários objectivos políticos. Ao debater-se este tema no seio internacional poder-se-ão suscitar intenções políticas contrárias entre dois ou mais Estados, gerando conflitualidade e contribuir em última análise para uma ruptura eventual da configuração do sistema político internacional que vigora. Mas a instabilidade no seio político internacional será afectada pela escassez de recursos hídricos? Sobre esta temática, Nye Jr. declara que “*Na década de 1970, o ecologismo proporcionou uma nova esperança de um tipo diferente de ordem mundial. O livro *This Endangered Planet*, de Richard Falk, sustentou que duas coisas poderiam constituir a base de uma nova ordem mundial: a importância crescente de actores transnacionais e não territoriais e a interdependência crescente em condições de escassez*”²⁶³. Saliente-se que Nye Jr. expõe que a interdependência emergente entre os Estados, em torno do ecologismo e partilha de recursos naturais escassos, poderá desenvolver uma diferente ordem mundial. Citando o mesmo autor, ele considera que “*Falk sobreavaliou, no entanto, quão escassos os recursos se tornariam e subestimou a forma como as tecnologias podem compensar a escassez existente*”²⁶⁴. Será que o desenvolvimento tecnológico fará face à inexistência ou à escassez de recursos na natureza?

4.1.2. As Bacias Hidrográficas e a sua Importância

As precipitações que se constituem escassas no Próximo Oriente e onde muitos dos aquíferos se encontram com valores bastante reduzidos, quase secos, somente os sistemas de regadio podem garantir uma produção agrícola suficiente para a

²⁶¹ Pascal Lorot et François Thual, *La Géopolitique*, Montchestien, Paris, 1997, pag 124.

²⁶² Idem, ibidem, pag 138-139.

²⁶³ Joseph NYE Jr., *Compreender os Conflitos Internacionais, Uma Introdução à Teoria e à História*, Gradiva, Lisboa, 2002, pag 263.

²⁶⁴ Idem, ibidem, pag 264.

subsistência. A pluviometria²⁶⁵ pode ser abundante, com valores médios entre os 500 e os 700 milímetros²⁶⁶, alcançando por vezes, os 1000 milímetros. Porém, estas precipitações não têm, em geral, mais que um efeito muito limitado, dada à sua concentração das precipitações na estação de Inverno (Outubro-Fevereiro). Esta forte concentração das precipitações em duração e em espaço conduz a um duplo problema de conservação das águas e da luta contra os efeitos da seca que assola a região durante os restantes meses, ao ponto da evaporação atingir taxas que se aproximam sensivelmente às médias de pluviometria. As diferenças pluviométricas traduzem-se numa irregularidade de aumentos anuais dos cursos e aquíferos subterrâneos. Desta forma, através deste vasto deserto, as grandes concentrações humanas não se fixam onde mais chove, mas sim, ao longo das bacias dos rios. Estas favorecem a rega permanente graças às diferentes instalações hídricas que permitem a rotação de cultivos ao longo do ano. Consequentemente, a concentração humana ao longo dos vales explica o interesse particular e crescente que adquirem os rios nesta parte do Globo²⁶⁷.

Na enorme faixa desértica, característica do Médio Oriente, os oásis são considerados de dois tipos: os que tem a nascente a partir de águas subterrâneas e não agrupam mais de algumas dezenas, por vezes, centenas de milhares de pessoas; e os fluviais, podendo alcançar grandes dimensões. O mais significativo e importante é o rio Jordão. Contrariamente aos oásis subterrâneos, os oásis fluviais tem atraído povoações muito mais numerosas e, por vezes, muito densas²⁶⁸: pelo menos 15 milhões de pessoas ao longo do rio Jordão.

Ao efectuar-se a divisão pelos povos dos 3 vales (Nilo, Tigre-Eufrates e Jordão) o valor final traduz-se numa disponibilidade hídrica média na ordem de 1.800 m³ por pessoa/ano²⁶⁹. Valor efectivamente acima dos valores adoptados pelas organizações mundiais, tais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), que se situa nos 1000 m³ por pessoa/ano. Contudo, Turquia e Iraque beneficiam de mais de 4.000 m³ por pessoa/ano, Egipto e Síria situam-se no nível médio definido pela OMS. Por sua vez Jordânia, Israel e os territórios ocupados (Cisjordânia e Gaza) enfrentam uma grave

²⁶⁵ Ciência que estuda a quantidade de chuva.

²⁶⁶ 1 mm³ de chuva equivale a 1 litro de água em 1 m².

²⁶⁷ Habib Ayeb, *Agua y poder en Oriente Próximo*, In EL LIBRO DEL AGUA, Debate, Barcelona, 2008, pag 131-132.

²⁶⁸ 80 milhões de pessoas ao longo do Nilo (Egipto e Sudão) e 40 milhões de pessoas no vale do Tigre-Eufrates (Síria e Iraque).

²⁶⁹ Habib Ayeb, *ibidem*, pag 132.

situação de escassez hídrica, de forma permanente, com menos de 535 m³ por pessoa/ano²⁷⁰. Perante esta hidrografia, a situação que se vive em alguns países desta região é de Stress hídrico²⁷¹ e noutros de escassez hídrica²⁷².

Sem compreender os dados de distribuição deste recurso, será difícil ou mesmo impossível, assumir os elementos das negociações sobre a água que se desenvolvem no âmbito das negociações de paz no Próximo Oriente. Sem estes elementos é, ainda, mais difícil entender os pormenores dos diferentes projectos hídricos propostos ou adaptadas, tal como o aqueduto tubular da paz, proposto pela Turquia, devendo canalizar parte das águas dos rios do sudeste da Anatólia até outros Estados da região, como Israel e os Estados árabes petrolíferos do Golfo.

4.1.3. A Água como Factor Preocupante na Criação do Estado de Israel

Desde épocas remotas aquelas terras foram habitadas por muitas tribos e diferentes povos e onde todos eles se consideravam com o legítimo direito em utilizar os recursos hídricos que necessitavam. À medida que alguns dos grupos se tornavam mais fortes e numerosos aumentava o seu consumo e os demais viam-se obrigados a combater pela sobrevivência. Muitos dos antigos textos mesopotâmicos descrevem as guerras ocorridas na zona do Eufrates por tal razão, e grande parte do livro do Êxodo, no Antigo Testamento, descreve batalhas entre israelitas e outras tribos pelo domínio do vale do Jordão. Em épocas mais recentes, também, ocorreram conflitos à medida que os impérios europeus intervinham na zona e repartiam o seu domínio.

Para Michael Klare a formação do Estado de Israel não significava, apenas, a formação do mesmo pelos judeus europeus, tratava-se, também, de reposicionar os judeus na sua terra. Os quais renunciaram à sua identidade urbana e europeia para estreitar, novamente, laços com a velha terra dos seus antepassados. Para tal, defendiam que só poderia ser possível a partir do rio Jordão e outras fontes de abastecimento com o objectivo de se criarem sistemas de rega visto que as terras de Israel são demasiado áridas para o desenvolvimento de uma agricultura intensiva.²⁷³ Por esta razão já o projecto sionista evidenciava a importância do recurso aquando da realização do Congresso Judeu Mundial e na Conferência da Agência Sionista, ambos verificados na Suíça no final do séc. XVIII, levando a cabo a elaboração de um mapa de Israel que

²⁷⁰Idem, ibidem, pag 132-133.

²⁷¹ Reserva anual de água inferior a 1700m³/habitante.

²⁷² Reserva anual de água inferior a 1000m³/habitante. Tabela 22, Anexo I.

²⁷³ Michael Klare, *Guerras por los Recursos - El futuro escenario del conflicto Global*, Tendencias, Barcelona, 2003, pag 205.

implicitamente conduzia a água do rio Nilo²⁷⁴. De forma similar, para os dirigentes do Iraque e da Síria a legitimidade que alegam depende em boa parte do êxito que obtenham no desenvolvimento de novas explorações agrárias na bacia do Tigre-Eufrates. Qualquer desígnio que ameace tais aspirações enfrentará uma resistência bastante obstinada.

Previamente, antes da formação do Estado de Israel, a proporção das águas da bacia do Jordão foi alvo de acordos, aquando da definição das fronteiras, entre os mandatos britânico e francês, mais especificamente na Palestina²⁷⁵. Antes, ainda, no ano de 1867, a Fundação de Exploração da Palestina organizou a primeira expedição de engenheiros sionistas com o propósito de avaliar os recursos hídricos regionais. A comissão estimou, com base nas bacias hidrográficas do Jordão e Litani, em 1871, que a Palestina dispunha de água suficiente para absorver milhões de pessoas e que a água disponível no Norte poderia ser canalizada para Sul a fim de irrigar o deserto do Neguev²⁷⁶. A bacia do rio Jordão é, então, um cenário de fortes tensões e violência. Pese embora alguns fracassos ou o ódio resultante das tentativas negociais respeitantes a cotas, o mais notório é que existe um historial de disputas resolvidas por via não militar. Contudo, persiste a incerteza face aos avanços de futuras negociações temendo-se que fracassem vítimas da crescente pressão demográfica e demais circunstâncias que dificultam a paz. Associado ao desenvolvimento das negociações constata-se que muitos dos protagonistas possuem capacidades militares patentes, o que permite utilizar o factor força, ou passar efectivamente a vias de facto. Outros agentes que, também, intervêm na disputa, como os palestinianos, mesmo sem exércitos regulares, carecem de meios e formas de exercer pressão. Os distúrbios, a desobediência civil, a guerra de guerrilha e o terrorismo são as alternativas.

De acordo com Michael Klare os países que são banhados pelo rio Jordão encontram-se, de forma crítica, numa corrida contra o tempo. Referindo que, apesar de se distinguirem alguns sinais de esperança e, simultaneamente, existirem motivos de preocupação, é imprevisível apurar-se se os mesmos conseguirão adaptar acordos práticos para a partilha dos recursos hídricos, de modo a que satisfaçam os seus

²⁷⁴ Baher kamal, *A solução está no deserto*, [Consultado em 26MAR10]. Disponível em: <http://www.mwgloball.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=4602>, 2009.

²⁷⁵ Gilberto Rodrigues Júnior, *O conflito israelo-palestino sob a perspectiva dos recursos hídricos*, Instituto da Cultura Árabe, 2006, pag 1.

²⁷⁶ Eugenio Bolaños, *Gadjar en las Fuentes del Oro Azul*, In Revista Ejército, nº814 Enero/Febrero, 2009, pag 92.

abastecimentos antes que as forças do crescimento e o nacionalismo as forcem para a guerra²⁷⁷.

4.1.4. Posicionamentos Estratégicos

Até 1967, o lago Kinneret²⁷⁸ servia de fronteira entre Israel e a Síria. Contudo, as agressões sírias junto a Ein Gev aumentaram as tensões no conflito e foram uma das razões da ocupação dos montes Golan²⁷⁹. Para os especialistas em hidrologia a nível mundial, estes são altamente estratégicas para a segurança de Israel e simultaneamente para o abastecimento de água. Isto porque é nessa região que passam todos os afluentes que alimentam o Mar da Galileia, encontrando-se apenas 25% da bacia que o abastece em território libanês. No total, o rio Jordão, o Kinneret e os seus afluentes são determinantes no consumo anual de água em Israel, somando aproximadamente 900 milhões de metros cúbicos, o que corresponde a um terço das suas necessidades. O Lago Kinneret, localizado entre as montanhas da Galileia e o Planalto dos Golan, situa-se a 212 m abaixo do nível do mar. Com 8 km de largura e 21 km de comprimento, é o maior lago de Israel e o principal reservatório de água potável. Ao longo da costa do Kinneret há locais de importância histórica e religiosa, assim como colonatos agrícolas, empresas de pesca e pontos de atracção turística.

Também para Shiva a guerra entre israelitas e palestinianos é, em certa medida, uma guerra pela água, sendo o motivo: a partilha do rio Jordão, usado por Israel, Jordânia, Síria, Líbano e Cisjordânia. A agricultura em larga escala, por parte de Israel, requer água do Jordão, bem como das águas subterrâneas da Cisjordânia. Embora somente 3% da bacia do Jordão esteja em território israelita, proporciona 60% das necessidades de água para Israel. De acordo com Shiva esta foi a razão pela qual a guerra de 1967 se constituiu numa guerra pela água dos Montes Golan, do mar da Galileia, do rio Jordão e da Cisjordânia²⁸⁰. Confirmando esta teoria em Maio de 1997 foi publicado um artigo, no New York Times, referente ao diálogo entre Moshe Dayan, Ministro da Defesa israelita, e um jovem jornalista, que ocorrera durante a Guerra dos Seis Dias. O diálogo tivera lugar em 1976, afirmando o General (GEN) Dayan que os

²⁷⁷ Michael Klare, *Guerras por los Recursos - El futuro escenario del conflicto Global*, Tendencias, Barcelona, 2003, pag 207.

²⁷⁸ Termo hebraico do Mar da Galileia sendo, também, conhecido por Mar de Tiberíades.

²⁷⁹ Motti Friedman, *Lake Kinneret*. In Department for Jewish Zionist Education. [Consultado em 02MAI09], Disponível em: <http://www.jafi.org.il/education/100/PLACES/kineret.html>, 2008.

²⁸⁰ Vandana Shiva, *Las guerras del agua, Contaminación, privatización y negocio*, Icaria Antrazyt, Barcelona, 2002, pag 89.

sírios foram provocados para que os israelitas tivessem motivo para contra-atacar e conquistar os Golan. Contudo, estas afirmações foram negadas pelo Governo e demais autoridades israelitas, sendo desvalorizadas a pretexto do ressentimento que o GEN sentiria por ter sido afastado após não ter previsto a guerra de 1973²⁸¹.

4.1.5. Foi a Guerra dos Seis Dias uma Guerra pelos Recursos Hídricos?

Antes de se analisar esta circunstância importará esclarecer que a Guerra dos Seis Dias foi desencadeada num contexto muito diferente do actual, onde em questão se vivia um clima de bastante revolta face à criação do Estado de Israel. De facto, nem duas décadas tinham passado e a posição árabe mantinha acesa a esperança de readquirir o território outrora perdido para o Estado Judeu.

A denominada Guerra dos Seis dias mudaria radicalmente o rosto do Médio Oriente, dando uma nova dimensão à questão palestiniana e às relações entre Israel e os seus vizinhos árabes. O conflito marcaria "*a primeira etapa determinante na história moderna do mundo árabe*"²⁸². Após a Crise do Suez (1956), os EUA e a União Soviética, ambos contrários à invasão, interferiram tendo resultado na pressão exercida à França e Inglaterra para que retirassem dos territórios ocupados. Israel, de igual modo, retirava as suas tropas da península do Sinai com a garantia de aceder ao mar Vermelho através do estreito de Tiran, passando esta região a estar sob vigilância da UNEF, para garantir o cessar-fogo. Durante a década seguinte e a partir de 1965, a OLP desenvolve uma série de ataques, a partir dos Montes Golan, então território sírio, aos colonatos israelitas²⁸³. As relações posteriores ao acontecimento mantiveram-se estáveis até à decisão, em Maio de 1967, do líder egípcio Nasser, na qual ordenava a retirada das tropas da UNEF impedindo o abastecimento vital para Israel pelo mar Vermelho. Desta forma, o Egipto voltava a ocupar o deserto do Sinai e formava alianças com a Síria e Jordânia, no sentido de apoio mútuo em caso de resposta israelita.

Tendo a questão palestiniana e os ataques da OLP aos judeus como pano de fundo e mantendo-se leais à sua doutrina militar de "ataques preventivos", Israel inicia a mobilização das suas Forças Armadas a partir do início de Junho onde o Alto-Comando

²⁸¹ Serge Schmemmann, *General's Words Shed a New Light on the Golan*, In New York Times, [Consultado em 19MAI09]. Disponível em: <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9B06E4D91239F932A25756C0A961>, 1997.

²⁸² AFP, *Os Seis Dias que Mudaram a História do Médio Oriente*, In Jornal A Página, nº 169, Julho 2007, [Consultado em 15ABR09], Disponível em: <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=169&doc=12484&mid=2>.

²⁸³ Richard Holmes, *The Oxford Companion to Military History*, New York, Oxford University Press inc, 2001, pag 66.

tentava convencer o Primeiro-Ministro da necessidade de atacar logo que as forças árabes ameaçassem as fronteiras do país.

Ao amanhecer do dia 5 de Junho, o exército israelita começou a ofensiva. Em apenas 30 minutos, 200 caças-bombardeiros controlavam os ares e os blindados dirigiam-se às zonas fronteiriças do Egipto e da Síria. Assim, às 7h10 a Força Aérea Israelita (FAI), efectuou um ataque coordenado às principais bases aéreas do Egipto, destruindo praticamente todos os seus aviões em solo²⁸⁴ e inutilizando as pistas. Simultaneamente, bases jordanas e sírias eram também bombardeadas, onde 45 dos 142 aviões eram destruídos. Durante a guerra, a vantagem da FAI era patente: destruíra 350 aviões árabes e perdera apenas 31. No Sinai, o exército egípcio possuía sete divisões e cerca de 950 carros de combate, ocupando posições defensivas. O exército israelita colocara em prática a *Operação Lençol Vermelho*, seguindo o padrão clássico da guerra-relâmpago, com cerca de 680 carros de combate com guarnições bem treinadas, infantaria e pára-quedistas avançando maciçamente sobre as posições inimigas, eliminando-as e atingindo o canal de Suez²⁸⁵.

Nunca antes, a história militar tivera assistido a uma vitória tão ampla, com resultados tão significativos e em tão curto espaço de tempo: bastaram apenas quatro dias para dizimar um exército de sete divisões. O Primeiro-Ministro de Israel, Levy Eshkol, enviara uma mensagem ao rei Hussein da Jordânia: "*Não empreenderemos acções contra a Jordânia, a menos que o seu país nos ataque*"²⁸⁶. Contudo, ignorando a mensagem, o ataque jordano iniciou-se pouco depois do começo das hostilidades israelitas, atingindo Jerusalém, assim como localidades costeiras próximas de Tel Aviv. Esta intervenção acabou por provocar a invasão da Cisjordânia por parte do exército do Estado judeu no terceiro dia do conflito. A Jordânia, possuidora do mais bem treinado e equipado exército da aliança árabe, via a sua Real Força Aérea ser eliminada pela FAI. Existindo o risco de uma ofensiva árabe em direcção ao mar Mediterrâneo, o que isolaria a Galileia do resto de Israel, deixando-a vulnerável a um ataque da Síria, levou Israel a bombardear posições da Legião Árabe.

²⁸⁴ 240 das 254 aeronaves eliminadas no total.

²⁸⁵ UNIFICADO, *Saiba como foi a Guerra dos Seis Dias*, [Consultado em 15ABR09]. Disponível em: <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=5535>, (2008).

²⁸⁶ AFP, *Os Seis Dias que Mudaram a História do Médio Oriente*, In *Jornal A Página*, nº 169, Julho 2007, [Consultado em 15ABR09], Disponível em: <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=169&doc=12484&mid=2>.

Segundo alguns autores, após o fracasso das nações árabes no Sinai e na margem do rio Jordão, a Síria adoptaria uma estratégia de defesa passiva. Contudo, o exército sírio bombardeou o território israelita a partir de posições fortificadas localizadas nos Montes Golan. Foi então desencadeada a ofensiva israelita a 9 de Junho, com duas brigadas blindadas e ataques aéreos da FAI, para conquistar os Montes Golan. Após a conquista de Quneitra, a meio caminho da capital síria, os israelitas obrigaram o inimigo a pedir apoio à União Soviética e a intervenção da ONU, que propôs um cessar-fogo obtido na noite de 10 de Junho. Além da Cisjordânia e do leste de Jerusalém, Israel passou a ocupar as colinas de Golan na Síria e o monte Hermon, que fazia parte integrante do território libanês e sírio, o Sinai e a Faixa de Gaza, até então sob ocupação egípcia.

Como consequências da guerra o número de refugiados palestinianos na Jordânia e Egipto aumentou caoticamente e a Síria e Egipto estreitaram as suas relações com a URSS de modo a conseguir a instalação de novos mísseis nas imediações do Canal do Suez. Seria também o fim pan-arabismo, com o mundo árabe a ficar altamente abalado, o que terá proporcionado o aparecimento do Islamismo. Opostamente, Israel com bastantes razões para comemorar, foi assaltado por uma euforia sem precedentes. Justificando o sentimento de acordo com o messianismo, os judeus podiam de novo "regressar" aos lugares bíblicos. Pese embora, a exigência da Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU no sentido da sua retirada dos territórios então ocupados, a decisão israelita foi de permanecer nos locais conquistados: o Muro das Lamentações, a Gruta dos Patriarcas em Hebron e o Túmulo de José, em Nablus. Neste clima, nascia o movimento de colonização, que em Setembro de 1967 daria impulso à criação do primeiro colonato na Cisjordânia.

Do ponto de vista militar, o ataque de Israel com base nos factores velocidade e massa²⁸⁷ desequilibrou por completo o centro de gravidade²⁸⁸ dos seus opositores. O ataque inicial por parte de Israel foi lançado ao Egipto no sentido de interceptar o seu ataque, devido a este se encontrar a preparar neste sentido e por se constituir, de acordo com as forças, no ataque principal das forças árabes. Os árabes, que erradamente, avaliaram encontrar-se em posição inicial de vantagem acabariam por ignorar a mensagem israelita, ao que se conduziu o ataque secundário, após as forças egípcias se

²⁸⁷ Princípios da Guerra.

²⁸⁸ Conceito introduzido por Clausewitz, que consiste num domínio temporal, espacial e/ou físico que se for conquistado provoca a derrota do adversário.

encontrarem totalmente controladas e sem qualquer capacidade de reacção. Por sua vez, o ataque à Síria não terá sido um objectivo principal pela razão do momento em que ocorre. O facto da Síria não ter invadido deliberadamente Israel, não significa que não tenha tido uma posição ofensiva ao colocar forças em posições defensivas junto à fronteira²⁸⁹, tendo desse ponto efectuado ataques de artilharia ou permitido que outros o fizessem. No fundo e de acordo com o que se crê, o plano árabe não terá sido bem conduzido, na medida em que não terá sido sincronizado como foi planeado, pelo facto de Israel não ter possibilitado o tempo necessário para tal.

Nesta guerra a conquista dos Montes Golan e da Cisjordânia impossibilitou os desvios das águas a montante do Jordão e diminuiu a acção dos Estados Árabes levando-os a abandonar os projectos das barragens de Mukheida e Maqarin.

4.2. Características do Rio Jordão e a sua Envolvente²⁹⁰

A bacia hidrográfica do rio Jordão devido à sua geografia física, a uma conotação intensamente religiosa e a uma disputa política aguerrida tornam-na num dos pontos de maior tensão internacional, sendo os seus recursos hídricos de extrema importância para o desenvolvimento económico destas regiões áridas.

O Jordão nasce nas encostas do Monte Hermon no triângulo formado pela Síria, Israel e Líbano e desagua no Mar Morto. Desde o ponto mais a montante até à foz o rio percorre apenas uma extensão de 360 quilómetros. Forma-se da junção de quatro rios: o Hatsbani, que nasce no Líbano, o Dan, que tem origem em Israel, Baniyas, originário da síria e o Barreighit, o único cuja nascente não se encontra no Hermon. Ao longo do seu percurso vai recebendo afluentes, o rio Zarqa, que desagua a partir do território jordano, pequenas linhas de água e do seu principal afluente, o rio Yarmuk, que nasce na Síria. O Yarmuk associa-se ao rio Jordão a Sul do Lago Tiberíades. A bacia do Jordão é composta por Israel, Jordânia, Egipto, Síria, Líbano, Montes Golan e Margem Ocidental, com uma área de 42.800 Km². Esta bacia é normalmente dividida em duas partes, o Alto Jordão e o Baixo Jordão. O Alto Jordão é o curso de rio compreendido entre a sua nascente e o lago Tiberíades. O Baixo Jordão é o percurso compreendido entre o lago Tiberíades e o Mar Morto, definindo as fronteiras entre o Estado de Israel e o Reino da Jordânia e entre este último e os Territórios Palestínianos Ocupados da

²⁸⁹ A demonstração de força é uma operação ofensiva.

²⁹⁰ Figura 46, Anexo H.

Margem Ocidental²⁹¹. Os Estados que compõem esta bacia hidrográfica têm clima de características áridas em grandes regiões dos seus territórios, com a excepção do Líbano que tem uma pluviosidade anual normal. Assim sendo, estes países procuram desviar águas desta bacia para outras partes do território²⁹². Os países elevaram, também, as suas escassas disponibilidades mediante a exploração de aquíferos subterrâneos e reaproveitaram as águas residuais, apesar de tais medidas não serem suficientes. Facto que conduz a que os países maximizem a utilização do Jordão: o único caudal com considerável importância na região.

À escala global, o Jordão não é um rio de grandes dimensões. O caudal médio anual, estimado em 1200 milhões de metros cúbicos, equivale a 1% das águas do Congo ou a 2% das águas do Nilo. Também, a salinidade é alta sobretudo no sul, nas proximidades da foz do mar morto. O Jordão e os seus afluentes, como o Yarmuk, proporcionam a maior parte do consumo de Israel e Jordânia e são essenciais para os complexos projectos de irrigação desenvolvidos por ambos os países²⁹³. Não é, pois, de estranhar que o domínio do Jordão e dos seus afluentes seja um processo litigioso, frequentemente explosivo, desde a fundação do Estado de Israel.

4.2.1. Rentabilização do Rio Jordão

As primeiras tentativas em explorar o rio Jordão para projectos de extensão agrícola e usos industriais datam da época do Mandato Britânico, aquando dos territórios da Palestina e Transjordânia se encontrarem sob domínio inglês. Michael Ionides²⁹⁴, no ano de 1939, propunha a construção de canais destinados à rega, em ambos os lados do rio de forma a canalizar a água doce do lago Tiberíades e rio Yarmuk. Mais tarde, em 1944, Walter Clay Lowdermilk combinava o plano de regadio desenvolvido por Ionides com outro canal, cujo objectivo seria conduzir as águas do rio Jordão até à superfície costeira, densamente povoada, e ao deserto do Neguev, na parte meridional do país. Ambos os projectos acabariam por não se efectivarem. Contudo,

²⁹¹ Estes territórios pertenceram à Jordânia até 1967, tendo sido ocupados por Israel após a guerra dos Seis Dias. Os Territórios da Margem Ocidental estão agora sobre controlo israelita, e sobre eles pendem os principais pontos de discórdia entre israelitas e palestinianos. Posteriormente a Jordânia prescindiou dos seus direitos sobre estes territórios de forma a solucionar a questão palestiniana, permitindo a criação de um território autónomo. José Santos, *Crónicas de Guerra*, Volume II, De Saigão a Bagdade, Gradiva, Lisboa, 2002, pag 118.

²⁹² Um exemplo é o Canal artificial de água “National Water Carrier”, onde Israel desvia água do Lago Tiberíades para o interior do seu território.

²⁹³ Michael Klare, *Guerras por los Recursos - El futuro escenario del conflicto Global*, Tendencias, Barcelona, 2003, pag 208.

²⁹⁴ Director do desenvolvimento na Administração Britânica da Transjordânia.

seriam a base de muitas propostas desenvolvidas. Após o reino hachemita se estabelecer na Jordânia, em 1946, e da formação do Estado de Israel, em 1948, os engenheiros desde logo iniciaram os projectos de exploração das águas do rio Jordão, ainda que como projectos independentes. Conforme o plano israelita, de 1951, limpavam-se os pântanos de Huleh, nas proximidades do lago Tiberíades e desenvolveram-se projectos para conduzir as águas do rio Jordão até às cidades costeiras. Em igual período, a Jordânia projectou derivar as águas do rio Yarmuk através de um sistema de canais de rega na plataforma oriental (o Ghor oriental) do vale do Jordão. Para tal, efectuou um acordo, em 1953, com a Síria e as obras iniciaram-se pouco depois. O abastecimento imediato para a Jordânia ou para Israel não colocava qualquer tipo de ameaça, contudo, suscitou em ambos os países o receio de futuras rivalidades em torno do que, de facto, era um recurso bastante limitado²⁹⁵.

4.2.2. Ingerência de Terceiros

Com a dificuldade existente em encontrar consensos na partilha dos recursos hídricos desta bacia pelos Estados costeiros, foi sentida por parte da comunidade internacional a necessidade de se envolver. Sabendo à partida que um conflito entre os seus vizinhos pelos recursos hídricos afectariam os EUA e face a combater uma possível extensão da influência soviética no Próximo Oriente, levou a que a administração de Dwight Eisenhower se interessasse directamente pelo problema. Para o secretário de Estado John Foster Dulles e outros altos funcionários a exploração dos recursos hídricos na região deveria ser fomentada de uma forma cooperativa visando, também, fortalecer o diálogo político.

Por forma a facilitar a cooperação, o Presidente Eisenhower enviou aos Estados que partilhavam o rio Jordão um delegado especial, Eric Johnston²⁹⁶, com a missão de acordar a nível regional a partilha na respectiva bacia. O embaixador especial para a mediação da bacia do rio Jordão tinha como principais preocupações a repartição, mediante a disposição de quotas de água, pelos Estados costeiros; a utilização do Mar da Galileia enquanto local de reservatório; a canalização das águas do rio Jordão até outros pontos exteriores à bacia hidrográfica e como último objectivo do plano, que ficaria conhecido pelo plano Johnston, que as acções decorressem mediante a

²⁹⁵ Michael Klare, *Guerras por los Recursos - El futuro escenario del conflicto Global*, Tendencias, Barcelona, 2003, pag 210.

²⁹⁶ Representante da U.S. Technical Cooperation Agency.

supervisão internacional²⁹⁷. Mediante uma série de meticulosas negociações conseguiu reduzir as diferenças entre os técnicos israelitas e árabes ao ponto de atingir o consenso em todos os pontos práticos de conveniência da partilha da água. Segundo o plano, Israel controlaria o curso do Alto Jordão e utilizaria o lago Tíberíades para abastecer as suas regiões e o Neguev; Por sua vez, a Jordânia poderia aceder a uma parte da reserva do Tiberíades e controlaria o Yarmuk quase por completo. No entanto, quando tudo parecia encaminhado os dirigentes políticos de ambas as partes apresentaram reservas, acabando por fracassar toda a mediação desenvolvida por Johnston. Os israelitas temiam efectuar concessões sobre o lago Tiberíades e o curso do alto Jordão enquanto os árabes não aceitariam nada que implicasse um reconhecimento do estado de Israel.

Malograda tentativa conduziria a que novamente os países regressassem aos seus projectos individuais. Israel acabaria por acelerar a construção do seu aqueduto nacional - National Water Carrier²⁹⁸ (CNA) - que correspondia a um sistema de túneis e canais destinado a encaminhar a água do rio Jordão às suas zonas costeiras e ao Neguev, enquanto a Jordânia intensificava o ritmo das obras no canal de Ghor e demais projectos associados. O desenvolvimento inicial de ambos os projectos ocorreu sem grandes incidentes. Porém, à medida que o CNA finalizava a tensão elevava-se. Os líderes árabes, considerando que o projecto israelita era uma adaptação indevida das águas comuns do Jordão, analisaram o projecto com o objectivo de o bloquearem. Para tal, em 1960, acordaram uma medida tão provocativa como atrevida que consistia na construção de uma barragem sobre o rio Hatsbani, no Líbano, e Baniyas, na Síria, canalizando daí as águas para o rio Yarmuk e por sua vez ao canal de Ghor na Jordânia. Consequentemente tais medidas afectariam os caudais do alto Jordão e do lago Tiberíades: os pontos principais de proveniência para os canais do sistema israelita²⁹⁹.

No entretanto, vários foram os planos, apresentados com a finalidade de resolver a conflitualidade da região: o plano Main, o plano Cotton e o plano Árabe. Dos quais resultava a atribuição de quotas aos Estados costeiros, de acordo com a seguinte tabela:

²⁹⁷ Paula Pereira, *Jordão: O Eterno Conflito pelas Suas Águas*, IPRIS, Editorial Notícias, Lisboa, 2003, pag 296.

²⁹⁸ Canal Nacional de Água.

²⁹⁹ Michael Klare, *Guerras por los Recursos - El futuro escenario del conflicto Global*, Tendencias, Barcelona, 2003, pag 211.

Plano/fonte de água	Líbano	Síria	Jordânia	Israel	Total
Plano Main		45	774	394	1213
Plano Árabe	35	132	698	182	1047
Plano Cotton	450,7	30	575	1290	2345,7
Plano (Johnston) Unificado	35				35

Tabela 1 - Quotas de água atribuídas aos países costeiros (milhões de m³/ano)³⁰⁰

Como estes planos fracassaram, devido aos interesses particulares dos Estados costeiros, reforçou-se então, as perspectivas unilaterais desses Estados. Em 1964, os Estados árabes, face a estas iniciativas, decidiram desviar as águas a montante do Jordão para a barragem MurKeida. Antes, porém, em 1962, Levy Eshkol³⁰¹, declarava que “a água é o sangue das nossas veias e que o acesso a este recurso ao seu país seria motivo suficiente para a guerra”³⁰².

Quando, nos finais do ano de 1964, as obras do projecto israelita anunciavam a sua conclusão e o projecto árabe avançava com bastante ímpeto a situação tomou um rumo violento. O primeiro incidente verificou-se, em meados de Novembro, quando forças sírias e israelitas se confrontaram. Sucedendo-se uma série de acontecimentos violentos elevando a tensão em todo a zona e os diversos protagonistas iniciavam a mobilização de forças para a Guerra. Efectivamente as preocupações em torno da água não eram as únicas questões que dividiam Israel e os países árabes. Estes encontravam-se indignados face ao tratamento infligido pelos israelitas aos “seus irmãos” palestinianos. Ambas as partes consideram a questão da água um assunto de segurança nacional e nenhuma das mesmas estava disposta a ceder pela disputa do rio Jordão o que motivou o reforço militar das suas fronteiras à medida que os confrontos se tornavam mais intensos no curso superior do Jordão.

A água foi um dos principais motivos justificativos, tendo Shimon Peres declarado “foi esse o caso na crise entre Israel e Síria, quando esta tentou desviar o Jordão, distanciando-o do Aqueduto Nacional de Israel (...) acabando por desembocar nos preparativos que culminaram na Guerra dos Seis Dias”, da mesma forma “Ariel Sharon (...) quando era general, disse uma vez que a guerra de 1967 na verdade começara dois anos e meio antes, no dia em que o país decidiu agir para controlar o

³⁰⁰ Paula Pereira, *Jordão: O Eterno Conflito pelas Suas Águas*, IPRIS, Editorial Notícias, Lisboa, 2003, pag 298.

³⁰¹ Terceiro Primeiro-Ministro de Israel, desde 1963 até 1969.

³⁰² Vandana Shiva, *Las guerras del agua, Contaminación, privatización y negocio*, Icaria Antrazyt, Barcelona, 2002, pag 90. Citação original: “el agua es la sangre de nuestras venas y que impedir el acceso a este recurso a su país sería motivo suficiente para una guerra.”

suprimento (de água)”³⁰³. Já Ewan Anderson, analista do Médio Oriente e profundo conhecedor do tema, afirma que a “*Cisjordânia converteu-se numa fonte de água chave para Israel, e podia-se afirmar que esta questão pesa mais que outros factores políticos e estratégicos*”³⁰⁴.

Os recursos aquíferos contribuem, nesta bacia, com uma elevada percentagem de água para o abastecimento dos países costeiros. O maior reservatório subterrâneo de água³⁰⁵ desta região ocupa a área central dos territórios ocupados e tem a sua origem na margem Ocidental do Jordão. Este aquífero divide-se em três reservatórios principais: o aquífero de Oeste (*western aquifer*)³⁰⁶, o aquífero de Nordeste (*north-eastern aquifer*)³⁰⁷ e o aquífero de Este (*eastern aquifer*)³⁰⁸.

De forma interessante Vandana Shiva efectua uma descrição sobre os conflitos políticos, tendo como justificativo os recursos, afirmando que os mesmos se encontram ocultos ou dissimulados: “*quem detém o poder prefere mascarar as guerras pela água como conflitos étnicos e religiosos. Esta camuflagem resulta facilmente, já que as regiões contíguas aos rios são habitadas por sociedades plurais de grupos, línguas e hábitos muito diversos. É sempre possível apontar os conflitos nestas regiões como rivalidades entre regiões, religiões ou entre etnias*”³⁰⁹.

A Guerra diminuiu consideravelmente a capacidade de oposição árabe face aos planos israelitas relacionados com o rio Jordão. Contudo, não evitou novos conflitos pela água. A OLP, no período de 1967 a 1969, efectuou uma série de ataques contra os colonatos israelitas no vale do Jordão, atingindo as instalações hídricas israelitas. Israel, acabaria por replicar contra o canal de Ghor, na Jordânia, alegando que este país auxiliava os atacantes e extraía do rio Yarmuk uma quantidade muito superior àquela

³⁰³ Gilberto Rodrigues Júnior, *O conflito israelo-palestino sob a perspectiva dos recursos hídricos*, Instituto da Cultura Árabe, 2006, pag 2.

³⁰⁴ Vandana Shiva, *Las guerras del agua, Contaminación, privatización y negocio*, Icaria Antrazyt, Barcelona, 2002, pag 90. Citação original: “*Cisjordania se ha convertido en una fuente de agua clave para Israel, y se podría afirmar que esta cuestión pesa más que otros factores políticos y estratégicos.*”

³⁰⁵ Designada por Montanha Aquífera, apresentando valores entre 600 a 900 milhões m³ por ano.

³⁰⁶ Acumula cerca de 350 milhões de m³ por ano.

³⁰⁷ Acumula cerca de 130 milhões de m³ por ano.

³⁰⁸ Acumula cerca de 150 milhões de m³ por ano. José Santos, *Crónicas de Guerra*, Volume II, De Saigão a Bagdade, Gradiva, Lisboa, 2002, pag 121.

³⁰⁹ Vandana Shiva, *Las guerras del agua, Contaminación, privatización y negocio*, Icaria Antrazyt, Barcelona, 2002, pag 11. Citação original: “*Pero muchos conflictos políticos por los recursos están ocultos o disimulados. Quienes controlan el poder prefieren enmascarar las guerras por el agua como conflictos étnicos y religiosos. Este camuflaje resulta muy fácil, ya que las regiones que bordean los ríos están habitadas por sociedades plurales con grupos, lenguas y prácticas muy diversas. Es posible siempre pintar los conflictos en estas regiones como rivalidades entre regiones, entre religiones y entre etnias.*”

que lhe correspondia. Os EUA, ao mais alto nível, mediu no sentido de Israel suspender os seus ataques contra o canal e a Jordânia decidiu expulsar a OLP do seu território. Em 1969, a Jordânia acabaria por aceitar o plano Johnston³¹⁰.

Na Guerra do Yom Kippur, a água não foi invocada como um dos motivos, aliás manteve-se em segundo plano durante quase toda a década de 1970. Por sua vez, na década seguinte verificou-se o oposto, tendo surgido uma nova crise aquando do reatamento, por parte da Jordânia e Síria, do projecto de construção duma barragem em Maqarim, no rio Yarmuk. Correspondia a um projecto altamente acarinhado pelos engenheiros jordanos, a fim de aproveitar as águas decorrentes das estações da chuva e colocá-las à disposição dos agricultores do vale através do canal de Ghor oriental³¹¹. Israel argumentou que se utilizariam os caudais necessários aos colonatos Judeus nos montes Golan e nas suas proximidades e ameaçou impedir a todo o custo, sem afastar a hipótese duma operação militar.³¹² A ameaça fora suficiente para dissuadir a Jordânia e os seus apoiantes afastando a hipótese do plano. Posteriormente, a tensão devida à água transferiu-se das relações Israel-Jordânia para as relações de Israel com os palestinianos da Cisjordânia. Fazendo uso da sua autoridade da força ocupante, Israel impediu que os árabes de Cisjordânia incrementassem a exploração dos numerosos aquíferos existentes no subsolo da região. Simultaneamente, os israelitas utilizavam os ditos caudais para abastecer uma parte considerável das suas próprias necessidades, assim como os colonatos judeus na Cisjordânia. Ao reservar a maior parte da água subterrânea dessa região para uso próprio e dos colonos Judeus, Israel criou uma situação obviamente injusta, visto que os colonos em questão recebem 5 a 8 vezes mais água per capita que os palestinianos. O qual, por sua vez, desenvolvem o ressentimento palestino contra a potência ocupante e contribuiu para a Intifada, ou revolta palestiniana, que se iniciou em 1987³¹³.

4.2.3. A discrepância entre israelitas e palestinianos

A desigualdade no consumo entre os habitantes israelitas e os palestinianos, determinada pela legislação de 1947 sobre a repartição da água entre Israel, Cisjordânia

³¹⁰ Paula Pereira, *Jordão: O Eterno Conflito pelas Suas Águas*, IPRIS, Editorial Notícias, Lisboa, 2003, pag 298.

³¹¹ Actualmente designado canal do Rei Abdullah.

³¹² Michael Klare, *Guerras por los Recursos - El futuro escenario del conflicto Global*, Tendencias, Barcelona, 2003, pag 214.

³¹³ Eodem loci.

e Faixa de Gaza, assenta nos seguintes pontos³¹⁴: Qualquer captação de água por particulares necessita de autorização beneficiando delas somente os israelitas. Resultante das sucessivas captações de aquíferos no subsolo, por parte dos israelitas, conduzirá à “secagem” das águas superficiais dos palestinianos; O consumo de água é determinado segundo quotas discriminatórias, existindo a aplicação de multas em caso de uso excessivo; As fontes de água (poços e fontes) pertencentes a palestinianos, deslocados ou refugiados, são apreendidos pelos israelitas; A facturação da água efectua-se a um preço elevado, havendo para os agricultores israelitas benefícios, por meio de subsídios.³¹⁵

No início da década de 1990 pouco se tinha alterado desde 1967 em relação à partilha da água na Cisjordânia e o vale do rio Jordão. Porém, as diferentes partes em litígio começaram a considerar uma solução não militar para o problema da água, como parte do processo de paz israelo-árabe iniciado sob os auspícios norte-americanos desde 1991³¹⁶. Em 1994, Israel e Jordânia assinaram um tratado de paz que incluía a água e muitas outras questões vitais. Segundo o artigo 6º do tratado e seu protocolo adicional, Israel aceitou limitar o total das suas extracções anuais do rio Yarmuk e injectar uma maior cubicagem do rio Jordão no canal do rei Abdullah. Segundo o tratado, Israel auxiliaria o reino hachemita a superar o problema crónico fornecendo-lhe cerca de 50 milhões de metros cúbicos por ano, totalmente grátis; o Governo comprometeu-se, também, a não se opor à construção da barragem de Al-Wadha, no rio Yarmuk, que seria financiada pelo Banco Mundial. Esta obra permitirá aos jordanos armazenar parte dos 500 milhões de metros cúbicos de água de chuva que atingem a região anualmente³¹⁷. Os dois países acordaram, ainda, desenvolver em parceria projectos de dessalinização no vale do Jordão e cooperar na conservação dos recursos hídricos.

No início do séc. XXI, 50% das terras de cultivo israelitas dispunham de sistemas de regadio, ao passo que as povoações palestinianas consumiam apenas 2% das águas. Mais recentemente, no ano de 2008, a Jordânia anunciou o projecto de abastecimento de água, para a sua capital, através da exploração de um aquífero. O Ministro dos Recursos Hídricos, Raed Abu, anunciou a intenção de extrair 100 milhões

³¹⁴ Paula Pereira, *Jordão: O Eterno Conflito pelas Suas Águas*, IPRIS, Editorial Notícias, Lisboa, 2003, pag 294.

³¹⁵ Eodem loci.

³¹⁶ Tabela 23, Anexo I.

³¹⁷ Revista Morachá, [Consultado em 02MAR10]. Disponível em: http://www.morasha.com.br/conteudo/artigos/artigos_view.asp?a=89&p=2, (S/d).

de metros cúbicos de água por ano. O aquífero Qa Disi está localizado a 55 km a noroeste de Ácaba, próximo com a fronteira com a Arábia Saudita e a 325 km a sul de Amã. Este projecto poderá conduzir a um desgaste diplomático com a mesma, uma vez que também explora as suas águas³¹⁸.

A população da Jordânia³¹⁹, cresce aproximadamente 3,5% ao ano e o abastecimento, baseado em recargas pluviais, torna-se insuficiente. Adicionalmente, e após a invasão do Iraque em 2003, a Jordânia já acolheu 750 mil refugiados, o que elevou a procura pela água³²⁰. Para Vandana Shiva, Israel ver-se-á forçado, num futuro próximo, a reduzir o consumo de água motivado pelas secas que se fazem sentir, a par da sobre-exploração para fins agrícolas. Para tal os primeiros sacrificados serão os cultivos de algodão e de laranjas em prol de cultivos mais resistentes à seca e logicamente com menores dependências de água³²¹. A crise alimentar que, também, ameaça o Médio Oriente, levou a Jordânia a rebater o uso e acesso à água, visando aumentar a sua produção agrícola. O Ministério de Recursos Hídricos garantiu a disponibilidade de 1,6 bilhões de metros cúbicos de água por ano, para atender às suas necessidades até 2015³²².

Os temas da água figuraram além das negociações entre Israel e a OLP (actualmente ANP) sobre o futuro regime da Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Ambas as partes firmaram, em Setembro de 1995, um acordo provisório, onde Israel reconhecia que certos direitos, sobre as águas subterrâneas de Cisjordânia, correspondiam aos palestinianos. Atribuía-se, também, à recém-formada ANP um papel parcial no abastecimento para zonas da sua jurisdição. Contudo, o acordo previa, também, que Israel mantivesse o controlo sobre todas as reservas de água da Cisjordânia enquanto durassem as negociações destinadas a determinar o estatuto definido da região. As condições de seca que afectaram a maioria da região de 1999 a 2000 inflamaram, novamente, o ressentimento palestiniano perante a política israelita da água. Por sua vez, Israel negou-se a conceder direitos aos palestinianos sobre a água do Jordão ainda

³¹⁸ ECODEBATE, [Jordânia anuncia um mega-projeto de exploração do aquífero Qa Disi](http://www.ecodebate.com.br/2008/07/28/jordania-anuncia-um-mega-projeto-de-exploracao-do-aquifero-qa-disi/). [Consultado em 03NOV09]. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2008/07/28/jordania-anuncia-um-mega-projeto-de-exploracao-do-aquifero-qa-disi/>, 2008.

³¹⁹ 6,269,285 (estimativa para Julho 2009) Fonte: <https://www.cia.gov>, consultado em 25FEV10.

³²⁰ Fonte: Portal ecodebate.

³²¹ Vandana Shiva, *Las guerras del agua, Contaminación, privatización y negocio*, Icaria Antrazyt, Barcelona, 2002, pag 91.

³²² ECODEBATE, [Jordânia anuncia um mega-projeto de exploração do aquífero Qa Disi](http://www.ecodebate.com.br/2008/07/28/jordania-anuncia-um-mega-projeto-de-exploracao-do-aquifero-qa-disi/). [Consultado em 03NOV09]. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2008/07/28/jordania-anuncia-um-mega-projeto-de-exploracao-do-aquifero-qa-disi/>, 2008.

que a Cisjordânia seja banhada pelo mesmo na região ocidental. A situação agravou-se quando os especialistas do Serviço Hidrológico de Israel afirmaram que o lençol freático da Cisjordânia se encontra bastante contaminado por sais e nitratos para ser utilizado como água potável. A situação agudiza-se pelo facto de se encontrar contaminado por resíduos agrícolas, industriais e esgotos clandestinos, além da exploração indevida da água através de poços³²³.

As questões relacionadas com a água incluíram-se na ordem do dia, nos princípios de 2000, aquando do início das conversações de paz sírio-israelitas. A condição levantada pelos sírios em toda a negociação seria que os israelitas abandonassem os Montes Golan e, ainda, uma parte da costa ocidental do lago Tiberíades. Contudo, dessa forma, o domínio israelita sobre a nascente do Rio Baniyas ficava ameaçado. Como Israel pretende controlar o afluente vital do Jordão, e não sendo de crer que a curto prazo nenhuma parte do seu domínio sobre o Tiberíades as conversações acabaram por ser suspensas. O falecimento do presidente Sírio Hafiz el-Assad, em Junho do mesmo ano, e a prolongada incerteza política sobre Israel levou a que as conversações se mantivessem interrompidas.

O muro que Israel constrói, sem pausa, que o separa dos territórios palestinianos, e que segundo Jerozolinski, reaviva a discórdia em torno da água. Iniciado em 2002, o muro é uma longa barreira, constituída por paredes, vigilância electrónica e zonas de patrulhamento, que pretende garantir maior segurança para Israel e, principalmente, estancar os ataques suicidas palestinianos. Entretanto, fontes palestinianas afirmam que o muro é mais do que isso. Referem que as melhores terras agrícolas e fontes de água permanecem do lado israelita, já que na primeira fase foi erguido na parte Norte da Cisjordânia³²⁴.

“Em localidades da Cisjordânia, como Tulkarem e Jenín, as famílias ficaram com a terra de um lado e o poço de outro”, refere Taher Nasser Al-Din, director-geral do West Bank Water Department. Segundo as autoridades locais, cerca de oito mil habitantes de outra localidade, Qualkiliya, foram forçadas a abandonar as suas casas e procurar novas terras. Entretanto, Uri Shor, porta-voz do Water Commission israelita garantiu que o muro visa apenas as necessidades de segurança. *“As canalizações estão*

³²³ Revista Morachá, [Consultado em 02MAR10]. Disponível em: http://www.morasha.com.br/conteudo/artigos/artigos_view.asp?a=89&p=2, (S/d).

³²⁴ Figura 47, Anexo H.

por todo o lado e o muro não afecta nada”³²⁵. Segundo Jerozolimski, a água é um dos elementos mais simbólicos que separam israelitas e palestinos, cujo velho conflito se intensificou desde 2000, com o início da segunda Intifada. A água no Médio Oriente é um recurso precioso para os povos da região e motivo de contínuas tensões. Mas, através de um processo racional, a água poderia também converter-se em factor de aproximação. No entanto as reservas são insuficientes para Israel e para a ANP pelo que o problema continuará a agravar-se, a menos que se realize uma ampla dessalinização das águas. Neste sentido e segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel, tem-se exercido um grande esforço para transformar água salgada em água doce, sendo o país que na actualidade mais explora este processo e que mais investe nesta tecnologia³²⁶.

Sensivelmente 20% da população palestina não possui água canalizada. Em algumas regiões, como na cidade de Jenín, os moradores afirmam que passam dias sem água, embora estejam ligados à rede de distribuição. Segundo os acordos de paz de Oslo, de 1993, Israel devia fornecer entre 70 e 80 milhões de metros cúbicos de água por ano à população palestina para “necessidades imediatas”. *“A situação é melhor do que em 1995. Hoje temos mais água. Mas Israel não cumpre integralmente o acordo, porque não nos autoriza a perfurar novos poços”*, afirma o director da Palestinian Water Administration Authority, Nabil Al-Sharif³²⁷. Israel defende-se, afirmando cumprir de forma cabal o determinado nos acordos e inclusive fornecer mais do que o estabelecido, esclareceu Uri Shor. Contudo e segundo as autoridades palestinianas, apenas entre 160 e 200 mil palestinianos, dos dois milhões e meio habitantes da Cisjordânia, gozam de água potável nas suas casas e são abastecidos por camiões cisterna. No entanto a população israelita consome três vezes mais água do que os palestinianos. *“Se for considerado também o consumo de água pela indústria israelita, o uso anual por pessoa chega aos 128 metros cúbicos, ou 350 litros por pessoa/dia, cinco vezes mais do que o consumo palestiniano per capita”*, acrescentou a Betselem, de uma ONG dos direitos humanos³²⁸.

³²⁵ Ana Ruth Jerozolimski, *A Água Divide e Aproxima*. [Consultado em 04MAI09]. Disponível em: <http://www.tierramerica.net/2003/0421/particulo.shtml>, 2003.

³²⁶ IFM, Israeli Foreign Ministry, *Israel's Chronic Water Problem*, [Consultado em 22ABR09], Disponível em: <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/History/scarcity.html>, 2008.

³²⁷ Ana Ruth Jerozolimski, *ibidem*, 2003.

³²⁸ Eodem loci.

Segundo Jerozolinski, ao analisar-se as razões do fenómeno constata-se discrepâncias. Os palestinianos alegam que as diferenças no consumo são produto da política israelita discriminatória, sobretudo entre o que é recebido pelos colonatos israelitas em territórios palestinianos e o fornecimento a aldeias árabes na mesma região. Israel responde que o problema se encontra na má administração pela ANP. Os colonos israelitas na Cisjordânia não sofrem qualquer espécie de restrição, onde os agricultores têm fácil acesso à água. Neste contexto, Israel dispõe de cerca de 50% de terra cultivada, uma das maiores proporções agrícolas do Mundo³²⁹.

Apesar da escassez e má qualidade da água serem comuns aos dois territórios, as tensões com Israel manifestam-se sobretudo na Cisjordânia. Ali estão os dois principais reservatórios de água da região. O primeiro é uma lagoa na montanha, que se estende do setentrional Monte Carmelo até Bersheeva, ao Sul, e em direcção ao mar Morto a Leste, incluindo a Cisjordânia. Essa fonte é responsável pela quarta parte das necessidades de Israel, dos colonatos e de quase toda a população palestiniana na Cisjordânia. A segunda fonte é o alto Jordão e os seus afluentes, de onde provem o fornecimento de quase um terço do consumo israelita, além de abastecer a Jordânia, a Síria e o Líbano. Os palestinianos não recebem água desta reserva, segundo Al-Din, porque as águas do Jordão já são partilhadas com a Jordânia. Como alternativa a água da rega palestiniana provém exclusivamente de poços e nascentes locais. *“Na Cisjordânia, nenhum palestiniano pode dizer que recebe menos água do que no ano anterior ou do que antes dos acordos de paz de Oslo. Actualmente o sistema trabalha a plena capacidade”*, afirmou Amos Epshtein, director-geral da empresa nacional de abastecimento de Israel, a Mekorot³³⁰. Contudo, as severas restrições referentes à água são demasiado severas para a população palestina. As bombas palestinianas são confiscadas, os poços são destruídos, proibidos de efectuar novas explorações aquíferas e até mesmo de praticarem o cultivo de árvores de fruto sem autorização. Face a tais condições a agricultura palestina fica à mercê da aridez climática que assola a região³³¹. Em 1999, os palestinianos tinham autorização para, tão-somente, sete poços, onde os mesmos não

³²⁹ Gilberto Rodrigues Júnior, *O conflito israelo-palestino sob a perspectiva dos recursos hídricos*, Instituto da Cultura Árabe, 2006, pag 3.

³³⁰ Empresa que exerce o controlo da distribuição de águas.

³³¹ Gilberto Rodrigues Júnior, *ibidem*.

poderiam exceder os 140 metros de profundidade. Por sua vez, os judeus encontravam-se autorizados a perfurar até aos 800 metros³³².

Segundo fontes palestinianas, no decurso da intifada, o exército israelita danificou poços em Gaza e na Cisjordânia. “Foi assinado um protocolo com o Israeli Water Commission para separar a água do conflito, porque esta é uma necessidade diária. Israel começou a respeitá-lo”, disse Al-Sharif. A administração e a distribuição de água nas áreas palestinianas serão da responsabilidade de cinco entidades públicas sem fins lucrativos³³³. Estas entidades concebem a captação e a distribuição da água, bem como a conservação das redes. Os técnicos sugerem estar mais em acordo do que propriamente os políticos quanto às soluções. “A água é uma questão central para a paz e se os políticos resolverem os problemas políticos, não tenho dúvidas de que isto será resolvido”, disse Al-Sharif. Com o mesmo optimismo expressa-se Epshtein. “A solução está no trabalho conjunto e em encontrar a fórmula para partilhar”.³³⁴

4.2.4. Os Factores que contribuem para o agravamento da situação

Para Habib Ayeb, geógrafo tunisino, são quatro os factores que conduzem para que o Próximo Oriente seja considerado uma zona de seca crónica e de carências generalizadas: uma má leitura do mapa regional; a existência, em larga escala, de zonas onde a seca crónica e a escassez hídrica predominam sobre o resto dos aspectos da geografia; um escasso conhecimento (informação) dos dados hídricos regionais; e, por último uma certa dramatização voluntária dos dados locais³³⁵. Considera, ainda o professor universitário, que não existe outro tema considerado mais político que o tema relacionado com a água³³⁶.

O mapa da região apresenta um grande espaço amarelo – deserto – com áreas verdes que representam os rios ou os oásis. Dependendo da área, podendo ser mais amarela ou mais verde, consoante é mais ou menos povoada, tal como a Faixa de Gaza ou Jericó. Outro dos problemas é a dificuldade em estabelecer um balanço pelos recursos hídricos, sobretudo a nível local, e realçar que as informações sobre os mesmos

³³² Vandana Shiva, *Las guerras del agua, Contaminación, privatización y negocio*, Icaria Antrazyt, Barcelona, 2002, pag 91.

³³³ Ana Ruth Jerolimski, *A Água Divide e Aproxima*. [Consultado em 04MAI09]. Disponível em: <http://www.tierramerica.net/2003/0421/particulo.shtml>, 2003.

³³⁴ Eodem loci.

³³⁵ Habib Ayeb, *Agua y poder en Oriente Próximo*, In EL LIBRO DEL AGUA, Debate, Barcelona, 2008, pag 135.

³³⁶ Baher kamal, *A solução está no deserto*, [Consultado em 26MAR10]. Disponível em: <http://www.mwgloba.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=4602>, 2009.

recursos são de grande importância, que tal como os recursos militares é necessário manter em segredo. Contudo, em tempos de paz os dados não perdem a sua importância e, ainda, menos durante o período negocial para a paz na região.

Para cada um dos intervenientes no conflito é importante que os dados relativos aos recursos se alterem de acordo com os seus interesses. O que significa que em situações de partilha os valores convêm ser adulterados em proveito próprio. Para limitar as quantidades de água ao longo do rio, o Estado a montante tentará reduzir a importância da contribuição média anual do curso de água, ainda que não seja uma regra. Outros Estados tenderão a inflacionar positivamente o volume do caudal para justificar o desvio e grandes quantidades de água. Por sua vez, os Estados a jusante tentarão valer valores muito mais reduzidos para limitar o consumo de água do Estado a montante. Em suma, trata-se de considerar as políticas hídricas e os projectos de cada uma das partes para corrigir os excessos ou a diminuição dos valores.³³⁷

Especificamente, o rio Jordão dispõe de 3 fontes de informação diferentes, provenientes dos serviços sírios, jordanos e israelitas. Adulterando os valores e omitindo os dados reais, cada Estado propõe a versão mais vantajosa. Face à decorrente imprecisão, os investigadores têm as opções de aceitar os dados de uma ou outra parte, utilizar os valores propostos por outros autores, ou inclusive estabelecer novos valores, por um lado, bastante subjectivos e, por outro, o risco de erro produzido pelo incorrecto uso do material estatístico. Porém, os valores defendidos terão de se encontrar de acordo com o que se pretende argumentar.

Presentemente, todas as informações verídicas relativas à bacia do Jordão são consideradas altamente estratégicas que devem permanecer na mais estreita confidencialidade. Assim, os valores avançados ou publicados por qualquer autor são, na melhor dos casos, uma estimativa e, na pior das hipóteses, um conjunto de informações filtradas por uma das duas partes em conflito. Para o autor, apesar de ser um problema demasiado grave, as guerras ocorreram sem que tivessem como principal motivo a água, justificando que nenhum país tem interesse em lançá-las. Israel, Turquia e Egipto, que reúnem os principais recursos de água disponíveis na região, não têm

³³⁷ Eodem loci.

nenhum interesse em provocar guerras. Por seu turno os “países vítimas”, como a “Palestina” e Jordânia, não têm os meios para declarar uma guerra contra Israel³³⁸.

4.3. A Tecnologia como Solução

O engenheiro Diego Berger, também da Mekorot, afirma que “o povo de Israel historicamente apresenta soluções inovadoras para os problemas da água”. A empresa é um claro exemplo de boa gestão da água, apresentando duas redes distintas. A primeira abastece casas, escritórios e indústrias, ao passo que a segunda irriga as plantações com a água recolhida dos esgotos depois de tratada. Aproximadamente 72% da água é reciclada, tratando-se de um índice de reutilização sem comparação. Apesar de valores distintos, o país mais próximo, a Espanha, reutiliza apenas 12% da água³³⁹.

A tecnologia para tratamento e reciclagem da água é vista pelos israelitas como uma vantagem no mundo globalizado, tendo delineado como objectivo tornar-se referência mundial, afirma Booky Oren, coordenador da Watec³⁴⁰. Se outrora a referência era exportar empresas de segurança privada, assentes nos preceitos da Mossad, actualmente o objectivo é fazer o mesmo marketing com a água. Face à inexistência de matérias-primas Israel empenha-se em exportar tecnologia.

Israel iniciou-se no mercado internacional de água no início da década de 1960 após o desenvolvimento do sistema de irrigação “gota-a-gota”. Desta forma reduz-se a perda por evaporação e utiliza-se mais eficientemente a água. Actualmente, mais de 80% da produção agrícola de Israel é exportada e o país passou a exportar a tecnologia “gota-a-gota”. O sector tende a crescer com a crise global de água, onde israelitas são a maior referência mundial, estimando-se que as empresas controlem metade do mercado mundial deste tipo de irrigação, responsável por movimentar 1,2 biliões de dólares americanos por ano³⁴¹.

Mas o apogeu israelita é a sua indústria de dessalinização, inaugurada em 2005, nas margens do Mediterrâneo, próximo da Faixa de Gaza. A instalação fabril encontra-se em Ashkelon, a maior instalação do Mundo, capaz de abastecer uma cidade com 1 milhão de habitantes. O processo é tão eficaz que na fase final a água é tão pura que se

³³⁸ Baher kamal, *A solução está no deserto*, [Consultado em 26MAR10]. Disponível em: <http://www.mwgloba.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=4602>, 2009.

³³⁹ Alexandre Mansur, *Os Inovadores que Tiram Água do Deserto*. In Revista Época. [Consultado em 24ABR09]. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG78100-6014-478,00.html>, 2007.

³⁴⁰ Feira internacional de tecnologia de recursos hídricos.

³⁴¹ Alexandre Mansur, *ibidem*.

torna necessário adicionarem-se sais minerais, especialmente cálcio. Em 2005, 15% da água que a população consumia era produzida desta forma. Segundo os governantes a finalidade será atingir os 40% em 2012.³⁴²

A verdadeira lição de Israel foi enfrentar as limitações de recursos naturais criando uma política de incentivo à inovação tecnológica (Israel investe 4,8% do PIB em pesquisa e desenvolvimento)³⁴³. A maior parte desse dinheiro é disputada por centros de pesquisas de empresas, para estimular a competitividade. O processo é economicamente viável e quem o refere é Fredi Lokiec, director de marketing da empresa IDE (líder de mercado). O projecto, que faz parte do Plano Mestre de Dessalinização de Israel, visa minimizar os problemas crónicos de carência de água no país, apresentando custos na ordem dos 0,53 \$US /m³, um dos mais baixos do Mundo, chegando às populações a pouco mais de um dólar por m³. A água potável produzida entrará no sistema nacional de água, de onde será distribuída³⁴⁴. O aproveitamento nesta tecnologia é de 80% para águas salobras e de 50% para águas do mar. Uma vez que as restantes percentagens não poderão ser utilizadas nos solos devido à alta concentração de cloreto de sódio, evitando a destruição da estrutura do solo, são as mesmas meticulosamente tratadas. Os excedentes da água do mar são tratados ecologicamente evitando qualquer impacto ambiental principalmente com os organismos vivos existentes, sendo os mesmos novamente devolvidos ao seu habitat natural. Os excedentes referentes às águas salobras, poderão ser utilizados em processos de aquacultura, como viveiros de marisco e peixes³⁴⁵. Como estes possuem a propriedade de desenvolver bastante matéria orgânica são as mesmas, posteriormente, aplicadas nos campos agrícolas, pobres por natureza devido às características da região. No fundo é uma espécie de simbiose, onde todo o sistema se complementa.

4.4. Direito Internacional

A humanidade há muito que se vem deparando com grandes dificuldades na partilha de águas comuns. Este problema que afecta todos, sem qualquer excepção, poderá surgir a partir de partilhas de escassos recursos, ou então de uma abundância tal, que um Estado ao libertar-se do excedente afectará profundamente outros Estados. Também e por forma a evitar qualquer contaminação ou qualquer uso indevido exista

³⁴² Eodem loci.

³⁴³ Eodem loci.

³⁴⁴ GLOBO, *Veja o segundo programa especial sobre água*, [Consultado em 02NOV09], Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=196>, 2008.

³⁴⁵ Eodem loci.

uma retenção das águas é um dos motivos que poderão degenerar em contenda. As conflitualidades relacionadas com este recurso deveriam ficar sujeitas a um tratamento jurídico que visasse uma solução para as mesmas. No entanto, existirão, mediante a complexidade particular de cada caso, dificuldades no próprio solucionamento.

Sublinha-se que actualmente não existe nenhuma convenção internacional que regule as condições e as modalidades de partilha de recursos internacionais. Apenas, existe uma série de normas de jurisprudência e algumas regras vinculadas à protecção dos direitos adquiridos e à liberdade de navegação em rios internacionais. Para além da perspectiva tradicional de navegação de Barcelona, de 20 de Abril de 1921, que define o regime dos cursos de água navegáveis de interesse internacional, o direito internacional não terá estabelecido quais as regras de utilização para as águas dos rios internacionais³⁴⁶. É óbvio que essas regras são bastante insuficientes encontrando-se inteiramente esgotadas, devido ao crescimento demográfico, às novas tecnologias, tanto no âmbito da exploração como nos sectores e hábitos de consumo e, por último, o desenvolvimento económico da concentração urbana. Com o objectivo de preencher esse vazio jurídico, que terá contribuído para o agravamento de diversos conflitos, a Assembleia Geral das Nações Unidas delegou, em 1970, na Comissão de Direito Internacional (CDI) o estudo do direito relativo às utilizações de vias internacionais com outros fins para além da navegação, com o objectivo do desenvolvimento progressivo e a compilação do dito direito. Os trabalhos encontram-se ainda em fase de continuidade o que demonstra uma grande dificuldade em elaborar um novo direito internacional geral que determine as obrigações específicas dos Estados, traduzindo-se inevitavelmente numa limitação da sua soberania.³⁴⁷

O projecto de convenção para a utilização de cursos de água para outros fins que não a navegação, em fase de elaboração pela CDI, foi examinado durante a 43ª sessão da ONU (De 4 de Abril a 19 Julho de 1991) tendo-se reconhecido o direito, aos Estados costeiros do curso de água, a possibilidade de negociar qualquer acordo que se aplique ao curso de água, na sua totalidade, e a converter-se em partes do acordo. Recuperando no essencial as regras de Helsínquia reconhece-se o direito dos países costeiros da mesma bacia à utilização, no seu território, de uma parte “*justa e equitativa das águas*,

³⁴⁶ Habib Ayeb, *Agua y poder en Oriente Próximo*, In EL LIBRO DEL AGUA, Debate, Barcelona, 2008, pag 177.

³⁴⁷ Eodem loci.

*em condições ótimas, tendo em conta a consideração de todos os factores relevantes e circunstâncias pertinentes, no caso dos factores naturais, as necessidades sócio-económicas dos Estados, os efeitos de utilização excessiva dos recursos hídricos sobre outros Estados, a conservação, protecção, valorização e economia na utilização dos recursos hídricos do curso de água e os custos das medidas tomadas para esses efeitos”*³⁴⁸.

No seguimento destas propostas subentende-se os princípios de unidade do curso de água e o respeito mútuo, visto ser necessário *“encontrar um equilíbrio entre a independência dos Estados costeiros e a sua soberania sobre os recursos naturais, também um equilíbrio entre os Estados do curso superior e inferior dos rios, e também entre as diversas utilizações da água”*³⁴⁹.

Contudo no exercício de soberania, enquanto o direito sobre as águas que fluem no seu território, o Estado não deverá privar os restantes Estados costeiros do mesmo direito, já que a água é um recurso natural compartilhado na medida em que a sua utilização num Estado têm efeitos sobre a sua utilização de outro. De 26 a 31 de Janeiro de 1992, em Dublin, Irlanda, decorreu a IIª Conferência Internacional sobre a Água e o Meio Ambiente, sob o lema “O desenvolvimento e a Perspectiva do Século XXI”, de onde resultou a pretensão de que os Estados, que partilham recursos hídricos, se aproximassem com vista a entendimentos onde defendam os interesses de ambos.³⁵⁰

4.5. Síntese Conclusiva

A água doce que é, por si só, o elemento mais precioso da vida na Terra, assume-se como factor fundamental por ser um bem esgotável e constitui-se, cada vez mais, como um recurso estratégico, tendencialmente, a tornar-se alvo das preocupações dos governantes e dos cidadãos de todos os Estados.

A importação exógena de elementos estranhos ao território de Israel alterou grandemente a demografia da região conduzindo a severos problemas hídricos. Os mesmos seriam agravados aquando do controlo dos recursos por forças israelitas, o qual

³⁴⁸ Eodem loci. Citação original: “*Razonable y equitativa de las agua, en condiciones óptimas, teniendo en cuenta la consideración de todos los factores y circunstancias pertinentes, en este caso los factores naturales, las necesidades socioeconómicas de los estados, los efectos de las utilizaciones de los cursos de agua sobre otros estados, la conservación, la protección, la valoración y la economía en la utilización de los recursos en agua del curso de agua y los costes de las medidas adoptadas a tales efectos*”.

³⁴⁹ Eodem loci. Citação original: “*encontrar un equilibrio entre la independencia de los estados ribereños y su soberanía sobre os recursos naturales; también un equilibrio entre los estados de los cursos alto y bajo de los ríos, y también entre las diferentes utilizaciones del agua.*”

³⁵⁰ Eodem loci.

resultou numa efectiva discriminação positiva para os israelitas, remetendo os palestinianos para uma grave escassez de água ao ponto de sofrerem de escassez hídrica. Uma região que eleva a sua demografia, sem capacidades para tal, culminará em consequências bastante negativas. Neste jogo de forças, que Israel sai nitidamente como vencedor, são claramente os palestinianos a sofrer as consequências. Ora se numa região a água existente é insuficiente para satisfação das necessidades básicas, como se poderá então equacionar a prosperidade na Faixa de Gaza ou Cisjordânia?

Face às dificuldades decorrentes da escassez de água e das condições climáticas adversas, Israel, de modo a encontrar a prosperidade e bem-estar do seu povo, encontrou na tecnologia a solução para muitos dos seus problemas. O Estado de Israel é líder mundial na pesquisa e desenvolvimento agrícola, que conduziram a um aumento na quantidade e qualidade dos resultados agrícolas do país. É facto que motivado pelos seus interesses, Israel desenvolveu a tecnologia associada aos recursos hídricos de modo a rentabilizá-los no seu expoente máximo, chegando ao ponto de conseguir vencer barreiras outrora impensáveis, tais como o progresso do processo de dessalinização. Actualmente, Israel detém condições que lhe permitem figurar como um importante pólo de produção agrícola, efectuando uma correcta utilização das técnicas e procedimentos por ele desenvolvidos. Um exemplo claro da necessidade que estimula o engenho!

Relativamente à Guerra dos Seis Dias, conclui-se que a água não terá sido o catalisador do conflito. Israel ao ser-lhe interdito o acesso ao mar Vermelho e ao aperceber-se da ameaça dos Estados limítrofes após a retirada da UNEF, imposta por Nasser, lançou uma guerra preemptiva³⁵¹. Contudo, e face à relevante necessidade de acesso à água, parece estar implícito que as conquistas das bacias e fontes de águas referidas, se elegeram como um objectivo de oportunidade e por isso considerados secundários. Salienta-se que a Guerra dos Seis Dias permitiu ao Estado de Israel afirmar-se na região chegando ao ponto de se constituir decisor e dele provir o que deve ou não pertencer a quem. Este raciocínio é reforçado pelo facto de Israel não ter cumprido na íntegra as resoluções do CSNU, o que acaba por avultar a gravidade do conflito.

³⁵¹ Acção associada a um quadro de legítima defesa, para designar um acto militar antecipatório perante uma ameaça directa e iminente, em que se ataca o agressor quando este se prepara para atacar.

Paralelamente, e como observado, a crise da água no Médio Oriente não é apenas um problema de absoluta falta de água mas igualmente um problema de uma inadequada distribuição dos recursos hídricos comuns. A luta pelo controlo das principais reservas hídricas da região foi, desde sempre, mais um motivo de disputa no conflito Israelo-Árabe. A resolução dos problemas da gestão da água na bacia do Jordão depende da cooperação entre Estados costeiros. Apesar das divulgações de valores se constituírem estratégicos e se encontrarem sob segredo estatal, possivelmente a resolução do problema da repartição da água passa pela criação de um organismo comum para a gestão da água desta bacia. Tal medida diminuiria a discrepância existente em torno do escasso recurso, podendo desta forma, tanto israelitas como palestinianos, ter melhores e maiores condições de acesso de água. Associada com a medida anterior, a ampla dessalinização das águas, poderá constituir-se num excelente redutor do conflito. Ao existir em proporções suficientes e necessárias para o desenvolvimento da região, a água reduzirá as razões pela qual se torna um factor catalisador de conflitos.

No âmbito do Direito Internacional, desde logo ressalta a dificuldade de resolução por se estar perante um rio internacional partilhado por cinco Estados, pela Cisjordânia e Montes Golan, onde estes últimos ao não constituírem-se como Estados dificultam todo o processo jurídico, ao que se acresce todos os interesses particulares que complexificam toda a resolução. Assim, e conforme constatado o campo de direito é demasiadamente vago para estas matérias.

5. A INTERFERÊNCIA RELIGIOSA

5.1. A Religião

Presente em todos os povos e culturas, a religião é um dos elementos mais caracterizadores das comunidades humanas sendo, sem sombra de dúvidas, uma das mais expressivas exteriorizações das sociedades humanas. Os seus símbolos e valores atingem directamente os sentimentos e convicções mais profundas dos humanos, representando as ideologias religiosas um papel proeminente nas sociedades modernas.

Sendo uma matéria delicada e de elevada complexidade não existe qualquer intenção que as conclusões sejam interpretadas como ofensivas para qualquer credo religioso. Consequentemente, apresentam-se e analisam-se as causas consequenciais que se encontram associadas às manifestações radicais e integristas desses mesmos credos efectuando-se, porém, uma delimitação aos fundamentalismos religiosos judaico e islâmico.

Este capítulo circulará em redor da influência da religião no conflito, efectuando-se, também, a inter-ligação com o capítulo seguinte, pelo facto de se associar, de uma forma muito estreita, as práticas terroristas à religião.

5.1.1. O Holofote do conflito

Para melhor compreender o conflito israelo-árabe será necessário analisar a conexão entre a religião e a política. Relação de grande interdependência e destrição muito limitada. No séc. IV, o Imperador Constantino ao proclamar o cristianismo como religião oficial do Império Romano assinalava um importante momento da história, tornando-se o expoente máximo dessa aproximação. Atitude idêntica foi seguida, posteriormente, pela generalidade das culturas e das civilizações. Porventura só no séc. XVII, através da Revolução Francesa, se iniciou o processo de separação dos poderes, o laicismo³⁵², donde alastrou para o resto da Europa. Contudo, a laicidade é combatida no mundo árabe. O Islão³⁵³ é de tal modo hostil à laicidade, e à democracia, que quando se

³⁵² O Laicismo defende a exclusão da influência da religião no Estado, na cultura e na educação e tende a emancipar as instituições estatais de carácter religioso. O laicismo facilita a irreligiosidade e, mesmo, a anti-religiosidade, mas não é causa nem impede as religiões, os direitos de ensino e organização que confere às outras associações. O laicismo é, pois, a doutrina e a laicidade o modo de a levar à prática. Raquel Cordeiro, *Geografia das religiões: confessionalismo e laicidade*. Janus, 2007, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, [Consultado em 02MAI09]. Disponível em: http://www.janusonline.pt/2007/2007_4_1_2.html

³⁵³ Religião monoteísta que surgiu na Península Arábica no séc. VII, baseada nos ensinamentos religiosos do profeta Maomé e numa escritura sagrada, o Alcorão. A religião é conhecida ainda por Islamismo. Deriva da palavra árabe 'Silm' / 'Salam', cujo significado é paz. 'Salam' pode também significar "saudar um ao outro com paz".

verificam eleições, servem para repudiar a democracia e reclamar a Sharia³⁵⁴. A vitória recente do Hamas³⁵⁵, na Palestina, demonstra a animosidade da religião à laicidade do Estado. O Islão radical só aceita uma lei, a do Alcorão, e um método para a impor, a jihad³⁵⁶. Porém, e apesar do Islão significar paz, alguns grupos terroristas, segundo o Ocidente, cometem actos violentos e de terror invocando o nome de Alá ou da religião Islâmica. Ao tentar incutir a mensagem do Islão, a Jihad utiliza métodos que consistem no uso de violência, física ou psicológica, contra a ordem estabelecida através de um ataque, de modo que os estragos psicológicos ultrapassem largamente o círculo das vítimas para incluir o resto do território. Os atentados islamitas obedecem à “lógica” de rejeição radical, que inclui o suicídio dos próprios terroristas, o “martírio”, claramente manipulados por quem não recua perante a efabulação. A promessa de um lugar no Paraíso, onde será acolhido por “70 virgens”, parece ser tomada à letra pelos jovens suicidas³⁵⁷.

A corrente radical do Islamismo tem reivindicações muito peculiares: regresso a uma ordem social definida pela aplicação estrita da Sharia; interpretação literal do Alcorão e da Sharia tal como era concebida durante os 3 primeiros séculos depois da Hégire³⁵⁸, na Arábia da Idade Média até ao séc. X; matança de infiéis e traidores; pretensão em estender de maneira unilateral o conceito de Jihad à eventual reconquista e dominação de territórios não islâmicos; exclusão da mulher da vida pública e a sua mutilação genital sistemática (excisão); exaltação da figura do “mártir” numa

³⁵⁴ Nome que se dá ao código de leis do Islamismo, corpo de regras jurídicas tratando todos os problemas da vida em sociedade. Em várias sociedades islâmicas, as leis são religiosas e baseadas ou nas escrituras sagradas ou nas opiniões de líderes religiosos.

³⁵⁵ O Hamas, Movimento de Resistência Islâmica, é uma organização paramilitar e partido político sunita palestino. Criado em 1987 no começo da Primeira Intifada. Notório pelos seus ataques suicidas contra civis e forças armadas israelitas. A Carta Fundamental do Hamas exorta à reconquista do Estado de Israel e sua substituição pela República Islâmica Palestina na área que hoje é conhecida internacionalmente como Israel, Cisjordânia e Faixa de Gaza. O Hamas descreve o conflito com Israel como político e não religioso ou anti-semita. Entretanto, a carta fundamental, escritos e em muitas declarações públicas reflectem a influência de teorias conspiratórias anti-semitas.

³⁵⁶ Conceito essencial da religião islâmica. Pode ser entendida como uma luta, mediante vontade pessoal, de se procurar e conquistar a fé perfeita. Ao contrário do que muitos pensam, jihad não significa “Guerra Santa”, nome dado pelos Europeus às lutas religiosas na Idade Média (por exemplo: Cruzadas). Aquele que segue a Jihad é conhecido como Mujahidine. A explicação quanto às duas formas de Jihad não está presente no Alcorão, mas sim nos ditos do Profeta Maomé: Uma, a “Jihad Maior”, é descrita como uma luta do indivíduo consigo mesmo, pelo domínio da alma, incitando esforços para se tornar melhor muçulmano; e a outra: a “Jihad Menor”, é descrita como um esforço que os muçulmanos fazem para levar a mensagem do Islão, estender o império ou defendê-lo se for ameaçado.

³⁵⁷ Adelino Torres, *Terrorismo: O apocalipse da razão?* In Terrorismo, Almedina, Coimbra, 2004, pag 50.

³⁵⁸ “Expatriação” de Maomé da Meca para Medina. A data da Hégire, fixada pelo primeiro califa (representa o Profeta no Islão) Abou Bakr para o dia 16 de Julho de 622, marcou o início da era muçulmana e do seu calendário.

interpretação claramente enviesada de um único versículo do Alcorão sobre o tema; aplicação de castigos corporais previstos na Sharia: corte da mão dos ladrões, chicoteamento de faltosos que desrespeitaram os bons costumes³⁵⁹; reivindicação do recurso sistemático ao apedrejamento até à morte dos adúlteros e sobretudo das adúlteras.³⁶⁰

Israel, por sua vez, apesar das relações entre Estado e religião serem semelhantes aos países vizinhos muçulmanos, é, contudo, um Estado mais democrático do que qualquer um deles, pese embora, a própria declaração de independência conter numerosas referências religiosas e estabelecer Israel como um “Estado judeu”. Uma grande percentagem da população judaica continua a encarar Israel como um Estado criado por razões religiosas e para finalidades religiosas, mesmo apesar da grande diversidade religiosa de Israel³⁶¹ e da secularização dos descendentes de judeus, dos quais metade serão não religiosos³⁶².

O exercício da liberdade de consciência básica, que consiste no poder em renunciar à religião e conduzir a sua vida ignorando as actividades inerentes da mesma é dificultado ao povo israelita. As antigas leis religiosas, para cada uma das três comunidades³⁶³, são aplicadas por tribunais próprios para questões familiares (como o casamento, o divórcio e questões fúnebres) o que as tornam demasiado complexas. Existem escolas diferentes para cada comunidade religiosa, cada uma com a sua religião obrigatória, ajudando a manter a segregação social. O próprio Ministério do Interior detém um registo de “nacionalidade” de cada cidadão, o que na verdade se constitui num indicador da comunidade religiosa a que se pertence, onde os direitos civis são distintos conforme se seja, ou não, considerado judeu pelo rabinato ortodoxo. Assiste-se nitidamente a uma discriminação negativa das outras confissões religiosas, onde o governo discrimina os cidadãos muçulmanos ou cristãos no emprego, na educação e no alojamento. A comunidade judaica ortodoxa é actualmente a mais beneficiada, tendo mesmo o poder de decisão sobre que imigrantes podem ou não tornar-se cidadãos israelitas. Verifica-se nitidamente que o domínio público neste Estado continua profundamente clericalizado. Não admira, portanto, que a tensão entre clericais e laicos

³⁵⁹ Que podem ser, para as mulheres, a não utilização do véu em público ou o uso de perfume.

³⁶⁰ Adelino Torres, *ibidem*, pag 23.

³⁶¹ Pelo menos um em cada cinco israelitas é muçulmano ou cristão.

³⁶² Diário Ateísta, *Israel não é um Estado laico*, [Consultado em 02MAI09]. Disponível em: <http://www.ateismo.net/2006/07/26/israel-nao-e-um-estado-laico/>, 2006.

³⁶³ Judaica, cristã ou muçulmana.

no Estado de Israel seja tão elevada, onde 80% da população teme que decline para a violência³⁶⁴.

O conflito inicial entre árabes e judeus no Médio Oriente foi marcado por justificações políticas, sociais, económicas e principalmente psicológicas. Mais tarde, a partir da década de 1970, a dimensão religiosa ganhou predominância. A chegada do partido Likud³⁶⁵ ao poder e a coligação do mesmo com forças ideológicas neo-ortodoxas e, opondo-se a eles, a ascendência radical da revolução islâmica no Irão, em 1979, e os grupos terroristas que nela se inspiraram, são acontecimentos que radicalizaram as posições. Apesar da influência e da intensidade dos radicalismos religiosos, em ambas as partes, apesar de díspares, o certo é que quando princípios religiosos radicalizados guiam a agenda regional, o conflito atinge proporções onde o único objectivo é a vitória, não existindo a possibilidade de meios termos... “*ou se vence ou se perde*”³⁶⁶. Ao longo dos anos o conflito no Médio Oriente foi mudando de denominação. Inicialmente, tratava-se de um confronto entre os judeus, que regressavam a Israel, e os palestinianos. O conflito explicava-se por contestações de posse e usufruto de riquezas não muito abundantes, vinganças tribais, disputas territoriais e nacionais. As declarações de radicalismo baseadas em influências religiosas eram presenciadas por figuras da liderança árabe-palestiana, tais como o Mufti³⁶⁷ de Jerusalém, Mohammad Amin al-Husayni, que fundia na sua retórica argumentos fortemente nacionalistas ornamentados com motivos religiosos³⁶⁸.

Os países que rodeavam Israel sofreram processos idênticos. O conflito israelo-árabe passou, lentamente, a incluir-se num perfil árabe israelo-palestiniano. No conflito pode-se observar o desenvolvimento de dois processos opostos. Por um lado, a internacionalização do conflito a partir do momento que os valores religiosos ganham prioridade no mundo muçulmano e, por outro, uma normalização do conflito. Ou seja

³⁶⁴ Diário Ateísta, *ibidem*.

³⁶⁵ Partido político de Israel, criado em 1973, que congrega a direita liberal, sionista, nacionalista e conservadora. O seu significado, em hebraico, é união. Foi, como uma coligação liderada pelo partido Herut, de Menachem Begin. Entre os primeiro-ministros do Likud destaca-se Ariel Sharon, que em 2005 o abandonou para fundar o Kadima.

³⁶⁶ Carlos Cymerman, *Dimensões religiosas do conflito israelo-árabe*, In Revista Janus, 2007.

³⁶⁷ Académico islâmico a quem é reconhecida a capacidade de interpretar a lei islâmica (Sharia), e a capacidade de emitir fataawa (pronunciamento legal no Islão emitido por um especialista em lei religiosa, sobre um assunto específico).

³⁶⁸ Carlos Cymerman, *ibidem*.

passou-se da inspiração pan-arabistas³⁶⁹ e da escola nasserista³⁷⁰ para uma óptica pan-islâmica³⁷¹ da escola dos aiatolas^{372, 373}.

Nesta região do Globo, as ameaças à identidade colectiva constituem uma dificuldade ao processo de paz, visto que a presença de uma elevada comunidade árabe dentro do Estado de Israel, é entendida como uma ameaça à própria sociedade israelita, interessando referir que essa sociedade foi construída na base de um fundamento de identidade étnica e até de certo ponto religiosa. Neste contexto o direito de retorno dos refugiados palestinianos, que se encontram disseminados pelos países vizinhos, alguns há mais de 60 anos, será entendido como uma diluição da identidade colectiva agravada pelo aumento da natalidade dos palestinianos, o que por si só faz com que os israelitas tenham grandes preocupações nesse sentido.

Devido à guerra de 1967, cresceu uma nova corrente de nacionalismo étnico, que preconizava o retorno a uma identidade bíblica, aglutinando uma noção de Estado moderno com uma ideia de terra de Israel. Apresenta-se como exemplo o crescimento exagerado de colonatos em Gaza e na Cisjordânia, facto que cria uma situação política insustentável e reforça uma cidadania de excluídos.

As religiões assinalam o espaço pelos lugares de evocação. Os lugares santos são por isso de uma grande importância: os lugares de culto reúnem periodicamente os fiéis, e as cidades santas são depositárias de uma relíquia e detém um valor histórico particular. A Palestina e Jerusalém são disso exemplo, disputadas em parte por motivos religiosos. Para as três comunidades religiosas, Jerusalém representa-se como uma cidade santa³⁷⁴. Para os cristãos a igreja do Santo Sepulcro, o lugar do túmulo de Cristo, para os judeus o Muro das Lamentações, resto do Templo de David³⁷⁵, e para os muçulmanos a apoteose do profeta Maomé a partir da localização da actual Cúpula da Rocha. As religiões desempenham, portanto, um papel político tanto ao nível do Estado como dos seus cidadãos, sendo então a religião uma ideologia de grupo ou de Estado. Não é só a mensagem espiritual, mas também um programa político. Não se assistiu ao

³⁶⁹ Movimento político para unificação entre as populações e nações árabes do Médio Oriente. Possui estreita vinculação com o nacionalismo árabe. Baseado em preceitos nacionalistas, seculares e estetizantes.

³⁷⁰ Ideologia política nacionalista árabe baseada nos pensamentos do antigo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser.

³⁷¹ Movimento político que evoca a unidade dos Estados islâmicos.

³⁷² Considerado sob as leis do Islão xiita o mais alto dignitário na hierarquia religiosa.

³⁷³ Carlos Cymerman, *ibidem*.

³⁷⁴ Conforme referido pelo entrevistado nº7, em 24 de Junho de 2010.

³⁷⁵ Primeiro Rei de Israel.

processo de secularização³⁷⁶, mas sim do integrismo, constituindo-se uma aspiração à unidade da fé e dos ritos antigos, denunciando os desvios permissivos de uma sociedade aferida por um passado ambicionado.

Em suma o problema fundamental abrange duas sociedades que desde há muito vivem em confronto: uma, a israelita, submersa numa grave desconfiança devido às ameaças fundamentalistas e outra, a palestina, que apesar de ter iniciado a integração de instituições nacionais, mantém um braço armado extremamente activo, que não esconde o seu objectivo de destruir a outra parte. Daí que a influência da religião no referido confronto põe fortemente em causa as possibilidades de um diálogo sério, possibilitando o caminho de um acordo de paz estável e permanente.

5.1.2. Os povos da região e as suas religiões

Os três povos que habitam a região do Médio Oriente, pela sua ordem de grandeza, são os árabes, os persas e os judeus.

Se bem que a existência de todos os países árabes não se situem geograficamente no Médio Oriente, em sentido estrito, formam um só povo árabe, composto por uma população superior a 350 milhões, onde partilham a mesma língua, ainda que com variações, e detêm uma só origem. A Península Arábica (actualmente Arábia Saudita, Iémen, Omã, Emirados Árabes Unidos, Katar e Bahrein) foi a região onde habitaram os primeiros árabes e foi a partir dela que se expandiram. Por outro lado o Irão, a antiga Pérsia, é um povo milenar que num passado mais remoto se constituiu num império de grande importância regional. A alteração de nome, através de um processo de ocidentalização fortemente apoiado pelos EUA, ocorreu em 1935. Por fim, outro povo milenar, que partilha a região é o povo judeu.³⁷⁷

A mais antiga presença judaica na região é registada nos livros históricos no séc. V a.C. Previamente, a sua história é inteiramente baseada em livros religiosos, mais propriamente no Antigo Testamento, conhecido pelos judeus como a Torah. Os judeus eram na antiguidade os hebreus, que haviam sido liderados por Moisés desde o Egipto, tendo percorrido a península Arábica, até à península do Sinai. Local onde receberam os mandamentos directamente de Deus, que prometera há muito uma terra para esse povo. De igual modo, os únicos registos da chegada dos hebreus à Palestina são apoiados por

³⁷⁶ Movimento pela qual a religião se retirou para o domínio do íntimo, abandonando a cultura, a economia e a política.

³⁷⁷ Lejeune Mirhan, *Oriente Médio: Conflito religioso ou político?* [Consultado em 02JUN09]. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=734&id_coluna=25, 2007.

textos bíblicos. Moisés acaba por morrer sem chegar ao seu destino e é Josué que conduz os hebreus até à Palestina, a terra prometida pelo seu Deus. Interessante é o facto bíblico de Deus prometer uma terra cuja pertença é de outro povo.³⁷⁸

Posteriormente, baseados em factos, os judeus habitaram a Palestina por um determinado período sem a ocuparem na sua plenitude, através das 12 tribos de Israel. A própria construção de Israel é questionável mesmo para os judeus. Parte deles, se bem que minoria, afirma que Israel, a terra prometida, não engloba o físico, a terra propriamente dita, mas sim o espiritual. O restante do povo, a maioria, depreende que Deus efectivamente prometeu um lar, uma terra na essência propriamente dita da palavra.³⁷⁹

Já na Era Cristã, no ano 70, sob o Império Romano os judeus são expulsos da Palestina, ficando o acto conhecido como a Diáspora Judaica. Os que resistiram, de armas em punho, no monte de Massada, acabariam por encontrar a morte através do suicídio. Contudo, existem também registos que os judeus que permaneceram na região viveram em paz e harmonia com os filisteus. Muito mais recentemente, em pleno séc. XIX, emergiu o movimento político que defendia explicitamente que os judeus auferissem um lar nacional, onde pudessem viver em paz com os seus semelhantes, no qual não fossem alvo de discriminação e perseguição. No fundo o sonho seria o regresso às suas origens. Foi mediante estes factores que, em 1897, no Congresso Sionista Judaico, realizado na cidade de Basileia, Suíça, as ideias adquiriram “corpo” e passaram a ser implementadas. O líder desta corrente de pensamento, Theodor Herzl, defendia fervorosamente o Lar Nacional Judaico. Argentina, Amazónia ou mesmo Uganda foram consideradas hipóteses para a concretização do sonho judeu. No entanto, e por ampla maioria, concluiu-se que somente um local teria a força, baseado no factor religioso, de aliciar um povo onde os ancestrais judeus viveram – a Palestina³⁸⁰. O nacionalismo judaico, assente em projectos como os Kibutzim, sensibilizaram inclusive líderes comunistas e revolucionários. É importante realçar que parte dos primeiros colonos, nas primeiras décadas do séc. XX, era socialista e encontrava-se sob influência marxista.³⁸¹

³⁷⁸ Eodem loci.

³⁷⁹ Eodem loci.

³⁸⁰ Conforme referido pelo Professor Dias Farinha, em 01 de Março de 2011, aquando da nossa entrevista.

³⁸¹ Lejeune Mirhan, *Oriente Médio: Conflito religioso ou político?* [Consultado em 02JUN09]. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=734&id_coluna=25, 2007.

A emigração judaica fortemente incentivada pelas grandes potências, com interesse na criação de um enclave em território árabe e após confirmadas as grandes jazidas petrolíferas na região, obriga ao redesenho do mapa na região. Atendendo aos interesses coloniais, países como o Kuwait foram criados de forma artificial. Também emirados, sultanatos ou principados foram formados com o objectivo de ligações privilegiadas aos poderes britânicos e americanos. Ao povo palestino, que vivia sob ocupação britânica, restou sempre a luta. Nesta ordem de ideias inicialmente contra o colonizador britânico e posteriormente contra os judeus, os novos colonizadores.

Os judeus regressavam à Palestina, passados quase dois milénios, com o objectivo de adquirir terras. Apesar de algumas terem sido adquiridas mediante compra, através de ouro ou da moeda de comércio internacional, a libra esterlina, a grande maioria das terras foram tomadas pelo factor força, expropriando os seus donos legítimos. O acontecimento mais explícito ocorreu aquando da proclamação do Estado de Israel, por Ben Gurion, estimando-se a que pelo menos dois milhões de palestinos se tenham refugiado nos países fronteiriços.

5.2. Fundamentalismo Religioso

Assumindo-se como um sério problema contemporâneo, os fundamentalismos religiosos afectam as sociedades, apresentam dificuldades resolúveis aos olhos da Comunidade Internacional e como tal susceptíveis de influir nas Relações Internacionais. Enquadrando os fundamentalismos religiosos na lógica de Samuel Huntington, o choque civilizacional, a nova conjuntura que emergia com o final da confrontação bipolar não teria teor económico ou ideológico, mas essencialmente, cultural. Em suma, os principais conflitos a nível global ocorreriam entre diferentes civilizações resultando no domínio do choque civilizacional sobre as Relações Internacionais. Segundo o politólogo os conflitos de maiores proporções ocorreriam nas linhas de fronteira entre os espaços civilizacionais, sendo essas linhas que outrora desempenhavam as fronteiras político-ideológicas e também militares.³⁸²

5.2.1. O que é o fundamentalismo religioso?

A expressão “fundamentalismo” remonta ao ano de 1909, nos EUA, quando teólogos protestantes com tradição anglo-saxónica redigiram publicações doutrinárias. Coligadas e reunidas numa obra cuja designação fora *Fundamentals* onde o seu

³⁸² Rogério Antunes, *Os fundamentalismos religiosos*. CIARI, [Consultado em 02MAI10]. Disponível em: http://www.ciari.org/investigacao/fundamentalismos_religiosos.htm

objectivo seria consagrar a herança divina impossível de negociação. Por sua vez, os seus seguidores e apoiantes ficariam conhecidos por *Fundamentalists*.³⁸³ O literalismo bíblico, aspecto sistémico do Protestantismo, seria reforçado com os movimentos religiosos apoiados nos referidos documentos. Esta doutrina testemunha o facto de a Bíblia ser verbalmente inspirada por ser exacta em todas as questões religiosas, ou seja um Dogma.

Os movimentos protestantes acima referidos adoptaram uma posição referente à natureza política, vindo posteriormente a ser característico nos movimentos fundamentalistas. Tal posição visava distanciar qualquer tipo de inovação doutrinal, hábito ou costumes que se baseassem em meras pretensões de modernidade. Porém, a origem mais antiga do fundamentalismo é encontrada na corrente Sunita do Wahabismo. Esta corrente é dominante na Arábia Saudita, desde o início do séc. XIX, e defende uma interpretação bastante rigorosa do Corão e dos princípios islâmicos. Os fundamentalismos caracterizaram-se pela oposição, total ou parcial, às novidades que surjam e possam colocar em causa a veracidade e pureza dos ditames religiosos e modo de vida “superiormente determinada”. A secularidade e as políticas reformistas decorrentes em muitos países, sobretudo, no mundo árabe e muçulmano são alvo de um forte antagonismo por parte da ideologia fundamentalista. Aqui o fundamentalismo islâmico, assente em causas diversas, adquire posição de relevo, opondo-se activamente, e amiúde, ao incremento de certos países à ocidentalização. O Colapso da URSS contribuiu a que se elevasse ainda mais a oposição fundamentalista.³⁸⁴

5.2.2. Fundamentalismo Judaico

Muitos são os autores que defendem que na religião judaica também se encontram movimentos assentes no raciocínio fundamentalista, devido às suas práticas e ideais retratadas na história judaica. O primeiro aspecto prende-se, segundo os textos bíblicos, com a eleição deste povo por Deus como sendo um povo santo e fiel guardião das leis concebidas por ele. A criação da nação hebraica é a segunda condição. Ser-se judeu implica somente ser-se filho de mãe judia não importando a prática da respectiva religião. A legitimidade provém do "jus sanguinis", ou seja do sangue, para concretizar

³⁸³ Eodem loci.

³⁸⁴ Eodem loci.

a nação étnica. Por último, a promessa levada a cabo por Deus a Abraão no sentido de Canaã ser concedida ao povo judeu.³⁸⁵

Mediante os aspectos descritos prosperou no seio judaico uma evolução em sentido ascendente de um complexo de total ostentação, ou mesmo de superioridade, que a par de uma união interna, consolidada pelo impedimento de outros se converterem ao Judaísmo, conservou o espírito de unidade característico deste povo. O sentimento de Unidade foi ainda mais reforçado aquando da persistente perseguição aos judeus ao longo dos séculos. O movimento Sionista com o objectivo de unir os judeus dispersos pelo Mundo conduziu a que se fossem fixando na Palestina. Neste propósito os neo-nacionalistas apresentavam-se como os mais militantes corroborando activamente numa política de re-colonização de Israel de acordo com as fronteiras geográficas prometidas por Deus a Abraão que segundo o livro da Gênesis (15:18-21) equivalia às terras “*desde o rio do Egipto até ao grande rio Eufrates, a terra dos Quineus, dos Quineseus, dos Cadomneus, dos Heteus, dos Refaim, dos Ferezeus, dos Amorreus, dos Cananeus, dos Gergeseus e dos Jebuseus*”³⁸⁶. Em suma, correspondia assim às terras delimitadas pelas fronteiras do Mar Vermelho, o Mar do Mediterrâneo e o Rio Eufrates. Porém, e no auge da sua extensão, mais precisamente no reino de David, Israel assumiu as fronteiras que correspondem actualmente ao território de Israel, aos territórios palestinianos, à parte ocidental da Jordânia e ao sul do Líbano.

Theodor Herzl ao estabelecer, em 1897, a Organização Sionista Mundial iria desencadear um sentimento ainda maior no povo judeu. Por sua vez, a Resolução 181 transformaria um desejo antigo numa realidade. Após alcançado tamanho objectivo, o Sionismo estabeleceria no XXVII Congresso da Organização Sionista, realizado em Jerusalém no ano de 1986, os seguintes objectivos: a unidade do povo judaico e a centralidade de Israel na vida judaica; a admissão do povo judaico na sua pátria, a terra de Israel; a elaboração do Estado de Israel; a apresentação da identidade do povo judeu por meio da promoção da educação hebraica e judaica e dos valores culturais e espirituais judaicos; a protecção dos direitos dos judeus onde quer que seja³⁸⁷. No entanto o principal objectivo do sionismo é sem dúvida a aliya, a emigração dos judeus com destino a Israel. Neste contexto o movimento sionista sofreu um rol de

³⁸⁵ Rogério Antunes, *Os fundamentalismos religiosos*. CIARI, [Consultado em 02MAI10]. Disponível em: http://www.ciari.org/investigacao/fundamentalismos_religiosos.htm

³⁸⁶ Bíblia Sagrada, 16ª Edição. Difusora Bíblica, Lisboa, 1992, pag 34.

³⁸⁷ Rogério Antunes, *idem*.

contrariedades sendo condenado pela forma racista e discriminatória face às minorias árabes. A sua filosofia foi classificada pela Assembleia da ONU através da Resolução 3379, de 10 de Novembro de 1975, como semelhante ao apartheid. Pese embora essa mesma resolução tenha sido posteriormente revogada, em Dezembro de 1991, através da Resolução 4686, é constantemente referenciada nas questões que decorrem das acusações efectuadas ao sionismo como um movimento racista.³⁸⁸ De realçar que a Resolução 3379 foi revogada num período em que era visível o agravamento dos conflitos entre judeus e os palestinianos no campo social e étnico.

Os objectivos fixados no XXVII Congresso da Organização Sionista seriam responsáveis por fomentar uma política pan-semita, tendo como base questões religiosas que se transformaram num plano de essências políticas. O processo de transição exigia a intervenção dos judeus mais conservadores ou ortodoxos, os que se encaram a si próprios pelos verdadeiros judeus sendo inteiramente fiéis³⁸⁹ à Torah. Estes sectores do Judaísmo identificam os preceitos da Torah como divinos ao que estabelecem serem portadores de toda a autoridade. Em suma constituem os desígnios de Deus.³⁹⁰

A ortodoxia judaica reconhece que actualmente é fundamental desencadear um ajustamento ao Mundo moderno sem que tal colida com a união entre judeus e apreço pela tradição de acordo com os ensinamentos da Torah. Embora o afincamento dos mais ortodoxos demonstrado no seio da religião, são eles os responsáveis pelo maior risco no integrismo face à conduta levada a cabo de uma forma bastante férrea. Neste âmbito o Judaísmo Ortodoxo apresenta uma série de precisões aos seus crentes sendo o ramo do Judaísmo o mais exigente. Por seu turno, são os grupos ultra-ortodoxos, de cariz radical, os que constituem o maior dos obstáculos a uma política ministerial de conciliação com o povo palestiniano. Sendo uma minoria da população em Israel, os partidos ortodoxos e ultra-ortodoxos, detêm um poder excessivo ao qual os governos de Israel efectuaram concessões, designadamente, nos processos negociais com a ANP e nos processos levados a cabo nos territórios ocupados no tocante à formação de colonatos.³⁹¹

³⁸⁸ Racismo, [Consultado em 18OUT09], Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Racismo>, (s/d).

³⁸⁹ Implica que a vida de um judeu ortodoxo seja orientada pelos mandamentos da Lei, onde os crentes deverão obedecer às propostas e seus rituais.

³⁹⁰ Rogério Antunes, *Os fundamentalismos religiosos*. CIARI, [Consultado em 02MAI10]. Disponível em: http://www.ciari.org/investigacao/fundamentalismos_religiosos.htm

³⁹¹ Racismo, ibidem.

5.2.3. Fundamentalismo Islâmico

Se bem que o fundamentalismo islâmico se manifestou de uma forma visível após a IIGM foi, conforme descrito, depois do colapso da Cortina de Ferro que se exteriorizou de forma mais evidente. A influência Ocidental sentida pelos muçulmanos nas suas sociedades implicando a modernização das mesmas e a consequente motivação dos jovens à emigração, com destino aos países ocidentais, comprometendo o seio familiar das famílias tradicionais foram as razões maiores do fundamentalismo.

O termo, como referido, tem origens ocidentais e em boa verdade o vocábulo fundamental não existe para os árabes. Por tal razão, alguns autores referem que qualificar um muçulmano de fundamentalista é por eles considerado uma enorme ofensa. Convencionou-se então, e somente por razões de ordem prática, designar os extremistas islâmicos por fundamentalistas.

Antes de prosseguir, e de forma a melhor compreender o integrismo islâmico, será interessante referir o que caracteriza a religião muçulmana.

5.2.3.1. Islão

Religião monoteísta surgida, no séc. VII, na península Arábica, baseada nos ensinamentos do profeta Maomé³⁹². O dogma islâmico defende que, tanto, cristãos como judeus destorceram as revelações efectuadas por Deus aos seus profetas, dos quais se destacam Abraão³⁹³, Moisés ou mesmo Jesus, ao modificarem o texto e atribuindo-lhe uma interpretação errada.

Contrariamente ao que se pensava, os muçulmanos adoram Alá (Deus) e não Maomé. Maomé foi o profeta que restaurou a fé monoteísta, que tinha sido alterada pelos profetas. Para o mundo muçulmano, o Islão surgiu desde a criação do Homem, tendo sido Adão o primeiro profeta e Maomé o último. A simplicidade é o adjectivo que melhor qualifica a mensagem transmitida pelo Islão, cujo necessário para obtenção da salvação é acreditar num único Deus, rezar 5 vezes por dia, praticar o jejum anual no mês do Ramadão, efectuar o pagamento das dádivas rituais que se traduzem basicamente em dar a Zakat, no mínimo 2,5% dos seus rendimentos aos necessitados, e, se possível, realizar uma peregrinação a Meca, o local mais sagrado da religião islâmica. Estes princípios são considerados os cinco Pilares do Islão. Por sua vez, o Islão, aos olhos dos seus seguidores, é um modo de vida que engloba as instruções que

³⁹² Segundo a religião islâmica Maomé foi o último profeta.

³⁹³ Personagem bíblica referida no livro do Génesis de cujo se desenvolveram 3 das maiores vertentes religiosas da humanidade.

caracterizam os aspectos da actividade humana, sejam eles os sociais, políticos, financeiros, militares, legais ou interpessoais.³⁹⁴

A escritura sagrada é o Alcorão, correspondendo à transmissão literal da palavra de Alá revelada pelo anjo Gabriel ao profeta Maomé. Existe uma outra fonte religiosa, a Suna, que compila os dizeres e feitos do profeta Maomé. Como referido o Islamismo possui origens comuns ao cristianismo e Judaísmo, por isso o Alcorão possui muitos acontecimentos, também, referidos na Bíblia e na Torah, apesar de muitos deles serem reproduzidos de forma diferente.

O Alcorão, definido como o livro guia, foi escrito por jovens letrados seguidores de Maomé à medida que este recebia as revelações do anjo Gabriel. Após a morte do profeta, no ano de 632, iniciou-se o processo de recolha dos vários extractos que se encontravam disseminados pelos seus seguidores. Apesar da inexactidão pensa-se que foi sob as direcções dos primeiros 2 califas, Abu Bakr e Omar, que se efectuou a primeira compilação do livro sagrado da religião muçulmana.³⁹⁵

O califado, ou seja a sucessão, foi estabelecido após a morte de Maomé. Não havendo sucessor nomeado os crentes convocaram a Assembleia, reunindo um representante de todos os clãs e tribos, com o objectivo de eleger o descendente. O primeiro eleito foi Abu Bakr em larga medida motivado pelo apoio prestado por Omar. Comerciante rico e honrado, Abu Bakr, foi um dos primeiros a acreditar em Maomé tornando-se, posteriormente, seu companheiro. Segundo alguns estudiosos e crentes foi, ainda, o primeiro homem convertido à religião. Mantivera-se à frente do califado apenas 2 anos passando o testemunho, após ter nomeado no leito da morte, Omar. Após a morte de Otman³⁹⁶, o 3^a califa, morto por uma multidão que cercou a sua casa, gerou-se um período conturbado pela sucessão do califado. Sucedeu-lhe Ali que tinha sido adoptado e educado por Maomé, acompanhando-o durante 30 anos. Contudo, esta sucessão foi de difícil eleição tendo sido efectuada após a Batalha de Siffin, que opôs as forças de Ali e MuaWiya, da qual nenhuma das partes saíra vencedora. A proposta de Muawiya sobre uma decisão e aceite por Ali viria a dar a nomeação a este. Alguns dos apoiantes de Ali defendiam que o mesmo teria agido erradamente ao aceitar a decisão e retiraram-se originando a primeira cisão no Islão.³⁹⁷

³⁹⁴ Agostinho Cunha, *Conhecer o Islão*. Cadernos do IDN, II Série, nº3, Julho de 2009, pag 5-6.

³⁹⁵ Idem, ibidem, pag 3.

³⁹⁶ Segundo a tradição islâmica foi assassinado enquanto lia o Alcorão.

³⁹⁷ Agostinho Cunha, *Conhecer o Islão*. Cadernos do IDN, II Série, nº3, Julho de 2009, pag 9.

Os fiéis a Ali e as suas pretensões à sucessão do califado dariam origem aos xiitas, ou seja defendiam que a única forma de liderança legítima provinha da linhagem de Maomé. Por sua vez os Kharijitas que apoiavam, inicialmente, a posição dos xiitas da qual a sucessão de Maomé pertencia a Ali, único sucessor legítimo, ficaram decepcionados quando Ali não declarou guerra a Abu Bakr aquando da sua nomeação. Ali viria mesmo a ser assassinado com uma espada envenenada pelos Kharijitas. Os xiitas e kharijitas são, também, conhecidos por dissidentes. O 3º Grupo formado e motivado pela guerra civil que se ressentiu do poder do 3º califa e dos seus governantes seriam os Sunitas, os seguidores da Suna (prática) do profeta Maomé, conforme descrito na Sahaba³⁹⁸. O grupo Sunita tornou-se no maior do Islão e acredita que a comunidade islâmica se manterá unida.³⁹⁹

5.2.4. Ramos do Islamismo

Os cinco pilares do Islão complementados pelas tradições do Profeta Maomé originam que a Sharia se alicerce no Corão e que o Estado Islâmico seja o responsável por punir as ofensas privadas à lei islâmica, devendo actuar no sentido de disciplinar as actividades individuais do seu povo. Porém, verifica-se que existe uma ausência de definição entre a sociedade civil e o Estado permitindo esta constituir-se na primeira condição que auxilie a explicação de uma ideologia fundamentalista.

Os Sunitas de acordo com o seu tradicionalismo, com a sua doutrina panteísta e maior transigência que os xiitas são os seguidores da ortodoxia. Dividem-se em diferentes movimentos e encontram-se disseminados desde Marrocos à Indonésia.

Os xiitas conjuntamente com os Kharijitas da Tunísia e Argélia, que processam o ultra-rigirismo corânico, formam apenas dez por cento dos muçulmanos. De igual modo, também os xiitas se congregam em diferentes correntes de vários países. No entanto é no Irão que se apresentam de uma forma mais proeminente. Seguidores do Califa Ali, o qual qualificam como verdadeiro sucessor de Maomé, atribuem grande destaque à autoridade dos Imãs. Estes detendo a interpretação exclusiva da lei e também da tradição islâmica, bem como o dom de não errar em matérias de costumes e fé, assim como, se encontrarem isentos do pecado constituem-se num dos elementos mais expressivos no incremento do fundamentalismo islâmico. De forma consequente os

³⁹⁸ O termo refere-se aos companheiros de Maomé. Cada companheiro é considerado como uma pessoa de grande estatura espiritual e moral devido ao facto de ter privado directa ou indirectamente com Maomé.

³⁹⁹ Agostinho Cunha, *Conhecer o Islão*. Cadernos do IDN, II Série, nº3, Julho de 2009, pag 13.

crentes são obrigados a submeterem-se a eles.

Entre os diferentes ramos o próprio conceito de Jihad adquire uma interpretação diferenciada. Enquanto para os Sunitas significa o exercício individual de cada muçulmano na progressão de Deus, para os xiitas representa a guerra santa contra os infiéis, o qual difunde a mensagem islâmica por intermédio das armas. Previsivelmente, esta condição é a mais temida do fundamentalismo islâmico, sendo bastante valorizado na ideologia política e religiosa do mundo muçulmano. Apesar dos ramos do Islamismo e diversas correntes, suas derivadas, existem características comuns aos muçulmanos: o Totalitarismo, no qual o Islamismo impõe todos os aspectos da vida social, quer pública ou privada; o Literalismo da Sharia, onde os preceitos de acordo com o Corão devem ser aplicados *ipsis verbis*, nomeadamente os comportamentos que se evidenciam exteriormente, tais como a ingestão de carne de porco e álcool, a pornografia ou a prática de jogos de azar; a Coerção e Repressões Sistemáticas, que são realizadas por intermédio de uma política de terror, sustentadas em ameaças físicas, afastamentos das impurezas interiores através de purgantes e penas excessivas. As categorias ideológicas islâmicas poderão ser: a Gradualista-pragmática⁴⁰⁰; a Revolucionária Sunita⁴⁰¹; a Revolucionária Xiita⁴⁰²; e a Messiânica-puritana^{403 404}.

5.2.4.1. As causas do Fundamentalismo Islâmico

Ao abordar-se este ponto concluiu-se que existem vários factores, que directa ou indirectamente, se encontram associados a esta manifestação. Desde logo, ressalta o final da Guerra Fria, o qual terá permitido que o fundamentalismo se expressasse de uma outra forma. Facto é que o colapso da União Soviética atingiu muitos dos regimes muçulmanos derivado a ser um dos seus principais aliados políticos e financeiros. Também, em igual período, a Guerra do Golfo desencadearia um forte estímulo à Guerra Santa e ao próprio nacionalismo árabe tendo-se verificado um apoio ao Iraque

⁴⁰⁰ Embora com orientação activista desejam operar de acordo com a legalidade, salvaguardo as políticas para a execução da Sharia pelos Estados declarando a intenção de moldar os seus projectos e ideias à actualidade das sociedades islâmicas.

⁴⁰¹ É considerado um misto entre a vertente de Khomeini e as transmissões académicas Sunitas, as quais se contrapõem à assembleia da Irmandade Muçulmana egípcia, mas que por seu turno tem um forte enraizamento nos movimentos fundamentalistas Palestino e Argelino.

⁴⁰² O exemplo mais característico desta corrente é a República Islâmica do Irão, onde recorre à Jihad como forma de estabelecimento de uma ordem islâmica mundial e defende a concepção de Khomeini como guardião de jurisprudência.

⁴⁰³ Defende que o modo de vida seja exemplar de acordo com o Profeta negando toda e qualquer tentativa de inovação e adaptação às sociedades modernas. Os Wahabitas, da Arábia Saudita, são os maiores estimuladores desta categoria.

⁴⁰⁴ Rogério Antunes, *Os fundamentalismos religiosos*. CIARI, [Consultado em 02MAI10]. Disponível em: http://www.ciari.org/investigacao/fundamentalismos_religiosos.htm

no qual resultou num espírito de união entre o mundo árabe. A interpretação fundamentalista muçulmana ao considerar que a guerra era um conflito entre o Ocidente e o Islão diminuiu ou extinguiu por completo os antagonismos no seio muçulmano.⁴⁰⁵

Antecedente a estes momentos da História, a revolução iraniana, em 1979, iria catapultar na formação da República Islâmica do Irão. O apoio do Ocidente também se comprovou essencial. O auxílio prestado quer pelos EUA, quer por Israel, na Guerra do Afeganistão, serviria para que bin Laden - o “guerreiro da liberdade” - alcinha pela qual era conhecido, aproveitasse posteriormente o financiamento, armamento e formação militar. Tendo inicialmente servido para fortalecer as forças que lutavam contra o exército vermelho, foram aproveitados para consolidar a organização terrorista internacional que teria como objectivo levar a fé muçulmana aos Estados laicos e consequentemente converte-los em Estados islâmicos. Pese embora o apoio financeiro da própria família de bin Laden e também do Ocidente, a Jihad Islâmica manteve-se face aos lucros da venda de petróleo e ao tráfico de droga (fundamentalmente formado pelo “triângulo de ouro” - Paquistão, Afeganistão e Índia).⁴⁰⁶

A presença de uma crise de identidade no seio árabe e a ausência eficaz de uma liderança regional a par da desconfiança presente nos modelos políticos, decorrente da falta de soluções internas, contribuíram para o desprestígio a nível internacional. Paralelamente o sentimento de humilhação envolveu a comunidade islâmica justificada pela sujeição do poderio militar, económico e social das grandes potências ocidentais. Muitos dos jovens terão partido com destino a essas nações, o que terá fragmentado o seio familiar, considerado como valor de grande importância no mundo muçulmano. Tal razão reflectiria uma postura etnocêntrica, vincadamente xenófoba. No entretanto a forte inclinação ao pan-arabismo, motivada por Abdul Nasser, os subsequentes casos verificados no Irão, Argélia ou Turquia, designadamente nas reacções verificadas ao laicismo e ao reformismo, ou mesmo a oposição simultânea ao colonialismo, neo-colonialismo ou socialismo marxista-leninista acabariam por engrossar as razões do fundamentalismo islâmico.

⁴⁰⁵ Eodem loci.

⁴⁰⁶ Conforme referido pelo GEN Loureiro dos Santos, em 12 de Julho de 2010, aquando da nossa entrevista.

5.3. O Conflito Religioso

Defensores de ambos os lados do conflito, preferem não admitir que a religião se encontra como pano de fundo do conflito israelo-árabe. Ambos preferem apresentar outras razões, a fim de manter o seu Deus longe do conflito.

É importante lembrar que no Judaísmo existe uma complexa autoridade. Este facto fornece bases para grupos muito diversificados e atitudes dentro da tradição religiosa judaica. No entanto, no início do séc. XX os sionistas eram judeus predominantemente seculares, no qual os judeus ortodoxos parecem resistir à ideia de uma pátria judaica, sem a prestação da lei judaica, a Halachá⁴⁰⁷. Influenciados pelo espírito colonial secular, a possibilidade de outros locais para a pátria judaica foi alvo de discussão entre os grupos sionistas. Porém, após a declaração Balfour, os sionistas abandonaram as hipóteses de outros locais em prol da Palestina.

Não só os judeus seculares designaram o processo por reposicionamento na Palestina⁴⁰⁸. A cidade de Jerusalém conservou-se num lugar muito especial nos corações e nas mentes dos judeus ao longo dos vários séculos da diáspora judaica. No entanto, durante a primeira metade do séc. XX, a importância simbólica de Jerusalém aumentou, unificando esforços sionistas na aquisição de lugares sagrados de peregrinação judaica.

Segundo estudiosos as reivindicações nacionalistas de maioria muçulmana na Palestina são baseados em conceitos jurídico-religiosos designados *waqf*, traduzido como tutela. Entende-se que Alá confiou a Palestina ao povo muçulmano. O melhor exemplo são, talvez, as palavras do Sultão Abd al-Hamid na sua resposta à oferta de Theodor Herzl, aquando da sua intenção em comprar a Palestina por vinte milhões de liras, afirmando não ser sua pertença, mas sim do seu povo, tendo sido adquirido pelo Império Otomano com o seu próprio sangue⁴⁰⁹.

No entanto, os movimentos nacionalistas palestinianos foram na sua generalidade seculares. Na verdade, as organizações radicais islâmicas, como o Hamas e a Jihad Islâmica, foram reflexos da disseminação do activismo político islâmico e do crescente papel da mobilização religiosa no nacionalismo judaico de 1980. Pode-se

⁴⁰⁷ Nome do conjunto de leis da religião judaica, incluindo as leis da Torah e os mandamentos rabínicos posteriores relacionados aos costumes e tradições, servindo como guia do modo de viver judaico.

⁴⁰⁸ Por exemplo, o rabino Abraham Isaac Kook, um dos primeiros pensadores religiosos a defender o activismo político para a Palestina sob a forma de reposicionamento.

⁴⁰⁹ Azoulay, *Religion in the Palestine-Israel conflict since 1967*, [Consultado em 14MAR10], Disponível em: <http://evolve.wordpress.com/2008/11/25/religion-in-the-palestine-israel-conflict-since-1967/>, 2008.

constatar, que anterior a 1967, a identificação religiosa e do simbolismo não era tão central para os movimentos nacionalistas principais em ambos os lados.

A Guerra dos Seis Dias motivou o início de um novo tipo de conflito. A conquista de novos territórios e a ocupação de Jerusalém Oriental por parte israelita e o controlo dos locais sagrados para as três religiões monoteístas teve consequências de longo alcance. Primeiro, com a ocupação de Gaza e da Cisjordânia mais de um milhão de palestinianos ficaram sob controlo israelita. Segundo e de acordo com o prisma muçulmano, a perda da soberania sobre os locais sagrados, através da ocupação de Jerusalém por Israel, parece ter transformado um conflito regional e político sobre o território, numa guerra religiosa. A identidade religiosa adquiriu repentinamente um valor cada vez mais simbólico.

Não surpreende, assim, que a Guerra do Yom Kippur tivesse sido lançada num dos dias mais importantes para o Judaísmo. A implementação dos colonatos judaicos em torno das cidades palestinianas, é outro exemplo de como a religião foi usada para legitimar a ocupação, na forma de noção fortemente ideológica de expandir as fronteiras de acordo com Israel bíblico. De frisar que à medida que a ocupação de terras palestinianas continuava, mais o paradoxo, entre um Estado judeu e democrático, se tornava aparente. No entanto o inverso não é aceite por Israel.

Ao reconhecer a ameaça árabe, Israel não autoriza a plena cidadania aos palestinianos, com o risco de a médio prazo o Estado ter uma maioria árabe, deixando de ser judeu nos seus traços, carácter, ética e legislação. Yitzhak Rabin ao reconhecer a causa palestiniana, muitos radicais e militantes judeus passaram a encará-lo como um traidor da causa de Israel bíblico. Facto que levaria Yigal Amir, um militante de extrema-direita que se opunha às negociações com os palestinianos, a assassiná-lo quando participava num comício pela paz na Praça dos Reis (actualmente Praça Yitzhak Rabin) em Tel Aviv.

O fenómeno do Judaísmo militante como o Gush Emunim combina a "Ortodoxia e o sionismo". Este grupo de direita religiosa, esforça-se por expandir o Estado judaico, promovendo o alargamento dos colonatos judaicos em território palestiniano e impedir os direitos aos não-judeus a existir num Estado soberano. Na parte palestiniana tem existido uma radicalização desde a primeira Intifada em 1987. Desde então, a religião tornou-se cada vez mais importante. Movimentos islâmicos, como a Jihad Islâmica ou do Hamas têm promovido a noção "*da Palestina como um Estado islâmico, no qual os*

judeus seriam uma minoria tolerada". O Hamas usa uma retórica anti-judaica distinta, conforme descrito num folheto publicado em 1988: os judeus são "*irmãos dos macacos, os assassinos dos profetas, sanguessugas, belicistas [e] só o Islão pode acabar com os judeus e destruir os seus sonhos*"⁴¹⁰. Mas a característica fundamental da ideologia do Hamas é o conceito de "Shahid" ou "mártir", usada para justificar ataques suicidas contra civis judeus, envolvendo o conceito de "jihad".

Hassan Butt, ex-recrutador terrorista, reconhece muito bem o papel da religião no terrorismo, bem como o alcance global dessa visão religiosa. Enquanto membro de um grupo terrorista, recorda-se de rir, sempre que os noticiários da TV identificavam que a única causa de actos de terror islâmico, tais como o 11 de Setembro ou os atentados de Madrid, era a política externa ocidental. Para Hassan Butt, a motivação real do terrorismo é uma visão utópica religiosa, onde a teologia islâmica é o verdadeiro motor da violência. Justifica, ainda, que os actos terroristas praticados foram baseados na crença de uma luta pela formação de um Estado revolucionário que acabaria por trazer justiça ao mundo islâmico. Esta ideia é ampliada e difundida onde a teologia islâmica não reconhece qualquer distinção entre autoridade religiosa e política. O Islão radical aplica este princípio de uma forma extrema e inflexível. Neste sentido o Islão que acaba por declarar guerra à incredulidade acaba por ampliar a guerra a todo o mundo Ocidental. Muitos dos terroristas ao receberem os seus ensinamentos alimentam o preceito de que o globo é uma terra de Guerra (Dar ul-Harb), onde vale tudo, inclusive a traição e o ataque de civis⁴¹¹.

O reconhecimento da influência do Islão é a chave para a compreensão do conflito israelo-palestiniano. A questão real não se encontra entre os extremistas vs moderados, mas no Islão radical contra o secularismo. Veja-se que a Fatah é uma organização secular, cujo oponente, o Hamas, acredita num império universal islâmico, que não negocia com outras soberanias⁴¹². Não há espaço para compromisso ou um acordo das diferenças. A visão religiosa é absoluta. A situação não só irá piorar como progredirá para um cataclismo.

⁴¹⁰ Azoulay, *Religion in the Palestine-Israel conflict since 1967*, [Consultado em 14MAR10], Disponível em: <http://evolve.wordpress.com/2008/11/25/religion-in-the-palestine-israel-conflict-since-1967/>, 2008.

⁴¹¹ Carlos, *The Influence of Religion on the Israeli-Palestinian Conflict*, [Consultado em 14MAR10], Disponível em: <http://www.peacewithrealism.org/headline/rword.htm>, 2007.

⁴¹² Conforme referido pela Jornalista Márcia Rodrigues, em 27 de Julho de 2010, aquando da nossa entrevista.

A influência dessa visão religiosa é crescente tal como a catequização das crianças palestinas⁴¹³. Um recente relatório sobre livros didáticos palestinos revela uma tendência alarmante. O movimento nacionalista foi predominante, tendo assumido o carácter de uma luta violenta pela causa de Alá e da fé. Uma série de 12 livros didáticos de ensino religioso apelam à luta contra Israel “*ribat* para Alá.”⁴¹⁴ A *Ribat* para Alá é uma das acções relacionadas com a Jihad cujo significado da permanência neste território reforça a luta dos muçulmanos contra os seus inimigos. Este livro também cita um hadith⁴¹⁵ o que implica que a guerra contra Israel é parte de uma Jihad *global*.

A promoção da guerra como um dever sagrado não está confinado aos livros de instrução islâmica. A doutrinação na Jihad pode ser encontrada em qualquer parte do currículo, mesmo em exercícios de gramática, como o exemplo deste texto sobre gramática árabe: *"Os fiéis que se sentam em casa, excepto aqueles que são deficientes, não são de igualdade com aqueles que se esforçam e lutam pela causa de Deus, com suas riquezas e suas vidas."* (Alcorão 4:95) Relativamente aos livros de geografia, nenhum deles apresenta Israel nos mapas do Médio Oriente. Trata-se de toda a Palestina. Finalmente, esta história tem um toque irónico. O Ministério da Educação de Israel aprovou um livro didático para uso nas escolas árabes de Israel que designa Israel como Nakba, ou seja a "catástrofe" para os palestinos. Um dos textos afirma que *"alguns dos palestinos fugiram e outros foram expulsos após a Guerra de Independência"* e que *"muitas terras, de propriedade árabe, foram confiscadas"*. Yuli Tamir, Ministra da Educação e membro do Partido Trabalhista, defendeu o livro, afirmando que *"ao público árabe é permitido expressar os seus sentimentos"*. A crítica foi elevada face ao ensino das crianças israelitas árabes, cujas crenças em Israel ser uma catástrofe, mas a diferença de abordagem entre as duas sociedades não poderia ser mais clara. Dalia Fenig, uma funcionária do Ministério da Educação, explicou: *"Pedagogicamente, não é direito esconder factos e ignorar as sensibilidades árabes, se queremos viver juntos e construir algo em comum"*. Equivocado ou não, o Ministério da Educação de Israel tenta preparar os futuros líderes da sociedade para viver juntos. O

⁴¹³ Conforme referido pelo entrevistado nº7 em 24 de Junho de 2010.

⁴¹⁴ *Ribat* provém de verbo que significa "firme" e originalmente significava "fortaleza", mais especificamente, um lugar onde convergem os guerreiros *jihad* para repelir o inimigo.

⁴¹⁵ Tradição, tendo por base ditos do Profeta Maomé alicerçados em fontes credíveis.

sistema palestino, por outro lado, está a preparar os seus filhos para a guerra santa⁴¹⁶. Por sua vez, também a Torah contempla a morte dos palestinos até ao alcance dos seus objectivos⁴¹⁷.

Contudo, o Radicalismo de ambos os povos não é a única influência religiosa que afecta a região. A própria influência Bush é também um exemplo. Veja-se a intenção de George W. Bush em levar a democracia ao povo iraquiano, após a conclusão que não existiam Armas de Destruição Massiva, afirmando: *“É mais uma perspectiva teológica. Acredito que há um Todo-Poderoso, e acredito que um dom de todos é a liberdade.”* Mas será que se pode equacionar este racional? Da mesma forma que não se deveria aceitar a imposição do modo de vida Ocidental no mundo muçulmano não é concebível impor a vontade do Islão sobre o Ocidente.

Não se pode deixar essa discussão sem mencionar as visões religiosas que motivam muitos judeus, especificamente o sonho de restabelecer as fronteiras bíblicas de Israel. Esta ideia teve o seu efeito mais destrutivo durante as administrações dos primeiros-ministros israelitas Menahem Begin e Yitzhak Shamir, quando existia apenas eventualmente oportunidades de transferência de Gaza para o Egipto e a Cisjordânia para a Jordânia. A situação alterou-se em Israel desde então. A maioria dos israelitas percebe, agora, o quão irrealista é a inspirada visão bíblica e o bom grado que seria trocar terras pela paz, tendo Israel já dado alguns passos dolorosos nesse sentido.

O acima exposto, não obstante, de longe a mais poderosa e mortal influência religiosa na região é o Islão radical. Embora a visão bíblica judaica tenha diminuído, o Islão radical continua a ganhar força e a aumentar as suas proporções. Através do Islão radical, palestinos tornaram-se vinculados a um movimento maior, de âmbito mundial, que se opõe não só a Israel, mas à civilização ocidental. Num dos livros palestino é descrita a relação entre o mundo muçulmano e o Ocidente como um "Choque de Civilizações", sendo as crianças palestinas ensinadas que a luta sagrada não é só com Israel, mas com o mundo descrente.

Incluir a variável religiosa na equação política é crucial, porque sem ela não será possível entender a grande complexidade em torno do conflito. Infrutíferos boicotes contra Israel não fazem nada para aumentar as hipóteses para a paz, de facto somente

⁴¹⁶ Carlos, *ibidem*.

⁴¹⁷ Conforme referido pelo Sheik Zabir, em 26 de Fevereiro de 2011, aquando da nossa entrevista.

forçam Israel a uma política mais rígida. Por seu turno, o Hamas não pode negociar devido à sua missão sagrada.

Caso existisse o reconhecimento do Estado de Israel o mesmo seria encarado como uma traição na missão do Hamas e uma ofensa contra Alá. Da mesma forma sem o reconhecimento da religião no papel do conflito, será impensável compreender o terrorismo, especialmente os atentados suicidas. Tenta-se utilizar os valores ocidentais modernos para compreender os actos terroristas, e chegar à conclusão errónea de que um bombista suicida deve ser um pobre coitado e que vive desesperadamente. Contudo, e como comprovado, os atacantes do 11 de Setembro, tal como muitos outros terroristas, gozavam de uma considerável situação económica e social e não se encontravam em qualquer situação de desespero.

Por tais razões e de forma a se entender os ataques suicidas deve-se estudar a sociologia das religiões. Também o Ocidente secularizado tende a subestimar o poder da religião na relação com a morte, afastando qualquer hipótese de ser aceite e considerando inconcebíveis os casos alegadamente justificados como desejáveis. No entanto e de acordo com a religião, a apologia do martírio não é nova nem notável.

A própria religião cristã também premiava o martírio, onde os primeiros mártires cristãos desejavam morrer tal como Jesus. De forma semelhante, os cruzados desejavam a morte no campo de batalha e acreditam que morrer pela sua fé permitir-lhes-ia ser enviados directamente para o céu. Mais recentemente, os pilotos japoneses kamikaze⁴¹⁸ iniciavam o ritual com uma cerimónia religiosa enraizada na religião xintoísta. É claro, que nem todos os pilotos kamikaze eram fanáticos religiosos. Alguns, provavelmente, foram coagidos, ou influenciados pelos seus semelhantes, tal como os terroristas suicidas palestinianos são actualmente.

5.4. Guerras Civilizacionais

Para Samuel Huntington, a Guerra do Golfo foi considerada uma guerra entre civilizações, onde o Ocidente interveio sobre um conflito muçulmano. De um lado os ocidentais, que na sua maioria aprovavam a intervenção militar, por outro os muçulmanos, em todo o Mundo, encaravam o conflito como se de uma guerra contra eles se tratasse. Estes uniram esforços para se oporem, pois era um claro exemplo do

⁴¹⁸ Significa "vento divino".

perfeito imperialismo ocidental⁴¹⁹. Apesar de inicialmente governos árabes e muçulmanos se dividirem quanto à guerra, motivado pelo facto de Saddam Hussein ter violado a santidade das fronteiras⁴²⁰, a verdade é que inverteram a sua posição, apesar das constantes afirmações no mundo Árabe, prevalecendo “*O que o Saddam fez está errado*”, conforme referia um professor palestino⁴²¹. Contudo, considerava-se que o Ocidente esteve, ainda, mais errado ao intervir. Logo Saddam estaria certo ao lutar contra o Ocidente e por isso os muçulmanos deveriam unir-se e lutar contra ele.

Pouco tempo depois renasceu um espírito de união, levantando-se vozes em todo o mundo árabe. De Meca e sob a voz do deão da Faculdade Islâmica, Safar al-Hawali, afirmava-se que a guerra “*não era do Mundo contra o Iraque, mas sim do Ocidente contra o Islão*”⁴²², mensagem emitida em gravação áudio e que circulou na Arábia Saudita. De forma muito semelhante, da Jordânia, o rei Hussein declarava que “*era uma guerra contra todos os árabes e todos os muçulmanos e não apenas contra o Iraque*”. Os três governos magrebins (Tunísia, Marrocos e Argélia) que tinham votado na liga árabe a condenação do Iraque alteravam a sua posição posicionando-se a favor de uma nação contra a intervenção americana. Alteração essa que seria fundamentada face à união de sentimentos dos seus povos a favor de um apoio aos “seus irmãos”.

Simultaneamente a interpretação árabe sobre as observações tecidas pelo Presidente Bush, invocando frequentemente a Deus a favor dos EUA reforçaram uma percepção de “uma guerra religiosa”. Face a tais acontecimentos seria, então, necessário a mobilização de uma jihad em jeito de resposta. A interpretação dos muçulmanos face a considerarem a guerra - um conflito entre o Ocidente e o Islão - diminuiu ou extinguiu por completo os antagonismos no seio muçulmano. As velhas picardias entre muçulmanos “*reduziam-se a pó*” ficando totalmente esquecidas. Era agora importante a união. Fundamentalistas, nacionalistas e secularistas árabes uniam-se. Do Irão apelava-se à Jihad contra o Ocidente⁴²³.

O facto é que um inimigo externo reduziu por completo a conflitualidade interna. “*O governo iraniano esqueceu as medidas contra o antigo inimigo e à guerra*

⁴¹⁹ Da mesma forma que a comunidade muçulmana uniu esforços contra o Ocidente, aquando da invasão dos EUA ao Koweit.

⁴²⁰ A liga Árabe votou a condenação dessa acção por larga maioria (14 a favor, 2 contra e 5 abstiveram-se ou não votaram).

⁴²¹ Samuel Huntington, *O Choque das Civilizações e a Mudança na ordem Mundial*, Gradiva, Lisboa, 1999, pag 292.

⁴²² Idem, ibidem, pag 293.

⁴²³ Idem, ibidem, pag 294.

seguuiu-se uma melhoria gradual entre os dois regimes”⁴²⁴. A guerra do Golfo que começara entre o Iraque e o Koweit transformava-se numa guerra entre o Iraque e o Ocidente, que por sua vez evoluiu para o Islão e o Ocidente e, finalmente, acabou por ser encarado por muitos não ocidentais como se de uma guerra do Oriente contra o Ocidente se tratasse⁴²⁵.

O Ocidente tinha uma vez mais vencido. O fim da guerra conduziu a um conjunto diverso de sentimentos, dos quais a humilhação, a decepção, o desalento e o rancor. Em Londres e Nova Iorque comemorava-se e efectuavam-se desfiles de vitória. O novo “Saladino” fora impotente perante o imenso poder ocidental, apesar da união de esforços e das altas expectativas dos árabes. Como refere Huntington, a guerra do Golfo constitui-se na primeira guerra após a Guerra Fria. Tratou-se de um conflito sobre os recursos que consistia apurar quem seria o controlador das maiores reservas petrolíferas mundiais⁴²⁶.

*“As guerras entre clãs, grupos étnicos, comunidades religiosas e nações têm sido prevaletentes em todas as épocas e civilizações porque têm as suas raízes nas identidades dos povos.”*⁴²⁷ Os conflitos em questão traduzem particularismos específicos e como tal, não englobam questões ideológicas ou políticas mais amplas. Normalmente são mais sangrentas e rancorosas encontrando-se em questão matérias de identidade. Tendem, também, a ser bastante mais demorados, podendo ser interrompidos por tréguas ou acordos. Porém, quando estabelecidos são, frequentemente, subscritos por todas as partes em conflito. Contudo, tendem a não perdurar, servindo apenas para uma das partes ganhar fôlego e contra-atacar de forma a obter o efeito de surpresa e assim alcançar vantagem.⁴²⁸

Os conflitos civilizacionais são, por vezes, travados pelo controlo da população. No entanto, e na sua maioria, tratam-se de conflitos pela conquista do território. O objectivo consiste, pelo menos, num dos intervenientes conquistar o território e expulsar a população, mesmo que o processo implique a “limpeza étnica”⁴²⁹. São conflitos que normalmente evoluem para uma escalada de violência ou passam a conflitos de baixa intensidade para, subitamente, se inflamarem do nada. O ódio comunitário da identidade

⁴²⁴ Eodem loci.

⁴²⁵ Idem, ibidem, pag 295.

⁴²⁶ Idem, ibidem, pag 296.

⁴²⁷ Eodem loci.

⁴²⁸ Idem, ibidem, pag 297.

⁴²⁹ Expulsão e assassinato da população de determinado território.

raramente são extintos, salvo pelo genocídio. Face ao seu carácter “eterno” têm tendência para produzir um elevado número de refugiados e, também, de mortes.⁴³⁰

As duas grandes diferenças entre as guerras civilizacionais e as guerras convencionais é a religião e o número de intervenientes. Pois as guerras civilizacionais ocorrem na sua grande maioria entre os povos de religiões diferentes. A história tem mostrado que a religião é, possivelmente, a mais profunda diferença que poderá existir entre as pessoas. Enquanto as guerras convencionais tendem a ser particularistas, as civilizacionais, por sua vez, tendem a envolver outros participantes, onde por definição se opõem grupos pertencentes a entidades culturais mais vastas.

O conflito entre árabes e judeus, na Palestina, que remonta à formação da pátria Judaica, tem implicitamente raízes históricas, ou seja existiu no passado recurso à violência civilizacional intermitente entre grupos de civilizações diferentes. Persistem as reflexões memoriais no presente o que conduz, de uma forma geral, a receios e insegurança de ambas as partes. Assim, a questão inerente à actual violência praticada pelos grupos muçulmanos, simultaneamente, dentro e fora do Islão, assenta em seis causas possíveis de acordo com Samuel Huntington.

Três das quais justificam a violência inter-muçulmanos e as restantes, porém, e também, associadas às três primeiras explicam a violência extra e intra-muçulmanos. Das quais, três encontram-se relacionadas à propensão contemporânea para a violência, enquanto as restantes se associam a razões históricas. Relacionado com razões históricas, é facto que o Islão tem, desde a sua génese, uma forte presença de virtudes militares que glorificam a religião de Espada, como é considerada. *“O Islão tem origem entre as tribos nómadas beduínas hostis, estando esta origem violenta gravada na fundação do Islão. O próprio Maomé é recordado como um valente guerreiro e um comandante militar competente.”*⁴³¹ A própria doutrina do Islão impera à guerra contra os infiéis, e quando a expansão do Islão mitigou, os grupos muçulmanos, contrariando a doutrina, iniciaram a luta entre si. As razões de violência, das práticas muçulmanas e da doutrina estão ausentes nos textos muçulmanos fundamentais, entre eles o mais importante - o Corão. A Fitna, conflito interno, adquiriu, então, patamares bastante elevados quando comparados com a Jihad.

⁴³⁰ Eodem loci.

⁴³¹ Idem, ibidem, pag 310.

A segunda razão encontra-se em torno da expansão do Islão. Desde a sua origem, na Arábia, o Islão permitiu aos muçulmanos o contacto directo com os povos muito diferentes que foram conquistando e convertendo. Contudo, povos existem que resistiram às conquistas Otomanas. Um dos exemplos mais evidentes foi a resistência oferecida pelos camponeses dos Balcãs, originando a clivagem entre os sérvios ortodoxos e os bósnios muçulmanos. Determinante foi, também, o apoio verificado pelo Ocidente, no seu apogeu, a uma pátria Judaica no Médio Oriente criando a oposição israelo-árabe.

O Islão que assenta numa fé absolutista concilia a religião e a política traçando uma separação do Dar al-Islam e do Dar al-Harb⁴³². Conforme descrito por Huntington é a “inassimilabilidade” ou seja o problema de conviver com as minorias. Sobressai desta forma a razão pela qual a maioria dos cristãos ortodoxos e ocidentais, os budistas, os hindus e os confucionistas se conseguem adaptar e a conviverem com os outros. As características permanentes do Islão ao longo da história explicam a propensão muçulmana para o conflito, assentes no militarismo, inassimilabilidade e vizinhança próxima com os grupos não muçulmanos.

No decorrer do século XIX e XX a fraqueza militar e económica das sociedades muçulmanas face ao imperialismo ocidental estimulou a que os muçulmanos fossem considerados um alvo remunerador. Para Akbar Ahmed os palestinianos são “*índios peles-vermelhas, grupos deprimidos, privados de dignidade, encurralados nas reservas em que se transformaram as terras dos seus antepassados*”⁴³³.

Outro factor encontra-se patente na ausência de um estado-núcleo do Islão. Apesar de existirem Estados com fortes aspirações na direcção do Islão, como o Irão e a Arábia Saudita, a verdade é que nenhum se encontra numa posição que lhe permita actuar como autoridade representativa do Islão na resolução de conflitos que envolvem

⁴³² Termo árabe utilizado no Islão para se referir ao território no qual a religião islâmica é prevaiente tendo como significado “a terra do islão”. É o conjunto dos territórios onde os muçulmanos podem praticar a sua religião em liberdade, sem serem alvo de ataques inimigos. No fundo são os territórios controlados pelos muçulmanos, onde se aplica a lei islâmica (Sharia). Uma das três zonas em que os sábios islâmicos dividiram o mundo, segundo uma visão que remonta aos primórdios da expansão do islão a partir da Península Arábica, que contudo não se encontra no Alcorão. As outras duas zonas são Dar al-Muahadah (“terra de tratado”, ou seja, as terras que se estabeleceram acordos com a terra do islão) e Dar al-Harb (“terra de guerra”). Fonte: <http://pt.wikipedia.org>, consultado em 22 de Novembro de 2009.

⁴³³ Samuel Huntington, *O Choque das Civilizações e a Mudança na ordem Mundial*, Gradiva, Lisboa, 1999, pag 312.

muçulmanos. “O Islão é uma fonte de instabilidade no mundo porque lhe falta um centro dominante”⁴³⁴.

Outra fonte de grande instabilidade é a explosão demográfica verificada nas sociedades muçulmanas. Maioritariamente jovem e com elevada taxa de desemprego a faixa etária dos 15-30, essencialmente masculinos, torna-se numa clara fonte de violência no seio islâmico e contra os não muçulmanos.

“As guerras civilizacionais seguem um processo de intensificação, expansão, contenção, interrupção e, raramente, resolução.”⁴³⁵ Neste contexto é normalmente verificado que os líderes políticos apelam à “lealdade étnica e religiosa” surgindo “uma dinâmica de ódio”. Como normalmente os conflitos em questão são prolongados resulta o “síndrome de país irmão” alastrando-se a outros Estados. Os meios de comunicação social, como o correio electrónico e a televisão, encarregam-se de difundir o ódio. Os frequentes cessar-fogos e tréguas, armistícios não conseguem concretizar um processo de paz global que resolva as questões políticas centrais. A verdade é que estes tratados servem para ambas as partes recuperarem do desgaste, da destruição, que se reabastecerem para que quando uma delas visualize a oportunidade de alcançar clara vantagem a guerra recomece. É por isso necessário, mas não suficiente, a intervenção de terceiros, apesar de engrossarem o número de intervenientes e por vezes conduzir a um prolongamento do conflito, para colocar um ponto decisivo no conflito. Estas são importantes na medida em que são partes interessadas que se aliam com o objectivo de auxiliar os seus “irmãos” nas negociações de acordos e que simultaneamente tem a capacidade de influenciar os apoiados a aceitarem os mesmos.

“Todas as guerras devem ter um fim diz a sabedoria convencional”⁴³⁶, no entanto neste tipo de conflito onde o ódio impera e se transmite de gerações em gerações, e onde as memórias históricas das duas sociedades se encontram muito vivas, é difícil verificar-se a luz ao fundo do túnel. “Ao longo dos séculos, estes factores podem evoluir e o conflito subjacente desaparecer; ou o conflito pode desaparecer rápida e brutalmente se um grupo exterminar o outro. No entanto, se nada disto acontecer, o conflito continua a provocar períodos de violência recorrentes. As guerras civilizacionais são intermitentes; os conflitos civilizacionais são intermináveis”⁴³⁷.

⁴³⁴ Eodem loci.

⁴³⁵ Eodem loci.

⁴³⁶ Samuel Huntington, ibidem, pag 344.

⁴³⁷ Eodem loci.

5.5. Síntese Conclusiva

Um dos factores mais sensíveis no processo de paz israelo-palestiniano é sem qualquer dúvida a influência religiosa sobre o mesmo. A montante deste factor encontra-se o elevado simbolismo e valor depositado na cidade de Jerusalém para ambas as partes condicionando as possíveis conservações de Paz. No entanto, é necessário realçar que a influência religiosa catapultou em diferentes períodos para as duas facções. Para os judeus a Guerra dos Seis Dias foi determinante para que a equação religiosa interferisse a partir de então e por sua vez a primeira intifada, em 1987, desenvolveu os laços religiosos no lado palestino, sendo reforçado com a criação de organismos religiosos que evocavam o nome de Alá. Chega-se assim a uma autêntica tragédia inerente a este conflito que é uma “guerra santa” entre inimigos de difícil reconciliação. No entanto, o fenómeno da religiosidade não atinge a maioria da população, é antes um fenómeno de minorias, cujas detêm um enorme poder sobre as decisões tomadas, quer por parte palestina, quer também israelita. Em geral, durante a década de 1990 uma oportunidade para alcançar a paz foi totalmente perdida. Os esforços dos políticos em nome da maioria das populações foram torpedeados pelos grupos radicais, como o Hamas ou o Emunim Gush.

O uso de símbolos religiosos e a reinterpretação de textos contém o potencial para iludir alguns segmentos da população e usá-los, de seguida, de acordo com objectivos políticos (para proteger colonatos no lado israelita ou intimidar e aterrorizar no lado palestino). Os eventos recentes mostram que a região é profundamente dividida através das fronteiras religiosas. Por sua vez, a vitória esmagadora do Hamas nas eleições palestinianas, lançou uma obscuridade sobre um possível retorno à mesa das negociações. Além disso, a incursão de Israel em Gaza, no ano de 2009, não ajudou a estabilizar a região, e a guerra iminente com o Hezbollah promete ainda mais derramamento de sangue e vingança.

Outra questão-chave será saber se os palestinianos terão um futuro secular ou um futuro islâmico. Ora, se o regime palestino não for secular, não existirão perspectivas de paz, e dessa forma os islâmicos controlarão a questão mais evocativa na região. Por sua vez, a formação dos jovens lembra um autêntico “barril de pólvora”, onde os livros didácticos na Palestina glorificam o terror e ensinam as suas crianças a odiar Israel, desprezar a sua existência e definir a batalha com o mesmo como uma guerra religiosa intransigente. Em vez de se minimizar o ódio actual, enraízam-no em

consciência da próxima geração, assumindo a guerra contra Israel como existencial, obrigatória e religiosa. Os novos manuais escolares garantem que a próxima geração crescerá a encarar Israel como um inimigo odiado, ilegítimo, que é necessário destruir, ao invés de um vizinho para negociar e para finalmente viver ao lado em paz.

A religião, que tem causado tanta discórdia, deve tornar-se um caminho para a paz. A verdadeira religião, a religião no seu melhor, cria a unidade e a não divisão, que deverá ser assumido como o teste da verdadeira religião⁴³⁸. Na melhor das hipóteses, o Judaísmo ensina a hospitalidade e o amor ao estranho. Na melhor das hipóteses, o cristianismo ensina o amor universal, sem distinções de cultura ou classe. Assim, também, o Islão terá de encontrar a sua melhor expressão, devendo prevalecer, não só no Médio Oriente, mas globalmente.

⁴³⁸ Conforme referido pelo entrevistado nº6 em 14 de Junho de 2010.

6. TERRORISMO

O final da Guerra Fria fora incapaz de conceber a tão desejada “*Era da Paz Mundial*”. A desagregação da União Soviética finalizava com o confronto entre as duas superpotências mas permitia a inclusão de diversos focos de instabilidade, que despertaram diversas querelas regionais “adormecidas”. Porém, e apesar do terrorismo ter ganho destaque nas últimas duas décadas, no caso concreto do conflito Israelo-árabe esteve sempre a ele sobrejacente. Israel está implicitamente associado ao Terrorismo, pois este encontra-se na essência da génese do Estado aquando da sua criação, em 1948.

Neste momento charneira tenta-se analisar quais as ligações terroristas ao conflito e que permitiram a edificação de Israel. No fundo, tentar-se-á perceber quais os objectivos do terrorismo para ambas as facções, tentando-se desmistificar a diferença entre terrorista e resistente. Ulteriormente fazer-se-á uma abordagem às ligações terroristas existentes na região de modo a compreender quais as suas motivações e por quem são apoiadas.

6.1. Definição

Menahem Begin, Primeiro-Ministro israelita durante a década de 1970, acusara Yasser Arafat de ter feito explodir o Hotel King David, em Jerusalém, quartel-general do exército britânico, provocando a morte a pelo menos 110 pessoas. O facto de ambos se tornarem famosos na cena política projecta a dificuldade de interpretação sobre o conceito e simultaneamente comprometem a sua definição. O terrorismo adquire assim uma interpretação dúbia que dificulta o entendimento objectivo.

Efectuando-se uma análise do ponto de vista ocidental, o terrorismo assenta no acto de violência tendo como secundárias as suas motivações. Nos países em desenvolvimento, por sua vez, o terrorismo é encarado mediante condições económicas, políticas, lutas anti-racistas ou anticolonialistas, entre outras. Estas divergências traduzem a dificuldade da ONU em efectuar uma declaração universal⁴³⁹. Assim as duas interpretações mais utilizadas são a política e a jurídica.

Actualmente, o termo político para terrorista é todo aquele que é contrário ao poder e é o poder quem assim o considera. Juridicamente a interpretação é mais vasta mediante o facto de não se possuir uma definição que seja aceite por todos e/ou

⁴³⁹ Pascal Boniface, *Dicionário das Relações Internacionais*, Plátano, Lisboa, 1997, pag 320.

abrangida em Direito Internacional⁴⁴⁰. Conclui-se então que para o terrorismo não existe consenso quanto a uma definição. O próprio Tribunal Penal Internacional desenvolveu esforços no sentido de incluir o terrorismo como crime, todavia fracassou em parte pela incapacidade de conseguir uma definição jurídica sobre o terrorismo⁴⁴¹. Deste modo e face a um conjunto de actos que causam o terror elege-se para designar, em rigor, o terrorismo os actos que contêm elementos como: o ataque a bens e a pessoas civis (natureza indiscriminada) e o objectivo de produzir terror dentro da povoação civil (a intenção do acto terrorista). Em ambos os casos o Direito Internacional Humanitário (DIH) centra-se no carácter civil do atacado.

Em sentido etimológico o terrorismo “*é a política instalada durante a Revolução Francesa pela Convenção termidoriana contra os amigos de Robespierre*”⁴⁴². Ainda que o termo tenha entrado nos léxicos por força da Revolução Francesa, surgem-nos narrações, desde os tempos da alta antiguidade, de actos de violência extrema perpetrados por conquistadores de forma a intimidar as populações conquistadas. Conforme refere o GEN Garcia Leandro “*o Terrorismo já aparece citado na Bíblia e vem pelos séculos fora, tendo ganho especial ênfase com os anarquistas do final do Século XIX e princípios do Século XX*”⁴⁴³.

Esta forma extrema de pressão tem-se verificado nas crises do conflito israelo-árabe podendo ser utilizado com causas políticas, religiosas ou lutas pela libertação.

6.2. Ligação do Terrorismo ao Conflito Israelo-Árabe

Pascal Boniface estima que uma elevada percentagem dos atentados de origem estrangeira cometidos na Europa estejam directamente ligados ao conflito israelo-palestiniano. Em 1966, o ataque, no Aeroporto de Atenas, a um avião da companhia aérea israelita El-Al sob comando palestino, marcaria o início dos atentados terroristas associados ao conflito. O uso de um país terceiro para projecção de um conflito local auxiliado com o trabalho dos media e o avião, como alvo preferido para os ataques, marcariam uma geração a que mais tarde tivera o apoio de redes terroristas nacionais⁴⁴⁴.

⁴⁴⁰ Victor de Currea-Lugo, *Palestina - Entre la trampa del muro y el fracaso del derecho*, Icaria Antrazyt, Barcelona, 2005, pag 180.

⁴⁴¹ Idem, ibidem, pag 183.

⁴⁴² Pascal Boniface, *Dicionário das Relações Internacionais*, Plátano, Lisboa, 1997, pag 320.

⁴⁴³ Garcia Leandro, *Uma visão militar sobre o terrorismo*, In MOREIRA, ADRIANO, *Terrorismo*. Almedina, Coimbra, 2004.

⁴⁴⁴ Pascal Boniface, *Dicionário das Relações Internacionais*, Plátano, Lisboa, 1997, pag 320.

O final da Guerra Fria acabaria por levar a que as estratégias indirectas se perdessem. O próprio processo de paz seria a principal das razões para que o terrorismo diminuísse de escalada. Fez contudo em Israel uma torrente de atentados, extraordinariamente mortíferos, levando a que a opinião internacional, sob sintoma do fim do período guerra fria, estremasse os Estados terroristas. Criam-se novas formas de terrorismo, com motivações incertas, entre os quais se englobava o islâmico que sustenta redes pouco profissionais e bastante mortíferas⁴⁴⁵.

Embora os conflitos étnicos e territoriais entre os dois povos semitas remontem aos tempos bíblicos, a introdução do terrorismo é relativamente mais recente e tem dificultado a resolução do problema. De facto a importância da religião neste contexto é demasiada. Enquanto para as nações Ocidentais, sob predominância cristã, os riscos decorrentes dos actos terroristas são graves, incluindo-se a oposição da opinião pública, a indignação moral e uma condenação internacional, nas sociedades muçulmanas, assentes na religião, encarando o Mundo sob o conceito de Jihad e shahid (mártir), a distinção entre o terrorismo e as formas de resistência não se encontram bem definidas.

Em boa verdade, motivado pelas acções terroristas muçulmanas, o terrorismo e o Islão encontram-se indissociáveis para a maioria dos ocidentais. Porém, o terrorismo no Médio Oriente não se encontra confinado aos árabes. Apesar de não ser reconhecido, no período anterior à formação do Estado de Israel, os extremistas judeus colocavam-no em prática. Paradoxalmente, essas actividades são actualmente comemoradas pelos israelitas, afirmando terem sido fundamentais para eliminar o controlo britânico e que o terrorismo foi determinante aquando da votação, em 1947, das Nações Unidas na criação do Estado de Israel.

6.3. A Emigração e os Objectivos Sionistas

A imigração sionista verificou-se de uma forma mais acentuada após o domínio britânico na Palestina. A Grã-Bretanha permitiu activamente a imigração dos judeus para a Palestina e revestiram-nos de autonomia para que os próprios administrassem os seus assuntos. A aquisição de terras para a colonização judaica constituía o principal objectivo do fundo Nacional Judeu. As terras eram obtidas, maioritariamente, por proprietários absentistas. Após a compra, as palavras de Yosef Weitz⁴⁴⁶ ilustram bem o

⁴⁴⁵ Pascal Boniface, *Dicionário das Relações Internacionais*, Plátano, Lisboa, 1997, pag 322.

⁴⁴⁶ Director do Departamento de Terras do Fundo Nacional Judeu.

objectivo pretendido “*temos de ver-nos livres destes chantagistas e parasitas*”⁴⁴⁷. O que sucedia era então a expulsão dos agricultores palestinos pelos recém-chegados colonos judeus. A expulsão e expropriação territorial iriam transformar-se no que viriam a ser as principais preocupações árabes face ao sionismo. Tais procedimentos levariam a uma resistência palestina. Esta recusava-se, simultaneamente, ao fluxo de imigrantes judeus e ao Mandato Britânico. Juntos formavam um verdadeiro obstáculo à liberdade e independência palestina. Nesta fase a oposição verificava-se sem contornos violentos apenas evidenciando sinais esporádicos de violência gregária. Por sua vez, a política levada a cabo pelos sionistas, assente na “conquista da terra” e “conquista do trabalho”, incluía rejeitar aos árabes a possibilidade de trabalho em terrenos na posse de judeus. Localidades só para judeus, instituições socioeconómicas unicamente para judeus, um aparelho político apenas judeu no que se constituiria numa “sociedade judaica paralela”.

Na altura em que chegam ao poder alemão os nazis, os imigrantes sionistas na Palestina encaravam-se a “*si próprios como autênticos heróis bíblicos*”⁴⁴⁸. Foi mediante esta circunstância que se verificou o maior fluxo de emigração de judeus para a Palestina. Para auxiliar esta deslocação, a Agência Judaica firmou, em 1933, um pacto com os nazis. Pese embora a intenção de criar o Estado judaico carecesse de população o movimento sionista insistia “*em que os judeus alemães deviam ser previamente examinados, para que apenas fosse autorizado a entrar na Palestina o melhor material humano, apto a construir o país. A selecção dos judeus em fuga perante a perseguição nazi mostra a hipocrisia do movimento sionista, que dava prioridade aos objectivos de colonização sobre o socorro aos seus correligionários em apuros*”⁴⁴⁹. Facto que espelhava bem a intenção sionista.

O início da IIGM fez com que a Yishuv, a comunidade judaica da Palestina, alistasse 30 000 voluntários que seriam, posteriormente, treinados pelos britânicos. De forma inversa, os palestinos possuíam uma estrutura muito fragilizada, com poucos recursos militares, não representando uma ameaça do ponto de vista militar para os judeus. Mas os palestinos tinham do seu lado o bem essencial que impossibilitava o objectivo judaico: eram detentores de, ainda, 95% das terras e representavam dois terços da população da Palestina. Para agravar a aspiração sionista somente uma parcela dos

⁴⁴⁷ Ziyaad Lunat, *O sionismo e a Nakba Palestina*, In Do Muro das Lamentações ao Muro do Apartheid, Fim de Século, Lisboa, 2009, pag 29.

⁴⁴⁸ Idem, ibidem, pag 32.

⁴⁴⁹ Idem, ibidem, pag 33.

judeus europeus os apoiava e os judeus árabes não se aglutinavam a favor da mesma. A ténue situação que se criava impingia ao império britânico a necessidade de reconsiderar o seu apoio ao movimento sionista, o que conduziu a que fossem criadas quotas que confinavam a imigração judaica. Mais tarde, em 1939, o Governo britânico desenvolveu um plano de partilha assente na ideia na independência da Palestina, sendo governada quer por árabes, quer por judeus, na proporção que representavam. Esta modalidade não era do agrado dos dirigentes sionistas. O objectivo primário da formalização do Estado judeu na Palestina perdia força. Restava aplicar uma medida radical para relançar o desígnio judeu. Desta feita foi levado a cabo uma acção bastante minuciosa: o levantamento topográfico de todas as localidades com toda a informação adicional possível. O objectivo, depois de concluídos quais os pontos palestinianos mais vulneráveis, seria surpreende-los.

Não restando outra alternativa face à resistência palestiniana, o recurso último para conquistar terreno seria a força. As forças paramilitares sionistas eram já bastante poderosas, das quais se destacavam a Irgun, o bando Stern e a Haganah. Como os palestinianos se encontravam já bastante desgastados, derivado à revolta, os sionistas orientaram os seus esforços contra os britânicos. Por tais razões, mediante a resistência verificada e os meios utilizados, Israel é considerado um Estado “construído” com base no terrorismo.

O exército israelita foi criado mediante grupos terroristas pertencentes ao movimento sionista e que colocaram em prática o plano de limpeza étnico na terra da Palestina para a construção do Estado de Israel⁴⁵⁰. A explosão de engenhos explosivos em locais públicos provocando a morte de várias dezenas de pessoas seria o início destas práticas terroristas. A Irgun, em Novembro de 1937, seria a primeira organização militar sionista a usar tais métodos. Na mesma linha de raciocínio a Haganah dizimou vilas e expulsou os habitantes de muitas outras para edificarem o Estado de Israel. Mesmo assim os palestinianos são considerados terroristas para o Mundo Ocidental quando tentam impedir que lhe retirem as suas terras ou obtém as condições mínimas para sobreviver com o bloqueio⁴⁵¹. Durante oito meses e a partir de Outubro de 1945, a Irgun, a Haganah e o movimento trabalhista unem-se efectuando ataques a objectivos

⁴⁵⁰ Shahd Wadi, *O Holocausto da Paz*, In Do Muro das Lamentações ao Muro do Apartheid, Fim de Século, Lisboa, 2009, pag 79.

⁴⁵¹ Eodem loci.

militares britânicos. Das acções desenvolvidas ressalta a mais brutal de todas: o atentado ao Hotel King David levado a cabo pela Irgun⁴⁵².

Recentemente, na operação Chumbo Fundido, as acções desenvolvidas na Faixa de Gaza pelo exército israelita foram consideradas parte de um plano de “*aniquilação sistemática*” do povo palestino. A destruição das infra-estruturas básicas, dos hospitais e escolas, bem como das reduzidas indústrias e centros de culto indiciam ser provenientes de um meticuloso plano. Israel justifica que os ataques são baseados no direito de Defesa alegando regras internacionais que regem os conflitos armados. Contudo, a acção de defesa não é proporcional contra os ataques do Hamas⁴⁵³.

As organizações internacionais são totalmente ignoradas por Israel não conseguindo conter os ataques israelitas que visam responder aos ataques cegos⁴⁵⁴ das armas palestinianas. Os israelitas bombardeiam hospitais, escolas, indústrias, pontos logísticos alimentares ou mesquitas e ainda abatem crianças indefesas⁴⁵⁵. Relembra a história de David e Golias, onde a proporcionalidade é posta em causa pelos ataques do exército israelita face às armas ligeiras e os morteiros Qassam⁴⁵⁶, mas desta feita com as origens contrárias. Para Ilan Pappé, Israel adoptou na Faixa de Gaza uma política genocida. Em apenas seis⁴⁵⁷ anos as forças israelitas aniquilaram cerca de 4000 palestinianos, dos quais metade eram crianças⁴⁵⁸.

6.3.1. A Conquista que implica a Expropriação

A primeira tentativa da partilha da Palestina provém de 1937, do relatório da Comissão Peel, onde se propunha a “*transferência palestiniana das áreas reservadas para o Estado judeu*”. Se o intuito era dividir a Palestina então implicava a transferência coerciva dos árabes. Todavia, a formação de um Estado com maioria judaica seria impossível uma vez que os palestinianos dominavam em número. Consequentemente, a formação do Estado judeu na Palestina comprometia a presença palestiniana. A expulsão dos árabes foi a pretensão sionista para a concretização do seu objectivo.

⁴⁵² Alain Gresh, *Israel, Palestina Verdades sobre um conflito*, Campo das Letras, Porto, 2002, pag 70.

⁴⁵³ Gonzalo Boye Tuset, *Uma Visita às Ruínas de Gaza*, In Do Muro das Lamentações ao Muro do Apartheid, Fim de Século, Lisboa, 2009, pag 83.

⁴⁵⁴ Dispositivos sem capacidade para serem orientados e que são municiados com uma carga explosiva de um quilograma.

⁴⁵⁵ Idem, ibidem, pag 84.

⁴⁵⁶ De fabrico artesanal, desprovido de sistema de controlo, trata-se de um artefacto utilizado essencialmente por organizações da resistência palestiniana, principalmente o Hamas, contra o território de Israel.

⁴⁵⁷ No período de 2000 a 2006.

⁴⁵⁸ Ilan Pappé, *A Receita Israelita para 2008: Genocídio em Gaza, Limpeza Étnica na Margem Ocidental*, In Do Muro das Lamentações ao Muro do Apartheid, Fim de Século, Lisboa, 2009, pag 63.

A Paz foi desde então uma palavra enterrada, verificando-se actualmente aquando da vitória eleitoral de ambos os partidos israelitas de direita: o Kadima e o Likud. Os partidos não utilizam a Paz como apelativo eleitoral, em vez disso é a guerra que figura como slogan principal nas propagandas eleitorais. A guerra é a palavra-chave para quem pretende vencer as eleições. Mesmo para os israelitas de esquerda a guerra foi o principal motivo pela qual os fizera votar na direita alegando “*precisamos de ser mais fortes e mais agressivos*”⁴⁵⁹.

Para a comunidade israelita, no seu geral, pouco importam os meios, legais ou não⁴⁶⁰, para o desenvolvimento do ataque, onde uma ampla percentagem (91 %) se encontra a favor da invasão da Faixa de Gaza⁴⁶¹.

A maioria dos media ocidentais acatou as falsidades israelitas que alegavam a invasão de Gaza como consequência da violação de tréguas pelo Hamas. Mas por tal razão foi necessário efectuar um sem número de mortes e onde a maioria eram civis? Porém, a 4 de Novembro de 2008, sabe-se que a trégua foi quebrada aquando da morte de seis membros do Hamas na Faixa de Gaza. Mediante estes homicídios selectivos, o Hamas tentou negociar, sem êxito, a extensão da trégua em troca do desbloqueio da Faixa de Gaza.

O Likud, em 2005, declarava que a retirada dos colonatos de Gaza significavam a paz. Mais tarde proliferaram os colonatos na Cisjordânia com colonos em número bastante superior aos retirados da Faixa de Gaza após a retirada⁴⁶². A política de Ariel Sharon tem o total aval de todos os partidos em prol do aumento de Israel em detrimento da Palestina. Quando Israel iniciou os bombardeamentos os media ocidentais utilizaram o termo terrorista para designar os palestinianos. Mas será o Hamas um grupo terrorista? Face a esta questão a resposta reside no facto do Hamas resistir contra a ocupação tendo para tal esse direito.⁴⁶³

6.3.2. Guerra Civil?

Apesar de se constituir meramente como uma hipótese e de uma forma irónica, Israel admite outros meios para atingir os seus fins e a guerra civil não é excepção. “Os

⁴⁵⁹ Shahd Wadi, *O Holocausto da Paz*, In Do Muro das Lamentações ao Muro do Apartheid, Fim de Século, Lisboa, 2009, pag 78.

⁴⁶⁰ Na operação Chumbo Derretido a utilização de fósforo branco provocou queimaduras sem precedentes.

⁴⁶¹ Shahd Wadi, *O Holocausto da Paz*, In Do Muro das Lamentações ao Muro do Apartheid, Fim de Século, Lisboa, 2009, pag 78.

⁴⁶² Idem, ibidem, pag 79.

⁴⁶³ Eodem loci.

seus generais esperam que a matança recíproca dentro da Faixa faça o trabalho por eles”⁴⁶⁴. A constante prisão, a fome como consequência do bloqueio e a ingerência de Israel na Faixa de Gaza inflama negativamente o processo de paz. Observando o seio da comunidade na Faixa de Gaza podem-se distinguir duas facções: os considerados fundamentalistas, totalmente contra a política de Israel, e os moderados, que aspiram única e simplesmente pela obtenção da Paz. Se estes últimos obtiverem um grau de certeza de obtenção da estabilidade, mesmo que induzidos pela ilusão, podem, saturados de toda a situação, unirem-se para contrariar a ideologia de resistência do Hamas. Logicamente, que o Hamas se encontra em superioridade, tanto em estrutura como em meios, todavia as implicações do bloqueio poderão ser suficientes para se lutar pela tão desejada paz e estabilidade. Neste ponto é fundamental recordar as razões israelitas para a aplicação do bloqueio: impedir a entrada de armamento para o Hamas.

Logo, se a razão aparente do bloqueio é essa, a maioria da população está gravemente a ser prejudicada pela presença do Hamas na região. Apesar das represálias, existem muitos palestinianos dispostos a colaborar com as forças israelitas com o objectivo de colocar um ponto definitivo a esta medida que mantém as condições ideais e características de uma autêntica pobreza. Situação que os israelitas irão explorar. Independente de falsas promessas, pensa-se que os israelitas imiscuir-se-ão no apoio aos mais moderados, recolhendo e explorando todas as notícias cedidas pelos palestinianos. Sabendo que o Hamas desenvolve as suas acções a partir do interior da comunidade palestiniana, e contando com o pressuposto das informações cedidas, poderá Israel mais facilmente localizar os membros do Hamas. Assim os extremistas terão de resistir contra duas frentes: os próprios patriotas revoltosos e os israelitas o que conduzirá a uma cedência.

6.4. O Porquê do Terrorismo por parte dos Palestínianos

Se de um lado existe a aplicação de um pensamento estratégico baseado na expropriação, do outro lado o que se pede é apenas justiça. Como esta parece estar ausente, para o lado palestiniano, tenta-se fazê-la com as “próprias mãos”. A tamanha dor com que se deparam, motivado essencialmente pelos crimes contra os familiares, é razão para que à mínima oportunidade se tentem vingar com os poucos recursos que dispõem. Porém, as autoridades na Faixa de Gaza esforçam-se para que os acordos de

⁴⁶⁴ Ilan Pappé, *A Receita Israelita para 2008: Genocídio em Gaza, Limpeza Étnica na Margem Ocidental, In Do Muro das Lamentações ao Muro do Apartheid, Fim de Século*, Lisboa, 2009, pag 68.

cessar-fogo sejam cumpridos evitando ao máximo os ataques inopinados, através do lançamento de rockets⁴⁶⁵.

O bloqueio que se verifica à Faixa de Gaza condiciona totalmente o modo de vida dos Palestínianos. Os checkpoints israelitas apenas permitem a passagem de alguns camiões que transportam material humanitário e alimentos em quantidade insuficiente. Verifica-se uma total estagnação no sector da construção devido à destruição da única fábrica de cimento, impossibilitando a reparação de estruturas danificadas. A única alternativa são os pontos de passagem subterrâneos que permitem o contacto com o Egipto. São estas que permitem estabelecer um contacto com a “vida normal”. É através destes túneis que se transportam os bens mais precisos, os quais permitem o escape de muitos palestínianos para a liberdade⁴⁶⁶.

O bloqueio, tal como na fronteira com Israel, verifica-se também na faixa costeira. Embora a resolução da ONU defina 16 Km de costa para usufruto dos Palestínianos, Israel defende que deverão ser apenas 3 Km mas na prática permite apenas um. Medida altamente condicionante para a subsistência daqueles que directamente estão dependentes da actividade piscatória⁴⁶⁷.

Para Ahmad Yassin, citado por Pascal Boniface, a evolução em curso, dos últimos anos, dos atentados terroristas contra objectivos civis israelitas, e que mais tarde seria adoptado pelas Brigadas dos Mártires de Al-Aqsa e por Abu Ali Mustafa⁴⁶⁸, deve-se à ausência de meios para fazer face ao exército israelita e medida de retaliação. Interpreta que para o mártir o seu principal objectivo não é matar mas sim que os sionistas percam a sua segurança. É no fundo uma opção estratégica enquanto os israelitas mantenham a ocupação de território palestíniano⁴⁶⁹. O orgulho é um sentimento muito presente para o povo palestíniano assumindo que a rendição não constitui uma possibilidade para o desfecho do conflito encarando que a resistência e a Jihad são o caminho para a vitória⁴⁷⁰. Segundo o Hamas, a Jihad deve conduzir-se mesmo com a adopção do mártir, um novo elemento que se encontrava ausente até

⁴⁶⁵ André Almeida, *Relato de uma Viagem a Gaza*, In Do Muro das Lamentações ao Muro do Apartheid, Fim de Século, Lisboa, 2009, pag 89.

⁴⁶⁶ Idem, ibidem, pag 91.

⁴⁶⁷ Idem, ibidem, pag 93.

⁴⁶⁸ Foi um nacionalista palestino, um dos fundadores e secretário-geral da Frente Popular para a Libertação da Palestina, uma facção da Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

⁴⁶⁹ Pascal Boniface, *Dicionário das Relações Internacionais*, Plátano, Lisboa, 1997, pag 320.

⁴⁷⁰ Ignacio Álvarez-Ossorio & Ferran Izquierdo, *Claves Para Entender el Conflicto Palestino-Israelí*, Catarata, Madrid, 2005, pag 151.

então no combate à libertação nacional e que a OLP considerava como uma luta anticolonial. Na primeira Intifada perante um povo desarmado Israel reprimiu as pedras com meios bastante desproporcionais. Após o ataque sobre a mesquita de Abraham em Hebron, em Fevereiro de 1994, a prática das operações de mártires tornaram-se frequentes. Os danos por eles causados levaram a que se assistisse a fortes pressões da UE e de alguns países árabes. A Fatah procurou associar o Hamas no jogo político de modo a que interrompesse os ataques suicidas⁴⁷¹. Na década de 1990, no Cairo, diligenciou-se para que se afastasse os atentados suicidas na sua forma de operar. Apesar da receptividade inicial o Hamas não cedeu devido à pretensão que impunha a Israel no sentido deste oferecer um compromisso similar⁴⁷². A própria sociedade civil desencadeou fortes pressões contra este tipo de atentados.

A política de Gaza e da Margem Ocidental não consegue impedir a estratégia de Israel na expropriação e anexação. O planeamento israelita para estes assuntos aponta para que existam provocações impostas aos palestinianos, no sentido de obterem posteriormente justificações aquando da retaliação. Contudo, nessa fase a intervenção israelita é desencadeada com base na desproporção visando inicialmente aterrorizar as povoações palestinianas intimidando-as e consequentemente forçá-los ao abandono da região.

Qualquer facto, mesmo que insignificante, é uma oportunidade clara para que Israel desencadeie uma violência ainda maior. Recorde-se a captura do soldado israelita, Gilad Shalit, em 2006, onde Israel aproveitou para explorar e obter o apoio da comunidade ocidental. Os voos rasantes sobre Gaza sincrónicos pelo poder de fogo proveniente de terra, mar e ar servem para instaurar o pânico e o terror. Tudo começara com os ataques de morteiros sobre Neguev Ocidental em jeito de protesto às detenções massivas a elementos da jihad e do Hamas na região TulKarem.

Israel visualizava uma oportunidade para a contra-resposta. Os vários bombardeamentos seriam, de acordo com as fontes militares israelitas, para enfraquecer o apoio das comunidades à continuidade dos ataques de morteiro Qassam. Perante a tamanha desproporcionalidade respeitante aos meios utilizados e às baixas, humanas e materiais, elevou a justificação moral dos palestinianos que se sentiam vitimados. O

⁴⁷¹ Idem, *ibidem*, pag 152.

⁴⁷² Idem, *ibidem*, pag 153.

ódio adicional de gerações que nunca conheceram a liberdade e se dizem saturados de injustiças unem-se e tentam vingar a morte dos seus entes.

Tais sentimentos repercutem a intenção de um “desabafo” que se traduz na utilização de armamento rudimentar como se tal servisse para se libertarem da fúria que os consome. Israel conhece bem os sentimentos palestinos e sabe como manipulá-los por intermédio de provocações. Resta depois aguardar pela opinião regional mas essencialmente pela ocidental. Sendo a mesma francamente positiva há que explorar, insistir e obter o objectivo único e final: a conquista da Faixa de Gaza e a posterior anexação mas com uma tarefa explícita muito vincada: a expulsão⁴⁷³.

6.4.1. A Resistência

O poder de organização judaica prosperava tal como a colonização, estribada pela elevada imigração, o que conduziu, em 1936, face à impotência para evitar a mesma, a uma revolta palestina que duraria 3 anos. Esta iniciou-se com uma greve geral pela independência de Jerusalém e pôs termo à expulsão dos agricultores das suas terras. Tendo surtido efeito, os objectivos foram alargados ao fim da imigração judaica, à venda de terrenos aos judeus e à emancipação. A greve contava com medidas de incentivo que contemplavam a ausência de pagamentos de impostos. Nesta linha de resistência, os palestinos das zonas rurais enfrentavam o movimento sionista com todas as forças e armas que dispunham. Porém, a forma de resistir era insuficiente e desorganizada para fazer frente ao grupo paramilitar sionista Haganah⁴⁷⁴ que conjuntamente com as forças britânicas adoptaram táticas de anti-insurreição.

Com o objectivo de impor a ordem, as forças britânicas adoptaram o recolher obrigatório, demolições de casas em larga escala com efeito punitivo e detenções sem qualquer acusação ou julgamento. Os três anos de revolta compreenderam um avultado número de mortes palestinas (cerca de 5000) contrapondo-se aos 400 judeus e 200 britânicos. *“Os palestinos foram duramente atingidos pela violenta repressão, com os britânicos a exilarem a direcção palestina e a confiscarem-lhe a maioria das armas que tinha. A revolta de 1936-1939 selou o destino dos sitiados palestinos e*

⁴⁷³ Ilan Pappé, *A Receita Israelita para 2008: Genocídio em Gaza, Limpeza Étnica na Margem Ocidental*, In Do Muro das Lamentações ao Muro do Apartheid, Fim de Século, Lisboa, 2009, pag 66.

⁴⁷⁴ Este contava, em 1936, com 10 000 homens e 40 000 reservistas.

colocou o movimento sionista como poder militar e político incontestado na Palestina”⁴⁷⁵.

A reacção Palestiniana foi entendida, pela maioria dos europeus, como actos terroristas sem que conseguissem encará-la como uma legítima defesa contra os opressores sionistas. Mas o que pretendiam, afinal? Desejariam que os palestinianos não resistissem? Que consentissem de bom grado todas as acções sionistas? Ou que simplesmente negassem a sua própria humanidade? Mas em todas as repostas possíveis uma é dada como certa: é devido a esta resistência que os palestinianos persistem e continuam a existir.

Sendo a guerra, à luz do direito internacional, apenas permitida em casos de legítima defesa e de guerras de libertação, a luta armada foi reconhecida pelas Nações Unidas, através de resolução, nos seguintes casos: luta pela independência de um Estado; a integridade territorial; unidade nacional; e libertação de uma dominação estrangeira e colonial, assim como ocupação estrangeira. Esta resistência armada foi considerada na citada resolução como válida no caso específico da Palestina dentro do direito de autodeterminação dos palestinianos e considerando a posição de Israel como uma ameaça à paz e à segurança internacional. Assim decorre que a acção armada palestiniana pode caracterizar-se como um acto de resistência⁴⁷⁶.

Seria Tomás de Aquino que aceitaria o direito à resistência visto que para Aristóteles, Kant e Hobbes não existia. Para ele a resistência deveria ser a última solução diferenciando-o entre leis justas e injustas⁴⁷⁷. Para Víctor de Curre-Lugo, em sentido estrito, o direito de resistência é a prática de actos de guerra por parte de civis que renunciam voluntariamente à sua condição, enquanto civis, para se converterem em combatentes contra forças ocupantes.

A resistência armada palestiniana, decorrente dos principais grupos⁴⁷⁸, assenta em três círculos de legitimidade: a ilegalidade da ocupação israelita; o direito palestiniano de resistir à ocupação; e os meios⁴⁷⁹ e fins⁴⁸⁰ da sua guerra⁴⁸¹. As Nações

⁴⁷⁵ Ziyaad Lunat, *O sionismo e a Nakba Palestiniana*, In Do Muro das Lamentações ao Muro do Apartheid, Fim de Século, Lisboa, 2009, pag 31.

⁴⁷⁶ De uma forma simples, entendida como a oposição ao poder pois é a este e não a outro contra quem se resiste.

⁴⁷⁷ Víctor de Currea-Lugo, *Palestina - Entre la trampa del muro y el fracaso del derecho*, Icaria Antrazyt, Barcelona, 2005, pag 182.

⁴⁷⁸ Hamas, as Brigadas dos Mártires de Al-Aqsa e a jihad Islâmica.

⁴⁷⁹ Entende-se o cumprimento das normas e costumes da guerra ou seja considerar o Direito Internacional Humanitário.

Unidas reconheceram que a luta pelo direito pela autodeterminação é válida incluindo a luta armada. Se resistir é um direito então o seu exercício não se constitui como um crime. Por sua vez o terror não é necessariamente um fim em si mesmo, é um acto que examina de facto, e que neste caso concreto, foi adoptado como método de forças de resistência à ocupação (Palestina) e por Estados que referem desenvolver acções anti-terroristas e proporcionam terrorismo de Estado (EUA e Israel).

Certo é que a utilização de formas de guerra condenáveis (actos de terror), por parte dos grupos de resistência palestinianos, afecta a povoação civil na sua luta contra as forças de ocupação. Por tal razão Israel, mas essencialmente por conveniência política, não utiliza o termo resistência, mas sim terrorismo.

6.5. O Direito

O uso da força por parte palestiniana é um direito (através de manifestações e actos de resistência armada) enquanto por parte israelita, serve para manter a ocupação ilegal além de que não respeita o princípio da proporcionalidade (nos casos de resistência): não distingue civis e combatentes (ataques aéreos) contra a povoação; produz punições a título colectivo (destruição de casas); viola direitos humanos (proibição e repressão de manifestações) e não acata as considerações do Tribunal Internacional de Justiça.

O DIH não reprime os actos de guerra do mesmo modo de que se a resistência for legítima, logo não estarão proibidos os actos de guerra feitos pela resistência. O que é condenável são os actos contra a população civil que constituem a essência dos actos terroristas. As formas mais frequentes das acções terroristas são o suicídio e o carro-bomba. Porém, analisando o suicídio, o mesmo e por si só não constitui um crime. Só representa um crime de guerra quando afecta civis mas não quando afecta objectivos militares lícitos. Relativamente ao engenho explosivo, e da mesma forma que o suicídio, é admissível desde que respeite o princípio de distinção entre combatentes e não combatentes e o uso da proporcionalidade. Mas se o mesmo for utilizado contra civis encontramos-nos perante um crime de guerra⁴⁸².

Warschawski, citado por Curreo-Lugo, defende que os confrontos, com iniciativa palestiniana, só são realizados após os assassinatos de vários manifestantes

⁴⁸⁰ Considera-se que a autodeterminação justifica a resistência.

⁴⁸¹ Idem, ibidem, pag 183.

⁴⁸² Idem, ibidem, pag 185.

por parte dos soldados israelitas⁴⁸³. A postura do Hamas pode sintetizar-se, enquanto perdure a ocupação militar, no exercício de resistência militar. Esta poderá adquirir várias formas, mas terá unicamente, como objectivo finalizar a ocupação israelita.

A repressão sem precedentes por parte israelita acaba por justificar, no seio da própria população palestina, a resposta terrorista. Apesar de existir quem reprove estas acções, facto é que os palestinianos na sua larga maioria apoiam. Apoio suscitado pela incapacidade de desenvolver outro tipo de acções políticas contra a força ocupante. Ideia desenvolvida no seio palestiniano mas com maior percentagem na Faixa de Gaza. Os argumentos palestinianos apresentados como resposta a assassinatos civis palestinianos, descrevem a guerra como um recurso para se absolverem da ocupação, ilegalidade dos colonatos e o carácter combatente dos colonos.

A Human Rights Watch face à natureza e escalada dos ataques suicidas considerou as acções como crimes contra a Humanidade. Porém, o assassinato, que é um crime de guerra, não poderá ser justificado com outro. A guerra que neste caso tem como objectivo a libertação da opressão deixa de estar ao abrigo das normas internacionais; os colonatos são ilegais mas os seus habitantes não; e desta forma não se poderá afirmar que apesar dos colonatos serem ilegais se possam constituir como alvos militares lícitos, mesmo que alguns colonos apresentem armas e participem activamente nas hostilidades e que até cometam crimes de guerra⁴⁸⁴.

A tendência verificada é tentar equilibrar a ocupação israelita à violência palestiniana em intensidade mesmo que para tal represente a escalada de violência. Objectivamente as duas dinâmicas não são comparáveis porque logo à partida uma é legal e outra ilegal. Assim, muitos são aqueles que justificam que deverá ser a violência palestiniana a cessar para que seja possível o acordo de paz, omitindo a violência israelita.

O Tribunal Internacional de Justiça refere que Israel terá assim de enfrentar muitos actos de violência indiscriminados e mortíferos contra a sua população. Possui o direito, e na realidade o dever, de responder a esses actos com o fim de proteger a vida dos seus cidadãos. Não obstante, as medidas que adopte deverão estar em consonância com o direito internacional⁴⁸⁵.

⁴⁸³ Idem, ibidem, pag 187.

⁴⁸⁴ Idem, ibidem, pag 188.

⁴⁸⁵ Idem, ibidem, pag 189.

6.6. O Recrutamento

Se bem que algumas práticas desencadeadas pelas Forças Armadas israelitas possam ser interpretadas como actividades terroristas, para o mundo árabe o presente ponto analisa somente o recrutamento destinado a organizações terroristas muçulmanas uma vez que de grosso modo não se considera que as Forças Armadas israelitas desenvolvam acções de recrutamento pelo facto do serviço militar ser de carácter obrigatório.

A adesão de novos membros, prontos a perfilar nas teias do terror, efectua-se por intermédio da exploração emocional e psicológica das diferenças sociais, culturais e religiosas entre os lados muçulmanos e ocidental. A existência do Estado de Israel em si mesmo e o ódio associado assumem-se como factores potenciadores de base da insatisfação que culmina na empatia do mundo árabe e da Al-Qaeda. Não esquecendo que esta organização, criada com o propósito de manter o esforço de guerra contra a URSS durante a Guerra do Afeganistão, denunciava a presença de tropas ocidentais no Médio Oriente como uma nova violação da soberania árabe e um claro atentado aos preceitos do Islão. Este é o centro nevralgico de onde emergem os novos membros da organização.

Na prática o recrutamento procede-se através de duas formas: a acção directa e a acção indirecta. A primeira, a mais comum e eficaz consiste no aliciamento de jovens detentores de base cultural e valores de referência da organização. Realça-se o sistema de ensino árabe composto por madrassas, escolas de educação básica com forte pendor religioso, que assume um papel primordial na consolidação dos valores islâmicos e na divulgação da sua mensagem. Nestes ensinamentos encontram-se vulgarmente mensagens como: “luta contra os infiéis do mal” e “matem os judeus”, sendo assimiladas pelos muçulmanos desde tenras idades⁴⁸⁶.

Por sua vez, na acção indirecta recorre-se a meios audiovisuais, sendo a Internet e o vídeo os mais utilizados. Desta forma onde não se efectua uma abordagem física pretende-se que a propaganda, a divulgação das ideias e as motivações da organização aumentem o espectro do público-alvo alcançando potenciais colaboradores mais distantes.

⁴⁸⁶ Miguel Garcia, *O Terrorismo transnacional – Contributos para o seu entendimento*, [Consultado em 02OUT09]. Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=196>, 2007.

6.7. As Influências Religiosas

O Iraque ao invadir o Kuwait deu início à Guerra do Golfo. Decorria o ano de 1990 e no sentido de combater as forças de Saddam Hussein formou-se uma coligação entre muçulmanos do Médio Oriente e americanos, britânicos e outras nações. Alguns muçulmanos árabes classificaram este período como *al azma*, a crise.⁴⁸⁷ Entre eles encontrava-se bin Laden⁴⁸⁸ que defendia tratar-se de uma crise pelo menos por duas razões: inicialmente, por envolver árabes muçulmanos que lutavam contra outros árabes muçulmanos; posteriormente, por envolver forças americanas e outras não-árabes em território saudita, ou seja árabe. Para se compreender o motivo da problemática da segunda razão, ter-se-á que entender que para um muçulmano a cidade saudita de Mecca, o local de nascimento do profeta Maomé, é uma cidade santa. Efectivamente, é tão santa que não é permitido aos não-muçulmanos aí entrar. Consequentemente a presença de soldados não muçulmanos no país, com o objectivo de combater ao lado de um país muçulmano contra outro país muçulmano, foi interpretada como insultuoso. Para os fundamentalistas muçulmanos a Terra Santa ao ser invadida por tropas ocidentais, cujas representam o extremo oposto do modo de vida muçulmano, constituiu-se numa das razões motrizes pelo sentimento de ódio pela América e pelos países Ocidentais. A segunda causa de ódio resulta do apoio dos EUA ao Estado de Israel contra o povo palestino.⁴⁸⁹

Para bin Laden é incompreensível a atitude distinta tomada pelos EUA relativamente ao Iraque, onde agiu de acordo com as resoluções da ONU, e a Israel, que não agiu conforme a Resolução 242⁴⁹⁰. Em 1998, devido aos factores mencionados Osama bin Laden emitiu a *fatwa*, um veredicto baseado na lei islâmica, que ordena os muçulmanos a matarem os americanos e os seus aliados em todos lugares. "*A decisão de matar os Americanos e os seus aliados – civis ou militares – é um dever individual para todo o muçulmano em qualquer país onde tal seja possível, de modo a libertar a*

⁴⁸⁷ David G. Kibble, *The Attacks of 9/11: Evidence of a Clash of Religions?*, [Consultado em 02MAR09], Disponível em: http://findarticles.com/p/articles/mi_m0IBR/is_3_32/ai_91564613/pg_4/?tag=content:coll, 2002.

⁴⁸⁸ Osama bin Laden, nasceu em 1957 na Arábia Saudita, tornou-se num aristocrata terrorista.

⁴⁸⁹ David G. Kibble, *ibidem*.

⁴⁹⁰ Aprovada em Novembro de 1967, após a Guerra dos Seis Dias, a Resolução condenou a aquisição de territórios por intermédio da guerra e reafirmou a necessidade de uma paz justa. Definiu, ainda, a desocupação dos territórios da Cisjordânia, da Faixa de Gaza, de Jerusalém Oriental, assim como da península do Sinai (Egipto) e das colinas de Golan (Síria). Finalmente, determinou o retorno dos refugiados palestinos.

Mesquita de Aqsa [em Jerusalém] e a Mesquita Santa [em Meca] do controlo dos mesmos”⁴⁹¹.

A interpretação dos factos referidos como a profanação da Arábia Saudita e pela visualização da política ocidental, em particular a dos EUA, que possui duas faces em relação ao problema palestino, bin Laden encara o conflito com os Estados Unidos e os seus aliados como um problema religioso. Consequentemente, e no que respeita ao conflito no Afeganistão, apelou a todos os muçulmanos para a união e à defesa da sua religião. Num vídeo de Dezembro de 2001 bin Laden descreve o conflito no Afeganistão como *"o início de uma cruzada contra o Islão....Tornou-se óbvio que o Ocidente em geral, conduzido pelos Estados Unidos, está cheio de ódio contra o Islão"*⁴⁹². A motivação de Osama bin Laden era exclusivamente religiosa e como resultado o conflito adquire proporções meramente religiosas: a guerra do Ocidente contra o Islão.

Após o 11 de Setembro, o Hamas foi considerado pela Administração Bush uma ameaça para a estabilidade internacional e subsequentemente um potencial aliado da Al-Qaeda. De facto os líderes islâmicos responsabilizam George W. Bush de suportar inequivocamente a política do Governo de Sharon e de comparar a Al-Qaeda e o Hamas. O sheikh Yasin, fundador e guia espiritual do Hamas, que fora assassinado por Israel, afirmava que Bush declarou a guerra contra o Islão e aos muçulmanos com o pretexto de combater o terrorismo, pois na opinião de Bush o terrorismo equivalia ao Islão, aos muçulmanos e à Nação islâmica. Mahmoud Al-Zahar, o mais influente chefe do Hamas em Gaza, e que também foi alvo de um ataque donde saiu ileso, considerava Bush o principal inimigo do Islão. Acrescendo que as suas tomadas de decisão no Paquistão e Arábia Saudita de âmbito operacional comprovavam isso mesmo. Derivado a estas posições o Hamas considerava que nada de positivo poderia partir da Administração Bush⁴⁹³.

⁴⁹¹ David G. Kibble, *The Attacks of 9/11: Evidence of a Clash of Religions?*, [Consultado em 02MAR09], Disponível em: http://findarticles.com/p/articles/mi_m0IBR/is_3_32/ai_91564613/pg_4/?tag=content:coll, 2002.

Citação original: "The ruling to kill the Americans and their allies -civilians and military- is an individual duty for every Muslim who can do it in any country in which it is possible to do it, in order to liberate the al Aqsa Mosque [in Jerusalem] and the holy mosque [in Mecca] from their grip."

⁴⁹² Eodem loci. Citação original "crusader campaign started Islam....It has become very clear that the West in general, and led by the United States, [is] full of hatred against Islam."

⁴⁹³ Ignacio Álvarez-Ossorio & Ferran Izquierdo, *Por qué há fracasado la paz? Claves Para Entender el Conflicto Palestino-Israelí*, Catarata, Madrid, 2005, pag 154.

6.7.1. O Ressurgimento do Islamismo Radical

O ressurgimento islâmico surge em meados dos anos 70, como resposta a um sentimento de decadência e inferioridade que abraçava a comunidade muçulmana, potenciado pelo colapso do império otomano, e que visava alcançar a era de ouro do Islão. Tal seria possível pela adopção dos fundamentos religiosos por todos os muçulmanos recreando uma “verdadeira sociedade islâmica”.⁴⁹⁴ O Islão passou a ser a solução para os problemas locais uma vez que não se verificou a adaptação às ideologias ocidentais. Seria a readaptação ao Islão, materializando o afastamento da cultura ocidental, que acabaria por funcionar como um guia cultural, social, religioso e político no mundo contemporâneo.⁴⁹⁵

Com o processo da globalização surge um forte movimento migratório onde as populações, na procura de melhores condições, abandonam as suas origens rurais e se transferem para os grandes centros urbanos e/ou para outros países. Os antigos sistemas de autoridade ficam gravemente afectados pelo que será necessário adoptarem-se outras formas de identidade, comunidade e valores. A resposta para a satisfação dessas necessidades será a religião, mais precisamente o fundamentalismo. Este é interpretado por muitos como a forma ideal para a resolução dos problemas de toda a espécie. Porém, a frustração sentida pela dificuldade de adaptação às sociedades urbanas conduz a um descontentamento generalizado. Não encontrando capacidade de apoio em qualquer estrutura existente, inclusive na estrutura religiosa, o vazio adquirido seria posteriormente preenchido por instituições fundamentalistas que lhe dariam esse suporte. Para além do apoio material e espiritual o processo de islamização estendeu-se mais tarde aos campos sociais e políticos. Estava criada a estrutura social islâmica que tomava de assalto as existentes.⁴⁹⁶

A partir de então, formar-se-iam diversos grupos e organizações, com fortes ligações ao fundamentalismo islâmico, sendo suportados economicamente pelas verbas provenientes da venda de petróleo da Arábia Saudita. A partir da década de 1970, esses grupos expandiram-se abismalmente ao ponto de se oporem às autoridades instituídas no Médio Oriente. Muitos chegaram à luta armada, ao que se sobressaía um próximo relacionamento à ideologia de esquerda, no sentido revolucionário. O único caso neste

⁴⁹⁴ Alexandre Santos de Amorim, *A Globalização do Radicalismo Islâmico – Um Estudo de caso da Al Qaeda sob a luz do choque de civilizações*, Instituto de Relações Internacionais – IREL, Brasília, 2008, pag 14.

⁴⁹⁵ Eodem loci.

⁴⁹⁶ Idem, ibidem, pag 15.

sentido ocorreria no Irão, onde um grupo islâmico assumia o poder. Noutros países, os grupos acabariam por desempenhar fortes influências que acabariam em diversas concessões governamentais no sentido de islamizar certos sectores das sociedades. Outros grupos, ao adoptar o terrorismo, passariam a atacar as autoridades constituídas e no seu seguimento os Estados Ocidentais que apoiavam tais regimes.

Após a desagregação da URSS, vários partidos políticos de carácter islâmico adquiriram robustez em países como o Egipto, Argélia, Turquia e Paquistão. Pese embora as fortes relações fundamentalistas, a generalidade dos grupos adquiriu carácter nacionalista, entrando no seu jogo político, e desenvolveu-se um pluralismo político. Em suma, estes movimentos contribuíram para o desenvolvimento do conceito de Estado-Nação nos países muçulmanos.⁴⁹⁷

Muito diferente do Mundo Ocidentalizado, o seio muçulmano tem na sua estrutura, de um lado, a família, o clã e a tribo, que se ligam de uma forma muito coesa através da cultura, religião e modo de vida, ficando o Estado para segundo plano. No fundo, é a Ummah⁴⁹⁸ que prevalece. Contudo, actualmente tem-se assistido a uma quebra, onde o cerne da identidade muçulmana – a família – tem perdido força, como resultado da ocidentalização sociológica. Este processo está identificado, pelos muçulmanos, como a razão única para a crise de valores tradicionais do Islão.

6.8. Ligações Intra-Terroristas no Conflito Israelo-Árabe

6.8.1. O Terrorismo Nacionalista Palestiniano

Inicialmente a reacção armada palestiniana constituía-se em pequenas unidades, designadas por *fedayen* ou *comandos*, que atacavam os alvos israelitas. Na década de 1950, esses grupos eram treinados com o apoio egípcio.⁴⁹⁹ Mais tarde seriam criadas outras organizações, entre as quais se destaca a OLP, que servia de cobertura para a acção de outras organizações, tais como a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), Frente Popular Democrática pela Libertação da Palestina (FPDLP), surgida como dissidente da FPLP, ou a Fatah, braço armado da OLP. Apesar do insucesso das suas intervenções aquando da Guerra dos Seis Dias, contra as forças israelitas,

⁴⁹⁷ Idem, ibidem, pag 16.

⁴⁹⁸ Palavra árabe que significa comunidade ou Nação.

⁴⁹⁹ Alexandre Santos de Amorim, *A Globalização do Radicalismo Islâmico – Um Estudo de caso da Al Qaeda sob a luz do choque de civilizações*, Instituto de Relações Internacionais – IREL, Brasília, 2008, pag 37.

desenvolveram um segundo esforço operando a partir dos campos de refugiados, localizados na Faixa de Gaza, onde seriam melhor sucedidos.⁵⁰⁰

Com o reposicionamento dos campos de refugiados fez com que o *modus operandi* passasse a ser baseado em ataques aos colonatos israelitas a partir de posições de território palestino. Embora a OLP fosse a organização terrorista que maiores efectivos detinha e maiores apoios recebia, tanto económicos como políticos dos diversos Estados árabes, era a organização que apresentava a mais significativa desproporção entre a reduzida quantidade/violência associada às acções terroristas e os consideráveis ganhos políticos que alcançava. No entanto, era notável a forma como conseguiam projectar as suas acções até à opinião pública mundial.

De entre as acções destacam-se o desvio, em Setembro de 1970, de 4 aeronaves comerciais até à Jordânia tendo sido feitos reféns todos os seus passageiros por vários dias, sendo libertados após exaustivas negociações seguindo-se a destruição das aeronaves em plena transmissão, em directo, para todo o Mundo. Este marco levaria o rei Hussein a combater esta organização, que até então se encontrava em território jordaniano, e a expulsá-la definitivamente. Outra acção marcante foi, em Setembro de 1972, a morte de dois atletas e o sequestro de nove, que integravam a selecção israelita nos jogos Olímpicos de Munique, por oito terroristas da organização Setembro Negro, que detinham fortes ligações à OLP. Após as negociações acordou-se a troca, noutro país, dos reféns por 236 presos palestinianos em poder de Israel. No aeroporto de Munique quando os terroristas se preparavam para viajar para o destino seleccionado uma tentativa frustrada de resgate, por parte das autoridades alemãs, teria como resultado a morte de todos os reféns e cinco terroristas. Uma vez mais, o desenvolvimento das operações, que apesar do seu fracasso, encontrava-se a ser difundido em directo pelas principais cadeias televisivas, tendo tido grande projecção.

Os palestinianos implementaram duas novas e importantes técnicas terroristas. Uma delas seria a mobilização de terroristas estrangeiros de várias nacionalidades. A organização que mais utilizaria esta técnica seria a FPLP, como no caso em que utilizou terroristas do Exército Vermelho Japonês no aeroporto de Lod, em Israel. A segunda inovação seria o desenvolvimento de novas organizações, tais como o Setembro Negro, com a finalidade de acções com consequências internacionais.

⁵⁰⁰ *Eodem loci.*

O ponto de viragem do terrorismo palestino ocorreu com o início da primeira intifada, quando a maioria dos grupos de carácter secular, como a FPLP e a OLP, começaram a perder a sua força motivado pela ascensão de organizações fundamentalistas islâmicas que detinham um carácter bastante religioso à luta contra Israel. O Hamas é então criado e numa escala menor a Jihad islâmica ocorre no conflito israelo-árabe⁵⁰¹.

Nas décadas seguintes, os grupos seculares disputam com os islâmicos, que ganham cada vez mais destaque, o apoio da população. Esta luta intensificou-se, em 2004, após a morte do líder palestino Yasser Arafat.

6.8.2. A Ascensão do Terrorismo Islâmico

A conjugação de factores que dão ao Líbano, na década de 1970 e início da 1980, um cenário caótico permite a incrementação de um tipo de terrorismo com carácter religioso que iria transformar o Médio Oriente. O crescimento das comunidades xiitas aumenta assustadoramente, acabando por adquirir a maioria, o que conduz grandes massas humanas, principalmente jovens, a deslocarem-se para a periferia de Beirute. Sem qualquer perspectiva económica, formam uma enorme juventude urbana demasiadamente pobre e extremamente desagradada com o Governo. No seguimento o Imã iraniano Moussa Sadr criou, em 1974, um movimento, que ficaria conhecido como a Amal (esperança), que teria como objectivo o apoio social das camadas jovens. Este movimento seria, ainda, a base doutrinária de uma contestação xiita contra as injustiças sociais e que, pela primeira vez, permitia aos xiitas adquirirem protagonismo político.⁵⁰²

Pese embora as lideranças da Amal, predominantes seculares, a revolução islâmica do Irão trouxe aos jovens libaneses um forte entusiasmo. Numa reunião liderada pelo embaixador do Irão na Síria resulta outra organização, que teria a ideologia de Teerão, o Hezbollah ou Partido de Deus. Note-se que inicialmente o principal objectivo do Hezbollah eram os elementos seculares do Amal e os cristãos maronitas, que dominavam o sector político. O objectivo seria constituir um Estado puramente islâmico como única solução para que o Líbano recuperasse da destruição da guerra civil e da intervenção do Ocidente. Posteriormente, Israel, aquando da invasão do

⁵⁰¹ Alexandre Santos de Amorim, *A Globalização do Radicalismo Islâmico – Um Estudo de caso da Al Qaeda sob a luz do choque de civilizações*, Instituto de Relações Internacionais – IREL, Brasília, 2008, pag 41.

⁵⁰² Idem, ibidem, pag 44.

Líbano em 1982, passava-se a constituir no seu alvo principal igualmente como os EUA, devido à presença de forças das Nações Unidas.

Quando Israel lançou a Operação para a Paz para a Galileia visava apenas a eliminação de forças palestínianas situadas no sul do Líbano, donde desencadeavam os seus ataques contra território judaico, porém, estendeu os seus objectivos com a perseguição aos efectivos da OLP, até à periferia de Beirute. Sem qualquer tipo de recursos para se oporem contra as forças israelitas, a Síria apela aos sectores mais radicais para intervir na configuração política libanesa. Estava criada a Amal Islâmica. O Sheikh Fadlalla, líder ideológico do Hezbollah, opunha-se a qualquer reconciliação com Israel e com o Ocidente devendo para tal concentrar esforços contra eles.⁵⁰³

Nos anos seguintes o partido de Deus seria responsável pela radicalização xiita do Líbano diante dos sentimentos de discriminação e de ressentimento existentes na população. Outro elemento importante é a forte dependência, quer em termos militares, quer em termos financeiros, recebida do Irão. Mas a organização tem também orçamento próprio proveniente da exploração de superfícies comerciais, e não só, que vão permitindo postos de trabalho a muitos libaneses.⁵⁰⁴

Simultaneamente, com o serviço social o Hezbollah conseguiu elevada aceitação no seio da juventude, essencialmente na mais carenciada. Nos anos seguintes levou a cabo uma política baseada em atentados contra alvos israelitas e ocidentais, bem como o rapto de cidadãos ocidentais no Líbano. Apesar de não ser inédito no campo do terrorismo, o Hezbollah empregou o uso de mártires, tendo posteriormente repercutido esta prática a todo o Mundo. Quanto a esta forma de operar a liderança reserva-a apenas para circunstâncias especiais.

6.8.3. A Islamização do Conflito

De facto o conflito israelo-palestíniano, na década de 1980, encontrava-se longe das prioridades islâmicas, que se concentravam nos conflitos entre o Irão e o Iraque e na Guerra do Afeganistão. A luta por um Estado palestíniano com identidade árabe havia perdido a força, muito em parte, pelo mérito de Israel que conseguira neutralizar as inúmeras tentativas terroristas palestínianas.

⁵⁰³ Eodem loci.

⁵⁰⁴ Alexandre Santos de Amorim, *A Globalização do Radicalismo Islâmico – Um Estudo de caso da Al Qaeda sob a luz do choque de civilizações*, Instituto de Relações Internacionais – IREL, Brasília, 2008, pag 45.

O marco da primeira Intifada marca a transformação do movimento que era altamente nacionalista e secular para o processo de islamização do movimento palestino. A luta de jovens palestinos, através das pedras, suscitou a atenção internacional que rapidamente interveio com uma série de pressões no sentido de solucionar o problema. De facto, resultaria no reconhecimento da ANP que paralelamente culminou com a criação de organizações terroristas, que teriam um papel decisivo no conflito israelo-palestino.⁵⁰⁵

A radicalização que se verificava no mundo Islâmico e as condições altamente precárias existentes em Gaza e Cisjordânia conduziu a uma alteração da Irmandade Muçulmana Palestina que abandonaria a sua postura passiva passando a ser apoiante de uma Jihad contra o Estado de Israel. Criava-se desta forma uma nova organização terrorista – O Hamas ou o Movimento de Resistência Islâmico. A declaração da Jihad pelo Hamas, que se tornaria pública em 1987, apelava a uma Guerra Santa, onde a luta contra os judeus e cristãos era um dever religioso de todo o muçulmano. Contudo, desenvolveu-se uma grande animosidade entre o Hamas e a OLP, tendo existido publicações anti-OLP que acusavam os seus líderes de corrupção e cobardia. O apoio financeiro provinha da Arábia Saudita, dos Estados do Golfo e de outras organizações islâmicas⁵⁰⁶.

As actividades terroristas do Hamas iniciaram-se em 1988, sendo levadas a efeito pelo braço armado do movimento, as brigadas Izz a Dina I-quassan, e tiveram como alvo árabes no seguimento dos atritos entre Hamas e a OLP. Só posteriormente os israelitas se constituíram objectivo dos seus ataques. Os atentados contra alvos militares, difíceis de concretizar, e contra os colonatos, com poucas baixas, levou o grupo a realizar ataques contra autocarros de passageiros, bares e discotecas nas principais cidades israelitas. No ano de 2000, o número de atentados do Hamas superou o dobro da soma dos atentados executados por todas as outras organizações terroristas⁵⁰⁷.

Após a morte de Yasser Arafat, nas eleições legislativas de 2006, apesar da resistência inicial, o Hamas acabaria por se envolver vencendo-as de modo surpreendente. A situação decorrente agravou-se, tornando-se instável e frágil, pela

⁵⁰⁵ Idem, Ibidem, pag 48.

⁵⁰⁶ Idem, Ibidem, pag 50.

⁵⁰⁷ Idem, ibidem, pag 51.

guerra entre o Hamas e os integrantes do Fatah, que se encontravam vinculados à antiga OLP.

Na região para além dos grupos terroristas referidos existem outros. Um deles é a Jihad Islâmica Palestiniana. Fundado no Egipto, recebe apoio do Irão para efeitos financeiros e logísticos. Contrariamente ao Hamas, não se empenha em actividades sociais e religiosas, mas somente em acções terroristas. Por sua vez, existem outros sem qualquer ligação islâmica, encontrando-se inteiramente ligadas à Fatah. É o caso das Brigadas Tanzim, criadas pela ANP com o intuito de contrariar a expansão islâmica e principalmente como o embrião do Exército palestino, e a Força 17, criada a partir da força de segurança de Yasser Arafat, tendo participado no sequestro dos atletas israelitas nos jogos Olímpicos de Munique.⁵⁰⁸

A Al Qaeda, a organização mais conhecida a nível mundial exerce, também, fortes influências na região. Apesar de não existirem provas concretas sobre qualquer ligação a outras existe a prova do testemunho de Osama bin Laden sobre a sua pretensão em relação ao Estado Judeu.

Numa pequena aldeia no norte da Cisjordânia, de seu nome Silat al-Harithiya, perto de Jenin, os habitantes têm uma especial devoção a Abdullah Azzam. Os seus habitantes prestam-lhe homenagem atribuindo o seu nome aos principais locais de culto da localidade. *“Os jovens da aldeia sentem o mesmo que eu. Respeitam muito o sheikh, o Dr. Abdullah Azzam, que é para nós um símbolo enquanto palestinianos, um defensor da pátria. Os jovens querem seguir os seus passos”*⁵⁰⁹ refere um jovem da aldeia.

Mas quem é afinal Abdullah Azzam? O palestino Abdullah Azzam, é o grande ideólogo da Al-Qaeda e da Jihad mundial, da guerra santa, e considerado o professor espiritual de Osama bin Laden. Após a guerra dos Seis Dias, o sheikh transferiu-se para a Jordânia, onde se especializou em estudos islâmicos, tendo posteriormente leccionado em várias Universidades, entre elas a de Jidá, na Arábia Saudita. Foi nesta Universidade que conheceu um aluno que actualmente todo o Mundo conhece: bin Laden. A influência sobre o seu discípulo fora imensa. Para bin Laden, o Sheikh Abdullah Azzam era considerado a figura paternal e o filósofo da Jihad Mundial. Tendo posteriormente lutado juntos contra os soviéticos, no Afeganistão, o sheikh

⁵⁰⁸ Idem, Ibidem, pag 53.

⁵⁰⁹ Henrique Cymerman, *SIC visitou a aldeia da Cisjordânia onde nasceu a Al-Qaeda*, [Consultado em 05JUL10]. Disponível em: <http://sic.sapo.pt/online/video/informacao/noticias-mundo/2010/7/sic-visitou-a-aldeia-da-cisjordania-onde-nasceu-a-al-qaeda02-07-2010-221337.htm>, (2010).

Abdullah Azzam assumira a responsabilidade pela ideologia ao passo que bin Laden pelos fundos. De igual modo a força do sheikh chegara a muitos dos suicidas do 11 de Setembro, dos atentados de Londres e Madrid que evocaram o seu nome momentos antes dos acontecimentos. Osama bin Laden chegara ao ponto de jurar lealdade a Azzam, um dos actos revestidos de maior significado no Islão e praticados desde o profeta Maomé.

Na Mesquita da aldeia, que recebera também o seu nome, um habitante, totalmente embebido e convicto da ideologia herdada do sheikh Azzam afirma: *”A nossa missão é convencer os ocidentais a converterem-se ao Islamismo e a acreditar em Alá e na sua lei do Corão, a lei verdadeira. A religião muçulmana diz que aquilo que vocês (ocidentais) consideram ser atentados são, na realidade, actos de legítima defesa”*⁵¹⁰. O irmão do sheikh, Abdel Malik Azzam, refere que *“há casos no Islão em que é permitido matar. Quando for em legítima defesa, para lutar contra os opressores”*⁵¹¹.

A cultura que se transmite a todos os habitantes da aldeia engloba a homenagem à figura do sheikh Azzam e às suas ideologias. A escola, também chamada *“Abdullah Azzam”*, ponto de passagem da maioria dos jovens, tem na sua porta de entrada a palavra Jihad e muitos grafites dedicados aos bombistas suicidas. Mas não é só na Palestina, a veneração estende-se a milhões de islamitas considerando-o um verdadeiro Mártir.

6.9. Síntese Conclusiva

De acordo com o exposto pode-se afirmar que as actividades de teor terrorista foram fundamentais para o afastamento do controlo britânico na região e determinantes à criação do Estado de Israel. Antes, porém, e associado aos objectivos sionistas seria importante *“livrarem-se do povo palestiniano”*, porque efectivamente os judeus estariam conscientes das dificuldades que esse povo lhes poderiam oferecer, existindo sempre o risco de comprometimento na missão.

Note-se que o terrorismo no conflito israelo-palestiniano terá sempre duas interpretações, onde cada uma estará associada a cada facção. Enquanto, o terrorismo foi uma das armas do povo judeu para a prossecução do seu objectivo final, a criação do Estado, para os palestinianos, que não dispunham de qualquer capacidade para lhes

⁵¹⁰ Eodem loci.

⁵¹¹ Eodem loci.

fazer frente, foi o terrorismo a solução encontrada para que pudessem resistir à invasão e lutarem por aquilo que lhes pertencia por direito. Inerente à aplicação deste recurso a responsabilidade recairá sempre em sentido mais gravoso para o lado israelita, uma vez que terá outras responsabilidades enquanto Estado. Independente dos actores, ideologias e motivações das organizações terroristas o carácter pautou-se, na sua maioria, por uma postura fortemente nacionalista.

Outro importante factor que se deverá ter em consideração é a primeira “internacionalização” do terrorismo, levada a efeito por Yasser Arafat, no início da década de 1970. Sem qualquer dúvida a OLP foi a pioneira na forma como ampliou o foco da sua luta no sentido de captar a atenção da opinião pública mundial. Porém, em nenhum momento a OLP alterou a sua conduta laica mantendo-se fiel ao objectivo de criar um Estado Palestino.

Relativamente aos dois grupos de teor islâmico, o Hamas e o Hezbollah, são ambos consequência directa do ressurgimento islâmico. Contudo, apesar de fortes influências religiosas, inseriram-se numa política que visa objectivos predominantemente nacionalistas. O discurso religioso destas organizações assenta meramente numa ideologia por uma causa, mais do que propriamente num fim. Outro factor, é a determinação comum dos seus inimigos, EUA e Israel, que dentro de óptica civilizacional são meramente inimigos por dificultarem a acção na concretização dos seus objectivos políticos.

7. AMBIENTE EXTERNO DE ISRAEL

Os objectivos fundamentais de qualquer Estado são a Segurança, o Progresso e o Bem-estar da sua população. De modo a atingi-los é necessário o desenvolvimento de um conjunto de políticas no âmbito da manutenção da integridade territorial e da capacidade de defesa contra qualquer invasor, da segurança das populações, da liberdade de acção, do desenvolvimento económico e social, entre outros. São evidentes, por exemplo, a necessidade de manter boas relações com os países produtores de recursos que Israel importa, com os países emissores de investimento directo e com os mercados onde Israel coloca as suas exportações. Neste sentido procura-se neste capítulo analisar o ambiente externo para determinar quais as dinâmicas geopolíticas/geoestratégicas, identificando-se e caracterizando-se, deste modo, quais as áreas e os actores preponderantes, no SPI, para Israel. Dar-se-á destaque aos actores que desenvolvem relações com este, tais como: os Estados fronteiriços, o Quarteto para a paz no Médio Oriente, a NATO e a Turquia. As potências emergentes, tal como a China e o Brasil, não serão esquecidas e explorar-se-ão as relações e as visões destes sobre Israel. Por último, mas não menos importante, o Irão, com o seu desenvolvimento nuclear associado à sua explícita pretensão em destruir o Estado de Israel, delinee-se uma redobrada importância, na “simbiose” existente nestes dois países do Médio Oriente. Antes, porém, far-se-á uma breve descrição geopolítica no Médio Oriente para melhor enquadrar as relações de cada actor.

Ressalva-se que a volatilidade inerente a esta região sobretudo com os reflexos da revolução de Jasmim, ocorridas na Tunísia mas com percussões a todo o mundo árabe, terão importantes consequências nomeadamente no presente capítulo corroborando para necessárias actualizações dos dados apresentados.

7.1. Breve descrição Geopolítica do Médio Oriente

A queda do Império Otomano, a par do Safávida (dinastia persa shiita), permitiu ao Reino Unido e à França imiscuírem-se no Médio Oriente. A desintegração conduziu à presente miscelânea de Estados e, ainda, a quatro territórios sob disputa (Montes Golan, Faixa de Gaza, Margem Ocidental e Chipre). Com o armistício de 1918 o Império Otomano, derrotado da IGM, via a França e o Reino Unido dividirem entre si o Crescente Fértil. Para a França: O Líbano e a Síria; para o Reino Unido: O actual Iraque, a Jordânia e a Palestina.

O abandono do carvão por parte da Marinha Britânica e a consequente transição para o petróleo conduziu a que se elevasse a importância estratégica do Médio Oriente. Facto possível derivado ao afastamento dos Otomanos da Arábia. Posteriormente, a consolidação das ligações do Reino Unido às inúmeras tribos das costas meridional e oriental e as “cartas de MacMahon” permitiam que os Sauditas criassem o seu reino.⁵¹²

Winston Churchill desempenhando, no ano de 1920, as funções de Secretário de Estado para as colónias, criava um novo país. Bagdade, Mossul e Bossorá, províncias otomanas da Mesopotâmia, formavam juntas um Estado. Iraque, termo árabe que significa linhagem nobre, foi o nome escolhido, ficando sobre a égide do Príncipe Faïçal, que viria a ascender ao trono em Agosto de 1921. A revolta dos povos iraquianos não se fez esperar e foi mesmo necessário o auxílio dos meios aéreos da República Federal Alemã para os conter. Os dissidentes eram enviados para o exílio e a coroa britânica anulava a decisão do tratado de Sèvres, negando aos curdos a formação do Estado independente. A voz da oposição proveniente da Turquia e a descoberta do recurso precioso na região estiverem por detrás da decisão.⁵¹³

A cisão do Império Otomano prosseguia e no ano de 1922 o Reino Unido impunha as fronteiras “a regra e esquadro” ao Kuwait, à Arábia e ao Iraque. O Curdistão furtava-se da agenda britânica, ao passo que a Palestina se fragmentava em duas: a Transjordânia e a Palestina. Esta viria a ser excluída devido à promessa de se criar o “Lar Nacional Judeu”. O Rei Faïçal perdia o Hedjaz (costa ocidental da Arábia), composto pelas cidades santas de Medina e Meca, para Ibn Saud, o que resultaria na atribuição dos reinos do Iraque e Transjordânia aos 2 filhos do Rei Hashemita.⁵¹⁴

Com a guerra novamente a ameaçar, a França reforçava o domínio directo sobre os dois países, conforme Versalhes. O soberano Hashemita Faïçal da Síria era expulso e o Líbano, maioritariamente muçulmano, ficava sob a égide cristã maronita. O norte de África era, também, dominado pela França, mais precisamente desde Marrocos até à Líbia. A outra potência mundial, o Reino Unido, dominava o restante da Líbia, o Egipto, a Palestina, a Jordânia, o Iraque, o Sudão e, ainda, a Península Arábica. As duas potências beneficiavam bastante destas ocupações: o canal do Suez era controlado; de

⁵¹² Eduardo Santos, *A Geopolítica do Médio Oriente*. In Revista Militar [Consultado em 12DEZ09], Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=474>, 2009.

⁵¹³ Eodem loci.

⁵¹⁴ Eodem loci.

igual modo o entreposto de Aden; o algodão proveniente do Egipto; a venda de armas; e o muito prezado petróleo.

Para além da divisão a ruptura do Império Otomano e Safávida levou a que a liderança dos Estados fosse entregue a “*um grupo de príncipes tribais, dinastias diletantes e Estados acidentais*”⁵¹⁵. Estes não detinham a tecnologia nem as capacidades necessárias para gerir correctamente o negócio do Petróleo. A descoberta do recurso precioso permitia o enriquecimento rápido para alguns dos novos Estados, enquanto para outros se tornava na razão da sobrevivência e da continuidade. O TGEN Silvestre dos Santos refere que com estados de espírito e mentalidades retrógradas, a liderança das comunidades sob a estrutura hierarquizada parecia não se encontrar preparada para tamanha sorte. Os lucros provenientes do petróleo eram, pelos dirigentes, utilizados na construção de exércitos com o objectivo de os defender. Em prol do intuito referido furtavam-se as ideias opostas em tecnologia e em formação. Os líderes encontravam-se bastante absorvidos na criação de instituições governamentais e simultaneamente empenhados em afastarem o controlo estrangeiro. As consequências, sob a camuflagem da ganância, desafiavam as leis do Alcorão e punham em risco a continuidade da família reinante.⁵¹⁶

A IIGM viria a alterar os interesses dos EUA no Médio Oriente. O Império Britânico que se desmoronava, facilitava o acesso daqueles na região. O interesse do petróleo e a criação do Estado de Israel seriam as razões principais que intensificavam a presença dos EUA. Porém, antes do Presidente Truman reconhecer Israel, Roosevelt chegara mesmo a garantir a Ibn Saud que intercederia, mediante acesso ao petróleo, contra os Judeus. Contudo, os EUA identificavam e defendiam os seus interesses vitais na região. O acesso privilegiado aos recursos gás e petróleo, a paz e o combate às ameaças directas sobre a sua segurança⁵¹⁷.

Na resolução 181 da Assembleia Geral da ONU, os EUA propõem a divisão da Palestina em três: a cidade de Jerusalém que ficaria sob jurisdição da ONU; a criação de um Estado para os 600 mil judeus, abrangendo uma faixa territorial com boas características para fins agrícolas; e, para uma população de árabes na ordem dos 1,3 milhões, mais do dobro de Israelitas, um Estado menor. A resolução em questão seria

⁵¹⁵ Eduardo dos Santos, *A Geopolítica do Médio Oriente*, In Revista Militar [Consultado em 12DEZ09], Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=474>, 2009.

⁵¹⁶ Eodem loci.

⁵¹⁷ Eodem loci.

rejeitada por todos os países Árabes não chegando a ser implementada. Porém, a criação do Estado de Israel assenta sobre a mesma Resolução, sendo a justificação legal.⁵¹⁸

Quando a França se retirava do Levante⁵¹⁹, no ano de 1946, a Síria e o Líbano tornavam-se independentes. Enquanto a URSS se preparava para reconhecer o Estado de Israel, Truman autorizava, apesar do parecer contrário de George Marshall, o imediato reconhecimento de Israel. Os EUA adiantavam-se desta forma à URSS e seriam os primeiros a fazê-lo. Decorria, então, o ano de 1948. O Reino Unido que se retirava da Palestina “permitiu” que se assistisse ao primeiro conflito israelo-árabe da qual o Egipto saíra derrotado. Motivações assentes nessa derrota levam Nasser a liderar as acções que acabariam por derrubar a monarquia e a obrigar o rei Faruk ao exílio.⁵²⁰

A base de Dhahra, na Arábia Saudita, através de um acordo de defesa mútuo era arrendada aos EUA, em 1951. Anos depois face à popularidade ganha pelo Primeiro Ministro do Irão, Mossadeq, aquando da sua declaração relativa à intenção da nacionalização das companhias petrolíferas, a CIA concebeu um golpe com o objectivo de manter o Xá no poder e a consequente preservação dos interesses petrolíferos no País. Tal política acabaria por repercutir consequências na tomada de posse do aiatola Khomeini. Em 1955 era assinado o Pacto de Bagdade⁵²¹, cujo objectivo seria a mobilização dos países da região para assegurar a primazia sobre o Petróleo. O fecho do Estreito de Tiran ao tráfego marítimo israelita e o apoio solicitado à URSS, em 1956, foram medidas desencadeadas pelo Egipto para contrapor o fornecimento de armas com características ofensivas por parte do Canadá e França a Israel. Tais medidas levariam o Presidente Eisenhower a retirar a promessa no apoio financeiro necessário à construção da barragem de Assuão. A resposta egípcia não demoraria em fazer-se sentir, acabando por nacionalizar o canal do Suez.⁵²²

A França, que se ressentia do apoio prestado pelo Egipto à rebelião argelina, e Israel, com o objectivo de atingir o Mar Vermelho e anular a reivindicação egípcia sobre o território da Faixa de Gaza, aliam-se ao Reino Unido e invadem o Egipto. Nenhum Estado árabe interferiu em auxílio a este ao contrário do Presidente norte-

⁵¹⁸ Eduardo dos Santos, *A Geopolítica do Médio Oriente*, In Revista Militar [Consultado em 12DEZ09], Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=474>, 2009.

⁵¹⁹ O Levante é um termo geográfico impreciso que se refere, historicamente, a uma grande área do Médio Oriente, limitada a oeste pelo Mediterrâneo e a leste pelo Deserto da Arábia setentrional e pela Mesopotâmia, o qual não inclui a Península Arábica, o Cáucaso ou a Anatólia.

⁵²⁰ Eduardo Santos, *ibidem*.

⁵²¹ Assinado pela Turquia, Irão, Iraque, Paquistão, Reino Unido e EUA.

⁵²² Eduardo Santos, *ibidem*.

americano que interveio contra a ofensiva acabando por conduzir à primeira crise no âmbito da NATO e que, posteriormente, viria a acabar com o imperialismo europeu na região. Por outro lado, o desafio conseguido pelo Presidente Nasser e a posterior nacionalização acabariam por elevar o orgulho da família árabe. Desde então, o líder egípcio começou a sustentação da guerrilha palestina.⁵²³

Israel, de forma meritória, aproveitava o erro estratégico de Nasser, quando este, no dia 5 de Junho de 1967, surpreendentemente expulsava as forças da ONU que se encontravam na fronteira desde 1956. O estreito de Tiran era, também, encerrado às embarcações israelitas e assistia-se a grandes movimentações de tropas no Sinai, enquanto cerca de 50 mil militares egípcios se empenhavam no apoio a uma das facções da guerra civil do Iémen. A aliada Jordânia, cedendo às pressões egípcias, atacava Jerusalém e Netanya.⁵²⁴

A Guerra dos Seis Dias assinalava um importante marco da história. Israel demonstrava ser capaz de alterar surpreendentemente o rumo dos acontecimentos e efectuar o equilíbrio regional. Em poucas horas a força aérea egípcia e síria era completamente dizimada, a sua maioria no solo, através de um ataque surpresa efectuado pelos caças israelitas. Explorando a vantagem alcançada no plano terrestre quatro dias foram suficientes para reconquistar a Faixa de Gaza e a Península do Sinai. Os restantes 2 dias destinaram-se à conquista dos Montes Golan. Estes de extrema importância estratégica. Para além de reunirem a maioria dos nascentes do rio Jordão, recurso de elevada importância na região, permite o controlo total sobre a área circundante. Além de permitir a observação e a consequente monitorização sobre Damasco permite o controlo da Zona “Tampão” (desmilitarizada) desde 1948. Tanto a Síria como a Jordânia saíam claramente derrotadas do conflito devido a “jogarem” conforme Nasser pretendia. Contudo, tamanho erro parece não ter sido suficiente uma vez que voltariam a sofrer, no ano de 1973, aquando da tentativa de reaver os territórios perdidos. Esta derrota levaria a um recrudescer da influência soviética sobre os povos árabes apesar de se sentir embaraçada pela esmagadora vitória israelita e pela influência americana. Israel possuía armamento proveniente dos EUA enquanto os árabes eram

⁵²³ Eduardo dos Santos, *A Geopolítica do Médio Oriente*, In Revista Militar [Consultado em 12DEZ09], Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=474>, 2009.

⁵²⁴ Eodem loci.

armados pelo bloco Soviético. Em 1970, Anwar Sadat, Vice-Presidente egípcio, sucedia a Nasser devido a não resistir a ataque cardíaco.⁵²⁵

Em Outubro de 1973, contando com melhorias significativas na sua organização militar e política, fruto do apoio soviético, a Síria e o Egipto apoiados militarmente, pela Jordânia e Iraque, e financeiramente, pela Arábia Saudita, tentavam retomar os territórios perdidos no período de 1947 a 1949, mas sobretudo na Guerra dos Seis Dias. Fazendo uso de mísseis portáteis, de origem soviética, atingiam alvos israelitas localizados em territórios árabes provocando-lhe pesadas baixas. O dia escolhido seria o dia festivo de origem religiosa, o Yom Kippur, na qual a guerra não era permitida. Os israelitas que se encontravam completamente desprevenidos sentiam, pela primeira vez, grandes dificuldades.

O Presidente egípcio, Anwar Sadat, transmitia a Israel e aos EUA, vinte e quatro horas após o ataque inicial, que se encontrava pronto a interromper o ataque caso as grandes potências intervissem a favor dos árabes. Israel concentrava o seu esforço no sector norte, onde era detentor de superioridade aérea, acabando por derrotar as forças sírias que haviam penetrado nas suas áreas defensivas. A ausência do ímpeto e a demora exagerada do Presidente Sadat, que ignorou os apelos do Presidente Assad, decidiu, finalmente, progredir na península do Sinai, que se encontrava fora do alcance dos mísseis. Tal decisão permitiu a Israel repelir os sírios, consolidar e reorganizar-se de modo a iniciar a ofensiva a sul, chegando a atravessar o Canal do Suez, fazendo “ouvidos moucos” ao CSNU, com o objectivo de atingir o Cairo. Tal acabaria por não se verificar. O responsável fora Henry Kissinger, que fortemente pressionado por Moscovo, conseguira demover os israelitas de tal intenção, apesar de se sentirem verdadeiramente ressentidos pelo ataque se ter verificado num dos dias mais importantes do Judaísmo.⁵²⁶

O Egipto acabaria por recuperar o Sinai mas o seu presidente pagaria caro, ao ser assassinado, em 1981, por um grupo de islamitas. Em suma, a superioridade aérea egípcia acabaria por não conseguir ser correctamente explorada, decorrente da deficiente utilização dos sistemas de defesa móveis. Por seu turno, o auxílio prestado pelos EUA revelou-se fundamental para inverter o sentido das operações, colocando ao inteiro dispor de Israel informações colhidas via satélite e pelo apoio técnico e logístico.

⁵²⁵ Eduardo dos Santos, *A Geopolítica do Médio Oriente*, In Revista Militar [Consultado em 12DEZ09], Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=474>, 2009.

⁵²⁶ Eodem loci.

A guerra de Yom Kippur elevou o valor da “defesa em profundidade”, visto que com a exclusão da Margem Ocidental as dimensões de Israel, na sua extensão longitudinal, corresponderiam a um valor inferior a 15 Km, o que defensivamente seria incomportável.⁵²⁷

Na década de 1970, as propostas para a obtenção da Paz pelo CSNU seriam bloqueadas pelos EUA. O acordo de Camp David em 1978 definia um apaziguamento entre israelitas e egípcios, mas que obscuramente ignorava os palestinos. No ano seguinte, com o objectivo de contrariar a teocracia shiita no Irão e o apoio deste à Jihad Islâmica, ao Hamas e ao Hezbollah foi assinado um acordo secreto entre os EUA e a Arábia Saudita. O mesmo decretava o envio de “mujahedins” para o Afeganistão com o objectivo de expulsar os soviéticos. Em 1989, a retirada soviética do Afeganistão foi considerado uma vitória do Islamismo.⁵²⁸

A história encarrega-se de demonstrar que o interesse comum numa União Árabe não é concretizável devido à falha nas relações inter-árabes. Os movimentos baathista e nasserista encontravam-se em curso. O primeiro acabaria por desintegrar-se com os nacionalismos iraquiano e sírio. Por sua vez, o nasserismo expiraria com a derrota de 1967. Em 1968, o poder é alcançado pelo partido Baath no Iraque, e em 1969 seria a vez da Líbia que sofreria um golpe militar liderado pelo Coronel Kadafi, sectário de Nasser.⁵²⁹

O Acordo de Argel firmado, em 1975, entre o Xá e Saddam resolve o diferendo existente sobre a fronteira, na região de Shat-el-Arab (foz confluyente dos rios Eufrates e Tigre). O mesmo passa a atestar a posição, defendida pelo Irão, relativa à fronteira, ficando a mesma definida sobre a linha média do rio. Em 1978, presumivelmente devido a um acordo, o líder iraquiano expulsa o aiatola Khomeini do país, na altura em que liderava uma acção contra o regime do Xá Reza Pahlavi. Meses mais tarde acabaria por se tornar o líder do Irão. Decorria, então, o ano de 1979 e com tal alteração no poder iraniano, os EUA perdiam o seu maior aliado no Médio Oriente o que conduziu a estreitar laços com a Turquia e com os Estados da Península Arábica. O Presidente Cárter ao receber o deposto Xá no seu país, eventualmente para tratamento médico,

⁵²⁷ Eduardo dos Santos, *A Geopolítica do Médio Oriente*, In Revista Militar [Consultado em 12DEZ09], Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=474>, 2009.

⁵²⁸ Eodem loci.

⁵²⁹ Eodem loci.

levou os iranianos a ocupar a embaixada americana em Teerão e a constituir reféns os seus ocupantes, por um período superior a um ano.

Em 1979 assiste-se à invasão do Afeganistão pelos soviéticos, a par de uma insurreição islâmica em Meca, que conduz à política de Carter: “qualquer acção de uma potência hostil para tomar o controlo do Golfo seria considerada como um assalto aos interesses vitais dos EUA”⁵³⁰. No mesmo ano a invasão do Irão pelo Iraque iniciaria uma guerra que duraria oito longos anos. O apoio prestado ao Irão veio da Síria, Líbia, Argélia e Líbano ao passo que o Iraque era apoiado pela Arábia Saudita, Kuwait, Jordânia, Iémen, Sudão, os Estados do Golfo, Egito e pelos EUA. Estes últimos prestariam um importante auxílio ao cederem preciosas informações enquanto os Estados petrolíferos desempenharam o apoio financeiro.

Para o Irão o armamento provinha essencialmente da URSS mas, também, de Israel, Líbia e EUA, ao passo que a ajuda política remetia da Líbia e Síria. Diferente de Oman, que se declarou neutro, a OLP adoptou uma dupla postura ao tentar o “jogo duplo”. Os EUA que iniciaram por apoiar o Irão, em armamento, e simultaneamente assegurar os judeus de Teerão inverteram a sua posição, em 1984, aquando da ameaça iraniana sobre o fecho do estreito de Ormuz às embarcações estrangeiras. Washington disponibilizou ao Iraque informações, obtidas por satélite, sobre as movimentações iranianas tendo sido determinantes para a obtenção da vitória do Iraque.⁵³¹

Nesse conflito os Curdos encontraram uma oportunidade, que tentaram explorar, para alcançarem a auto-determinação. Para tal, formaram uma milícia, os “*pesh merga*”⁵³², contando com o apoio proveniente do Irão a nível de armamento. Contudo, o apoio americano e, também, iraniano acabaria com o final do conflito, o que levou Saddam a acusá-los de traição pela aliança formada com o Irão. A punição imposta por Saddam foi uma série de atrocidades, destacando-se o recurso à guerra química, detenções em massa e posteriores execuções. A guerra cessaria em Julho de 1988 com a aceitação de um cessar-fogo proposto pelo CSNU. O longo período de guerra levou a

⁵³⁰ Eduardo dos Santos, *A Geopolítica do Médio Oriente*, In Revista Militar [Consultado em 12DEZ09], Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=474>, 2009.

⁵³¹ Eodem loci.

⁵³² Aqueles que enfrentam a morte.

que o Iraque ficasse altamente endividado, motivando Saddam a invadir o Kuwait⁵³³, a par da forte convicção do Iraque em identificar esse território como seu⁵³⁴.

O Líbano que desde a adopção da resolução 181 se tornara o refúgio de 100 000 palestinianos, provenientes de Israel, via o número elevar-se aos 300 mil em 1975, o que acabaria por originar a guerra civil. A OLP desempenharia um papel crucial neste conflito onde formaria uma base com o propósito de a partir dela atacar Israel. Este que vira a Síria e o Egipto fora de combate canaliza as suas atenções sobretudo para o vale de Bekaa, no sul do Líbano, para fazer face a tais movimentações. A tentativa em assassinar Sholomo Argov, embaixador israelita em Londres, foi o pretexto bélico para a nova invasão do Líbano, apesar da Mossad possuir as provas concretas que o acto haveria sido realizado pelo grupo palestiniano Abu Nidal. Israel, com o objectivo de expulsar do Líbano a população palestiniana para a Jordânia e as forças sírias, avançou para a zona de segurança, ficando a acção conhecida como a Operação Paz para a Galileia. Oito dias depois, no dia 13, Beirute seria cercada por 70 dias.

O Hezbollah seria a resposta da ala radical dos shiitas libaneses, que contaria com o apoio da Síria e do Irão. Este seria determinante no envio de um contingente da Guarda Revolucionária Iraniana com o propósito de treinar os membros da organização terrorista. A crescente hostilidade nas populações sauditas impeliram os EUA, em 2002, a desenvolverem o seu novo Quartel-General na região formando uma gigantesca base aérea no Qatar.

7.1.1. O Médio Oriente Actual

De uma forma análoga, e de acordo com o TGEN Silvestre dos Santos, poder-se-á afirmar que a sociedade do Médio Oriente se encontra como a sociedade europeia de 1215, após o impedimento do poder absoluto pelo Rei João expresso na Magna Carta.⁵³⁵ Esta transferência recairia nos nobres que, entre outras, teriam a responsabilidade de zelarem pelos direitos dos camponeses. Esta relação de responsabilidade é actualmente utilizada no Médio Oriente nomeadamente com a figura do Sheikh, onde este é protegido pelos membros da tribo em troca dos serviços prestados pelos membros da tribo. “*O Médio Oriente está atrasado, pois não tem democracias*” onde “*a persistência*

⁵³³ De notar que o Kuwait é um Estado artificial, criado pela Grã-Bretanha no ano de 1961, fruto do retalho da região Árábica.

⁵³⁴ O Iraque surge da junção de três províncias otomanas da Mesopotâmia (Bassorá, Bagdade e Mossul) tendo o Kuwait pertencido a Bassorá.

⁵³⁵ Eduardo dos Santos, *A Geopolítica do Médio Oriente*, In Revista Militar [Consultado em 12DEZ09], Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=474>, 2009.

*das autocracias tem uma causa mais profunda: no processo de evolução política, a região está atrasada dois ou três séculos, relativamente ao Ocidente. Os seus sistemas político, eleitoral e judicial ainda estão numa fase embrionária.”*⁵³⁶ A autocracia manifesta-se de diversas formas podendo-se considerar que, dos 19 Estados da região, “sete são autocracias tribais ou comunalistas (Arábia Saudita, Bahrain, Emiratos Árabes Unidos, Jordânia, Kuwait, Oman e Qatar), três são autocracias militares (Egipto, Iémen e Turquia), três são autocracias partidárias (Iraque – até 2003 – Líbano e Síria); cinco são autocracias étnicas (Arménia, Azerbaijão, Chipre, Geórgia e Israel); e uma é uma teocracia (Irão).”⁵³⁷

As heranças dos trinta e dois impérios que passaram pela região, nos últimos 4300 anos, foram determinantes para que actualmente as diferenças sejam bastante significativas. Desses, vinte e três eram nativos e os restantes nove eram exteriores à região (romanos, mongóis por duas vezes, macedónios, cruzados, franceses, britânicos, russos e os americanos que ainda permanecem no Iraque). Contudo, o domínio imperial europeu visava a obtenção de lucros o que provocou a alteração das fronteiras conforme o interesse. Os EUA ao imiscuírem-se na região interviriam inicialmente no Irão (1953), posteriormente no Líbano e Síria (1957) e no Iraque (1991). Em 2003 novamente, assumiria uma postura de imperialismo total, cujos contornos não se encontram precisos.⁵³⁸

A conexão religiosa é inteiramente insignificante na criação de um Estado, porém os Estados, conforme o entendimento europeu, só no séc. XX se instaurou no Médio Oriente destronando o tribalismo que vigorava desde o início da História. No entanto em quatro Estados a estabilidade encontra-se ameaçada face à pressão decorrente da desigualdade tribal entre a população e o Governo. O Iraque e o Bahrein possuem regimes sunitas apesar da sua população ser maioritariamente shiita; Na Síria, os sunitas e cristãos maronitas, e no Líbano, os sunitas e shiitas, são dominados pelo regime shiita alawita de Damasco.⁵³⁹

Apesar do Médio Oriente se encontrar decomposto em Estados, com excepção feita para os territórios em disputa, caso do Chipre e da Palestina, muitas das fronteiras derivaram do imperialismo europeu. Neste raciocínio interroga-se se o Médio Oriente já

⁵³⁶ Eodem loci.

⁵³⁷ Eodem loci.

⁵³⁸ Eodem loci.

⁵³⁹ Eodem loci.

atingiu a sua Vestfália. O comunalismo exagerado prova ter estado presente na Palestina aquando da expulsão dos árabes, em 1948, ou nos ataques suicidas a populações israelitas por parte de Palestínianos, sendo a ideologia detentora no poder.

7.1.2. A Palestina

O conflito que segundo o TGEN Silvestre dos Santos perdura na Palestina é resultado da causa de dois direitos: de um lado o direito dos palestínianos a viver na pátria dos seus antepassados; por outro o direito dos judeus a um refúgio de perseguição. As vítimas de uma ausência de lei no Médio Oriente, do interesse egoísta ocidental e uma atitude árabe inepta as principais vítimas são os palestínianos. Após a queda do Império Otomano os palestínianos, que eram os seus súbitos, não possuíam liderança própria permitindo que os europeus, mais precisamente os franceses e britânicos, retalhassem a região e que iludissem os árabes com as suas inverdades. Destas a que se evidencia, foi o desconhecimento total por parte de árabes sobre as consequências da Resolução 181. Não tendo os mesmos participado no processo de decisão na Assembleia Geral da ONU ficaram extremamente surpreendidos aquando da expulsão em massa, em 1948, de uma parte muito significativa da Palestina.⁵⁴⁰

Em pleno séc. XIX, os britânicos incentivaram o Sultão otomano a aliciar judeus à Palestina com o objectivo de impedir o expansionismo egípcio. Posteriormente, no decurso da IGM e de uma forma desesperada, os britânicos seguiram as “pegadas do oportunismo” tendo efectuado as seguintes diligências: ao mobilizar os árabes contra os otomanos prometeram um Estado Árabe no Levante ao soberano do Hedjaz; de modo a receber o apoio dos judeus, da Alemanha e dos EUA, foi-lhes prometido um Lar Nacional Judeu na Palestina no pós-guerra. O Acordo Sykes-Picot foi firmado entre a França e o Reino Unido definindo a divisão do Médio Oriente entre ambos. Porém a promessa do Estado Árabe não se efectivou ao contrário do Lar Nacional Judeu.⁵⁴¹

A Política britânica para a Palestina foi-se invertendo consoante as suas necessidades. Entre o final da IGM e o final da década de 1930, a postura britânica era apoiante do sionismo tendo exercido esforços no sentido de encorajar os judeus da Europa a emigrarem para a Palestina. No entanto em 1936, de modo a garantir a imparcialidade árabe no conflito que se antevia com a Alemanha, o Reino Unido alterou subitamente de rumo: a comissão Peel propunha a criação de dois Estados, onde o

⁵⁴⁰ Eduardo dos Santos, *A Geopolítica do Médio Oriente*, In Revista Militar [Consultado em 12DEZ09], Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=474>, 2009.

⁵⁴¹ Eodem loci.

Estado Palestino fosse criado no sul da Palestina e na Transjordânia. Esta alteração apoiaria a estratégia britânica na IIGM no que se refere à utilização das bases em território egípcio e palestino.⁵⁴²

Em 1947, o Reino Unido começava a retirar os seus efectivos da Palestina tendo estimulado as forças da Haganah a uma ofensiva com o objectivo de conquista de território palestino e a expulsão dos seus ocupantes. Existindo algum receio na intervenção britânica a ofensiva da Haganah ficou-se pelo rio Jordão.

Até à criação da OLP e da Fatah em 1964, o mais próximo de uma liderança política era composta pela hierarquia sunita onde o Mufti de Jerusalém assumia a chefia e com a derrota da Guerra dos Seis Dias os palestinos concluíram que se pretendessem recuperar o seu território teria de ser com recurso aos seus próprios meios.

Na década de 1980, o Hamas (Movimento Islâmico de Resistência), cujo o acrónimo significa “fervor” na língua árabe, foi criado. Em 1987, surge a Primeira Intifada, contra a ocupação Israelita nos territórios da Margem Ocidental e Faixa de Gaza, que se manifesta através de grande agitação civil: greves, perturbações da ordem pública, demonstrações, apedrejamentos e focos incendiários. Em 1989, o líder do Hamas é feito prisioneiro após o Estado de Israel declarar o Hamas ilegal. Mesmo assim o movimento “fervor” continuou a operar tendo posteriormente apelado a uma “Jihad” para lutar contra a ocupação israelita e dessa feita libertar a Palestina. A ANP e a OLP, que tinham assinado o Acordo de Oslo e a solução de dois Estados viram-se tentadas com tamanha proposta. Dela resultou um elevado número de apoiantes a partir da OLP tendo sido reforçados com técnicas de aplicação de explosivos resultantes dos ensinamentos do Hezbollah.⁵⁴³

A frágil estabilidade voltou a fender-se aquando da visita provocante de Ariel Sharon à esplanada das Mesquitas em Jerusalém tendo fomentado a Segunda Intifada. O Acordo de Oslo desmoronava-se e criavam-se apoios à estratégia radical dos islamitas.

7.2. Países Fronteiriços

7.2.1. Líbano

A história do Líbano encontra-se marcada pela interferência de actores externos: inicialmente pelo império Otomano, ao que se seguiu a presença francesa e posteriormente a ocupação militar israelita e síria. A situação interna bastante frágil,

⁵⁴² Eodem loci.

⁵⁴³ Eodem loci.

decorrente da guerra civil ao que se soma a complexidade da sociedade libanesa composta por 18 grupos étnico-religiosos, tem permitido um aumento preponderante da estrutura do Hezbollah.⁵⁴⁴ Consequentemente, a instabilidade do Líbano tem originado um permanente interesse por parte da Síria, que interpreta a situação como uma janela de oportunidade para se poder afirmar regionalmente. De forma adjacente encontra-se patente a afirmação no seio da comunidade internacional, em especial os EUA, que exercendo pressão sobre Damasco o tem mantido afastado por inviabilidade do seu sistema político.

Em Março de 2000, o Knesset aprovou a retirada israelita do Sul do Líbano, devido à desmoralização que as contínuas acções do Hezbollah estavam a provocar nas Forças Armadas. A retirada foi finalizada a 24 de Maio de 2000, seis semanas antes do calendário previsto, devido à “debandada” da sua milícia de apoio, o chamado “Exército do Sul do Líbano”.⁵⁴⁵ Durante as semanas seguintes imperou a calma ao longo da fronteira, contentando-se o Hezbollah em celebrar a sua vitória num contexto de tranquilidade.

A retirada de Israel e a Resolução 1559 do CSNU, exigindo a retirada das forças sírias do Líbano, encorajaram alguns grupos de libaneses a exigirem, de igual forma, a retirada das forças do seu território. O assassinato do Primeiro-Ministro libanês, em Fevereiro de 2005, levou à escalada da violência no Líbano, contra a presença síria, naquela que ficou conhecida como “a Revolução do Cedro”. A Síria acabaria por retirar as suas forças em Abril de 2005, no entanto a senda de violência continuou a grassar naquela região.⁵⁴⁶ Em Julho de 2006 o Hezbollah raptou 2 soldados israelitas o que levou a um conflito de 34 dias entre Israel e o Líbano.⁵⁴⁷

Outra fonte de tensão entre Israel e o Líbano é uma disputa sobre direitos de água, visto que o Líbano pretende extrair água do rio Hatsbani⁵⁴⁸ para consumo da população do Sul do Líbano. Ainda que não seja provável que a situação se torne violenta, é manifesta a enorme importância da água na região, onde o Líbano continua a

⁵⁴⁴ Líbano, In Wikipédia [Consultado em 08JUL11], Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADBano>, 2010.

⁵⁴⁵ Conflito Israel-Líbano, In Wikipédia [Consultado em 08JUL11], Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Conflito_Israel-L%C3%ADBano, 2010.

⁵⁴⁶ Revolução dos Cedros, In Wikipédia [Consultado em 08JUL11], Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_dos_Cedros, 2010.

⁵⁴⁷ Guerra do Líbano de 2006, In Wikipédia [Consultado em 08JUL11], Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_L%C3%ADBano_de_2006, 2010.

⁵⁴⁸ Este rio constitui a fonte primária da principal reserva aquífera de Israel - o Lago Tiberíades.

reclamar as áreas de cultivo de Shab'a nos Montes Golan.

Após o quarto aniversário da ofensiva lançada por Israel ao Hezbollah foram divulgados documentos, que se mantinham secretos na posse do Estado judeu, pormenorizando os pontos concretos onde se localizam os arsenais do movimento radical islamista libanês. Ao que consta serão cerca de 40 mil rockets em várias cidades do Sul do Líbano dispostos “*em alguns casos a apenas algumas dezenas de metros de distância de escolas, hospitais e zonas habitadas*”⁵⁴⁹. As autoridades israelitas referem que “*uma centena de cidades do Sul do Líbano foram transformadas em bases militares e isto constitui uma violação grave da resolução 1701 das Nações Unidas que pôs fim ao conflito de 2006*”.⁵⁵⁰ A intenção de Israel, ao tornar públicas estas informações, tem como objectivo dissuadir o Hezbollah de qualquer tentativa, anulando-lhe o suposto efeito surpresa que possivelmente tentaria explorar contra Israel, e transmitir-lhe que efectivamente é conhecedor de todas as suas movimentações. Os rockets, com alcances entre os 20 a 50 quilómetros, poderão atingir Israel na razão de 600 a 800 por dia. Para além destas armas o Hezbollah conta com outras, com alcance superior que lhe permitem atingir os 150 quilómetros. De acordo com as fontes israelitas as armas provêm do Irão e Síria. Com esta medida depreende-se que Israel não está interessado em relançar qualquer conflito com o Líbano.⁵⁵¹

Em Outubro de 2010, Ahmadinejad, ao visitar o país, foi recebido em apoteose tendo felicitado os iranianos pela luta contra o povo de Israel. A ala pró-Occidente libanesa encara e teme que o regime, bastante fragmentado, se converta ao xiismo e se torne no novo satélite iraniano, utilizado na luta contra Telavive.⁵⁵²

7.2.2. Síria

A Síria é, em conjunto com o Líbano, onde se centra a maior atenção da comunidade internacional para a clara prossecução do processo de paz israelo-árabe. No eixo Síria-Líbano, as implicações dos extremistas palestinos, com bases neste último país, e o problema dos Montes Golan relacionado com o problema regional da falta de água, constituem a sua maior ameaça. Os esforços da comunidade internacional vão no

⁵⁴⁹ Israel acusa Hezbollah de colocar arsenal no Sul do Líbano, In Público [Consultado em 08JUL10], Disponível em: http://www.publico.pt/Mundo/israel-acusa-hezbollah-de-colocar-arsenal-no-sul-do-libano_1445781, 2010.

⁵⁵⁰ Eodem loci.

⁵⁵¹ Eodem loci.

⁵⁵² Sara Pereira, Ahmadinejad recebido em festa no Líbano, In Ionline [Consultado em 18OUT11], Disponível em: <http://www1.ionline.pt/conteudo/83181-ahmadinejad-recebido-em-festa-no-libano>, 2010.

sentido de se criarem as condições necessárias que concretizem um processo de paz com Israel. Porém, e apesar das relações se manterem tensas, as possibilidades de um novo conflito são remotas. Em Dezembro de 1999, depois de quase quatro anos, a Síria retomou as conversações em Washington, ainda que tenham sido interrompidas um mês mais tarde e sem qualquer avanço num acordo territorial. A Síria exigia regressar à situação anterior da Guerra dos Seis Dias, antes da conquista dos Montes Golan pelo exército israelita, enquanto Israel se negava retirar os seus efectivos militares da fronteira internacional estabelecida em 1923 pela França e Reino Unido. Umas centenas de metros separavam as duas linhas, mas o ponto de discórdia girava em torno do controlo do Mar da Galileia, que assegura mais de um terço das necessidades de água de Israel e que é considerada uma zona chave com importância estratégica prioritária para Israel. Durante o conflito, no Verão de 2006, entre Israel e o Hezbollah, a Síria manteve-se em pronto estado de alerta, apto a empenhar o seu dispositivo militar. No entanto não interveio em proveito dos seus aliados.

A Resolução 1559 do CSNU, de Setembro de 2004, e a posterior retirada das forças sírias do Líbano terão afastado a Síria das negociações. Este isolamento seria encarado como uma oportunidade a não desperdiçar, pela Rússia, que desde logo relançou o objectivo comum entre ambos, no sentido de impedir a hegemonia dos EUA, para alcançar outras perspectivas russas. No enorme xadrez estratégico regional a complexidade eleva-se com a postura ambígua da Rússia, onde as estratégias de cooperação balançam ao ritmo dos seus interesses. As relações bi e multinacionais acabam por contrastar entre si. Por outras palavras Moscovo disponibilizou-se para reforçar o arsenal sírio e impulsionar o processo de paz, o que acaba por retirar da escuridão a Síria e incluí-la no processo negocial do conflito. Deste modo, a Rússia apresenta-se disponível para tais acções, alegando a inclusão da Síria no processo como mediadora fundamental ao processo, mas lucrando com as possibilidades que se originaram. Primeiro, a venda de armamento, depois, o acordo com a companhia russa Tafnet, no sentido de explorar novos depósitos de petróleo e gás natural, e o apoio que obteve, em 2008, aquando da intervenção na Geórgia⁵⁵³.

Sendo a Síria um adversário de longa data de Israel, a política de Moscovo acaba por apresentar fortes reservas, onde a desconfiança impera, no seio judaico. Apesar das

⁵⁵³ Maria Raquel Freire, *Contenção, projecção e envolvimento: a Política Externa Russa para o Grande Médio Oriente*, In Revista Nação e Defesa, Lisboa, nº121, Outono/Inverno 2008 – 3ª Série, pag 147.

justificações russas, que descrevem os mísseis anti-aéreos e terrestres como defensivos, a verdade é que se baseiam em políticas contraditórias às linhas orientadoras russas, onde se opõem as armas e a energia. De modo a desenvolver o seu poder e relançar um objectivo antigo, a Rússia procura o acesso ao Mar Mediterrâneo, através de acordos em bases navais sírias. Uma vez conseguido esse desígnio a Rússia, uma vez mais, irá lucrar com a reformulação de rotas e com o aumento das influências.

Em Junho de 2010, Bashar al-Assad, numa rara vista à América Latina, com o objectivo de atenuar o isolamento internacional da Síria, convidou o Brasil para auxiliar no processo de paz no Médio Oriente. Levando em conta os importantes passos que o Brasil deu, conjuntamente com a Turquia, para encontrar uma solução para a crise nuclear do Irão, o Presidente sírio referiu que o Brasil atingiu um novo patamar e que aguarda que o seu contributo possa colaborar para apaziguar o Médio Oriente⁵⁵⁴.

As percussões iniciadas com a revolução Jasmim atingiram diversos países árabes no qual a Síria não foi excepção. As revoltas populares, embora em ritmos e intensidades distintas, parecem ter encontrado um ponto de estabilidade no Egipto e Tunísia ao passo que na Líbia e Síria os distúrbios e guerras prosseguem. Porém, um dos aspectos que capta as atenções dos analistas é o tratamento indiferenciado pela comunidade internacional para os casos mais violentos. Enquanto para a Líbia o Conselho das Nações Unidas aplicou uma resolução em que autorizava a violência contra o regime de Kadafi. Relativamente aos acontecimentos verificados na Síria, pouco se tem exercido para conter outro ditador, Bashar al-Assad.

Nas últimas semanas têm-se assistido a uma escalada de violência política onde os revoltosos sírios enfrentam um dos mais temidos Governos do Médio Oriente. O Presidente al-Assad para reprimir os protestos utilizou as suas forças de segurança com uma violência tal que no período de 3 meses mais de 1600 pessoas foram mortas⁵⁵⁵.

De acordo com o ocorrido na Líbia, o regime sírio defende a todo o custo que alguma região seja controlada por grupos que contestam o regime. Damasco admite que as possibilidades de uma intervenção estrangeira se elevem caso os revoltosos cheguem

⁵⁵⁴ *Síria convida Brasil a negociar a paz para o Médio Oriente* [Consultado em 07JUL10], Disponível em: <http://www.publico.pt/Mundo/siria-convida-brasil-a-negociar-a-paz-para-o-medio-orient-1444076>, 2010

⁵⁵⁵ Os dados são divulgados pela imprensa internacional referindo-se ao período de Março, início das revoltas, a Junho. Sendo os presentes dados imprecisos a quantidade de mortos poderá ser bastante mais elevada. As informações não conseguem ser detalhadas pelo facto do governo sírio impor uma forte censura e impedir a imprensa estrangeira no país.

a controlar algumas regiões. Nessa lógica consubstancia-se o emprego intensivo das forças armadas fazendo com que milhares de pessoas tenham procurado refúgio nos países fronteiriços do Líbano e Turquia.

Estando a ser fortemente criticado pelos ataques efectuados no seu país, Bachar al-Assad, recusa-se a responder aos apelos do secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon. Em comunicado oficial, o porta-voz da presidência norte-americana, Jay Carney, referiu que a *“violência e a brutalidade devem terminar imediatamente”*. Também, Catherine Ashon, exigiu que as autoridades sírias cessem a repressão e libertem os presos políticos.⁵⁵⁶

7.2.3. Jordânia

A Jordânia e o Egipto, ambos Estados árabes encarados moderados, mantêm posições bastante mais pacíficas em relação a Israel, quando comparadas com o Líbano ou Síria. Em boa verdade a acção dos EUA foi determinante ao conseguir persuadir os países árabes sob a não viabilidade da opção militar e que a mesma deveria ser abandonada. Inicialmente, o Egipto e, posteriormente, a Jordânia afastariam a hipótese de uma coligação militar anti-Israel, permitindo a paz entre os três países. O acordo de Camp David, marcaria um importante passo para a paz, visto que ao retirar da cena o Egipto, os restantes países árabes dificilmente terão condições de formar uma coligação contra Israel. Consequentemente aos acordos de paz, os EUA estabeleceram parcerias estratégicas com o Egipto e com a Jordânia que contemplam o apoio tecnológico e logístico das suas forças armadas, e como é de supor os EUA anularam-lhes a autonomia indispensável para continuarem uma guerra sustentada contra Israel.

A Segunda Intifada Palestiniana quase que “retirava do sono” a ténue paz que a Jordânia desfrutava desde 2004. Valeram os imperativos estratégicos com os Estados Unidos que contiveram os ânimos de uma opinião pública em cólera (destaca-se que 60% da população jordana é palestina).

7.2.4. Egipto

Os EUA enquanto elemento pacificador para a região do Médio Oriente, desenvolveu importantes alianças com o Egipto, que se reflectem no jogo estratégico do Médio Oriente. O Egipto mantém uma forte influência no seio árabe que importa estar controlada positivamente, ou seja enquanto existirem acordos estratégicos vantajosos

⁵⁵⁶ Síria: Casa Branca apela ao "fim imediato" da violência [Consultado em 11JUL11], Disponível em: <http://aeiou.expresso.pt/siria-casa-branca-apela-ao-fim-imediato-da-violencia=f655003#ixzz1l88xysHv>

para ambas as partes, não é de prever que o Egipto adopte uma postura mais activa perante Israel. De igual modo amortece algumas intenções do seio árabe. Como referem Vasco Rato e Diana Soller “*enquanto o Cairo manter uma relação pacífica com Israel, é virtualmente impossível assistir-se a uma guerra que possa comprometer a existência do Estado hebraico*”.⁵⁵⁷

Semelhantemente à Jordânia, com o Egipto sucede algo parecido em relação à Segunda Intifada tendo-se assistido a uma grande separação entre os dirigentes egípcios e a sua população, onde os primeiros tratam de recuperar a influência internacional egípcia, aproximando-se à superpotência americana, e onde a população se sente prisioneira dos acordos de paz assinados com Israel em Camp David.

Em Janeiro de 2011, os egípcios seguiram o exemplo da Tunísia que provocou a queda do Presidente Ben Ali. Durante três semanas, até ao dia 11 de Fevereiro, as várias, sucessivas e fortes manifestações, que reclamavam a liberdade e democracia, acabariam por afastar Hosni Mubarak. Tal acto gerou fortes apreensões quanto ao seu sucessor, nomeadamente para o Estado israelita. Sobre esta matéria, e de acordo com o wikileaks, Israel há muito que considerava o vice-presidente do Egipto, Omar Suleiman, como o sucessor preferido de Hosni Mubarak.⁵⁵⁸

Apesar do ocorrido o primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, afirmou encontrar-se esperançoso em que o novo Governo mantenha a paz firmada com Israel desde 1979.

7.3. Autoridade Nacional Palestiniana

Quanto ao problema palestino, avalia-se que mediante uma hábil exploração dos atentados de 11 de Setembro de 2001, o Primeiro-Ministro de Israel de então, Ariel Sharon, convenceu Washington a considerar que a guerra levada a cabo nos territórios ocupados se enquadrava dentro da luta contra o terrorismo internacional⁵⁵⁹. Desde a sua tomada de posse como Primeiro-Ministro as incursões israelitas continuaram e os atentados terroristas também, apresentando a parte israelita uma nova condição:

⁵⁵⁷ Vasco Rato & Diana Soller, *A Grande Estratégia Americana no Médio Oriente*, In Revista Nação e Defesa, Lisboa, nº121, Outono/Inverno 2008 – 3ª Série, pag 65.

⁵⁵⁸ Israel preferred Suleiman as Mubarak's successor. [Consultado em 11AGO11], Disponível em: <http://www.jpost.com/MiddleEast/Article.aspx?id=207262>

⁵⁵⁹ Em 2002, Ariel Sharon pôs praticamente fim aos acordos de Oslo, que eram a única base de regulação de paz entre palestinianos e israelitas. Segundo a informação da comissão internacional, presidida pelo ex-senador americano George Mitchell, foi Ariel Sharon, com a sua visita provocadora à Esplanada das Mesquitas na cidade velha de Jerusalém, em finais de 2000, quem provocou a cólera dos palestinianos, a Intifada e a paralisação do processo de paz.

reformular e democratizar a ANP antes de quaisquer negociações de paz, nas quais Yasser Arafat teria escasso peso. O primeiro passo foi dado com a eleição de Abú Mazen como Primeiro-Ministro, considerado moderado, contando com o beneplácito de Israel e Estados Unidos, e que desde o primeiro momento teve atritos com Arafat, o que o levou a apresentar a sua demissão, tendo sido substituído por Ahmed Korei (Abu Alaa) em 6 de Setembro de 2003.

Após a morte de Arafat em finais de 2004, foi eleito, em Janeiro de 2005, o actual presidente da ANP Mahmud Abbas. Um mês mais tarde Israel e a ANP assinaram os acordos de Sharm el-Sheikh num esforço claro de levar avante o processo de paz. Em Setembro de 2005, Israel retirou, unilateralmente, todos os colonos e soldados e desmantelou todo o seu dispositivo militar na Faixa de Gaza e noutros 4 colonatos na Cisjordânia. Apesar de tudo, Israel manteve o controlo aero-naval e sobre a maior parte dos acessos à Faixa de Gaza. Em Novembro de 2005, através do acordo firmado entre Israel e a ANP, foi reaberta a fronteira de Rafah, entre o Egipto e a Faixa de Gaza, que ficaria sob o controlo conjunto da ANP e do Egipto.

Em Janeiro de 2006, o Movimento de Resistência Islâmica Hamas assumiu o controlo do CLP. Contudo, a comunidade internacional não reconheceu o Governo liderado pelo Hamas, visto que este Movimento se recusa renunciar à violência e opõe-se aos anteriores acordos de paz firmados entre Israel e a ANP, para além de não reconhecer o Estado de Israel. No entanto, o CLP não levou as suas intenções avante, sobretudo, em resultado das detenções e da imposição de restrições aos movimentos de membros do Hamas, por parte de Israel. No final de 2006 e início de 2007 foi desencadeada uma onda de violência entre a Fatah⁵⁶⁰ e os membros do Hamas na Faixa de Gaza, resultando vários mortos e feridos de entre os palestinianos.

O presidente Abbas e o chefe do gabinete político do Hamas, Mishal, assinaram em Fevereiro de 2007 o acordo de Meca, na Arábia Saudita, resultando na formação do Governo de União Nacional Palestiniana (NUG) liderado por Ismail Haniya, membro do Hamas. Contudo a violência não cessou na Faixa de Gaza e, em Junho, os militantes do Hamas tomaram todas as infra-estruturas militares e governamentais nessa região. O presidente Abbas dissolveu o NUG e, através de uma série de decretos presidenciais, formou um novo Governo da ANP liderado pelo independente Salam Fayyad. Este

⁵⁶⁰ Acrónimo em ordem inversa de Harkat al-Tachrir al-Watanni al-Falestinia, Fatah, significa em árabe “conquista” ou “vitória”. Daí designar-se o Movimento de Libertação Nacional da Palestina por “a Fatah”.

Governo acabou por reassumir o controlo da Faixa de Gaza. Em Novembro de 2007, numa reunião internacional que ocorreu em Annapolis Maryland, o Presidente da ANP, Abbas, e o Primeiro-Ministro israelita, Olmert, acordaram o desenvolvimento das negociações de paz com o objectivo de alcançar um acordo de paz definitivo em finais de 2008.

Face ao desenvolvimento do Hamas, Washington tenta controlar a sua expansão evitando que a ANP se transforme num Estado Falhado⁵⁶¹. O problema de vulto da ANP reside na oposição do povo palestino em relação aos membros mais antigos da Fatah. Seguidores de condutas pouco transparentes, assentes na corrupção, no favorecimento de determinadas cidadãos e a ausência clara de serviços sociais terão de alterar a sua forma de operar de modo a ganhar a confiança do povo palestino. É imperativo novos líderes necessários a fazer esquecer estas práticas grandemente duvidosas. Uma das personalidades com grande apoio por parte da população é Marwan Barghouti. Seria uma solução para fazer face ao Hamas, de modo a contrariar o seu fortalecimento, porém foi condenado pelo Estado israelita, encontrando-se a cumprir pena de prisão perpétua, desde 2002.

Relativamente à independência da Palestina, o primeiro-ministro palestino, Salam Fayyad, acredita que 2011 será o testemunho de tal acto. Salam Fayyad conduz um movimento que toma como referência a decisão tomada pela OLP, na década de 1970, no sentido de adoptar o programa de dois Estados. O programa defende que a questão palestina pode ser resolvida pelo reconhecimento de um “Estado independente”, na Cisjordânia e em Gaza, tendo como capital Jerusalém Oriental. Para tal, defende que a tarefa do seu Governo é “preparar o Estado” e não proclamá-lo.

7.4. Quarteto para a paz no médio Oriente

Criado nos finais de 2001, mantém, desde a sua formação, as Nações Unidas, a União Europeia, os EUA e a Rússia como membros mediadores do conflito Israelo-palestino. O Quarteto reafirma o seu compromisso difundido em Trieste, a 26 de Junho de 2009, em Nova Iorque, a 24 de Setembro de 2009, e nas declarações efectuadas em Moscovo, a 19 de Março de 2010, na qual pretende efectuar negociações

⁵⁶¹ Ainda que sem uma proposta de definição, a revista *Foreign Affairs* a o *Fund for Peace*, “considera que “Estados Falhados” são aqueles cujos respectivos Governos não têm controlo sobre a totalidade do território ou não têm o monopólio do uso da força. Outras possíveis circunstâncias a originarem a mesma classificação incluem, por exemplo: falta de autoridade do Governo para tomar decisões aceites pela população; incapacidade de assegurar serviços básicos; incapacidade de evitar um clima generalizado de desobediência; falta de autoridade para impor o pagamento de impostos (...)”.

directas e bilaterais com o objectivo de concretizar um acordo de paz assente numa solução para ambas as partes, que finalize com as ocupações iniciadas em 1967 e que resultem na criação de um Estado democrático palestino, que de uma forma viável consiga a paz e a segurança com Israel e os outros Estados vizinhos. Para tal, o quarteto manifesta a sua determinação em apoiar ambas as partes no decorrer das negociações, podendo ser concluídas num ano, seguindo-se a implementação do acordo.

O Quarteto apela a ambas as partes para que observem à calma e à moderação e se abstenham de qualquer acção provocatória e retórica inflamatória que comprometa o desenrolar do processo. Congratula a Liga Árabe pela iniciativa levada a cabo, no passado dia 29 de Julho de 2010, no Cairo, e pelos resultados alcançados, recordando que o processo exige o apoio regional para que as negociações se verifiquem e para que a construção do Estado palestino baseado numa solução justa, duradoura tal como previsto nos termos da conferência de Madrid, nas resoluções do Conselho de Segurança e na iniciativa da Liga Árabe. Para dar continuidade ao processo, é intenção dos dirigentes do Quarteto, reunirem-se com os seus homólogos da Liga Árabe, para debater a situação, tendo sido os representantes israelitas e palestinos convidados a integrar a agenda.

7.4.1. Organização das Nações Unidas

“The Long-range fate of Palestine was the kind of problem we had the U.N. for.”

Harry Truman, Presidente dos EUA

Em 1945, ano da formação da ONU, a Palestina encontrava-se ainda sob administração do Reino Unido, com o estatuto de mandato, atribuído pela Sociedade das Nações, no ano de 1922. Mais tarde, em 1947, o Reino Unido ao aperceber-se do aumento de confrontos violentos no território, comunica a situação às Nações Unidas, solicitando a constituição de uma Comissão Especial que efectuassem um estudo e recomendasse possíveis soluções que posteriormente seriam debatidas na seguinte sessão regular da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Mediante a necessidade criou-se a United Nations Special Committee on Palestine (UNSCOP), composta por onze países e pela cooperação de organizações judaicas, enquanto que o Comité para a Alta Autoridade Árabe se absteve de participar em protesto das acções da ONU (nomeadamente pelo facto de não ter endereçado o assunto da independência).

A criação de dois Estados, um Árabe e um Judaico, foi a principal recomendação da UNSCOP, onde a cidade de Jerusalém ficaria com um estatuto especial internacional

sobre a autoridade administrativa das Nações Unidas. Outra das recomendações seria a criação de uma união económica comum para as três entidades. Decorrente das recomendações adoptou-se, em 29 de Novembro de 1947, a Resolução 181. Esta resolução, que apresentou pequenas variações às recomendações feitas pela Comissão, procedeu à elaboração do United Nations Partition Plan. Este documento anexo à resolução estipulava o fim do mandato britânico na Palestina, a progressiva retirada das tropas inglesas, a delimitação de fronteiras entre os dois Estados e, ainda, o estatuto de Jerusalém. Uma vez mais, os árabes palestinianos e os Estados árabes não o aceitaram, alegando que era contra o princípio fundamental da própria ONU, onde cada povo tem a liberdade de escolher o seu destino.

O Reino Unido cessou as actividades de administrador no dia 14 de Maio de 1948, à qual a Agência Judaica e de acordo com o Partition Plan declarou a independência do Estado de Israel. No dia seguinte os países Árabes vizinhos⁵⁶² ao não aceitarem a divisão do recém-Estado, sob a chefia de David Ben-Gurion, invadem-no para auxiliar os árabes palestiniano, dando início à Primeira Guerra Israelo-Árabe (1948-1949) que Israel acabaria por vencer. Sob o auspício das Nações Unidas, entre Fevereiro e Julho de 1949, são assinados acordos de armistício entre Israel e pelos líderes vizinhos. No entanto, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução 194, em Dezembro de 1948, com o objectivo de delinear soluções que conduzissem ao término do problema palestiniano dando, para tal, ênfase às recomendações feitas pelo enviado das Nações Unidas para a região, Folke Bernadotte⁵⁶³. O papel da UNSCOP ficou determinado na Resolução como uma organização facilitadora da paz para a região que deveria agir como mediador entre as partes. As três maiores questões ao encargo da Comissão eram: o tamanho dos territórios; os refugiados; e o estatuto de Jerusalém.

A ONU instituiu oito Operações de Paz no Médio Oriente desde 1948 cobrindo toda a região do Sinai até ao Líbano. Alguns delas, como a primeira missão militar de observação (UNTSO) e a primeira Operação de Manutenção de Paz (UNEF), foram importantes passos históricos para a Organização. Um indicador importante para estimar a amplitude das Operações das Nações Unidas são as estatísticas indicando valores acima dos 50% para o número de Operações das Nações Unidas no Médio

⁵⁶² Egípto, Jordânia, Líbano, Síria e Iraque

⁵⁶³ Assassinado no ano em questão por um grupo radical sionista conhecido como Stern Gang.

Oriente do total até 1990, tendo-se canalizado um terço de todos os recursos económicos da Organização.

De acordo com dois dos entrevistados, a política levada a cabo pela organização, enquanto mediadora no referido conflito, não terá sido totalmente imparcial, transparente e capaz de ter um claro controlo sobre as facções permitindo bastante permissividade em inúmeras circunstâncias para Israel. Nessa discriminação positiva, em benefício de Israel, a ONU permite o emprego da sua estratégia de modo a atingir os seus objectivos⁵⁶⁴. Como nos refere o entrevistado nº9 *“caso existisse uma conduta mais rígida, ou seja menos permissiva, por parte das Nações Unidas, e essencialmente dos EUA, o conflito teria outro desfecho. Neste sentido acabo por não endereçar as culpas a Israel uma vez que segue as suas linhas orientadoras ao passo de que quem medeia não desempenha correctamente o seu papel. É pertinente então a ONU munir-se de outras responsabilidades no sentido de ter uma mão mais pesada na atribuição de medidas penalizadoras em caso de incumprimento e simultaneamente desmotivar futuras acções”*.

A ONU e os seus parceiros diplomáticos do Quarteto para o Médio Oriente apelaram, tanto a israelitas como a palestinianos, para retomarem as conversações directas com o objectivo de alcançar um amplo acordo e consequentemente colocar um ponto final no conflito que assola a região desde a criação do Estado de Israel. O secretário-geral Ban Ki-moon refere que as decisões de ambos os líderes são uma *“oportunidade deve ser aproveitada para que a esperança de um futuro melhor para o povo da região a viver em paz, a segurança e a liberdade possam ser plenamente realizados”*⁵⁶⁵.

7.4.2. A União Europeia

A credibilidade parcial da UE, enquanto actor internacional, joga-se na região do Médio Oriente. De modo a se afirmar e obter o reconhecimento como actor preponderante na comunidade internacional a UE visa estabilizar a situação do Líbano, aprofundar as relações com a Síria e a possível promoção de um processo de paz com Israel, bem como a conquista de resultados no campo diplomático face à questão iraniana.

⁵⁶⁴ De acordo com o Sheik Zabir e o entrevistado nº 9.

⁵⁶⁵ UN NEWS CENTRE, *UN committee welcomes resumption of direct talks between Israelis, Palestinians* [Consultado em 26AGO10], Disponível em: [http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=35789&Cr=palestin&Cr1=](http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=35789&Cr=palestin&Cr1=,), 2010.

A herança histórica de Estados membros como a Alemanha, Grã-Bretanha e França parece pesar na acção da política externa da União Europeia. Tal conduta acaba por se revestir de uma enorme sensibilidade política derivada de três fases distintas do séc. XX, na região do Médio Oriente. Primeira, a queda do Império Otomano, como consequência da IGM, despoletou no imperialismo da França e Grã-Bretanha, tendo determinado o actual sistema de Estados do Médio Oriente. Segunda, decorre entre o final da IIGM e a dissolução da União Soviética, em suma a Guerra Fria, onde se assiste a um aumento de poder por parte dos EUA na região em detrimento do poder da França e Grã-Bretanha. Terceira, o final da Guerra Fria proporcionou aos EUA afirmarem-se na região e onde simultaneamente a União Europeia desenvolve esforços para se assumir no sistema internacional. Subsequente desta evolução ressalta que as relações entre a UE e o Médio Oriente são estabelecidas mediante uma componente transatlântica, que poderão ser interpretadas como uma complementaridade e por vezes como se de uma competição se tratasse.

Neste sentido, existem autores que defendem que o papel da UE ao tornar-se mais activo conduzirá a um conflito com EUA, ao passo que outros encaram que a região é de facto uma zona estratégica para ambas as políticas externas e que se complementam⁵⁶⁶. Porém, a perspectiva da complementaridade parece ganhar maior sustentação pelo facto de uma acção conjunta alcançar resultados bastante mais expressivos, sendo disso exemplo a união de esforços efectuada pelo Quarteto para a paz no Médio Oriente.

No caso concreto do conflito israelo-árabe o interesse da UE é uma constante, tendo-se constituído numa preocupação desde o início da sua formação e que se manifesta através das inúmeras iniciativas desenvolvidas com vista à pacificação do conflito e pelo apoio financeiro⁵⁶⁷ canalizado aos territórios sob administração da ANP⁵⁶⁸, através do mecanismo Pegase⁵⁶⁹. Contudo, e conforme referem Vasco Rato e Diana Soller a diplomacia europeia enfrenta resistências em Israel devido “ao facto de

⁵⁶⁶ Ana Santos Pinto, Bernardo Pires de Lima e Patricia Daehnhardt, *A Europa e o Médio Oriente: do Fim dos Impérios aos Desafios Comuns*, In Revista Nação e Defesa, Lisboa, nº121, Outono/Inverno 2008 – 3ª Série, pag 34.

⁵⁶⁷ As UE conjuntamente com os seus Estados membros constituem-se nos maiores dadores.

⁵⁶⁸ Idem, ibidem, pag 36.

⁵⁶⁹ Mecanismo da União Europeia para apoiar o povo palestino, através da implementação da ANP no Plano de Desenvolvimento e Reforma (PRDP). Lançado em 1 Fevereiro de 2008, Pegase substitui um anterior mecanismo, conhecido como o Mecanismo Internacional Temporário (MIT), e normaliza as relações entre a UE e a ANP.

Telavive considerar que a UE não é suficientemente intransigente na defesa do Estado hebraico”⁵⁷⁰. Facto que parece ser desvalorizado, uma vez que a resolução do conflito israelo-árabe se constitui numa prioridade estratégica para a Europa. Neste sentido, a UE admite que a solução passa pela criação de dois Estados independentes, democráticos e viáveis, onde as fronteiras sejam seguras e reconhecidas⁵⁷¹. As negociações de paz devem incluir a resolução de todas as questões relacionadas com o estatuto de Jerusalém, defendendo a construção de instituições em Jerusalém Oriental, nomeadamente nos domínios da saúde, da educação e do sistema judiciário.

A implementação de novos colonatos e a expansão dos que já existem por parte de Israel, constitui uma grande preocupação para a Presidência da UE. Os mesmos modificam a composição demográfica e as características físicas dos Territórios Ocupados. A implantação de colonatos é ilegal e representa um grande obstáculo para a paz. Para tal, a UE exorta vigorosamente o Governo israelita a inverter a sua política de implantação de colonatos nos Territórios Ocupados e em Jerusalém Oriental.

Na sequência das negociações iniciadas em Annapolis em Novembro de 2007, prosseguiram as discussões bilaterais entre responsáveis israelitas e palestinianos com vista à conclusão de um acordo de paz antes do final de 2008. Apesar de não se ter obtido um acordo, os debates abordaram todas as questões essenciais e ofereceram um potencial para a prossecução de negociações intensivas.

O Quarteto e as partes nos conflitos adoptaram uma declaração conjunta que sublinha o seu empenhamento na prossecução do processo que conduzirá a uma solução global. Neste contexto, a UE congratulou-se com o anúncio feito, em Maio de 2008, na qual defendia que a paz entre Síria e Israel seria alvo de negociações através de mediação turca. Em Dezembro de 2008, a UE manifestou a esperança na paz entre o Líbano e Israel.

A comunidade europeia tem elogiado a Iniciativa Árabe, sendo considerado um ponto decisivo no Processo de Paz no Médio Oriente, já que oferece uma base de sustentação para a paz e normalizou as relações entre Israel e todos os 22 membros da Liga Árabe. De igual modo, o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Líbano e a Síria constituiu uma etapa importante para a estabilização da região. Para tal foi

⁵⁷⁰ Vasco Rato & Diana Soller, *A Grande Estratégia Americana no Médio Oriente*, In Revista Nação e Defesa, Lisboa, nº121, Outono/Inverno 2008 – 3ª Série, pag 65.

⁵⁷¹ As mesmas deverão ser baseadas numa retirada dos territórios ocupados em 1967, com pequenas modificações mutuamente acordadas, se necessário, de acordo com Resoluções 242, 338, 1397, 1402 e 1515 e os princípios do processo de Madrid.

proposta uma série de medidas, de índole política e utilitária, para apoio ao processo de paz no Médio Oriente. A UE possui, ainda, fortes relações políticas e económicas com os parceiros na região, incluindo Israel, a ANP, Líbano, Egipto e Jordânia. Estas são sustentadas por "Acordos de Associação" e pela Política Europeia de Vizinhança. Actualmente, a UE encontra-se a analisar a possibilidade de celebrar um acordo semelhante com a Síria. O documento da UE: Parceria Euro-Mediterrânica ("União para o Mediterrâneo"), serve de fórum para o diálogo regional e continua a ser o único do contexto multilateral das Nações Unidas em que todas as partes envolvidas no conflito possam reunir e trabalhar em conjunto em determinadas questões. Recentemente, o Quarteto tem apoiado o processo de Annapolis, que inclui um enfoque específico sobre a execução das obrigações das partes no âmbito do Roteiro 2002⁵⁷².

A UE e Israel comprometeram-se a estabelecer uma parceria que prevê políticas estreitas e mutuamente benéficas, a nível comercial e de investimento, aliadas ao sector económico, social, financeiro, civil, científico, tecnológico e de cooperação cultural. O Plano de Acção celebrado com Israel auxiliou uma nova sinergia e foco para as relações entre ambos. O objectivo é a integração progressivamente de Israel em políticas e programas europeus. Cada passo dado é determinado por ambas as partes reflectindo os interesses e prioridades, bem como o seu nível de desenvolvimento. Existe também, pela primeira vez, um elemento de assistência financeira e cooperação entre a UE e Israel, sendo a cooperação financeira ao longo dos próximos 7 anos de 14 milhões de euros. A base jurídica para as relações da UE com Israel é o Acordo de Associação UE-Israel.

Em 2007 os esforços foram renovados pela comunidade internacional, incluindo a revitalização do quarteto, combinado com um maior apoio de parceiros regionais para a paz e a estabilidade no Médio Oriente. A UE considera, ainda, que a criação de um Estado palestino independente, viável e democrático é do interesse de Israel.

Numa tentativa de obter resultados palpáveis a equipa de Ashton parece apostada em acções mais ousadas e tomadas de posição mais exigentes. É certo que ir ao Médio Oriente não basta, porém auxilia no processo. Os objectivos-base continuam os mesmos: terminar com o bloqueio a Gaza, criando condições para que a economia palestina cresça e se autonomize; fazer com que o processo de paz seja retomado; e

⁵⁷² European Commission, External Cooperation Programmes, [Consultado em 28JUL10], Disponível em http://ec.europa.eu/europeaid/where/neighbourhood/country-cooperation/israel/israel_en.htm, 2010

libertar Gilad Shalit, soldado israelita em cativeiro desde 25 de Junho de 2006. Sublinhe-se que Catherine Ashton condenou a decisão de Israel ao autorizar a construção de novas habitações em colonatos de Jerusalém-Leste.

7.4.3. Grã-Bretanha

Durante os trinta anos em que a Grã-Bretanha governou na Palestina, os britânicos contribuíram bastante pelos árabes e pelos judeus. A população triplicou tendo alcançado uma prosperidade desconhecida desde os tempos dos romanos. Os projectos de canalização de águas desenvolveram-se bastante, limpam-se pântanos, construíram-se instalações sanitárias, hospitais e escolas para ambas as comunidades⁵⁷³.

Após os atentados do 11 de Setembro, Tony Blair identificou que o Ocidente deveria garantir a estabilidade das relações com o Médio Oriente mediante os seguintes passos: o processo de paz entre Israel e Palestina; um novo relacionamento com a Síria e Irão com vista à resolução dos problemas regionais; e o cumprimento das obrigações internacionais do Iraque⁵⁷⁴.

A partir da Invasão do Iraque, em 2003, a política britânica para os assuntos do Médio Oriente assentou, essencialmente, em três pontos: primeiro, através de um acordo de negociação, pressionar Teerão no sentido de desmantelar o seu programa nuclear⁵⁷⁵, a partir do qual salvaguardasse o posicionamento de Londres no quadro da troika⁵⁷⁶ europeia, conjuntamente com a Alemanha e a França; segundo, defesa de dois Estados como medida de resolução para o conflito israelo-palestiniano; terceiro, apoiar Israel em caso de conflito com qualquer Estado da região. Este ponto acabou por se verificar em 2006, quando o Hezzbolah, apoiado pela Síria e pelo Irão, entrou em guerra com Israel.⁵⁷⁷ A partir de então, o Irão passaria a ser difícil de controlar, de uma forma geral por todo o Ocidente. Para a Grã-Bretanha as prioridades eram: estabilidade europeia na questão da troika e o bom relacionamento com a Casa Branca. Para a presidência da Grã-Bretanha não fazia qualquer sentido ser protagonista de uma nova clivagem. Contudo, ao chegar ao Governo, em 1997, Tony Blair nunca colocara de

⁵⁷³ Martin Sieff, *Guía Políticamente Incorrecta de Israel y Oriente Medio*, Edición española de Rafael L. Bardají, Ciudadela, Madrid, 2009, pag 59.

⁵⁷⁴ Ana Santos Pinto, Bernardo Pires de Lima e Patricia Daehnhardt, *A Europa e o Médio Oriente: do Fim dos Impérios aos Desafios Comuns*, In Revista Nação e Defesa, Lisboa, nº121, Outono/Inverno 2008 – 3ª Série, pag 40.

⁵⁷⁵ De acordo com Teerão “programa de enriquecimento de urânio”.

⁵⁷⁶ A troika representa a União Europeia nos domínios das relações externas inseridos no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum (PESC).

⁵⁷⁷ Idem, ibidem, pag 42 e 43.

parte a ameaça à segurança mundial por parte do Irão caso fosse detentor de armamento nuclear. Após o Presidente iraniano Ahmadinejad transmitir o objectivo islâmico de “*riscar Israel do mapa*” Blair passaria a encarar convictamente que o Irão era indiscutivelmente uma “*ameaça à segurança mundial*”. Os dois vectores que partiam de Londres, e ainda se mantêm, eram: o apoio claro a Israel e o recurso à força na sua política externa. Tais posturas serviriam também para que Londres se afirmasse aos restantes parceiros europeus e, simultaneamente, às potências emergentes e a Washington.⁵⁷⁸

Após o 11 de Setembro, Londres na resolução concreta do conflito Israelo-Palestiniano forjou uma medida negocial assente em dois Estados. Neste sentido, constituía-se interesse particular britânico influenciar as decisões de política externa norte-americana, tendo para tal apresentado a George W. Bush todas as vantagens de tal solução. O conflito que segundo Tony Blair era considerado como um barril de pólvora motivador do radicalismo islâmico, para além da solução de dois Estados, tornava-se necessário o fim dos colonatos e que as facções radicais palestinianas colocassem de parte as armas. Por todo o empenho de Tony Blair nesta temática não espantou quando em 2007, após ter cessado funções como Primeiro-Ministro, assumiu o papel de representante do Quarteto para a Paz no Médio Oriente.⁵⁷⁹

A última intervenção de Londres foi no Líbano, cujo território se encontra sob fortes tensões e que se agrava derivado à ingerência síria nos seus assuntos e pela presença do Hezzbolah na região sul do país. No conflito de 2006, a Grã-Bretanha associou-se aos EUA no apoio a Israel, tendo remetido a situação para o Conselho de Segurança da ONU para que se fizessem cumprir dois requisitos: a renúncia às armas por parte do Hezzbolah e um cessar-fogo sustentado. Porém, no curto prazo, nenhuma destas medidas foi aplicada pelo que a forte crítica interna não tardou em fazer-se sentir-se, onde muitos consideravam que a linha britânica era constantemente seguidora dos EUA. Perante um cenário complexo e de fortes tensões, a resposta britânica assentou na continuação da solidariedade com os EUA e com Israel, e de forma a não prejudicar as relações com estes Estados assumiu o compromisso no processo entre a Palestina e

⁵⁷⁸ Idem, *ibidem*, pag 43.

⁵⁷⁹ Idem, *ibidem*, pag 43 e 44.

Israel, onde sempre que possível envolve outras potências internacionais, especificamente a Rússia e o Conselho de Segurança.⁵⁸⁰

7.4.4. Alemanha

Pese embora a relação específica com Israel, ao qual mantinha o apoio à segurança e soberania, e com outros Estados com quem mantinha relações bilaterais a Alemanha não dispunha de qualquer abordagem estratégica na região. Reflexo da sua conduta histórica e moral, a República Federal da Alemanha (RFA) não se imiscuia na região evitando qualquer acção mais activa e independente⁵⁸¹.

Pelo facto da Alemanha não possuir interesses coloniais e pela política da RFA se encontrar comedida até à queda do muro de Berlim a sua presença na região traduziu-se apenas por acordos económicos, não existindo qualquer pronúncia política. Ora com o desmembramento da União Soviética a actuação alemã tornou-se mais espontânea tendo-se acentuado desde o 11 de Setembro, no qual os laços existentes foram reforçados e onde se assumiu como uma potência europeia na região.

Em boa verdade a abordagem alemã pauta-se por três factores. Primeiro, a responsabilidade histórica preceitua que a relação com Israel seja primordial. A responsabilidade moral sobre Israel, desde a IIGM, e a cooperação bilateral de defesa faz com que a Alemanha seja o aliado mais importante da UE, somente precedido pelos EUA, e o seu segundo maior parceiro comercial⁵⁸². Segundo, a política alemã para o Médio Oriente gira em torno de uma política fortemente europeizada, onde os interesses alemães concorreram para a política da União Europeia desde o fim da Guerra Fria para a prossecução de uma zona de estabilidade e segurança, donde se destaca a participação na UE3⁵⁸³ para a resolução do problema nuclear do Irão. Terceiro, o papel dos EUA permanece como fundamental para que a diplomacia alemã avance no processo de paz, mesmo que isso já não denote uma indiscutível hegemonia dos EUA na região.

Após o 11 de Setembro, a Alemanha delineou uma política abrangente para a região no sentido de conter o terrorismo internacional. A introdução desta política decorre da necessidade de uma política estratégica no seio europeu para o Médio Oriente, onde a montante se fixam razões de segurança externa e segurança energética e que por sua vez concorrem para a segurança interna dos Estados europeus.

⁵⁸⁰ Idem, ibidem, pag 44.

⁵⁸¹ Idem, ibidem, pag 45.

⁵⁸² Eodem loci.

⁵⁸³ Grã-Bretanha, França e Alemanha.

Joschka Fischer, em Abril de 2002, no exercício das suas funções como Ministro dos Negócios Estrangeiros, incrementou o conceito europeu de acordo com a Unidade do Ocidente que englobava uma estratégia da UE para o Médio Oriente. Existindo o interesse e a necessidade dos EUA continuarem na região, o plano Fischer assentava numa perspectiva estratégica global para o processo de Paz no Médio Oriente. Mediante a postura da Alemanha, tem-se alcançado resultados muito significativos em ambas as partes em conflito. A Chanceler Angela Merkel por seu turno tem estreitado as relações da Alemanha no processo de paz, onde defende a existência de dois Estados. Neste sentido a Alemanha é um dos maiores apoiantes a nível económico à ANP defendendo a democracia como solução para o Estado palestino.

O plano de acção para o Médio Oriente proposto, em Outubro de 2007, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Frank-Walter Steinmeier retratava a formação de estruturas democráticas para o Estado palestino. No seguimento destas diligências a Alemanha apadrinhou uma conferência com o objectivo de se debater a viabilidade do Estado palestino, no qual se terá deliberado o apoio de 156 milhões de euros para fomentar as estruturas de justiça e forças de polícia palestinas⁵⁸⁴.

Quanto ao Estado de Israel, o Governo Alemão mantém o compromisso de apoio à sua segurança e existência apesar de criticar algumas das suas acções governamentais, entre as quais a construção do muro. Para tal é exercida pressão, a partir de Berlim, sobre os parceiros da UE de modo a influenciá-los à tomada de posições comunitárias face a Israel.

O político alemão Frank-Walter Steinmeier defende, desde 2006, a aproximação à Síria no sentido de esta estreitar as suas ligações com Israel e o Líbano. Porém Angela Merkel e o Presidente Bush opunham-se à entrada da Síria no processo diplomático. Contudo, essa pressão não evitou o encontro entre o presidente sírio Bashar al-Assad e Steinmeier, em Dezembro de 2006, em Damasco. A verdade é que tal acção modificou a política externa da Síria e foi obtida a aceitação dos Estados ocidentais na aproximação a Damasco. Tal medida, por um lado, reflecte-se na aceleração do processo de paz e, por outro, condiciona a cumplicidade entre a Síria e o Irão.

7.5. EUA

“The relationship between the United States and Israel is a special relationship for special reasons. It is based upon shared interests, shared

⁵⁸⁴ Idem, ibidem, pag 47.

values and a shared commitment to democracy, pluralism and respect for the individual.”⁵⁸⁵

Warren Christopher, ex-Secretário de Estado dos EUA, 1993

Os EUA aproveitavam o lugar “deixado em aberto”, pela França, após duas décadas como o maior apoiante económico e também o maior fornecedor de tecnologia militar avançada, em jeito de protesto contra a Guerra dos Seis Dias. O auxílio dos EUA já se verificava desde a Resolução 181, com 100 milhões de dólares, os quais se destinavam a projectos, tais como o desenvolvimento da Agricultura, ou mesmo para o desenvolvimento da sua economia como posteriormente se verificou com a implementação de um programa de importação de mercadorias (Commodity Import Program), permitindo deste modo efectuarem-se transacções de mercadorias com os EUA⁵⁸⁶. No entanto, quando o Presidente Harry Truman reconheceu a independência de Israel, mesmo contra o conselho do seu departamento de Estado, nada apontava que o novo país se transformaria no aliado privilegiado americano na região.

Para o TGEN Silvestre dos Santos nas principais áreas geopolíticas (política, económica, cultural e militar), Israel gozou sempre de um tratamento muito privilegiado. Acrescenta que apesar da comunidade judaica não ser muito expressiva em número é efectivamente muito activa e extremamente concentrada em áreas fulcrais, como a economia⁵⁸⁷. Na verdade nenhum outro Estado, mesmo após a IIGM e decorrente reconstrução europeia, recebeu por parte dos Estados Unidos tanta ajuda quanto Israel. Facto justificado, pelas diversas administrações norte-americanas, por o considerarem como um aliado expressivo na região e pela ligação do Congresso americano manifestada pelo lobby judaico nos EUA, criando-se a ideia de que o Estado recém-formado estava cercado e permanentemente ameaçado e que era imperativo fortalecê-lo militar e economicamente.

O entendimento do apoio deve-se, portanto, considerar na medida que Israel só conseguiria sobreviver caso o seu poder militar fosse superior, em larga escala, aos Estados fronteiriços. Israel tornou-se desse modo no exemplo perfeito do que é um

⁵⁸⁵ Efraim Karsh, *Peace in the Middle East: Challenge for Israel*. Portland, Oregon: Frank Cass, 1994, pag 64.

⁵⁸⁶ Joana Junqueira, *O Conflito Israelo-Palestiniano - A relação dos EUA com a Palestina*. [Consultado em 26MAR09]. Disponível em: <http://brevesescritosinternacionais.blogspot.com/2008/08/o-conflito-israelo-palestiniano-os.html>, 2008.

⁵⁸⁷ Eduardo dos Santos, *A Geopolítica do Médio Oriente*, In Revista Militar [Consultado em 12DEZ09], Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=474>, 2009.

Estado com forças armadas altamente bem treinadas e equipadas. Tais razões levam os Estados Unidos, anualmente e desde 1985, a obsequiar 3 biliões de dólares, sendo que 2/3 dessa ajuda é orientada para fins militares⁵⁸⁸. Ideia assente num dos principais objectivos dos EUA para a região: proteger a segurança de Israel. Pode-se por isso afirmar que, no período que medeia a IIGM e o colapso da União Soviética, os objectivos norte-americanos no Médio Oriente se baseavam em perspectivas comuns de estratégia, factores políticos e políticas económicas. Era claramente importante conter a expansão soviética na região, manter linhas de comunicações e trocas comerciais, assegurar a manutenção do acesso ocidental ao petróleo da região e promover a democratização e economias liberais.

Apesar da sua situação geográfica, Israel é considerado globalmente como um Estado Ocidental, onde ambos os países reservam mutuamente um papel de relevo nas respectivas políticas externas. A ligação de apoio torna-se mais estreita decorrente de idênticas noções de ideologia moral, democracia, sistemas sociais e militares e fortes laços psicológicos entre o povo americano e o povo israelita.

Evidentemente, e como qualquer relação, a simbiose pauta-se, sistematicamente, por momentos de crise e afastamento mas onde prevalece uma evolução comum e se mantêm laços. Perduram as preferências bilaterais em todas as áreas de interacção, incluindo a defesa, economia⁵⁸⁹, ciência, tecnologia, trocas culturais e apoio diplomático⁵⁹⁰. Pese embora outros Estados tenham alcançado patamar privilegiado ao nível das relações, nomeadamente o Canadá e a Inglaterra, nenhum de forma semelhante alcançou o estatuto de Israel.⁵⁹¹

Uma das mais questionáveis áreas da política externa israelita é a relação das diversas comunidades judaicas pelos várias países e como as mesmas intercedem a favor de Israel, sobre os seus próprios Governos. Para se conseguirem perceber estas interligações é necessário ter presente questões de ordem semântica – “*Israel não é simplesmente um state of jews mas sim the Jewish state*”⁵⁹². Israel é pois a manifestação

⁵⁸⁸ Joana Junqueira, *O Conflito Israelo-Palestiniano - A relação dos EUA com a Palestina*. [Consultado em 26MAR09]. Disponível em: <http://brevesescritosinternacionais.blogspot.com/2008/08/o-conflito-israelo-palestiniano-os.html>, 2008.

⁵⁸⁹ Israel foi o primeiro país a ter uma zona de comércio livre com os Estados Unidos.

⁵⁹⁰ Nomeadamente os vetos norte-americanos das Nações Unidas em questões referentes a Israel.

⁵⁹¹ Joana Junqueira, *ibidem*.

⁵⁹² *Idem*, *ibidem*.

física do sentido de pertença a uma nação judaica, protegendo todos aqueles que fujam de situações anti-semitismo dos seus países originários.

Referente ao apoio prestado sobre a existência e sobrevivência de Israel, as comunidades judaicas assentam em dois pilares: filantropia e acção política. Sendo este último o que mais tem gerado polémica, nomeadamente a sua forte intervenção na América do Norte, em particular nos EUA. Neste país a comunidade judaica encontra-se altamente institucionalizada, interferindo para fortalecer o activismo pró-Israel ao longo das últimas décadas. Decorrente dessa ligação, verifica-se bastante controvérsia referente ao entendimento do limite entre a defesa entusiasta e o exagero de uma defesa cega por uma causa. No cerne destas questões resulta o facto da grande influência no delinear de estratégias da política americana referente ao Médio Oriente.⁵⁹³

Consequência dos cerca de 6 milhões de judeus em território americano, 12% mais do que em Israel, a causa sionista encontra-se largamente disseminada nos Estados Unidos, o que conduz à pressão que os mesmos grupos exercem sobre as sucessivas administrações no auxílio a Israel. Este efectivo dispõe desde logo de uma influência eleitoral que não convém ignorar, além de que a participação desta comunidade no acto eleitoral é de um modo geral bastante elevado.

O escritor israelita Uri Avnery ousa mesmo afirmar que “*resistir às directivas do lobby judaico equivale a um suicídio político*”. Desde 1954 a Israel Public Affairs Committee (AIPAC) (Comité americano-israelita de Negócios Públicos) coordena oficialmente a intervenção do grupo de pressão. Os seus 58 membros permanentes no Capitólio intervêm de uma forma muito influente. Os 15 milhões de dólares do seu orçamento anual foram repartidos pelos políticos americanos mediante as suas tomadas de posição em relação a Israel. Num total de cerca de 50 membros no Senado e sensivelmente 200 na Câmara dos Representantes encontram-se sob influência directa do grupo de pressão judaico⁵⁹⁴.

Pese embora a justificação se apoie no “lobby judaico” para sustentar a parceria entre os dois Estados, a verdade é que a aliança decorre de dois factores de política interna que se traduzem num pilar de política externa. Primeiro, o elevado apoio proveniente da solidariedade democrática entre os dois países. Desde a presidência de Woodrow Wilson, a política externa americana pauta as suas relações com regimes

⁵⁹³ Idem, *ibidem*.

⁵⁹⁴ Idem, *ibidem*.

pluralistas, o que garante que Israel, a singular democracia da região, beneficie de um apoio da opinião pública. Segundo, o reforço político dos protestantes evangélicos, especialmente no seio do partido republicano, centra Israel e os judeus numa condição privilegiada. Mediante estas observações comprova-se que não é o “lobby judaico”, que determina unicamente o apoio dos EUA em torno do Estado de Israel.

No âmbito militar não existiu qualquer necessidade de combaterem lado a lado, verificando-se um apoio bastante sólido por parte dos EUA em 1967, 1973 e 1982, chegando a anular em 2003 a maior ameaça inimiga de Israel: O Iraque. No mesmo ano, os EUA contribuíram para o processo de construção do muro na fronteira com os territórios ocupados ao vetar uma proposta de Resolução da CSNU com o objectivo de a desmantelar. Bastante curioso e apesar das provas de alegadas violações de Israel no domínio do direito internacional os EUA vetaram 80 propostas de Resolução no período entre a guerra dos Seis Dias e a guerra do Iraque⁵⁹⁵.

Os objectivos dos EUA no Médio Oriente assentam: no acesso aos recursos energéticos; manter a estabilidade do Iraque; evitar a capacidade nuclear do Irão; e combate ao terrorismo⁵⁹⁶. Neste sentido e de forma a garantir o fluxo de petróleo é fundamental assegurar que determinados pontos estejam abertos. Pelo mais importante de todos, o estreito de Ormuz, são transportados 2/3 da carga diária, o que corresponde a 16-17 milhões de barris⁵⁹⁷.

O controlo da navegabilidade é assegurado pela marinha norte-americana, que de igual modo supervisa o canal do Suez e o estreito de Bab el Mandab. O interesse pelo Iraque decorre do interesse em recuperar a sua indústria petrolífera, que tem capacidade de produzir o dobro do petróleo que actualmente produz. Em Fevereiro de 2006, o desmantelamento de um atentado da al-Qaeda às instalações de Abqaiq, por onde escoia 75% da produção saudita, deriva do apelo de bin Laden contra instalações petrolíferas do Golfo Pérsico, o que reforça os esforços necessários para reduzir o risco de ataques terroristas.

No quadro da proliferação de Armas de Destruição Maciça (ADM) Washington visa limitar a preponderância do Irão e conter a sua capacidade de actuação regional. Neste contexto e partindo do pressuposto que o Irão obtenha armas nucleares, os países

⁵⁹⁵ Eduardo dos Santos, *A Geopolítica do Médio Oriente*, In Revista Militar [Consultado em 12DEZ09], Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=474>, 2009.

⁵⁹⁶ NATIONAL SECURITY STRATEGY, *The White House*, Washington, 2010.

⁵⁹⁷ Valores de 2007.

envolventes, dos quais não se exclui o Iraque, o seu comportamento ficará bastante condicionado. Subsequentemente o mais natural será que os outros países optem por se munirem da mesma “arma”, equacionando as possibilidades dos grupos terroristas alcançarem ADM.⁵⁹⁸ Conter os movimentos fundamentalistas islâmicos é um dos principais interesses americanos, evitando que os mesmos conquistem o poder nos países mais relevantes.

Os acordos de paz com Israel permitiram aos EUA intervir de forma a alcançar importantes parcerias estratégicas com os países árabes, donde se realça o Egipto, após os acordos de Camp David. De acordo com a Casa Branca reforçar as ligações com o Egipto são relevantes por duas variáveis. Primeira, porque a influência do Egipto sobre os restantes países árabes é bastante considerável e que mutuamente os EUA alimentam a ideia de “soft power” à região. Segunda, sem o apoio militar do Egipto será difícil formar uma coligação árabe para fazer face a Israel.

Recentemente, as relações ficaram grandemente afectadas chegando Michael Oren, embaixador israelita em Washington, a avaliá-las como as piores desde 1975, quando Henry Kissinger exigia que Yitzhak Rabin retirasse as suas forças do Sinai. Esta tensão é devida às intenções levadas a cabo por Israel no contexto das políticas de colonatos e decorrentes do ataque à flotilha da liberdade.⁵⁹⁹

Em Maio de 2011, Barack Obama, no discurso sobre o mundo árabe, estabeleceu parâmetros para um acordo entre palestinianos e Israel, deixando claro que o compromisso dos Estados Unidos com a segurança de Israel é inabalável. O Presidente norte-americano aponta as fronteiras pré-1967 como base do acordo de paz. Perante esta medida, Israel defende-se argumentando que se tornaria indefensável e desde logo bastante vulnerável.⁶⁰⁰

7.6. Rússia

“O facto de nenhum Estado da Europa Ocidental ter conseguido a defesa dos direitos elementares do povo judeu e salvaguardá-lo contra a violência dos executores fascistas explica as aspirações dos judeus em estabelecer o seu próprio Estado. Seria injusto não ter em consideração

⁵⁹⁸ Eduardo dos Santos, *A Geopolítica do Médio Oriente*, In Revista Militar [Consultado em 12DEZ09], Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=474>, 2009.

⁵⁹⁹ *Ties between Israel and US 'worst in 35 years*, In BBC News [Consultado em 15MAR10], Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/8567706.stm>, 2010.

⁶⁰⁰ *Obama aponta 'fronteiras de 1967' como base para acordo Israelo-Palestiniano*, In SOL [Consultado em 19MAI11], Disponível em: http://sol.sapo.pt/inicio/Internacional/Interior.aspx?content_id=19608, 2011.

tais factos e negar o direito ao povo judeu em realizar tal aspiração."⁶⁰¹

Andrei Gromyko, Embaixador Soviético,
na UN Debate Regarding the Special Committee on Palestine:
Gromyko Statement. 14 May 1947 77th Plenary Meeting.

Para melhor compreender a dinâmica relacional entre a Rússia e Israel, e as suas consequências no conflito israelo-palestiniano, torna-se necessário recuar no tempo e analisar a política da União Soviética e as suas posições para com a conjuntura do Médio Oriente, particularmente a contextualização com Israel e Palestina, tendo em conta a importância do conflito israelo-árabe como parte integrante da Guerra Fria.

As relações soviético-israelitas, não se efectivaram apenas após a formação do Estado de Israel, mas também no período que lhe antecedeu, onde sofreram diversas mudanças inesperadas. No ano de 1947 a URSS, que até então se manifestava contrária à criação do Estado de Israel, iniciou o apoio aos sionistas no debate incluído do UN Partiton Plan. O apoio ficou marcado pelas palavras do então embaixador soviético Andrei Gromyko, como referido anteriormente. O discurso apesar de não publicado nos meios de comunicação soviéticos, fortemente controlados pelo Estado, a verdade é que pouco tempo depois os mesmos suspenderam a transmissão de conteúdos anti-sionistas. Consequentemente, três dias após a sua fundação, a URSS reconheceu o Estado de Israel. Uma possível explicação para esta alteração ficou a dever-se à convicção de Estaline assente na possibilidade do novo país tornar-se socialista e, dessa forma, declinar a influência britânica no Médio Oriente. Surpreendentemente, em 1949, inverte-se a posição soviética que passa a assumir uma postura anti-Israel inserida numa lógica anti-cosmopolita. No período que medeia a morte de José Estaline, 1953, e 1967, as relações entre a Rússia e Israel pautaram-se pela cordialidade mas longe de se tornarem amistosas. A partir do final da década de cinquenta e até 1991, final da Guerra Fria, os soviéticos passaram a apoiar diversos regimes árabes em detrimento de Israel.⁶⁰²

Israel ao afirmar-se internacionalmente aliado do Ocidente, os líderes comunistas declararam o sionismo como uma ideologia inimiga da sua. Nos últimos

⁶⁰¹ "The fact that no Western European State has been able to ensure the defense of the elementary rights of the Jewish people and to safeguard it against the violence of the fascist executioners explains the aspirations of the Jews to establish their own State. It would be unjust not to take this into consideration and to deny the right of the Jewish people to realize this aspiration." *Soviet Union and the Arab-Israeli conflict*, In Wikipédia [Consultado em 19MAI10], Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Soviet_Union_and_the_Arab%E2%80%93Israeli_conflict, 2011.

⁶⁰² Joana Junqueira, *O Conflito Israelo-Palestiniano - O Problema do Reconhecimento Internacional*. [Consultado em 26MAR09]. Disponível em: <http://brevesescritosinternacionais.blogspot.com/2008/08/o-conflito-israelo-palestiniano-o.html>, 2008.

anos da Guerra Fria, derivado à simpatia nutrida pelo Ocidente, os judeus foram perseguidos como potenciais traidores e como um risco à segurança comunista. Assim várias foram as sinagogas encerradas e as que se mantiveram abertas foram colocadas sobre forte vigilância policial.⁶⁰³

No âmbito da política externa a presidência de Putin evidenciou a importância do Médio Oriente tendo alargado as suas relações com a região. O interesse deve-se fundamentalmente à intervenção dos EUA no Iraque, o fortalecimento de afinidades com Israel e a Síria e a crescente pressão em torno do programa de desenvolvimento nuclear do Irão⁶⁰⁴. Ao Médio Oriente estão também associados interesses derivados da produção energética, aos abastecimentos e rotas de trânsito. De facto o Euroasianismo retomou à agenda, tendo-se o quadro geográfico estendido ao Mar Cáspio e à Ásia Central. Com o seu sucessor, Dmitri Medvedev, a política externa mantém-se com o mesmo pragmatismo assertivo⁶⁰⁵.

Retirado da política externa da Rússia o ponto em que “*a Rússia pretende desenvolver e aprofundar relações com a Turquia, Egipto, Argélia, Irão, Arábia Saudita, Síria, Líbano, Paquistão e outros Estados fundamentais na região*” reforça o interesse global da mesma. No mesmo documento de Maria Raquel Freire, e como membro do quarteto para a paz do Médio Oriente, encontra-se patente a intenção de promover um acordo, sobre o conflito Israelo-Árabe, que inclua a criação de um Estado palestino independente⁶⁰⁶. Esta intenção que se enquadra na postura tradicional russa, fortemente vincada no período da Guerra Fria, tem evoluído para uma aproximação ao Estado de Israel, o que de alguma forma contrasta com o apoio “*tradicional à causa palestina*”. Para tal exerce pressão para que a Síria se envolva no processo. Esta posição reflecte as ambivalências de uma política externa multi-vectorial onde as opções russas, de conciliação de interesses discrepantes, têm sido engenhosamente conduzidas num “teatro de operações” onde factores como a carência de petróleo e de gás, a venda de armas, a luta contra o terrorismo se tornam produtores.

Após o final da Guerra Fria, a Rússia consolidou as relações com Israel apesar de manter o apoio à ANP. Nas palavras de Sergey Lavrov, Ministro dos Negócios Estrangeiros Russo, “*a política russa nem é pró-Árabe nem pró-Israelita. Tem por*

⁶⁰³ Eodem loci.

⁶⁰⁴ Pontos obrigatórios da agenda de política externa russa para o Médio Oriente.

⁶⁰⁵ Maria Raquel Freire, *Contenção, projecção e envolvimento: a Política Externa Russa para o Grande Médio Oriente*, In Revista Nação e Defesa, Lisboa, nº121, Outono/Inverno 2008 – 3ª Série, pag 139.

⁶⁰⁶ Idem, ibidem, pag 140.

objectivo defender os interesses nacionais russos. A manutenção de relações próximas e amigáveis com Estados árabes está entre eles”⁶⁰⁷. Para Maria Raquel Freire esta dupla postura, face ao conflito Israelo-árabe, é devida a uma estratégia de influência numa região que adquire cada vez mais importância para Moscovo, e que não deverá ser interpretada como qualquer tentativa de tensão entre a Rússia e o Ocidente. No entanto acontecimentos da cena internacional, nomeadamente a substituição de Putin, a liderança israelita, a morte de Arafat e muito recentemente o parcial desbloqueio à Faixa de Gaza, poderão conduzir a um novo rumo.⁶⁰⁸

As relações entre Israel e a Rússia incluem-se num projecto de estratégias anti-terrorismo, de cooperação de projectos de desenvolvimento comercial e tecnológico, nomeadamente equipamento militar. Porém, fruto da Rússia defender a criação de um Estado palestino independente dificulta as acções desta no processo de paz do conflito israelo-árabe. Da mesma forma os israelitas não ignoram que a URSS foi, na década de 1960, um grande apoiante das intenções nucleares do Irão. Por outro lado, a venda de armas à Síria e ao Irão e a não classificação do Hamas como grupo terrorista⁶⁰⁹ por parte da Rússia mantêm Israel num impasse. De igual modo, os palestinianos, interpretando as acções como dúbias, não deixam de se sentir surpreendidos e hesitantes face a uma política russa próxima de Israel. Contudo, esta gestão de relações leva a Rússia a mostrar-se apoiante convicta de Israel, uma vez que este é um importante detentor de tecnologia militar.

Em suma a parceria na luta contra o terrorismo, a cooperação em questões como o armamento e o campo energético estabelecem as prioridades das relações russas que se estabelecem nesta região do Globo.

7.7. Turquia

A Turquia, membro da NATO, com relações muito estreitas com o Ocidente com intenções claras de efectuar a adesão à UE, era um Estado com relações muito próximas com Israel e, de certa forma, actuava como intermediário nas relações com outros países muçulmanos. Nesta ligação recíproca de interesses, a Turquia encontra em Israel a tecnologia que necessita.

⁶⁰⁷ Idem, ibidem, pag 141.

⁶⁰⁸ Eodem loci.

⁶⁰⁹ Por tal razão a Rússia ao convidar o Hamas a deslocar-se a Moscovo justificou-se que se encontraria em posição privilegiada para o fazer, uma vez que, ao contrário da UE e dos EUA, não teria considerado o Hamas uma organização terrorista, podendo beneficiar da posição para dialogar, negociar e adquirir influência no processo.

Com as dificuldades encontradas no processo de adesão à UE, a Turquia concluiu que poderá ser o grande protagonista no Médio Oriente, apresentando-se como alternativa aos outros dois candidatos, o Irão e a Arábia Saudita, na medida em que pode “jogar” nos vários tabuleiros, inclusive com o Ocidente, através da NATO, e que dispõe das capacidades necessárias. No entanto, para que a Turquia efectue esse jogo, não poderá deixar transparecer ao mundo muçulmano que se encontra aliado a Israel. O resultado passará por uma solução de ambiguidade, em que não perca a ligação com Israel mas surja ao mundo muçulmano, em especial ao Irão, com uma postura anti-Israel. É este o objectivo que explica as suas posições actuais. A flotilha terá visado esse objectivo estratégico, tendo beneficiado a Turquia, pela actuação errada de Israel no campo táctico. No espaço mediático, Israel que é melhor, o mais capaz militarmente, já tinha ganho a guerra de Gaza em termos operacionais, mas não a ganhou em termos estratégicos, devido ao ambiente mediático. Foi o que aconteceu com a flotilha⁶¹⁰.

Actualmente, a potência norte-americana que possui menores capacidades para impor a sua vontade, comparativamente ao período anterior à guerra do Iraque, onde efectivamente perdeu a guerra do Iraque para o Irão e por sua vez depara-se com problemas enormes a nível económico, impossibilitando a continuidade dos gastos excessivos da guerra, colocam a hipótese em aberto para que seja a Turquia a assumir o papel que a potência norte-americana desempenhava no Iraque. Essa intenção prende-se com o facto de evitar ao Irão controlar a Mesopotâmia, região altamente estratégica. A potência que dominar essa charneira irá obter clara vantagem. Para tal os EUA terão de passar o testemunho de “protector” à Turquia, enquanto esta mantiver o actual relacionamento com a NATO⁶¹¹. Mais propriamente no conflito Israelo-Palestiniano, Ankara tem desempenhado um papel relevante como mediador entre a Síria e Israel o que acaba por lhe dar um estatuto importante no quadro estratégico do Médio Oriente.

Para o Ocidente a Turquia é encarada como uma alternativa energética à Rússia, assente na diversificação de rotas e diminuição da dependência energética. Realça-se neste ponto que embora os países do Golfo ao possuírem reservas importantes de energia e paralelamente boas infra-estruturas e rotas de trânsito com o oeste consideram a Turquia um parceiro estratégico indispensável. Esta opinião é nutrida pelo Irão, Egipto, Síria e Iraque enquanto que a Arábia Saudita, Qatar, Emirados Árabes Unidos e

⁶¹⁰ Referido pelo GEN Loureiro dos Santos, em 12 de Julho de 2010, aquando da nossa entrevista.

⁶¹¹ Eodem loci.

Oman não sentem qualquer necessidade de desenvolver parecerias desse âmbito. Em suma, a Turquia, enquanto elo de ligação entre este-oeste, desempenha um papel mais activo para os recursos cuja origem provêm do Cáspio comparativamente ao Golfo Pérsico⁶¹².

Em Agosto de 2008, aquando da intervenção russa na Geórgia, fazendo-se valer das boas relações com o leste e numa lógica de apaziguamento, a Turquia propôs a criação de um Pacto de Estabilidade e Cooperação para o Cáucaso do Sul. A intervenção da Turquia neste sentido parte de uma iniciativa com o ímpeto necessário de modo a evitar qualquer tentativa ocidental de intervir na região e deste modo evitar a presença dos mesmos. Outro dos objectivos de Ankara é criar bases, ainda que em pequenas dimensões, de modo a explorar uma possível parceria em matéria de segurança nesta região onde tem imperado a instabilidade⁶¹³.

Relativamente ao tema do desenvolvimento nuclear, Israel teme a relacionamento de Ankara com Teerão, nomeadamente no apoio ao mesmo. Pese embora as relações entre os dois Estados não sejam de todo as melhores e o facto de Ankara defender que o enriquecimento de urânio se destina em exclusivo a fins civis, Israel teme que o apoio sob a comunidade internacional, favorecendo o Irão, permita-lhes continuar com o projecto nuclear.

7.8. Irão

A República Islâmica do Irão é uma potência da Ásia Central, possuidora de uma interessante posição geográfica com forte domínio na principal rota de exportação dos recursos da zona do mar Cáspio. É sem margem para dúvidas o Estado da região com maior peso internacional. Pese embora seja um produtor de gás, e por tal razão competidor com Turquemenistão, ao Irão interessa constituir-se a porta de saída do Golfo pérsico para a nova rota da “Seda Energética”⁶¹⁴.

Relativamente às suas relações com os países vizinhos, praticamente viveu isolado até à Cimeira de Teerão, em Outubro de 2007, tendo os EUA e a própria Rússia temido que o desmembramento da URSS e as novas permissões que entretanto se afiguravam ameaçassem os seus interesses no Médio Oriente. O receio assentava na forte possibilidade do Irão exportar o seu modelo de revolução islamista aos novos

⁶¹² Maria Raquel Freire, *Contenção, projecção e envolvimento: a Política Externa Russa para o Grande Médio Oriente*, In Revista Nação e Defesa, Lisboa, nº121, Outono/Inverno 2008 – 3ª Série, pag 153.

⁶¹³ Eodem loci.

⁶¹⁴ Iván Giménez, *El nuevo gran juego en Asia Central – Geopolítica en el Mar Caspio*, Editorial Popular, Madrid, 2009, pag 93.

Estados independentes da Ásia Central, todos eles muçulmanos. Porém, as afinidades religiosas têm sido muito limitadas, onde o Irão é um Estado teocrata e xiita e as repúblicas envolventes laicas e sunitas. Porém, as ligações com os seus vizinhos da Ásia Central são bastante diferentes das relações com o Hezbollah ou com os radicais xiitas iraquianos. Apesar de tal panorama, o Irão não aproveitou as possibilidades que se abriram em 1991. Contudo, recentemente são levantados receios em que o Iraque se torne o primeiro Estado árabe governado por xiitas e que se converta num satélite de Teerão.

No sector económico tentou estreitar laços, porém não foram suficientemente exploradas derivado ao factor estruturas não permitir fomentar os inter-câmbios comerciais. É importante, ter em conta que o Irão forma parte de um marco de cooperação multilateral: a Organização de Cooperação Económica⁶¹⁵.

As relações com as grandes potências têm-se verificado complicadas. A Rússia tem sido um inimigo histórico e após o colapso da União Soviética as relações estiveram tensas. Contudo, actualmente os interesses parecem estar mais próximos, principalmente quando se trata de evitar o estabelecimento da hegemonia norte-americana na região. Comprovando esta afirmação foram as garantias dadas, na Cimeira do Cáspio, ao Irão de que nenhum dos países daria apoio aos EUA contra o seu território. A Cimeira do Cáspio foi altamente benéfica no campo das relações, uma vez que finalizou o isolamento do Irão com os seus vizinhos, especialmente no tocante à partilha das águas do Mar Cáspio. Teerão via assim esfumarem-se as ameaças vindas do sector norte. Por seu turno, os EUA constituem-se na principal ameaça para a segurança iraniana. Washington incluiu a República Islâmica no “Eixo do Mal”, e as tensões pelo programa nuclear militar persa poderão desembocar num confronto armado. Aliás, Washington mantém um bloqueio que impede que investimentos se efectivem com o Irão, o que por sua vez evita o desenvolvimento dos projectos de oleodutos⁶¹⁶.

A relação muito estreita com a Síria é encarada de extrema importância pelo facto de contar com um *“aliado árabe com posições tradicionais de pan-arabismo”* e a

⁶¹⁵ Organização intergovernamental regional estabelecida, em 1985, pelo Irão, Paquistão e Turquia, com o objectivo de promover cooperação económica, técnica e cultural entre os Estados-membros. Conta actualmente com dez membros (República Islâmica do Afeganistão, República do Azerbaijão, República Islâmica do Irão, República do Cazaquistão, República Quirguistão, República Islâmica do Paquistão, República do Tajiquistão, República da Turquia, Turquemenistão e República do Uzbequistão).

⁶¹⁶ Idem, ibidem, pag 96.

partir da mesma poder apoiar o Hezbollah contra Israel⁶¹⁷. O Irão nutre uma animosidade extrema por Israel e de uma forma clara Mahmoud Ahmadinejad, em Outubro de 2005, afirmou que “*Israel deveria desaparecer do mapa*”. Em Abril de 2010, nas cerimónias comemorativas do Holocausto o Primeiro-Ministro, Benjamin Netanyahu, e o Presidente, Shimon Peres, acusaram a comunidade internacional sobre a alegada indiferença perante as ameaças do Irão contra Israel. Em Outubro do mesmo ano, na visita ao Líbano o Presidente iraniano incentivou as massas libanesas na luta contra os judeus e desafiou simultaneamente Israel afirmando que “*o Mundo deve saber que os sionistas vão deixar de existir não tendo outra opção que não render-se, abandonar a terra que ocupam e regressar aos seus países*”, deixando claro que o Irão estará sempre ao lado do povo libanês⁶¹⁸.

Com o seu programa nuclear, teme-se verdadeiramente por uma escalada na corrida ao armamento nuclear por parte de outros Estados vizinhos e que o Presidente iraniano consiga desenvolver o seu projecto, apesar das inúmeras inspecções levadas a cabo pela AIEA. Se tal vier a acontecer as ameaças elevam-se grandemente em torno de um ataque a Israel, como prova de teste do desenvolvimento da sua “bomba”. De modo a contrariar a política iraniana muito se tem especulado sobre um ataque israelita de modo a anular o projecto, tal como aconteceu em 2007 na Síria, ou em 1981, quando Israel bombardeou o reactor nuclear Osirak, situado a 18km de Bagdad. Neste sentido, Israel já terá tido a garantia da Arábia Saudita que as suas defesas anti-áreas não sejam activadas aquando da passagem pelo seu território. Os alvos remuneradores seriam as instalações de enriquecimento de urânio de Natanz e Qom, os armazéns de gás em Isfahan e o reactor de água pesada de Arak. Num plano secundário estaria incluído o reactor de água ligeira de Bushehr, que terá valências para a produção de plutónio com o objectivo de desenvolver armas atómicas. Os alvos localizados a 2250km de distância levam Israel a cruzar a Jordânia, o Norte da Arábia Saudita e o Iraque⁶¹⁹.

⁶¹⁷ José Félix Ribeiro, *O Irão, os EUA e a Geopolítica do Golfo Pérsico*, In Revista Nação e Defesa, Lisboa, nº121, Outono/Inverno 2008 – 3ª Série, pag 153.

⁶¹⁸ Ana Carbajosa, *Ahmadinejad reta a Israel en Líbano*, In El PAÍS, 2010, [Consultado em 15out10]. Disponível em: http://www.elpais.com/articulo/internacional/Ahmadinejad/reta/Israel/Libano/elpepiint/20101015elpepiint_3/Tes, 2010.

⁶¹⁹ *Arábia Saudita facilita a Israel o ataque a centrais nucleares iranianas*, In Público [Consultado em 12JUN10], Disponível em: http://www.publico.pt/Mundo/arabia-saudita-facilita-a-israel-o-ataque-a-centrais-nucleares-iranianas_1441601, 2010

Analistas militares defendem que Israel somente ainda não procedeu a este ataque devido a não ter tido o consentimento dos Estados Unidos e de alguns Estados árabes. Para o GEN Loureiro dos Santos, o ataque seria uma tragédia para o Mundo, apesar de existir essa possibilidade. Em situações de interesse para os EUA, eventualmente Israel poderia desencadear o ataque a partir do seu território, “*mas actualmente não tem qualquer cabimento*”⁶²⁰. As consequências seriam altamente negativas onde as relações com o mundo muçulmano ficariam totalmente esgotadas, assistindo-se a uma escalada do terrorismo internacional, a subida vertiginosa do preço do Petróleo, com o estreito de Ormuz bloqueado, afectando as potências que precisam do petróleo que por ele transita, como a China, Índia e países ocidentais. “*As ameaças brandidas por ambas as partes fazem parte da gesticulação mediática habitual e serve os políticos, não só para transmitirem algumas das suas ideias aos destinatários pretendidos, mas também para consumo político interno. (...) Mas friso: existe sempre uma possibilidade, mesmo que remota, no caso de surgir uma atitude não racional que não seja possível evitar. Até poderá decorrer de um acidente relacionado com o nuclear, mas estou convencido que isso não acontecerá. Se isso acontecesse todo o mundo muçulmano se uniria contra Israel e seria o seu fim. A essa possibilidade, a China também se oporia, pois grande parte do petróleo importado passa pelo estreito de Ormuz. Aliás, esse é um dos argumentos que a China, enquanto membro permanente do CSNU, invoca para ter muito cuidado em não aplicar sanções efectivas ao Irão. Teria implicações negativas para si*”⁶²¹.

7.9. China

A política da China para o Médio Oriente é baseada essencialmente nos cinco princípios da coexistência pacífica⁶²². No Médio Oriente a China prima essencialmente pelo terceiro princípio, ao não intervir nos assuntos internos do Estado, o que a posiciona numa perspectiva muito atractiva para muitos dos países do Médio Oriente. “*Neste sentido, os países vêem a China num parceiro fiável, onde a perspectiva é para*

⁶²⁰ Referido pelo GEN Loureiro dos Santos, em 12 de Julho de 2010, aquando da nossa entrevista.

⁶²¹ Idem, ibidem.

⁶²² Chu En-lai, o fundador da diplomacia da República Popular da China, formulou os famosos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica durante viagem à Ásia meridional, que representavam uma espécie de padrão para as relações internacionais. Os cinco princípios são: respeito mútuo à soberania e integridade nacional; não-agressão; não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; igualdade e benefícios recíprocos; e coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. Este padrão de conduta internacional foi, desde então, o norteador da diplomacia chinesa, do Movimento Neutralista e foi adoptado pelo Movimento dos Países Não-Alinhados (fundado em 1961).

que existam vantagens para ambas as partes através dos negócios realizados”⁶²³. A política de win win strategy assenta numa reformulação das políticas de poder contrária à teoria “do jogo de soma nula” vantajosa para ambas as partes. “A República Popular da China adoptou uma lógica multi-vectorial com todo o tipo de parceiros mas sem afectar os seus interesses, não tomando qualquer partido nas divergências regionais ou locais, onde nos casos particulares entre Israel e a Síria ou com o Irão a China mostra-se equidistante.”⁶²⁴

A entrada da China do Médio Oriente deve-se à componente de armamento, nitidamente relevante até à década de 90, particularmente com as vendas ao Irão e à Arábia Saudita. Surgindo a pressão dos EUA, as vendas resfriaram, tendo o volume de vendas sido canalizado para os países africanos. Posteriormente, a participação no Médio Oriente é essencialmente de cariz económico, com vendas de produtos que a China produz em quantidades industriais. Neste âmbito, os países do Golfo, onde a penetração da China é fortíssima, assiste-se à entrada, ainda que de forma moderada, de Empresas chinesas e de alguns emigrantes chineses.

De grosso modo entram através de parcerias locais, mas com o pormenor, bastante importante, associado à emigração chinesa: o domínio do idioma (fundamental para esta região). Esta política, sistematizada ao longo dos últimos 25 anos, abrange os cidadãos que pretendem emigrar. As competências adquiridas nos institutos de línguas são importantes e que pesam em prol da China.

Este valor acrescentado reflecte-se nas inúmeras vezes em que os empresários e funcionários do partido são convidados pelas cadeias televisivas da região a abordar determinadas temáticas. Consequentemente, o facto de “dominar a língua local” tem um impacto muito positivo junto da opinião pública, contribuindo para que a participação chinesa na região seja interpretada de uma forma transparente. Curioso é o facto dos EUA só muito recentemente começarem a reverter essa política, tentando alcançar uma dimensão do tempo perdido⁶²⁵.

A China tenta gerir os dois pratos da balança de uma forma muito racional, essencialmente através das suas exportações para os países do Golfo⁶²⁶, pela situação económica dos mesmos. O crescimento económico destes tem acelerado e as

⁶²³ Referido pelo TCOR Carriço, em 23 de Julho de 2010, aquando da nossa entrevista.

⁶²⁴ Referido pelo Professor Luís Tomé, em 13 de Julho de 2010, aquando da nossa entrevista.

⁶²⁵ Eodem loci.

⁶²⁶ Devido ao facto dos Países do norte de África serem concorrentes directos em termos de produtos cujo o resultado provém da intensa mão-de-obra.

necessidades da classe média local são facilmente ultrapassadas com as soluções colocados no mercado, a preços muito atractivos, vindos da China. Esta em troca, beneficia do campo energético, essencialmente com o petróleo e o gás natural.

A China tenta obter, e tem-lo conseguido de forma meritória, a importação de petróleo através de contratos de longa duração, ou seja não pretende ser dependente ao ponto de ter, de forma constante, renegociar os seus contratos num curto período de tempo. Tenta cada vez mais efectuar contratos de longa duração, com períodos de 20/25 anos, essencialmente com empresas sauditas, garantindo um ininterrupto fluxo de petróleo a preços controlados e sem grandes oscilações no período em que decorre o contrato. *“A dimensão económica chinesa é a mais visível, devendo-se ao processo de maturação dos cinco princípios da coexistência pacífica, onde tem a sua política muito definida e que reflecte o pragmatismo das suas intenções. Pese embora a complexidade dos regimes políticos existente no Médio Oriente à China não interessam as características mas simplesmente os acordos negociais”*⁶²⁷.

No processo de paz, Wu Sike, o enviado especial chinês para o Médio Oriente em todas as suas intervenções tenta, fundamentalmente, abrir as pontes para o diálogo mas sem se expor demasiado. Transmite o interesse da China em estabilizar o conflito mas não tem a capacidade interventiva, e que não quer ter, no referido processo. A sua postura baseia-se na simpatia com a ANP, porque caso contrário iria antagonizar alguns regimes árabes, mas de igual modo não pretende hostilizar-se com Israel, um importante parceiro, fundamental em termos de mais-valia no campo tecnológico, cuja fonte mais visível se processa na cooperação técnico-militar⁶²⁸.

Neste sentido, o fiel da balança está equilibrado onde a China de uma forma clara e transparente prima pela retórica política mas sem qualquer empenhamento excessivo de modo a não prejudicar os seus interesses e igualmente o processo de paz. Para este processo a China acaba por ser empurrada pelos EUA, Rússia e UE pelo resultado sintomático associado ao crescimento da China e à prossecução dos interesses económicos, ainda que com um estatuto de observador. A China, devido à sua postura, acaba por não ser um actor fundamental no processo de Paz. No fundo mantém este delicado equilíbrio porque precisa de ambas as facções para contribuir para a sua política económica. Num cenário inteiramente complexo a China possui relações

⁶²⁷ Referido pelo TCOR Carriço, em 23 de Julho de 2010, aquando da nossa entrevista.

⁶²⁸ Israel é basicamente a principal fonte de tecnologia militar com maior valia, particularmente em mísseis anti-navio e UAVs.

próximas com Israel, pretende ter boas relações com o mundo árabe, onde apoia a ANP e que nutre as relações com os Estados do Golfo, e que para tal acautela, de uma forma muito inteligente, um movimento “spin-off”⁶²⁹.

Em suma: a China tem uma abordagem muito pragmática de modo a alcançar o que pretende: o maior retorno possível das relações económicas com os diversos países do Médio Oriente. Essencialmente “just business”, onde se destacam três pontos: continuar a ter mercados para exportar os seus produtos; obter retorno de matérias-primas, nomeadamente petróleo e gás natural, essenciais para continuarem a dinamizar a sua economia; e não se empenhar a favor ou contra uma das facções do conflito israelo-árabe.

7.10. Brasil

O Brasil é uma potência com grande crescimento económico, sendo sem dúvida uma economia sólida e será a potência com menor risco a nível futuro. Veja-se: não tem os problemas da China relativamente à contradição entre o político e a economia, com o Estado autocrata em riscos de poder implodir, e não tem insuficiência energética. Não têm os problemas sociais, relacionados com as castas, da Índia, que apresenta problemas também com a insurreição maoísta que se expande a 1/3 do território centro-leste e que pesam seriamente a nível futuro. A Rússia, por sua vez, apresenta problemas demográficos apesar de não depender energeticamente como os EUA. De todas as potências, o Brasil é claramente aquela que surge com melhores perspectivas, onde o segredo da sua ascensão assenta nas políticas económica e externa traçada por Henrique Cardoso, e que o Presidente Lula da Silva, soube explorar inteligentemente⁶³⁰.

Externamente, apresenta uma política bastante audaciosa consciente das suas capacidades. Neste contexto interessa-lhe fazer parte do xadrez estratégico global, procurando comparar-se, chegando ao ponto de desafiar, todos os grandes actores que desempenham um papel no Médio Oriente. Veja-se a política dos EUA, da China, da Rússia, ou até mesmo da UE. O Brasil, refere o GEN Loureiro dos Santos, “*não pretendendo ser excepção, está convicto que terá um papel com fortes capacidades em solucionar problemas que as outras potências não têm conseguido*”⁶³¹.

Quanto à política do Brasil na região do Médio Oriente, existem 2 posições que dividem a política brasileira: a posição que tomou a administração última, Lula e o seu

⁶²⁹ Eodem loci.

⁶³⁰ Referido pelo GEN Loureiro dos Santos, em 12 de Julho de 2010, aquando da nossa entrevista.

⁶³¹ Eodem loci.

Ministro dos Negócios Estrangeiros, Celso Amorim; e a oposição, liderada por José Serra, temendo algum fracasso actua com maior prudência, embora não coloque entraves.

A política brasileira foi levada a cabo cautelosamente, sendo precedida de ligações com a Turquia, e somente depois do Presidente Lula da Silva dialogar com o Presidente Obama é que avançou com essa postura. É certo que o presidente Obama referiu que tal não resolveria a questão nuclear iraniana, o que Lula terá reconhecido, apesar de considerar convictamente que poderia ser a abertura do caminho para a sua solução. *“É bom que se diga, que Lula apenas abriu uma porta à possibilidade de entendimento entre o Irão e a AIEA sobre a troca de urânio. Não resolveu o problema do seu enriquecimento. Aliás, esse não seria o seu objectivo. Nesse campo, o Brasil defende a posição das NU, relativo ao enriquecimento de urânio. Quanto à resolução da ONU impondo sanções ao Irão, deve registar-se o cuidado de Hilary Cliton em referir que o acordo do Brasil é útil, só que não resolve o problema”*⁶³².

Por seu turno, as sanções servem para pressionar o Irão a embargar o enriquecimento de urânio. Claro, que os EUA não queriam deixar transparecer ao Mundo que o Brasil e a Turquia teriam conseguido o que há muito tentavam sem êxito. Com esta medida estratégica, o Brasil fica em condições de dirimir outras situações, a par das outras grandes potências, e está consciente que tem possibilidades de alcançar o estatuto de super-potência.

No grande jogo estratégico o “tendão de Aquiles” do Brasil é a corrida ao Espaço, onde ainda precisa de recorrer a parcerias como outras potências. No campo nuclear, o Brasil declarou não querer armas nucleares, mas não autoriza qualquer inspecção às suas instalações. Óbvio que, quando entender ser necessário e vantajoso, está em condições de as produzir.

Desde 2005, altura em que foi assinado um Acordo entre Israel e a Mercosul⁶³³, as partes comprometeram-se a negociar a criação e implementação de área de livre comércio. Israel exporta cerca de 90% da sua produção para a Mercosul, sendo o principal destino o Brasil, com mais de 50% das importações israelitas, tendo as relações económicas entre o Brasil e Israel sido fortalecidas desde 2004.

⁶³² Idem, ibidem.

⁶³³ A Mercosul é o nono parceiro comercial de Israel após a União Europeia, Estados Unidos, China, Turquia, Índia, Japão, Coreia e Taiwan, e o terceiro mercado para as exportações israelitas entre os países com os quais Israel não mantém acordo de livre comércio (depois da China e do Japão).

O acordo de livre comércio entre a Mercosul e Israel criou condições para maior presença de produtos brasileiros no mercado israelita, assim como constitui um importante incentivo à ampliação da presença industrial e tecnológica das companhias israelitas no Brasil, cujas necessidades e dimensão permitirão a Israel ganhos económicos e exportações para outros destinos na América Latina relançando a ampliação de parcerias empresariais em diversos sectores.

Em Dezembro de 2010, o Brasil anunciou o reconhecimento da Palestina enquanto Estado livre e independente sob as fronteiras de 1967, o que reforça que os palestinianos poderão avançar para a autoproclamação da sua independência em 2011, caso exista novos impasses nas negociações.

7.11. Organização do Tratado do Atlântico Norte

A possibilidade de integrar Israel na NATO tem sido promovida com o objectivo de incentivar o Estado judaico a fazer algumas concessões necessárias para um acordo de paz israelo-árabe. Nesta perspectiva alguns líderes israelitas, dos quais o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Avigdor Lieberman, estão convencidos de que aderir à NATO funcionaria como um elemento de dissuasão vital contra o Irão vital.

No entanto, e de acordo com Shlomo Ben-Ami é altamente improvável que a integração de Israel na Aliança seja possível, na óptica da NATO, uma vez que a Aliança não se sentiria numa posição confortável ao ter de aplicar, se necessário, o artigo 5 ° da Carta da NATO, o que obrigaria os seus membros a combater por Israel caso este fosse atacado por um dos seus muitos inimigos, numa região endemicamente perigosa⁶³⁴.

Da mesma não é claro que a adesão à NATO seja algo que interesse verdadeiramente a Israel, como afirma Zeev Boim, vice-ministro da Defesa de Israel, cuja parceria com a NATO é vista como relutante, uma vez que a associação a qualquer agência multinacional ou acordo internacional, limita a sua manobra política⁶³⁵. Por sua vez, Anders Fogh Rasmussen recorda que a documento fundador da NATO estabelece apenas a adesão de países europeus⁶³⁶.

⁶³⁴ Shlomo Ben-Ami, *Israel y la OTAN – Entre la membresía y la asociación*, [Consultado em 28AGO10], Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/benami37/Spanish>, 2010

⁶³⁵ *¿Israel en la OTAN?*, In webislam [Consultado em 29AGO10], Disponível em: <http://www.webislam.com/?idt=550>, 2010

⁶³⁶ Amir Oren, *NATO Chief sees group's future involvement in Israeli Arab Peace Process*. [Consultado em 02JUN11]. disponível em: <http://www.haaretz.com/print-edition/features/nato-chief-sees-group-s-future-involvement-in-israeli-arab-peace-process-1.342136>, 2011.

Pese embora o processo de paz se afigure sem desfecho substancial e os efeitos adversos que motiva, a NATO e Israel têm reforçado a sua cooperação nos últimos anos, de uma forma funcional para os interesses de ambas as partes. Para os israelitas, a cooperação com a Aliança é uma componente importante de legitimidade nas suas relações frequentemente problemáticas com o Ocidente. Para a NATO, a cooperação é funcional na sua capacidade de operar em novos teatros de operações e responder ao perfil de mudança das ameaças que enfrenta. O interesse da NATO em Israel é tal que Patrick Hardouin, funcionário do Departamento de Assuntos Políticos e de Segurança da Aliança, explicitou em 2006, que *"os altos e baixos no conflito israelo-palestiniano não devem limitar a cooperação entre Israel e a NATO"*⁶³⁷.

Nos últimos anos, a Aliança Atlântica tem sofrido grandes alterações, tanto na sua implantação como nos seus objectivos, devido a dois acontecimentos históricos: o fim da Guerra Fria⁶³⁸ e os ataques de 11 de Setembro de 2001⁶³⁹. Consequentemente foi alterado o teatro de operações forçando a NATO a canalizar a sua atenção da Europa para o Mediterrâneo e Médio Oriente.

A ênfase da NATO para o Mediterrâneo iniciou-se em 1994, através do Diálogo do Mediterrâneo, que envolve países como o Egipto, Israel, Jordânia, Marrocos, Mauritânia, Argélia e Tunísia, em discussões com a segurança da Aliança. Posteriormente, a Iniciativa de Cooperação de Istambul, de 2004, forneceu um potencial mais elevado para a região, uma vez que transforma as relações da NATO com os países aliados no Médio Oriente e se move do diálogo à parceria - um nível comparável com o programa de Parceria para a Paz utilizada para promover a plena adesão dos países da Europa Central e Oriental. Neste âmbito, desenvolveu-se, com os principais actores da região, uma cooperação multilateral de modo a combater o terrorismo e a proliferação de ADM. A iniciativa prevê, também, a promoção de reformas de defesa regional e o melhoramento da interoperabilidade entre as forças militares na região.

No entanto, tanto o Diálogo do Mediterrâneo como a Iniciativa de Istambul carecem de uma verdadeira cultura multilateral de cooperação em questões de segurança entre os principais actores regionais, onde o conflito israelo-árabe é um obstáculo político importante, mas não o único. Praticamente não poderia dizer-se que

⁶³⁷ Shlomo Ben-Ami, *Israel y la OTAN – Entre la membresía y la asociación*, [Consultado em 28AGO10], Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/benami37/Spanish>, 2010.

⁶³⁸ Tornando obsoleta a estratégia defensiva da NATO contra a União Soviética.

⁶³⁹ Os ataques terroristas contra os Estados Unidos acabariam por mudar o perfil do inimigo e a natureza do campo de batalha.

Marrocos, Argélia e Líbia são parceiros para uma cooperação regional deste tipo, o que também se aplica à maioria dos países árabes no Médio Oriente. Não surpreende então, que entre os Estados da região, Israel seja o único que estabeleceu laços estreitos com a NATO. Isso reflecte os benefícios que a NATO crê poder obter a partir da experiência militar única do Estado judeu.

Israel tornou-se recentemente o primeiro país a concluir um Programa de Cooperação individual com a NATO, através do qual desenvolve um diálogo estratégico em curso com a Aliança, que abrange uma ampla variedade de áreas, entre as quais o combate ao terrorismo, a partilha de informações, proliferação nuclear, a logística e as operações de salvamento. É nesse contexto que “o presidente do Comité Militar, o Almirante Giampaolo Di Paola, visitou Israel em Novembro (de 2009), tendo a Marinha israelita anunciado os seus planos de incluir uma embarcação no Active Endeavour”⁶⁴⁰.

Israel espera que a “iniciativa diplomática influencie no resultado do novo Conceito Estratégico da NATO”, que foi em Novembro de 2010 aprovado em Lisboa. Após a revisão do Conceito Estratégico⁶⁴¹, Israel também tentará obter um estatuto que melhore a sua categoria e permita aos altos cargos israelitas participar nos principais fóruns da NATO⁶⁴². No documento de trabalho que culminou no novo Conceito Estratégico, é possível verificar a intenção da NATO em canalizar esforços de modo a apoiar uma paz justa e duradoura entre os povos israelitas e palestinianos, contudo sem desempenhar um papel demasiadamente activo de âmbito diplomático. A Aliança manifestou-se disponível em colaborar na implementação de um acordo de paz, desde que solicitada por ambas as partes e autorizada pelo CSNU⁶⁴³.

A Nato e Israel parecem vigorizar a expansão do alcance da sua parceria, com o objectivo de adquirir um elevado nível de interoperabilidade. Recentemente, prevendo uma hipotética confrontação com o Irão, levou-se a cabo o importante exercício militar “Juniper Cobra” para testar a integração das defesas de Israel contra os mísseis

⁶⁴⁰ Uma missão de patrulhamento da NATO no mar Mediterrâneo. Rick Rozoff, *Israel, el miembro número veintinueve de la OTAN global*, [Consultado em 28AGO10], Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article164175.html>, 2010.

⁶⁴¹ Esta actualização substituiu o último efectuado em 1999, o ano da expansão do bloco militar na Europa Oriental.

⁶⁴² Rick Rozoff, *Israel, el miembro número veintinueve de la OTAN global*, [Consultado em 28AGO10], Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article164175.html>, 2010.

⁶⁴³ NATO 2020: *Assured Security; Dynamic Engagement – Analysis and recommendations of the group of experts on a new strategic concept for Nato*, 2010, pag 28.

balísticos dos Estados Unidos. Fontes dos EUA descrevem o exercício como "*o sistema mais completo de defesa contra mísseis de ar que havemos realizado até agora em qualquer parte do Mundo*"⁶⁴⁴. Foi uma importante contribuição, segundo eles, para desenvolver um escudo antimísseis planeado pela NATO na Europa.

O novo conceito estratégico da Nato é relevante para o Médio Oriente de duas formas. Primeiro, porque fornece à NATO um papel claro de assumir os desafios de segurança que dominará o séc. XXI: a defesa contra a proliferação de mísseis e armas nucleares, luta ao terrorismo (incluindo o terrorismo cibernético, uma das áreas onde a NATO possui pouca experiência), e contribuindo para a segurança de abastecimento energético. Segundo, porque a NATO decidiu melhorar significativamente as relações, ao nível político e militar, com os seus parceiros. Desta forma a NATO oferecerá uma maior cooperação, intensificando o diálogo político para melhor prever e prevenir crises, nomeadamente no diálogo com o Mediterrâneo. Na opinião de Anders Fogh Rasmussen o novo conceito dará outra dinâmica ao Diálogo do Mediterrâneo, onde as parcerias se irão concentrar em questões de interesse comum, através da lógica dos formatos flexíveis e que poderão beneficiar Israel.

O sonho de David Ben-Gurion em converter Israel num membro da NATO pode não concretizar-se, mas a parceria reflecte o reconhecimento claro da Aliança de que Israel compartilha os desafios do Ocidente, sendo um parceiro vital para desenvolver respostas a estes desafios.

7.12. Síntese Conclusiva

Israel tem-se esforçado por redesenhar o estado das relações com alguns dos Estados de modo a atingir os seus objectivos. Com os Estados fronteiriços: encontrou o caminho de entendimento com a Jordânia e o Egipto, situação que difere das relações com os outros dois Estados. Por sua vez, Israel é um competente negociador regional, tendo incentivado e integrado acordos relevantes ao nível económico, ao que exerceu esforços no sentido de integrar tratados e projectos conjuntos de segurança, de entre os quais, a polémica integração na NATO.

Do ponto de vista de política externa, as relações mais favoráveis e que contribuem para os interesses israelitas pautam-se com os EUA, a UE e os seus Estados membros. As menos favoráveis, conflituosas até, incidem no Irão, na Síria e Líbano.

⁶⁴⁴ [Shlomo Ben-Ami](http://www.project-syndicate.org/commentary/benami37/Spanish), *Israel y la OTAN – Entre la membresía y la asociación*, [Consultado em 28AGO10], Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/benami37/Spanish>, 2010.

Outro tipo de relações, pautadas pelos interesses individuais, onde se adopta uma postura de ambiguidade, são desempenhadas pela Turquia e pela Rússia de uma forma mais visível. Inteiramente neutral é a postura da China, que de uma forma muito pragmática, e sem interferir nos assuntos internos dos Estados, mantém as suas relações na região.

No contexto de apoio destacam-se os EUA onde se assiste a uma simbiose entre ambos os países baseada em parcerias indissociáveis altamente rentáveis para Israel. Longe dos benefícios serem recíprocos, é Israel quem mais tem beneficiado com esta aliança. Os EUA aquando do apoio a Israel era já uma potência mundial, ao passo que Israel escalou tornando-se a maior potência no Médio Oriente. Porém, é facto que os EUA ascenderam a maior potência mundial, sem que tal se devesse a Israel, ao contrário deste que é assente na aliança com os EUA que usufrui da sua principal fonte de poder. Após a queda do Xá do Irão Reza Pahlevi, Israel tornou-se claramente o aliado mais privilegiado dos Estados Unidos no Médio Oriente.

De uma forma bastante vincada, o Irão transmite a sua animosidade face a Israel, servindo-se dos seus “satélites” para agir contrariamente contra o único Estado Ocidental da região. Actualmente, com o desenvolvimento do seu programa nuclear, reforça as preocupações dos líderes ocidentais e árabes, o que se constitui numa verdadeira ameaça.

Sem contornos definidos a efervescência ocorrida através da revolução Jasmim, contagiando diversos Estados árabes e sem qualquer fim previsto, terá com certeza sérias implicações sobre o conflito israelo-árabe.

O avanço para o tratado de paz implica desde logo uma supervisão descomprometida. Logo, e salvo melhor opinião, seria importante considerar uma acção da ONU, onde o empenhamento de capacetes azuis impusesse a paz e que de forma gradual, através de posturas transparentes, se ganhasse a confiança de ambos os povos. Recordar-se que as missões da ONU nesta região remontam a 1948 com a UN Truce Supervision Organization (UNTSO)⁶⁴⁵, tendo sido a primeira missão da Organização. Desde então, a ONU acompanhou o conflito tendo na década de 1970 desempenhado outras missões na região das quais a UN Emergency Force II (Força de Emergência das

⁶⁴⁵ O seu objectivo é a monitorização do cessar-fogo israelo-árabe, estando em curso.

Nações Unidas) (UNEF II)⁶⁴⁶, em 1973, a UN Disengagement Observer Force (UNDOF)⁶⁴⁷, em 1974, e a UN Interim Force in Lebanon (UNIFIL)⁶⁴⁸, em 1978.

⁶⁴⁶ O seu objectivo foi supervisionar a retirada das forças do Sinai após o conflito entre Egipto, Síria e Israel terminando em Julho de 1979.

⁶⁴⁷ O seu objectivo é manter o cessar-fogo entre a Síria e Israel, nos Montes Golan, estando ainda em curso.

⁶⁴⁸ O seu objectivo inicial, em 1978, foi a confirmação da retirada israelita do Líbano, implementar a paz e a segurança internacionais a auxiliar o Governo Libanês a exercer efectivamente a sua autoridade na área. Posteriormente em 2006 foram adicionadas ao seu mandato original as tarefas, entre outras, de monitorizar a cessação das hostilidades e auxiliar a assegurar o apoio humanitário às populações civis bem como o regresso seguro e voluntário dos deslocados. Encontra-se em curso.

8. A RESISTÊNCIA DA CULTURA

Desde o final da década de 1950 e até 2001, a disciplina de antropologia cultural estava longe de ser considerado um método de compreensão e, menos ainda, de previsão sobre o comportamento humano. Infelizmente, esse período é demasiadamente extenso para negligenciar um campo de estudo que actualmente é imprescindível.

Sobre estas matérias, o Governo norte-americano durante a IIGM criou equipas de especialistas em cultura japonesa e alemã com o objectivo de auxiliar os decisores militares e também os combatentes que contactavam directamente com a população local. Todavia, o que se tinha revelado um inteiro sucesso foi simplesmente afastado no decurso da Guerra do Vietname. As justificações de então centravam o estudo cultural como uma área não científica reforçada pelos “cientistas sociais” que terão desenvolvido uma outra área de estudo: o orientalismo. Porém, o grande marco do 11 de Setembro viria a comprovar a extrema necessidade de habilitar todos os combatentes com o conhecimento cultural dos teatros de operações. Assim, uma das principais conclusões retiradas das lições aprendidas⁶⁴⁹ foi, principalmente desde o início da missão do Afeganistão, a necessidade em constituir um quadro humano mais completo e pronto a desempenhar melhor as funções no exterior. Porém, e pelo facto da cultura não ser uma ciência exacta, por se encontrar em evolução, é fundamental existir uma constante actualização do seu estudo⁶⁵⁰.

Qualquer que seja a cultura, possui padrões próprios de comportamento que poderão parecer estranhos a elementos exteriores. A cultura de uma comunidade acaba por estabelecer as bases de vida para o seu povo onde os valores regem as vidas dos seus indivíduos. Em suma, a Cultura é responsável por erigir a personalidade de uma comunidade, em que os valores culturais lhe concedem uma identidade própria, que por sua vez contribuem para que a comunidade ganhe um carácter e uma personalidade própria quando os valores são partilhados, assimilados e praticados por todos os seus membros. A cultura é assim apreendida e transmitida de geração em geração sendo uma importante herança moldando e influenciando as mentalidades.

É pois pertinente, de modo a existir uma sintonia quanto à prossecução do tema, adoptar-se uma percepção do termo. Recorrendo a Antony Giddens, o autor refere que

⁶⁴⁹ Análise e avaliação sistemática das suas missões no estrangeiro com o objectivo de identificar e corrigir erros adoptando novos modos de emprego das forças, tendo por base a experiência de operações anteriores.

⁶⁵⁰ CAOCL (Center for Advanced Operational Culture Learning), *Afghanistan, Operational Culture for Deploying Personnel*, Marine Corps Base, Quantico, Virginia, 2009, pag 8.

“a cultura consiste nos valores de um dado grupo de pessoas, nas normas que seguem e nos bens materiais que criam”⁶⁵¹. Reforça-se a diversidade cultural, onde os valores e normas de comportamento variam largamente de cultura para cultura, contrastando amiúde e de forma radical com o considerado normal de acordo com a origem de interpretação.

8.1. A Cultura dos povos como Obstáculo

Ao lidar com outras culturas, e apesar do que se visualiza parecer não civilizado e extremamente retrógrado dever-se-á evitar, conforme refere o General Anthony Zinni, efectuar qualquer juízo de valor. Ao surgir qualquer tentação de mudança neste cenário⁶⁵² torna-se imprescindível recordar a razão da existência ali, mantendo sempre presente o espírito de missão, e saber que os valores culturais não se conseguirão alterar num período reduzido de tempo. Desta forma é necessário entender a cultura, aceitá-la sem efectuar qualquer tipo de julgamento, e encontrar um ponto de equilíbrio de modo a trabalhar com ela e atingir os objectivos. O General reforça ainda que de uma forma geral uma elevada percentagem de Marines desenvolve um sentimento de irritação face aos afegãos, e ao Afeganistão no seu geral, ao que os psicólogos identificam como Choque Cultural⁶⁵³.

Tal constatação ilustra que de acordo com os condicionamentos de origem torna-se difícil compreender na sua plenitude outras culturas, outras formas de pensar, actuar e de entender o seu mundo. Assim, e sobre este racional também é admissível que o povo local conheça sentimentos idênticos e possivelmente em maior escala pelo facto de enfrentarem uma invasão ao seu país.

Retomando novamente o conflito israelo-árabe, nos casos concretos da comunidade judaica e islâmica, para além dos seus aspectos religiosos, políticos e sociais, salienta-se que as mesmas são também civilizações, culturas, e como tal, portadoras de valores e de dimensões profanas e universais, que formaram, e continuam a formar, parte do património da humanidade. Trata-se de um facto histórico que desde as suas manifestações intelectuais e científicas até aos aspectos quotidianos da vida, têm gerado ao longo da história modos culturais próprios, se bem que nesse dilatado

⁶⁵¹ Os valores são ideias abstractas, enquanto as normas são princípios definidos ou regras que se espera que o povo cumpra. As normas representam o “permitido” e o “interdito” da vida social. Anthony Giddens, *Sociologia*, Fundação Caloute Gulbenkian, Lisboa, 1997, pag 46.

⁶⁵² Referindo-se aos militares norte-americanos em Combate no Afeganistão.

⁶⁵³ Idem, ibidem, pag 9.

processo de evolução se foram produzindo oscilações e trocas em consonância com conjecturas e circunstâncias diversas.

É importante realçar, por óbvio que possa parecer, que ambas as comunidades são civilizações com o objectivo de modificar a tópica imagem, como um manual de conduta, do seu comportamento rígido, estruturalmente ligado à convicção religiosa, como um código estrito e rigoroso de normativas sociais, que restringe e oprime. Certamente, não se poderá negar que, como qualquer religião, contêm preceitos de crenças e obrigações morais e espirituais. Contudo, não é menos certo que, como facto civilizador, possuem também um imenso potencial de recursos capazes de desenvolver valores, ideias e normas sociais, bastante variadas⁶⁵⁴.

8.1.1. O Islão

Desde o seu início, o Islão conheceu uma rápida expansão que deu lugar a fortes especulações sobre o carácter, violento ou pacífico, das suas conquistas. Obviando este debate, não devendo ser levantado desde a dicotomia violência/paz em termos absolutos, o certo é que o Islão, desde que os primeiros califas iniciaram as suas campanhas, contactou directamente com duas importantes civilizações – a persasassânida e a bizantina – das quais nutriu, adoptou e adaptou, em grande medida, elementos relacionados, sobretudo, com a administração, cultura, pensamento e artes. É importante assinalar que para além dos acontecimentos bélicos que retrata a historiografia oficial, incontestavelmente se estabeleceram relações de diálogo e negociação, que propiciaram o conhecimento mútuo e que paulatinamente dariam lugar ao desenvolvimento do pensamento genuíno, ao longo da idade média.

O momento histórico de maior esplendor efectuou-se nos séculos VIII-XI, com a dinastia Abbasid, época em que o mundo muçulmano se converteu, conjuntamente com a China, no farol cultural e científico do Mundo conhecido. Assimilou, transmitiu e aprofundou o conhecimento científico e filosófico dos gregos, persas e hindus, cultivando e difundindo todos os âmbitos do saber⁶⁵⁵. Neste desenvolvimento histórico, o Islão também conhecera uma constante evolução. A ideia de universalidade e da unidade acabariam por se transformar numa separação de duas colectividades: a sunita e

⁶⁵⁴ Beatriz Rueda, *Islam, Mundo árabe Y occidente: conflictos de vincindad*, In *El mundo árabe e islâmico ante los retos del futuro*, Universidad de Granada, Granada, 2004, pag 33.

⁶⁵⁵ Tais como a medicina, astronomia, física, matemáticas, geografia, história, arquitectura.

a xiita⁶⁵⁶. Seguidamente, também estas foram elaborando uma tradição cultural própria mediante as suas doutrinas, ritos e dogmas. Mais tarde, o mundo islâmico conheceu durante parte da sua história moderna (séc. XV-XVIII) uma importante evolução e diversificação que faz ainda mais incerta a ideia do Islão como um todo, homogéneo e monolítico. Assim, nessa época o Islão estruturou-se em três grandes impérios que apesar de partilhar o mesmo legado e a mesma tradição religiosa, apresentam características culturais diferenciadas.

O Império Otomano, alargando o seu raio de influência a uma grande faixa territorial, desenvolveu-se como um Estado integrador, apesar da sua grande heterogeneidade cultural, étnica e religiosa. Por sua vez, o Império Persa foi configurando durante essa época a sua identidade xiita, enquanto o Império Mongol tinha que concorrer com a milenar cultura hindu. Subsequentemente, várias circunstâncias (como o colonialismo europeu, a IGM e o desenvolvimento dos nacionalismos locais) conduziram ao desmembramento definitivo destes sistemas, tendo o mundo islâmico ficado atomizado em zonas de influência, protectorados ou colónias sob a autoridade de países europeus, conhecendo uma das etapas mais cinzentas de toda a sua história.

Posteriormente, o processo de descolonização desencadearia a formação dos actuais Estados-Nação, cujos regimes implantariam um Islamismo Oficial ou Estatal. A partir da época colonial, e conseqüentes independências, iniciou-se uma das crises mais traumáticas do mundo muçulmano que perdura no tempo, e que se tem vindo a acentuar. É durante esta época, essencialmente a partir do séc. XIX, quando surgiu no mundo islâmico diversos movimentos que, desde ópticas distintas, vêem na religião a solução para os problemas sócio-políticos contemporâneos. Por sua vez, estes movimentos propunham um retorno às fontes originais do Islamismo, rejeitando muitos elementos do Islamismo popular e tradicional promovendo reformas em várias áreas. No entanto, enquanto uns propõem uma aplicação rigorosa das escrituras outros são partidários da nova leitura do Corão e da tradição de modo a responder a novas questões impostas pelo Mundo actual.

⁶⁵⁶ Ainda que se tenda a interpretar a diferença entre ambos grupos por razões religiosas, em boa verdade a origem do ponto essencial da ficção muçulmana é devida a questões de índole política. Para os xiitas, somente um descendente directo de Ali tem o legítimo direito de conduzir a liderança política da comunidade e supervisionar o correcto funcionamento e aplicação da lei.

8.1.2. A preservação do povo de Israel

A diáspora e as constantes perseguições conduziram o povo judeu à dispersão e confinando-o ao refúgio. Por tal razão, nutriu um sentimento de isolamento, como medida defensiva, de modo a conseguir sobreviver. Ao assumir o desenvolvimento intelectual como um dever religioso, os judeus estabeleceram pólos académicos que lhes permitiam o desenvolvimento da aprendizagem, auto-incutindo rigorosos preceitos de conhecimento. Porém, circunscritos às imposições da época, viam vedar-lhes os cultos religiosos praticados a título colectivo. Embora os judeus aspirassem a uma ruptura com o passado, repleto de perseguições e sofrimento, a bagagem cultural conduziu-os novamente a fixarem-se em Israel, comungando as memórias colectivas e mecanismos de auto-defesa para sobreviverem como vítimas da história.

Realça-se que a preservação do povo judeu é, no mínimo, extraordinária⁶⁵⁷. Outras nações e povos, bastante mais numerosos, detentores de enormes riquezas e que ocuparam grandes extensões territoriais, não conseguiram resistir às vicissitudes da história acabando por desaparecer. Grandes impérios, tais como os babilónios, os persas, os gregos e os romanos, sucumbiram do palco da história mundial, mas a nação judaica continua a traçar o seu percurso. Por tal razão, a nação de Israel e o povo judeu constituem um verdadeiro enigma. A sua existência desafia a lógica humana, no qual a sua preservação contrapõe todas as tendências históricas. De facto, a sua singularidade como povo espanta. O seu destaque e importância são exageradamente desproporcionais para o seu reduzido efectivo, que segundo as estatísticas correspondem apenas a duas milésimas percentuais da humanidade.

Evidencia-se o ressuscitamento do hebraico, tornando-se o idioma nacional, as inúmeras prestações, que engrossam a lista mundial de grandes nomes, em áreas do conhecimento/áreas do saber, económica e cultural, e os elevados níveis de desenvolvimento tecnológico, permitindo a Israel dotar-se de armas nucleares e instrumentos bélicos que lhe possibilitam a defesa do território.

8.1.3. Ocidente Vs Islão

Uma ideia que há muito parece ter-se enraizado na consciência ocidental é a distinção entre os mundos ocidental e islâmico. Esta ideia conduz a uma imagem dicotómica bom/mau, positivo/negativo, progresso/atraso..., onde automaticamente os primeiros termos do binómio se referem ao Ocidente e os segundos ao Islão. Não deixa

⁶⁵⁷ Conforme referido pelo entrevistado nº9, em 24 de Junho de 2010.

de ser curioso que esta imagem é inclusivamente partilhada e assimilada pelos próprios árabes e muçulmanos, transmitindo um sentimento de inferioridade face ao Ocidente, que se define como o modelo único e universal de modernidade, de progresso, da ciência..., marginando qualquer outro valor, vivência ou pensamento que se afasta deste paradigma⁶⁵⁸. Esta situação, reforçada nos últimos tempos, é o resultado de um dilatado processo onde intervêm circunstâncias históricas complexas e factores de diversos tipos: políticos, económicos, geoestratégicos e culturais (onde de forma óbvia se incluem os religiosos). Experimentar modificar esta imagem requer efectuar outra leitura de questões tão amplamente repetidas como a imagem do outro, as lógicas históricas que acarretam a imposição de uns valores culturais sobre outros ou o conceito de modernidade concebido como o único marco de referência das sociedades actuais.

As incertezas decorrentes das relações entre o Ocidente e o mundo muçulmano não se devem em exclusivo aos interesses económicos, políticos ou geoestratégicos. A problemática com que se deparam ambos os mundos baseia-se, não só, nos conflitos gerados entre norte e sul, ou entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, mas também no grande impacto de ordem cultural que devem ser consideradas. Assim, conjuntamente com os acontecimentos políticos ou situações económicas que conduziram a problemas lógicos nas relações mútuas, vão-se reforçando nas consciências colectivas uma série de mitos, símbolos e imagens que acabam por impregnar as mentalidades de um ou outro lado e que inevitavelmente formam parte da realidade que ambos representam.

As causas do desenvolvimento e perseverança destas representações mútuas podem ser de diversa índole. Contudo, em todo o caso, trata-se de imagens estereotipadas que assentam em afirmações de uns valores sobre outros e que concorrem para a construção do mundo próprio, por oposição ao outro, geralmente distante e desconhecido. Segundo esta lógica, o mundo muçulmano vê no Ocidente o dominador prepotente que trata de impor o seu poder, a sua lógica e a sua cultura, desprezando ou negando os valores genuínos da civilização muçulmana, que noutros tempos foi detentora de um rico potencial de pensamento, entre os quais científico e filosófico. Por sua vez, desde a perspectiva ocidental é difícil pensar no mundo árabe com imparcialidade, sendo a representação do árabe muçulmano para o imaginário ocidental

⁶⁵⁸ David Barsamian & Edward Said, *Cultura e Resistência*, David Barsamian entrevista Edward W. Said, Campo das Letras, Porto, 2004, pag 114.

uma imagem negativa, que conduziu ao slogan que o “árabe é o inimigo histórico do Ocidente”⁶⁵⁹.

“Actualmente, o Islão é interpretado exclusivamente como uma religião arcaica, intransigente ou dogmática”⁶⁶⁰. Sem dúvida que este modo de interpretação não é novo, ainda que adquira novas dimensões e matrizes, com raízes históricas e motivações que se vão arrastando ao longo de séculos e se encontram associadas a determinadas conjecturas políticas, sociais, económica e ideológicas que se verificaram tanto no Ocidente como no mundo árabe, condicionando as relações de ambos. Historicamente poder-se-ão assinalar alguns marcos representativos desta visão estereotipada, responsáveis por criarem símbolos em ambas as partes e que na sua maioria foram traumáticos para o imaginário colectivo árabe, tais como a vertente militar, religiosa, política ou cultural⁶⁶¹.

O contacto com a Europa, através do processo colonizador iniciado no séc. XIX, representa uma confrontação nos aspectos culturais. No séc. XX, tiveram lugar alguns factos chave que foram especialmente traumáticos e que distorceram as relações entre ambos os mundos a todos os níveis. Tais factos prendem-se com a criação do Estado de Israel, a guerra dos Seis Dias, a emergência do Islamismo que se manifestou com a revolução iraniana de 1979 e que alimentou o mito do retorno do Islão, os atentados do 11 de Setembro e as acções decorrentes, incluindo a invasão do Afeganistão e a guerra do Iraque e mais recentemente o contágio da revolução Jasmim. O certo é, e à medida que as ideias pré-concebidas, se arrastam desde a Idade Média, mais propriamente com as Cruzadas, nos séc. XI-XII, desenvolveu-se um confronto entre o cristianismo e o Islão. Logo, as circunstâncias vão-se alterando. Contudo, de uma ou outra forma, mantém-se a imagem negativa face ao opositor: os muçulmanos colonizados são “atrasados, selvagens e ignorantes” para as potências ocidentais colonizadoras; actualmente o imigrante árabe é “pobre e ignorante” e o Islão, em geral, é violento, anti-democrático, e até terrorista. Definitivamente, a representação do árabe como inimigo é quase uma constante da história, dando lugar, segundo as diferentes épocas e circunstância, a imagens e estereótipos que se vão enraizando no imaginário colectivo ocidental. Por seu turno, o mundo árabe muçulmano, decorrente do trauma das

⁶⁵⁹ Beatriz Rueda, Islam, *Mundo árabe Y occidente: conflictos de vecindad*, In El mundo árabe e islâmico ante los retos del futuro, Universidad de Granada, Granada, 2004, pag 40.

⁶⁶⁰ Referido pelo entrevistado nº11, em 26 de Julho de 2010.

⁶⁶¹ Por exemplo as Cruzadas supõem um confronto militar que utiliza e perpétua as diferenças e os conflitos religiosos.

colonizações, não deixa de encarar o Ocidente como o inimigo, invasor, ateu, intransigente e prepotente⁶⁶².

O ponto de inflexão das relações entre o mundo islâmico e o Ocidente é o encontro com a Europa, em circunstâncias que fizeram variar sensivelmente tanto as condições materiais, políticas ou económicas, como as concepções e interpretações mútuas entre ambos os universos culturais. O marco de referência é a chegada de Napoleão ao Egito que representou uma ambivalência, contradições e paradoxos demonstrando o quão complexa é a questão. Se por um lado produziu um sentimento de fascínio perante um mundo novo que representava o progresso, a técnica e a ciência moderna, por outro lado, desenvolveu um sentimento crescente de ódio ao colonizador, rejeição a uma dominação que se impõe política e culturalmente e que representa valores estranhos, inteiramente exteriores às tradições islâmicas. O mundo muçulmano deparou-se com o dilema de acompanhar o progresso ou simplesmente resignar-se ao atraso e dessa forma conservar a sua identidade, traduzindo-se na sua autenticidade⁶⁶³.

Com uma invulgar frequência, a visão ocidental desta complexa e multifacetada realidade que é o fenómeno islâmico sofre de uma dose de parcialidade, que alimenta velhos e novos juízos e estereótipos. Isto contribui a potenciar uma visão do Islão, do seu mundo e cultura, monolítica, ignorando a verdadeira dinâmica que move essa conflitualidade entre a violência e a paz, e proporcionando na prática, social e política, uma atitude rígida de rejeição, que se converte em intransigência até nos modos, modelos e estratégias dessas outras sociedades.

Actualmente, o fenómeno da globalização apresenta uma tendência para a uniformidade, o que provoca a rejeição de outras realidades mais afastadas do Ocidente. Uma das suas características é a tendência a organizar geoestrategicamente o Mundo sob o domínio das potências dominantes. As consequências deste modelo para a sociedade islâmica são óbvias e traumáticas. Porém, simultaneamente supõe um conhecimento progressivo de outras culturas, outras formas de vida, em suma outras visões do Mundo. Se em mente estiverem os aspectos positivos da globalização, a presença do árabe cada vez mais efectiva no exterior das suas fronteiras políticas tradicionais, pode-se e dever-se-á abrir uma via ao entendimento, à integração de outras

⁶⁶² Beatriz Rueda, Islam, *Mundo árabe Y occidente: conflictos de vencindad*, In El mundo árabe e islâmico ante los retos del futuro, Universidad de Granada, Granada, 2004, pag 41.

⁶⁶³ O Islão sempre apresentou valores próprios de âmbito cultural, social, ou mesmo de pensamento, desde os que foram atravessando etapas históricas.

visões, impulsionando e fomentando a necessária multiculturalidade que actualmente deve reger as relações entre os povos e os grupos humanos.

No imediato, o sucesso dessa multiculturalidade requer passos prévios que eliminem estereótipos e juízos de valor negativos sobre aquilo que é estranho e, em definitivo, perder o medo sobre o outro.

8.2. Esforços em que rumos?

Para prosseguir nesse sentido ter-se-á de trabalhar em várias direcções. Por uma parte, elencar os aspectos positivos e criativos que existem no Islão, e para isso é imprescindível conhecer, reconhecer e saber discernir entre as múltiplas variantes deste, e jamais encará-lo como homogéneo e monolítico. Isto requer, entre outras coisas, reconhecer e positivar os aspectos não religiosos do Islão, da sua dimensão social e cultural, a riqueza e o potencial humano e o pensamento que esta civilização pode aportar. No entanto, é imprescindível dar aos países árabes um papel e a dignidade que corresponda como parte integrante do Mundo, no qual não só abarca os níveis políticos ou económicos mas também o humano, intelectual e ideológico. Porém, tudo isso não implica passar pela necessidade de uma autocrítica séria por parte da sociedade islâmica.

A construção da nova realidade, que se traduz como um enorme desafio para o Mundo, requer inevitavelmente o respeito, a tolerância⁶⁶⁴ e uma atitude aberta às outras culturas, religiões, símbolos, mitos e interpretações. Desta forma é imprescindível cultivar uma ética que aceite o diálogo e a confrontação de pontos de vista com todas as culturas e a todos os níveis⁶⁶⁵ e com todos os grupos ou tendências por muito diferentes que sejam dos nossos. Assim, as novas perspectivas e os desafios actuais, mas também futuros, localizam-se nas relações entre os mundos ocidental e islâmico. Contudo, é certo que as políticas internacionais actuais apontam noutro sentido, primando interesses económicos, políticos, geoestratégicos e de poder, onde os mesmos não deverão impedir o desenvolvimento de relações mais pacíficas, mais justas e solidárias. Nesta linha, o papel dos actores, tanto intelectuais como da sociedade civil em geral, têm, para além da possibilidade, o dever de exercer diariamente o esforço para alterar a dinâmica dos acontecimentos, para fazer com que os conflitos que definem as relações Ocidente-Islão possam ser geridos de forma mais construtiva e criativa. Ora, alguns dos

⁶⁶⁴ Entendida como reconhecimento do direito às ideias e verdades contrárias às nossas.

⁶⁶⁵ Ideológico, religioso, político, económico, filosófico.

desafios que a sociedade deve enfrentar passam por uma troca na aproximação na análise e explicação dos fenómenos actuais, que deve realizar-se desde o paradigma da complexidade que caracteriza a realidade mundial. Entre outras medidas, está implícito levar à prática princípios, já amplamente assumidos teoricamente, como o reconhecimento de que não existem culturas fechadas e estáticas, nem sistemas de valores válidos universalmente. Neste caminho sinuoso, o processo da globalização conta também com algumas vantagens que devem ser reconhecidas na construção duma realidade planetária que tende a ser multireferencial e multicultural⁶⁶⁶.

8.3. Necessidades Comparativas

O pensamento colonial europeu viu-se na necessidade de elaborar a justificação moral e ética do exercício da dominação política e exploração económica que levava a cabo além fronteiras. Assim surgiu a dualidade entre civilização e barbárie, o conceito de raça e o princípio da superioridade cultural europeia frente aos outros apropriando-se da representação universal, da modernidade e da civilização. O colonialismo converteu-se numa obrigação moral e numa missão histórica: levar a civilização aos povos selvagens ou atrasados.

A partir desse momento apresentavam-se argumentos culturais para justificar o que na realidade eram acções políticas. Para tal, e de modo a colocar a cultura, no sentido referido, ao serviço da política, elaborou-se um pensamento que inferiorizava outras culturas e, sobretudo, negava qualquer capacidade de evolução e progresso. Esses valores acabariam por adjudicar em exclusivo o modelo europeu. Desde esse momento, a cultura europeia foi considerada superior às demais, definindo as culturas dos povos colonizados como inferiores. Foram estas as razões que levaram a que, em 1885, na Conferência de Berlim o continente africano fosse repartido pelos europeus mediante a justificação das potências europeias instruírem os indígenas fazendo-os compreender e apreciar as vantagens da civilização⁶⁶⁷.

Ulteriormente, as consequências da IIGM que se alastraram à decadência das potências colonizadoras permitiram a independência dos países árabes colonizados. A única excepção foi a Palestina, que passou de um para outro tipo, mais gravosa, de colonialismo, correspondendo a uma transição de uma potência colonial mandatária

⁶⁶⁶ Beatriz Rueda, Islam, *Mundo árabe Y occidente: conflictos de vecindad*, In El mundo árabe e islâmico ante los retos del futuro, Universidad de Granada, Granada, 2004, pag 50.

⁶⁶⁷ Gema Muñoz, *La percepción occidental de los conflictos en el mundo musulmán: cultura frente a política*, In El mundo árabe e islâmico ante los retos del futuro, Universidad de Granada, Granada, 2004, pag 267.

para uma entidade colonial que os despojou do seu país em sentido literal⁶⁶⁸. A conquista de novos territórios na Guerra dos Seis Dias, por parte de Israel, e o controlo dos mesmos resulta na ocupação mais longa da história, em sentido ilegal, superando claramente os 25 anos (1920-1945) da ocupação da Coreia pelo Japão⁶⁶⁹.

Recorrendo a outros exemplos da história no sentido de se extraírem os pontos fortes foca-se agora o continente africano mais propriamente a África do Sul. Nesse Estado, que tornara o sistema de segregação racial legalmente institucionalizado, ficando mais tarde conhecido como o *Apartheid*, o seu Governo estabeleceu três categorias de estratificação racial: brancos, colorados e negros, com direitos e restrições específicos para cada categoria. Nelson Mandela, representante do movimento anti-apartheid e guerrilheiro, foi considerado, pelo seu povo, um verdadeiro guerreiro que lutava pela liberdade, contudo e simultaneamente era considerado pelo Governo sul-africano como terrorista. Após ter sido libertado da pena de prisão perpétua, que cumpria há 29 anos, tornara-se líder do Congresso Nacional Africano. A sua forma de luta e ao ser detentor de uma verdadeira autoridade, em termos absolutos, permitiram-lhe desempenhar um importante papel como apaziguador de tensões e conflitos. A sua força moral fora crucial para mobilizar o povo na conquista dos seus objectivos onde jamais se inseriam práticas vingativas sobre a sua anterior condenação.

De forma algo semelhante, a fusão com o anglicanismo, após o rompimento com o Vaticano, levou a dinastia Tudor a relançar a conquista da Irlanda. Tal desígnio submeteu os irlandeses católicos ao Governo inglês protestante. Desde então, milhares de colonos ingleses fixaram-se na ilha tendo introduzido práticas discriminatórias, perseguindo e expulsando os nativos. Após quatro séculos de terror e inúmeras revoltas que resultaram na divisão da ilha, os católicos, em 1921, obtiveram a independência da República da Irlanda. Contudo, alguns dos condados do norte, onde os protestantes constituíam a maioria continuaram ligados à Inglaterra. Simultaneamente os católicos⁶⁷⁰ da Irlanda do Norte ambicionavam a independência do Reino Unido, acabando com a divisão territorial da ilha. A própria Constituição da República da Irlanda, até 1998, estabelecia, como dever, lutar pela anexação do norte protestante. O factor religioso, o catolicismo, foi interpretado como o ponto essencial da identidade nacional irlandesa

⁶⁶⁸ José Velasco, *El conflicto Árabe Israelí, Una visión no estatolátrica*, Bósforo libros, Madrid, 2009, pag 282.

⁶⁶⁹ David Barsamian & Edward Said, *Cultura e Resistência*, David Barsamian entrevista Edward W. Said, Campo das Letras, Porto, 2004, pag 39.

⁶⁷⁰ Também conhecidos como republicanos.

tendo resistido à ocupação e lutado pela independência. Por seu turno, os protestantes pretendem permanecer ligados à Grã-Bretanha, sem que para tal abandonem o território irlandês onde, apesar da sua origem britânica, estão estabelecidos há séculos. Nesta luta sectária o grande passo em direcção ao fim das hostilidades foi o Acordo de Sexta-Feira Santa, no qual qualquer nova decisão sobre a soberania na Irlanda do Norte obrigaria a plebiscito. Contudo, a instabilidade manteve-se após o acordo até que em 2002 o Governo partilhado fracassou. Devido aos esforços de Dublin e Londres, a Irlanda do Norte voltou a ter a Assembleia em 2007, composta por membros das duas comunidades e eleita pelo povo, sob o compromisso de deliberação pela via política. No entanto as políticas de desarmamento, levadas a cabo pelos principais grupos paramilitares, constituíram-se medidas bastante positivas e fundamentais para o apaziguamento dos confrontos.

8.4. A Importância da Cultura

A história fornece muitos exemplos onde a falta de conhecimento e compreensão de outras culturas conduziu a resultados desastrosos. A cultura, o elo comum responsável por manter os membros de uma comunidade unidos, pode ser interpretada como um sistema de controlo social, onde as pessoas moldam as suas normas e comportamentos. Os valores culturais, essenciais por estabelecer os princípios fundadores da vida, repercutem-se nas suas filosofias. Eles influenciam a própria maneira de viver e, portanto, causam um verdadeiro impacto na vida social⁶⁷¹.

Como refere o historiador John Keegan “a política é praticada para servir a cultura”, a guerra por sua vez, com as suas consequências, na análise efectuada na ilha da Páscoa provou ser, inicialmente, o fim da política, depois, o fim da cultura e, finalmente, a quase extinção⁶⁷². Da mesma forma, a cultura militar conduziu a que os mamelucos decaíssem, fruto da reacção bastante adversa aos novos tipos de armamento decorrentes da invenção da pólvora. Antes preferiram combater de acordo com o seu estilo guerreiro que se encontrava descontinuado face ao novo paradigma. Embora reconhecessem as suas vantagens “nenhum mameluco foi ou aceitaria ser instruído no uso de qualquer tipo de armas de fogo”⁶⁷³. Através desta citação facilmente se compreende a importância da cultura e a forma como a mesma desenvolve mecanismos

⁶⁷¹ Anthony Giddens, *Sociologia*. Fundação Caloute Gulbenkian, Lisboa, 1997, pag 46-58.

⁶⁷² John Keegan, *Uma história da Guerra*. Tinta da China, Lisboa, 2009, pag 51.

⁶⁷³ Idem, *ibidem*, pag 63.

de defesa, anti-corpos capazes de reagir ao novo, de modo a que os seus valores perpetuem resistindo à mudança, mesmo que tal implique o seu extermínio.

O Japão, por sua vez, de uma forma mais racional e contrariamente aos restantes povos que “tombaram”, implementou políticas de desarmamento aquando das graves ameaças provocadas pelas armas. Em 1587, Hideyoshi⁶⁷⁴, de modo a contrariar as ameaças no Japão, implementou um programa de desarmamento de todos os não samurais. De modo a concretizar tal medida justificou que o metal serviria para a construção de uma enorme estátua de Buda⁶⁷⁵. No entanto, se tal política fosse, alguma vez, aplicada no conflito israelo-árabe saber-se-ia que seria impossível de cumprir uma vez que o lado palestino já provou, que mesmo com menores recursos, terão sempre na sua posse as “foices e os malhos”, utensílios com que trabalham o campo. Registe-se, porém, que o Japão resistiu até 1854 ao uso da pólvora. Tal medida inviabilizou a entrada de novas culturas no seu país preservando ao máximo a sua. Ao temer que situação semelhante à ocupação espanhola nas Filipinas lhe ocorresse, o Japão negou a propagação do cristianismo através de missionários jesuítas portugueses e de outro qualquer símbolo que correspondesse a intrusão estrangeira⁶⁷⁶.

Curiosamente os exemplos do Egipto e Jordânia não foram suficientes ao ponto de influenciar outros países árabes na aproximação ao Estado de Israel. Ao invés instigam a liderança palestina na recusa de qualquer acordo mediante negociações. Aqui salienta-se o papel ambíguo e contraditório das políticas dos países árabes em relação à Palestina, onde o fornecimento de armamento em profusão e uma ausência total de qualquer tentativa de estímulo ou financiamento aos territórios ocupados resumem as suas acções. Agravando o cenário, as tropas jordanas, em 1970, massacraram milhares de palestinos e, em 1982, as milícias libanesas cometeram o massacre de Chatila e Sabra. Posteriormente, Arafat rejeitou a hipótese mais fiável para a concretização do processo de paz.

Mas como se deve interpretar esta política radical e contraditória? A resposta parece assentar no facto de se tratarem efectivamente de sociedades semi-feudais e autocratas que reprimem quaisquer tentativas de construção de democracia onde se incluam os Direitos Humanos. Prova disso são as fortes resistências dos poderes locais por forma a controlar o povo revoltoso desde a Revolução Jasmim, querendo “*a todo o*

⁶⁷⁴ Daymyo do Período Sengoku que unificou o Japão.

⁶⁷⁵ Idem, ibidem, pag 72.

⁶⁷⁶ Eodem loci.

custo” não perder os poderes inerentes aos cargos desempenhados. De uma forma geral, são sociedades reprimidas pelo absolutismo, sem a liberdade de opinião e de organização política e uma ausência completa sobre questões como os direitos das mulheres ou das minorias. Sobre este racional, parece ser lógico que para os governantes dos países muçulmanos a libertação da Palestina seja encarada como uma ameaça aos seus regimes autoritários.

Defende-se que a constituição de um Estado democrático e secularizado desencadearia o fermento para a consciencialização e a resistência à opressão política justificada pelos preceitos do Alcorão. Simultaneamente e como ironia da História, Israel que tardiamente formou o seu Estado tende a resistir às aspirações legítimas dos palestinianos na construção do seu. Sob o absolutismo e a intolerância, características endémicas do Médio Oriente, a formação do Estado palestiniano alcançará uma efervescência que tende a permitir as transformações sociais e culturais inevitáveis da globalização.

Para os mais cépticos sobre a possibilidade de qualquer êxito nos processos de paz, os exemplos da História dever-se-ão constituir em estímulo na sua prossecução. Prevê-se que a formação do Estado Palestino tenda posteriormente a efectuar transformações culturais e políticas no Médio Oriente chegando ao ponto da consciencialização sobre a postura actual relativa à irracionalidade decorrente da empregabilidade dos lucros auferidos do petróleo na aquisição de armamento. Neste ponto as sociedades ocidentais detêm uma herança que deverá servir de modelo. O Islão pode e deve colocar a heurística de parte e observar atentamente os ensinamentos das sociedades ocidentais no tocante à evolução lenta, mas inevitável, da História.

Em suma, todos os factores são resultado de heranças culturais que corroboram na elevada complexidade do conflito. Os aspectos culturais têm sempre peso no longo prazo. Para a existência de paz e evocando Johan Galtung⁶⁷⁷ não é só a ausência de guerra mas sim algo que exija aos homens possuírem sentimentos de paz. Também Raymond Aron⁶⁷⁸, no célebre livro *Paz e Guerra entre as Nações*, defende que a cultura se prolonga no tempo. Já para Norberto Bobbio⁶⁷⁹ é a “rozza materia”, ou seja os factos brutos, que determinam a progressão da história. De facto ao existirem duas culturas tão

⁶⁷⁷ Sociólogo norueguês e principal pioneiro da disciplina de Paz e Estudo de Conflitos.

⁶⁷⁸ Filósofo, sociólogo e comentador político francês (1905-1983).

⁶⁷⁹ Filósofo político, historiador do pensamento político e senador vitalício italiano (1909-2004).

diferenciadas e insolúveis entre si impera a necessidade de um *máximo de consciência possível*⁶⁸⁰ de ambas as partes de modo a que se construa a paz.

Em bom rigor existe um máximo de consciência política em cada uma destas culturas que vai variando consoante o estado de evolução dos acontecimentos. Porém a “rozza materia” que se encontra intrínseca prevalece contra as ideias mais vanguardistas e provenientes do exterior. Aqui o tempo mundial, do ponto de vista político/cultural, é condicionado pela região do globo onde se habita e deste modo as visões e as posteriores acções são também diferentes⁶⁸¹. Como refere Edward Said “*no caso de uma identidade política que se encontra sob ameaça, a cultura é uma maneira de lutar contra a extinção e o esquecimento. A cultura é uma forma de memória contra o apagamento*”⁶⁸².

8.5. Síntese Conclusiva

Pelo exposto ficou demonstrado que actualmente o “contágio” da cultura, transmitida de geração em geração, impossibilita a preparação necessária para que os povos vivam em conjunto. Enquanto que para o povo palestino persiste uma cultura de guerra motivada pela resistência e a forte obsessão em formar um Estado, em Israel permanece uma cultura inflexível comandada pelos seus objectivos políticos⁶⁸³. Os líderes de ambos empregam o factor cultural, inúmeras vezes sob a forma de manipulação, para a prossecução das suas estratégias. Conforme refere o entrevistado nº5 “*evoca-se a religião, os sentimentos que com facilidade captam as atenções e unem os cidadãos, inclusive com as promessas de conquista e guerra, e sucintamente são estes sentimentos que imperam e impedem qualquer processo de paz porque este turbilhão implacável supera todo o racional humano. (...) No fundo este jogo cultural acaba por ser utilizado em proveito estratégico na ordem política*”⁶⁸⁴.

Contudo é necessário discernir que ambas as culturas são resultado de um longo processo evolutivo onde a coesão é na verdade uma utopia na medida em que resultam de interferências exteriores que acabam por remeter para um cruzamento de relações dos povos. No entanto e por muito que uma civilização seja ou se torne dominante, a

⁶⁸⁰ Conceito desenvolvido e estudado por Lucien Goldmann

⁶⁸¹ Apontamentos da cadeira de Teoria Política e Relações Internacionais num Mundo Global referente ao Doutoramento em Teoria Jurídica-Política e Relações Internacionais na Universidade de Évora leccionada pelo Sr. Professor Silvério da Rocha-Cunha.

⁶⁸² David Barsamian & Edward Said, *Cultura e Resistência*, David Barsamian entrevista Edward W. Said, Campo das Letras, Porto, 2004, pag 143.

⁶⁸³ Conforme referido pelo entrevistado nº12, em 01 de Setembro de 2010.

⁶⁸⁴ Referido pelo entrevistado nº5, em 18 de Agosto de 2010.

mesma é resultante de uma mestiçagem. Assim, no imediato, o sucesso dessa multiculturalidade requer passos prévios que eliminem estereótipos e juízos de valor negativos sobre aquilo que surge como estranho e, em definitivo, perder o medo sobre o outro.

Deverá existir nesta simbiose de culturas um entendimento de complementaridade que seja interpretado como uma clara vantagem. Nesta releitura de hibridade dever-se-á elucidar, ao ponto de se admitir, que qualquer um dos povos sofreu alterações culturais e que não mais é o mesmo, ou seja as relações, mesmo que maioritariamente ofensivas, conduzem à transformação da cultura inicial modificando o que era específico, deixando afinal de ser.

Como sem bons exemplos não existem bons seguidores, as heranças adquiridas terão de ser moldadas e assim a prioridade terá de recair sobre a educação “*no sentido de excluir toda e qualquer oportunidade de alimentar o ódio ao outro*”⁶⁸⁵. Sobre esta importante responsabilidade, os líderes políticos terão de exercer um claro esforço para que inicialmente se reconheça que não deverão existir sentimentos de vitória cultural mas sim uma lógica de interpretação de complementaridade de ambas as culturas. O diálogo entre as mesmas é pois imprescindível.

“*A cultura terá de ser moldada pelos líderes políticos de ambas as facções. Importa educar as populações e prepará-las para a Paz, caso contrário será inteiramente impossível e a resolução do tratado de Paz estará decisivamente condenada ao fracasso.*”⁶⁸⁶ Carece ser assumido que a cultura não deve nem pode ser interpretada como uma acção política porque efectivamente interfere de sobremaneira com o seio das sociedades e dos seus imagináveis. Assim, o processo de paz vai-se modificando mediante os “acidentes de percurso” onde a plasticidade cultural resulta do diálogo e do acordo, em suma dos interesses. Logo, o problema que persiste, trata-se claramente de um problema de insolubilidade onde os vários actores embebidos dos seus objectivos se focam em outras acções sem conseguirem exercer o esforço necessário para combater os problemas contribuindo para o agravamento do estado da situação.

⁶⁸⁵ Referido pelo entrevistado nº6, em 14 de Junho de 2010.

⁶⁸⁶ Referido pelo entrevistado nº 5, em 18 de Agosto de 2010.

9. CONCLUSÕES E ORIENTAÇÕES PROSPECTIVAS

Este árduo e difícil processo, mas absolutamente enriquecedor e motivante, teve como linha orientadora a análise do Estado de Israel e a sua envolvente para que inicialmente se identificassem e analisassem os principais factores associados ao conflito israelo-árabe possibilitando posteriormente, e sob a forma de contributo, o apuramento daquelas que seriam as condições *sine quo none* para a obtenção da paz, estabilidade e segurança na região. No entanto, efectuar-se-á em primeira instância uma súmula dos acontecimentos e dos principais factores que terão inviabilizado os processos de paz e que contribuem para o agravamento do conflito. Numa fase posterior far-se-á uma breve interpretação sobre as condições identificadas em que se depositam maiores reservas quanto à sua viabilidade.

9.1. Motivos do Conflito

O conflito israelo-árabe é pela sua natureza uma teia demasiada complexa que tem resistido às várias tentativas de pacificação. As razões decorrem de um conjunto de factores que em boa verdade parecem encontrar-se impregnados no seio das culturas. Apesar do Imperador Tito ter expulsado os judeus da Palestina, a verdade é que os registos comprovam a sua existência ao longo dos séculos neste território. Foram judeus que resistiram à expulsão dos romanos e posteriormente à tomada de Jerusalém por Saladino, vivendo em relativa acalmia com os povos locais. Assim e em rigor as origens do conflito remontam ao final do séc. XIX, com a motivação desenvolvida por Theodor Herzl a partir do congresso de Basileia. Os judeus embeberam-se num autêntico e contagiante frenesi comandado pela intenção única de formar um Estado. Contudo, o movimento sionista ao enfrentar uma forte resistência árabe resultaria num confronto entre dois povos pela posse de um só território. Posteriormente, os Estados árabes vizinhos ao envolverem-se, ao lado dos palestinos, catapultavam o conflito para um nível inter-estatal. A partir de então o conflito conhecia uma nova dimensão: a israelo-árabe. Com a Guerra dos Seis Dias três Estados, para além de manterem o compromisso com a causa palestiniana, entravam também em disputa directa com Israel. Em causa estavam territórios na Cisjordânia, pertencentes à Jordânia, os Montes Golan, da Síria, e o Sinai, do Egipto.

Destaquemos agora três pontos de grande divergência mas inteiramente imprescindíveis para se obter um maior conhecimento sobre a complexidade do Médio Oriente, endemicamente instável, e fortemente propenso à violência e à guerra. De uma

forma geral o mundo árabe defende que a expropriação e a dispersão dos palestinianos agravada com a subsequente formação de Israel são as principais razões do conflito. Reforçam ainda que Israel é um Estado intrinsecamente agressivo e expansionista constituindo-se na verdadeira fonte de violência na região. O povo judeu, por sua vez, contrapõe declarando que o conflito não se baseia em questões territoriais mas sim no facto da rejeição árabe sobre o direito de existência de Israel enquanto Estado soberano. De acordo com essa visão, o objectivo principal árabe é a destruição do Estado Hebraico pelo que a auto-defesa e a resposta aos desafios árabes são as prioridades de Israel.

Uma segunda fonte de tensão e instabilidade foram as relações entre os Estados árabes. Em teoria, os Estados árabes subscrevem-se num ideal de unidade árabe, mas na prática as relações inter-árabes são caracterizadas mais pelo conflito do que propriamente pela cooperação. No entanto, Israel é amplamente considerado um dos pilares sólidos para a sustentabilidade da unidade árabe. A oposição contra Israel surge naturalmente da crença que os habitantes dos vários Estados árabes, incluindo o povo palestiniano, formam uma única nação e que Israel tem brutalmente violado os seus direitos sagrados. No entanto, verifica-se uma distinção entre a retórica e os níveis operacionais da política externa árabe. Enquanto no plano retórico os Estados árabes se mantiveram, na sua generalidade, unidos no seu compromisso contra Israel, ao nível operacional permaneceram profundamente divididos. Os Estados conservadores tendem a defender a existência do Estado israelita ao passo que os Estados radicais tendem para o confronto. Como defendem vários analistas, o conflito com Israel impôs uma enorme pressão ao sistema inter-árabe.

Uma terceira fonte de instabilidade no Médio Oriente decorre do envolvimento das grandes potências nos assuntos regionais. Duas características do Médio Oriente auxiliam na compreensão sobre o interesse e rivalidade que provocaram as grandes potências no séc. XX: a sua importância geo-estratégica e as grandes reservas petrolíferas. Nenhuma outra parte do Mundo foi tão amplamente disputada. Porém, a ideia centrada nos destinos dos Estados regionais sendo moldados pelas decisões dos poderes dominantes é falsa. Actualmente admite-se que as superpotências raramente eram capazes de impor as suas vontades sobre os Estados do Médio Oriente. Pese embora a existência de uma dependência ao nível diplomático, ajuda económica e fornecimento de armamento, os Estados do Médio Oriente conservavam uma

“independente liberdade” de acção e mantiveram-se completamente alheios às culturas ocidentais.

De seguida far-se-á uma breve súmula dos principais factores que em concreto contribuem ao agudizar do problema. Importa assim registar que o anseio, despoletado no congresso de Basileia, acabaria por assumir a missão da formação de um Estado na Palestina. A recusa de venda, por parte árabe, levaria a que a determinação judaica comandada pelo seu objectivo enveredasse por práticas, como o terrorismo, para a conquista de território.

A imigração de judeus, necessária à consistência de Israel, aquando da sua fundação, origina actualmente grandes contrariedades, uma vez que as pequenas dimensões de Israel e as suas características não auferem condições de assimilação aos recém-chegados remetendo, sob estímulo do Governo israelita, para a construção de colonatos judeus nos territórios ocupados.

Consequentemente, a repentina alteração demográfica a par dos objectivos políticos conduziu a severos problemas hídricos, ampliados pelas medidas discriminatórias por parte israelita em relação aos palestinianos. Contudo, não só com os recursos hídricos a população palestiniana é claramente discriminada, mas também em outros sectores, sendo as minorias literalmente ignoradas.

O elevado número de refugiados palestinianos e as imposições dos Governos israelitas ao condicionarem a aplicação da lei do retorno corroboram para o fortalecimento dos sentimentos colectivos contra Israel e as suas políticas.

Também o fenómeno da religiosidade, desde logo pela fundamentação apresentada no congresso de Basileia referente à escolha do território e adensada pela discórdia sobre Jerusalém, engrossa a lista de factores. Da mesma forma, eventos recentes mostram que a região é profundamente dividida através das fronteiras religiosas. Aqui também, mas não em exclusivo, conforme analisado as práticas terroristas com ligação religiosa, levadas a cabo por ambos os povos, são altamente penalizadoras.

Entretanto a presença e o poder das franjas extremistas, devido à elevada influência, declinam qualquer medida negocial e avivam aspectos que amiúde degeneram em violência.

Ampliando os factores referidos encontram-se para além dos incentivos colectivos, as motivações individuais registados em ambas as partes, onde os

sentimentos de ódio e vingança se encontram bastante enraizados conseguindo, com bastante facilidade, abafar a voz da razão.

Em suma, os factores são resultado de heranças culturais que corroboram na elevada complexidade do conflito, acabando as mesmas por se repercutirem sempre no longo prazo.

9.2. Os acordos de Paz

A ampla maioria das tentativas dos acordos de paz relacionados com o conflito israelo-árabe conheceu um antecipado desfecho, sem que tenha verificado qualquer avanço significativo. Apenas duas excepções foram registadas. Primeiro, em 1979, no acordo com o Egipto, e, posteriormente, em 1994, com a Jordânia. Contudo, os esforços canalizam-se, actualmente, para um acordo de paz entre israelitas e palestinianos.

De facto a oportunidade de formular e implementar um acordo, decorrente de três factores fundamentais que se encontravam reunidos, não fora totalmente aproveitada. O primeiro factor, de âmbito internacional, resultante do fim da Guerra Fria contribuiu para que as tensões internacionais reduzissem possibilitando o desenvolvimento do diálogo. O segundo factor, de ordem regional, é motivado pela neutralização do Iraque, o principal inimigo de Israel, em 1991, com o final da guerra do Golfo. O terceiro ponto é por sua vez de carácter local quando, em 1992, o Partido Trabalhista Israelita, mais ligado à possibilidade de um melhor relacionamento com os palestinianos, chegou ao poder, destronando o Partido Likud, que se mantinha discordante a um contacto mais intenso com os palestinianos.

A proposta de Bill Clinton, sem margens para dúvidas, foi a oportunidade mais significativa nesse sentido. Anteriormente, nos acordos de Oslo davam-se também importantes passos renascendo uma forte esperança. Pela primeira vez, árabes e judeus apertavam as mãos. Gesto que fazia esquecer os inimigos de “ontem” tornando-os amigos de “hoje”. Só que tal acto, teve um fim trágico com a eliminação do Primeiro-Ministro Rabin⁶⁸⁷ e o isolamento de Arafat face aos movimentos radicais.

No entanto, quando, em 1996, Benjamin Netanyahu, representante do Partido Conservador (Likud), chegou ao poder, as condições para a paz ficaram relativamente congeladas. De igual modo, em 2001, a eleição a Primeiro-Ministro de Ariel Sharon conduziu a que as tensões de ambos os lados emergissem numa violência tal, que tudo se tornou permitido em nome da segurança ou em nome de Deus. Todos os pretextos se

⁶⁸⁷ Assassinado por um extremista judeu, em Novembro de 1995.

tornaram justificativos para degenerarem em violência, trazendo de novo destruição e morte.

Por sua vez as características de Israel transformam-no num Estado expressivamente peculiar. Veja-se desde logo a sua história, que após analisada permite diferenciar entre longínqua e recente; imediatamente após se constituir como Estado foi atacado em todas as suas fronteiras; encontra-se cercado de inimigos históricos; os seus limites fronteiriços foram estabelecidos em função das guerras que manteve; e o conceito de “Nação Judaica”, independentemente da religião ou povo, é o conceito aglutinador. Por conseguinte, a consciência social da necessidade de defesa representa um factor essencial para a sobrevivência do país e que, concomitantemente, condiciona quer o seu posicionamento na cena internacional quer as suas políticas.

Porém, não se poderão desprezar os conflitos étnico-religiosos entre os dois povos. Se por um lado, a existência de uma elevada comunidade árabe dentro do Estado de Israel é interpretada como uma ameaça ao próprio Estado Hebraico, por outro, os palestinianos enfrentam a necessidade da criação de um Estado que dê expressão política à sua própria identidade como povo. No entanto, com os fundamentalismos presentes e profundamente enraizados, em ambas as sociedades, os entendimentos serão difíceis de alcançar, levando a que as “nuvens negras” continuem a pairar sobre a região durante duradouros anos.

9.3. Esforços com Resultados Aparentes

Através dos acordos de Oslo, Israel aceitava devolver territórios na Cisjordânia e em Gaza para uma entidade semi-estatal denominada Autoridade Palestiniana. Além disso, Israel e os palestinianos acordavam uma série de progressivas conversações sobre o status final da Cisjordânia, as competências da Autoridade Palestina e, por fim, uma definição sobre o controlo de Jerusalém. Nunca antes a paz estivera tão perto. As condicionantes prendiam-se com assuntos pendentes e não resolvidos, nomeadamente com a presença de colonatos nos territórios ocupados e com a cidade de Jerusalém. As agravantes ao estabelecimento da paz eram a questão da presença de colonatos judeus em Gaza e Cisjordânia e o aspecto religioso, em que os judeus insistiam que os lugares sagrados, para o Judaísmo, deveriam permanecer sob controlo israelita⁶⁸⁸.

⁶⁸⁸ A cidade de Hebron, é disso um exemplo, onde se encontra o túmulo de Abraão, patriarca sagrado tanto para o judaísmo como para o Islamismo. Decidiu-se que 20% da cidade permaneceria sob o domínio israelita e o restante passaria à soberania da Autoridade Palestiniana.

As concessões efectuadas levariam a que Yitzhak Rabin pagasse um preço demasiadamente alto, ao ser assassinado e acusado de traição pelo seu próprio povo que se dividia quanto às intenções do seu líder. De forma idêntica e pelas mesmas razões, em 1981, Anwar el-Sadat, o líder egípcio que aceitara dialogar com Israel e estabelecer acordos, fora igualmente assassinado.

Se Yigal Amir foi suficiente para interromper o processo de Paz, também de forma semelhante o Hamas e a Jihad Islâmica se encarregam de promover, de forma continuada, uma série de atentados com o objectivo de agitar a população israelita e que de facto forcem Israel a uma política mais rígida. Por seu turno o Hamas, devido à sua missão sagrada, é-lhes negada a possibilidade de negociar.

Centramo-nos de seguida na política de esforço de Yitzhak Rabin com o objectivo de compreender os motivos de insucesso. Rabin que exercera as funções de Chefe do Estado-Maior do Exército israelita no período de 1964 a 1968, foi um dos principais responsáveis pela vitória de Israel na Guerra dos Seis Dias. Em boa verdade Rabin foi o grande estratega da operação de maior sucesso da história de Israel. Por sua vez, enquanto Primeiro-Ministro, ao declarar a intenção de obter a Paz o seu povo apoiava-o pelas suas provas dadas em guerra. O povo depositava nele inabalável confiança, ainda que por más razões (entenda-se uma conduta agressiva e opositora aos árabes demonstrada no passado). Porém, com o seu assassinato a paz esfumou-se completamente, uma vez que o seu projecto não fora reconduzido pelos seus sucessores. Conclui-se que, apesar da sua enorme determinação, a cultura do povo israelita não se encontrava, em definitivo, preparada para a paz havendo uma omissão de uma imprescindível e fundamental pedagogia política que preparasse a sociedade nesse sentido.

Posteriormente, Ehud Barak, enquanto Primeiro-Ministro, anunciava uma agenda altamente ambiciosa que consistia em concluir, em apenas 13 meses, o que se havia iniciado na conferência de Madrid, em 1991, e desenvolvido com os acordos de Oslo. Com o apoio da Administração Clinton, o processo foi conduzido com um forte ímpeto tendo-se debatido questões altamente sensíveis.

Yasser Arafat recusava a proposta apontada por Clinton e aceite por Ehud Barak. A mesma contemplava a formação de um Estado palestino composto por 97% da Cisjordânia e a totalidade da Faixa de Gaza. A “oferta” israelita incluía a contiguidade territorial plena e Jerusalém oriental como capital palestina. Barak estaria ainda

disposto a ceder território israelita, referente às fronteiras pré-1967, como forma compensatória relativa aos 3% da Cisjordânia.

Enquanto o Mundo se encontra expectante quanto à forte possibilidade de um desfecho finalmente pacífico para o angustiante conflito, Arafat acabaria por rejeitar a proposta. A razão centrou-se com os refugiados. Arafat queria que Israel possibilitasse o direito de pleno retorno àqueles que em 1948 abandonaram os seus lares. Contudo, a oferta não poderia chegar a tanto. De facto o influxo de vários milhões de refugiados ditaria o fim de Israel como Estado Hebraico. Outro assunto, contencioso, prendia-se com Jerusalém, tendo Arafat enfatizado a sua crença de que os laços judaicos não existiam à cidade antes do sionismo. A recusa de Arafat conduziu a uma radicalização que culminaria com o início da II Intifada. Estava, uma vez mais, a paz completamente “destruída”.

9.4. O que inviabilizou a Paz?

Em suma, e apesar do “homem contar para a história”, a determinação de Rabin não chegara para vencer a força cultural do seu próprio povo, que em rigor não se encontrava preparado para viver em paz. Sublinhe-se que a cultura social de ambas as sociedades, embora por razões diferentes, não se encontrava receptiva à paz e as lideranças políticas não trabalharam a introdução de tal medida. No médio e longo prazo os factores políticos e culturais acabam por se reflectir nos resultados pelo que são fundamentais e jamais poderão ser ignoradas. Logo, se as lideranças políticas não alterarem os seus procedimentos uma paz duradoura torna-se claramente impossível.

As circunstâncias históricas transmitidas através de heranças culturais acabaram por condicionar os povos de sobremaneira, pesando nitidamente sobre o conflito. Veja-se as tensões existentes onde basta uma pequena acção desconcertada para inviabilizar todo o processo e degenerar novamente em violência. Assim, metodologicamente ambas as partes são responsáveis pelo insucesso das negociações.

Note-se que no lado Palestiniano, que se desconhece em pleno a definição de democracia, na qual a transparência é omissa, a corrupção uma constante⁶⁸⁹, e onde impera um total favorecimento de uma restrita minoria, Yasser Arafat tinha consciência que ao aceitar e implementar as medidas para alcançar a paz ditaria o fim do seu poder. Vários analistas reforçam que Arafat não aceitara negociar porque Barak insistia numa

⁶⁸⁹ David Barsamian & Edward Said, *Cultura e Resistência*, David Barsamian entrevista Edward W. Said, Campo das Letras, Porto, 2004, pag 65.

cláusula sobre o fim do conflito. Em rigor a proposta obedecia a todas as exigências efectuadas pelos palestinianos de modo a acautelar a possibilidade de novas reivindicações e ameaças sobre o processo. Nas condições de então, Yasser Arafat para manter o poder tinha de conservar uma ameaça externa considerável capaz de impedir que o seu poder se desvanecesse. Pelas conhecidas características de Arafat, onde o próprio se auto definia, ao longo de toda a sua vida, como um revolucionário, não seria a oferta israelita que o moldaria. Também existe a sustentação de que Arafat não terá aceitado por temer o que o código muçulmano, segundo a sua interpretação, prevê para os seus traidores⁶⁹⁰.

Por sua vez, é importante esclarecer que a população palestiniana vive ofuscada num nível psicótico no qual existe uma omissão plena do *máximo de consciência possível*⁶⁹¹. Em síntese, a sociedade palestiniana tem uma cultura política muito endógena que traçou um rumo assente no antagonismo reagindo negativamente à mudança e ao novo.

Seria a visita de Ariel Sharon ao Monte do Templo, local simultaneamente sagrado para o Judaísmo e Islão, a oportunidade que Arafat teria para afastar as atenções que literalmente se centravam em si. Tal acontecimento acabaria por atirar o povo palestiniano⁶⁹². Os media oficiais palestinianos incentivavam, mediante grande manipulação, o povo a atacar, não só os militares, mas o povo israelita no seu todo. As imagens televisivas que captavam as acções militares contra os palestinianos, incluindo crianças, colocariam Israel na posição de agressor e opressor enquanto os palestinianos fariam o papel de vítimas. Não demoraria muito, de acordo com os cálculos de Arafat, até que o mundo árabe denunciasse Israel. Seguir-se-iam outros países. Os europeus urgiriam em mais e novas concessões em benefício dos palestinianos, as organizações de direitos humanos acusariam Israel de força excessiva e o Mundo esqueceria que Arafat recusava uma oportunidade única para auto-proclamar a paz. De facto, o raciocínio de Arafat terá sido baseado nas consequências que comumente se verificam aquando de qualquer acção desconcertada e que os media se encarregam de transmitir conforme as suas ópticas de interesse.

⁶⁹⁰ O exemplo do Presidente Sadat retrata bem a situação tal como as consequências a que o Egipto se sujeitou.

⁶⁹¹ Conceito desenvolvido e estudado por Lucien Goldmann.

⁶⁹² Frise-se que Ariel Sharon já teria efectuado a mesma visita várias vezes sem ter existido qualquer consequência semelhante.

Destaque-se também que outra grande divergência, bastante significativa aliás, decorre das sociedades não presenciarem o tempo de igual forma. Motivado essencialmente pela ausência tecno-científica o tempo no Islão é vivido de forma mais lenta comparativamente ao Ocidente onde é experimentado de forma linear. Facto testado e comprovado por Saddam Hussein, que ao empregar termos verbais, no seu discurso ofensivo, alusivos às Cruzadas obteve um impacto muito expressivo no seio da população. Para a população árabe, as Cruzadas acabam por se encontrarem mais presentes, como se tivessem ocorrido num passado relativamente recente. Algo que comprova tratar-se de mundos verdadeiramente discrepantes, cuja visão sob os acontecimentos não retrata o mesmo código acabando a violência por assumir um princípio entre as nações. No fundo são povos que padecem da sua própria História.

9.5. Medidas necessárias para obter a Paz

Os pontos altamente sensíveis e que continuam a ser objecto de elevada discórdia prendem-se com o estatuto sobre Jerusalém, o futuro dos colonatos israelitas e o direito ao retorno. No entanto seria, conforme analisado ao longo do trabalho, inteiramente redutor apontar as condições necessárias para o equilíbrio de poderes naquela base geográfica tendo apenas como referência esses factores. O problema é bem mais profundo inserindo-se numa lógica comandada por sentimentos que superam o racional, dos quais se salientam o ódio e a vingança que se encontram intensamente enraizados e onde o código da expressão “olho por olho, dente por dente” parece prevalecer. O extremismo conhece assim um estado de evolução directamente proporcional uma vez que as acções de retaliação tendem a superar as dimensões das acções desferidas. Por sua vez, a ausência do exercício de controlo de ambas as partes sobre as suas populações facilita as acções extremistas no seio das sociedades.

Desta forma as soluções para o conflito israelo-árabe assentam numa resolução que contemple:

- A constituição de um Estado palestiniano integralmente soberano dentro de fronteiras acordadas e reconhecidas por todos os vizinhos, o que terá de passar por compromissos entre as fronteiras anteriores ao Plano de Partilha da ONU de 1947 e as fronteiras resultantes da guerra;
- A devolução dos territórios entretanto ocupados por Israel nas várias fases do conflito o que, para além dos territórios palestinos que se inserem na questão anterior, envolve os montes Golan, possibilitando o acesso da Síria às margens

do rio Jordão e do lago Tiberíades;

- O estatuto da cidade de Jerusalém, que Israel ocupa na totalidade e declarou capital do Estado judaico, enquanto palestinos, e árabes em geral, reclamam a partilha da cidade santa, baseado no plano da ONU de 1947;
- A questão dos colonatos que Israel quer preservar e aumentar, projectando anexar a região onde se inscrevem, enquanto a Autoridade Palestiniana, apoiada pela comunidade internacional, exige o seu termo;
- O regresso dos refugiados às suas terras de origem de acordo com as resoluções da ONU que Israel pretende contornar, dada a ameaça de desequilíbrio demográfico identificada;
- A partilha dos recursos aquíferos e do controlo das suas condutas proporcionando um acesso equilibrado e pondo fim ao monopólio por parte de Israel e à total dependência em que se encontram os palestinos, que impede qualquer projecto de independência económica e política;
- O reconhecimento, por todos os Estados árabes, do direito de Israel à segurança dentro das suas fronteiras legitimamente reconhecidas, o que não será possível sem que os pontos anteriores sejam contemplados.

9.6. Principais Consequências

Mediante estas condições, que se defendem como necessárias e fundamentais, afigura-se uma difícil implementação pelo facto de ambas as partes não pretenderem ficar em desvantagem negocial adaptando uma política assente na inflexibilidade. Porém, será incontornável que uma das partes fique em vantagem negocial em relação à outra existindo sempre elevada argumentação que comprove as razões de defesa. Pese embora tal desvantagem negocial deve imperar que o maior dos benefícios será sempre a Paz, sendo sobre este factor que devem recair todas as prioridades. Neste ponto deve-se excluir qualquer sentimento de vitória cultural enfatizando-se a necessidade de aculturação. É fundamental uma revolução cultural de ambos os povos existindo a consciencialização de que as soluções são humanas e jamais estéticas. Como refere o GEN Loureiro dos Santos, tudo terá de assentar em acordos que compreendam cedências mútuas e assente em alguns factos consumados, sendo imprescindível a presença de intermediários de modo a possibilitarem as pontes do diálogo, imperando

uma filosofia de proximidade e transparência com o objectivo de alcançar uma confiança mútua.⁶⁹³

Para tal, a montante e como medida *sine qua non* não se afigura êxito para qualquer tratado de paz que não contemple uma pedagogia interna visando a preparação de ambas as sociedades. Simultaneamente defende-se uma responsabilidade de controlo sobre as populações no sentido de evitar e reprimir acções que coloquem a resolução sob ameaça, existindo a aplicação de medidas fortemente penalizadoras que contribuam para a desmotivação de actos de insurreição. Só com a conquista dos corações se conseguirão os resultados pretendidos, pelo que é determinante educar os povos no sentido de respeitar as medidas mutuamente acordadas.

Para aqueles em que “a paz é mais importante que qualquer porção de terra”, a mesma só pode ser feita com moderados, e não extremistas. Relembre-se que no processo de Oslo, apesar das muitas promessas contrárias, Yasser Arafat não chegara a abandonar a violência, tendo sido uma das razões pela qual o processo de paz com os palestinianos falhou no âmbito da sua liderança. O assassino do Presidente Sadat que fora homenageado com o seu nome numa rua em Teerão, ilustra bem os incentivos e sentimentos enraizados na cultura extremista. Em ambas as partes os fundamentalismos são um claro inimigo à paz onde tentam irremediavelmente impedir os processos de paz. Nesta sequência, o combate ao terrorismo é efectivamente uma das acções que devem engrossar a lista de prioridades e as preocupações dos Estados tal como as políticas de desarmamento.

A consciencialização do público, que se deve iniciar desde tenras idades, carece de consolidação no percurso escolar sendo estendida à população em geral, através dos meios disponíveis, tais como publicações e campanhas de esclarecimento. Todos os incentivos à luta devem ser reprimidos pelos ministérios de modo a possibilitarem que as próximas gerações cresçam e aprendam a encarar os vizinhos com possibilidades para a negociação e para a paz. Também a religião, pelo facto da sua influência, deve afastar em definitivo os incentivos à luta e apelar aos sentimentos de união e respeito pelo próximo. Apesar de se reforçar a defesa de um Estado Palestino baseado num futuro secular para que não exista a possibilidade de uma interferência religiosa exasperada sobre a política, a religião deve clarificar e enfatizar a importância da Paz, o que permitirá paulatinamente conduzir a população nessa direcção.

⁶⁹³ Referido pelo GEN Loureiro dos Santos, em 12 de Julho de 2010, aquando da nossa entrevista.

Outro dos objectivos ter-se-á de centrar na construção da confiança dos Governos centrais e regionais palestinianos tendo-se igualmente de promover e desenvolver a segurança económica e física dos territórios que formarão o novo Estado. De forma a auxiliar a implementação das medidas julga-se imprescindível a presença de Forças da ONU.

Ao admitirem-se fortes tensões durante todo o processo, existem certas medidas com maior índice de sensibilidade às quais se depositam fortes reservas sobre a sua concretização. Destaca-se o território do futuro Estado palestiniano. Aparentemente, seria lógico pensar num território composto pela Faixa de Gaza e Cisjordânia, porém e pelo facto de não possuírem contiguidade, antevêem-se dificuldades quanto à sua viabilidade. Pelo facto de Israel atribuir elevado valor às questões de segurança, é de prever que venha a condicionar ou impedir a circulação palestiniana no seu território. Neste âmbito outros episódios da história que se remeteram ao insucesso devem ser tidos em consideração. Embora por outras questões, Portugal deparou-se com uma situação algo semelhante na Índia. *“Com Goa, Damão e Diu não havia continuidade territorial, que já era um problema. Tínhamos um território com direito de passagem, que era Nagar-Aveli. Mas a Índia a dada altura resolveu ocupar Nagar-Aveli impossibilitando a passagem dos portugueses. (...) Um país aos bocadinhos é difícil.”*⁶⁹⁴ Registe-se também que o Bangladesh não vingou como parte integrante do Paquistão. Assim defende-se que aquando da fase negocial dever-se-á salvaguardar a continuidade de ambos os territórios, afastando a hipótese de qualquer enclave.

Reconhece-se a forte contestação a tal medida, porém existem claras vantagens para ambos os lados. Veja-se que poderá ser interpretada, conforme o movimento sionista, num forte incentivo, embora maior para o povo palestiniano. Por sua vez, será uma prova que possibilita comprovar os objectivos da união árabe. Inicialmente pelo facto de potenciar a união do povo correspondente ao futuro Estado palestiniano, sem qualquer isolamento ou afastamento, e consequentemente pelo apoio na construção de um novo Estado. Desvanecia-se dessa forma um dos factores que a união árabe aponta como gerador do conflito elevando a soma dos seus valores. Associada a esta medida existiria o possível benefício para o povo da Faixa de Gaza, uma das mais elevadas

⁶⁹⁴ Referido pelo Professor Adriano Moreira em 23 de Julho de 2010, aquando da nossa entrevista.

densidades populacionais do Mundo, que vive mergulhado em dificuldades extremas submetendo-se a um constante pesadelo⁶⁹⁵.

A contiguidade ao ser considerada como uma necessidade, apesar da elevada contestação associada, tem após analisada maiores benefícios do que propriamente desvantagens. Nessa sequência os três principais problemas inerentes ao conflito israelo-árabe conheceriam uma nova realidade que se pautaria por uma agilidade negocial. Veja-se que ao proceder-se ao estudo detalhado do território tendo como consideráveis os colonatos existentes e o futuro território correspondente ao Estado palestino, capaz de acolher os refugiados, estaríamos perante uma situação otimizada.

Perante essa situação a lei do retorno poderia ser aplicada, sendo possível o regresso à Palestina embora não aos seus antigos lares. No entanto ressalva-se que a possibilidade de regressarem aos seus antigos lares, conforme defendia Arafat, é reduzida pelo facto de actualmente existirem poucos em condições de o fazerem e os ainda vivos ao regressarem com certeza não encontrariam o seu antigo lar. Defende-se que a lei do retorno se deve revestir de elevada sensibilidade pelo facto da necessidade de uma política que contemple o processo de acolhimento, integração e posteriormente assimilação.

Reservou-se para último a medida em que se deposita maior sensibilidade pelo facto do elevado significado para ambos: o estatuto de Jerusalém. Sem se prever qualquer desfecho negocial referente a Jerusalém recorre-se à metáfora contida na história da mãe a quem lhe tinham retirado o filho e que procurou a justiça junto de Salomão. A falsa mãe, que perdera o seu filho aquando do nascimento, apoderou-se de uma criança passando a partir desse momento a alegar ser o seu filho legítimo. Durante o julgamento, Salomão terá ordenado que a criança fosse cortada em duas e que a cada mulher fosse entregue metade. Enquanto a falsa mãe aplaudia a divisão, a verdadeira mãe, ajoelhada, suplicava para que não matassem a criança e que dela prescindia em prol da outra mulher. Salomão suspendeu a execução e ordenou a entrega da criança à mulher que lhe suplicou por concluir existirem verdadeiros laços de amor. Sem qualquer intenção de concluir qual das partes possui maior legitimidade pelo controlo de Jerusalém pretende-se apenas extrair que a partilha nem sempre é vantajosa. De igual modo a atribuição da cidade a uma só parte é de todo ilógico. Logo a solução passa por

⁶⁹⁵ Conforme referido pelo entrevistado nº7 em 24 de Junho de 2010.

ambas as facções abdicarem da cidade enquanto capital e a revestirem de um estatuto especial assente na independência e assim sagrada na verdadeira essência da palavra podendo-se de facto professar a religião. Defende-se que Jerusalém obtenha um estatuto independente e multicultural que possibilitasse a prática da religião inteiramente em paz e sem qualquer influência política.

É certo que a humanidade, durante grande parte da história, sustentou, embora algumas vezes de forma aparente, que os benefícios da guerra a justificavam. No entanto os resultados actualmente são inversos, mas ainda assim, onde os próprios Estados com maiores possibilidades apresentam dificuldades na aquisição de armamento, os de menores recursos negam-se à oportunidade de emancipação económica optando por se tornarem potências militares. As prioridades aliadas aos interesses destes Estados remete-os para a guerra. A guerra é pois um flagelo na qual urge efectuar uma completa ruptura com o passado. Contudo, é fundamental que adquira dimensões sem precedentes quebrando o espírito guerreiro dissociando-o do sucesso que outrora outras culturas alcançaram. Caso contrário o homem estará condenado a fazer e viver invariavelmente em guerra. Importa pois cultivar a ideia que *“é o espírito de cooperação, e não de confronto que faz girar o Mundo”*⁶⁹⁶.

Como refere John Keegan *“a comunidade mundial necessita, mais do que nunca, de guerreiros hábeis e disciplinados que estejam prontos a colocar-se ao serviço da sua autoridade”*⁶⁹⁷. Os guardiões da paz, essencialmente do futuro, têm ainda muito para aprender, sendo para tal fundamental colher as lições da história por forma a evitar sucumbir civilizações, como verificado no passado.

No conflito israelo-árabe a obtenção de paz implica a existência de líderes corajosos sendo apenas estes os que a poderão alcançar. Porém, e conforme descrito, associado a tais medidas encontrar-se-á o risco e o sacrifício das próprias vidas.

Quanto à obtenção de resultados, as negociações directas provam ser a melhor garantia de progresso e ulterior sucesso. Os tratados de paz com o Egipto e com a Jordânia são a melhor prova de que quando os líderes árabes decidiram negociar directamente com Israel, a paz é possível. Contudo, será óbvio reconhecer que terceiros podem facilitar a negociação, mas jamais impor resultados.

⁶⁹⁶ John Keegan, Uma história da Guerra. Tinta da China, Lisboa, 2009, pag 505.

⁶⁹⁷ Idem, ibidem, pag 512.

Para todos os que anseiam pela paz, apesar das dificuldades, existem crentes que idealizam ser possível outro líder israelita, um dia, poder estar diante do Mundo, e repetir as palavras do Primeiro-Ministro Menachem Begin, na cerimónia do acordo de paz com o Egipto: “*Não à guerra, não ao derramamento de sangue, não às mortes, paz para todos, shalom, salaam, para sempre.*”⁶⁹⁸

⁶⁹⁸ Tikvá, Revista da Comunidade Israelita de Lisboa, nº69 - 9ºano, Março/Abril/Maio 2000, [Consultado em 02MAI10]. Disponível em: https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:uGkskYJY6ofYJ:www.cilisboa.org/documents/tikva_09/bu_9_69.pdf+Begin+N%C3%A3o+%C3%A0+guerra.+N%C3%A3o+ao+derramamento+de+sangue.+N%C3%A3o+%C3%A0+dor.+Paz,+Shalom,+Salaam.+Para+sempre&hl=pt-PT&gl=pt&pid=bl&srcid=ADGEESglWi6-Mn4bLRtpq2tZE1S8evd6c61rL93KwujAa0Mv72faI4robSssx294meuLBvNB2nEc1Pju4H7_SJac8heJnG9etglLIY4kKPV0wv9pwbuV4tAWMXXPprMyp137YIrdPBDY&sig=AHIEtbTtF9yadX0kNZgAfi8QraYCgIGY8A, 2000.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

10.1. Livros e Publicações

- AAVV - *Enciclopédia Geográfica*. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, SA., 1988.
- ABREU, Marisa - *Depois de Gaza: o novo plano de partilha*. Janus, 2006, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, [Consultado em 02MAI09]. Disponível em: http://www.janusonline.pt/2006/2006_1_1_14.html
- ADAMGY, Yiossuf – *Palestina – Genocídio em Gaza*. Loures: Al Furqán, 2009.
- ADRIANO. *Terrorismo*. Coimbra: Almedina, 2004.
- AL-KHUDAYRI, Tariq - *Palestina - A Saga de um Povo*. Lisboa: Hugin Editores Lda., 2002.
- ÁLVAREZ-OSSORIO, Ignacio & IZQUIERDO, Ferran - *Por qué há fracasado la paz? Claves para entender el conflicto Palestino-Israelí*. Madrid: Catarata, 2005.
- BARSAMIAN, David & SAID, Edward – *Cultura e Resistência, David Barsamian entrevista Edward W. Said*. Porto: Campo das Letras, 2004.
- BASTENIER, Miguel - *Israel-Palestina, La casa de la Guerra*. Madrid: Taurus Pensamiento, 2002.
- BELTRÁN, Carmelo - *El Mundo Árabe e Islámico ante los retos del futuro*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2004.
- HABIB, Ayed - «Agua y Poder en Oriente Próximo». In *El Libro del Agua*, Barcelona: Debate, 2008.
- AZEVEDO, Lourenço - *Índia, Uma potência emergente*. Trabalho de investigação individual final do CEMC. Lisboa: IESM, 2008.
- BASHIR, Wajid – *Ten reasons why Israel will fail*. New York: Bloomington, 2008.
- BENNIS, Phyllis - *Understanding the Palestinian-Israeli Conflict: A Primer*. Northampton, Massachusetts: Olive Branch Press, 2009.
- BÍBLIA SAGRADA. 16ª Edição. Lisboa: Difusora Bíblica, 1992.
- BISHARA, Marwan - *Palestina Israel – A Paz ou o Apartheid*. Lisboa: Terramar, 2002.
- BOLAÑOS, Eugenio - *Gadjar en las Fuentes del Oro Azul*. In *Revista Ejército*, nº814 Enero/Febrero, 2009.
- BONIFACE, Pascal - *Atlas das Relações Internacionais*. Lisboa: Ed Plátano, 2000.
- BONIFACE, Pascal - *Dicionário das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2000.
- BONIFACE, Pascal - *Guerras do Amanhã*. Mem Martins: Editorial Inquérito, 2003.
- BRZEZINSKI, Zbigniew - *The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives*. New York: BasicBooks (A Division of HarperCollins Publishers), 1997.
- BRZEZINSKI, Zbigniew - *The Choice: Global Domination or Global Leadership*. New York: Basic Books, 2004.
- CAOCL (Center for Advanced Operational Culture Learning), Afghanistan, Operational Culture for Deploying Personnel. Marine Corps Base, Quantico: Virginia, 2009.
- CASHMORE, Ellis et al - *Dicionário de Relações Étnicas e Raciais*. São Paulo: Selo Negro, 2000.
- CHALIAND, Gérard - *The art of War in World History*. London: University of California Press, Ltd. 1994.
- CHEMERIS, Henry - *Os principais motivos que geraram os conflitos israelenses e árabes na Palestina (1897-1948)*. Porto Alegre: Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.
- COHEN, Saul Bernard - *Geopolitics of the World System*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc. 2003.

- COLOMER, Josep - *Grandes imperios, pequeñas naciones*. Barcelona: Anagrama Colección Argumentos, 2006.
- CORDEIRO, Raquel - *Geografia das religiões: confessionalismo e laicidade*. Janus, 2007, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, [Consultado em 02MAI09]. Disponível em: http://www.janusonline.pt/2007/2007_4_1_2.html
- CORREIA, Pedro de Pizarat - *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*. Vol. I. Coimbra, Portugal: Quarteto Editora, 2002.
- CORREIA, Pedro de Pizarat. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*. Vol. II. Coimbra, Portugal: Quarteto Editora, 2004.
- COUTO, Abel Cabral - *Elementos de Estratégia*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 1988.
- CULLA, Joan - *La Terra más Disputada. El Sionismo, Israel y el conflicto de Palestina*. Madrid: Alianzaensayo, 2005.
- CURREA-LUGO, Victor - *Palestina – Entre la trampa del muro y el fracaso del derecho*. Barcelona: Icaria, 2005.
- CYMERMAN, Carlos - *Dimensões religiosas do conflito israelo-árabe*. Janus, 2007, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, [Consultado em 02MAI09]. Disponível em: http://www.janusonline.pt/2007/2007_4_3_4.html
- CYMERMAN, Henrique - *Entrevista no Centro do Mundo*. Parede: Prime Books, 2004.
- CYMERMAN, Henrique - *SIC visitou a aldeia da Cisjordânia onde nasceu a Al-Qaeda*. [Consultado em 05JUL10]. Disponível em: <http://sic.sapo.pt/online/video/informacao/noticias-mundo/2010/7/sic-visitou-a-aldeia-da-cisjordania-onde-nasceu-a-al-qaeda02-07-2010-221337.htm>, 2010.
- DIAS, Carlos - *Kissinger e Brzezinski*. Lisboa: Prefácio, 2006.
- DIAS, Carlos - *Sobre a Guerra, Política, Estratégia e Tática*. Lisboa: Prefácio, 2010.
- DIAS, Carlos - *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinaamentos*. Lisboa: Prefácio, 2010.
- EBAN, Abba - *Heritage: Civilization and the Jews*. New York: Summit Books, 1984.
- EBAN, Abba - *Personal Witness: Israel Though my eyes*. New York: G.P. Putnam's SONS, 1992.
- EL LIBRO DEL AGUA - Barcelona: Debate, 2008.
- ENGELHARDT, Tom - *The World according to Tom Dispatch, America in the new age of Empire*. New York: Verso, 2008.
- FARZAMNIA, Nadereh - *Irán – De la Revolución Islámica a la Revolución Nuclear*. Madrid: Editorial Síntesis, 2009.
- FISK, Robert - *The Great War for Civilisation, The Conquest of the Middle East*. London: Harper Perennial, 2006.
- FREIRE, Maria - *Contenção, Projecção e Envolvimento: a Política Externa Russa para o Grande Médio Oriente*, In Revista Nação e Defesa, Lisboa, nº121, Outono/Inverno 2008 – 3ª Série, pag 135-156.
- FRIEDMAN, Georges - *Fin du peuple juif?* Bussière: idées nrf, 1965.
- GARCIA, Miguel - *O Terrorismo transnacional – Contributos para o seu entendimento*, [Consultado em 02OUT09]. Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=196>, 2007.
- GIDDENS, Anthony - *Sociologia*. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 1997.
- GIMÉNEZ, Iván - *El nuevo gran juego en Asia Central, Geopolítica en el Mar Caspio*. Madrid: Editorial Popular, 2009.
- GILBERT, Martin - *História de Israel*. Lisboa: Edições 70, 2009.

- GRANDES BATALHAS DA HISTÓRIA UNIVERSAL - *Sinai* 1967. Coleccionável volume XXIII. Matosinhos: Empresa do Jornal de Notícias, 2003.
- GRESH, Alain - *Israel, Palestina, Verdades sobre um Conflito*. Porto: Campo das Letras, 2002.
- HALLIDAY, Fred - *100 Mitos sobre o Médio Oriente*. Lisboa: Tinta da China, 2008.
- HENRIQUES, José - «As grandes Linhas Geopolíticas e Geoestratégicas da Guerra e da Paz». In *Cadernos Navais*. Lisboa: nº17 – Abril – Junho, 2006.
- HOLMES, Richard - *The Oxford Companion to Military History*. New York: Oxford University Press inc, 2001.
- HUNTINGTON, Samuel - *O Choque das Civilizações e a Mudança na ordem Mundial*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- IRANI, George - *A Santa Fé no Médio Oriente*. Lisboa: Rei dos Livros, 1991.
- JENKINS, Michael - *The New Age of Terrorism*. In RAND, [Consultado em 15AGO11], Disponível em: http://www.rand.org/pubs/reprints/2006/RAND_RP1215.pdf, 2006.
- JÚNIOR, Gilberto - *O conflito israelo-palestino sob a perspectiva dos recursos hídricos*. Instituto da Cultura Árabe, 2006.
- KARSH, Efraim - *Peace in the Middle East: Challenge for Israel*. Portland, Oregon: Frank Cass, 1994.
- KEEGAN, John - *Uma história da Guerra*. Lisboa: Tinta da China, 2009.
- KHALIDI, Rashid - *La reafirmación del Imperio*. Madrid: Catarata, 2004.
- KHANNA, Parag - *O Segundo Mundo*, Lisboa: Editorial Presença, 2009.
- KISSINGER, Henry - *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva, 2002.
- KISSINGER, Henry - *Precisará a América de uma política externa?* Lisboa: Gradiva, 2002.
- KLARE, Michael - *Guerras por los Recursos, El futuro escenario del conflicto Global*. Barcelona: Tendencias, 2003.
- KLARE, Michael - *Sangre y Petróleo, Peligros y consecuencias de la dependencia del crudo*. Barcelona: Tendencias, 2006.
- KLARE, Michael - *Planeta Sediento, Recursos menguantes. La nueva geopolítica de la energía*. Barcelona: Tendencias, 2008.
- LEWIS, Bernard - *O Médio Oriente e o Ocidente, O que correu mal?* Lisboa: Gradiva, 2003.
- LACOSTE, Yves - *Geopolítica, La larga historia del presente*. Madrid: Editorial Síntesis, 2008.
- LEANDRO, Garcia - *Uma visão militar sobre o terrorismo*, In MOREIRA,
- LLOSA, Mario - *Israel/Palestina: Paz ou Guerra Santa*. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2007.
- LOROT Pascal et THUAL. François - *La Géopolitique*. Paris: Montchestien, 1997.
- LOUÇA, António - *Do muro das lamentações ao muro do Apartheid*. Lisboa: Fim de Século, 2009.
- MEIR-LEVI, David - *As Origens Nazis do Nacionalismo Palestino e da Jihad Islâmica*. Occidentalis, 2008.
- MEMMI, Albert - *Juifs et Arabes*. Paris: Gallimard, 1974.
- MIHAILESCU, Andrea - *Israel's ongoing foreign energy dependence*, [Consultado em 12AGO10], Disponível em: <http://www.gasandoil.com/goc/company/cnm43591.htm>, 2004.
- MOR, Amit & SEROUSSI, Shimon - *Energy Efficiency and Renewable Energy*, [Consultado em 12AGO10], Disponível em:

http://www.planbleu.org/publications/atelier_energie/IL_National_Study_Final.pdf,
2007

MUCZNIK, Esther - *O lobby judaico-americano: mito e realidade*. Janus, 2007, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, [Consultado em 02MAI09]. Disponível em: http://www.janusonline.pt/2007/2007_4_3_11.html

MUCZNIK, Esther - *Sionismo político e sionismo religioso no Estado de Israel*. Janus, 2007, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, [Consultado em 02MAI09]. Disponível em: http://www.janusonline.pt/2007/2007_4_2_6.html

MUCZNIK, Esther & RUAH Joshua – *Israel, Ontem e Hoje*. Algés: Difel, 2007.

NYE Jr., Joseph – *Compreender os Conflitos Internacionais. Uma Introdução à Teoria e à História*. 1ª ed. Lisboa: Gradiva, 2002.

PEREIRA, Paula - *Jordão: O Eterno Conflito pelas Suas Águas*. IPRIS. Lisboa: Editorial Notícias, 2003.

PIERRE, Birnbaum – *Un mythe politique: la “République juive”*. Paris: Fayard, 1988.

PERES, Shimon – *Mi Lucha por la Paz. Memorias*. Barcelona: Alba Editorial, 1996.

PERES, Shimon – *Tempo para a Guerra Tempo para a Paz*. Alfragide: Dom Quixote, 2004.

PINTO, Ana Santos, LIMA Bernardo Pires de e DAEHNHARDT Patrícia. *A Europa e o Médio Oriente: do Fim dos Impérios aos Desafios Comuns*, In Revista Nação e Defesa, Lisboa, nº121, Outono/Inverno 2008 – 3ª Série, pag 31-52.

PORTAS, Miguel - *No Labirinto. O Líbano entre Guerras, política e religião*. Coimbra: Almedina, 2006.

QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc. - *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 2008.

RASHID, Ahmed - *Os talibãs, O Islão, O Petróleo e o novo grande jogo na Ásia Central*. Lisboa: Terramar, 2001.

RATO, Vasco & SOLLER, Diana - *A Grande Estratégia Americana no Médio Oriente*, In Revista Nação e Defesa, Lisboa, nº121, Outono/Inverno 2008 – 3ª Série, pag 53-72.

RIBEIRO, José - *O Irão, os EUA e a Geopolítica do Golfo Pérsico*, In Revista Nação e Defesa, Lisboa, nº121, Outono/Inverno 2008 – 3ª Série, pag 73-86.

ROBERTS, Paul – *The end of oil, On the Edge of a Perilous new World*. Boston: Houghton Mifflin Company, 2004.

RODRIGUES, Caleia - *A Geopolítica do Petróleo. Anatomia dos Conflitos - Diplomacias, Seguranças, Soberanias*. Lisboa: Atelier de livros, 2000.

ROSENTHAL, Donna – *The Israelis, ordinary people in na extraordinary land*. New York, Free Press, 2005.

SAFANETA, Marisa - *A política israelita*. Janus, 2003, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, [Consultado em 02MAI09]. Disponível em: http://www.janusonline.pt/2003/2003_2_4_10.html

SAFANETA, Marisa - *Que Estado palestiano?*. Janus, 2003, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, [Consultado em 02MAI09]. Disponível em: http://www.janusonline.pt/2003/2003_2_4_9.html

SAFANETA, Marisa - *O processo de paz?* Janus, 2003, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, [Consultado em 02MAI09]. Disponível em: http://www.janusonline.pt/2003/2003_2_4_7.html

SANTOS, Eduardo - *A Geopolítica do Médio Oriente*. In Revista Militar [Consultado em 12DEZ09], Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=474>, 2009.

SANTOS, José - *Crónicas de Guerra, Volume II, De Saigão a Bagdade*. Lisboa: Gradiva, 2002.

- SANTOS, Loureiro. *Segurança e Defesa na viragem do Milénio – Reflexões sobre Estratégia II*. Lisboa: Publicações Europa América, 2001.
- SANTOS, Loureiro - *O Império debaixo de fogo – Ofensiva contra a Ordem Internacional Unipolar. Reflexões sobre Estratégia V*. Lisboa: Publicações Europa América, 2006.
- SANTOS, Loureiro - *Um Novo Modelo de Segurança e Defesa para o Século XXI*. In Revista Militar [Consultado em 12DEZ09], Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=45>, 2006.
- SANTOS, Loureiro - *As Guerras que já aí estão e as que nos esperam se os políticos não mudarem. Reflexões sobre Estratégia VI*. Lisboa: Publicações Europa América, 2009.
- SHAFIR, Gershon & PELED Yoav - *Being Israeli*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- SHIVA, Vandana - *Las guerras del agua, Contaminación, privatización y negocio*. Barcelona: Icaria Antrazyt, 2002.
- SIEFF, Martin – *Guía Políticamente incorrecta de Israel y Oriente Medio*. Madrid, Ciudadela, 2009.
- THE MILITARY BALANCE – *The annual assessment of Global Military Capabilities and Defence Economics*. The International Institute for Strategic Studies, 2010.
- TOMÉ, Luís - *Novo recorte geopolítico mundial*. Lisboa: Edial, 2004.
- TORRES, Adelino. «Terrorismo: O apocalipse da razão?». In Moreira, Adriano. *Terrorismo*. Coimbra: Almedina, 2004.
- VASCONSELOS, Tiago - *A ascensão da China: Contributos para uma análise estratégica*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2006.
- VELASCO, José - *El conflicto Árabe Israelí, Una visión no estatolátrica*. Madrid: Bósforo libros, 2009.
- VIANA, Vítor Rodrigues - *Segurança Colectiva. A ONU e as Operações de Apoio à Paz*. Lisboa: Edições Cosmos e Instituto de Defesa Nacional, 2002.
- VIDAL, Dominique - *O Pecado Original de Israel*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2002.
- ZINN, Howard - *Sobre la guerra, La paz como imperativo moral*. Barcelona: Debolsillo, 2008.

10.2. Teses, Dissertações e outras Provas Académicas

- AMORIM, Alexandre - *A Globalização do Radicalismo Islâmico – Um Estudo de caso da Al Qaeda sob a luz do choque de civilizações*. Instituto de Relações Internacionais – IREL, Brasília: 2008.
- BRICHS, Ferran - Tesis Doctoral - *Guerra y Agua: Objetivos y actitudes de los actores en el conflicto por Palestina*, Universitat Autònoma de Barcelona, 2002.
- IESM, *Geografia, Geopolítica e Geoestratégia. Realidade Geopolítica (As principais teses)*. Lisboa: IESM, 2007.
- SILVA, José - *A Invasão Israelense a Gaza em Editoriais Brasileiros e Estadunidenses: Uma Análise Crítica do Discurso*. Teresina: Universidade Federal do Piauí – UFPI, 2010.

10.3. Studies/Working Papers/Research Papers/Monografias

- ANTUNES, Rogério - *Os fundamentalismos religiosos*. CIARI, [Consultado em 02MAI10]. Disponível em: http://www.ciari.org/investigacao/fundamentalismos_religiosos.htm

NATO 2020: *Assured Security; Dynamic Engagement – Analysis and recommendations of the group of experts on a new strategic concept for Nato*, 2010.

10.4. Jornais

AFP - *Os Seis Dias que Mudaram a História do Médio Oriente*. In *Jornal A Página*, nº 169, Julho 2007. [Consultado em 15ABR09]. Disponível em: <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=169&doc=12484&mid=2>

CARBAJOSA, Ana - *Ahmadineyad reta a Israel en Líbano*, In *El PAÍS* [Consultado em 15out10]. Disponível em:

http://www.elpais.com/articulo/internacional/Ahmadineyad/reta/Israel/Libano/elpepiint/20101015elpepiint_3/Tes, 2010.

DIÁRIO ATEÍSTA - *Israel não é um Estado laico*, [Consultado em 02MAI09]. Disponível em: <http://www.ateismo.net/2006/07/26/israel-nao-e-um-estado-laico/>, 2006.

ISRAEL ACUSA HEZBOLLAH DE COLOCAR ARSENAL NO SUL DO LÍBANO, In *Público* [Consultado em 08JUL10], Disponível em: http://www.publico.pt/Mundo/israel-acusa-hezbollah-de-colocar-arsenal-no-sul-do-libano_1445781, 2010.

MAIA, Filipe - *Com investimento em tecnologia, Israel criou de ICQ a chips da Intel*, In *Folha* [Consultado em 22JUL10], Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u400187.shtml>, 2008.

MORACHÁ, Revista [Consultado em 02MAR10]. Disponível em: http://www.morasha.com.br/conteudo/artigos/artigos_view.asp?a=89&p=2, (s/d).

OBAMA APONTA 'FRONTEIRAS DE 1967' COMO BASE PARA ACORDO ISRAELO-PALESTINIANO, In *SOL* [Consultado em 19MAI11], Disponível em: http://sol.sapo.pt/inicio/Internacional/Interior.aspx?content_id=19608, 2011.

OREN, Amir - *NATO Chief sees group's future involvement in Israeli Arab Peace Process*. In *Haaretz*, 2011, [Consultado em 02JUN11]. disponível em: <http://www.haaretz.com/print-edition/features/nato-chief-sees-group-s-future-involvement-in-israeli-arab-peace-process-1.342136>

UNIFICADO. *Saiba como foi a Guerra dos Seis Dias*. [Consultado em 15ABR09]. Disponível em: <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=5535>, 2008.

TIES BETWEEN ISRAEL AND US 'WORST IN 35 YEARS', In *BBC News* [Consultado em 15MAR10], Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/8567706.stm>, 2010.

VINIAR, Olga - *Israel's economy most durable in face of crises*. In *ynetnews* [Consultado em 12AGO10], Disponível em: <http://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-3891801,00.html>, 2010.

10.5. Sítios na Internet

ALVES, Flávia - *Pedacço de muro da Cisjordânia é derrubado por ativistas*. In *webjornal* [Consultado em 02MAI09], Disponível em: <http://www.mundodigital.unesp.br/webjornal/materia.php?materia=651>, 2009.

BETH-SHALOM, *Israel na vanguarda tecnológica*, [Consultado em 02MAI09], Disponível em: http://www.beth-shalom.com.br/artigos/israel_tecnologia.html, 2007.

BETH-SHALOM, *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, [Consultado em 19MAI11], Disponível em: <http://www.beth-shalom.com.br/artigos/protocolos.html>, (s/d).

CANAL DE SUEZ - [Consultado em 12JUL10], Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Canal_de_Suez, (s/d).

CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE - [Consultado em 18OUT09], Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Conflito_%C3%A1rabe-israelense, (s/d).

- CONFLITO ISRAEL-LÍBANO, In Wikipédia [Consultado em 08JUL11], Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Conflito_Israel-L%C3%ADbano, 2010.
- COUNTRIES OF THE WORLD - *Israel 2010*, [Consultado em 16AGO10], Disponível em: <http://www.theodora.com/wfbcurrent/israel/index.html>, 2010.
- EMBAIXADA DE ISRAEL - BRASIL, [Consultado em 12AGO10], Disponível em: <http://brasilia.mfa.gov.il/mfm/web/main/missionhome.asp?MissionID=8&>, (s/d).
- GLOBALSECURITY – *Army*. [Consultado em 12AGO10], Disponível em: <http://www.globalsecurity.org>, (s/d).
- GOV - *Geological Survey of Israel*. [Consultado em 22JUL10]. Disponível em: <http://www.gsi.gov.il/Eng/Index.asp?CategoryID=113&ArticleID=160>, (s/d).
- GUERRA DO LÍBANO DE 2006 - In Wikipédia [Consultado em 08JUL11], Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_L%C3%ADbano_de_2006, 2010.
- INFOPÉDIA - *Forças de Manutenção da Paz das Nações Unidas*. Porto Editora, Porto, [Consultado em 22JUL10]. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$forcas-de-manutencao-da-paz-das-nacoes-unidas](http://www.infopedia.pt/$forcas-de-manutencao-da-paz-das-nacoes-unidas), 2003-2005.
- ISHITECH - *Israel high-tech & Investment report*. [Consultado em 15AGO10], Disponível em: http://www.ishitech.co.il/stock_page.htm, (s/d).
- ISRAEL - [Consultado em 12JUL10], Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Israel#Educa.C3.A7.C3.A3o>, (s/d).
- JUNQUEIRA, Joana - *O Conflito Israelo-Palestiniano - O Problema do Reconhecimento Internacional*. [Consultado em 26MAR09]. Disponível em: <http://brevesescritosinternacionais.blogspot.com/2008/08/o-conflito-israelo-palestiniano-o.html>, 2008.
- JUNQUEIRA, Joana - *O Conflito Israelo-Palestiniano - A relação dos EUA com a Palestina*. [Consultado em 26MAR09]. Disponível em: <http://brevesescritosinternacionais.blogspot.com/2008/08/o-conflito-israelo-palestiniano-os.html>, 2008.
- KIBUTZ - [Consultado em 12JUL10], Disponível em: <http://brasilia.mfa.gov.il/mfm/web/main/document.asp?SubjectID=21467&MissionID=8&LanguageID=211&StatusID=0&DocumentID=-1>, (s/d).
- LÍBANO - In Wikipédia [Consultado em 08JUL11], Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADbano>, 2010.
- MAIEROVITCH, Wálter - *Gaza e os temores de Israel*, [Consultado em 25JUL10], Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3417988-EI6580,00-Gaza+e+os+temores+de+Israel.html>, 2008.
- MAR MEDITERRÂNEO - [Consultado em 12JUL10], Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mar_Mediterr%C3%A2neo, (s/d).
- MFA - *Israel Ministry of Foreign Affairs*, [Consultado em 02MAI09], Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFAPR/Facts%20About%20Israel/CINCIA%20E%20TECNOLOGIA>, 2002.
- MURO DA CISJORDÂNIA - [Consultado em 18OUT09], Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Conflito_%C3%A1rabe-israelense, (s/d).
- PEREIRA, Sara - Ahmadinejad recebido em festa no Líbano, In Ionline [Consultado em 18OUT11], Disponível em: <http://www1.ionline.pt/conteudo/83181-ahmadinejad-recebido-em-festa-no-libano>, 2010.
- RACISMO - [Consultado em 18OUT09], Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Racismo>, (s/d).
- REVOLUÇÃO DOS CEDROS - In Wikipédia [Consultado em 08JUL11], Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_dos_Cedros, 2010.
-

<http://aeiou.expresso.pt/siria-casa-branca-apela-ao-fim-imediato-da-violencia=f655003#ixzz1188xysHv>
http://www.publico.pt/Mundo/siria-convida-brasil-a-negociar-a-paz-para-o-medio-orientado_1444076
<http://www.jpost.com/MiddleEast/Article.aspx?id=207262>

10.6. Resoluções

- **181 do CSNU** aprovada em 29 de Novembro de 1947;
- **194 do CSNU** aprovada em 11 de Dezembro de 1948;
- **242 do CSNU** aprovada em 22 de Novembro de 1967;
- **338 do CSNU** aprovada em 22 de Outubro de 1973;
- **3379 do CSNU** aprovada em 10 de Novembro de 1975;
- **4686 do CSNU** aprovada em 16 de Dezembro de 1991;
- **1559 do CSNU** aprovada em 2 de Setembro de 2004;
- **1701 do CSNU** aprovada em 11 de Agosto de 2006;
- **de Cartum** aprovada em 01 de Setembro de 1967.

10.7. Outros

BADIL - *Os refugiados palestinos: fatos e dados*. [Consultado em 16AGO10]. Disponível em: <http://www.palestinalivre.org/node/42>, 2007.

CUNHA, Agostinho – Conhecer o Islão. Cadernos do IDN, II Série, nº3 Julho de 2009.

ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO - Os protocolos dos sábios de Sião: Cronologia [Consultado em 12JUL11], Disponível em: <http://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10007244>, (s/d).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - *Como Exportar Israel*. Departamento de Promoção Comercial, Divisão de Informação Comercial, Brasília: 2006.

MIRHAN, Lejeune - *Oriente Médio: Conflito religioso ou político?* [Consultado em 02JUN09]. Disponível em:

http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=734&id_coluna=25, 2007.

RICARDO - *Demografia Explosiva*. [Consultado em 12MAI09], Disponível em: <http://blog.controversia.com.br/2007/07/27/demografia-explosiva/>, 2007.

11. ANEXO A - CORPO DE CONCEITOS⁶⁹⁹

Acção preemptiva - Acção habitualmente ligada a um quadro de legítima defesa, para designar um acto militar antecipatório perante uma ameaça directa e iminente, em que se ataca o agressor quando este se prepara para nos atacar.

Actor preponderante - Todo o agente que tem mais peso, possui a capacidade para intervir e decidir nas relações que se estabelecem no Sistema Político Internacional, usufruindo de uma certa autonomia e a sua influência ultrapassa a escala regional.

Califa (de Khalîfa) - Representante ou sucessor do Mensageiro de Deus, isto é, de Maomé.

Cultura - Consiste nos valores de um dado grupo de pessoas, nas normas que seguem e nos bens materiais que criam.

Educação - Conjunto de actividades que têm como finalidade o desenvolvimento do conhecimento, valores e do raciocínio em geral. A definição apela a todo o conjunto de acções formativas, não necessariamente integradas num projecto sequencial, mas efectivadas ao longo da vida, visando a criação e o aperfeiçoamento de aptidões, conhecimentos e atitudes que se repercutem num comportamento que promova o desenvolvimento da personalidade e valorização individual, profissional e social, e contribuam para a consolidação de uma vivência colectiva, livre, responsável e solidária.

Ensino – Processo pelo qual o formador transmite ao formando o legado cultural em qualquer ramo do saber. O ensino encontra-se associado à transmissão do saber já constituído.

Estado Falhado - Estado cujo respectivo Governo não tem controlo sobre a totalidade do território ou não tem o monopólio do uso da força. Outras possíveis circunstâncias a originarem a mesma classificação incluem, por exemplo: falta de autoridade do Governo para tomar decisões aceites pela população; incapacidade de assegurar serviços básicos; incapacidade de evitar um clima generalizado de desobediência; falta de autoridade para impor o pagamento de impostos.⁷⁰⁰

Fitna - Guerra civil, tumulto, estado em que mergulhou a al-Ândalus após a queda do califado de Córdoba, fragmentando-se nas Taifas.

⁶⁹⁹ Compilado a partir de Agostinho Cunha, *Conhecer o Islão*. Cadernos do IDN, II Série, nº3 Julho de 2009.

⁷⁰⁰ Teve-se como referência a revista *Foreign Affairs* a o *Fund for Peace*.

Formação - Conjunto de actividades que visam a aquisição de conhecimentos, perícias, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício de um cargo ou profissão.

Geoestratégia - Estudo das constantes e variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objectivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego, ou ameaça de emprego de formas de coacção, projecta o conhecimento geográfico na actividade estratégica.⁷⁰¹

Geopolítica - Estudo da distribuição à superfície do Globo dos fenómenos físicos, biológicos e humanos e interpretação das causas dessa distribuição e das relações locais desses fenómenos.⁷⁰²

Grande potência - Estado que detém tanto capacidades, como ambições de moldar o sistema.

Hadith - Tradição, tendo por base ditos do Profeta Maomé alicerçados em fontes credíveis.

Halachá - Nome do conjunto de leis da religião judaica, incluindo as leis da Torah e os mandamentos rabínicos posteriores relacionados aos costumes e tradições, servindo como guia do modo de viver judaico.

Hégira (de *hijra*) - Emigração, de Maomé, de Meca para Medina, em Setembro de 622, e que marca o início da era muçulmana.

Instrução - Processo através do qual aos formandos são proporcionados os meios necessários à aquisição de conhecimentos, aptidões e normas de procedimento.

Instrumentos de coacção - Meios⁷⁰³ utilizados por um Estado (recursos e capacidades) para exercer a coacção.

Jihâd - «Esforço» no aperfeiçoamento da via de Deus. É uma «Guerra Santa pequena» (*saghir*), se é travada contra os inimigos exteriores, mas «grande» (*kabir*) se travada contra si mesmo, no sentido do aperfeiçoamento individual. Tal é o ensinamento de Maomé.

Madrassa (Madraça ou medersa) - escola corânica que mais tarde se transforma em verdadeira universidade, com salas de aula, biblioteca, alojamento para os alunos, refeitórios, bem como outras características. A primeira foi criada pelos Ghasnavidas (977-1186).

⁷⁰¹ Carlos Dias, *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinamentos*. Lisboa: Prefácio, 2010, pag 64.

⁷⁰² Idem, ibidem, pag 61.

⁷⁰³ Militar, Económico e o Diplomático.

Média potência - Estado sem capacidade de moldar o sistema, mas cujo tamanho, recursos e papel os inclui em qualquer cálculo de poder global ou regional.

Mesquita (de *masjīd*) - «Lugar da prostração». Edifício destinado ao culto islâmico. É formado por uma sala hipostilar para os fiéis e um pátio, tendo ainda anexos o minarete e a *mida* ou sala para abluções.

Poder - Capacidade de cada Estado influenciar os outros Estados na sua política ou até mesmo de lhes impor a sua vontade.

Potência - Estados que exercem um papel preponderante na cena internacional.

Potência emergente - Potência média em ascensão, tratando-se de um Estado que tem a capacidade e a intenção de manobrar em direcção ao estatuto de grande potência.

Ramadão (de *Ramadân*) - Nono mês do calendário islâmico em que se segue o jejum obrigatório. Período sagrado de comemoração de diversas efemérides religiosas, simboliza também o sacrifício pessoal em solidariedade com os mais desfavorecidos.

Ribāt - Arrábida, rábita ou ermitério fortificado, onde os sufis defendiam as fronteiras do Islão dos ataques dos seus inimigos exteriores.

Superpotência - Estados que têm a capacidade e o interesse em agir de um modo universal. Nenhuma questão importante de ordem internacional poderá ser resolvida sem o seu acordo.

Suna - Palavras e acções do Profeta Maomé. Estas “tradições” são uma das fontes directas do Direito muçulmano. Literalmente significa «o caminho percorrido».

Sunitas - Constituem nove décimos da comunidade muçulmana, aceitando a eleição como forma de escolha do dirigente da Comunidade dos Crentes, em vez da via hereditária dos xiitas.

Sūra - Capítulo do Alcorão.

Torah - Para a religião judaica é Antigo Testamento.

Ulema (de *‘alim*) - «sábio» da Lei Corânica.

Umma - Comunidade dos Crentes (muçulmanos).

Xiitas - O ponto principal de separação em relação à maioria sunita gira em torno da autoridade suprema sobre a comunidade dos crentes e das prerrogativas do respectivo poder, sendo valorizada a direcção santa e infalível do imân.

12. ANEXO B - MAPAS DE ISRAEL

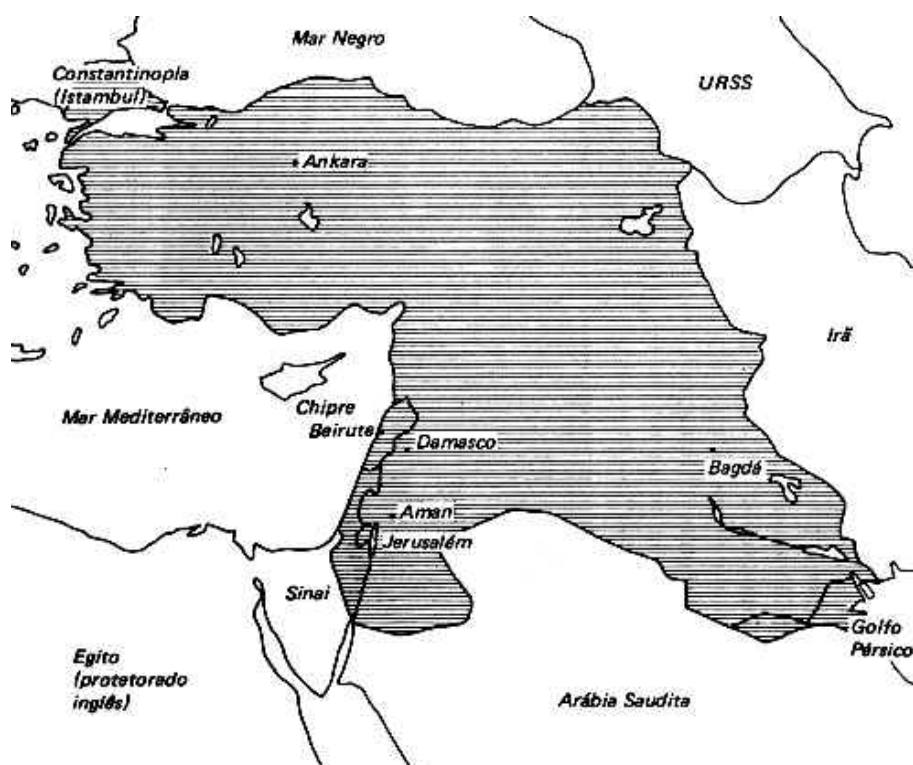


Figura 3 - O Império Otomano em 1914⁷⁰⁴

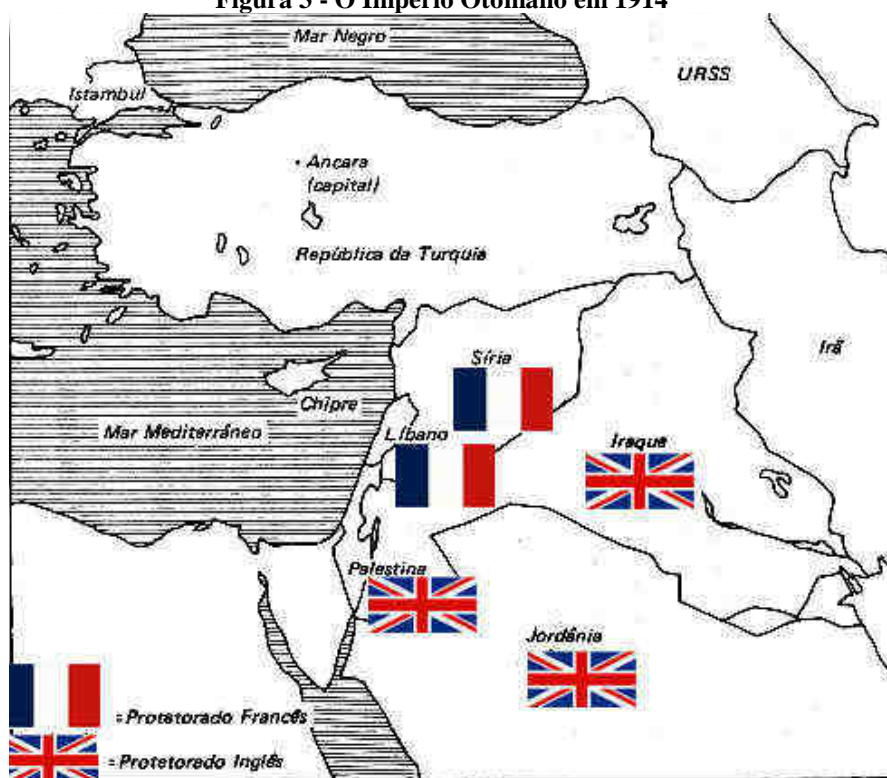


Figura 4 - A República Turca após o Tratado de Lausane⁷⁰⁵

⁷⁰⁴ Fonte: <http://www.mideastweb.org/israel.gif>

⁷⁰⁵ Fonte: <http://www.mideastweb.org/israel.gif>

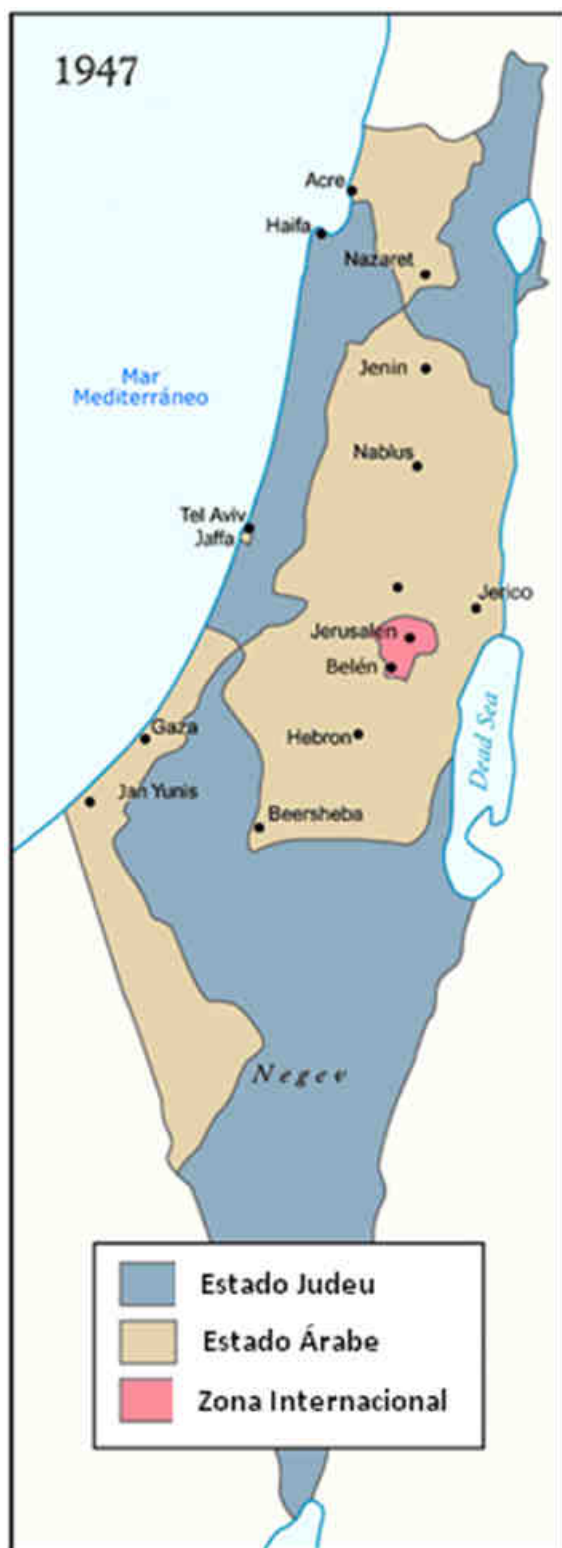


Figura 5 - Partilha da Palestina proposta pela ONU em 1947⁷⁰⁶

⁷⁰⁶ Fonte: <http://ugoolcese.wordpress.com/>



Figura 6 - Linhas do Armistício de 1949⁷⁰⁷

⁷⁰⁷ Fonte: <http://ugoolcese.wordpress.com/>



Figura 7 - Campanha da Península do Sinai em 1956⁷⁰⁸

⁷⁰⁸ Fonte: <http://www.mideastweb.org/israel.gif>



Figura 8 - Conquistas Israelitas na Guerra dos Seis Dias 1967⁷⁰⁹

709

Fonte: http://www.google.pt/imgres?q=Guerra+Seis+Dias+israel&hl=pt-PT&gbv=2&biw=1024&bih=529&tbn=isch&tbnid=HW1OLchMgm0YYM:&imgrefurl=http://vagueando.forumeiros.com/t13791-o-presidente-da-autoridade-nacional-palestina-anp-queixou-se-esta-sexta-feira-a-noite-ao-enviado-especial-dos-eua-para-o-medio-oriente-que-israel-conduz-a-regiao-para-um-beco-sem-saida-diz-a-efe&docid=HApzVHjgcb1nAM&imgurl=http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/0/07/Yom_Kippur_War_map.svg/398px-Yom_Kippur_War_map.svg.png&w=398&h=599&ei=qYgpT4PeLMXItAaEtK2-AQ&zoom=1&iact=hc&vpx=96&vpy=117&dur=2151&hovh=276&hovw=183&tx=101&ty=207&sig=11415645928333685011&page=4&tbnh=149&tbnw=99&start=37&ndsp=15&ved=1t:429,r:5,s:37



Figura 9 - Fronteiras Israelitas após Camp David 1978⁷¹⁰

710 Fonte: <http://pessoas.hsw.uol.com.br/historia-israel1.htm>

13. ANEXO C - CRONOLOGIA HISTÓRICA

8 de Maio de 1948: Fim do mandato britânico com o estabelecimento do Estado de Israel com David Ben Gurion, do Partido Trabalhista, na liderança do país. Os palestinos não concordaram com a determinação de um Estado israelita e inicia-se um conflito histórico entre palestinos e israelitas pelo domínio do território.

Maio de 1948 a 1949: Um dia depois da criação do Estado de Israel, os Exércitos do Egito, Jordânia, Síria, Líbano e Iraque invadiram o país, forçando Israel a defender a soberania recém-conquistada. A Guerra da Independência era um conflito iminente diante da recusa das lideranças árabes em aceitarem a Resolução da ONU.

1949: Com a vitória das forças de defesa israelitas, o país expande as suas fronteiras.

29 de Outubro de 1956: Israel invade a Faixa de Gaza e Sinai junto à campanha lançada pela França e Reino Unido para combater o domínio egípcio no Canal de Suez. As forças israelitas deixam as regiões em Março de 1957.

1964: A liderança palestina cria a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), com o objectivo de comandar as forças contra israelitas.

5 de Junho de 1967: Israel lança ataques preventivos ao Egito e à Síria depois do que considera "ataques agressivos" do Egito. A vitória na Guerra dos Seis dá a Israel o domínio sobre a Cisjordânia, oeste de Jerusalém, a Faixa de Gaza e os Montes Golan.

5 de Setembro de 1972: Palestinos matam 11 atletas israelitas nos Jogos Olímpicos de Munique. Em retaliação, Israel mata líderes de guerrilhas palestinas.

6 de Outubro de 1973: Na Guerra de Yom Kippur, o Egito e a Síria atacam Israel ao longo do Canal de Suez e as Colinas de Golan. Depois de reveses iniciais na Guerra, Israel consegue vencer os dois inimigos em três semanas.

Fevereiro de 1974: É fundado o grupo religioso sionista Gush Emunim, que apoia a expansão dos colonatos judeus nos territórios ocupados.

4 de Julho de 1976: Comandos de Israel resgatam 98 refém israelitas e judeus em Entebbe, Uganda, depois das guerrilhas palestinas sequestraram um avião da Air France.

17 de Maio de 1977: O partido de direita Likud chega ao poder depois de 29 anos de domínio do Partido Trabalhista, com a vitória do seu líder Menachem Begin nas eleições nacionais.

19 de Novembro de 1977: O Presidente egípcio Anwar Sadat viaja a Israel, em visita oficial, colocando fim a 30 anos de hostilidade.

14 de Março de 1978: As forças israelitas atravessam o sul do Líbano para combater guerrilhas palestinas. Posteriormente, Israel recua.

17 de Setembro de 1978: Primeiro-ministro israelita, Menachem Begin, e o Presidente do Egito, Anwar Sadat, assinam os dois Acordos de Paz de Camp David, negociados na casa de campo do Presidente dos EUA e assinados na Casa Branca. Os acordos foram patrocinados pelo então Presidente dos EUA, Jimmy Carter.

7 de Junho de 1981: As Forças Aéreas israelitas destroem o local onde o Iraque construía um reactor nuclear, acabando com as esperanças do então ditador iraquiano Saddam Hussein na construção duma bomba atómica.

25 de Abril de 1982: Israel entrega os territórios ocupados no Monte Sinai ao Egito.

6 de Junho de 1982: Israel invade o Líbano, onde se mantém durante três anos.

16 a 18 de Setembro de 1982: Centenas de civis em campos de refugiados palestinianos em Sabra e Shatila em Beirute são mortos por cristãos libaneses que foram auxiliados por tropas israelitas.

Dezembro de 1987: Intifada surge na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Cerca de 1.500 palestinianos e 400 israelitas foram mortos em conflitos nos seis anos seguintes.

1991: Imigração massiva de judeus da União Soviética para Israel. Quando o comunismo entra em colapso, 700 mil chegam em Israel.

13 de Setembro de 1993: Na Casa Branca, o Primeiro-Ministro israelita Yitzhak Rabin e o líder da OLP Yasser Arafat cumprimentam-se nos Acordos de Oslo.

26 de Outubro de 1994: Israel assina um acordo de paz com a Jordânia, país fronteiriço.

28 de Setembro de 1995: Em Washington, Rabin e Arafat assinam mais um acordo de paz entre os povos.

4 de Novembro de 1995: Rabin é assassinado pelo ultra-sionista judeu Yigal Amir. O seu aliado no Partido Trabalhista Shimon Peres toma posse como Primeiro-Ministro.

29 de Maio de 1996: Benjamin Netanyahu, do Likud, é eleito Primeiro-Ministro após uma onda de ataques suicidas palestinianos em Israel.

28 de Setembro de 2000: Intifada inicia-se após a visita do líder do Likud, Ariel Sharon, a um local sagrado para os muçulmanos, em Jerusalém.

6 de Fevereiro de 2001: Sharon ganha as eleições.

27 de Março de 2002: Terroristas matam 30 pessoas em Netanya. As forças israelitas invadem a Cisjordânia em 29 de Março.

30 de Abril de 2003: Num esforço conjunto, a ONU, Estados Unidos, União Europeia e Rússia desenham um mapa da paz para a região.

11 de Novembro de 2004: Yasser Arafat morre e Mahmoud Abbas lidera a Organização para a Libertação da Palestina.

8 de Fevereiro de 2005: Sharon e Abbas declaram cessar-fogo.

22 de Agosto de 2005: Israel completa a retirada das tropas e colonatos da Faixa de Gaza depois de 38 anos de ocupação.

4 de Janeiro de 2006: Sharon sofre um derrame cerebral grave que o deixa em coma. Ehud Olmert o seu sucessor, ganha as próximas eleições nacionais.

25 de Janeiro de 2006: O grupo extremista palestino Hamas ganha o Parlamento palestino e rejeita as propostas de acordos de paz com Israel de Abbas.

Julho a Agosto de 2006: Pelo menos 1.100 pessoas no Líbano e 157 israelitas morrem em 34 dias de lutas intensas depois do grupo terrorista Hizbollah capturar soldados israelitas numa patrulha de fronteira.

1 de Março de 2008: Num dos dias mais sangrentos na região em décadas, as tropas israelitas matam 61 palestinianos em Gaza. Israel afirma que o ataque foi resposta a um ataque anterior dos palestinianos. Mais de 120 palestinianos e três israelitas são mortos em seis dias.

14 de Maio de 2008: Tony Blair anuncia novo plano de paz e dos direitos palestinianos.

27 de Dezembro de 2008 a 18 Janeiro de 2009: Israel inicia a Operação Chumbo Fundido contra a Faixa de Gaza, um ataque de escala do território, em resposta aos ataques de foguetes por grupos militantes palestinos. 13 israelitas foram mortos, incluindo três civis e mais de 1166 palestinianos mortos, incluindo entre 295 e 926 civis.

31 de Maio de 2010: Ataque israelita à Flotilha da Liberdade resultando na morte de 9 activistas.

Setembro de 2010: São relançadas as conversações com vista a um Acordo de paz duradouro, embora sem qualquer resultado uma vez que terminaram pouco depois.



Figura 12 - O Mundo segundo Kissinger⁷¹³

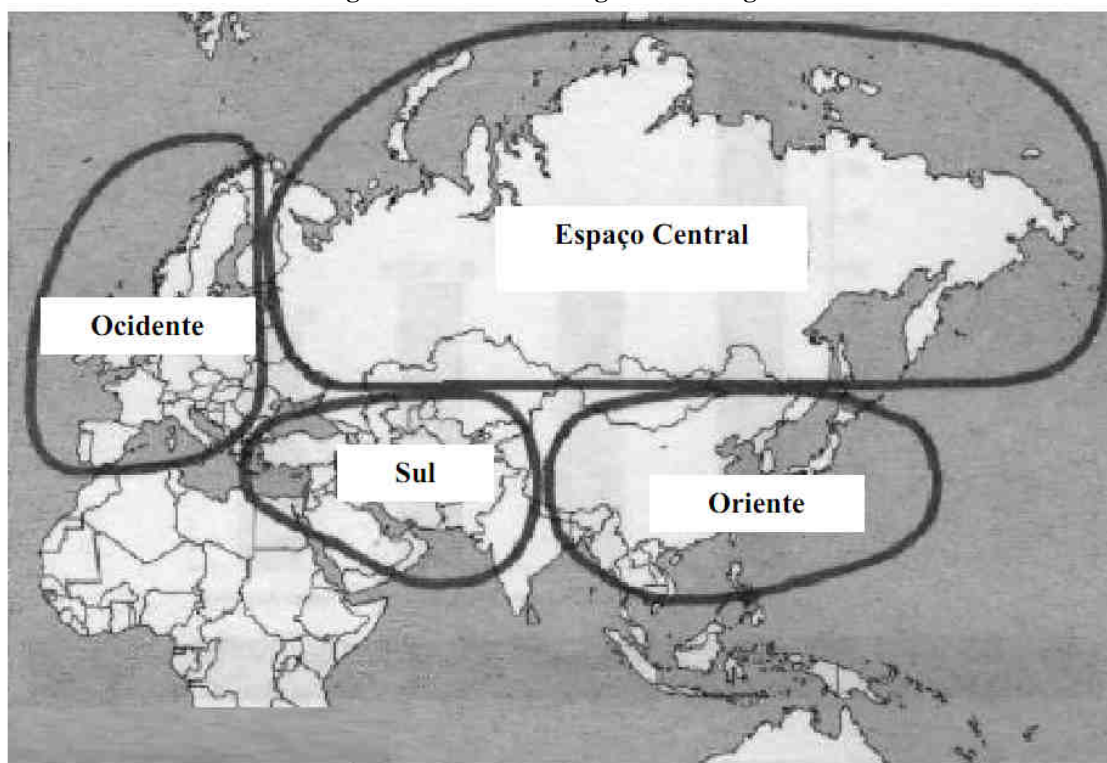


Figura 13 - O Mundo segundo Brzezinski⁷¹⁴

⁷¹³ Tiago Vasconcelos, A ascensão da China: Contributos para uma análise estratégica. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2006, pag 10.

⁷¹⁴ Zbigniew Brzezinski, The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives. New York: BasicBooks (A Division of HarperCollins Publishers), 1997, pag 8.

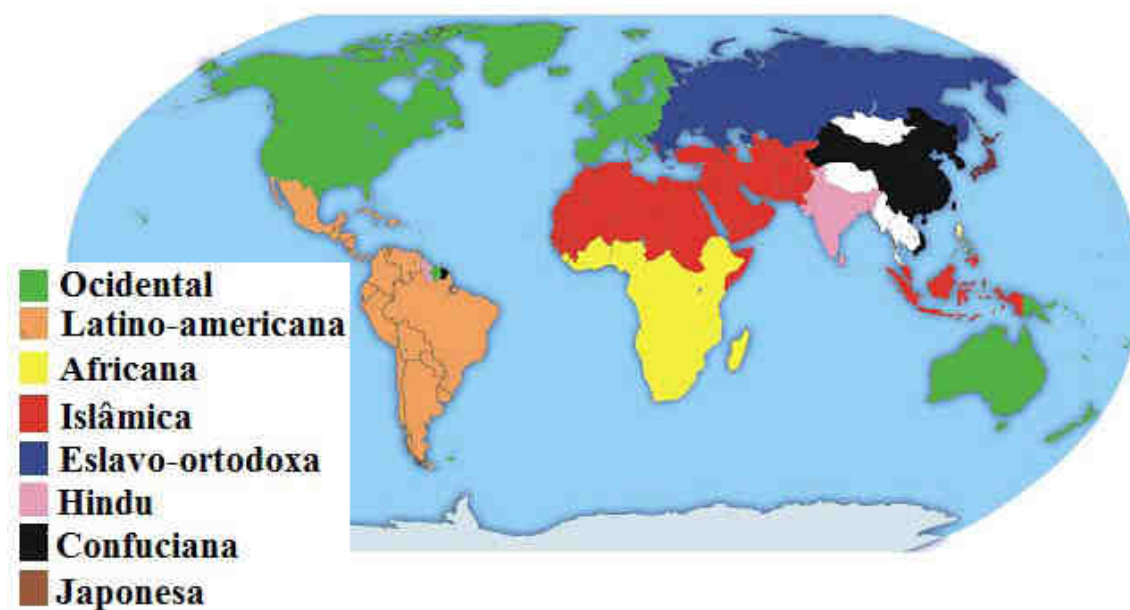


Figura 14 - O Mundo segundo Huntington⁷¹⁵

⁷¹⁵ Tiago Vasconcelos, *A ascensão da China: Contributos para uma análise estratégica*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2006, pag 10.

15. ANEXO E - A PERSEGUIÇÃO AOS JUDEUS

De acordo com o antigo testamento Moisés conduziu para Canã, a Terra Prometida, no actual território Palestiniano, os hebreus cativos no Egipto e algumas tribos nómadas do Sinai. A sua presença desde logo foi contestada pelas comunidades “vizinhas”, verificando-se uma grande oposição à sua fixação em Canã. *“Eram os madianitas e endomitas, ao sul; moabitas e amonitas, ao leste; filisteus, a oeste”*⁷¹⁶.

O Primeiro Templo judeu que fora construído no reinado do Rei Salomão seria destruído aquando da invasão da Palestina pelos babilónios, no período de 586 a 536 a.C., motivando a que muitos judeus se refugassem na Pérsia. Outros, porém, não gozaram de igual destino, tendo sido feitos prisioneiros e levados para a Babilónia, onde foram escravizados.

No início da Era Cristã, a região que se encontrava sob domínio judeu foi, no ano 70, invadida pelos romanos que os expulsaram e destruíram o Segundo Templo de Jerusalém. A posterior resistência efectuada pelos judeus foi a mais longa e dura a que os Romanos enfrentariam, acabando por ceder após 75 anos. *“Após a vitória, Roma empenhou-se em apagar todos os vestígios de identidade judaica na Terra de Israel. Chegou mesmo a desbaptizar esta última e atribuir-lhe o nome de Falastina – Palestina –, enquanto Jerusalém, totalmente arrasada, era denominada Aelia Capitolina”*.⁷¹⁷

Reacções de hostilidade, e simultâneas perseguições a cristãos e judeus, foram motivadas pelo anti-semitismo que se enraizava na sociedade romana. O comportamento altamente nacionalista do povo judeu, diferenciado dos demais povos assimilados pelos romanos, que mantinha a própria religião sem a procurarem difundir e o antagonismo económico entre produtores de bens e comerciantes, que se apropriam de uma parte desses bens, encontrava-se por detrás das principais razões.

⁷¹⁶ Henry Chemeris, Os principais motivos que geraram os conflitos israelenses e árabes na Palestina (1897-1948). Porto Alegre: Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, pag 12.

⁷¹⁷ Claude Franck e Michel Herszikowicz, O Sionismo, In Os principais motivos que geraram os conflitos israelenses e árabes na Palestina (1897-1948). Porto Alegre: Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, pag 12.

No séc. IV, mais precisamente no ano de 325, o Imperador Constantino ao proclamar o cristianismo como religião oficial do Império Romano assinalava a concentração da discriminação isolada dos judeus.⁷¹⁸

Em nome da sobrevivência assiste-se a uma autêntica diáspora levando os judeus a disseminarem-se pela Europa, África e Ásia. Facto que conduziu à formação dos primeiros Guetos⁷¹⁹. Estes formaram-se em toda a Europa: “*em Veneza surgiu a palavra gueto para denominar o bairro judeu; na França o termo corrente era *carrière*; na Alemanha a denominação preferida foi *Judengasse*. Os guetos existiam também na Polónia e na Rússia. Em Portugal e na Espanha, a partir do século XVI, a vida do judeu no gueto era obrigatória*”⁷²⁰. Face a tais imposições explica-se as razões que levaram, através dos tempos, à conservação dos dialectos próprios e dos seus costumes.

A Europa medieval que se encontrava sob o poder da igreja Católica levou a que os judeus se mantivessem afastados dos feudos. Contudo, a iminente extinção da economia de mercado e do auto-consumo elevou a importante função comercial dos judeus.

Na Era de Carlos Magno⁷²¹ a actividade comercial entre o Ocidente e Oriente foi monopolizada pelos Judeus. Porém, com o reflorescer das actividades comerciais na Europa Ocidental, a partir do séc. XII, a situação modifica-se levando a que os judeus perdessem o monopólio. O sentimento anti-semitista conduz à primeira grande manifestação contra os judeus, levando a burguesia, que se desenvolvia, a efectuar fortes pressões para uma total eliminação do povo judeu de todas as actividades comerciais. Face a tais pressões, os empréstimos judeus que, nos primeiros séculos da Idade Média, se destinavam, em parte, à coroa e à nobreza, orientam-se para a “*arraia-miúda*” das cidades e para os camponeses. Facto que abala a relação entre os judeus e o povo. Este por sua vez associa, apesar de erradamente, aos judeus a sua própria causa de miséria.

⁷¹⁸ Henry Chemeris, Os principais motivos que geraram os conflitos israelenses e árabes na Palestina (1897-1948). Porto Alegre: Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, pag 13.

⁷¹⁹ De acordo com Barnir, In Os principais motivos que geraram os conflitos israelenses e árabes na Palestina (1897-1948), os guetos são “*verdadeiras colectividades com as suas escolas, os seus tribunais, a sua vida social, as suas leis e os seus costumes*”.

⁷²⁰ Henry Chemeris, Os principais motivos que geraram os conflitos israelenses e árabes na Palestina (1897-1948). Porto Alegre: Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, pag 14.

⁷²¹ Carlos Magno (c. 2 de Abril de 747 - 28 de Janeiro de 814) foi sucessivamente Rei dos Francos (de 771 a 814), Rei dos Lombardos (a partir de 774), e ainda o primeiro Imperador do Sacro Império Romano (coroado em 25 de Dezembro do ano 800), restaurando assim o antigo Império Romano do Ocidente.

O período compreendido entre o século XII e XIV, a Igreja Católica justifica o aparecimento de epidemias como associados aos judeus, sendo estes apelidados de “semeadores de doenças”. A Peste Negra foi um claro exemplo. Apesar de padecerem, também, os judeus eram muitas vezes massacrados como disseminados das doenças. Em igual período, o Islão⁷²² detentor na altura de uma economia comercial bastante estabilizada, muito diferente da verificada na Europa, mostrava-se muito mais tolerante com o povo judeu. O Médio Oriente e a África do Norte foram, assim, a terra de acolhimento dos judeus que “fugiam dos baptismos forçados e dos massacres na Rússia (a partir de 1113, com o primeiro “progrom”), na Espanha (1148), na França (1182), na Inglaterra (1189) e na Alemanha (1330-1338)”⁷²³.

Paulatinamente e até ao séc. XVI os judeus foram praticamente expulsos da Europa Ocidental face a uma gradual formação da burguesia comercial e à decomposição feudal.

A criação de uma legislação liberal, após a Revolução Francesa, permitiu uma integração política e social para os persistentes judeus que se mantinham no Oeste Europeu. O Capitalismo e o liberalismo colaboraram para que se assistisse a uma assimilação do povo judeu, permitindo que alguns atingissem posições de destaque na esfera económica, tal como os banqueiros ou os grandes empresários.

Em 1897, surgiu um documento, embora apócrifo, que alegadamente descrevia o projecto judaico de modo a alcançar a dominação mundial. *Os Protocolos dos Sábios de Sião*⁷²⁴, assim se intitulava o documento, sob o formato de Acta, serviu uma vez mais para desencadear uma nova perseguição dos judeus.

O séc. XIX viria a inverter o destino dos judeus ao permitir que a Europa e a América os acolhessem. Para Helena Salem a maioria dos países da Europa Oriental⁷²⁵

⁷²² Conjunto de califados islâmicos que abrangia todo o Oriente Médio, o norte da África e parte da Península Ibérica.

⁷²³ Henry Chemeris, *Os principais motivos que geraram os conflitos israelenses e árabes na Palestina (1897-1948)*. Porto Alegre: Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, pag 16.

⁷²⁴ O documento é uma fraude efectuada na Rússia pela Okhrana (polícia secreta do Czar Nicolau II), que responsabiliza os judeus pelos infortúnios do país. Foi inicialmente publicado de forma privada em 1897 e tornado público em 1905. O propósito assentava em fins políticos: reforçar a posição do Czar Nicolau II apresentando os seus oponentes, como aliados de uma gigantesca conspiração para a conquista do mundo. O Czar já via no Manifesto Comunista de Marx e Engels, de 1848, uma ameaça. Como Marx era judeu de nascimento, apesar de não seguir a religião e pregar por um regime político onde a religião seria banida, a "ameaça judaica poderia ser fundamentada". BETH-SHALOM, *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, [Consultado em 19MAI11], Disponível em: <http://www.beth-shalom.com.br/artigos/protocolos.html>, (s/d).

⁷²⁵ Ucrânia, a Rússia Branca, a Lituânia, a Polónia, a Roménia e a Hungria.

detentores, ainda, de um sistema feudal, com a sua economia muito atrasada, permitiu aos judeus obter uma posição privilegiada ao dinamizarem o comércio na região.

A inveja da nova classe burguesa cristã empenhando-se no desenvolvimento de uma forte burguesia nacional levou, inicialmente, à contestação dos comerciantes judeus bem sucedidos e, posteriormente, a novos sentimentos anti-semitistas. Uma vez mais, os judeus, na sua maioria pequenos comerciantes e vendedores, face à instabilidade no leste europeu rumavam a países que ofereciam melhores possibilidades de trabalho. Alemanha, Áustria, Rússia e mais tardiamente os EUA constituíam-se nos destinos de eleição para os judeus que abandonavam a Polónia.

Os que decidiram não emigrar e resistiram nas origens tornaram-se vítimas de fortes e violentas perseguições, pois os judeus eram encarados como concorrentes perigosos.

Assistiu-se a uma diferença interessante “*enquanto na Europa Ocidental o judeu consegue assimilar-se na maioria dos países, na Europa Oriental ocorre o contrário. É essa aliás a razão pela qual a participação e mesmo a liderança dos Judeus emancipados do Ocidente se tornaram indispensáveis para a emancipação sionista das comunidades judias orientais*”⁷²⁶.

A solidariedade dos judeus ocidentais foi notável, empenhando-se numa verdadeira ajuda filantrópica, auxiliaram a transferir os judeus da Europa Oriental para outros países. Ahmed Fayed elucida esta questão: “*Moses Montefiore (parente, por aliança, de Nathan Rotschild) ajuda os judeus russos, poloneses e rumenos a estabelecerem-se na Argentina; os Rothschild ajudam outros a tornarem-se agricultores e artesãos na Palestina; Mordecai Manuel Noah compra Grand Island (Ilha Grande), no Niágara, não vai lá, mas convida os judeus a irem*”⁷²⁷. Bastante curioso é a análise efectuada sobre os judeus que emigram do oriente europeu e tem como principal destino países não europeus. Mais do que se libertarem das perseguições o pretendido era alcançar boas condições de trabalho. A assimilação judaica no Ocidente encontrava-se associada mais a razões económicas e não tanto a sociais.

⁷²⁶ Henry Chemeris, Os principais motivos que geraram os conflitos israelenses e árabes na Palestina (1897-1948). Porto Alegre: Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, pag 20.

⁷²⁷ Eodem loci.

O poder financeiro alcançado por muitos deles foi bastante forte. Os Rothschild, os mais poderosos banqueiros do Império Britânico no séc. XIX, foram um exemplo desse sucesso económico.

Apesar da assimilação bem sucedida no Ocidente, quando comparada ao Oriente, os judeus não se sentiam totalmente confortáveis face ao corpo político dos diversos Estados. Estes não se conseguiam abstrair das particularidades dos seus costumes e religião. Muito judeus, de acordo com Maxime Rodinson, repudiando os laços com o povo onde se encontravam integrados, “*colocavam a sua esperança numa outra pátria, uma pátria puramente judaica*”⁷²⁸. O qual daria origem ao movimento idealizado por Theodor Herzl – o sionismo político.

⁷²⁸ Idem, ibidem, pag 21.

16. ANEXO F - GUIÃO DE ENTREVISTA

1. As relações entre Israel e outros actores têm-se ressentido negativamente após o ataque à flotilha. Como vê a actual posição de Israel perante tais posturas?
2. Por sua vez, as relações de Israel com a Turquia ficaram gravemente afectadas. Quais serão as consequências dessa afectação a médio e longo prazo?
3. A situação concreta da flotilha poderá ser considerada uma armadilha por parte da Turquia, na qual Israel caiu, tendo conduzido ao desbloqueamento (objectivo secundário) e projectando assim a Turquia, que se assume cada vez mais como uma potência regional (objectivo principal), disputando a liderança com o Irão e Arábia Saudita?
4. Existindo no próprio seio palestino uma oposição ao desbloqueio, enfatizado pelo Presidente Mahmoud Abbas, por alegadamente permitir que o Hamas se movimente de uma forma facilitadora, por quanto tempo pensa que Israel manterá o desbloqueio?
5. O bloqueio à faixa de Gaza, apesar de actualmente não ser total devido aos últimos acontecimentos, poderá ser interpretado como legítimo? Por outras palavras: Existirá alguma sustentação no âmbito do direito internacional que no fundo seja complacente à acção conducente de Israel relativamente ao bloqueio?
6. Independente da sua legitimidade, Israel constrói sem pausas um muro na fronteira oriental. No entanto, o Estado de Israel encara a Fronteira com Gaza com maior factor de risco e ameaça. Poderá a fronteira com a Cisjordânia ser interpretada como definitiva após a sua conclusão? Se a fronteira com Gaza é mais problemática, porque não se construiu um muro nesta fronteira? Implicitamente com as medidas anteriores, existe qualquer possibilidade de Israel conquistar a faixa de Gaza, e no fundo alargar o seu território?
7. O Brasil, ao imiscuir-se na região, inicialmente com a sua postura pró-Irão, posteriormente nas relações com a Síria, como mediador para a Paz, e muito recentemente com uma política de intervenção, na reconstrução da Faixa de Gaza, quais os contornos que daí advirão?
8. Muito se tem especulado sobre possíveis ataques ao Irão. Neste caso concreto pensa que Israel terá capacidades de neutralizar os sites de desenvolvimento de urânio e as reais intenções de Mahmoud Ahmadinejad? Em caso afirmativo quais os meios que utilizará?

9. Um dos principais problemas que tem dificultado as conversações de paz é o desenvolvimento dos colonatos judeus. Prova disso foi a decisão do Tribunal Internacional de Justiça de Haia que declarou que os colonatos israelitas nos Territórios Ocupados são ilegais e um obstáculo à paz e ao desenvolvimento económico e social além de serem considerados violação do direito internacional. Quais as medidas que deverão ser aplicadas para que de uma forma efectiva se consiga fazer entender a população judaica que os colonatos terão de ser impedidos?
10. Após tantas violações cometidas em termos de Direito Internacional, como é que determinados Estados continuam a ter uma postura condescendente à acção de Israel?
11. Para muitos autores e especialistas do conflito a religião é o principal motivo do conflito. O estatuto da cidade de Jerusalém, disputada por ambas as facções, e a própria democracia de Israel, que por muitos é interpretado como uma teocracia, impedirá por completo a resolução do conflito?
12. Os “doentes de história”, (expressão qualificativa para identificar o povo judeu), tendo como base todas as várias designações bíblicas, recorrendo às designações antigas – Judeia e Samaria para a Cisjordânia por exemplo - permitem concluir que o tempo mais longo para esse povo continua a decorrer? Por outras palavras: é possível existir um culto judeu muito próprio que lhes impossibilite discernir o que é correcto/incorrecto da realidade actual? (no fundo como se vivessem numa época muito retrógrada).
13. De acordo com uma perspectiva Ocidental tenho bastantes dificuldades em entender o facto pela qual os árabes não desenvolveram medidas de acolhimento aos palestinianos, (Para que me faça entender, algo semelhante ao que Portugal desenvolveu para acolher os retornados). Se existem origens comuns entre os povos, quais os motivos que tenham impedido uma qualquer política de integração por parte dos seus “irmãos árabes”, continuando os palestinos em campos de concentração?
14. Qual a medida mais significativa a ser adoptada que permitisse a possibilidade de um acordo de paz duradouro no conflito israelo-árabe?

17. ANEXO G – ENTREVISTAS

GRELHA EXPLICATIVA DE ENTREVISTA⁷²⁹

OBJECTIVO GERAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	QUESTÕES
Identificação dos factores que se encontram na génese e na manutenção do conflito israelo-árabe	1. Identificação as principais razões do conflito	1. Quais são os principais motivos do conflito israelo-árabe e o que alterou em relação às motivações no decurso do mesmo?
	2. Análise dos factores geopolíticos/geoestratégicos permitindo a identificação de factores que contribuem para o conflito	<p>2. Um dos principais problemas que tem dificultado as conversações de paz é o desenvolvimento dos colonatos judeus. Prova disso foi a decisão do Tribunal Internacional de Justiça de Haia que declarou que os colonatos israelitas nos Territórios Ocupados são ilegais e um obstáculo à paz e ao desenvolvimento económico e social além de serem considerados violação do direito internacional. Quais as medidas que deverão ser aplicadas para que de uma forma efectiva se consiga fazer entender a população judaica que os colonatos terão de ser impedidos?</p> <p>3. Independente da sua legitimidade, Israel constrói sem pausas um muro na fronteira oriental. No entanto, o Estado de Israel encara a Fronteira com Gaza com maior factor de risco e ameaça. Poderá a fronteira com a Cisjordânia ser interpretada como definitiva após a sua conclusão? Se a fronteira com Gaza é mais problemática, porque não se construiu um muro nesta fronteira? Implicitamente com as medidas anteriores, existe qualquer possibilidade de Israel conquistar a faixa de Gaza, e no fundo alargar o seu território?</p> <p>4. O bloqueio à faixa de Gaza, poderá ser interpretado como legítimo? Por outras palavras: Existirá alguma sustentação no âmbito do direito internacional que no fundo seja complacente à acção conducente de Israel relativamente ao bloqueio? Existindo no próprio seio palestino uma oposição ao desbloqueio,</p>

⁷²⁹ Articulação entre os objectivos para a investigação e o guião para a recolha de investigação provocada junto dos entrevistados.

		ênfatizada pelo Presidente Mahmoud Abbas, por alegadamente permitir que o Hamas se movimente de uma forma facilitadora, por quanto tempo pensa que Israel manterá o desbloqueio decorrente do ataque à Flotilha da liberdade?
	3. Descrição da escassez dos recursos hídricos e a sua influência sobre o conflito	5. Como concorre a escassez de água para o agravamento da discórdia entre Israel e os palestinianos?
	4. Identificação da influência religiosa sobre o conflito	6. De que forma o factor religioso contribui para o agudizar do conflito?
	5. Interpretação do terrorismo como instrumento de coação e distinção entre terrorista e resistente	7. De que forma o terrorismo é utilizado como instrumento de coação?
	6. Identificação dos actores do Sistema Político Internacional com maior e menor relevância para Israel, bem como as suas formas de actuação	8. Quais os actores do Sistema Político Internacional com maior e menor importância para Israel e quais as suas formas de actuação?
	7. Análise da importância do factor cultural no conflito israelo-árabe	9. De que forma é a cultura um impeditivo à resolução do conflito?
	8. Contribuição de medidas orientadoras para o dissipar do conflito e descrição de reservas quanto à implementação das mesmas	10. Quais as medidas necessárias para a saída da crise? 11. Pese embora os esforços em se alcançar uma paz duradoura os diversos tratados de paz não foram cumpridos pelos líderes de ambas as facções. Porquê? Recordando o plano de Bill Clinton, em Camp David, quais as razões da recusa de Yasser Arafat?

GRELHA INTERPRETATIVA

ANÁLISE DE CONTEÚDO – CATEGORIAL TEMÁTICA

Perguntas	Categorias (Sub – Categorias)	Entrevista nº1 – Jornalista Márcia Rodrigues ⁷³⁰
12. Quais são os principais motivos do conflito israelo-árabe e o que alterou em relação às motivações no decurso do mesmo?	a) Motivações iniciais - Ocupação territorial - Importância religiosa - Cultura b) Motivações mais recentes - Os colonatos	“Existem vários factores. Desde a ocupação territorial, passando pela religião, ou seja a cultura, os recursos hídricos (...) Sabemos que o fim dos colonatos em território árabe é uma das questões fundamentais para o processo de paz, é uma questão que terá que ser respondida.”
13. Um dos principais problemas que tem dificultado as conversações de paz é o desenvolvimento dos colonatos judeus. Prova disso foi a decisão do Tribunal Internacional de Justiça de Haia que declarou que os colonatos israelitas nos Territórios Ocupados são ilegais e um obstáculo à paz e ao desenvolvimento económico e social além de serem considerados violação do direito internacional. Quais as medidas que deverão ser aplicadas para que de uma forma efectiva se consiga fazer entender a população judaica que os colonatos terão de ser impedidos?	Impactos dos colonatos O fim dos colonatos é uma questão fundamental para o processo de paz	“Neste momento a construção está paralisada por ordem do Governo israelita. É a resposta a uma imposição do Governo de Barack Obama. Israel também já teve colonatos no Sinai e em Gaza como sabe, retirou. A Cisjordânia é geograficamente sensível, mas todas as decisões são políticas. Israel já tomou essa decisão mais que uma vez na história. Sabemos que o fim dos colonatos em território árabe é uma das questões fundamentais para o processo de paz, é uma questão que terá que ser respondida.”
14. Independente da sua legitimidade, Israel constrói sem pausas um muro na fronteira oriental. No entanto, o Estado de Israel encara a Fronteira com Gaza com maior factor de risco e ameaça. Se a fronteira com Gaza é mais problemática, porque não se construiu um muro nesta fronteira? Implicitamente com as medidas anteriores, existe qualquer possibilidade de Israel conquistar a faixa de Gaza, e no fundo alargar o seu território?	Significado do muro - Gaza está cercada por muros; - Desde 2005 Gaza não voltou à agenda política de Israel.	“Gaza está cercada por muros. Israel ocupou a Faixa até 2005 quando o primeiro-ministro Sharon ordenou a retirada. Desde aí a reocupação da Faixa não voltou à agenda política de Israel.”
15. O bloqueio à faixa de Gaza, poderá ser	Justificação em direito internacional relativo	“Os especialistas em direito internacional dividem-se sobre esse

⁷³⁰ Entrevista realizada em 27 de Julho de 2010.

interpretado como legítimo? Por outras palavras: Existirá alguma sustentação no âmbito do direito internacional que no fundo seja complacente à acção conducente de Israel relativamente ao bloqueio? Existindo no próprio seio palestino uma oposição ao desbloqueio, enfatizada pelo Presidente Mahmoud Abbas, por alegadamente permitir que o Hamas se movimente de uma forma facilitadora, por quanto tempo pensa que Israel manterá o desbloqueio decorrente do ataque à Flotilha da liberdade?	ao bloqueio à faixa de Gaza – Não há uma posição nem uma resposta única; – Alguns defendem que é ilegítimo porque afecta uma população de um milhão e meio de pessoas, os residentes em Gaza. Outros dizem que Israel e o Hamas estão em “estado de guerra”, logo Israel tem o direito de erguer um “bloqueio defensivo”.	assunto. Não há uma posição nem uma resposta única. Alguns defendem que é ilegítimo porque afecta uma população de um milhão e meio de pessoas, os residentes em Gaza. Outros dizem que Israel e o Hamas estão em “estado de guerra”, logo Israel tem o direito de erguer um “bloqueio defensivo”. O direito internacional divide-se como a maioria dos peritos lhe pode explicar em duas grandes áreas, a que se aplica ao tempo de paz e ao tempo de guerra e aí as soluções divergem. Como sabe, o Hamas ao contrário da Fatah do presidente Abbas não aceita a existência do Estado de Israel nem aceita o processo de paz. (...) “O presidente Abbas não pertence ao Governo do Hamas nem sequer tem conseguido ter um executivo palestino unido. Não tem influência nesse caso. Tem, claro está, defendido o fim do bloqueio desde sempre.”
16. De que forma o factor religioso contribui para o agudizar do conflito?	Impactos da religião no conflito Factor que concorre para o conflito.	“Não é um conflito de cariz religioso, a religião é um dos factores que concorrem para o conflito e dos dois lados já que a Fatah é laica e o Hamas um movimento islamita. Mas nunca poderemos resumir o conflito apenas ao factor religioso.”
17. Quais os actores do Sistema Político Internacional com maior e menor importância para Israel e quais as suas formas de actuação?	Actores do Sistema Político com: a) Maior importância – EUA b) Actores com interesses na região – Brasil	“A relação diplomática mais importante é com os EUA e não sofreu alterações de fundo (...) “O Brasil pretende ter voz nesta região. Trata-se da mais importante região estratégica do Mundo. O Brasil é um país emergente quer ter um papel no “grande jogo mundial” e é aí que ele se joga.”

Perguntas	Categorias (Sub – Categorias)	Entrevista nº2 – GEN Loureiro dos Santos ⁷³¹
1. Quais são os principais motivos do conflito israelo-árabe e o que alterou em relação às motivações no decurso do mesmo?	Principais Motivações - Políticas - Religiosas	“É necessário ter presente que a independência de Israel não foi aceite por nenhum país árabe e portanto o grande problema de Israel foi sobreviver, tal como actualmente. Contudo, durante muitos anos Israel através da sua capacidade militar conseguiu impor-se aos seus vizinhos (...) Desde o início do reconhecimento do Estado de Israel, os seus grandes líderes na religião entendiam ser perfeitamente natural terem expulsado todos os palestinos que aí viviam havia

⁷³¹ Entrevista realizada em 12 de Julho de 2010.

		<p>mais de mil anos, para poderem ocuparem o território que Deus tinha escolhido para eles. No fundo, sustentavam a ideia da promessa de Deus sobre a terra de Canaã (...)</p> <p>“Envolto nesta situação, apresentava-se um vasto leque de posições políticas. Cresciam os moderados, que defendiam ser necessário um entendimento com os palestinianos, devido ao aumento demográfico, ao aumento da força dos palestinianos e à pressão internacional. Simultaneamente, os extremistas continuam a considerar que os territórios são seus de acordo com as declarações de Deus.”</p>
<p>2. Um dos principais problemas que tem dificultado as conversações de paz é o desenvolvimento dos colonatos judeus. Prova disso foi a decisão do Tribunal Internacional de Justiça de Haia que declarou que os colonatos israelitas nos Territórios Ocupados são ilegais e um obstáculo à paz e ao desenvolvimento económico e social além de serem considerados violação do direito internacional. Quais as medidas que deverão ser aplicadas para que de uma forma efectiva se consiga fazer entender a população judaica que os colonatos terão de ser impedidos?</p>	<p>Impactos dos colonatos</p> <p>São extremamente gravosos e importa adoptar medidas, a breve trecho, inicialmente para se acabar com a sua construção e posteriormente para resolver os problemas então criados pelos mesmos.</p>	<p>“Os colonos vão sendo cada vez mais até que se chega a um ponto onde se questiona: que fazer? Qual a melhor solução? Cedência e trocas de terrenos? Os colonos por terrenos no deserto? Claro que os palestinianos não aceitam essa possibilidade. A grande linha de tendência serão os países ocidentais a exercer pressão sobre Israel no sentido das suas políticas, e existirão muitos judeus na diáspora, mais descomprometidos, que terão uma visão mais real do que os judeus que vivem em Israel, portanto em melhores condições de pressionar no sentido de uma solução política. Esta política será difícil de implementar por causa franjas extremistas, que têm bastante influência no governo Israelita.”</p>
<p>3. Independente da sua legitimidade, Israel constrói sem pausas um muro na fronteira oriental. No entanto, o Estado de Israel encara a Fronteira com Gaza com maior factor de risco e ameaça. Poderá a fronteira com a Cisjordânia ser interpretada como definitiva após a sua conclusão?</p>	<p>Significado do muro</p> <ul style="list-style-type: none"> – Estratégia errada; – Insistência numa estratégia dos factos consumados. 	<p>“A questão do muro nasce de uma estratégia errada. E muitos israelitas reconhecem isso pela gravidade das consequências. De igual modo, a situação de Jerusalém é igualmente incontornável. Mas Israel insiste na actual estratégia assente nos factos consumados. A situação dos colonatos é disso um exemplo.”</p>
<p>4. O bloqueio à faixa de Gaza, poderá ser interpretado como legítimo? Por outras palavras: Existirá alguma sustentação no âmbito do direito internacional que no fundo seja complacente à acção conducente de Israel relativamente ao bloqueio?</p>	<p>Justificação em direito internacional relativo ao bloqueio à faixa de Gaza</p> <ul style="list-style-type: none"> – A situação de Gaza terá de ser revista; – É crucial para a criação de 2 Estados. 	<p>“O problema interno da Palestina é bastante complexo e de difícil solução. Em cada território encontra-se um Partido, sem qualquer ligação com o outro, ambos com visões diferenciadas, por vezes antagónicas. Mas a situação tende a modificar-se com a acção do primeiro-ministro palestino Sallam Fayyad. Bastante pragmático, conseguiu praticamente acabar com a insegurança na Cisjordânia. Para tal, reformou a sua organização policial. Encontra-se a desenvolver as infra-estruturas necessárias à criação de um Estado, prevendo em 2 anos alcançar o objectivo de constituir e declarar</p>

		<p>unilateralmente um Estado Independente. Por outro lado, Mahmoud Abbas não tem propriamente desencadeado uma política assente numa linha orientadora (...)</p> <p>O principal problema entre o Hamas e o Al Fatah é a luta pela futura liderança. (...)</p> <p>Por sua vez, a Faixa de Gaza é verdadeiro quebra-cabeças para Israel. A sua vontade é que seja o Egipto a assumir o seu controlo. Como é de supor, é uma hipótese que não interessa ao Egipto. Assim, duas soluções existem para a Faixa de Gaza. Uma possível solução é o entendimento do Hamas com a Al Fatah, colocando-se um actor credível na Faixa de Gaza. A outra seria que esse actor fosse o Egipto. Só que este não quer surgir ao lado dos israelitas contra os palestinianos. Imagine-se o que seria um estado árabe apoiar Israel contra os Palestínianos. Qualquer Estado que tomasse esta posição teria represálias muito negativas. A questão da faixa de Gaza é crucial. Só a sua solução conduzirá à criação dos dois Estados.”</p>
5. Como concorre a escassez de água para o agravamento da discórdia entre Israel e os palestinianos?	<p>Importância dos recursos hídricos</p> <ul style="list-style-type: none"> – Justificativo de várias posições tomadas; – Os montes Golan têm um elevado valor estratégico; – Israel conduz uma política discriminatória a seu favor; – Instrumento que motiva ódio aos israelitas. 	<p>“A questão da água é importante e revela muitas das posições tomadas a propósito da resolução do conflito Israelo-árabe. Não apenas entre Israel e Palestina, mas também com a Jordânia e a própria Síria. Os montes Golan são uma zona irradiante em termos fluviais e grande parte dos lençóis de água subterrâneos estão situados naquela região.</p> <p>A maneira como Israel gere a água na Cisjordânia e Faixa de Gaza baseia-se numa política discriminatória brutal a seu favor. O recurso é considerado essencialmente estratégico pela forma como é utilizada nos territórios ocupados. No fundo é mais uma forma de se criar ódio sem fim contra os israelitas.”</p>
6. De que forma o factor religioso contribui para o agudizar do conflito?	<p>Impactos da religião no conflito</p> <p>Entrave que move os extremistas;</p> <p>Complica a situação;</p> <p>Jerusalém, cidade Santa para ambos;</p> <p>Necessidade de cedências mútuas.</p>	<p>“O factor religioso é um entrave que move os extremistas e complica a situação. De ambos os lados. É importante ter presente que esta cidade é Santa para ambos. (...) Por isso creio, uma vez mais, que só com cedências mútuas se encontrará uma solução.”</p>
7. Quais os actores do Sistema Político Internacional com maior e menor importância para Israel e quais as suas formas de actuação?	<p>Actores do Sistema Político com:</p> <p>a) Maior importância</p> <ul style="list-style-type: none"> – EUA; 	<p>“Os EUA, apesar de, pela primeira vez, existir o receio do poder ser perdido; os países árabes, com receio do Irão e enquanto isto se mantiver. Mas existem relações estranhas. A Arábia Saudita continua</p>

	<ul style="list-style-type: none"> – Os países árabes, com receio do Irão. <p>b) Actores com interesses na região</p> <ul style="list-style-type: none"> – Turquia; – Brasil. 	<p>a não reconhecer o Estado de Israel mas é-lhe vantajoso estar a seu lado contra o eterno rival muçulmano chiita. Por outro lado, e mediante esta aliança encoberta, é importante a Israel que o problema do Irão não seja resolvido porque perderia o semi-apoio dos Estados sunitas se tal acontecesse. Consequentemente, Israel tenderá a dificultar, porque lhe convém, as negociações directas entre EUA e Irão neste capítulo. É óbvio que interessa aos EUA resolverem o problema, tal como ao Irão, mas tem-se verificado um bloqueio propositado por parte de Israel. Claro que, quando o conflito EUA-Irão terminar, os restantes países muçulmanos coligar-se-ão contra Israel, quebrando a aliança que existe actualmente de forma encoberta.</p> <p>A Turquia, membro da NATO, com relações muito fortes com o Ocidente e que quer entrar na UE, era um Estado com relações muito próximas de Israel e, de certa forma, actuava intermediário muito importante nas ligações a outros países muçulmanos. Nesta relação recíproca de interesses, a Turquia encontra em Israel a tecnologia que necessita. Ligada ao Ocidente pela NATO e com as dificuldades encontradas no processo de adesão à UE, a Turquia terá concluído que poderá ser o grande protagonista no Médio Oriente, apresentando-se como alternativa aos outros dois candidatos: Irão e Arábia Saudita.</p> <p>(...) Com esta medida estratégica, o Brasil fica em condições de dirimir outras situações, a par das outras grandes potências, e está consciente que tem possibilidades de alcançar o estatuto de super-potência(...)"</p>
8. Quais as medidas necessárias para a saída da crise?	<p>Identificação das medidas</p> <ul style="list-style-type: none"> – Controlar as franjas extremistas; – Demonstrar a existência de medidas vantajosas para ambos; – As Negociações são a medida chave. 	<p>“A resolução dos problemas em Israel, onde as franjas extremistas têm uma influência muito significativa, passa pela necessidade de controlar essas franjas (...)</p> <p>A prazo, creio que Israel atingirá o estatuto de vizinho aceite, depois da mudança do seu posicionamento estratégico e correspondente acomodação com os seus vizinhos, por troca de interesses entre ambos. Assim, será bem recebido, criando-se de seguida relações favoráveis para ambos. É possível os árabes obterem vantagens das suas relações com Israel, assim como Israel dos Estados árabes. Na região, Israel será uma potência em termos de tecnologia, podendo</p>

		assumir-se como um possível comprador de Turismo e de outros produtos aos países árabes vizinhos. (...) Em suma: As negociações são a única forma de sobrevivência de Israel e a única forma de amortecer o grande fermento mobilizador da revolta do mundo islâmico contra o Ocidente.”
--	--	---

Perguntas	Categorias (Sub – Categorias)	Entrevista nº3 - Professor Adriano Moreira ⁷³²
1. Quais são os principais motivos do conflito israelo-árabe e o que alterou em relação às motivações no decurso do mesmo?	<p>a) Principais Motivações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Holocausto; - População judaica transferida para Israel. <p>b) Outras Motivações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conflito das civilizações 	<p>“Têm de confrontar 2 pesos de consciência universal. Uma é a situação que os judeus enfrentaram e que conduziu à instituição do Estado de Israel e que correspondeu a um momento de grande emoção mundial devido ao holocausto. Conhecimento que se teve apenas no final da IIGM. É por seu lado, uma emoção que começa a ser afectado pelo facto de haverem gerações palestinianas que não sabem o que é viver em paz. A vida dos mesmos é uma vida de guerra, de conflito, de arame farpado... e tudo isso julgo que caiu com a emoção diferente ao Estado de Israel. À medida que Israel se afirma como um Estado organizado com poder, etc naturalmente o sofrimento daquela população e sobretudo a geração mais jovem, não conhecem outro modo de vida, começa a inquietar a consciência Mundial. Eu creio que é um dos conflitos mais angustiantes. (...)</p> <p>A orientação das NU era efectivamente a mais sensata a meu ver. Contudo também a população judaica que foi transferida para Israel. No fundo foi a população que não conseguiu regressar ao local de origem da Europa após a saída dos campos de concentração. Foi a mais martirizada. Mas essa geração já, praticamente desapareceu e portanto ultrapassou esse momento caótico. Do ponto de vista dos direitos do Homem, dignidade humana e Paz Geral, o ponto que acho principal é este. Depois naturalmente a evolução da conjectura vai levando a mudanças de atitude uns com os outros. Neste momento, creio que é uma perspectiva talvez já um pouco afastada mas é ainda a ideia do conflito das civilizações. Fez uma intromissão nesse</p>

⁷³² Entrevista realizada em 23 de Julho de 2010.

		processo porque a questão muçulmana, sobretudo a partir do ataque às torres gémeas, veio inserir-se nesta questão e a ideia do conflito das civilizações veio agudizar também não sendo um passo positivo para a Paz Mundial que é o ponto que eu acho principal.”
2. Independente da sua legitimidade, Israel constrói sem pausas um muro na fronteira oriental. No entanto, o Estado de Israel encara a Fronteira com Gaza com maior factor de risco e ameaça. Poderá a fronteira com a Cisjordânia ser interpretada como definitiva após a sua conclusão? Se a fronteira com Gaza é mais problemática, porque não se construiu um muro nesta fronteira? Implicitamente com as medidas anteriores, existe qualquer possibilidade de Israel conquistar a faixa de Gaza, e no fundo alargar o seu território?	Significado do muro <ul style="list-style-type: none"> – Não resolve nada. 	“A história do Muro, pensou-se ter acabado com o muro de Berlim. (...) A história ensinou-nos que os muros não resolveram nada.”
3. O bloqueio à faixa de Gaza, poderá ser interpretado como legítimo? Por outras palavras: Existirá alguma sustentação no âmbito do direito internacional que no fundo seja complacente à acção conducente de Israel relativamente ao bloqueio? Existindo no próprio seio palestino uma oposição ao desbloqueio, enfatizada pelo Presidente Mahmoud Abbas, por alegadamente permitir que o Hamas se movimente de uma forma facilitadora, por quanto tempo pensa que Israel manterá o desbloqueio decorrente do ataque à Flotilha da liberdade?	Justificação do muro com a Cisjordânia <ul style="list-style-type: none"> – Sinal dos objectivos de Israel em conquistar a Faixa de Gaza. 	“O Paquistão quando nasceu tinha um pedaço aqui e ali. Hoje são 2 Estados: o Paquistão e o Bangladesh, fruto de uma guerra entre os 2. A descolonização pacífica da Inglaterra na Índia originou a divisão entre a Índia e o Paquistão tendo-se criado 400 mil mortos. Como é que vou ter uma faixa de Gaza sem Paz? Partindo do pressuposto que a ameaça maior provém da Faixa de Gaza porque foi o muro construído na Margem Ocidental? Porque Israel quer tomar a Faixa de Gaza. Com uma costa maior Israel terá uma maior ligação estratégica. (...) É importante reter que a ligação ter-se-á que fazer onde supostamente terá de obter licença de Israel para ir de uma ponta a outra.”
4. De que forma o factor religioso contribui para o agudizar do conflito?	Impactos da religião no conflito <ul style="list-style-type: none"> – Conceito aglutinador; – Influência a estabilidade de outros países; – Os religiosos propriamente ditos não pensam em conflitos; – Porém, a religião pode ser um elemento a explorar para atingir determinados objectivos. 	“Não se pode atribuir a ideia que todos os muçulmanos estão dispostos a alinhar no combate. Naturalmente que esse movimento não afecta o entendimento das culturas mas afecta a estabilidade dos países influenciando os demais (Irake, Afeganistão). O terrorismo coloca valores religiosos no conceito estratégico. Existe uma frase de um autor que diz “ <i>seja qualquer for o momento em que estiver a ler o meu livro haverá milhões de cristãos nas capelas e igrejas a rezar. Haverá milhões de muçulmanos virados para Meca. Haverá milhões de hindus a mergulhar no Ganges para se purificarem.</i> ” Isto é que, a

		meu ver, é necessário pensar. Esta gente que está nas Igrejas e capelas, que está virada para Meca, ou está a mergulhar no Ganges ou está a meditar em Mosteiros Budistas não está a pensar em conflitos armados.”
5. Quais os actores do Sistema Político Internacional com maior e menor importância para Israel e quais as suas formas de actuação?	Actores do Sistema Político com: a) Maior importância – EUA. b) Actores com acção dificultante – Irão.	“O Mundo poderia ajudar mas isso não aconteceu. Efectivamente Israel tem tido o apoio dos EUA. É natural que os países em vias de conflito com os EUA, como é o caso do Irão tenham como máxima que “o In do meu In é meu amigo”.
6. Como se constitui a cultura um impeditivo à resolução do conflito?	Através de: – Peso da História.	“Devido ao passado. É o peso da História, apenas. Quando existe essa rigidez de repente o passado bate com estrondo à porta do Futuro.”
7. Quais as medidas necessárias para a saída da crise?	Identificação das medidas As referidas na 1ª Resolução das NU; – 2 Estados; – Jerusalém como cidade independente.	“A 1ª resolução das NU é a mais sensata desde sempre. Com 2 Estados e Jerusalém como cidade livre (...) Jerusalém, a bem da humanidade, deveria ser livre porque efectivamente é a referência de todas as religiões e portanto para que contribuam para o desejo da paz os descendentes de Abraão vivam livres.”

Perguntas	Categorias (Sub – Categorias)	Entrevista nº4 – Sheik Zabir ⁷³³
1. Quais são os principais motivos do conflito israelo-árabe e o que alterou em relação às motivações no decurso do mesmo?	a) Principais Motivações - a ONU. b) Outras Motivações - Questões territoriais; - Questões políticas.	“Sobre o conflito israelo-árabe importa referir que varia bastante de país para país. No Ocidente normalmente pensa-se que é efectivamente um conflito que se prende por questões de território e questões políticas porque temos de um lado palestinianos muçulmanos, mas temos também judeus e cristãos, e temos do outro lado israelitas judeus, mas também muçulmanos. Portanto acaba por deixar de ser um conflito religioso transformando-se num conflito de disputa de território e de poder. Mas os grandes culpados é de quem está a mediar. E se actualmente existe alguém que seja culpado é a ONU. Ela está ali para resolver e ela não tem sido imparcial.”
2. Um dos principais problemas que tem dificultado	Os colonatos são:	“O grande culpado é a ONU, com todo o respeito. Quando a ONU

⁷³³ Entrevista realizada em 26 de Fevereiro de 2011.

<p>as conversações de paz é o desenvolvimento dos colonatos judeus. Prova disso foi a decisão do Tribunal Internacional de Justiça de Haia que declarou que os colonatos israelitas nos Territórios Ocupados são ilegais e um obstáculo à paz e ao desenvolvimento económico e social além de serem considerados violação do direito internacional. Quais as medidas que deverão ser aplicadas para que de uma forma efectiva se consiga fazer entender a população judaica que os colonatos terão de ser impedidos?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reflexo do poder de Israel gozando das possibilidades de não lhe acontecer nada; - Fazem parte da estratégia de Israel para alcançar os seus objectivos. 	<p>não faz nada a mensagem que passa aos árabes é que se encontra do lado israelita. Agora, é certo que existe uma grande dificuldade da ONU de se impor, é certo.</p> <p>O que manda é o dinheiro, não é a religião, é o dinheiro que manda, o poder. Em Israel, a situação dos colonatos é reflexo do poder pois eles têm consciência que não lhes acontece nada. Não havendo polícia, a liberdade para estas acções é enorme. No entanto, o muçulmano quando faz qualquer coisa é logo apanhado, acusado de terrorista. Esta situação só motiva o ódio nas pessoas. Então, um muçulmano é apanhado a fazer algo é o Islão que é colocado em causa.</p> <p>Israel o que está a fazer aquilo que sente estar certo. Isto é uma guerra e Israel usa a estratégia para obter os seus objectivos. Quem é culpado é quem está a mediar pois quem medeia não faz nada. Deixa correr, correr e quando existe uma pressão muito grande em qualquer parte do Mundo, em forma de atentado, as atenções voltam-se para aquela região. É uma guerra política onde se calhar só quem entra no mundo da política é quem percebe isso. É uma guerra entre os políticos que quando é necessário por o povo na jogada colocam-no.”</p>
<p>3. De que forma o factor religioso contribui para o agudizar do conflito?</p>	<p>Impactos da religião no conflito</p> <ul style="list-style-type: none"> – Apenas mais um factor do conflito; – Factor de elevada influência de manipulação; – Explorado pelos mais radicais; – Jerusalém possui um grande simbolismo; – Adensou o problema após a IIGM; – A Torah contempla a morte dos palestinianos em caso de necessidade para a aquisição dos objectivos. 	<p>“A religião é apenas mais um cocktail que está enfiado dentro do conflito. Ou seja, os países onde a maioria do povo não sabe ler nem escrever, ou seja não tem formação suficiente com uma ausência de acesso à informação dos 2 lados, a religião consegue dar a volta à situação conseguindo manipular a população alegando determinadas situações que avivam os sentimentos generalizando-se posteriormente. Esse é que é o grande problema do radicalismo seja ele qual for. (Islão, Judaísmo ou outra religião qualquer). (...)</p> <p>Segundo os textos religiosos, na parte islâmica não existe nenhum verso que aponte que Israel ou Jerusalém tenha de ser de Alguém, apesar de ser uma terra Santa. Efectivamente a Mesquita de Omar, na retaguarda da Mesquita da Cúpula Dourada, é a Mesquita do Rochedo (cúpula prateada) onde se acredita que Omar tenha feito a oração numa das suas viagens. Naturalmente existe de facto um grande simbolismo em Jerusalém. Mas não um ponto de haver guerra como efectivamente se verifica. A nível da religião muçulmana não há nenhum Sheikh que possa associar um fatah ou veredicto que</p>

		<p>justifique a questão com a violência. O que o Islão, na sua grande obra, fala sobre a Guerra é apenas em caso de opressão. Daí que o primeiro verso que é revelado a Maomé sobre luta armada. “foi-vos permitido lutar por razões de opressão. (...)”</p> <p>A ligação com os judeus decorreu bem durante séculos. O problema surge com a IIGM tendo-se concluído que seria ali a edificação do Estado de Israel. O problema da religiosidade agrava-se devido ao seu significado. O fulgor sagrado veio à tona, tendo adensado a problemática. A situação poder-se-ia ter resolvido mas na verdade é que de ambos os lados parece existir vontade para tal.(...)</p> <p>Da mesma forma que um político não pode pregar religião um religioso não pode pregar a política. Um indivíduo na política tem de saber dar a volta, tem de saber “driblar” e um religioso tem de ser correcto em qualquer hora. Não tem de haver jogos. Tem de haver é um partido democrático que saiba gerir. Eu não culpo Israel porque eles têm um plano traçado onde acreditam que seja o melhor. Repare que há versos na Torah que contempla a morte dos palestinianos até alcançar os seus objectivos. É bem possível que eles sigam a religião e as políticas.”</p>
4. De que forma o terrorismo é utilizado como instrumento de coação?	Principais Factores <ul style="list-style-type: none"> – Situação de desespero; – Facilidade de manipulação. 	<p>“É a situação do desespero que depois é explorada. Veja-se a situação de um indivíduo que perdeu a família, claro que de uma forma mais facilitada se consegue manipular. Baseando-se em promessas de ajuda e muito mais tarde de vingar os seus familiares, o que faz parte de uma sedução fácil.</p> <p>Até ao 11 de Setembro essa geração adoptou o extremismo religioso como uma medida de combater até o próprio governo. Com o 11 de Setembro colocou-se o extremismo religioso de parte e as gerações viraram-se para as novas tecnologias, tendo acesso ao que se passava no Mundo e começaram a ver uma série de coisas.”</p>
5. Quais os actores do Sistema Político Internacional com maior e menor importância para Israel e quais as suas formas de actuação?	Actores do Sistema Político com: <ul style="list-style-type: none"> a) Maior importância <ul style="list-style-type: none"> – EUA. b) Actores com acção dificultante <ul style="list-style-type: none"> – Irão. 	<p>“Claramente, os EUA são os que mais favorecem Israel, em diversas formas, tanto de apoio efectivo ou mesmo até de permissividade quando à sua conduta.</p> <p>Quanto ao Irão, é muito interessado, jogando onde há música. De facto o Irão é contra Israel. Não sei até que ponto eles não gostam de Israel mas parece ser uma guerra fria. Os 2 endereçam comentários mas nenhum deles chega a vias de facto. “</p>

<p>6. Como se constitui a cultura um impeditivo à resolução do conflito?</p>	<p>Através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Mentalidade de superioridade; – Desrespeito face às outras culturas; – Religião muito presente; – Região como elevado peso da história. 	<p>“É muito complicado pois trata-se de povos muito difíceis de gerir. De facto, na região do Médio Oriente predomina uma forma de superioridade de relação ao outro. “onde eu sei e tu não sabes”. E posteriormente não se respeita as outras culturas, no fundo o respeito pelo próximo é o grande problema das religiões, ou do radicalismo. (Quando não se respeita o outro, eu é que sei e tu não sabes). De acordo com os textos divinos nota-se que aquela região do Mundo muita coisa já aconteceu. Os grandes mensageiros, os grandes sultões, Moisés, Jesus, todos estavam naquela região e é lá que muita coisa ainda vai acontecer. É uma região muito colada à história. Pois acredita-se que será ali que Jesus virá de novo. Perto de Damasco, na Síria, que segundo Maomé, o local exacto será o Aeroporto. Toda aquela zona se revela de enorme simbolismo e obviamente o passado encontra-se muito presente. “</p>
<p>7. Quais as medidas necessárias para a saída da crise?</p>	<p>Identificação das medidas</p> <p>2 Estados;</p> <ul style="list-style-type: none"> – Estatuto de Jerusalém como independente; – Bom senso. 	<p>“De uma forma sincera não estou a ver solução para o problema. Quando lemos as profecias sobre o que irá acontecer no futuro prevê-se lutas armadas naquela terra. Portanto, até à vinda de Jesus, porque acreditamos que volte à terra para lutar contra o anti-cristo naquela região do Mundo, aquela zona está condenada sempre a ter problemas. Porquê? Porque vive-se intensamente a religião. Não é que eles lutem pela região. O problema é que a religião é apenas uma forma para os por lutar. Porque se um indivíduo religioso reflectir verá que está acontecer de ambas as partes coisas que nem o Judaísmo nem o Islão pregam. Esta visão é do clero do exterior. Existem coisas muito profundas e que não vai ser nada fácil a sua solução. Existem questões muito enraizadas. Na minha óptica, mesmo que apazigúe ligeiramente haverá sempre uma guerra-fria. Mas espera-se que exista uma luz.</p> <p>A solução terá de partir de 2 Estados. Havendo no entanto o problema do Estatuto de Jerusalém. Se Jerusalém fosse mediada para as 3 religiões de forma diferente ou fosse um Estado separado tipo Vaticano. Tentar arranjar uma forma de agradar a todos e separar os povos. A solução assente em 2 Estados e o estatuto sobre Jerusalém tem de ser sob estatuto diferente (tipo Vaticano). Um Estado multicultural, multinacional onde haja espaços para cada um. Em rigor, existem espaços destinados a cada religião e como tal o bom</p>

<p>8. Pese embora os esforços em se alcançar uma paz duradoura os diversos tratados de paz não foram cumpridos pelos líderes de ambas as facções. Porquê? Recordando o plano de Bill Clinton, em Camp David, quais as razões da recusa de Yasser Arafat?</p>	<p>Motivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Pretensão em agradar a todos; – Interesses; – Pressão. 	<p>senso deveria imperar.”</p> <p>“Eu acho, que ele não aceitou, porque ele também tinha um grande problema, que o Rabin também tinha, que era tentar agradar a todos e não é fácil porque há muitas facções dentro da própria Palestina. Há uns anos atrás, aconteceu o mais ridículo que era ver lutar o Hamas contra a OLP. Eu não acreditava que estava a ver aquilo. Estão em plena guerra e em vez de estarem juntos estavam em guerra uns com os outros. Rabin também enfrentou a mesma situação acabando por morrer. Há tanta coisa e tantos interesses que seja qual for a decisão afectará sempre alguém. Penso que Yasser Arafat não aceitou porque deverá ter sido pressionado a não aceitar ou porque queria mais. Repare essa situação para se resolver terá de haver ali uma revolução. Onde terá de estar o exército, que é imprescindível. Sinceramente, só um milagre é que irá salvar aquilo. Porque é muito complicado agradar a dois povos. As pessoas não vão querer aceitar qualquer maneira, porque perderam filhos pois famílias nessa guerra não vão simplesmente aceitar. Não é fácil. Nós é que, como estamos de fora, gostaríamos.”</p>
--	---	--

Perguntas	Categorias (Sub – Categorias)	Entrevista nº5 ⁷³⁴
<p>1. Quais são os principais motivos do conflito israelo-árabe e o que alterou em relação às motivações no decurso do mesmo?</p>	<p>a) Motivações iniciais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Políticas; - Sociais; - Económicas. <p>b) Outras Motivações</p> <ul style="list-style-type: none"> - A religião; - A cultura. 	<p>“O problema deriva de questões políticas, sociais, económicas e em termos práticos sem grandes alterações. Posteriormente, o aspecto religioso adensa também esta problemática. Em suma a cultura é o inteiro responsável desta questão”</p>
<p>2. Como concorre a escassez de água para o agravamento da discórdia entre Israel e os palestinianos?</p>	<p>Importância dos recursos hídricos</p> <ul style="list-style-type: none"> – Escassos na região; – Conquista dos montes Golan devido ao elevado 	<p>“Os recursos hídricos, nesta região, são efectivamente escassos e que concorre para a complexidade do conflito. (...) Em termos estratégicos, Israel tem adoptado determinadas acções ofensivas com</p>

⁷³⁴ O entrevistado, por razões de ordem pessoal, somente aceitou a entrevista na condição da sua identificação não ser divulgada. Entrevista realizada em 18 de Agosto de 2010.

	<p>valor estratégico;</p> <ul style="list-style-type: none"> – Explorados sob a forma política. 	<p>vista à conquista de determinadas regiões decisivas. Entre as mesmas encontram-se os Montes Golan. Subsequentemente deriva novamente para questões territoriais ou seja políticas que elevam a dificuldade de solução.</p>
<p>3. De que forma o factor religioso contribui para o agudizar do conflito?</p>	<p>Impactos da religião no conflito</p> <ul style="list-style-type: none"> – Factor que mais agrava o conflito; – Existe uma correlação directa entre a utilização da religião e a manipulação de sentimentos. 	<p>“A religião, actualmente, é claramente o factor que mais agrava o conflito. Veja-se a influência muito significativa dos radicais religiosos sobre a população de ambas as facções. A utilização de termos históricos religiosos conseguem resultados no seio dos seus povos de claro ódio e que alimentam e incentivam a luta.”</p>
<p>4. De que forma o terrorismo é utilizado como instrumento de coacção?</p>	<p>Principais Factores</p> <ul style="list-style-type: none"> – Fácil de colocar em prática devido ao desgaste mental das pessoas. – Explorado através dos sentimentos, nomeadamente do ódio e vingança. 	<p>“O terrorismo é um instrumento bastante utilizado e fácil de colocar em prática essencialmente devido à elevada saturação e desgaste mental das populações. Note-se que vários são aqueles que perderam toda uma vida de trabalho, que perderam os seus familiares e que em definitivo nada mais têm se não vingarem os seus familiares. Em suma o sentimento de ódio é bastante explorado pelos angariadores de recursos humanos. A figura do mártir adquire então o destino de muitos dos elementos que se oferecem a estas práticas.”</p>
<p>5. Quais os actores do Sistema Político Internacional com maior e menor importância para Israel e quais as suas formas de actuação?</p>	<p>Actores do Sistema Político com: Maior importância</p> <ul style="list-style-type: none"> – EUA. 	<p>Os EUA são efectivamente o actor mais complacente e apoiante de Israel em vários âmbitos. Veja-se o apoio financeiro, a permissividade de inúmeras acções levadas a cabo por Israel, das quais se destacam o desenvolvimento nuclear e mais recentemente o consentimento, embora desmentido, da construção dos vários colonatos.</p>
<p>6. Como se constitui a cultura um impeditivo à resolução do conflito?</p>	<p>Principais Motivos</p> <ul style="list-style-type: none"> – Constitui-se num grande empecilho; – Ausência de preparação para viver em conjunto; – A cultura é utilizada como instrumento político. 	<p>“A cultura acaba por ser o grande empecilho a qualquer resolução. Repare que é a mesma que é transmitida de geração em geração. Nessa passagem de testemunho encontra-se a não preparação do povo para que possa viver lado a lado com o outro. Os líderes de ambas facções sabem-no mas por sua vez e de forma reconhecida utilizam a cultura para atingir os seus objectivos. Se analisarmos a questão atentamente concluiremos que em períodos de eleições, conforme as intenções, as políticas são inteiramente manipuladoras. Evoca-se a religião, os sentimentos que com facilidade captam as atenções e unem os cidadãos, inclusive com as promessas de conquista e guerra. E sucintamente são estes sentimentos que imperam e impedem qualquer processo de paz porque este turbilhão implacável supera todo o racional humano. (...) No fundo este jogo cultural acaba por</p>

7. Quais as medidas necessárias para a saída da crise?	Identificação das medidas Moldar a cultura política dos líderes; – Educar as populações preparando-as para a paz.	ser utilizado em proveito estratégico na ordem política.” “Como já referi, a cultura terá de ser moldada pelos líderes políticos de ambas as facções. Importa educar as populações e prepará-las para a Paz, caso contrário será inteiramente impossível e a resolução do tratado de Paz estará decisivamente condenada ao fracasso.”
--	--	--

Perguntas	Categorias (Sub – Categorias)	Entrevista nº6 ⁷³⁵
1. Quais são os principais motivos do conflito israelo-árabe e o que alterou em relação às motivações no decurso do mesmo?	a) Principais Motivações - Políticas. b) Motivações secundárias - A religião; - Recursos hídricos; - Práticas terroristas.	“Por muito que me custe admitir o problema deriva de questões políticas. É certo que questões religiosas, dos recursos hídricos, práticas terroristas, estão inseridas neste contexto mas são meramente empregues para atingir os objectivos políticos.”
2. Um dos principais problemas que tem dificultado as conversações de paz é o desenvolvimento dos colonatos judeus. Prova disso foi a decisão do Tribunal Internacional de Justiça de Haia que declarou que os colonatos israelitas nos Territórios Ocupados são ilegais e um obstáculo à paz e ao desenvolvimento económico e social além de serem considerados violação do direito internacional. Quais as medidas que deverão ser aplicadas para que de uma forma efectiva se consiga fazer entender a população judaica que os colonatos terão de ser impedidos?	Os colonatos são: – Questão de ordem política.	“A questão dos colonatos é pois outra questão de ordem política. Ora bem, se todos sabem que a sua construção é contra as resoluções existentes porque os fazem? E pior ainda, porque são permitidos internacionalmente? “
3. Independente da sua legitimidade, Israel constrói sem pausas um muro na fronteira oriental. No entanto, o Estado de Israel encara a Fronteira com Gaza com maior factor de risco e ameaça. Poderá a fronteira com a Cisjordânia ser interpretada como definitiva após a sua conclusão? Se a fronteira com Gaza é mais problemática, porque não se construiu um muro nesta fronteira? Implicitamente com as	Significado do muro – Aviva a discórdia entre israelitas e palestinianos; – Não obedece à linha verde; – Decorre de objectivos políticos.	“Como referi o muro aviva a discórdia entre israelitas e palestinianos mas esta construção que uma vez mais ultrapassa os limites territoriais. “Rouba” território à Cisjordânia e não obedece à linha verde. Segundo a lógica que defendo a questão uma vez mais recai em factores políticos. Em termos absolutos a política encarrega-se de manter o conflito a 100% sem qualquer possibilidade de resolução.”

⁷³⁵ O entrevistado, por razões de ordem pessoal, somente aceitou a entrevista na condição da sua identificação não ser divulgada. Entrevista realizada em 14 de Junho de 2010.

medidas anteriores, existe qualquer possibilidade de Israel conquistar a faixa de Gaza, e no fundo alargar o seu território?		
4. De que forma o factor religioso contribui para o agudizar do conflito?	Impactos da religião no conflito <ul style="list-style-type: none"> – Factor vivido intensamente; – Jerusalém é o baluarte das três religiões; – A religião acaba por ser um instrumento da política. 	<p>“A religião é pois um factor de ordem cultural que é vivido muito intensamente pelos povos da região. Jerusalém é o grande bastião das três religiões e a mesma é utilizada para incutir os sentimentos necessários. Uma vez mais a política e a religião acabam por se encontrar de “mãos dadas” e quando assim é de forma facilitada consegue-se manipular os populares e converte-los a um estado completo de activismo religioso em prol dos objectivos, uma vez mais, políticos.”</p>
5. De que forma o terrorismo é utilizado como instrumento de coacção?	Principais Factores <ul style="list-style-type: none"> – Fundamental para a formação de Israel; – Após a I intifada o terrorismo explorou o factor religioso. 	<p>“O terrorismo foi o grande responsável pela edificação do Estado de Israel. Inclusive foram as práticas terroristas que motivaram a Grã-Bretanha a endereçar o problema para as NU por não mais conseguir o controlo das operações. No entanto note-se que após a I intifada o terrorismo aliou-se de sobremaneira à religião o que uma vez mais eleva extrema complexidade da questão.”</p>
6. Quais os actores do Sistema Político Internacional com maior e menor importância para Israel?	Actores do Sistema Político com: <ol style="list-style-type: none"> Maior importância <ul style="list-style-type: none"> – EUA. Actores com acção dificultante <ul style="list-style-type: none"> – Irão; – Síria. 	<p>“Os EUA são aqueles que indiscutivelmente mais apoiam Israel. Por sua vez Irão e Síria são os Estados que mais dificultam a acção de Israel.”</p>
7. Como se constitui a cultura um impeditivo à resolução do conflito?	Através de: <ul style="list-style-type: none"> – Ligação entre política e religião; – Excluir as oportunidades de alimentar o ódio. Medida a implementar <ul style="list-style-type: none"> – Necessidade de moldar a educação dos jovens. 	<p>“A cultura terá de ser moldada e neste âmbito a educação dos jovens terá de ser revista no sentido de excluir toda e qualquer oportunidade de alimentar o ódio ao outro. Como referido a religião que têm um papel bastante activo terá de afastar-se completamente da política e exercer um papel imparcial e pregar o que no fundo é entendido por religião, o amor ao próximo, cultivando a harmonia e os valores divinos.”</p>
8. Quais as medidas necessárias para a saída da crise?	Identificação das medidas <ul style="list-style-type: none"> – Colocar como prioridade política, para ambas as facções, a paz. 	<p>“As medidas a serem aplicadas terão de partir da classe política. É ela a inteira responsável. Mas para tal, a classe terá de apontar a resolução da crise como uma prioridade e como deverá ser facilmente entendido não se constitui sequer como objectivo. Será que se as classes políticas pretendessem a paz, a mesma não estaria já encontrada? A resposta que eu partilho: é que sim.”</p>

Perguntas	Categorias (Sub – Categorias)	Entrevista nº7 ⁷³⁶
1. Quais são os principais motivos do conflito israelo-árabe e o que alterou em relação às motivações no decurso do mesmo?	a) Principais Motivações - lutas territoriais	“De uma forma objectiva clara: é a luta territorial. O não contentamento de ambos os lados remete o conflito para proporções in comportáveis. De um lado, os palestinianos, que defendem que constantemente lhe vedam as condições e que lhe vão conquistando território. Por outro lado, os israelitas, que pretendem alcançar proporções territoriais relembrando o Grande Israel bíblico.”
2. Um dos principais problemas que tem dificultado as conversações de paz é o desenvolvimento dos colonatos judeus. Prova disso foi a decisão do Tribunal Internacional de Justiça de Haia que declarou que os colonatos israelitas nos Territórios Ocupados são ilegais e um obstáculo à paz e ao desenvolvimento económico e social além de serem considerados violação do direito internacional. Quais as medidas que deverão ser aplicadas para que de uma forma efectiva se consiga fazer entender a população judaica que os colonatos terão de ser impedidos?	Os colonatos são: – Um dos maiores problemas; – Instrumento intencional para inviabilizarem os processos de paz. Medidas a serem aplicadas para o seu impedimento – Os EUA terão de demonstrar inteiro desagrado e aplicar sanções penalizadoras.	“Os colonatos são, é certo, um dos maiores problemas. No entanto são um instrumento intencional e claro, por parte israelita, para inviabilizar os vários e sucessivos processos de paz (...) O que é preciso fazer para fazer entender a população israelita? É óbvio que nada, porque reconhecidamente eles sabem que são um entrave e logo utilizam-no como forma de sabotar as negociações. (...) Bem, em último recurso seria necessário uma forte contestação internacional, onde os EUA teriam de transmitir o desagrado total fazendo ver a Israel que o desagrado é sério, porque caso contrário, e uma vez que têm as “costas largas”, vão fazendo tudo quanto querem.”
3. O bloqueio à faixa de Gaza, poderá ser interpretado como legítimo? Por outras palavras: Existirá alguma sustentação no âmbito do direito internacional que no fundo seja complacente à acção conducente de Israel relativamente ao bloqueio? Existindo no próprio seio palestiniano uma oposição ao desbloqueio, enfatizada pelo Presidente Mahmoud Abbas, por alegadamente permitir que o Hamas se movimente de uma forma facilitadora, por quanto tempo pensa que Israel manterá o desbloqueio decorrente do ataque à Flotilha da liberdade?	Justificação em direito internacional relativo ao bloqueio à faixa de Gaza – Imaginável sob o ponto dos direitos humanos; – Faz parte de uma política bastante dura de Israel; Interpretação do desbloqueio – Não é total; – Termo incorrectamente utilizado; – Continua a ser altamente condicionante.	“O bloqueio é algo de imaginável sob o ponto dos direitos humanos. Israel tem exercido uma política bastante dura contra o povo da Faixa de Gaza. Condiciona-o em todos os parâmetros e exerce uma tortura psicológica incomensurável. Imagine o que é viver naquelas condições! Uma das regiões mais densamente povoadas do Mundo sem qualquer meio de subsistência.... Onde os sonhos se transformam em pesadelos constantes! É efectivamente a miséria que reina naquela região. (...) Quanto ao desbloqueio actual o mesmo não é total, por isso nem se deverá utilizar essa terminologia. A verdade é que existe uma lufada de ar fresco mas muito redutora para o que seria desejável.”
4. Como concorre a escassez de água para o	Importância dos recursos hídricos	“Israel exerce políticas altamente egoístas ou seja em proveito

⁷³⁶ O entrevistado, por razões de ordem pessoal, somente aceitou a entrevista na condição da sua identificação não ser divulgada. Entrevista realizada em 24 de Junho de 2010.

agravamento da discórdia entre Israel e os palestinianos?	<ul style="list-style-type: none"> – Utilizados de forma discriminatória saindo como claro vencedor Israel; – Conduzem a injustiça social. 	próprio condicionando o povo palestiniano. Os habitantes não judeus são alvo de uma discriminação indescritível, não podendo explorar os recursos aquíferos no subsolo, porque não lhes é facultada licença, e mesmo quando é estão limitados ao nível da profundidade. Algo que não acontece com os israelitas. Ora não é algo inteiramente inconcebível em termos de justiça social?”
5. De que forma o factor religioso contribui para o agudizar do conflito?	Impactos da religião no conflito <ul style="list-style-type: none"> – Factor fortemente enraizado; – Passado religioso de Jerusalém é uma forte ameaça; – Intenções claras de formar a capital em Jerusalém e não em Tel Avive. 	“O factor religioso esteve sempre, eu diria, ubíquo. Repare que mesmo antes do Estado de Israel ser formado outras regiões foram apontadas como possibilidades para a sua construção. Mas só mesmo o actual Israel teria a força para mover os judeus e congregá-los. Por sua vez a cidade de Jerusalém é o ponto nevrálgico de todo o processo, porque ao ser a Terra Santa para as 3 religiões agudiza e de que forma o conflito. Recorde as intenções desde a formação do Estado para a constituição da sua capital não em Tel Avive mas sim em Jerusalém.”
6. De que forma o terrorismo é utilizado como instrumento de coação?	Principais Factores <ul style="list-style-type: none"> – Forma rentável para conquistar os objectivos; – projecção internacional; – Fundamental para a formação das forças armadas de Israel; – Modus operandi com um elo à religião. 	“O terrorismo é uma forma rentável para a obtenção dos objectivos, tanto para os muçulmanos como para os judeus. Aliás, recorda com certeza a projecção internacional adquirida pelo terrorismo tendo a montante as ligações ao conflito. De igual modo como pensa que um Estado acabado de formar detinha umas forças armadas bem preparadas capazes de vencer os exércitos de 5 Países? Pois bem, as práticas terroristas, embora é certo que não só, foram determinantes para a sua formação. (...) Mais tarde o terrorismo obteve outro modus operandi efectuando uma ligação muito estreita com a religião derivando o conflito para outros campos de difícil controlo. E esta forma de utilização irracional é o meu receio porque outras armas poderão vir a ser utilizadas, mesmo por outros países, como o Irão, que exercerão um completo fim de História.”
7. Quais os actores do Sistema Político Internacional com maior e menor importância para Israel e quais as suas formas de actuação?	Actores do Sistema Político com: <ol style="list-style-type: none"> Maior importância <ul style="list-style-type: none"> – EUA; – UE Actores com acção dificultante <ul style="list-style-type: none"> – Irão. Outros actores com interesses <ul style="list-style-type: none"> – Rússia; 	“De forma evidente os EUA perfilam-se como o actor de maior importância para Israel, tanto pelo apoio financeiro como pela condescendência face às acções de Israel. Também a UE, sob o ponto de vista financeiro exerce um elevado apoio e no tocante às trocas comerciais. Outros actores há, como a Rússia e a Turquia com uma ambiguidade excessiva, mas maior no caso concreto da Rússia, que alimentando os seus interesses muitas vezes também indiciam complicar as negociações. (...)

	– Turquia.	Por sua vez o Irão, de forma reconhecida, admite através do próprio líder fazer desaparecer do mapa Israel.”
8. Como se constitui a cultura um impeditivo à resolução do conflito?	Através de: <ul style="list-style-type: none"> – Heranças que se traduzem em vingança; – Incentivos religiosos à luta e morte dos muçulmanos; – Pedagogias escolares transmitem sentimentos de luta. 	“Bem, a cultura é de facto o “tendão de Aquiles” destes povos. Quando se combina religião com política, quando 3 gerações sucessivas nascem e vivem permanentemente em guerra as heranças adquiridas são verdadeiros sentimentos de ódio que são traduzidas em desejos de vingança. Logo como se educam as crianças? É através da passagem destes sentimentos. (...) Há dias vi uma reportagem que abordava essa temática onde nas escolas os simples problemas matemáticos incentivavam à luta. Bem, se isto acontece na escola imagine-se o que será em Casa, nos locais de culto, sim porque a Torah também refere a luta e morte dos muçulmanos.”
9. Quais as medidas necessárias para a saída da crise?	Identificação das medidas <ul style="list-style-type: none"> – Findar com práticas educacionais de incentivo à guerra; – Querer viver realmente em paz; – 2 Estados; – Jerusalém livre. 	“Se a guerra não fosse lucrativa, a mesma já teria findado. Por outro lado era importante acabar de vez com as práticas educacionais de incentivo à guerra e por último e mais importante querer viver em paz. (...) Como medidas mais concretas dois Estados e Jerusalém livre.”

Perguntas	Categorias (Sub – Categorias)	Entrevista n ^o 8 ⁷³⁷
1. Quais são os principais motivos do conflito israelo-árabe e o que alterou em relação às motivações no decurso do mesmo?	Principais Motivações <ul style="list-style-type: none"> – Disputa de território 	“Sem dúvida alguma a disputa de território que persiste”
2. Um dos principais problemas que tem dificultado as conversações de paz é o desenvolvimento dos colonatos judeus. Prova disso foi a decisão do Tribunal Internacional de Justiça de Haia que declarou que os colonatos israelitas nos Territórios Ocupados são ilegais e um obstáculo à paz e ao desenvolvimento económico e social além de serem considerados violação do direito internacional. Quais as medidas que deverão ser	Os colonatos são: <ul style="list-style-type: none"> – Demonstração da força; – Contornam as resoluções; – Faz parte dos objectivos estratégicos de Israel; – Devidos à permissão internacional. 	“Sim é verdade, os colonatos têm dificuldade os processos de paz. Contudo, os mesmos são utilizados como forma de demonstração da força, por parte de Israel. As resoluções e advertências posteriores por parte das Nações Unidas e mesmo de EUA são contornadas. O problema reside então numa conduta estratégica de Israel, que tem bem traçado os seus objectivos, e que vai executando os passos decisivos para alcançar os seus objectivos sem qualquer necessidade de dar “cavaco a ninguém”. Isto só é possível devido à permissão internacional.”

⁷³⁷ O entrevistado, por razões de ordem pessoal, somente aceitou a entrevista na condição da sua identificação não ser divulgada. Entrevista realizada em 08 de Junho de 2010.

aplicadas para que de uma forma efectiva se consiga fazer entender a população judaica que os colonatos terão de ser impedidos?		
3. Como concorre a escassez de água para o agravamento da discórdia entre Israel e os palestinianos?	Importância dos recursos hídricos <ul style="list-style-type: none"> – Factor que aviva o conflito; – Valores suspeitos; – Israel conduz uma política discriminatória a seu favor. 	<p>“A escassez de água não é um problema restrito àquela região mas que se coloca a nível mundial. No entanto, e sem qualquer contradição é um problema que aviva o conflito. Porém, é necessário ter presente que muitas das notícias que nos chegam são inteiramente influenciadas de acordo com a parte que as trata. Logo, muitas das notícias que nos chegam são suspeitas. Ao efectuar esta pequena introdução quero transmitir que, no caso concreto da água, muitos dos valores são com toda a certeza manipulados. De um lado os palestinianos que se dizem vítimas e verdadeiramente discriminados pela falta de água e do outro lado Israel que atesta que fornece as quantidades acordadas. Assim só, pela aguerrida luta verbal de argumentação e contra-argumentação de ambas as partes é um verdadeiro problema, mas ao associar este problema para o grave problema da escassez de água nesta região do globo concluímos que de facto o problema é grave e que Israel não se poderá dar ao luxo de “agricolarizar” um deserto ao passo que os palestinianos sofrem de stress hídrico.”</p>
4. De que forma o factor religioso contribui para o agudizar do conflito?	Impactos da religião no conflito <ul style="list-style-type: none"> – É o verdadeiro obstáculo do conflito; – Jerusalém é o hot-spot do conflito; – Jerusalém é disputado por ambos. 	<p>“Falar de religião é falar no busfils do conflito, mas importa recordar que sempre associado a questões territoriais. E porquê? Claramente devido a Jerusalém. A cidade é o farol representativo de 3 religiões e sobre Jerusalém está o hot-spot de todo o conflito. Vejamos e tentamos seguir este raciocínio: Qual o verdadeiro interesse de Israel continuar a construir colonatos? E o porquê dos mesmos terem maior impacto em Jerusalém Oriental? Se Jerusalém fosse independente e fosse administrado através de uma pequena coligação a sua imparcialidade torna-se-ia fundamental para o serenar dos problemas.”</p>
5. Quais as medidas necessárias para a saída da crise?	Identificação das medidas <ul style="list-style-type: none"> 2 Estados; – Jerusalém livre. 	<p>“Sem qualquer tipo de dúvidas: 2 Estados com Jerusalém independente.”</p>

Perguntas	Categorias (Sub – Categorias)	Entrevista nº9 ⁷³⁸
1. Quais são os principais motivos do conflito israelo-árabe e o que alterou em relação às motivações no decurso do mesmo?	a) Principais Motivações - Questões territoriais. b) Motivações secundárias - A religião; - Recursos hídricos; - Os colonatos.	“A questão territorial constitui-se na principal razão (...) Por sua vez a religião, os recursos hídricos, os colonatos contribuem para que o conflito tome proporções bastante complexas”
2. Um dos principais problemas que tem dificultado as conversações de paz é o desenvolvimento dos colonatos judeus. Prova disso foi a decisão do Tribunal Internacional de Justiça de Haia que declarou que os colonatos israelitas nos Territórios Ocupados são ilegais e um obstáculo à paz e ao desenvolvimento económico e social além de serem considerados violação do direito internacional. Quais as medidas que deverão ser aplicadas para que de uma forma efectiva se consiga fazer entender a população judaica que os colonatos terão de ser impedidos?	Os colonatos são: – Reflexo da permissividade dos EUA e das Nações Unidas;	“Caso existisse uma conduta mais rígida, ou seja menos permissiva, por parte das Nações Unidas, e essencialmente dos EUA, o conflito teria outro desfecho. Porém, como se sabe Israel tem objectivos que para os alcançar traça estratégias que passam pelo desenvolvimento de colonatos. (...) Neste sentido acabo por não endereçar as culpas a Israel uma vez que segue as suas linhas orientadoras ao passo de que quem medeia não desempenha correctamente o seu papel. É pertinente então a ONU munir-se de outras responsabilidades no sentido de ter uma mão mais pesada na atribuição de medidas penalizadoras em caso de incumprimento e simultaneamente desmotivar futuras acções.”
3. Independente da sua legitimidade, Israel constrói sem pausas um muro na fronteira oriental. No entanto, o Estado de Israel encara a Fronteira com Gaza com maior factor de risco e ameaça. Poderá a fronteira com a Cisjordânia ser interpretada como definitiva após a sua conclusão? Se a fronteira com Gaza é mais problemática, porque não se construiu um muro nesta fronteira? Implicitamente com as medidas anteriores, existe qualquer possibilidade de Israel conquistar a faixa de Gaza, e no fundo alargar o seu território?	Significado do muro – Para Israel é uma Política defensiva; – Não obedece aos limites impostos nas resoluções; – O traçado teve a montante estudos de pormenor com o fim de concluir as áreas de interesse para Israel; Conquista da Faixa de Gaza? – Dificilmente, caso contrário Israel não teria abandonado a Faixa de Gaza; – Contudo, existem algumas possibilidades uma vez se os objectivos Israelitas forem restabelecidos.	“Sob a perspectiva israelita, o muro nasce de uma política defensiva para neutralizar ataques populares da Cisjordânia (...) Consequentemente o povo palestino saiu em clara desvantagem. Para além de roubarem mais percentagem territorial, porque efectivamente a construção não obedece aos limites impostos mas sim a objectivos israelitas, teve a montante estudos de pormenor que analisaram e concluíram a importância geográfica de elevado interesse para Israel. (...) Relativamente à conquista da Faixa de Gaza não poderei afirmar que Israel pretende a sua conquista porque caso contrário não teria retirado os seus colonatos na década passada. Agora é facto que poderá ser reformulado os seus interesses e objectivos e que a faixa de Gaza daria outra projecção ao Estado de Israel. No entanto não nos encontramos bem na Idade Medieval onde isso seja uma medida aceite. “

⁷³⁸O entrevistado, por razões de ordem pessoal, somente aceitou a entrevista na condição da sua identificação não ser divulgada. Entrevista realizada em 08 de Junho de 2010.

<p>4. O bloqueio à faixa de Gaza, poderá ser interpretado como legítimo? Por outras palavras: Existirá alguma sustentação no âmbito do direito internacional que no fundo seja complacente à acção conducente de Israel relativamente ao bloqueio? Existindo no próprio seio palestino uma oposição ao desbloqueio, enfatizada pelo Presidente Mahmoud Abbas, por alegadamente permitir que o Hamas se movimente de uma forma facilitadora, por quanto tempo pensa que Israel manterá o desbloqueio decorrente do ataque à Flotilha da liberdade?</p>	<p>Justificação em direito internacional relativo ao bloqueio à faixa de Gaza</p> <ul style="list-style-type: none"> – Sim, sob a interpretação que Israel se encontra em guerra; – Não, sob as perspectivas de direitos humanos. <p>Interpretação do desbloqueio</p> <ul style="list-style-type: none"> – Israel não teve outra saída; – Parcial e com previsões de ser temporário; 	<p>“Mediante a interpretação que Israel se encontra em guerra e como medida meramente defensiva, sim. (...) Agora sob as perspectivas de direitos humanos jamais. O desbloqueio foi a medida que Israel se sujeitou, reflexo dos ataques ao Marmara. Contudo, penso que o desbloqueio será temporário e com uma duração bastante curta. (...) Porém importa salientar que o desbloqueio é parcial, não se pense que a liberdade agora é possível. Nem pensar, mesmo para a passagem de medicamentos têm existido várias dificuldades.”</p>
<p>5. Como concorre a escassez de água para o agravamento da discórdia entre Israel e os palestinos?</p>	<p>Importância dos recursos hídricos</p> <ul style="list-style-type: none"> – Bem escasso; – Necessário exercer-se esforços para a sua poupança; – Devido à sua escassez Israel conquistou os Montes Golan; – São exercidas políticas discriminatórias. 	<p>“A água é um dos bens mais escassos naquela região. É pois precioso e por isso desenvolvido esforços para a sua poupança. (...) Israel, enquanto Estado, tem exercido um claro poder sobre estes recursos condicionando os seus vizinhos tendo inclusive conquistando os Montes Golan na guerra de 1956. Esta região com uma elevada importância estratégica foi conquistada à Síria que lhe reclama o direito. Por sua vez a própria empresa, israelita claro, responsável pela distribuição de água à população efectua políticas discriminatórias bastante evidentes.”</p>
<p>6. De que forma o factor religioso contribui para o agudizar do conflito?</p>	<p>Impactos da religião no conflito</p> <ul style="list-style-type: none"> – Encontra-se muito presente; – Vivida de forma “efervescente”; – Serve de justificativo para diversas acções levadas a cabo por Israel; – A política utiliza a religião como instrumento. 	<p>“A religião encontra-se muito presente e é vivida à risca para a maioria da população. Para ambos. Se analisarmos os textos religiosos conseguimos concluir que o problema nasce dos descendentes de Abraão: Ismael e Isaac. Por sua vez e para que possamos ter uma pequena ideia basta verificar que o povo judeu tem como dado adquirido que a terra de Israel lhe foi atribuído. Ainda que tenham passado vários séculos e que sobre aquela região tenham passado vários impérios, os judeus mais religiosos justificam muitos das suas atitudes segundo esta ideia. Por sua vez, esta forma de moldar o pensamento encontra-se bastante enraizada onde muitos dos políticos não conseguem diferenciar e separar a política da religião. (...) Como se sabe, importa ter em mente que estas medidas mais radicais são bastante exploradas nas campanhas eleitorais no sentido de angariar votos.”</p>
<p>7. Como se constitui a cultura um impeditivo à</p>	<p>Através de:</p>	<p>“A cultura judaica é uma importante referência se tivermos em conta</p>

resolução do conflito?	<ul style="list-style-type: none"> – Sentimento de defesa contra a ameaça da maioria muçulmana; – Sentimento de ódio contra Israel. 	que conseguiu sobreviver ao longo dos milénios. Apesar das inúmeras ameaças de desaparecimento e sob a condenação de viverem sistematicamente de refúgio em refúgio conseguiram preservar os seus costumes e tradições. (...) Mas os grandes esforços que a resguardaram parecem actualmente limitar a sua conduta, talvez por receio excessivo, a medidas condenáveis. (...) Possivelmente por se sentir ameaçada pela elevada população muçulmana tem exercido determinadas acções que penalizam a resolução do conflito e que remetem a população muçulmana, no seu geral, a um ódio contra Israel.”
8. Quais as medidas necessárias para a saída da crise?	Identificação das medidas <ul style="list-style-type: none"> – Educar os povos e prepará-los a viver em paz; – Existir vontade para viver em paz. 	“A única medida a aplicar a ambos os povos é educá-los e prepará-los para a Paz. O restante, a distribuição de parcelas territoriais através de acordos virá à posteriori mediante o diálogo. (...) Mas o importante é existir uma vontade suficientemente capaz de alcançar a paz. Não será no imediato, é verdade, mas quanto mais cedo se prepararem os povos mais cedo obterão resultados.”

Perguntas	Categorias (Sub – Categorias)	Entrevista nº10 – Professor Dias Farinha ⁷³⁹
1. Quais são os principais motivos do conflito israelo-árabe e o que alterou em relação às motivações no decurso do mesmo?	Principais Motivações <ul style="list-style-type: none"> – Impossibilidade da lei do retorno; – Estatuto da cidade de Jerusalém; – Ocupação da Cisjordânia devido a persistir a ideia do grande Israel. 	“O retorno dos que saíram e dos seus descendentes, ou seja o direito ao retorno, é o ponto decisivo apesar de se falar bastante pouco. Temos, também, a situação da cidade de Jerusalém que é muito complexa. (...) Por último temos a ocupação da Cisjordânia devido a persistir a ideia do grande Israel.”
2. Porque têm os colonatos dificultado tanto as negociações?	Impactos dos colonatos <ul style="list-style-type: none"> - Dificultam as negociações, na perspectiva do grande Israel, contribuindo para uma grande resistência por parte Palestiniana. 	“É na perspectiva do grande Israel que surgem os colonatos, pretendendo obter tudo o que possam. Existe depois e de forma óbvia uma grande resistência dos Palestínianos. “
3. Independente da sua legitimidade, Israel constrói sem pausas um muro na fronteira oriental. No entanto, o Estado de Israel encara a Fronteira com Gaza com maior factor de risco e ameaça. Poderá a fronteira com a Cisjordânia ser interpretada como	Significado do muro <ul style="list-style-type: none"> – Investimento muito elevado; – Pela possibilidade de existir a ideia do grande Israel não é de prever que a fronteira seja definitiva. 	“Ariel Sharon retirou os colonatos, em 2005, da Faixa de Gaza, por isso não é de prever que Israel retorne Gaza. (...) Relativamente ao muro com a Cisjordânia e tudo o que se relaciona com Israel é uma pura incerteza. O que é hoje não é amanhã. Esperemos para verificar porque de facto existe um investimento brutal mas por outro acredito

⁷³⁹ Entrevista realizada em 01 de Março de 2011.

definitiva após a sua conclusão? Se a fronteira com Gaza é mais problemática, porque não se construiu um muro nesta fronteira? Implicitamente com as medidas anteriores, existe qualquer possibilidade de Israel conquistar a faixa de Gaza, e no fundo alargar o seu território?	Conquista da Faixa de Gaza? <ul style="list-style-type: none"> – Não se prevê uma vez que Israel retirou todos os colonatos em 2005. 	que a ideia do grande Israel ainda existe”
4. Como concorre a escassez de água para o agravamento da discórdia entre Israel e os palestinianos?	Importância dos recursos hídricos <ul style="list-style-type: none"> – Bem precioso; – O Mar da Galileia é fundamental e simultaneamente conduz a fortes disputas. 	“Os recursos hídricos são um bem precioso, estando concentrados no Norte. Logo, o Mar da Galileia é fundamental tal como os seus nascentes. Como Israel controla este mar surgem fortes disputas em torno deste bem essencial”
5. De que forma o factor religioso contribui para o agudizar do conflito?	Impactos da religião no conflito <ul style="list-style-type: none"> – Forte impacto na congregação do povo judeu. 	“Inicialmente os judeus discutiram o local para a formação do seu Estado. Argentina, Uganda, ... foram apontadas como possíveis soluções. O congresso na Basileia, em 1897, determinaria o regresso a Sion. Foi efectivamente um momento fundamental. Sabia-se que o peso da religião teria um forte impacto na congregação do povo judeu.”
6. Quais as medidas necessárias para a saída da crise?	Identificação das medidas <ul style="list-style-type: none"> – Os acordos de Oslo são fundamentais; – Existir pressão para que se apresse a implementação das medidas; – Evitar o “desfilhamento”. 	<p>“Os acordos de Oslo são fundamentais. As soluções são difíceis e Maxime Rodinson, que era judeu, publicou no Le Monde em 04 de Maio de 1967 um artigo onde referiu que <i>«Israel está aqui na Palestina porque é o mais forte e enquanto tivermos o apoio dos EUA continuaremos aqui»</i>. Contudo, é necessário ter presente que: tanto judeus como palestinianos não querem prescindir; é uma luta de surdos onde o projecto dos israelitas é ganhar tempo porque mais judeus nascerão. Entretanto, e quanto mais o tempo passa mais difícil se tornará a reconciliação. (...)</p> <p>O problema do solucionamento é o «desfilhamento» porque os melhores alunos e religiosos judeus afastam-se do Estado, ou seja os melhores vão estudar para o Ocidente, maioritariamente para os EUA, e os alunos religiosos para as escolas religiosas. Desta forma acaba por existir um corte, de ligação ao Estado, sem que esses brilhantes alunos possam contribuir directamente para a construção da paz deixando o comando das operações aos mais ferozes”</p>

Perguntas	Categorias (Sub – Categorias)	Entrevista nº11 ⁷⁴⁰
1. Quais são os principais motivos do conflito israelo-árabe e o que alterou em relação às motivações no decurso do mesmo?	Principais Motivações – Questão territorial. Outros Motivações – 2 razões: “Tudo e Nada”; – Uma inter-ligação generalizada de factores.	“O principal motivo advém da questão territorial. No final do séc. XIX, início do séc. XX quando os primeiros imigrantes judeus chegam à Palestina, eles de facto tenham adquirir terras mediante forma pacífica. Mas como sabemos o negócio dá-se quando as condições estão reunidas. Naquele caso concreto, existiam compradores mas não havia oferta derivado aos palestinianos não pretenderem vender as suas terras. A partir de então dois motivos são a razão do conflito: Tudo e Nada. Sim, porque quando as coisas parecem estar bem, alguma atitude é suficiente para degenerar numa escalada de extrema violência. (...) Existe motivos a que se possa resumir o conflito? Está tudo inter-ligado. Umas vezes terrorismo, outras a religião, outras os colonatos, outras a discriminação Gaza, o muro, sei lá. São inúmeras as razões. Para resumir penso que é o lucro e vontade de querer a guerra. Parece estar-lhe no sangue, no ar que respiram.”
2. Como têm os colonatos dificultado tanto as negociações?	Impactos dos colonatos – Comprometem os acordos de paz; – É uma medida provocatória.	“Essa é mais uma das situações que há pouco não referi, e outras com toda a certeza haverá, bastaria estarmos aqui mais um pouco e lembraríamos de mais factores. Efectivamente, os colonatos comprometem os acordos de paz. Mas se analisarmos bem essa questão, em termos de território, a população adopta medidas inteiramente provocatórias para o povo palestiniano. Expulsa-os, destrói-lhe as casas e de seguida constrói casas para alojar judeus. Então digam-me se isso é humano. Os líderes encontram-se embebidos de uma política irracional sem qualquer respeito pelo povo palestiniano. Parece existir uma superioridade face aos palestinianos que se assemelha com matéria, ou seja os israelitas não tratam os palestinianos como humanos mas sim como matéria. O que eles fazem, nem às cobras....”
3. O bloqueio à faixa de Gaza, poderá ser interpretado como legítimo? Por outras palavras: Existirá alguma sustentação no âmbito do direito	Interpretação do bloqueio – Situação insustentável; – Pese embora as razões, Israel devia permitir a	“Eu não sei se realmente poderá existir legitimidade alguma o que sei é que alguns dos meus familiares me dizem que se está a tornar cada vez mais insustentável. Pessoas que morrem com falta de

⁷⁴⁰ O entrevistado, por razões de ordem pessoal, somente aceitou a entrevista na condição da sua identificação não ser divulgada. Entrevista realizada em 26 de Julho de 2010.

internacional que no fundo seja complacente à acção conducente de Israel relativamente ao bloqueio? Existindo no próprio seio palestino uma oposição ao desbloqueio, enfatizada pelo Presidente Mahmoud Abbas, por alegadamente permitir que o Hamas se movimente de uma forma facilitadora, por quanto tempo pensa que Israel manterá o desbloqueio decorrente do ataque à Flotilha da liberdade?	passagem de alimentos e medicamentos.	tratamentos, comida que é escassa. É uma vergonha. Se Israel diz ser importante por medidas de defesa, muito bem, poderia passar revistas às embarcações e colunas que transportam alimentos mas deixavam passar os bens de primeira necessidade. Mas o que é que acontece? Pura e simplesmente não deixa. Penso que persiste a ideia do grande Israel onde através destas medidas pretendem fazer ver ao povo para saírem dali e entregarem de mão beijada a faixa de Gaza a Israel. Será que é isso? Não sei, mas caminho para essa ideia cada vez mais.”
4. Como concorre a escassez de água para o agravamento da discórdia entre Israel e os palestinos?	Importância dos recursos hídricos – Bem escasso; – Existência de discriminação.	“Ora cá está mais um factor. (...) A água é pouca naquela região. Por isso quanto os muçulmanos viajam a algum outro país o desperdício de água faz-lhe mesmo muita complicação. (...) Existe um desajuste muito grande. Israel tem a que quer e limita o acesso a muitos dos muçulmanos. A empresa que gere a água condiciona os não judeus. Existem os cidadãos de primeira e os de terceira.”
5. De que forma o factor religioso contribui para o agudizar do conflito?	Impactos da religião no conflito – Encontra-se muito presente; – Encarada como uma saída; – O significado de Jerusalém agrava a problemática.	“A religião é utilizada porque é onde a população se agarra. Imagine o que é viver em Gaza, sem qualquer condição, onde o tempo parece não passar. O único alento que têm provem da religião. Penso que até as 5 rezas diárias são poucas para uma população que não sabe como ocupar o seu tempo. (...) Jerusalém é realmente importante, porque têm importantes marcos que são referências para os muçulmanos e também para eles. E como sabe a Palestina quer formar o seu país com a sua Capital em Jerusalém Oriental. (...) Actualmente, o Islão é interpretado exclusivamente como uma religião arcaica, intransigente ou dogmática.”
6. De que forma o terrorismo é utilizado como instrumento de coacção?	Principais Factores – Forma de expressão de ambos; – Diferente em termos de organização e meios para ambos os povos; – No seio muçulmano o Hamas tem uma posição muito privilegiada com o seu povo.	“O terrorismo é uma forma de expressão de ambos os povos. Só que importa diferenciar que o terrorismo comumente utilizado pelos muçulmanos é rudimentar e reflecte o desagrado quanto à forma como são tratados. É no fundo um sinal de protesto. Israel utiliza o terrorismo de uma forma bastante mais sustentada, atingindo os mais cruciais demovendo qualquer intenção palestina. É a lei do mais forte. (...) Não desminto existir alguma ligação entre a religião e o terrorismo porque de facto os religiosos estão sujeitos a uma pressão imensa que por vezes acabam por pregar a violência e incentivar a práticas terroristas. Porém, penso que sejam situações mais pontuais. Agora, o Hamas tem uma posição verdadeiramente importante no

		seio da população. O Hamas acaba por ser acarinhado pela população porque uma vez que as dificuldades são imensas é esta organização que apoia a população e tem posteriormente o voluntariado para diversas acções por parte dos populares. É uma relação de interesses mútuos. O Hamas apoia a população e serve-se da população.”
7. Quais os actores do Sistema Político Internacional com maior e menor importância para ambos os povos e quais as suas formas de actuação?	Actores do Sistema Político com: a) Maior importância para o Povo Palestiniano <ul style="list-style-type: none"> – Alguns Estados árabes; – Síria; – Irão; – UE. b) Maior importância para Israel <ul style="list-style-type: none"> – EUA. 	“Existe apoio de alguns Estados árabes no apoio à comunidade palestiniana. Ao nível do armamento que equipa o Hamas, sabe-se que o mesmo provém da Síria, mas que por sua vez é oriundo do Irão. Agora como se efectua o pagamento, não sei. O que circula é que é o Irão que efectua o investimento sem cobrar um tusto. A UE efectua de facto um apoio importante através de medicamentos para a população de Gaza. Quanto ao apoio a Israel é indiscutível a bengala dos EUA.”
8. Como se constitui a cultura um impeditivo à resolução do conflito?	Através de: <ul style="list-style-type: none"> – Transmissão dos sentimentos. 	“Os sentimentos são transmitidos de geração em geração, refiro-me ao ódio que se nutre e que comanda as acções irracionais de muitos dos populares. De ambos os lados. As crianças vivem com isto, é pois uma banalidade. Penso que se um dia haverá paz ao sério, as pessoas vão estranhar e será um problema transmitir-lhe as vantagens desse clima. O instinto daquelas gentes é a Guerra.”
9. Quais as medidas necessárias para a saída da crise?	Através de: <ul style="list-style-type: none"> – Extinção do ódio e o sentimento de superioridade. 	“Será difícil existir paz. Qual é o milagre que fará ver as populações que é vantajoso a paz. O sentimento de superioridade do lado israelita e ódio dos palestinianos serão difíceis de tornear. Não acredito em paz, poderão existir períodos de acalmia, mas breves, muito breves.”
10. Pese embora os esforços em se alcançar uma paz duradoura os diversos tratados de paz não foram cumpridos pelos líderes de ambas as facções. Porquê? Recordando o plano de Bill Clinton, em Camp David, quais as razões da recusa de Yasser Arafat?	Motivos: <ul style="list-style-type: none"> – Pressão; – Lucros decorrentes da guerra. 	“Arafat não aceitou porque estava a ser pressionado para não aceitar. E penso que mesmo que lhe dessem a Palestina toda, novamente, ele não aceitava. Já viu que a guerra é lucrativa para muitos. Para mim não é mas muitos lucram à custa da guerra, é por isso que ela não acaba.”

Perguntas	Categorias (Sub – Categorias)	Entrevista nº12 ⁷⁴¹
1. Quais são os principais motivos do conflito israelo-árabe e o que alterou em relação às motivações no decurso do mesmo?	Principais Motivações – Questão territorial. Outros Motivações – Questão social; – Questão cultural.	“Genericamente aponto a questão territorial que posteriormente deriva para questões sociais, como a discriminação evidente a favor dos israelitas, e também a questão cultural, das quais destaco a religião”
2. Um dos principais problemas que tem dificultado as conversações de paz é o desenvolvimento dos colonatos judeus. Prova disso foi a decisão do Tribunal Internacional de Justiça de Haia que declarou que os colonatos israelitas nos Territórios Ocupados são ilegais e um obstáculo à paz e ao desenvolvimento económico e social além de serem considerados violação do direito internacional. Quais as medidas que deverão ser aplicadas para que de uma forma efectiva se consiga fazer entender a população judaica que os colonatos terão de ser impedidos?	Impactos dos colonatos – Encontra-se na lógica da questão política; – Destinada à obtenção de novos territórios.	“É pois um facto. A questão dos colonatos encontra-se na lógica da questão política ou seja em torno da questão associada à obtenção de novos territórios.”
3. Independente da sua legitimidade, Israel constrói sem pausas um muro na fronteira oriental. No entanto, o Estado de Israel encara a Fronteira com Gaza com maior factor de risco e ameaça. Poderá a fronteira com a Cisjordânia ser interpretada como definitiva após a sua conclusão? Se a fronteira com Gaza é mais problemática, porque não se construiu um muro nesta fronteira? Implicitamente com as medidas anteriores, existe qualquer possibilidade de Israel conquistar a faixa de Gaza, e no fundo alargar o seu território?	Interpretação do bloqueio – Devido ao investimento indicia ser a fronteira definitiva; – Favorecimento para Israel.	“De acordo com os elevados custos, despendidos pelo Estado israelita penso que seria esse o objectivo. No entanto como poderá ser essa a fronteira definitiva se o muro se encontra sob um favorecimento de Israel a nível territorial. Assim e como não obedece à linha verde poderá um dia mais tarde, apesar de improvável, que Israel ceda a quem de direito os territórios. Portanto, penso que o objectivo possivelmente terá sido esse mas na prática se as coisas fosses correctamente conduzidas penso que as sanções deveriam implicar a destruição do muro nomeadamente nos pontos em que não obedece ao traçado da linha verde.”
4. O bloqueio à faixa de Gaza, poderá ser interpretado como legítimo? Por outras palavras: Existirá alguma sustentação no âmbito do direito	Justificação em direito internacional relativo ao bloqueio à faixa de Gaza – Não, uma vez que prejudica gravemente o povo	“Legítimo? penso que não. Desde quando se poderá interpretar algo como legítimo quando prejudica gravemente o povo palestino. Mesmo que tal seja justificado por Israel como medidas de

⁷⁴¹ O entrevistado, por razões de ordem pessoal, somente aceitou a entrevista na condição da sua identificação não ser divulgada. Entrevista realizada em 01 de Setembro de 2010.

internacional que no fundo seja complacente à acção conducente de Israel relativamente ao bloqueio? Existindo no próprio seio palestino uma oposição ao desbloqueio, enfatizada pelo Presidente Mahmoud Abbas, por alegadamente permitir que o Hamas se movimente de uma forma facilitadora, por quanto tempo pensa que Israel manterá o desbloqueio decorrente do ataque à Flotilha da liberdade?	palestino. Interpretação do desbloqueio – Previsões de curta duração; – Devida à pressão internacional.	segurança. Neste contexto deveria sempre existir excepções como os meios de primeira necessidade, como víveres e medicação. Mas até nisso Israel condiciona. É muito preocupante. Relativamente ao desbloqueio penso que será “sol de pouca dura”. Aliás foi um mal menor. Israel não tinha outra escapatória. A pressão internacional foi tanta que Israel se sujeitou a isso.”
5. Como concorre a escassez de água para o agravamento da discórdia entre Israel e os palestinos?	Importância dos recursos hídricos – Bem escasso; – Ouro branco da região; – Investimento no sentido de dessalinização bastante elevado.	“A água é outro dos factores que engrossa a lista de motivos. Não me encontrando numa situação privilegiada para abordar esse assunto posso apenas transmitir que o que transparece é existir um aproveitamento bastante racional em forma de poupança. É um bem escasso. É o ouro branco da região. Israel desenvolve vários estudos com o objectivo de desenvolver mecanismos para transformar a água salgada em água potável. Assim quem sabe deixa de ser um motivo do conflito?!”. A religião é um dos factores que atribuo de maior importância. Desde a disputa sobre Jerusalém e o seu significado. Também temos o significado religioso associado àquele que foi Israel nos tempos bíblicos e que teve um peso decisivo aquando da escolha do território para reunir todos os judeus a nível mundial.
6. De que forma o factor religioso contribui para o agudizar do conflito?	Impactos da religião no conflito – Factor de maior importância; – Peso da história.	De forma resumida temos os EUA, desde sempre, mas inicialmente tivemos a França, só que deixou cair esse apoio pelo facto de não apoiar as políticas israelitas. Actualmente temos a União Europeia que se centra bastante no processo de paz e simultaneamente auxilia o povo palestino. Agora contra Israel temos de uma forma geral todos os países árabes. Contudo existem países que lucram com a situação. Um dos exemplos é a Arábia Saudita que inclusivamente autoriza a cedência do espaço aéreo para que Israel neutralizasse as intenções nucleares do Irão.
7. Quais os actores do Sistema Político Internacional com maior e menor importância para Israel e quais as suas formas de actuação?	Actores do Sistema Político com: a) Maior importância – EUA; – França; – UE b) Actores com interesses – Arábia Saudita.	De forma resumida temos os EUA, desde sempre, mas inicialmente tivemos a França, só que deixou cair esse apoio pelo facto de não apoiar as políticas israelitas. Actualmente temos a União Europeia que se centra bastante no processo de paz e simultaneamente auxilia o povo palestino. Agora contra Israel temos de uma forma geral todos os países árabes. Contudo existem países que lucram com a situação. Um dos exemplos é a Arábia Saudita que inclusivamente autoriza a cedência do espaço aéreo para que Israel neutralizasse as intenções nucleares do Irão.
8. Como se constitui a cultura um impeditivo à resolução do conflito?	Através de: – Cultura de Guerra. Na parte palestina devido à resistência e em Israel devido aos objectivos.	“Cultura!? Bem, de facto é um obstáculo. Inicialmente temos uma cultura de guerra motivada pela resistência do povo palestino que a transmite às gerações futuras. Por outro lado temos uma cultura inflexível de Israel em atingir os seus objectivos.”

9. Quais as medidas necessárias para a saída da crise?	Através de: <ul style="list-style-type: none"> – Extermínio de uma das civilizações. 	“Gostaria de apontá-las mas não sei. Por vezes dou por mim a defender as ideias de Samuel Huntington em que a dada altura, no seu livro, defendia que um choque civilizacional só acaba com o extermínio de uma das civilizações. Gostaria de conseguir identificar medidas mais pacíficas e racionais mas a complexidade e irracionalidade parece reinar em absoluto naquela região.”
--	--	--

Perguntas	Categorias (Sub – Categorias)	Entrevista nº13 ⁷⁴²
1. Como concorre a escassez de água para o agravamento da discórdia entre Israel e os palestinianos?	Importância dos recursos hídricos <ul style="list-style-type: none"> – Bem essencial, estratégico e altamente precioso; – A conquista dos Montes Golan elevou o conflito. 	“A água é de facto um bem essencial e altamente precioso naquela região. Desde a guerra de 1956, com a conquista dos Montes Golan esta temática elevou exponencialmente a gravidade do conflito por se ter tornado um factor estratégico.”
2. Existe de facto uma discriminação para os não israelitas?		“Eu iria mais além, e acrescentaria todos os não judeus. Pois mesmo em território israelita existe uma clara discriminação para os não judeus.”
3. Poderá referir alguns exemplos?	Exemplos <ul style="list-style-type: none"> – Estratégia de conquista territorial; – Discriminação; – Dificuldade de aquisição de licenças para explorar o sub-solo; – Acções criminosas. 	“Bem, a distribuição ser condicionada para os elementos não judeus; dificuldades na aquisição de licenças para explorar os aquíferos subterrâneos, nas áreas extra-urbana. (...) Porém, existem outras acções completamente criminosas que se baseiam na contaminação de poços como medida de pressão para obrigarem famílias inteiras a abandonarem os seus territórios e se deslocarem o mais distante possível da fronteira. Tais acções inserem-se numa estratégia de conquista territorial a todo o custo.”
4. Poder-se-á admitir algum exagero de ambas as partes no tocante aos valores e factos que inúmeras vezes são divulgados?	Justificações <ul style="list-style-type: none"> – De acordo para defenderem os seus interesses; – Convicto que a discriminação é um facto; – Os muçulmanos sofrem de escassez hídrica. 	“Com toda a certeza. Repare que ambos os povos terão de defender as suas posições. No entanto, estou inteiramente convicto que a discriminação é um facto e que os muçulmanos sofrem de escassez hídrica.”
5. Quais as medidas necessárias para uma pacificação em torno deste recurso?	Medidas apontadas <ul style="list-style-type: none"> – Devolução dos territórios ocupados; 	“As condições só estariam reunidas se existisse a devolução dos territórios ocupados pelas forças israelitas donde constasse os Monte

⁷⁴² O entrevistado, por razões de ordem pessoal, somente aceitou a entrevista na condição da sua identificação não ser divulgada. Entrevista realizada em 03 de Setembro de 2010.

	<ul style="list-style-type: none"> – Direitos sem qualquer discriminação; – Criação de uma empresa imparcial responsável pelo controlo e distribuição dos recursos. 	Golan. Por outro lado, os direitos deveriam aplicar-se em igual medida sem qualquer discriminação e seria fundamental existir uma empresa totalmente imparcial, idónea para efectuar a distribuição dos recursos.”
--	---	--

Perguntas	Categorias (Sub – Categorias)	Entrevista nº14 – TCor Carriço ⁷⁴³
De que forma a China, enquanto actor do sistema internacional, estabelece as suas relações com a região do Médio Oriente e no caso concreto com Israel? Qual a sua visão sobre o conflito?	Formas de actuação <ul style="list-style-type: none"> – Cinco princípios da coexistência pacífica; – A China é atractiva enquanto parceiro negocial; – Vantagem para ambas as partes; – Pragmática nos acordos negociais. 	“A política da China para o Médio Oriente baseia-se essencialmente nos cinco princípios da coexistência pacífica, essencialmente no terceiro princípio. (...) Neste sentido, os países vêm a China num parceiro fiável, onde a perspectiva é para que existam vantagens para ambas as partes através dos negócios realizados. (...) A dimensão económica chinesa é a mais visível, devendo-se ao processo de maturação dos cinco princípios da coexistência pacífica, onde tem a sua política muito definida e que reflecte o pragmatismo das suas intenções. Pese embora a complexidade dos regimes políticos existente no Médio Oriente à China não interessam as características mas simplesmente os acordos negociais.”

Perguntas	Categorias (Sub – Categorias)	Entrevista nº15 – Professor Luís Tome ⁷⁴⁴
De que forma a China, enquanto actor do sistema internacional, estabelece as suas relações com a região do Médio Oriente e no caso concreto com Israel?	Formas de actuação <ul style="list-style-type: none"> – Lógica multi-vectorial; – Equidistante. 	“A República Popular da China adoptou uma lógica multi-vectorial com todo o tipo de parceiros mas sem afectar os seus interesses, não tomando qualquer partido nas divergências regionais ou locais, onde nos casos particulares entre Israel e a Síria ou com o Irão a China mostra-se equidistante.”

⁷⁴³ Entrevista realizada em 23 de Julho de 2010.

⁷⁴⁴ Entrevista realizada em 13 de Julho de 2010.

18. ANEXO H – FIGURAS

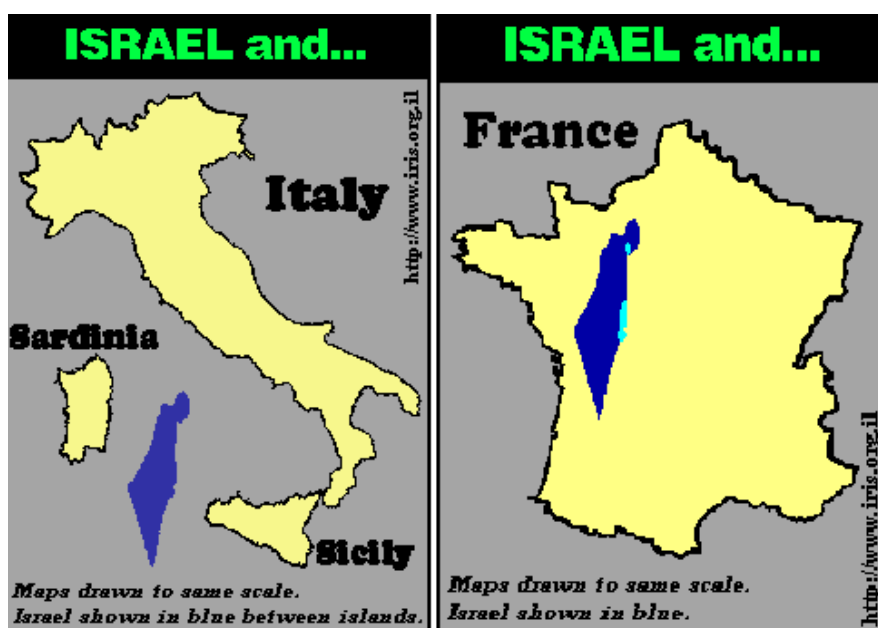


Figura 15 - Tamanho relativo de Israel face a Itália e França⁷⁴⁵

⁷⁴⁵ Fonte: <http://www.iris.org.il>



Figura 16 - Muro divisório entre Israel e Cisjordânia⁷⁴⁶

⁷⁴⁶ Fonte: <http://www.mundodigital.unesp.br/webjornal/materia.php?materia=651>

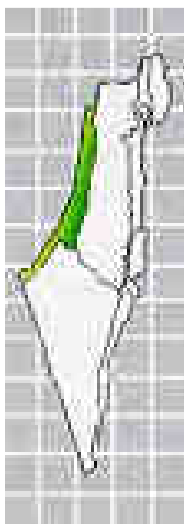


Figura 17 - Planície costeira⁷⁴⁷



Figura 18 - Cadeias Montanhosas⁷⁴⁸

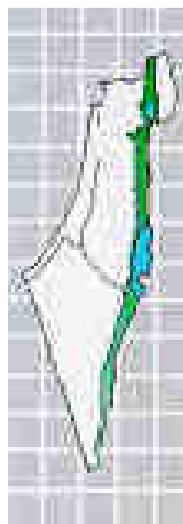


Figura 19 - Vale do Jordão e o Arava⁷⁴⁹



Figura 20 - Neguev⁷⁵⁰



Figura 21 - Sistema Hidrográfico de Israel⁷⁵¹

⁷⁴⁷ Fonte:

<http://www.mfa.gov.il/MFAPR/Facts%20About%20Israel/A%20TERRA%20E%20O%20POVO-%20Geografia%20e%20Clima>

⁷⁴⁸ Eodem loci.

⁷⁴⁹ Eodem loci.

⁷⁵⁰ Eodem loci.



Figura 22 - Mapa Topográfico de Israel⁷⁵²

⁷⁵¹ Fonte: http://www.grid.unep.ch/product/map/index.php?region=west_asia

⁷⁵² Fonte: <http://www.science.co.il/Israel-Topography.asp>

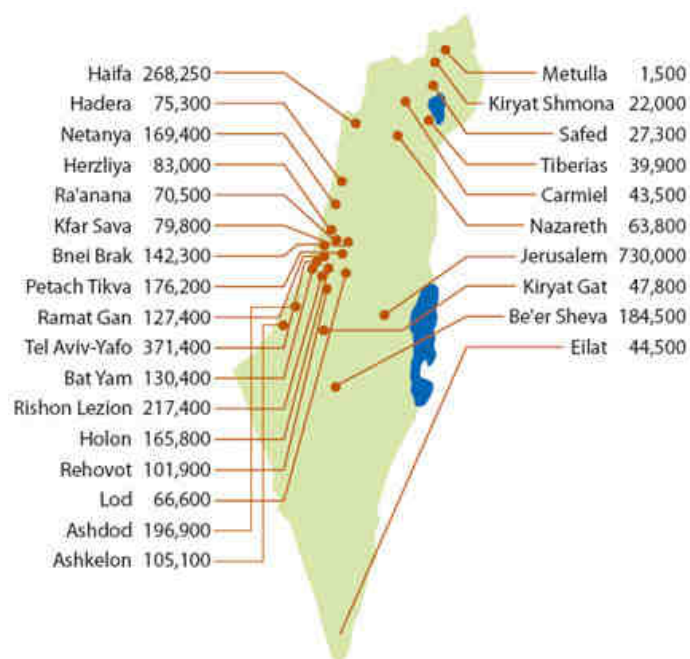


Figura 23 - Cidades de Israel e o nº de habitantes⁷⁵³



Figura 24 - As principais rotas de comércio entre o Mar Mediterrâneo⁷⁵⁴

⁷⁵³ Fonte: <http://www.mfa.gov.il/MFA/Facts+About+Israel/Land/THE+LAND-+Urban+Life.htm>

⁷⁵⁴ Fonte: http://www.google.pt/imgres?imgurl=http://www.nandopenteado.com/servicos/escola/projetos/folclore/ro%20tasc.gif&imgrefurl=http://www.nandopenteado.com/servicos/escola/projetos/folclore/historia.php&usq=_700XDNF7XV7mKHU94YAUo64iaHc=&h=210&w=450&sz=28&hl=pt-PT&start=1&um=1&itbs=1&tbnid=XAUDlg7CGd9JjM:&tbnh=59&tbnw=127&prev=/images%3Fq%3Dprincipais%2Brotas%2Bde%2Bcom%25C3%25A9rcio%26um%3D1%26hl%3Dpt-PT%26tbs%3Disch:1



Figura 25 - Canal do Suez⁷⁵⁵



Figura 26 - Golfo de Ácaba⁷⁵⁶

⁷⁵⁵ Fonte:

http://www.google.pt/imgres?imgurl=http://fotos.sapo.pt/topazio1950/pic/0009dpe9&imgrefurl=http://topazio1950.blogs.sapo.pt/209556.html&usq=_v1rqFJPkoFzYx-MLRLSdaMGyPH4=&h=330&w=447&sz=30&hl=pt-PT&start=7&um=1&itbs=1&tbnid=Ik1ZZRhChP7mlM:&tbnh=94&tbn

⁷⁵⁶ Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Golfo_de_Aqaba

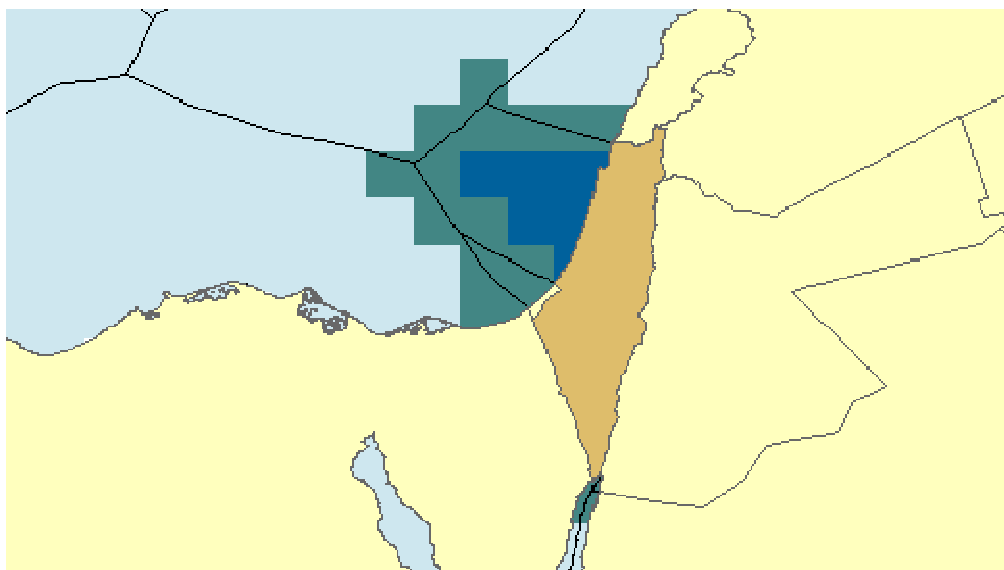
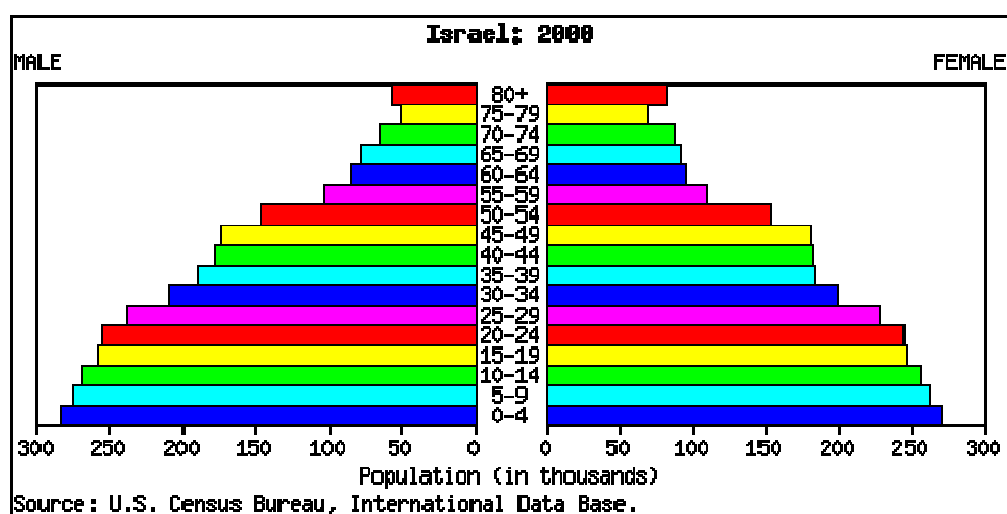
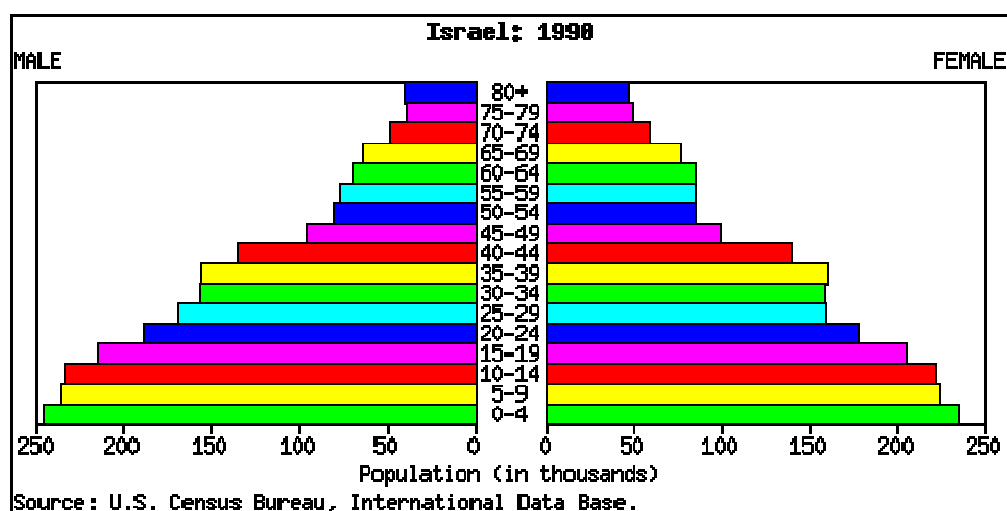


Figura 27 - ZEE de Israel⁷⁵⁷



⁷⁵⁷ Fonte: <http://www.seaaroundus.org/eez/376.aspx>

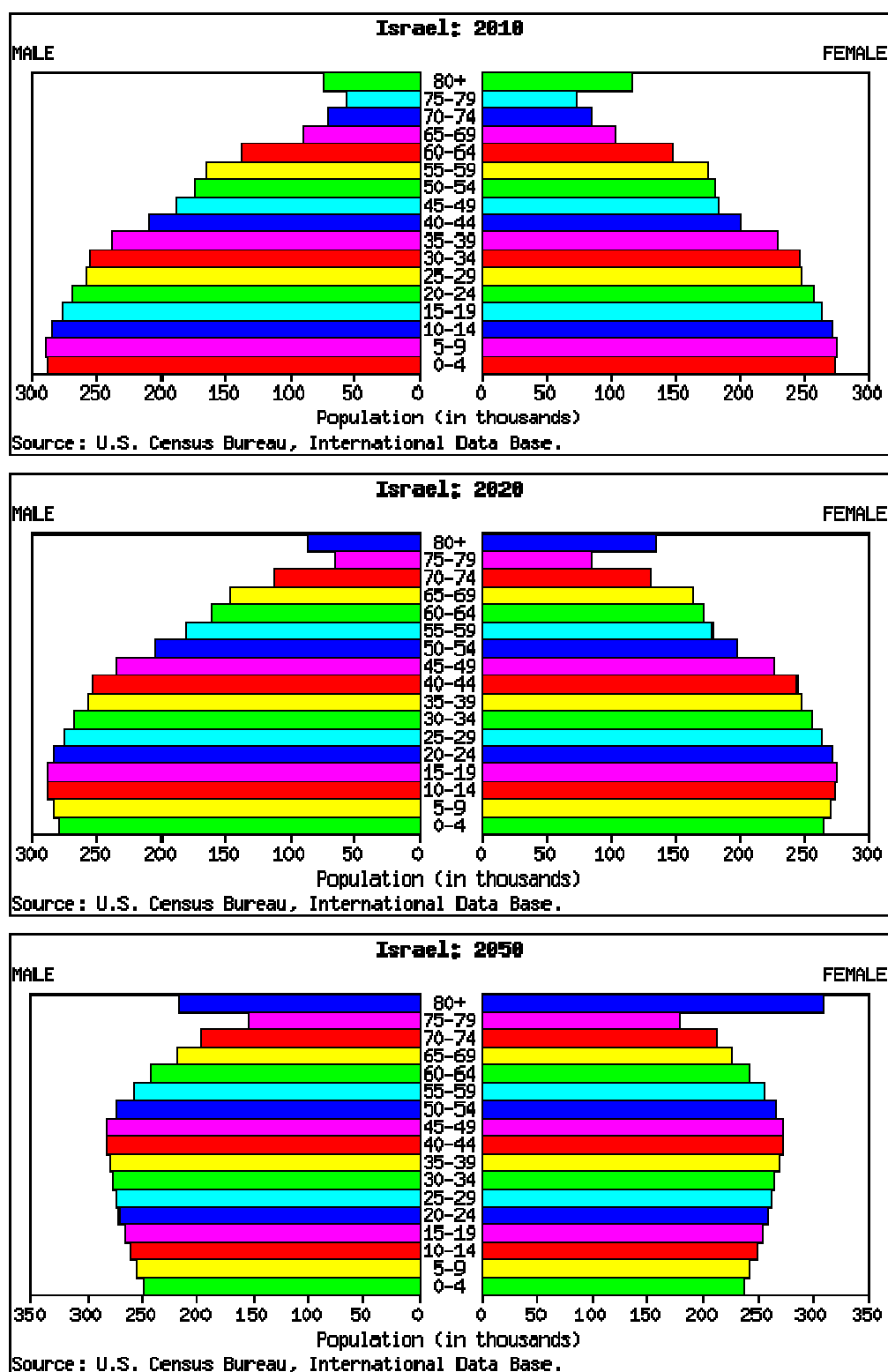


Figura 28 - Perfil Demográfico de Israel (1990-2050)⁷⁵⁸

⁷⁵⁸ Fonte: <http://www.nationmaster.com/country/is-israel/Age-distribution>



Figura 29 - Densidade populacional⁷⁵⁹

⁷⁵⁹ Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Demographics_of_Israel

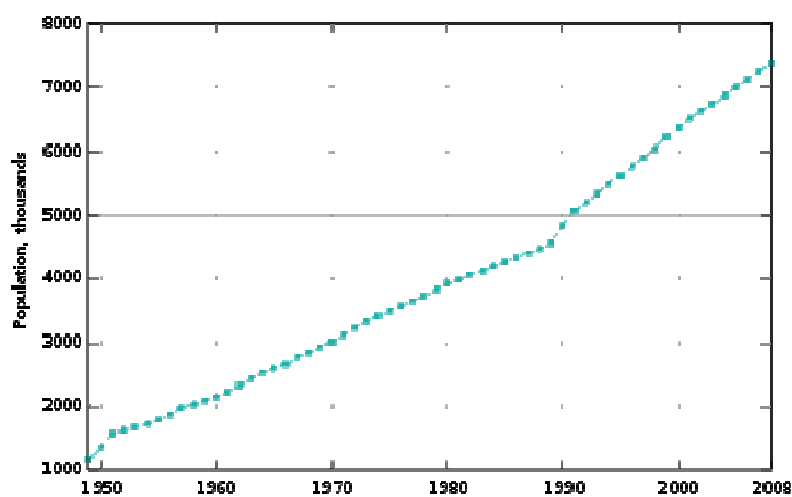


Figura 30 - Crescimento da população de Israel⁷⁶⁰

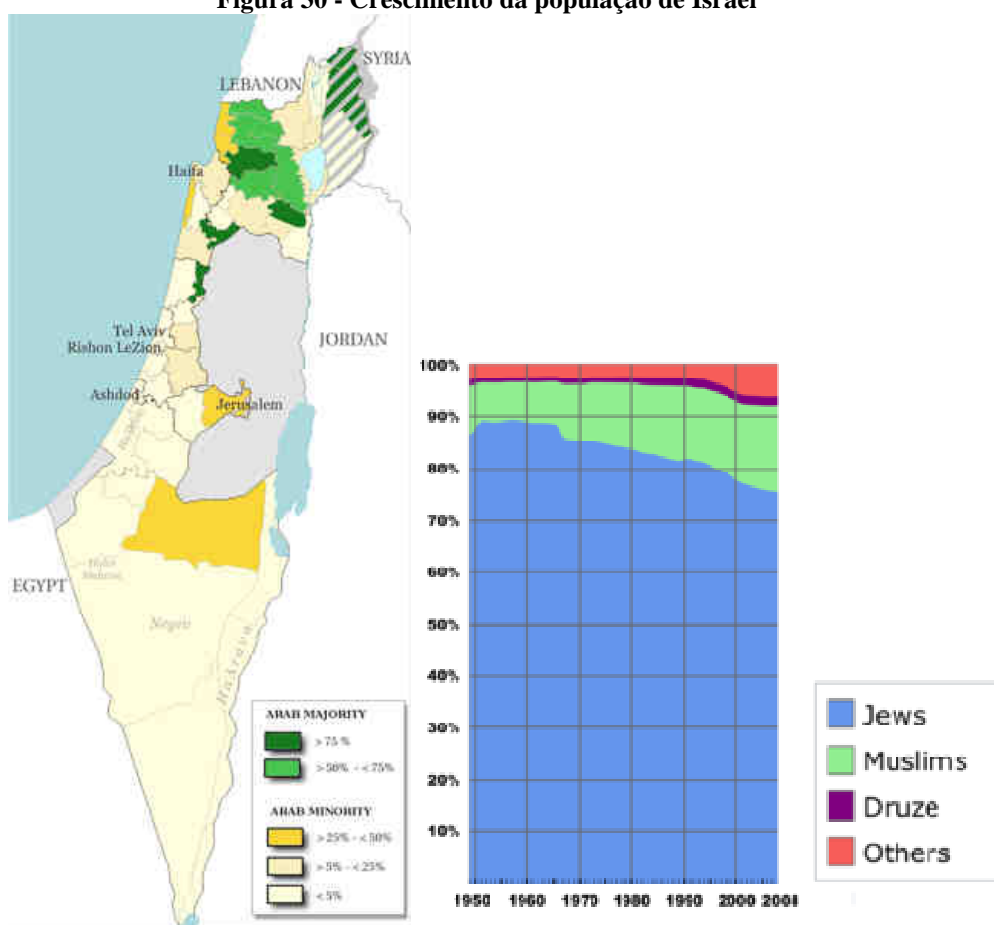


Figura 31 - População árabe e a distribuição em Israel⁷⁶¹

⁷⁶⁰ Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Demographics_of_Israel

⁷⁶¹ Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Israeli_Jews

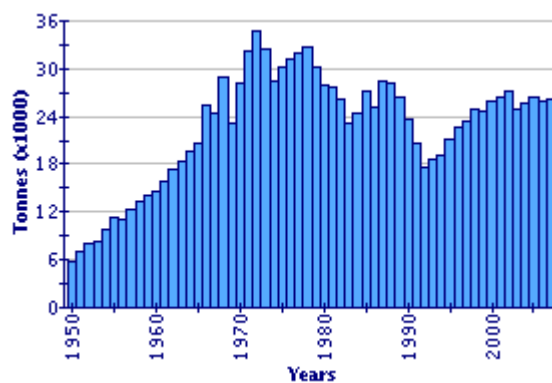


Figura 32 - Produção de Pescas em Israel⁷⁶²

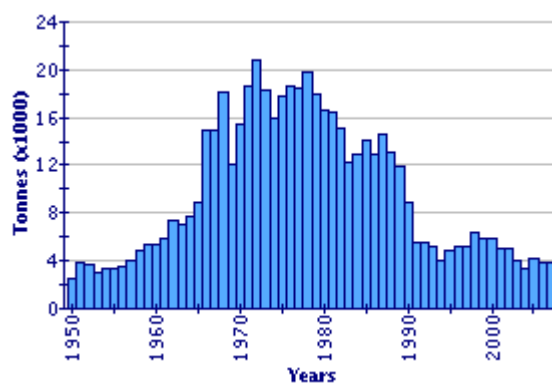


Figura 33 - Captura em Israel⁷⁶³

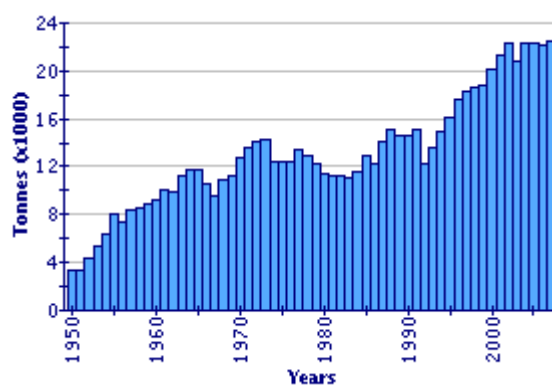


Figura 34 - Produção Aquícola⁷⁶⁴

⁷⁶² Fonte: http://www.fao.org/fishery/countrysector/FI-CP_IL/3/en

⁷⁶³ Eodem loci.

⁷⁶⁴ Eodem loci.



Source: Israel Manufacturers Association

EXPORT PRODUCTS

- Agrochemicals
- Refined petroleum
- Pharmaceuticals
- Intermediates
- Fertilizers
- Potash and salts
- Petrochemicals
- Biotechnology
- Other

Figura 35 - Exportações de Israel⁷⁶⁵

⁷⁶⁵ Eodem loci.

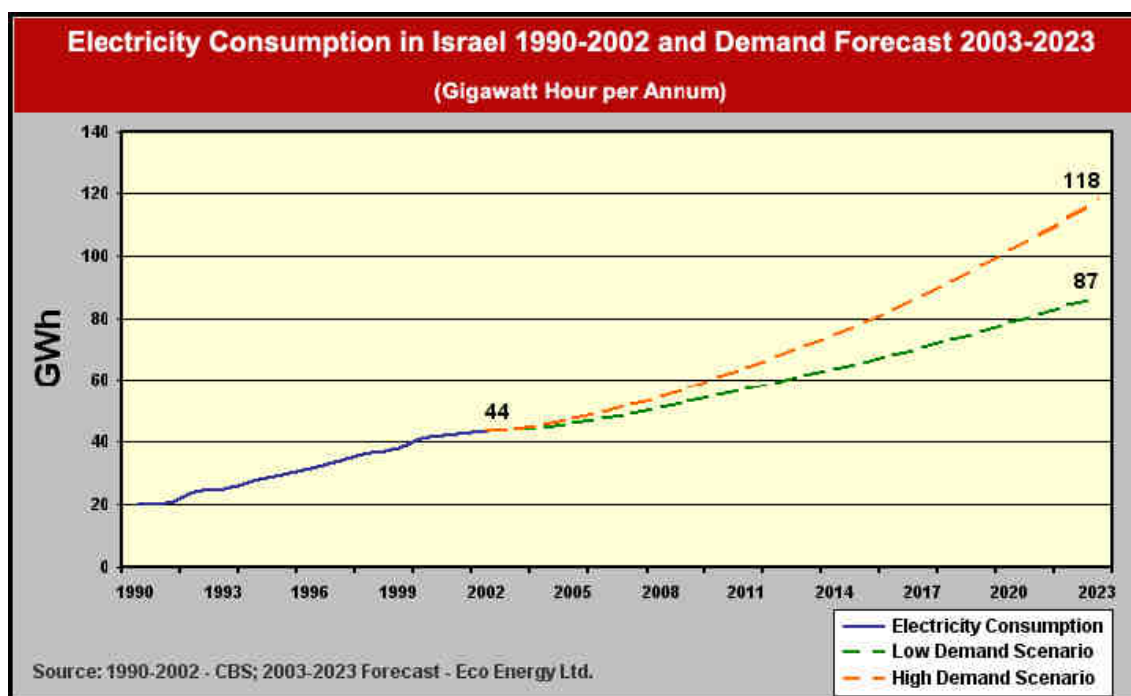


Figura 36 - Necessidade energética de Israel⁷⁶⁶

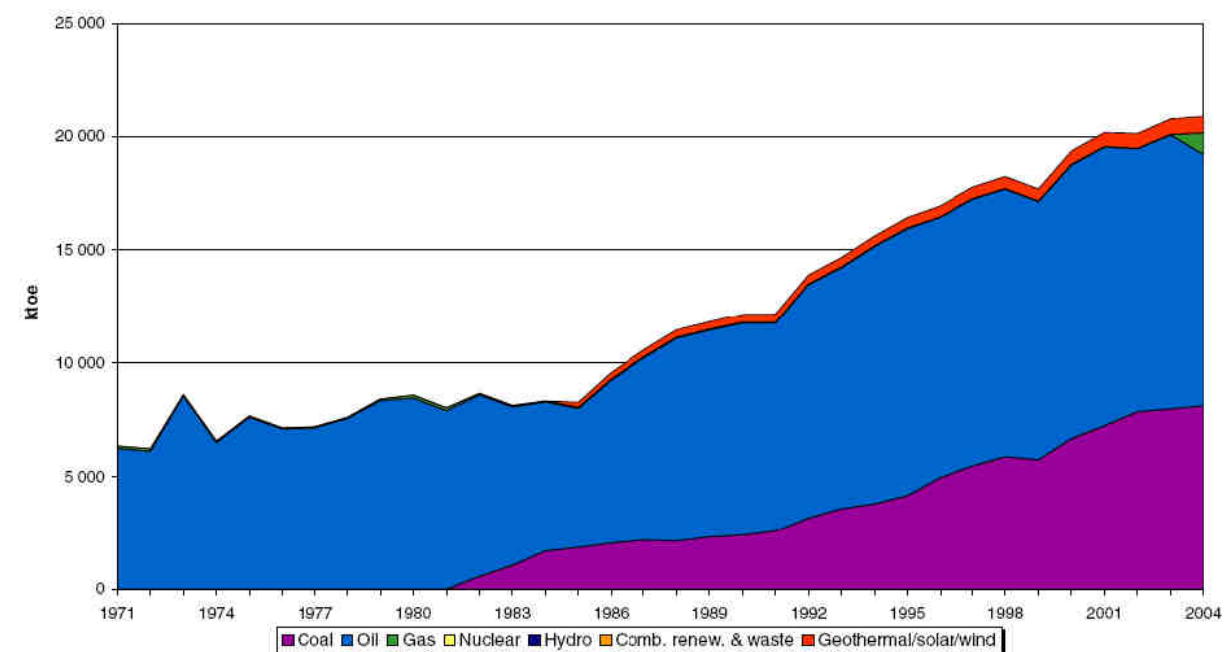


Figura 37 - Evolução do Fornecimento de Energia Primária Total 1971-2004⁷⁶⁷

⁷⁶⁶ Eodem loci.

⁷⁶⁷ Idem, ibidem, pag 10.

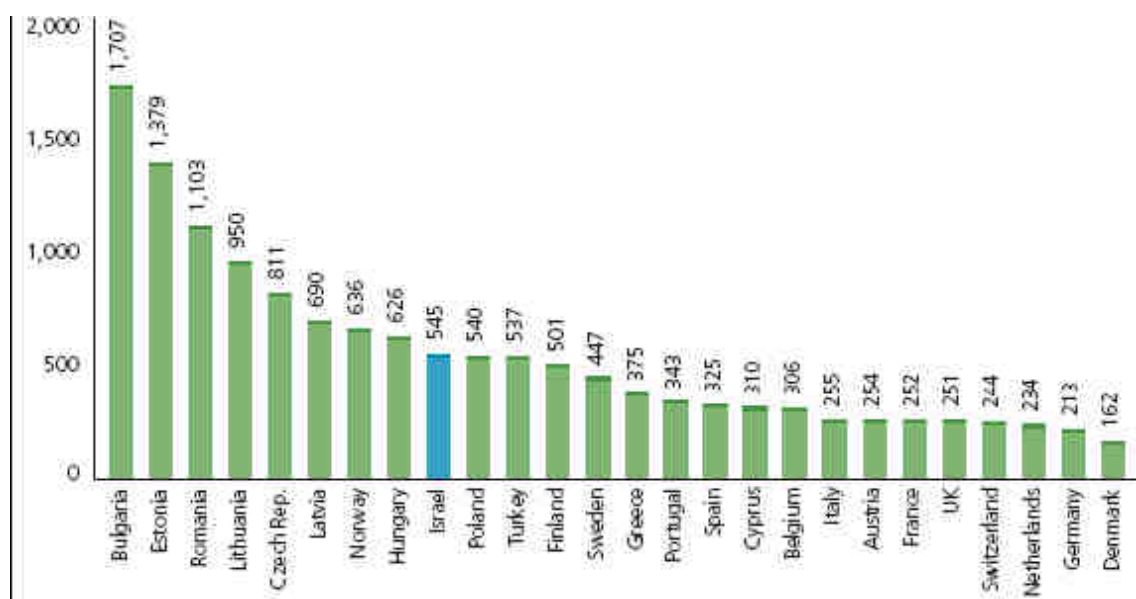


Figura 38 - Israel consumo de electricidade em milhares de dólares⁷⁶⁸

⁷⁶⁸ Idem, ibidem, pag 11.



Figura 39 – Mapa da rede ferroviária em Israel⁷⁶⁹

⁷⁶⁹ Fonte: <http://www.israelmapxl.com/rail-map.html>

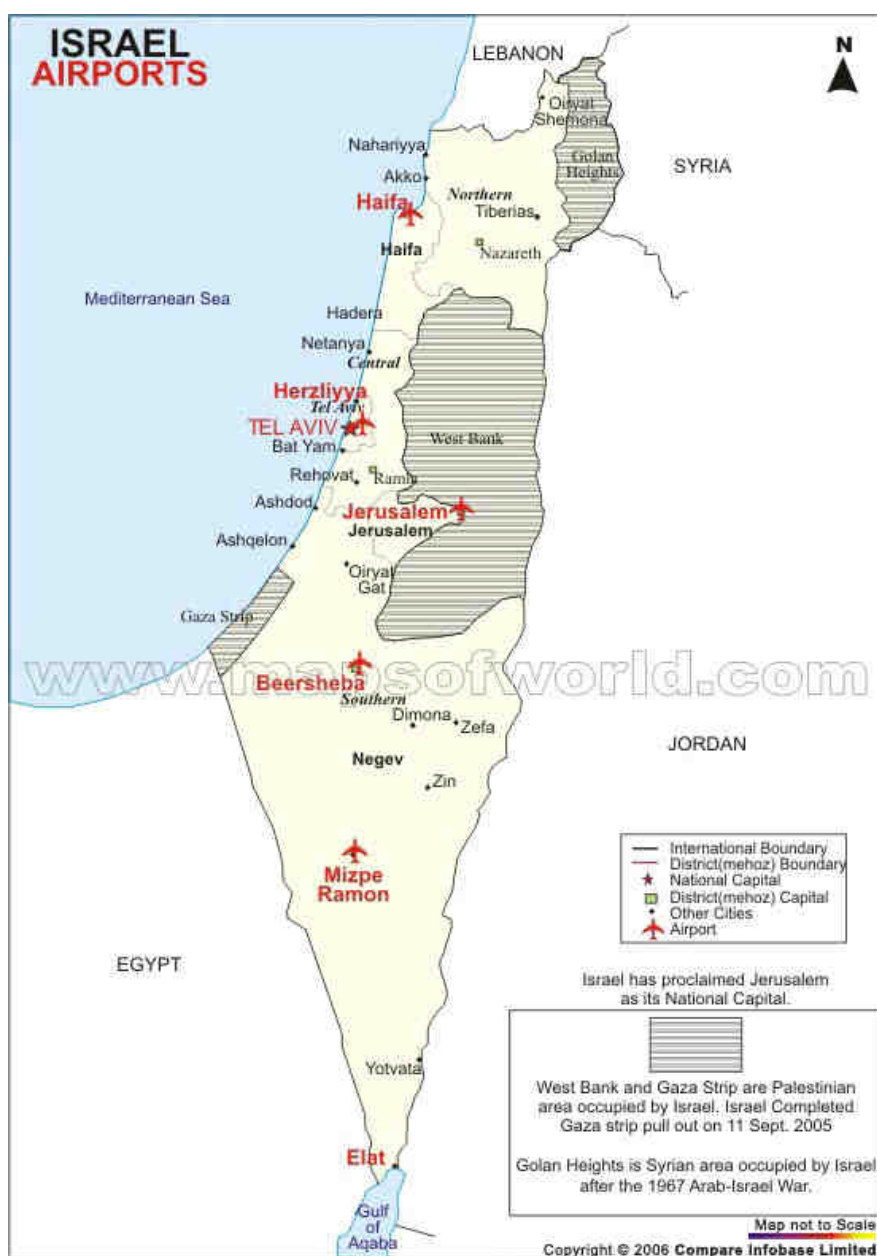


Figura 40 - Principais aeroportos em Israel⁷⁷⁰

⁷⁷⁰ Fonte: <http://www.mapsofworld.com/international-airports/asia/israel.html>

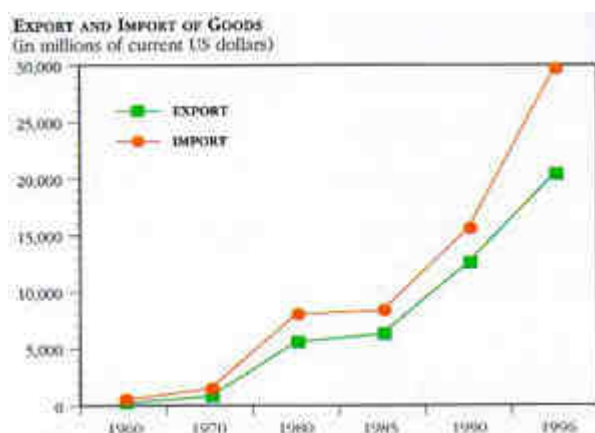


Figura 41 - Exportações e Importações de Israel⁷⁷¹

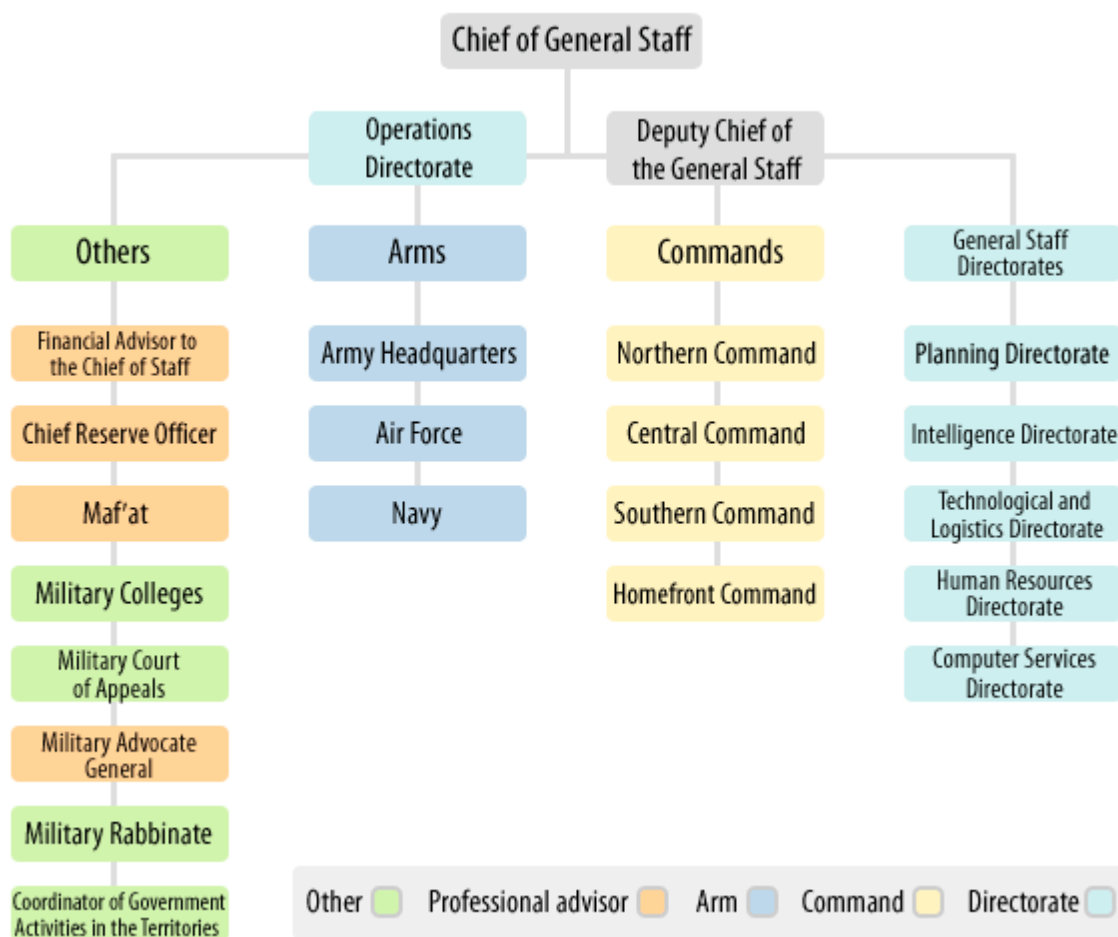


Figura 42 - Estrutura militar israelita⁷⁷²

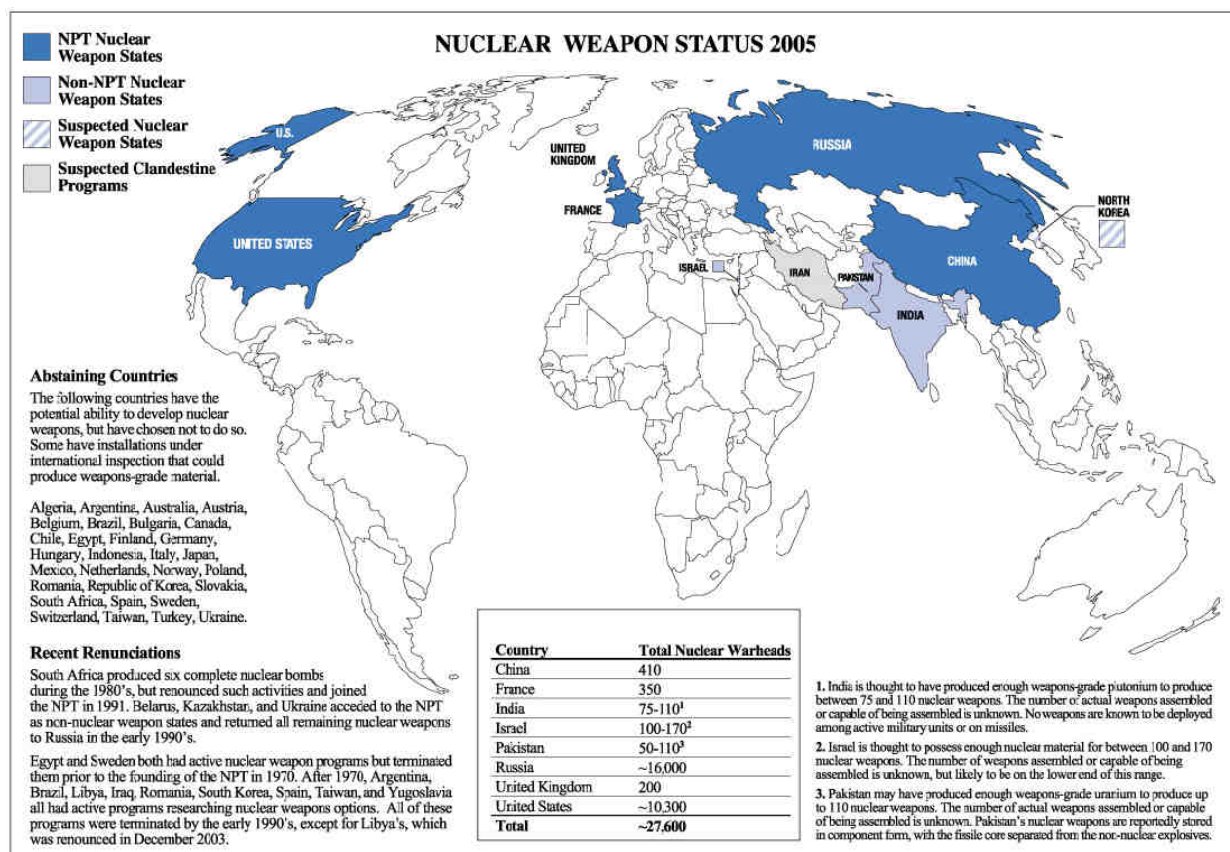
⁷⁷¹ Fonte: <http://www.mfa.gov.il/MFAPR/Facts%20About%20Israel/ECONOMIA-%20Comrcio%20Exterior>

⁷⁷² Maf'at = Administração para o Desenvolvimento da Indústria de Armas e Tecnológica. Fonte: <http://dover.idf.il/IDF/English/about/structure/default.htm>



Figura 43 - Localizações suspeitas de instalações nucleares em Israel⁷⁷³

⁷⁷³ Fonte: <http://www.carnegieendowment.org/images/npp/israel.jpg>

Figura 44 - Armas Nucleares⁷⁷⁴⁷⁷⁴ Fonte: www.carnegieendowment.org/imagesnppnuke.jpg

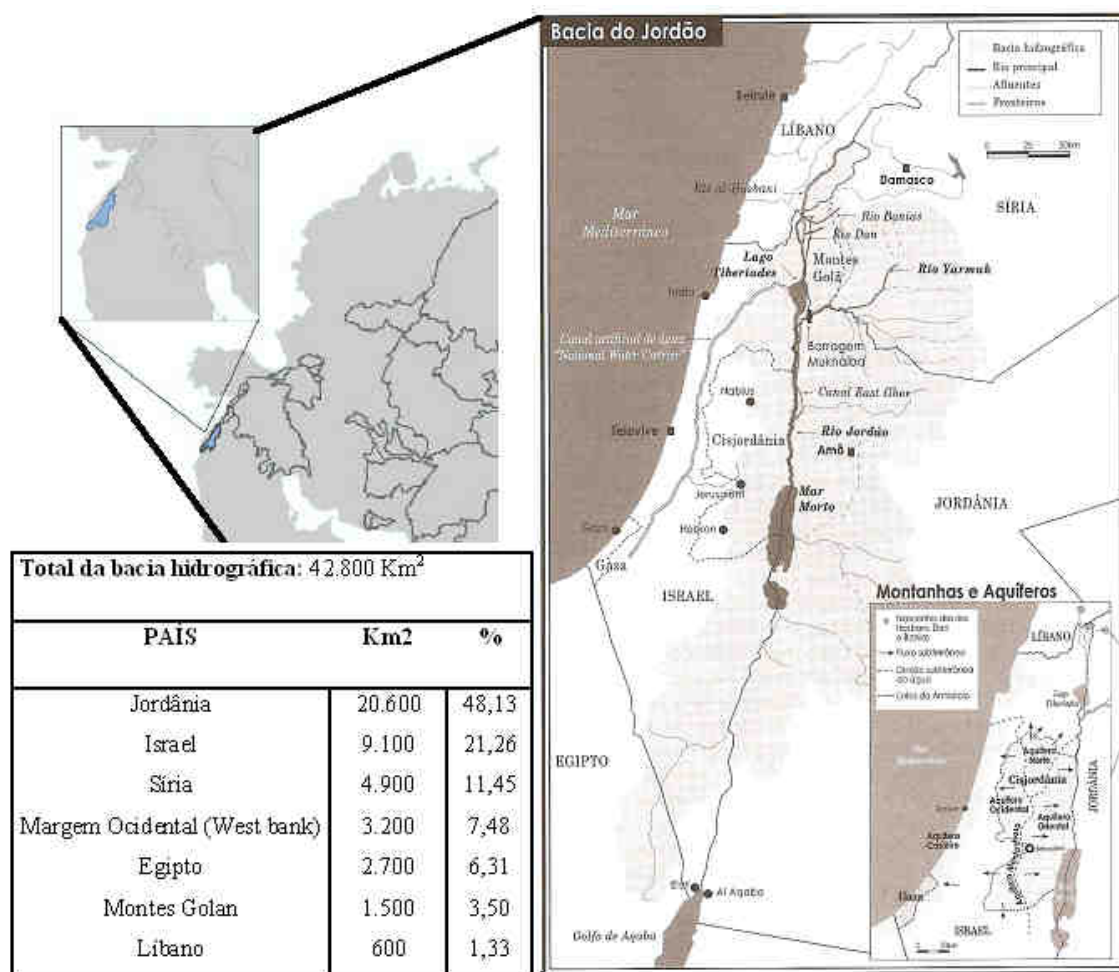


Figura 45 - Bacia Internacional do Jordão⁷⁷⁵

⁷⁷⁵ Fonte: www.unep.org



Figura 46 - Muro de Separação entre Israel e Cisjordânia⁷⁷⁶

⁷⁷⁶ Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Muro_da_Cisjord%C3%A2nia

19. ANEXO I – TABELAS

Temperaturas (mínima-máxima)								
		Safed	Haifa	Tibe- ríades	Tel Aviv	Jeru- salém	Beer sheva	Eilat
Janeiro	° F	31-48	48-59	45-64	48-63	43-52	43-61	48-70
	° C	4-9	9-15	8-18	9-17	6-11	6-16	9-21
Agosto	° F	64-84	72-82	72-97	72-84	66-82	66-91	77-104
	° C	18-29	22-28	22-36	22-29	19-28	19-33	25-39
Precipitação Pluvial								
		Safed	Haifa	Tibe- ríades	Tel Aviv	Jeru- salém	Beer sheva	Eilat
Nº de dias		75	66	57	64	57	33	8
Precipitação pluvial anual	polegadas	28	20	17	22	19	8	1
	mm	718	508	431	539	486	204	25

Tabela 2 - Temperaturas em Israel⁷⁷⁷

Ano	Produção	Ranking	Variação percentual
2004	80	92	
2005	80	95	0.00%
2006	2,740	92	3,325.00%
2007	100	109	- 96.35%
2008	5,966	93	5,866.00%
2009	5,966	92	0.00%
2010	5,246	93	- 12.07%

Tabela 3 - Produção de Petróleo em Israel⁷⁷⁸⁷⁷⁷ Fonte:<http://www.mfa.gov.il/MFAPR/Facts%20About%20Israel/A%20TERRA%20E%20O%20POVO-%20Geografia%20e%20Clima>⁷⁷⁸ Fonte: http://www.indexmundi.com/israel/oil_production.html

Ano	Consumo	Ranking	Variação percentual
2003	260,000	44	
2004	260,000	44	0.00%
2005	260,000	44	0.00%
2006	270,100	42	3.88%
2007	249,500	45	- 7.63%
2008	232,300	52	- 6.89%
2009	232,300	51	0.00%
2010	235,000	50	1.16%

Tabela 4 - Consumo de Petróleo em Israel⁷⁷⁹

Ano	Reservas	Ranking	Variação percentual
2003	1,920,000	84	
2004	1,920,000	84	0,00%
2005	1,920,000	85	0,00%
2006	1,920,000	86	0,00%
2007	2,000,000	87	4,17%
2008	1,940,000	93	- 3,00%
2009	1,940,000	95	0,00%
2010	1,940,000	94	0,00%

Tabela 5 - Reservas de Petróleo em Israel⁷⁸⁰

Ano	Importação	Ranking	Variação percentual
2008	334,300	30	
2009	334,300	31	0.00 %
2010	318,900	33	- 4.61 %

Tabela 6 - Importação de Petróleo para Israel⁷⁸¹⁷⁷⁹ Fonte: http://www.indexmundi.com/israel/oil_consumption.html⁷⁸⁰ Fonte: http://www.indexmundi.com/israel/oil_proved_reserves.html⁷⁸¹ Fonte: http://www.indexmundi.com/israel/oil_imports.html

Ano	Produção	Ranking	Variação percentual
2004	10,000,000	84	
2005	10,000,000	84	0,00%
2006	200,000,000	70	1.900,00%
2007	792,000,000	62	296,00%
2008	970,000,000	62	22,47%
2009	2,350,000,000	55	142,27%
2010	1,190,000,000	61	- 49,36%

Tabela 7 - Produção de Gás Natural em Israel⁷⁸²

Ano	Consumo	Ranking	Variação percentual
2004	10,000,000	103	
2005	10,000,000	104	0,00%
2006	200,000,000	95	1,900.00 %
2007	792,000,000	89	296,00%
2008	970,000,000	90	22,47%
2009	2,270,000,000	76	134,02%
2010	1,190,000,000	86	- 47,58%

Tabela 8 - Consumo de Gás Natural⁷⁸³

Ano	Reservas	Ranking	Variação percentual
2004	20,810,000,000	72	0,00%
2005	20,810,000,000	72	0,00%
2006	38,940,000,000	66	87,12%
2007	38,940,000,000	67	0,00%
2008	30,440,000,000	66	- 21,83%
2009	30,440,000,000	68	0,00%
2010	30,440,000,000	69	0,00%

Tabela 9 - Reservas de Gás Natural em Israel⁷⁸⁴⁷⁸² Fonte: http://www.indexmundi.com/israel/natural_gas_production.html⁷⁸³ Fonte: http://www.indexmundi.com/israel/natural_gas_consumption.html⁷⁸⁴ Fonte: http://www.indexmundi.com/israel/natural_gas_proved_reserves.html

Ano	Produção	Ranking	Variação percentual
2003	42,240,000,000	46	
2004	42,240,000,000	47	0.00%
2005	42,670,000,000	49	1.02%
2006	42,240,000,000	49	3.68
2007	46,070,000,000	47	4.14
2008	48,700,000,000	48	5.71
2009	48,700,000,000	48	0.00%
2010	54,500,000,000	45	11.91

Tabela 10 - Produção de Electricidade em Israel⁷⁸⁵

Ano	Consumo	Ranking	Variação percentual
2003	37,820,000,000	46	
2004	37,820,000,000	47	0,00%
2005	38,300,000,000	47	1,27%
2006	39,670,000,000	47	3,58%
2007	41,380,000,000	48	4,31%
2008	44,740,000,000	46	8,12%
2009	44,740,000,000	47	0,00%
2010	46,380,000,000	47	3,67%

Tabela 11 - Consumo de Electricidade em Israel⁷⁸⁶

	2004 (Mtep)	2005 (Mtep)	Variação percentual
Electricidade	3,679	3,779	2.72%
Produtos Petrolíferos	8,609	8,607	-0.02%
Produtos primários	752	765	1.80%
Consumo Final Total	13,040	13,151	0.85%

Tabela 12 - Consumo Final de Produtos Energéticos em 2004 e 2005⁷⁸⁷⁷⁸⁵ Fonte: http://www.indexmundi.com/israel/electricity_production.html⁷⁸⁶ Fonte: http://www.indexmundi.com/israel/electricity_consumption.html⁷⁸⁷ Amit Mor & Shimon Seroussi, Energy Efficiency and Renewable Energy, [Consultado em 12AGO10], Disponível em: http://www.planbleu.org/publications/atelier_energie/IL_National_Study_Final.pdf, 2007, pag 7.

Power Plant	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Haifa	547	448	439	421	494	488	441	402	431	369	344
Reading	612	579	539	592	646	571	477	371	448	407	392
Eshkol	1,141	996	1,035	1,173	1,195	1,257	1,047	888	882	309	116
Orot Rabin (Fuel Oil)	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Private Producers	-	-	-	9	24	29	19	24	21	22	22
Fuel Oil, Total	2,340	2,023	2,013	2,195	2,359	2,345	1,984	1,685	1,782	1,108	873
Orot Rabin	3,864	5,332	6,316	6,758	6,996	6,944	6,684	6,611	6,814	6,815	6,857
Rutenberg	2,703	2,476	2,324	2,526	2,267	3,363	4,882	5,591	5,796	5,902	5,837
Coal, Total	6,567	7,808	8,640	9,284	9,263	10,307	11,566	12,202	12,610	12,717	12,694
Gas (Eshkol C & D)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	823	1,127
Jet Engines, Total	37	10	6	13	6	7	5	15	6	3	14
Heavy Duty, Total	292	120	113	212	457	379	149	307	114	88	257
Combined Cycle, Total	-	-	-	-	-	181	81	82	293	234	316
Gas Oil, Total	329	130	119	225	463	567	235	404	413	325	587

Tabela 13 - Resumo de combustíveis utilizados na produção de electricidade de 1995 a 2005 (milhares de toneladas)⁷⁸⁸

Tariff Groups	Million KWH					Percent				
	2001	2002	2003	2004	2005	2001	2002	2003	2004	2005
Residential	12,307.5	12,734.7	13,347.7	13,482.5	13,637.3	31.8	31.9	32.0	31.4	30.8
Public & Commercial	3,212.8	3,324.3	3,331.1	3,295.9	2,969.1	8.3	8.3	8.0	7.7	6.7
Agricultural	118.3	120.3	115.2	105.5	90.7	0.3	0.3	0.3	0.2	0.2
Industrial	454.6	461.3	432.8	387.4	354.0	1.2	1.2	1.0	0.9	0.8
Water Pumping	110.1	100.4	32.8	73.1	59.7	0.3	0.3	0.2	0.2	0.1
Bulk	2,311.9	2,300.1	2,455.0	2,598.5	2,862.8	6.0	5.8	5.9	6.1	6.5
T.O.U. Tariff	20,150.2	20,878.8	21,956.0	22,989.8	24,335.2	52.1	52.2	52.6	53.5	54.9
Total	38,665.4	39,919.9	41,720.6	42,932.6	44,308.8	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Tabela 14 - Consumo Anual de Electricidade por Sector: 2001-2005⁷⁸⁹

Ano	Itinerários	Ranking	Mudança percentual
2004	16281	111	
2005	16903	111	3,82%
2006	17364	115	2,73%
2007	17446	115	0,47%
2008	17870	118	2,43%
2009	17870	118	0,00%
2010	18096	116	1,26%

Tabela 15 - Rede rodoviária em Israel⁷⁹⁰

⁷⁸⁸ Amit Mor & Shimon Seroussi, Energy Efficiency and Renewable Energy, [Consultado em 12AGO10], Disponível em: http://www.planbleu.org/publications/atelier_energie/IL_National_Study_Final.pdf, 2007, pag 9.

⁷⁸⁹ Eodem loci.

⁷⁹⁰ Fonte: <http://www.indexmundi.com/israel/roadways.html>

Ano	Ferrovias	Ranking	Mudança percentual
2003	640	106	
2004	640	108	0,00%
2005	640	108	0,00%
2006	853	96	33,28%
2007	853	96	0,00%
2008	853	96	0,00%
2009	913	93	7,03%
2010	949	92	3,94%

Tabela 16 - Rede Ferroviária em Israel⁷⁹¹

	Ano de 2005
Nº de embarques de passageiros	4,5 Milhões
Nº de chegadas de passageiros	4,5 Milhões
Importações	127 000 toneladas
Exportações	168 000 toneladas
Correio recebido	3.000 toneladas
Correio expedido	4.630 toneladas

Tabela 17 - Dados sobre transporte aéreo⁷⁹²

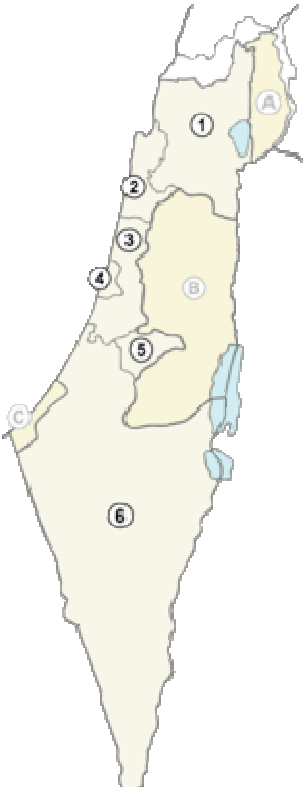
Número	Distrito	Capital	Províncias	Nº de habitantes	
1	Norte	Nazareth Illit	Kinneret , Safed, Acre, Golã, Vale de Jizreel	1.242.100	
2	Haifa	Haifa	Haifa, Hadera	880.000	
3	Central	Ramla	Rishon LeZion, Sharon (Netanya), Petah Tikva, Ramla, Rehovot	1.770.200	
4	Tel Aviv	Tel Aviv	Tel Aviv	1.227.000	
5	Jerusalém	Jerusalém	Jerusalém	910.300	
6	Sul	Beersheba	Ashkelon, Beersheba	1.053.600	
B	Judeia e Samaria	Modi'in Illit	---	304.569	

Tabela 18 - Distritos administrativos de Israel⁷⁹³

⁷⁹¹ Fonte: <http://www.indexmundi.com/israel/railways.html>

⁷⁹² Ministério das Relações Exteriores, Como Exportar Israel, Departamento de Promoção Comercial, Divisão de Informação Comercial, Brasília, 2006, pag 12.

⁷⁹³ Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Israel#Distritos_administrativos

CHEFE DE ESTADO		
PRESIDENTE		
Legislativo	Executivo	Judiciário
Presidente do Parlamento	Primeiro-Ministro	Tribunais
Knesset	Governo	Procurador-Geral
Comissões	Ministérios	Controlador do estado e Ombudsman
	Presidentes de Conselhos	
	Conselhos Locais	
Eleitorado		

Tabela 19 - A estrutura Política⁷⁹⁴

				
CHAIM WEIZMANN	YITZHAK BEN-ZVI	ZALMAN SHAZAR	EPHRAIM KATZIR	YITZHAK NAVON
1949-1952	1952-1963	1963-1973	1973-1978	1978-1983
				
CHAIM HERZOG	EZER WEIZMAN	MOSHE KATSAV	SHIMON PERES	
1983-1993	1993-2000	2000-2007	Desde 2007	

Tabela 20 - Os Presidentes de Israel⁷⁹⁵

⁷⁹⁴ Fonte: <http://www.mfa.gov.il/MFAPR/Facts%20About%20Israel/O%20ESTADO-%20A%20Estrutura%20Politica>

⁷⁹⁵ Fonte: <http://www.mfa.gov.il/MFAPR/Facts%20About%20Israel/O%20ESTADO-%20A%20Presidencia>

				
DAVID BEN- GURION	MOSHE SHARETT	DAVID BEN- GURION	LEVI ESKOL	GOLDA MEIR
1948-1954	1954-1955	1955-1963	1963-1969	1969-1974
				
YITZHAK RABIN	MENACHEM BEGIN	YITZHAK SHAMIR	SHIMON PERES	YITZHAK SHAMIR
1974-1977	1977-1983	1983-1984	1984-1986	1986-1992
				
YITZHAK RABIN	SHIMON PERES	BENJAMIN NETANYAHU	EHUD BARAK	ARIEL SHARON
1992-1995	1995-1996	1996-1999	1999-2001	2001-2006
				
EHUD OLMERT	BENJAMIN NETANYAHU			
2006-2009	Desde 2009			

Tabela 21 - Primeiros-Ministros de Israel

Países	m ³ /per capita/ano
Líbano	1 261
Síria	1 622
Israel	276
Cisjordânia	535
Faixa de Gaza	52

Tabela 22 - Recursos hídricos na bacia do Jordão⁷⁹⁶

	1990	2000	2020
Águas subterrâneas	1 082	1 160	1 170
Bacia do Jordão e do lago Tiberíades	660	670	670
Águas pluviais	152	50	80
Águas recicladas	241	313	570
Perdas do sistema	-40	-40	-25
Total	2 095	2 153	2 465

Tabela 23 - Recursos hídricos em Israel (milhões de m³/ano)⁷⁹⁷

⁷⁹⁶ Paula Pereira, Jordão: O Eterno Conflito pelas Suas Águas, IPRIS, Editorial Notícias, Lisboa, 2003, pag 293.

⁷⁹⁷ Eodem loci.